

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DE RIO-GRANDENSE A GAÚCHO: O TRIUNFO DO AVESSE
Um processo de representação regional na literatura do século XIX
(1847-1877)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^o Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Carla Renata Antunes de Souza Gomes

Porto Alegre
Outubro de 2006

AGRADECIMENTOS

Sempre gostei de ler os agradecimentos em trabalhos de pesquisa publicados ou não. Eles revelam a face menos visível do trabalho acadêmico, o lado humano da pesquisa empírica. Mesmo que soe como praxe e que estas linhas iniciais, paradoxalmente, finais, contenham inúmeros clichês, é bom saber que em algum momento desta jornada poderemos agradecer de público aos que direta ou indiretamente contribuíram para que este “solitário” caminho fosse percorrido e com algum resultado chegasse ao termo.

Participações de toda ordem afetivas, intelectuais e solidárias compõem a estrutura objetiva e subjetiva deste trabalho, sem que se possa mensurar, convenientemente, o grau de importância de cada uma, pois quem poderia dizer que qualquer dos membros do seu corpo lhe seria indiferente? De maneira que se qualquer dos aqui nomeados não cedesse certa dose de carinho, compreensão, apoio financeiro, incentivo, críticas, material de consulta e uma infinita paciência, certamente, este trabalho não teria sido possível.

Antes de todos, porém, devo agradecer ao meu pai, Neverci, presença espiritual nesta pesquisa, primeiro “gaúcho-rio-grandense” que conheci e através do qual pude compreender um pouco da linguagem de Simões Lopes Neto nos “Contos gauchescos”, ponto de origem para algumas perguntas que originaram esta pesquisa.

À minha mãe, Guiomar, que me ensinou pelo exemplo que desistir de um sonho é desistir de viver, e que, além disso, apostou neste meu sonho ao presentear-me com os exemplares das obras de Caldre e Fião que dão início a este trabalho, e sem os quais ficaria mais difícil ainda esta jornada.

À minha avó, Laura, que acreditou mais do que eu mesma em mim e acompanhou de perto e de longe cada passo deste caminho sinuoso.

À minha irmã, Flávia, companheira de ofício, que embora tenha observado apenas à distância a construção deste trabalho, apoiou e torceu por sua realização.

Três professoras de graduação, em minha efêmera passagem pela UCS, foram decisivas para que eu tivesse condições de aventurar-me na seleção de mestrado: Isabel Bilhão pelo incentivo e por me conduzir pelo caminho das pedras; Marília Conforto pela atenção e por me abrir os olhos para o tema e as fontes e, finalmente, mas não menos importante Maria Beatriz Pinheiro Machado, a Bea, pela coragem e por acreditar que este era o meu caminho.

Entre os que leram e comentaram algumas versões parciais desta dissertação, devo muito a Clóvis Gruner, amigo, padrinho e companheiro de ofício, pelas opiniões, sugestões e acompanhamento contínuo, mesmo à distância; à minha grande-recente amiga Débora Mütter, fonte generosa de informações sobre a teoria literária e companheira de trocas afetivas e intelectuais; à amiga e cunhada, Roseana, pela leitura distanciada, mas

atenciosa, de alguém de outra área e de outro lugar, que solidariamente emprestou sua opinião sobre o texto e à Helena Remina Richlin, colega no Arquivo Histórico de Joinville, revisora de grande parte do texto e paciente leitora de escritos, revistos e alterados diversas vezes.

Aos colegas de pós-graduação, que se tornaram amigos no decorrer do tempo, das dificuldades e dos encontros: Viviane, Aristeu, Artur, Ailana, Luciana, Nóris, Letícia, Álvaro, Arthur Ávila pelo companherismo, solidariedade e momentos de alegria.

Aos Professores de pós-graduação, principalmente, à Professora Sandra Pesavento e ao Professor Temístocles César pelas preciosas sugestões e indicações de leitura.

Ao meu orientador, Professor Guazzelli, pelo acompanhamento rigoroso e atento.

Devo ainda agradecer à Marília e Sandro incansáveis escudeiros do Departamento de História, por sua gentileza e amizade ao longo deste tempo, nas muitas solicitações e favores por mails e outros meios. Entre os que ficam nos bastidores, para que o espetáculo seja possível, há um lugar especial para a Zeti, anjo da guarda de meus filhos, substituta fiel das minhas ausências.

Não poderia esgotar nestas poucas linhas às inúmeras pessoas que percorreram comigo esta jornada de tantas sendas e de insondáveis dificuldades. Mas, existem aquelas que tornaram mais significativo este meu caminho, entre as quais estão o companheiro de ofício, de sonhos, de lutas, de angústias e de alegrias, César, amigo, marido, pai e escudo de amor a resguardar-me de todos os obstáculos materiais e imaginários que me povoam a existência. E meus filhos, Francisco e Cadu, preciosas dádivas da minha realidade, que disputaram minuto a minuto, arduamente, com cada página lida e cada linha escrita a minha atenção, o meu desprendimento, a minha pouca paciência, a minha falta de tempo, me provando que a vida não pode e não deve ser contida, que o tempo passa, não importa o quanto nos esforcemos em não percebê-lo e que amar sempre vale à pena.

Entre as muitas instituições procuradas e utilizadas nesta pesquisa, sem dúvida, é necessário um especial agradecimento à Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul, principalmente, aos funcionários dos acervos das Coleções Especiais que inúmeras vezes atenderam aos meus pedidos de consulta sempre com presteza e solicitude.

Por fim, agradeço especialmente ao CNPq, cuja bolsa de pesquisa usufruída de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006 permitiu deslocamentos e participações em congressos e encontros científicos, com vistas à ampliação e enriquecimento das reflexões aqui desenvolvidas, através dos subsídios fornecidos.

Sempre que olho para as cousas e penso
no que os homens pensam delas,
Rio como um regato que soa fresco numa pedra.
Porque o único sentido oculto das cousas
É elas não terem sentido oculto nenhum,
É mais estranho do que todas as estranhezas
E do que os sonhos de todos os poetas
E os pensamentos de todos os filósofos,
Que as cousas sejam realmente o que parecem ser
E não haja nada que compreender.
Alberto Caeiro¹

“A linguagem consiste em que as palavras, apesar de seu significado concreto, não possuem um sentido unívoco, mas, sim, uma gama semântica oscilante, e justamente essa oscilação constitui a característica peculiar da fala. Só na execução da fala, na fala continuada, na construção de um contexto lingüístico, fixam-se os momentos portadores de significado do discurso quando estes se reajustam entre si.”
George Gadamer²

¹ PESSOA, Fernando. Obra Poética. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965, p.223.

² GADAMER, George. Verdade e Método. *apud in* ALMEIDA, Custódio Luis S. Hermenêutica e Dialética. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.217.

ABSTRACT:

This study aims at, through crossing different literary expressions on Rio Grande do Sul in the XIXth Century, following the course of terms “rio-grandense” and “gaucho”, mainly in regional and journey literature. By doing this, I intend to find changes in meaning of calling the inhabitants of Rio Grande do Sul, from 1847, with José Antonio de Vale Caldre Fião, the author of novel “A Divina Pastora”, which opens regional genre, to “O Vaqueano” and other stories by Apolinário Porto Alegre, in 1872.

Thus, the main question of this research was to find when and why “rio-grandense” social being incorporates and is converted into a cultural being called “gaucho”, and which historical circumstances contribute to that change, which intentions guided the construction of the gaucho’s image as seen nowadays and how this making of has began and persisted along history.

This rio-grandense’s cultural capital is the result of a historical construction, founded in struggles and fights nor produced neither conceived before by men of “belles lettres”, but rather represented in prose and verse, restored and embellished, retold according to their own visions in order to perpetuate memory. Nevertheless, it demands a constant cult to the past through a historical selective memory, once if historiography must bring some facts into light, it’s also true that those who write history can also be silent when necessary.

Considering that in Província do Rio Grande de São Pedro the XIXth Century has come and gone under the spell of war, when constant crossfire was a backcloth to establishing of people’s identities, and that some of them were “monarchs” or “gauchos”, others fought as “Lusitanian-Brazilians” or “Hispanic-Platines”, and others were “Brazilian-gauchos”; and considering that Literature at that time deals with this continuous warlike condition in which the history of 1835’s Great Revolution will be acclaimed by the author’s writings in spite of historic authority, the many struggles for border maintainance like Paraguay War (1865-1870) and Federalism War (1893-1895) were relevant likewise. These were the most tense facts in the process of regional and national political assertion, recording in sul-rio-grandenses’ collective memory the smell of gun powder which pervaded the history of deep South of Brazil.

Thus, History provided the necessary instruments to constitution of rio-grandenses’ way of being, and it’s a task for Literature to shape character, behavior and a name, in a continuous process of cultural constitution so attached to social imaginary, that today another name is unthinkable to call “gauchos” the inhabitants of Rio Grande do Sul. These “gauchos” are not caricatures of neither natives from the city, nor fops from the country.

RESUMO:

Este estudo quer, através do cruzamento de várias manifestações literárias sobre o Rio Grande do Sul do século XIX, acompanhar o percurso dos termos “*rio-grandense*” e “*gaúcho*”, principalmente, na Literatura regional e de viagem, buscando observar as alternâncias de sentido nas formas de designar o habitante do Rio Grande do Sul, iniciando em 1847 com José Antonio do Vale Caldre e Fião e o romance “*A Divina Pastora*”, que inaugura o gênero regionalista, estendendo-se até “*O vaqueano*”, de 1872, além de outros contos de Apolinário Porto Alegre.

Assim, o problema central desta pesquisa foi descobrir quando e porquê o ser social “*rio-grandense*” assimila e é convertido no ser cultural denominado “*gaúcho*” e que circunstâncias históricas contribuem para esta transformação, que intenções contribuíram para a construção da imagem do gaúcho tal como a conhecemos hoje e como esta fabricação foi iniciada e se perpetuou ao longo da história.

Tendo em vista que o capital cultural dos rio-grandenses é fruto de uma construção histórica, assentada em guerras e lutas que não foram fabricadas, nem imaginadas pelos homens das “belas letras”, foram, isto sim, representadas em prosa e verso, reconstituídas e embelezadas, recontadas à sua maneira, no firme propósito de perpetuação de uma memória, o que, sem embargo, exige um perseverante culto ao passado através de uma sempre seletiva memória histórica, pois se à historiografia cabe evidenciar e trazer à tona determinados fatos, também não é menos verdadeiro que quem a escreve também pode calar quando for conveniente.

Considerando, portanto, que na Província do Rio Grande de São Pedro, o século XIX viera e se fora sob o signo da guerra, onde sob constante fogo cruzado se estabeleceram os parâmetros identitários dos rio-grandenses, e que nestas lutas alguns deles entraram como “*monarcas*” e “*gaúchos*”, outros se enfrentaram como “luso-brasileiros” e “hispano-plateanos” e entre uns e outros surgiram os “*gaúchos brasileiros*”. E constatando ainda que a Literatura do período tratará com igual fervor este estado de permanente atuação militar, em que restará consagrada pela pena dos autores, a grande revolução de 1835, mas sem embargo da autoridade histórica deste fato, não foram de somenos importância as inúmeras guerras de manutenção das fronteiras, assim como a Guerra do Paraguai (1865 a 1870) e ainda, a Federalista (1893 a 1895), que constituíram os momentos mais tensos do processo de afirmação política nacional e regional, registrando na memória coletiva sul-rio-grandense o cheiro de pólvora e sangue que permeou um século de história do extremo sul do Brasil.

De modo que a História forneceu os subsídios necessários à fabricação do estilo rio-grandense de ser e à Literatura coube forjar um caráter, um comportamento e um nome, num processo contínuo de construção cultural, que aderiu de tal modo ao imaginário social, que hoje é praticamente impensável outra denominação aos habitantes do Rio Grande do Sul, que não seja a de *gaúchos*, e que, todavia, não são caricaturas nem de guascas da cidade, nem de janotas do campo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
<i>A construção da identidade regional a sombra de um personagem</i>	9
1. Os textos no tempo: a Literatura como fonte histórica	9
2. Literatura e História: desafios e limites	20
3. Percorrendo antigas trilhas: a palavra, o sentido e a ressemantização	34
4. O fio de Ariadne no labirinto da linguagem	43
CAPÍTULO 1	47
<i>Na representação da cultura regional a construção literária da nação</i>	47
1.1. As artes da palavra num estilo tropical, pitoresco e nacional	47
1.1.1. Eis-nos ante um povo de forte individualidade	48
1.1.2. A construção do “ <i>Instinto de Nacionalidade</i> ”	57
1.1.3. As primeiras letras que representam a província	75
1.2. Caldre e Fião, um Rio-Grandense na Corte	83
1.2.1. A moreninha e a pastora	87
1.2.2. Autor e narrador: notas explicativas	92
1.3. A Divina Pastora: <i>Novella Rio-Grandense</i> ou brasileira?	95
1.3.1. Vestígios narrativos e intrusão do narrador n’ <i>A Divina Pastora</i>	100
1.3.2. Rio-Grandenses <i>versus</i> gaúchos n’ <i>A Divina Pastora</i>	108
1.4. Quadros regionais e construção literária da nação n’ O Corsário	114
1.4.1. Discurso contra-revolucionário e distanciamento n’ <i>O Corsário</i>	119
1.4.2. As representações regionais de Caldre e Fião n’ <i>O Corsário</i>	123
1.4.3. Rio-Grandenses, monarcas e gaúchos n’ <i>O Corsário</i>	127
1.5. Caldre e Fião e a escolha de uma identidade regional	139
CAPÍTULO 2	146
<i>Do olhar nativo à visão do forasteiro</i>	146
2.1. Notícias descritivas sobre o Sul do Brasil: as impressões dos viajantes	146
2.1.1. A viagem como ciência de educação dos sentidos	148
2.1.2. O “olhar armado”	150
2.1.3. Os viajantes e a literatura de viagem	153
2.2. Joseph Hörmeyer, um oficial alemão encantado com o Rio Grande	158
2.2.1. Os costumes, as lutas e a lida no Rio Grande	159
2.2.2. O <i>Rio-Grandense</i> urbano e campeiro, segundo Joseph Hörmeyer	162
2.3. Diagnósticos de um médico viajante: Robert Avé-Lallemant	169
2.3.1. Primeiro olhar: as colônias e os teuto-rio-grandenses	171
2.3.2. Outras impressões: caminhos imprecisos, hospitalidade abundante e algumas notas sobre as éguas, as esporas e os estragos da Revolução	176
2.3.3. Um rápido olhar sobre os rio-grandenses e um diálogo com Caldre e Fião	179
2.3.4. Uma desagradável visão: os “ <i>gaúchos-cossacos</i> ”	185
2.3.5. Do <i>campeiro rio-grandense</i> aos <i>gaúchos-cossacos</i>	189
2.4. Campeiros rio-grandenses e gaúchos: um limite identitário tangível?	191
2.4.1. Um olhar fronteiro: Sarmiento e o <i>gaucho</i> argentino	195

CAPÍTULO 3	205
<i>De como a identidade regional foi construída a ferro, fogo, papel e tinta</i>	205
3.1. Homens da política, da guerra e das letras no IHGPSP	205
3.1.1. Arcádia rio-grandense: um esforço guerreiro nas letras	214
3.1.2. <i>Gaúchos e Monarcas das Coxilhas</i> nos palcos do Recife	216
3.1.3. O <i>Monarca das Coxilhas</i> : uma criação luso-brasileira	231
3.1.4. Da Arcádia ao Partenon: os fundamentos da identidade regional	234
3.1.5. Sob o signo do pertencimento: o Partenon Literário	242
3.2. Alencar e o <i>Gaúcho</i> : eis o nome!	246
3.2.1. “Hamlet guasca” ou pseudogaúcho?	253
3.2.2. Entre o deserto e a fronteira, um ser de “alma pampa”: o gaúcho	255
3.2.3. Comandante de fronteira, caudilho ou “rei da campanha”?	266
3.2.4. Manuel Canho ou um canhestro rio-grandense alencarino?	272
3.2.5. Desatando nós e amarrando significados: encilhando a identidade	279
CAPÍTULO 4	297
<i>A última guerra entre a Província e a Corte é pelo poder de nomear</i>	297
4.1. Um bravo combatente das letras na província: Apolinário Porto Alegre	297
4.1.1. Alencar ou Apolinário: o gaúcho ou o vaqueano?	302
4.1.2. A nobreza do campeiro rio-grandense em Apolinário Porto Alegre	310
4.1.3. Quando o “monarca das coxilhas” torna-se um “guasca” na cidade	313
4.1.4. O campo sob o “romântico” olhar urbano	315
4.1.5. Quando uma boa equitação vale uma monarquia	320
4.1.6. Apolinário entre o gaúcho e o rio-grandense	326
CONSIDERAÇÕES FINAIS	335
<i>A construção do símbolo da identidade sul-rio-grandense</i>	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	347
1. Bibliografia Geral:	347
2. Teses e Dissertações:	352
3. Artigos:	353
FONTES	355
1. Literatura de Ficção: Romances, contos, teatro e poesia	355
2. Periódicos: Revistas Literárias e Jornais	355
3. Literatura de Viagem:	355
4. Memórias. Dicionários. Coletâneas. Estudos sócio-históricos:	356
ARQUIVOS e BIBLIOTECAS CONSULTADOS	356

INTRODUÇÃO

A construção da identidade regional a sombra de um personagem

*“o mundo é um palco, e homens e mulheres,
não mais que meros atores. Entram e saem
de cena e durante a sua vida não fazem mais
do que desempenhar alguns papéis.”*

William Shakespeare¹

1. Os textos no tempo: a Literatura como fonte histórica

A palavra escrita é um das maneiras de materialização do pensamento humano. Ela é o meio através do qual a vida humana adquire *status* de obra filosófica *stricto sensu*, isto é, a linguagem ao ser registrada – na pedra, na madeira ou numa folha de papel – revela uma capacidade de expressão, que implica numa reflexão e que pode levar a uma compreensão sobre a realidade em que se vive, na qual as idéias convertidas em palavras representam um outro modo de ver e de sentir o mundo, permitindo que se construam formas simbólicas para o entendimento *de si* e fundando parâmetros de distinção para os *outros*.

Quando pessoas criam símbolos e significados para estes símbolos, elas estabelecem um código cultural entre si e partilham deste entendimento. Entretanto, os símbolos só constituem seus significados a partir das práticas sociais cultivadas e reproduzidas no interior da comunidade que os produziu. Portanto, é necessário que existam condições para que um determinado conjunto de práticas, que conferem sentidos aos símbolos ao serem compartilhadas com os demais membros do grupo, provoque um mesmo entendimento e/ou sentimento coletivo que seja capaz de constituir uma identidade cultural historicamente definida.²

Aqui a utilização da categoria “identidade cultural”, visa ressaltar uma questão central nesta discussão que é o “regionalismo”, ou seja, o conjunto de características culturais específicas de cada região brasileira que conferem à identidade nacional esta multiplicidade cultural que compõe, paradoxalmente, sua especificidade mais marcante.³

¹ SHAKESPEARE, William. *Como gostais. apud in GAARDER, Jostein. O Mundo de Sofia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.243.

²Castoriadis discute a dificuldade de definição das fronteiras do simbólico neste sentido ele considera que *“todo o simbolismo é diacrítico ou age “por diferença”: um signo só pode emergir como signo sobre o fundo de alguma coisa que não é signo ou que é signo de outra coisa. Mas isso não permite determinar concretamente por onde deve passar a fronteira de cada vez.”* In. CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.144.

³As estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro no sentido de construir, através de um discurso autorizado – do qual José de Alencar será o principal arauto – as características nacionais afirmando o regionalismo como um movimento contrário ao nacionalismo, são muito claramente apresentadas por: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983. Uma discussão bastante interessante que apresenta o “regionalismo francês” e sua associação com uma “pequena pátria” numa

Portanto na composição de uma identidade seja ela nacional ou regional concorrem contribuições culturais de várias ordens, entre as quais encontra-se a Literatura, pois, assim como através dela constroem-se novos significados, também são consolidadas antigas crenças, mas, sobretudo, revelam-se modos de percepção da realidade através da linguagem, de tal maneira que, como afirma Wittgenstein, “os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo”⁴.

Com efeito, é na e pela linguagem que se pode perceber, muito claramente, esta especificidade da natureza do ser humano, qual seja, a singularidade de uma existência única, e a exclusividade de pertencer a um gênero tão variado em comportamentos sociais, ou seja, é simultaneamente uno e múltiplo. Uno porque individual e múltiplo, justamente porque cada grupamento humano revela características próprias de sua construção cultural, entre as quais destaca-se a linguagem.⁵

Assim é esta capacidade do *ser humano* de criar por contraste ou comparação outros indivíduos ao mesmo tempo iguais e diferentes de si cria a dualidade identidade/alteridade, que por fim estabelece o confronto entre os universais.

A rigor, é deste choque que se originam as discussões em torno das categorias “identidade” e “cultura”, e elas tornam-se necessárias sempre que existe a percepção de distorções nos padrões de referência de indivíduos, inscritos num determinado ambiente e período histórico, isto é, quando um grupo social percebe-se diferente seja nas atitudes e comportamentos, seja nos hábitos mais simples de alimentação ou habitação, enfim das diversas possibilidades de existência descobertas através do encontro com um “outro” ser humano.

É neste sentido, portanto, que a linguagem como a matriz geradora de entendimento humano – como meio de acesso ao mundo humano em si –, torna-se um poderoso instrumento de tradução da realidade natural, sensível, visível, para uma realidade cultural de significados que, embora nem sempre nítidos aos olhos estrangeiros, permitem, ao grupo que os vivencia, explicitar as diferenças e configurar as identidades, tal como definem Ferreira e Orrico, ou seja:

derivação do que seria o “Helmat” alemão, ver: THIESSE, Anne-Marie. “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). In: Estudos Históricos: História e Região. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.3-16. Sobre o tratamento dispensado ao regionalismo na Literatura brasileira ver artigo: CHIAPPINI, Ligia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. In: Estudos Históricos: História e Região. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.153-159.

⁴MORENO, Arley R. Wittgenstein: os labirintos da linguagem. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. UNICAMP, 2000, p.105.

⁵Quanto a distinção para a não universalidade dos termos, adota-se a explicação dada por Castoriadis, para esclarecer que a *singularidade no ser humano não é acidental ela é da essência do ser*, por isso, segundo ele: “É cada vez a singularidade do indivíduo, ou a singularidade de uma sociedade particular, que fazem que sejam este indivíduo e esta sociedade, e que traduzem a sua essência.”, in.: CASTORIADIS, Cornelius et alii. A criação histórica e a Instituição da Sociedade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992. p.84.

É a partir da linguagem e de sua manifestação nos diálogos do cotidiano, nos textos e nas imagens que construímos as referências que viabilizam a existência da memória e que permitem que nos identifiquemos como membros deste ou daquele grupo social. Em outras palavras, utilizamo-nos da língua e de outros sistemas de significação socialmente construídos para elaborar os significados, as representações que dão sentido à nossa existência. É na linguagem que se constroem as culturas humanas, ou seja, que se constroem as narrativas e os discursos que orientam as nossas ações. Conseqüentemente, a linguagem se apresenta como o lócus privilegiado para os estudos que pretendem investigar como são e como se constroem as narrativas e as identidades que dela emergem, as memórias que conectam passado e presente dos grupos sociais e que orientarão as relações com o futuro.⁶

Assim, a Literatura como uma forma da expressão humana, porque potencializa o que é da sua natureza, convertendo em arte a linguagem e a racionalidade, agregando significado e valor ao mundo através da escrita, nos possibilita uma “visão” privilegiada porque, acrescenta à análise do historiador um modo de percepção subjetivo do real vivido, através do imaginário social de certo tempo, sobre determinado grupo social, que ao ser materializado nos textos literários, dá a ler a maneira como “vêem” a si mesmos e também como são percebidos pelos outros, tornando possível um diálogo entre as representações sociais de um outro tempo.⁷

Entende-se, portanto, que à História cabe evidenciar e distinguir os diversos tipos de discursos produzidos numa sociedade e dar-lhes possibilidade de eco através do tempo, assim como pode e deve buscar nas palavras os vestígios, os traços culturais que, se “ditos” de uma maneira ou de outra, podem contribuir para uma melhor compreensão da identidade de um grupo social.

Nesta pesquisa, as narrativas literárias são vistas e consideradas não apenas como meros documentos, reduzidas a uma interpretação somente textual, que considere “o texto pelo texto”, isto é, uma análise centrada tão somente na resolução interna da trama ou interessada na articulação dos elementos narrativos apenas como exemplos de “sintomas” sociais, mas, sobretudo, buscou-se analisá-las além de seu aspecto lingüístico.

Entretanto, para reconstituir este “falar” de outro tempo, em certos momentos, o trabalho empírico e interpretativo desta pesquisa esteve muito próximo do procedimento hermenêutico aplicado à Literatura, no sentido de compreender e interpretar as dissonâncias encontradas no uso das palavras “rio-grandense” e “gaúcho” durante a segunda metade do século XIX. Contudo, conforme ensina Koselleck, os textos (de ficção ou não) tomados como fontes são pontos de partida na análise historiográfica, pontos que iluminam o

⁶ FERREIRA, Lucia M. A. e ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.) Linguagem, identidade e memória social. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.8.

⁷ Sobre os “sistemas de representação” e “representação poética” ver especialmente o capítulo II: O questionamento das sombras: mimesis e modernidade. In: LIMA, Luiz Costa. Mimesis e modernidade: formas e sombras. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

caminho da investigação, permitindo questionamentos sobre uma realidade existente além dos textos.⁸

Neste sentido, embora, a origem do problema colocado nesta pesquisa seja de fundo hermenêutico, mesmo que exista uma tentativa ou a tentação de “revivificar a linguagem”⁹, tal atitude interpretativa tem apenas a intenção de recolocar os termos em seu próprio tempo, procurando sempre considerar as referências culturais daqueles autores a fim de entender a sua aplicação naquele contexto histórico e através disso recompor o processo de construção da identidade regional.

Tal procedimento, por mais óbvio que pareça, pretende apenas evitar a interpolação, isto é, “*impedir que o intérprete empreste ao texto o que originariamente ele não continha*”¹⁰ e o anacronismo, o uso de uma expressão ou um julgamento cronologicamente deslocado, que são equívocos interpretativos que podem se apresentar tanto na Literatura quanto na História.

Cumprido ressaltar, contudo, que ao adotar-se uma atitude interpretativa hermenêutica do ponto de vista historiográfico buscou-se também renovar o seu entendimento, isto é, descentrá-la do intérprete e recolocar as palavras e seus sentidos, novamente, no mundo social, considerando as narrativas literárias como parte integrante, e em certo grau autônomas, de um processo cultural que se gesta e que gera significados para o entendimento de uma sociedade que é composta pelo autor e seu público leitor, conforme entende Skinner citado por Luiz Costa Lima, assim:

O texto passa a ser visto, “não em termos causais e positivistas, como um precipitado de seu contexto, mas, em termos circulares e hermenêuticos, como um item significativo, dentro de um contexto mais amplo de convenções e suposições (...)”¹¹

Isto significa ver o texto literário como um valioso vestígio remanescente de uma época escoada no qual a linguagem utilizada na materialização do imaginário pode revelar – através de suas transformações e/ou permanências nos modos de designar, de descrever, de perceber-se a si e aos outros numa sociedade –, as escolhas, as seleções ou as eleições inseridas no texto que produzem e tornam visíveis as classificações identitárias.

Embora o tema central deste estudo focalize as denominações aos regionais, o esforço foi compreender as narrativas diante das condições sociais de seu processo de

⁸ KOSELLECK, Reinhardt. *Histórica y Hermenêutica*. p.91.

⁹ Bourdieu faz uma dura crítica a hermenêutica em Heidegger e Gadamer. In: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996, p.336-347. Para uma análise da Hermenêutica aplicada à Literatura ver: LIMA, Luiz Costa. *Hermenêutica e abordagem literária*. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Literatura em suas fontes*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.63-94.

¹⁰ LIMA, Luiz Costa. *id. Ibidem*, p.65-93.

¹¹ SKINNER, Q., 1975: “Hermeneutics and the role da history”, *apud. in.* LIMA, Luiz Costa. *Id. ibidem*, p.93.

produção e também como acontecimento social – considerando-as desde sua fonte de origem localizada no autor/escritor diante de sua época e seu contexto sócio-cultural; passando pelo exame do lugar social de fala deste autor/escritor; até a avaliação da autoridade de sua enunciação na produção de um discurso instituidor de parâmetros identitários –, de modo a possibilitar a ampliação do significado deste texto em relação ao mundo social que cerca o escritor e seus leitores.

Entretanto, vale ressaltar que este trabalho não pretende, senão quando as fontes assim o permitirem, realizar uma análise à luz da “estética da recepção”. Mesmo sabendo que um texto qualquer só se realiza quando submetido a um leitor não dispomos de material suficiente para tais aproximações, elas apenas serão possíveis em alguns momentos. Mas, não obstante as limitações, ainda assim entendemos que é possível explorar as múltiplas representações sociais que as narrativas literárias de gêneros variados nos permitem.

Vale ressaltar que importam também os meios de publicação e circulação, incluindo as suas relações de significação com outros textos e autores do período literário e histórico, ou seja, “*as relações que as obras mantêm com o mundo social*”¹² que as possibilita e que, portanto, implicam em relacionar, pelos diferentes modos de apropriação, “o mundo do texto” ao “mundo do leitor”, conforme a indicação teórica de Roger Chartier inspirada em Paul Ricoeur, que diz:

Uma história da literatura é, pois, uma história das diferentes modalidades da apropriação dos textos. Ela deve considerar que o “mundo do texto”, usando termos de Ricoeur, é um mundo de objetos e de *performances* cujos dispositivos e regras permitem e restringem a produção de sentido. Deve considerar paralelamente que o “mundo do leitor” é sempre aquele da “comunidade de interpretação” (segundo expressão de Stanley Fish) à qual pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses. O porquê da necessidade de uma dupla atenção: à materialidade dos textos, à corporalidade dos leitores.¹³

Portanto, conforme adverte Chartier sobre o tratamento a ser dado à fonte literária, é tão importante atentar para todo o aparato envolvido no processo de produção e divulgação do texto literário, quanto aos “*efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos sobre a construção de seu sentido*”¹⁴, que além de contribuir como indícios sobre as circunstâncias da existência social da obra, nos remetem para importantes reflexões sobre outra questão central que é a noção de apropriação, pois segundo ele:

¹² CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.258.

¹³ CHARTIER, Roger. *Id. Ibidem*, p.258.

¹⁴ CHARTIER, Roger. *Debate: Literatura e História*. In: Topói – Revista de História. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p.197.

A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem. Dar assim atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentido (na relação de leitura mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, quer sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.¹⁵

A “apropriação” é utilizada por Chartier a fim de sistematizar sua questão central que é a relação entre as práticas do mundo social e a construção dos discursos, designadas por ele como “mundo do texto” e “mundo do leitor” em que “produção de sentido” e “comunidade de interpretação” interagem continuamente possibilitando uma análise mais rica das sociedades e dos grupos sociais que a compõem.

João Adolfo Hansen ao comentar algumas das principais formulações de Chartier sobre o uso da Literatura como fonte histórica, considera que o historiador francês propõe uma revisão das categorias que norteiam a história literária (de tradição iluminista, hegeliana, romântica, positivista), a partir de uma análise que considere que os “*discursos que concebemos como literatura existem enquanto discursos como resultados de práticas que pressupõem sistemas de representação*”¹⁶, donde conclui que:

uma abordagem especificamente histórica da literatura, como Chartier propõe, consistiria em não dar o discurso como natural, mas buscar, a partir de discursos particulares, a possibilidade de reconstruir os sistemas de representação que os subentendem, como relação de usos/estruturas.¹⁷

Tal formulação da idéia de Chartier, sucintamente apresentada por Hansen, confirma a importância do conceito de “apropriação” e sua aplicação na articulação entre as práticas sociais e suas representações culturais, desnaturalizando qualquer formulação discursiva tal como concebida por Michel Foucault¹⁸ que, por sua vez, inspirou-se na lição de Nietzsche, sobre a equivocada idéia dos filósofos sobre o homem *tout court*.¹⁹

¹⁵ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.68.

¹⁶ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2000, p.209.

¹⁷ HANSEN, João A. In: CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2000, p.210.

¹⁸ Foucault demonstrou a inexistência de quaisquer objetos intelectuais “naturais”. Como explicou Chartier, “a loucura, a medicina e o Estado não são categorias que possam ser conceituadas em termos de universais cujos conteúdos são particularizados por cada época”; são historicamente dados como “objetos discursivos”, e uma vez sendo historicamente fundamentados, e, por implicação, sempre sujeitos a mudanças, não podem oferecer uma base transcendental ou universal para o método histórico”. Cf. HUNT, Linn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.9-12.

¹⁹ Entre os ensinamentos de Nietzsche, tomados por Foucault, está o escrito em 1878 sobre a equivocada idéia dos filósofos sobre o homem *tout court*, ou seja: “*Todos os filósofos têm em comum o defeito de partir do homem atual e acreditar que, analisando-o, alcançam seu objetivo. Involuntariamente imaginam “o homem” como uma aeterna veritas [verdade eterna], como uma constante em todo o redemoinho, uma medida segura das coisas. Mas tudo o que o filósofo declara sobre o homem, no fundo, não passa de testemunho sobre o homem de um espaço e tempo bem limitado. Falta de sentido histórico é o defeito*

Entretanto, convém ressaltar que, embora, a pertinência de tal conceito seja considerada neste trabalho como uma maneira de estabelecer esta articulação entre as práticas e suas representações, isto não implica que todas as fontes selecionadas possibilitem tais conexões, mas que sua contribuição reside em alertar para as atitudes sociais que agem na construção ou rejeição de sentidos sociais compartilhados.

Pois o vínculo entre ficção (mundo do texto) e realidade (mundo do leitor) se estabelece pela via do imaginário social expresso no texto literário, compartilhado entre o autor e os leitores através da difusão destes textos, seja pelos jornais ou folhetins, ou ainda como livros, que são produzidos segundo um certo estilo narrativo de época, e que representam um modo de “ver”, de sentir e de significar o mundo, ou seja, um outro modo de acesso ao real, no qual *“o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita”*, tal como explica Chartier:

A relação do texto com o real (que pode talvez definir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real, construindo-o com um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita. O que leva, antes de mais, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, mas a atender à sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como a elaboração formal, têm em vista produzir mais do que mera descrição. O que leva, em seguida, a considerar que os “materiais-documentos” obedecem também a processos de construção onde se investem conceitos e obsessões dos seus produtores e onde se estabelecem as regras de escrita próprias do gênero de que emana o texto.²⁰

É, portanto, a Literatura um *lócus* privilegiado de produções de sentido, por sua importância como prática social dos sujeitos históricos (autores e leitores), como representação simbólica da realidade na qual está inserida, que dá a ler modos socioculturais de expressão através da materialização no texto de possíveis modos de “fala” regional e, também, como constituinte do discurso social²¹ produzido pelas diversas modalidades discursivas existentes numa sociedade. Desde os mais tradicionais códigos sociais instituídos pelo costume até as formulações legais reguladoras da sociedade, dos artigos jornalísticos às narrativas literárias de ficção ou de cunho historiográfico, que são

hereditário de todos os filósofos”. Cf. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000, p. 16.

²⁰ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.63.

²¹ Para uma discussão sobre o “discurso social” entendido como um sistema organizador do trabalho discursivo numa sociedade ver: ANGENOT, Marc. Para uma Teoria do Discurso Social: Problemática de uma pesquisa em andamento. (Tradução Zilá Bernd) In: Cadernos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Instituto de Letras. Nr.7: Porto Alegre, 1992, p.8.

compartilhadas – pelos leitores – num determinado meio social e que estão impregnadas de significados historicamente construídos. Pois como assevera Sandra Pesavento:

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? (...) é a Literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma.²²

Enfim, a Literatura se estabelece como via de conhecimento do passado, justamente por proporcionar à História um depoimento indireto e sensível sobre os anseios e os sentimentos das pessoas de um determinado tempo, assim como por preservar e revelar uma maneira possível de falar e de agir destes indivíduos de antanho.

Tendo em vista que a atribuição de um nome, tal como “gaúcho”, que possui significações socioculturais específicas que classificam e distinguem um grupo social, ao ampliar-se até ser adotado como “apelido regional” em substituição ao patronímico “rio-grandense”, precisou percorrer um longo caminho através do imaginário sociocultural até alcançar outras significações que permitissem sua adoção na sociedade sul-rio-grandense. Neste sentido, o processo de integração entre “rio-grandenses” e “gaúchos” pode ser acompanhado pelo uso da linguagem na Literatura, através dos variados modos de percepção de suas diferenças apresentados pelos narradores em diversos tipos de “relatos” literários, seja pela maneira como são recriadas as situações sociais, seja nos modos de dizer, de nomear e de distinguir.

É, neste sentido, portanto que a proposta deste estudo visa tratar os textos literários com estrito rigor historiográfico, ou seja, como registros que representam um modo de percepção datado que embora digam respeito ao seu autor, também agem na sociedade à revelia deste, ou a partir da recepção de seus leitores, que podem dar-lhe outras dimensões de significação, assim como conceder ou recusar-lhe o crédito quanto ao modo como são representados, para tanto os escritos devem ser tomados à luz de seu próprio tempo e no interior do sistema de representações que rege tal sociedade, não como *relatos verdadeiros*, mas como um *referente* de uma “visão” do autor/narrador sobre sua época, tal como explica Pesavento:

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.82-83.

No caso de um texto literário que fale de seu tempo (...), o historiador sobre ele se debruça a resgatar as sensibilidades, as razões e os sentimentos de uma época, traduzidos esteticamente em narrativa pelo autor. Quando o texto literário fala do passado, construindo-se como um romance histórico (...), o historiador não busca nele a verdade de um outro tempo, vindo no discurso de ficção a possibilidade de acessar o passado, mas a concepção de passado formulada no tempo da escritura.²³

Assim, busca-se captar, nesta privilegiada “*concepção de passado formulada no tempo da escritura*”, as modificações e as permanências na apreensão dos significados sociais e culturais das palavras “*rio-grandense*” e “*gaúcho*” nas narrativas de diferentes autores, entre os anos de 1847 e 1877, para tanto é necessário um esforço multidisciplinar que possa contar com o auxílio da interpretação antropológica da cultura na construção de um panorama histórico que dê conta das transformações ocorridas nas práticas sociais e nos hábitos mentais que organizam o mundo sob a forma de um imaginário simbólico no interior do tecido social.

Transformações e influências que podem ser percebidas e encontradas na escrita dos autores, posto que estes são sujeitos históricos de seu próprio tempo e que neste sentido podem dar a ler, através de seus textos, um conjunto de significados socioculturais partilhados num dado momento, tendo em vista como adverte Nilda Teves que, “*tanto o documento quanto o leitor refletem a bacia semântica de seu tempo como um conjunto homogêneo de representações que manifestam o imaginário sociocultural da época*”.²⁴

Entretanto, embora concordemos com a existência de uma “*bacia semântica*” que expressa e representa um imaginário sociocultural, é conveniente relativizar nossa concordância com Teves de que texto e leitor “reflitam” a “*bacia semântica de seu tempo*”, visto que nem consideramos que constituam um “*conjunto homogêneo de representações*” porque entendemos que as representações são tão múltiplas quanto suas possibilidades interpretativas sobre o “*imaginário sociocultural da época*” transmitidos pela linguagem utilizada nos textos, nem tampouco que, simplesmente, “reflitam” tal comportamento interpretativo, senão que – texto e leitor – inserem-se, convivem e coexistem com certas informações que, por serem predominantes, estabelecem entre eles aproximações que podem provocar entendimentos comuns, mas não necessariamente homogêneos.

Pois, conforme explica Chartier, nenhum texto “*mantém uma relação transparente com a realidade que apreende*”, ou seja, considerar o texto literário como prática sociocultural é compreendê-lo como resultado de um processo de produção é, portanto, analisá-lo “*como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de*

²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *op. cit.*, 2004, p.83.

²⁴ TEVES, Nilda. *Imaginário social, identidade e memória*. In: FERREIRA, Lucia M. A. e ORRICO, Evelyn G. D. (orgs.) *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.64.

apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção".²⁵

É dentro desta perspectiva, portanto, que a historiografia e Literatura adquirem sua complementaridade, mais precisamente no estudo dos modos pelos quais as pessoas constroem, através de práticas sociais e categorias discursivas, significados que representam, existências coletivas, a partir de um imaginário social compartilhado, ou no dizer de Benedict Anderson, de "*comunidades imaginadas*" que ajudam a configurar certos limites identitários entre os grupos.

Tendo em vista que tais "comunidades imaginadas" se constituem a partir da reunião de existências singulares que para produzir um grupo social construirão um sistema de representação histórico-cultural, dentro do qual os indivíduos se reconhecerão como pertencentes ao mesmo grupo, estabelecendo por fim marcas simbólicas de identidade, que envolvem desde rituais e códigos de conduta até uma linguagem própria.²⁶

É neste sentido que a História Cultural permite, juntamente, com outras áreas do conhecimento, articular a reflexão sobre a historicidade das construções socioculturais e os aportes teóricos necessários a esta discussão, visto que é através da Cultura de uma sociedade que categorias como "Representação", "Identidade", "Memória" e "Imaginário", possibilitam pensar e interpretar as "práticas sociais" e os "hábitos mentais" expressos nas representações dessas práticas, pois as práticas culturais intencionalmente ou não, são parte fundamental da construção das identidades sociais.²⁷

Reiterando-se que a Cultura²⁸ como outras noções também é construída historicamente e que, portanto, possui diversos entendimentos, a definição aqui adotada é a de Clifford Geertz, utilizada por Chartier, para o qual:

²⁵ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.63.

²⁶ Stuart Hall ao referir-se à construção das identidades nacionais salienta a importância do discurso na representação da nação e de seus membros, e diz que: "*As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.*" Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 50.

²⁷ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 1990, p.13-28.

²⁸ As obras de referência neste estudo sobre o conceito de cultura são: CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999. EDGAR, Andrew, SEDWICK, Peter (eds.). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador Vol.1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de Si através dos Outros*. São Paulo: Edusp, 1993. WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

O conceito de cultura [...] designa um conjunto de significações historicamente transmitido e inscrito em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas nestas formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu saber sobre a vida e suas atitudes diante dela.²⁹

Assim, através de suas narrativas peculiares, História e Literatura representam a construção do sentido e a busca pelas explicações dos significados das práticas humanas, pois “o homem é um ser que procura o sentido”, afirma Castoriadis, “e para satisfazer esta necessidade de sentido, cria o sentido”³⁰.

Este sentido a que se refere o filósofo encontra sua expressão no imaginário construído por uma sociedade sobre si mesma e sobre os outros, de maneira que para compreender como se originam ou se estruturam determinadas concepções (“visões de mundo” e/ou pré-conceitos) num grupo social, a historiografia precisa considerar a presença das narrativas literárias num certo tempo e lugar, de forma que o real (materialidade do texto e do autor) e o imaginário (atitudes sociais e hábitos mentais expressos na narrativa de ficção) participam de fato na constituição do sentido da existência humana.

Para Costa Lima, Literatura e História estão entre as “possibilidades discursivas” que nos oferecem abordagens diversas, porém não divergentes, senão complementares, da realidade, se “entendemos a realidade como múltipla e composta de tempos diversos (Herder), produto da fusão de uma materialidade com um ponto de vista”³¹, tal entendimento nos reconduz aos modos de atribuição de sentido à vida ou ao que é vivido como real.

E é precisamente aí que se encontram estas narrativas, isto é, quando a História, aliada à Literatura consegue captar um conjunto significativo de referências – e mesmo constituir-se num referente –, sobre uma época, um lugar, um grupo social, e juntas podem construir um discurso que traduza algo, que não corresponde exatamente àquilo que Hegel chamou de “espírito”; mas que captado de outro modo, esteja talvez mais próximo do que Marx chamaria de “condições de existência”. No entanto, o que ambas soem produzir juntas é um refinado diálogo entre as representações do mundo social através de narrativas que expressam, aquilo que Baczkó denominou, um “imaginário social” sobre o mundo e as pessoas em seu tempo presente e/ou do passado.

²⁹ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p. 60.

³⁰ CASTORIADIS, Cornelius et alii. *A criação histórica e a Instituição da Sociedade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992, p. 93.

³¹ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006, p.385.

2. Literatura e História: desafios e limites

Tal como a entendemos, a literatura constitui o conjunto de obras produzidas em qualquer campo do saber desde a Filosofia até a Geografia, da Medicina até a História ou do Direito à Arquitetura, e que expressam a capacidade do ser humano de abstrair, ou seja, de representar através de palavras (ou códigos lingüísticos), a compreensão humana do mundo. Entretanto, deve-se ter em conta que esta é uma concepção bastante abrangente e que serve ao historiador apenas como um meio de distinguir ou classificar grupos de discursos específicos, tais como, “literatura médica”, “literatura jurídica” ou “literatura historiográfica”, sem que tal discriminação os remeta, necessariamente, ao discurso ou literatura ficcional.

Tendo em vista que, o termo literatura quando aplicado às demais áreas do conhecimento, possibilita também o seu reconhecimento como um conjunto de obras e saberes que participam da transmissão, para as gerações seguintes, de uma memória do conhecimento produzido nas várias atividades humanas em um determinado período e lugar.

Sem desconsiderar, entretanto, a problematização que envolve a conceituação do termo “literatura”, seja pelo esvaziamento de sentido devido a generalizações, seja pela restrição a certas modalidades discursivas específicas, tal como o expõe Luiz Costa Lima em recente trabalho teórico sobre o tema.³²

À procura de uma definição mais apropriada à classificação em questão, Costa Lima percorre um longo e sinuoso caminho a fim de estabelecer alguns parâmetros para sua aplicação. Tarefa árdua e exigente que lhe proporciona mais desassossego do que tranquilidade, dada a abrangência encontrada nas contribuições de outros teóricos, como Gadamer que afirma: “*Ao modo de ser da literatura compete toda a pesquisa seriamente pensada que esteja essencialmente ligada à forma da linguagem*”.³³

Não contente com tal formulação, busca ainda em Schlegel, Mme. Staël e Chateaubriand outras possibilidades de entendimento. O primeiro oferece uma percepção, inovadora em seu tempo, sobre a subjetividade do autor enquanto matéria prima da elaboração do romance. Os dois últimos concebiam-na como uma nova possibilidade de expressão que privilegiava a imaginação e a exaltação às emoções.

Sem conseguir vislumbrar nem mesmo a definição mais elementar, a lexical, recorre então a Proust e sua crítica ao modelo de crítica literária aplicada por Sainte-Beuve, no qual

³² LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006. Este trabalho está dividido em seções A, B e C, que correspondem aos temas indicados no título, nesta discussão as notas a seguir referem-se todas à Seção C: Literatura.

³³ GADAMER, H.-G. *Wahrheit und Methode* (1960), 4ª edição, J.C.B. Mohr, Tubingen, 1975, p.155 *apud in* LIMA, Luiz Costa. *Id ibidem*, p.326.

parece encontrar, pela comparação entre a linguagem utilizada por Balzac em contraste com Flaubert, o fio que o conduz – pelo modo de utilização da linguagem daqueles romancistas – à seguinte reflexão: “O romance é literatura não porque expresse uma vida, mas porque a leva a ingressar na cena ficcional”.³⁴

No percurso que o leva ao encontro da definição mais apropriada de literatura, Costa Lima depara-se, necessariamente, com o discurso ficcional, porém pondera que “o território da literatura não se confunde com o da ficcionalidade. Assim como a ficção não se limita à literatura”³⁵. Aproximando-se de Valéry não encontra considerações sobre o romance, pois para o poeta, “fora do poema tudo o mais não passava... de literatura”³⁶. Em Sartre “a palavra é ação”³⁷, mas também poesia e literatura são coisas distintas. As reflexões de Ingarden são apenas uma ponte no meio do seu caminho rumo a teorização.

Mais adiante, encontra em texto recente uma dupla acepção no verbete “Literário. Literatura”:

No uso geral da linguagem, literatura hoje designa, na verdade, os textos (escritos), pelos quais em princípio se pensa nos textos publicados ou também e apenas na totalidade dos textos de que se tem por adequada a recepção estética e que forma prioritariamente o objeto dos estudos literários – em primeiro lugar, os textos ficcionais, imaginativos, “a literatura de arte”. Ademais, literatura é uma designação para a totalidade de escritos sobre um certo ramo do saber ou certo tema (sinônimo para literatura especializada ou bibliografia) (...).³⁸

Pelo andamento da investigação de Costa Lima, até este ponto, o entendimento adotado neste trabalho, apesar de amplo, não está deslocado das formulações até aqui apresentadas, adequando-se, portanto, a um certo saber consensual e compartilhado, que pode ser percebido tanto na afirmação de Gadamer quanto nesta de Rosemberg, e ao qual Costa Lima refere-se como “informações consolidadas” que, contudo, não o contentam, pois ainda persegue uma definição mais precisa do termo.

Esta precisão buscada, obstinadamente, por Costa Lima a fim de estabelecer certos limites razoáveis para um julgamento mais apropriado do que se possa considerar literatura e que, estando fora dos limites do discurso ficcional, ofereça condições de ingresso nesta classificação, é concebida a partir de uma categoria que ele denomina “formas híbridas”:

Por formas híbridas entendemos aquelas que, tendo uma primeira inscrição reconhecida, admitem, por seu tratamento específico da linguagem, uma inscrição literária. Para tanto, será preciso que se reconheça a permanência da eficácia das marcas da primeira, ao lado da presença suplementar da segunda.³⁹

³⁴ LIMA, Luiz Costa. *Id ibidem*, p.339.

³⁵ LIMA, Luiz Costa. *Id ibidem*, p.340.

³⁶ LIMA, Luiz Costa. *Id ibidem*, p.344.

³⁷ LIMA, Luiz Costa. *Id ibidem*, p.344.

³⁸ ROSEMBERG, R. “*Literarisch/Literatur*”. In: *Ästherische Grundbegriffe*, Barck, K. Et alii (eds.), vol.3, Verlag J. B. Metzler, Stuttgart-Weimar, 2001, p.665 *apud in* LIMA, Luiz Costa. *Id ibidem*, p.347.

³⁹ LIMA, Luiz Costa. *Id ibidem*, p.352.

Pensamos, neste caso, à guisa de exemplo, nas memórias de Joaquim Nabuco, “*Minha Formação*” ou ainda no conjunto de “*Discursos Parlamentares*” de Rui Barbosa.⁴⁰

Então, estabelecidos os parâmetros de julgamento segundo critérios próprios do campo literário, ou seja, que partem de um “*tratamento específico da linguagem*” e de um reconhecimento atribuído, certamente, pelos intelectuais habilitados para fazê-lo, resta-nos a abordagem da Literatura pela História, na qual outros parâmetros devem ser ainda discutidos, já que não podemos esquecer que a “*Literatura é, [também ou principalmente] a arte da palavra*”.⁴¹

Neste sentido, percebendo-se a abrangência de nossa definição primeira de literatura, e pela necessidade de discriminar as narrativas literárias de gêneros variados, foi necessário recorrer a um critério de subdivisão mais restrito, no qual a literatura é classificada segundo gêneros literários de ficção e não-ficção, e a partir deles utilizar outras nomenclaturas, tais como: narrativas literárias ou textos literários sempre que referirmo-nos à “Literatura de ficção” (romance, conto e texto teatral); e nos gêneros considerados não-ficcionais, como: narrativas de viagem ou descrições de viajantes quando a referência for à “literatura de viagem” e, finalmente, a historiografia ou narrativa histórica, no caso de “literatura historiográfica”.

Por conveniência adotou-se, neste trabalho, a utilização de Literatura em maiúscula quando referir-se à “arte literária”, tal como são entendidas as obras de ficção (romance, teatro, conto e poesia) e sua utilização em minúscula quando a referência for ao conjunto de escritos de outros campos, classificados como não-ficção.

No presente caso, serão tomadas como referência as narrativas literárias sobre o Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XIX, constituindo-se o *corpus* documental, predominantemente, de gêneros literários de ficção (romance, conto e texto teatral) e não-ficção (descrições dos viajantes, memórias e dicionários). Buscando-se na linguagem utilizada nos variados gêneros informações acerca das percepções do passado sobre os habitantes do Rio Grande, ou seja, de concepções datadas, e a partir daí acompanhar as permanências e/ou transformações no sentido das palavras “rio-grandense” e “gaúcho”.

A expressão “literatura de um período” é aqui utilizada e entendida, genericamente, como o conjunto de escritos produzidos num determinado recorte temporal, isto é, os textos serão considerados segundo uma delimitação temporal que obedece a critérios

⁴⁰ Entre os exemplos tomados por Costa Lima para explicitar a forma híbrida de literatura estão: “Os Sertões” de Euclides da Cunha, “Casa-grande & Senzala” de Gilberto Freire, “Memórias do Cárcere” de Graciliano Ramos (analisado pelo autor) entre as obras estrangeiras cita: “Kosmos” de Alexander von Humboldt, a “História do declínio e queda do Império Romano” de Edward Gibbon e outros; apresenta ainda uma divergência de opinião com Walter Benjamin quanto à aplicação deste critério à obra do filósofo Immanuel Kant que pode ser apreciada na p.352.

estabelecidos pela seleção cronológica das fontes e não por uma classificação guiada pelos gêneros literários de ficção. Entretanto a periodização indicada pelas escolas literárias, não pode ser negligenciada, tampouco ignorada, pois ela atua como uma espécie de “termômetro intelectual”, fornecendo para a análise historiográfica alguns parâmetros que a orientam, no sentido de informar sobre um “clima de pensamento” ou “estilo literário” predominante durante um determinado tempo.

Estes esclarecimentos se fazem necessários a fim de resguardar e ressaltar algumas das especificidades de análise presentes nos dois campos que atuam neste estudo de forma complementar. Neste sentido, portanto, também a escrita da História ou historiografia insere-se no conjunto da produção intelectual que distinguimos como a “literatura de uma época”, sem que isso implique qualquer destituição de suas responsabilidades metodológicas referentes ao manejo documental e conseqüentemente, do ato comprobatório, pois dizendo com Ginzburg:

também eu sustento que encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores.⁴²

Não creio que qualquer historiador discorde de tal assertiva, todavia, para além do procedimento de busca por alguma verdade, existem entendimentos de que é possível compreender a escrita da História como *poiésis* e também *fictio*⁴³ tomadas em seus respectivos sentidos de “criação”, “ação”, “confecção” e “invenção”, “fabricação” ou “construção”, considerando enfim que ambas, História e Literatura, conforme suas especificidades atuam como práticas socioculturais que configuram e constituem a compreensão humana do mundo.

A fim de atenuar os efeitos, talvez, incômodos desta perspectiva sobre a escrita da História ser considerada através do campo da arte, utiliza-se aqui uma reflexão de Francisco Paz que diz:

Ao pensar na poética da história, (...) julgamos necessário delimitar alguns entendimentos. A referência à poética da história pode sugerir a imediata lembrança da Poética aristotélica. Porém, (...) afastamo-nos da distinção entre o historiador e o narrador. Isto é, da diferenciação clássica entre aquele que conta o que aconteceu – o historiador – e aquele que descreve o que poderia ter acontecido – o narrador. Subvertendo o conceito inicial, ousamos tratar a questão de forma a considerar tanto o que aconteceu, quanto o que poderia ter acontecido como questões igualmente relevantes no campo discursivo da história. Sobretudo

⁴¹ Sobre os vários conceitos possíveis para definir Literatura ver, principalmente o cap. 2: *Literatura: conceitos*. In: PROENÇA FILHO, Domicio. *Estilos de época na literatura*. São Paulo: Ática, 2004, p.33-51.

⁴² GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p.61.

⁴³ Para uma explicação mais aprofundada sobre os vários sentidos da palavra fictio ver: SEGRE, C. *Ficção*. In: *LITERATURA – TEXTO* vol. 17. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989, p.41-56.

quando pensamos numa história formada a partir de, das idéias. Idéias de nação. Idéias de população.⁴⁴

Mesmo divergindo em certo grau de tal reflexão é necessário explicitá-la a fim de esclarecer alguns posicionamentos teóricos presentes neste trabalho, ou seja, mesmo que se considere que a historiografia é também obra de um narrador que, pertencente a um tempo e elabora seu argumento segundo os padrões culturais que o emolduram, ou seja, conforme as idéias e valores vigentes em seu período, isto não implica que se possa, simplesmente, classificar esta escrita segundo os pressupostos de outra área, neste caso, a arte.

Costa Lima nos auxilia neste exame quando assevera: "*os discursos, (...) têm, cada um, seu princípio de orientação e, a partir daí, uma maneira própria de lidar com a linguagem*"⁴⁵, com efeito, o fato de pensarmos "*numa escrita da história formada a partir das idéias*" sobre algo, não estabelece que esta escrita esteja habilitada a ingressar no campo da "criação" ou da "invenção", tal como concebidas pela arte. O que poderia acontecer à escrita da história – sem, entretanto, considerar-se o artifício da "invenção" – é que, eventualmente, sua inserção neste outro campo dar-se-ia por um "*tratamento específico da linguagem*", tal como distinguiu aquele teórico.

Embora a "criação" e a "invenção" sejam parte do aparato intelectual humano que possibilita um modo de intervenção na realidade através da expressão da sua subjetividade, não devem por isso ser confundidas com o que é aqui considerado como um "imaginário social", entendido como os parâmetros de julgamento e opiniões produzidos no interior de uma sociedade, manifestados de maneira às vezes sutil ou subliminar nas relações cotidianas através de gestos e/ou palavras, que, com efeito, também compõem e agregam significados às vivências individuais ou coletivas, permitindo, ao mesmo tempo, reconhecer que é possível formar uma idéia sobre algo que, necessariamente, ainda não tem forma concreta, não existe materialmente, mas que integra a realidade como pensamento, afinal, "*cogito ergo, sum!*"

Contudo não se pretende em absoluto eliminar os limites entre verdade e ficção, apenas distinguir esta discussão de outra, isto é, da equivocada distinção entre real e imaginário, que levou durante muito tempo os historiadores simpáticos ao historicismo cientificista a apregoarem que a História deveria ater-se apenas aos fatos considerados reais e as provas destes fatos para concluir sobre o que efetivamente aconteceu, a fim de

⁴⁴ Esta perspectiva sobre a questão da escrita da história ser considerada através do campo da arte é uma discussão que pode ser acompanhada nas obras de TUCHMAN, Bárbara. *A prática da história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991 e VALÉRY, Paul. *Variedades*. São Paulo: Iluminuras, 1992 *apud in* PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da História a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996, p.13.

⁴⁵ LIMA, Luiz Costa. *op. cit.*, 2006, p.382.

prever futuras situações semelhantes e prover a sociedade do conhecimento necessário para administrá-las.

Todavia é justamente a constatação desta tradição metodológica que nos alerta para o cuidado que se deve ter ao escrever sobre épocas passadas, assim como na utilização do texto literário como um tipo possível de “testemunho indireto” sobre uma realidade escoada, ou seja, a escrita da História deve ser cautelosa no sentido de evitar as generalizações de qualquer ordem que, se em Literatura funcionam como um recurso de composição narrativa, na historiografia soem fabricar discursos dogmáticos que camuflam diferenças e contribuem para consolidar estereótipos socioculturais.

De tal forma que, seja pela evidente impossibilidade de acesso a uma realidade tal qual pelo historiador, seja pela autoridade do discurso historiográfico que, em conjunto com o discurso literário, pode “construir” ou “fabricar” identidades culturais, muitas vezes à sombra de personagens estereotipados e esquemáticos que homogeneizam o tempo, as pessoas e seus comportamentos, encobrendo ou mascarando seres e situações particulares ao subordiná-los a modelos ou tipos generalizantes, é por isso que se deve, senão superar, ao menos questionar a antiga dicotomia, real-verdadeiro *versus* imaginário-fictício.

Sem confundir ou atrelar indistintamente realidade e verdade – eis que a farsa também faz parte da realidade – é necessário, no entanto, considerar que entre os indivíduos e o mundo material existem instâncias mediadoras que o tornam mais compreensível à existência humana, entre as quais está a linguagem escrita.

A escrita é um dos meios possíveis para expressar o pensamento sobre o mundo, com efeito, as idéias registradas pelos indivíduos fazem parte de uma das dimensões da realidade humana. A outra dimensão possível no que tange considerar para efeitos deste estudo, é o sentimento.

Considerando, portanto, que a materialização do pensamento através da escrita é uma forma de representação que manifesta a ambigüidade da existência humana, ou seja, contém simultânea e necessariamente uma dimensão real e imaginária, então uma distinção entre real-verdadeiro *versus* imaginário-falso é uma dicotomia ilusória – tanto quanto a clássica oposição razão *versus* paixão –, porquanto ambos, real e imaginário ou razão e paixão, constituem a essência do pensamento – e do ser – humano seja como motivação, seja como ação.

Enfim, os indivíduos ao registrarem a sua compreensão do mundo, o fazem segundo certos paradigmas culturais formados a partir de valores e crenças que são expressos numa linguagem que vai adquirindo significados diferentes através dos tempos, consolidando ou não memórias e tradições que constituem o que podemos denominar uma “visão de mundo” ou um “imaginário”. Sem que a expressão “visão de mundo” adquira aqui a mesma dimensão da “*weltanschauung*”, a tradicional expressão cunhada pela filosofia alemã,

“baseada na percepção da historicidade por um público muito mais vasto do que aquele das academias”⁴⁶, conforme explica Wheling.

Assim, a maneira como pensaram e representaram o seu mundo é tão concreta e real quanto o próprio mundo material, de tal modo que consideradas nestes termos as idéias quando escritas tornam-se ações semânticas e quando publicadas tornam-se ações sociais compartilhadas.

E estas ações ou práticas sociais sofrem modificações que indicam que as representações do mundo social são historicamente construídas pelos indivíduos a partir de necessidades e indagações diante de um presente qualquer, portanto as transformações ou atualizações na forma de percepção do mundo podem ser captadas pelo historiador através da escrita, assim como da pintura, da música, ou pelas instituições culturais, políticas e sociais, e também pela ausência ou desaparecimento de qualquer destes meios de representação.⁴⁷

Pois é tão necessário, captar as formas de proceder de uma sociedade, isto é, seu modo de agir, de pensar e de dizer; quanto é igualmente fundamental captar o seu modo de reagir e de modificar seu entendimento sobre as coisas e o mundo através das palavras que escolhem para julgá-las ou nomeá-las, dos gestos ou comportamentos que resolvem adotar, modificar ou eliminar⁴⁸, assim como dos temas e fatos escolhidos para lembrar. Pois as reações de qualquer natureza são um importante testemunho de como o ordenamento social se mantém, e de como se rompe ou se transforma, por quais meios, quais práticas e que discursos os acompanham.

De tal modo que, conflitos, revoltas, revoluções, ou embates de qualquer natureza – de corpo ou de alma, de sangue ou de tinta – são considerados como uma forma de vestígio que produzem um eco geracional que se prolonga no tempo (ao qual podemos chamar de memória) expondo os modos de pensar e de sobreviver de determinado grupo social, num dado lugar ou período histórico.

E, neste particular, o oitocentos é pródigo destes vestígios, Weffort diz que, “o século XIX, em especial a sua primeira metade, cheirava a Revolução”⁴⁹. E os ventos revolucionários vindos de todos os lugares da Europa eram sentidos em toda parte, principalmente, desde a Revolução dos franceses. A palavra *liberdade* ecoava pelos quatro cantos e pelos sete mares, da Europa à América, do Ocidente ao Oriente, e seu significado

⁴⁶ WEHLING, Arno. Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.30.

⁴⁷ Sobre a importância dos estudos sobre as variações nas práticas sociais ver principalmente o capítulo “*Um novo paradigma?*” In: BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁴⁸ BURKE, Peter. *Id. Ibidem*, p.95-96.

⁴⁹ WEFFORT, Francisco C. (org.). Os Clássicos da Política. Vol.2., São Paulo: Ática, 1989, p. 231.

foi imediatamente absorvido por todas as pessoas que se achavam à deriva num mundo que se transformava rapidamente.

A liberdade, como sentimento, como ação e como ficção, “*essa palavra que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda!*”⁵⁰ – se sobrepôs aos antigos valores da tradição fazendo-os naufragar e desta tempestade em mar aberto que durou um século, sobrevieram para impor uma nova ordem, inspirada neste princípio revolucionário, o capitalismo, a burguesia, o proletariado e os Estados Nacionais, que foram representados em toda plenitude pelo romance segundo uma particular e inovadora linguagem literária adotada durante o Romantismo.

Assim o século que gerou os homens e as obras que reverberam até os dias atuais no pensamento ocidental, foi o mesmo que viu nascer resplandecente e com toda a vitalidade essa capacidade humana de recriar ora com palavras, ora com pólvora, o mundo político e social. Nesse tempo uma grande parte das populações do mundo assistiu, participou ou sofreu diretamente os efeitos desta re-elaboração intensa e dramaticamente coletiva através da difusão das idéias liberais pela imprensa, pela literatura, ou pela via das revoluções armadas.

Em suma, Literatura e História são ambas, resultantes de ações eminentemente humanas, são produtos de um período e de uma região específicos, estão carregadas de intencionalidade e também de contingências, e revelam, sobretudo no seu fazer, as dificuldades de traduzir em palavras, na construção narrativa, a imensa diversidade de ações, sensações e pensamentos dos indivíduos e da sociedade que os cerca.

Michel de Certeau⁵¹, ao tratar a escrita da História como uma prática social registra, muito precisamente, esta tensão entre *a mise en scène* literária (trama ou enredo na narrativa de ficção) e a operação historiográfica (narrativa histórica) ou, dito de outro modo, entre o que é vivido (como real acontecido) e o modo como é dado a ler este vivido (o tipo de narrativa), enfim, da relação entre uma prática (da história) e seu resultado social (o discurso/narrativa), neste sentido, Chartier relembra o pensamento do mestre ao dizer:

Michel de Certeau formulara essa tensão fundamental da história. Ela é uma prática “científica”, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde é exercida, ou ainda, das regras que necessariamente comandam sua escritura. O que pode igualmente ser enunciado ao inverso: **a história é um discurso que coloca em ação construções, composições, figuras que são aquelas de toda a escritura narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos”, se entendermos por isso “a possibilidade**

⁵⁰ MEIRELES, Cecília. *O Romancero da Inconfidência: O Romance XXIV ou Da Bandeira da Inconfidência*. In: *Os melhores poemas de Cecília Meireles*. São Paulo: Global, 1984, p.117-121.

⁵¹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.65-109.

de estabelecer um conjunto de regras que permitem ‘controlar’ operações proporcionais à produção de objetos determinados.⁵² (grifos nossos)

De sorte que é a forma de enunciação sob uma construção narrativa, que aproxima a História da Literatura, pois ambas constituem-se como representações do real passado e/ou presente, embora com propósitos e funções sociais diferentes, por isso a narrativa literária de ficção está relativamente livre de imposições (documentais e comprobatórias) podendo conter o que for necessário para sua realização como obra de arte, embora esteja atrelada a outras limitações específicas do seu fazer⁵³. Já a historiografia, mesmo sabendo que produz sempre uma versão pessoal do historiador sobre os fatos analisados, deve resguardar seus procedimentos metodológicos e, sobretudo, perseguir e almejar um horizonte de verdade, ainda que este seja sempre provisório.

Não obstante a distinção fundamental, quanto ao nível de controle na operação narrativa, existe uma confluência quase natural entre as atividades, pois se os escritores descrevem o mundo em que vivem através de enredos, criam dramas em romances que recriam o “tom” ou o “espírito”, vertidos através do “imaginário” de uma época, produzindo uma forma de ver e de sentir o mundo em determinado tempo. Os historiadores por sua vez, inseridos num outro tempo que possui também um outro imaginário, escolhem, recortam e narram acontecimentos (a partir dos interesses que os guiam) através de fontes escritas ou não, eles também tecem enredos recheados de informações que logram caracterizar um período. Mas, fundamentalmente, aproximam-se pelo tema, pois é de pessoas que ambos tratam, de existências impregnadas de sentimentos, pensamentos e memórias que, igualmente, tecem tramas onde o tema central é a vida e a procura por seus significados.

Mas considerar a narrativa literária um tipo de depoimento do real, é conferir-lhe uma autoridade de enunciação e ao mesmo tempo reconhecê-la como um lugar de memória. Mas além de tratá-la como um lugar de memória, que institui um discurso construtor de identidades, inscrevê-la como um tipo de narrativa complementar da História, é como diz Chartier “*andar a beira da falésia*”⁵⁴.

⁵² CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.100.

⁵³ Este aspecto, ou seja, da complexidade envolvida no processo de criação de um mundo fictício, é problematizada por Ricoeur da seguinte maneira: “A questão da liberdade criadora não é simples. A libertação da ficção das coerções da história – coerções resumidas na prova documentária – não constitui a palavra final acerca da liberdade da ficção. Ela constitui apenas o seu momento cartesiano: a livre escolha no reino do imaginário. Mas o serviço da visão do mundo que o autor implicado tem a ambição de comunicar ao leitor é para a ficção fonte de coerções mais sutis (...)”. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997, p.300-301.

⁵⁴ “À beira da falésia” ou “*mise en abîme*”, Chartier utiliza a expressão, que toma de empréstimo a Michel de Certeau (que a tomou de Nietzsche), para descrever “essa imagem [que] parece designar lucidamente todas as tentativas intelectuais que, como a nossa, colocam no centro de seu método as relações que mantêm os discursos e as práticas sociais. O empreendimento é difícil, instável, situado à beira do vazio”. Cf. CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.7.

Isso porque através da *mímesis* literária a realidade é recriada segundo parâmetros absolutamente variáveis⁵⁵, sob os quais a Literatura se permite, pela repetição, criar uma tradição narrativa sobre um determinado tema, a partir “*dos enunciados produzidos anteriormente no interior da mesma formação discursiva*”⁵⁶, ou seja, a memória discursiva contida na linguagem literária, é também uma memória construtora de mitos de origem e, no caso em questão, de discursos fundadores de identidades⁵⁷.

Segundo Costa Lima a *mímesis* literária não pode ser, simplesmente, confundida com a *imitatio* ou “mímesis aristotélica”, porquanto, na narrativa ficcional, a *mímesis* de arte perderia a sua capacidade de ir além, de transcender a realidade do mundo, ou seja, ficaria esvaziada de criatividade, da função que ao ser exercida pelo indivíduo re-configura o real no texto, com efeito, para o teórico, o que a *mímesis* possibilita é o ingresso da vida ou do real vivido na esfera do ficcional, ou seja “*a mímesis ancora a obra no mundo*”⁵⁸ porque:

Na obra da *mímesis* de arte, valores, usos e costumes não só circulam, mas implícita ou explicitamente são postos em questão. Seus limites, portanto, não se confundem com os da *mímesis* aristotélica: os limites do mundo e a reviravolta passível de suceder à sorte dos homens, no curso de suas ações. São eles apresentados por outra modalidade de organização discursiva.⁵⁹

A chave interpretativa que nos oferece Costa Lima, através da “*mímesis literária*” reside em apontar para uma possibilidade de questionamento dos “*valores, usos e costumes*” que vigoram numa sociedade através do texto, ou ainda como uma maneira de apreensão do real que estabelece uma “*correspondência confrontativa com os valores da sociedade que a engendrou*”⁶⁰, o que em contrapartida pode interferir e formar novas maneiras de julgamento e mesmo atualizar condutas ou comportamentos sociais. Sem que isso implique numa reconstituição fiel da realidade ou em seu retrato é, entretanto, possível compreendê-la conforme “*a maneira como as coisas costumam se mostrar*”⁶¹.

⁵⁵ Conforme Segre: “*A verdade é que a literatura, especialmente a narrativa, institui simulacros de realidade: mesmo se os fatos que expõe não têm real consciência, não deixam de ser eles, porém, isomorfos de fatos ocorridos ou possíveis: do mesmo modo que evoca personagens, ainda que não históricas, semelhantes, todavia, às pessoas que se movem no palco da vida. Por mais que as características e os poderes dos personagens, por mais que os seus atos se diferenciem do tipo e natureza daqueles que se podem confrontar com a experiência, é inegável a existência da relação, restando apenas examinar, histórica ou abstratamente, as possibilidades de oscilação entre real e imaginário.*” cf: SEGRE, C. *Ficção*. In: *op. cit.*, 1989, p.42.

⁵⁶ MAINGUENEAU, Dominique. “*Memória Discursiva*” in: CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p.325.

⁵⁷ Eni Orlandi define os discursos fundadores como “*aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco*” (...), neste caso, “*o que o caracteriza como fundador é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra*” e onde “*também a verdade e a mentira se misturam.*” Cf. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Vão surgindo sentidos*. In: *Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p.11-25.

⁵⁸ LIMA, Luiz Costa. *op. cit.*, 2006, p.207.

⁵⁹ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.207.

⁶⁰ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.216.

⁶¹ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.228.

Neste sentido considerar a Literatura uma prática sociocultural que integra uma sociedade e, conseqüentemente, como fonte histórica, exige do historiador um exame bastante acurado acerca das potenciais possibilidades de uma narrativa de ficção – da fictio entendida como “*um fingir sem o propósito de enganar*” – contribuir para a compreensão dos modos de existir da sociedade que ela representa se, e somente se, através das articulações com o mundo social conseguir “*assumir as dimensões de uma precisa mimesis*”.⁶²

Pensar a Literatura de ficção como possibilidade de acesso ao mundo social, e por via de conseqüência, torná-la uma fonte histórica, seja pela escrita de um indivíduo em seu tempo ou pelo imaginário social inscrito no texto, exige também uma formulação mínima, embora fundamental, quanto ao posicionamento moral deste texto literário no interior da sociedade, ou seja, que a obra literária de ficção “*parte do suposto de não dar a ler/ouvir informações verídicas*”⁶³.

Contudo, convém ressaltar que um texto de ficção não pode ser considerado *a priori* portador de inverdades, mesmo que, em princípio, seu uso provoque alguns receios que decorrem da natureza de sua concepção, isto é, uma modalidade discursiva que possibilita a recriação do real vivido e, simultaneamente, imaginado, segundo parâmetros que são julgados por sua verossimilhança em relação à coerência interna da narrativa e não pela veracidade das situações que enuncia, o que, entretanto, não invalida seu status de fonte histórica, mas adverte quanto a uma aproximação cautelosa, pois “*o céu do poeta é nublado, exigindo maior perspicácia do receptor*”⁶⁴ quanto aos limites que se lhe impõe tal tipo de narrativa.

Eis que, segundo Costa Lima, estamos diante da “*supressão da certeza do conhecimento*”, pois, tal modalidade discursiva – de ficção – trata, simultaneamente, “*da ausência daquilo que presentifica*”, ou seja, explicita uma defasagem entre o real (vivido) e uma realidade (recriada no texto através da linguagem), de tal modo que “*tratar do “véu” que a cobre, exige que se vá além do “canal” que o exprime*”, isto significa que sua utilização não pode restringir-se apenas a interpretação textual, o que provocaria em última instância “*submetê-lo a uma aporia que não é a sua: a aporia da verdade*”.⁶⁵

Tais considerações, longe de inviabilizar ou invalidar o uso das narrativas de ficção como fontes históricas, nos alertam para os cuidados e os limites que as envolvem, pois conforme assevera Costa Lima: “*o fictício poético se acerca da verdade não por se manter próximo da realidade, mas por abrir caminhos para o que está sob ela: o real.*”⁶⁶

⁶² LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.243.

⁶³ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.244.

⁶⁴ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.255.

⁶⁵ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.269.

⁶⁶ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.269.

Visando o aprofundamento destas questões, Costa Lima estabelece um diálogo sobre as considerações teóricas de Wolfgang Iser, segundo as quais, a dicotomia “realidade/ficção” é substituída pela tríade “real – fictício – imaginário”, tal formulação, segundo aquele autor, “*propõe um inesperado trajeto: à medida que o ato de fingir repete uma parcela da realidade, sem que sua finalidade seja esgotar-se em sua apresentação, dela se apropria para transgredir o princípio de realidade*”⁶⁷.

Diante de tal afirmação pode-se perceber o modo pelo qual atua o discurso literário na atualização ou conservação de certos comportamentos sociais, via inserção deste discurso “transgressor” na realidade vivida, isto é, se considerarmos que esta “transgressão” operada no texto de ficção abre possibilidades interpretativas sobre o real, então existe uma “troca”, embora não equivalente nem tampouco evidente, entre realidade da vida e realidade do texto, ou entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”.

De tal maneira que, segundo Iser, “*no ato de fingir, o imaginário ganha uma determinação que não lhe cabe de direito e, desse modo, adquire um atributo de realidade; pois a determinação é uma definição mínima do real*”, ou seja, através do texto literário de ficção é possível “tornar real o imaginário”.⁶⁸ O que pode permitir vislumbrar comportamentos e valores socioculturais de um tempo que já se foi, ou ainda, aos contemporâneos do texto pode oferecer desde condições de questionamento do mundo social até possibilidades de atitudes frente a situações vivenciadas no dia-a-dia, não como respostas diretas ou imediatas, mas como sugestões de elaboração da realidade vivida ou como configurações alternativas desta realidade e, no limite, uma outra possibilidade de organização do mundo.

Entretanto, para que o texto literário alcance tal abrangência social, segundo Costa Lima, é necessário que a narrativa ficcional “se faça verossímil”, ou seja, que a construção do enredo se pareça de alguma maneira com a realidade vivenciada.⁶⁹ Não, evidentemente, como realidade reduplicada, senão como uma “outra realidade”, ou como “*produção de mundo*”⁷⁰, segundo Iser, ou talvez ainda como uma “realidade paralela de sentidos”.

Esta outra realidade é construída no texto a partir da seleção ou recorte de aspectos da realidade, além disso, segundo Costa Lima, há “*a combinação de elementos textuais*”, ou seja:

A transgressão da realidade não se dá apenas pela escolha de valores, usos e costumes presentes no mundo social em que é gerada a obra, mas também pela manipulação lexical e pelos esquemas que presidem a escolha de tipos de personagem e as ações que cumprem. Em suma, o texto é algo que se

⁶⁷ LIMA, Luiz Costa. Id. *Ibidem*, p.283.

⁶⁸ LIMA, Luiz Costa. Id. *Ibidem*, p.283.

⁶⁹ LIMA, Luiz Costa. Id. *Ibidem*, p.284.

⁷⁰ LIMA, Luiz Costa. Id. *Ibidem*, p.287.

origina de um mundo *irrealizado*, i. e., não reduplicado, que, entretanto, pela transgressão do caráter difuso do imaginário, assume a aparência de realidade.⁷¹

Entre a “outra realidade” produzida no texto de ficção pela transgressão do imaginário, conforme Iser, e a inserção ou, como diz Costa Lima, a “*ancoragem do ato ficcional no interior de um quadro de usos e valores*” dado pela mimesis literária, é necessário considerar em que medida tal ou qual narrativa se adequaria, nestes termos, aos propósitos deste estudo. Tendo em vista que a articulação entre mimesis e ficção, tal como estabelece este autor, nos é útil e essencial, porquanto, o conceito de mimesis “*como princípio de construção*”⁷², ou como “*uma correspondência entre um estado de mundo e uma configuração textual*”⁷³, ou ainda como “*descoberta da forma nas coisas*”⁷⁴, nos permite “*contrastar os elementos que seleciona com a função que eles têm na sociedade de que a obra ficcional os tomou*”⁷⁵ ampliando o valor potencial das narrativas de ficção para a escrita da História⁷⁶.

É, portanto, com base neste entendimento que este estudo pretende, através do cruzamento de várias manifestações literárias sobre o Rio Grande do Sul do século XIX, acompanhar a trajetória dos termos “*rio-grandense*” e “*gaúcho*”, principalmente na Literatura regional de ficção e de viagem, buscando observar as alternâncias de sentido nas formas de designar o habitante do Rio Grande do Sul, iniciando em 1847 com José Antonio do Vale Caldre e Fião e o romance “*A Divina Pastora*”, que inaugura a narrativa de gênero regionalista, estendendo-se até “*O vaqueano*” de 1872 e outros contos de Apolinário Porto Alegre de 1877.

Portanto, buscar, nas narrativas (e demais gêneros), os parâmetros que definem a uns e outros, torna-se relevante, porquanto é através da cultura que um grupo social se distingue, e, conseqüentemente, as práticas e os costumes dos “*gaúchos*” tornaram-se fator de distinção e, no limite, em fatores constitutivos de sua identidade, e saber como o “*rio-grandense*” tornou-se “*gaúcho*” no desenvolvimento deste processo histórico-cultural contribui grandemente para o aprofundamento das reflexões acerca de nossa cultura regional.

⁷¹ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.288.

⁷² LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.155.

⁷³ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.188.

⁷⁴ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.209.

⁷⁵ LIMA, Luiz Costa. *Id. Ibidem*, p.291.

⁷⁶ O esforço teórico de Costa Lima e demais intelectuais contribuem significativamente para que as análises históricas estejam cada vez mais delimitadas pelas categorias conceituais que as adensam, e, por via de conseqüência, afastem-se mais criteriosamente e conscientemente de uma certa mimesis, pois, segundo Costa Lima: “*embora a mimesis se mostre na atividade historiográfica, em decorrência de o seu agente sentir, reagir e pensar o mundo, a partir do lugar que nele ocupa, essa resposta ao mundo é menos uma mimesis como princípio de construção do que como inevitabilidade; uma mimesis por decorrência da cena de enunciação, tanto mais viva quanto menos a atividade historiográfica dispõe de conceitos. Pois há uma relação direta entre a configuração da mimesis e a ausência ou insuficiência de conceitos*”. Cf. LIMA, Costa Luiz. *Id. Ibidem*, p.155.

Assim, ao utilizar a Literatura como suporte de investigação, assumo os riscos que uma abordagem da História pela via cultural apresenta, tendo em mente que “a *decifração do mundo exige um olhar oblíquo, indireto, um olhar que recusa a literalidade ou a visão de superfície, optando pelo acesso à realidade por meio das representações sociais criadas pelos homens para explicar aquele real*”, tal como adverte Pesavento.⁷⁷

Pois os acontecimentos (discursos sociais) passados são recompostos por fragmentos (textos e documentos) remanescentes que não constituem outra coisa senão indícios de um tempo que se foi, mas que podem auxiliar na compreensão de uma parte daquele passado a partir de “*uma atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios*”⁷⁸ que devem, por conseguinte, ser manejados com perícia na narrativa historiográfica, a fim de atestarem a autoridade de fala do historiador/narrador, tal como afirma Pesavento:

O narrador-historiador é ainda aquele que se vale de provas – os indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelar significados – que, mais até do que explicar, operam como recurso de autoridade à fala do historiador.⁷⁹

Neste sentido toma-se uma decisão quase prometeica, que envolve o refazer contínuo do caminho, que se justifica pela rejeição a uma escrita dogmática da História, assim como pela utilização dogmática da Literatura pela História – aquela que a considera um mero reflexo da realidade –, isto é, assim como a História, ou a historiografia, não pode responder a todas as questões formuladas sobre o passado; a Literatura também não pode servir como um instrumento quase mágico de solução às perguntas que formulamos. De maneira que é sempre fundamental ter-se em vista que História e Literatura são aliadas para algumas situações, não para todas, ou para qualquer situação.⁸⁰

São, portanto, estes pressupostos que nos guiam, através dos diferentes tipos de narrativas, a fim de estabelecer um diálogo entre as representações do ser, isto é, entre o ser cultural percebido ou construído pela Literatura (o personagem), e o sujeito histórico (o ser social) que protagoniza os acontecimentos históricos.

⁷⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *op. cit.*, 2004, p.117.

⁷⁸ GINZBURG, Carlo. *idem ibidem*, p.154.

⁷⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *op. cit.*, 2004, p.50.

⁸⁰ Ao referir-se às questões formuladas por Hansen sobre a possibilidade de identificação dos limites entre a Literatura e a História, Chartier recorre a um argumento comumente utilizado na atividade narrativa, ou seja, a criatividade, ao dizer que: “*Inventar um caminho que afaste, ao mesmo tempo, a idéia de que a história não seria mais que uma produção de ficção dentre outras (...), e, por outro lado, pensar que esta dimensão crítica e de conhecimento não se pode estabelecer segundo os modelos tradicionais de uma ciência positiva, que se pensava como a adequação do discurso ao real. É nesse espaço difícil, complicado, instável que, me parece, podemos refletir e, mais do que refletir, trabalhar, produzir análises*”. Cf. CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2000, p.212.

Este diálogo se dá precisamente através do cruzamento das fontes, neste caso, as obras literárias de gêneros variados, entremeando-se neste diálogo, a prosa de ficção e as descrições dos viajantes, assim como podem ser utilizadas ainda, a poesia e as notícias de jornal, – na medida em que constituem vestígios do discurso social do passado – se, e quando, convier à análise cronológica do discurso em formação.

3. Percorrendo antigas trilhas: a palavra, o sentido e a ressemantização

Ao analisarem o sujeito histórico que definiu e que acabou por personificar a todos os habitantes do Rio Grande do Sul, os intelectuais de variados campos do saber fixaram um personagem que identificaram como sendo o “tipo-social-ideal” do sulista, ou seja, o “gaúcho”.

Assim através da narrativa histórica surge o bravo soldado de tantas campanhas militares.⁸¹ A Literatura em prosa e verso encarrega-se de descrever e exaltar esta vida militar e suas atividades campeiras.⁸² E a Antropologia cuida de aferir como se estrutura a identidade regional a partir da idéia desse soldado-campeiro de tão altas qualidades⁸³.

Em meio a estes estudos surgiram em épocas diferentes dois trabalhos de campos diferentes um da Literatura outro da Antropologia, mas que apontaram para hipóteses explicativas semelhantes ao refletirem sobre as modificações de significado da palavra “gaúcho” ao longo de sua existência.

A primeira, que é a gênese da segunda, constitui-se num desafio e num questionamento, e é formulada pelo literato Augusto Meyer em 1941. A outra, propõe uma

⁸¹ As indefectíveis características dos bravos campeiros-guerreiros já estão presentes nas primeiras obras de historiografia rio-grandense desde História Popular do Rio Grande do Sul de Alcides Lima e História da República Rio-Grandense de Assis Brasil ambas de 1882, passando pelas grandes discussões entre as décadas de 1920 até 1960, em torno da aproximação ou não do elemento lusitano com a cultura platina entre, de um lado: Alfredo Varella (1933), João Pinto da Silva (1930), Rubens de Barcellos (1922/23) e Aurélio Porto (1937); e do outro lado da questão, Souza Docca (1920/30), Othelo Rosa (1957), Moysés Vellinho (1964) e Manoelito de Ornellas (1948), até chegar às discussões interdisciplinares mais recentes apresentadas principalmente por Sandra J. Pesavento (1980 e 2003). Para as discussões sobre esta historiografia ver: GUTFREIND, Ieda. A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo e NEDEL, Letícia Borges. Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos 50. Dissertação (Mestrado em História Social) – Inst. de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

⁸² Em geral a literatura tem existência anterior a historiografia e, no caso do Rio Grande do Sul, desde o surgimento do Partenon Literário (1868) a temática do homem do campo está presente. Para discussões sobre a temática regionalista ver: CESAR, Guilhermino. História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902). Porto Alegre: Ed. Globo, 1971; CESAR, Guilhermino. Notícia do Rio Grande: Literatura. Porto Alegre: IEL: Ed. da Universidade UFRGS, 1994; BAUMGARTEN, Carlos A. e MOREIRA, Maria Eunice. Literatura sul-rio-grandense: ensaios. Rio Grande: Ed. FURG, 2000; CHAVES, Flávio Loureiro. Simões Lopes Neto. Porto Alegre: IEL: Ed. Universidade, 2001 e MEYER, Augusto. Prosa dos Pagos, 1941-1959. 4ª ed. Porto Alegre: Inst. Estadual do Livro: CORAG, 2002.

⁸³ Principalmente os antropólogos: OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992 e MACIEL, Maria Eunice. Apointamentos sobre a figura do gaúcho brasileiro. In: BERND, Zilá. Olhares Cruzados. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

categoria de análise mais atualizada, para antigas discussões sobre a origem, o caráter e os modos de viver do ser cultural denominado “*gaúcho*”, e é proposta pelo antropólogo Ruben George Oliven em 1992.

No ensaio, “*Gaúcho, história de uma palavra*”, escrito em 1941, publicado na primeira edição de *Prosa dos pagos*⁸⁴ em 1943 no Rio de Janeiro, e depois, reeditado com algumas alterações em 1957. Augusto Meyer realizou uma ampla pesquisa em documentos, que datam desde o século XVI, além de consultar estudos produzidos tanto do lado luso-brasileiro quanto do hispano-platino sobre os diferentes significados percorridos pela palavra através do tempo na história platina e rio-grandense.

Ao cotejar os sentidos do vocábulo “*gaúcho*” realizou uma reflexão abrangente que considerou tanto os aspectos sociológicos e antropológicos quanto os históricos, a fim de compreender “*a transição do sentido antigo e restrito para a atual acepção de apelido regional*” e, não esgotando sua questão, apontou, à guisa de conclusão, outros vieses possíveis aos futuros estudos sobre o tema, como este que ora se apresenta. E neste sentido diz ele:

Mais interessante no caso – e mais trabalhoso também – seria mostrar **como adquiriu lentamente o termo novos matizes de sentido, conforme as reações de meio e momento**; como afinal chegou a enfeixar todo um conjunto de sentidos, que poderiam discriminar-se, a traço grosseiro, do seguinte modo: logo de início, para os capitães-generais ou autoridades e primeiros proprietários de terras – ladrão, vagabundo, contrabandista, coureador; para os capitães de milícias e comandantes de tropas empenhados em guerras de fronteiras – bombeiro, chasque, vedeta, isca para o inimigo, bom auxiliar para o município e remonta; nas guerras de independência do Prata, ou nas campanhas do sul – lanceiro, miliciano; a contar de certo momento histórico, no Rio Grande do Sul, para o homem da cidade – o trabalhador rural, o homem afeito aos serviços do pastoreio, o peão de estância, o agregado, o campeiro, o habitante da campanha; na poesia popular – um sinônimo de bom ginete, campeiro destro, com tendência para identificar-se com os termos guasca, monarca; e finalmente, para quase todos nós – uma palavra tão limpa e tão boa quanto carioca, barriga-verde, capixaba, fluminense.⁸⁵ (grifos nossos)

Seu estudo reuniu um rico acervo de informações⁸⁶ e sua análise considerou tanto as condições históricas que geraram o termo em questão, quanto o sentimento despertado pela Literatura na “*fantasia individual*” dos leitores, conforme esclarece no prefácio da obra. Entretanto as fontes que utiliza não são totalmente literárias (usa-as somente como exemplo), elas provêm principalmente de textos escritos com a finalidade de registrar

⁸⁴ Tomamos como base para de análise neste trabalho uma edição de 1957 e outra de 2002. MEYER, Augusto. *Gaúcho, história de uma palavra*. Porto Alegre: IEL, 1957. (Cadernos do Rio Grande) e MEYER, Augusto. *Gaúcho, história de uma palavra*. In: *Prosa dos Pagos, 1941-1959*. 4ª ed. Porto Alegre: Inst. Estadual do Livro: CORAG, 2002. (Coleção Trilhas e memória).

⁸⁵ MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, p. 35-36.

⁸⁶ O acervo da pesquisa de Augusto Meyer encontra-se hoje na Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro.

ocorrências sociais de diversas ordens e seus autores são padres jesuítas, viajantes europeus ou militares em postos de defesa nas áreas de fronteira da província, além de historiadores dos dois lados da fronteira.⁸⁷

Assim através dessa exaustiva coleta de dados Augusto Meyer vai ordenando os primeiros escritos que revelam interessantes percepções dos homens de outro tempo, que viveram nestas regiões pouco povoadas e que por diversos motivos registraram suas impressões a respeito de outros indivíduos com os quais conviveram ou tiveram notícias da existência. E conforme avalia Flávio Loureiro Chaves, ele “*esquadrinha a questão (...), para concluir, em pesquisa exaustiva, que o vocábulo só alcança um sentido encomiástico em meados do século XIX*”⁸⁸.

Tais percepções indicam o quão negativa era a caracterização atribuída àqueles sujeitos denominados “*gaúchos*” tanto do lado brasileiro, quanto do lado espanhol da fronteira, donde conclui que:

O sentido depreciativo da palavra “*gaúcho*”, numa e noutra banda, mantém-se, quase inalterado, até meados do século XIX. Azara, Saint-Hilaire, o [autor] anônimo de “*Cinco años en Buenos Aires*” (1820-1825), Arsène Isabelle, Alcides D’Orbigny, todos são concordes em apresentá-los como homens sem lei nem rei, coureadores, changadores, gaudérios; os campistas perturbadores da paz, a que se refere Bettamio, os *vagamundos* que tanto alarmaram o governador José Custódio, passados tantos anos, ainda não perderam de todo a mobilidade espantosa, a insolência andarenga, o cunho abarbarado.⁸⁹

Diante de tais constatações, se faz necessário aprofundar o questionamento iniciado por Augusto Meyer e, em contrapartida, averiguar também quais são as correspondências de sentido entre “*gaúcho*” e “*rio-grandense*”, considerando que este último em sua análise não é tomado como parâmetro de referência distintiva daquele, além disso, é importante interpretar também os silêncios em relação à palavra “*gaúcho*” que se não foram de todo desconsiderados, também não foram devidamente esclarecidos.⁹⁰

⁸⁷ Entre os autores citados por Meyer há uma grande quantidade de obras em espanhol produzidas por historiadores e viajantes tanto da Argentina, quanto do Uruguai. Em relação aos autores brasileiros cita: Aurélio Porto, Alfredo Varella, Pereira Coruja, o Diário Resumido do Dr. José Saldanha, Rubens de Barcellos, João Pinto da Silva, Capistrano de Abreu, Roque Callage, Artur Ferreira Filho, Alcides Lima e, quanto aos viajantes, cita: Saint-Hilaire, Dreys e Arsène Isabelle. In: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957.

⁸⁸ CHAVES, Flávio L. *Augusto Meyer: uma leitura do Rio Grande*. In: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 2002, p.6.

⁸⁹ MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, p.21.

⁹⁰ Cabem aqui algumas menções sobre estes silêncios, por exemplo: Meyer registra que foi Alcides Lima a utilizar pela primeira vez a palavra “*gaúcho*”, para referir-se a Rafael Pinto Bandeira, na história geral do Rio Grande em sua obra *História Popular do Rio Grande* editada em 1882. In: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 2002, p.39. Maria Eunice Maciel registra “que no início da Revolução de 30, o jornal *Correio do Povo* não utilizava *gaúcho* como sinônimo de rio-grandense de uma maneira geral. A partir de outubro, este uso é constante (...)”. In: MACIEL, Maria Eunice. *op. cit.*, p. 86. E Leticia Nedel, informa que “já antes da proclamação da República Julio de Castilhos redigira nas páginas de *A Federação* uma proposta de criação do “Dia do Gaúcho”, a ser comemorado em 20 de setembro”. In: NEDEL, Leticia Borges. *op.cit.*, p. 93.

Noutra face da discussão está Ruben George Oliven, antropólogo interessado em analisar a idéia de homogeneidade cultural rio-grandense, representada apenas pelo “gaúcho típico”, baseada nos pressupostos enfatizados pelos tradicionalistas do Movimento Gaúcho Tradicionalista (MTG).⁹¹

E que ao investigar o trajeto percorrido pelos principais integrantes deste movimento, no sentido de apurar como foi remontado todo um quadro de “vivências antigas” do “gaúcho original” do Rio Grande com o propósito de resgatar as “legítimas tradições gaúchas”, percebe o quanto de construção deliberada e de invenção existiu na consolidação da imagem deste ser que acabou por representar toda a população rio-grandense.⁹² Tais atributos, colocados entre aspas, visam destacar as percepções consagradas pelo discurso do Movimento Tradicionalista e que, ao longo do tempo, cristalizaram um entendimento comum e homogêneo sobre “o” ser social representativo do Rio Grande.

Em vários outros trabalhos⁹³ Oliven, analisa e aprofunda este e outros aspectos da cultura rio-grandense, no presente estudo, porém, utiliza-se como principal referência, a obra, *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação* de 1992, na qual é endossada a idéia de uma “*construção social da identidade do gaúcho brasileiro*” através de “*elementos que evocam um passado glorioso*” e, que entre outras referências, apóia-se no estudo realizado por Meyer e também na Literatura regional, assim como na memória histórica. O antropólogo acrescenta à discussão a noção de “ressemantização” e a define como uma re-elaboração sofrida pela palavra “gaúcho” através do tempo donde “*um tipo social que era desviante e marginal foi apropriado, re-elaborado e adquiriu um novo significado positivo, sendo transformado em símbolo de identidade regional.*”⁹⁴

Percebe-se, portanto, que a categoria proposta por Oliven não aperfeiçoa, mas atualiza o conceito original de Meyer, no qual a preocupação fundamental era descobrir, como a palavra “gaúcho” foi adquirindo ao longo do tempo “*novos matizes de sentido*”, ou

⁹¹ OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil nação*. Petrópolis, Vozes, 1992.

⁹² Há um interessante depoimento de Barbosa Lessa, que confirma a necessidade de recriar e inventar as tradições, sobre uma apresentação na III Semana Nacional de Folclore, promovida em Porto Alegre, em 1950, quando, segundo Oliven, “o “35” teve que dar asas à imaginação”: “*Às pressas encomendamos vestidos de chita para nossas irmãs ou primas, tentamos reconstruir uma media-canha assistida em Montevideu e, na noite da festa, apresentamos ao público, por primeira vez, pedaços de coreografia que havíamos farejado aqui e ali: o “Caranguejo” e o “Pezinho”. O Pezinho era novidade absoluta. (...) O público porém aceitou. Mais que isso: aplaudiu muitíssimo. Confirmando o que trinta anos depois leríamos em Eric Hobsbawn.*”. Neste sentido, Oliven, destaca a “*interessante apropriação que é feita de Hobsbawn, autor que é crítico da invenção das tradições, apresentado nesta citação como um legitimador a posteriori do Movimento Tradicionalista Gaúcho, o que mostra o manejo que seus intelectuais têm da bibliografia atual*”. Cf. BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Nativismo. Um fenômeno social gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1985, p.71-72. *apud in*. OLIVEN, Ruben George. *op. cit.*, p.110.

⁹³ Entre os principais estão: “O maior movimento de cultura popular do mundo ocidental: o tradicionalismo gaúcho” e “A polêmica identidade gaúcha”. Para outras informações sobre o MTG e o movimento nativista gaúcho ver: SANTI, Álvaro. *Do Partenon à Califórnia: o Nativismo e suas origens*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

⁹⁴ OLIVEN, Ruben George. *op. cit.*, p.50.

então, conforme Oliven, de como o termo foi sendo ressemantizado e de vocábulo depreciativo de conduta e atitudes, tornou-se adjetivo gentílico para toda a gente do Rio Grande.

Envolvido no calor das discussões entre os intelectuais que disputavam, retoricamente, palmo a palmo a primazia sobre a afirmação de um discurso regionalista, também Meyer demonstrou certa perturbação diante da questão da homogeneidade cultural, levando-o a afirmar que:

O estudo semântico da palavra gaúcho vem mostrar como é difícil manter, na historiografia rio-grandense, os velhos preconceitos de uma homogeneidade cultural – cultural no sentido sociológico – que nunca existiu. Qualquer tentativa de interpretação de nossa história deverá levar em conta, como fator básico, o critério de aculturação. Aceitar passivamente o prejuízo da homogeneidade social ou política de um grupo rio-grandense, dentro de outro bloco luso-brasileiro, caracterizado e definido por simples idealização do autor, e conforme as suas preferências, é prosseguir no cultivo de uma história em que tudo parece acontecer por obra e graça de uma Divina Providência Gaúcha, que desde o começo decretou as cousas na mesma ordem rígida.⁹⁵

Tal preocupação com a interpretação da história rio-grandense, que desconsidere completamente a contribuição de outras culturas no processo de formação da cultura regional, o conduz a compreensão de que esta deveria dar-se através de um processo de “aculturação”, visto que, *“qualquer tentativa de interpretação de nossa história deverá levar em conta, como fator básico, o critério da aculturação”*, de forma que sem o entendimento deste fator, haveria sempre o risco de se estabelecer “uma homogeneidade cultural”, afinal *“não há de ser em vão que a palavra perdeu o sentido primitivo para revestir-se de outro, francamente encomiástico”*⁹⁶.

Embora o autor não especifique o conceito de “aculturação” que utiliza ou, como se aplica no caso da cultura regional, segundo sua análise, este “processo aculturativo” dar-se-ia antes do período da guerra dos farrapos, porquanto sua conclusão atribui à Revolução Farroupilha o marco fundador da idéia de *“rio-grandenses, ou gaúchos, num sentido histórico mais ou menos definido”* afirmando que: *“Antes do memorável decênio, o Rio Grande de São Pedro era um campo aberto aos imprevistos aculturativos, uma experiência de mobilidade e recomposição permanente”*.

Mesmo que atualmente o critério baseado na *aculturação* oferecesse resistências conceituais, tendo em vista que, este conceito apresenta controvérsias porque, apesar de propor um tipo de sincretismo entre culturas, há sempre a preponderância de uma cultura que é considerada superior, que suplanta a outra, pois, conforme explica Novaes, “a

⁹⁵ Esta discussão sobre a homogeneização da cultura rio-grandense sob um único “tipo social” não aparece na edição de 1957, somente mais tarde é acrescentada (1960), constando como conclusão na edição que aqui é utilizada de 2002. In: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 2002, p. 40.

mudança social se dá, (...) como um processo que vai, mecanicamente, substituindo elementos da cultura original por outros da cultura dominante, de tal modo que a cultura original gradualmente se extinga ou fique completamente descaracterizada”, esta é uma visão funcionalista que analisa “a *dinâmica cultural, sob uma perspectiva sociológica, e que procura captar o processo social e as mudanças em curso do ponto de vista das instituições da sociedade minoritária*”⁹⁷.

Neste sentido, portanto, entende-se que Meyer esposava a idéia de que haveria um processo de “troca cultural”, através do qual mesclariam-se elementos da cultura platina e da luso-brasileira que forneceriam os fundamentos do amálgama constitutivo da identidade regional, sob a égide do simbólico “*gaúcho*”, devidamente transliterado ao contexto nacional, mas é necessário ressaltar que esta constatação não fica completamente evidente no texto de Meyer, senão que apenas esboçada.

Talvez, a “aculturação” pudesse ser substituída pelo conteúdo mais atualizado da “difusão cultural”, segundo o qual “*grande parte dos padrões culturais de um dado sistema não foram criados por um processo autóctone, foram copiados de outros sistemas culturais. A esses empréstimos culturais a antropologia denomina difusão*”, conforme esclarece Laraia.⁹⁸ Entretanto, no período em que a idéia foi formulada por Augusto Meyer, considerando-se os embates entre “platinistas” e “lusitanistas”, na historiografia regional⁹⁹, a “aculturação” pareceu uma opção do autor pela via do consenso e, em certo sentido, de tentar aglutinar as duas tendências, mesmo que tal atitude sempre acarretasse na sobreposição de uma delas, neste caso, a lusitana.

Esta polaridade, esta “di-visão”, este horizonte de verdade dicotômico imposto por estas vertentes interpretativas, reflete-se na análise de Meyer, não obstante seu protesto veemente contra um discurso homogêneo e idealizador da sociedade rio-grandense que produziu “*uma história em que tudo parece acontecer por obra e graça de uma Divina*

⁹⁶ MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, p. 17.

⁹⁷ NOVAES, Sylvia Caiuby. Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de Si através dos Outros. São Paulo: Edusp, 1993, p.40.

⁹⁸ LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 105.

⁹⁹ Conforme Gutfreind, o que há neste período é um confronto entre as matrizes “platinista” e “lusitanista”, as duas concepções historiográficas que disputam a primazia sobre o discurso regionalista, um campo em que se opera uma luta pelo poder de definir a identidade regional a partir de pressupostos ditados pelo discurso científico, e que demonstra um tipo de prática social que Bourdieu define como “lutas de classificação”, e é neste contexto que inscreve-se o pensamento de Augusto Meyer. Mesmo que tenhamos ressalvas quanto aos critérios de classificação da autora os debates que ocorreram neste período demonstram a luta por um tipo de interpretação sobre a história rio-grandense que não pode ser desconsiderado. Tal classificação é decorrente do estudo realizado em tese de doutorado por: GUTFREIND, Ieda. A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Sobre as disputas entre os intelectuais sul-rio-grandenses deste período também é bastante interessante o trabalho de NEDEL, Letícia Borges. Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos 50. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

Providência Gaúcha, que desde o começo decretou as cousas na mesma ordem rígida". No caso em questão a "*Divina Providência Gaúcha*" que Meyer reprova é, de certa forma, representada pelo discurso "científico", isto é, um discurso produzido por historiadores, utilizado nestas "*lutas de classificação*"¹⁰⁰, e que é encarregado de legitimar uma definição de identidade, através de seu impacto na sociedade como efeito de verdade.¹⁰¹

Tendo em vista, portanto, que as interpretações de Meyer e Oliven são marcos referenciais sobre este tema, pois apresentaram, em momentos diferentes, importantes pontos de convergência, demonstrando semelhantes preocupações com uma definição cultural elaborada segundo a figura unívoca de um ser regional. Retorna-se novamente a esta discussão sobre o modo como se operou esta homogeneidade cultural, ou seja, buscase na linguagem, via Literatura, o percurso de transformação no significado da palavra "gaúcho" que ocasiona, praticamente, uma substituição de uso que, com efeito, passará a designar a todos os rio-grandenses, observando que circunstâncias histórico-sociais contribuem para esta transformação.

Além disso, é necessário, a fim de responder à proposta de Augusto Meyer, tentar identificar com mais precisão quando aconteceu esta re-elaboração histórica da identidade rio-grandense através da ressemantização do termo "gaúcho" que, passa a evocar e atrelar-se decisivamente a um passado glorioso e heróico, analisando a importância do papel social das narrativas literárias de ficção na formação deste imaginário social rio-grandense, assim como a sua contribuição na construção deste ser cultural – personagem –, denominado "gaúcho".

E a partir daí, tentar refletir sobre o questionamento proposto por Pesavento, que interessou-se em "*ver como os "sintomas" identitários da região, (...) foram apropriados pelos intelectuais "desde dentro" e retrabalhados no sentido de uma positividade ainda maior, com hipertrofia de certos valores e uma ressemantização de certos fatos e práticas sociais*"¹⁰², visto que, na historiografia regional recente Sandra Pesavento também produziu uma reflexão sobre o tema, num artigo publicado em 2003, no qual faz importantes

¹⁰⁰ Este tipo de prática social Pierre Bourdieu define como "lutas de classificação", ou seja, são as "*lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo*". In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.113.

¹⁰¹ Sobre os efeitos na sociedade do discurso científico, diz Bourdieu: "*o efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos "objetivos", precisamente os que os doutos conhecem, são utilizadas como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade, que – a prazo, e em particular por intermédio das ações de imposição e de inculcação da identidade legítima – tende a gerar a unidade real.*" In. BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, 1998, p.119.

¹⁰² PESAVENTO, Sandra. J. *Nação e Região: diálogos do "mesmo" e do "outro" (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)*. In: *História Cultural. Experiências de Pesquisa*. P. Alegre: Ed. UFRGS, 2003, p.225.

indicações sobre a constituição da representação do ser regional através do contraste com padrões de referência identitária externa¹⁰³, redirecionando o conceito de ressemantização da palavra para às práticas sociais.

Esta readequação nos possibilita pensar também sobre as possíveis relações entre os conflitos armados, acontecidos no Rio Grande do Sul deste período, e suas contribuições não apenas para a variação do significado da palavra “gaúcho”, mas também na força simbólica da guerra como produtora de significados históricos e culturais atribuídos – desde fora – ou auto-atribuídos – desde dentro –, ou seja, a Literatura e a Guerra são práticas sociais, e ambas produzem imaginários sobre as pessoas que atuam nestes campos, aparentemente, antagônicos.

Entre as questões que enfrentamos nesta pesquisa, está a que consiste em analisar o modo como atuaram, ou mesmo combateram na e pela Literatura, os homens de letras que contribuíram para a formação de um imaginário sobre o homem sul-rio-grandense, visto que as escolhas dos autores, seja pelo recorte temático, seja pela exclusão ou seleção de certos eventos para trazer à lembrança, nos possibilitam perceber em que medida a reconstrução, pela via literária de ficção (romances ou contos), de um certo tipo de memória histórica – contida nestas narrativas –, contribuiu para produzir ou consolidar “*certos valores*” que podem ter agido ainda em seu tempo na construção de um discurso sobre a identidade cultural regional.

Assim a discussão que se propõe pretende situar o objetivo mais amplo desta pesquisa, ou seja, acompanhar o percurso dos termos “rio-grandense” e “gaúcho” na Literatura – em narrativas de ficção e de viagem – observando as alternâncias de sentido nas formas de designar o habitante do Rio Grande do Sul, identificando ou não correspondências de sentido entre elas, como um ponto de conexão entre a proposta de Augusto Meyer, que é acompanhar a trajetória das palavras através do tempo, analisando como e em que medida ocorre esta ressemantização, utilizada por Ruben George Oliven, a fim de compreender se o processo de construção do padrão de referência da identidade regional indicado por Sandra Pesavento, se dá a partir de uma “*hipertrofia de certos valores*” criados por um imaginário que atribui, retira ou reelabora perfis culturais conforme a autoridade ou legitimidade intelectual e social de seu enunciador.

É, portanto, inspirada nesta perspectiva de articulação que se aglutina a proposta de Meyer ao conceito de Oliven, visando uma interpretação interdisciplinar da identidade cultural da região que estabeleça um diálogo de referências conceituais entre a História, a

¹⁰³ A questão formulada por Pesavento a partir do contraste com os platinos, e com base nas descrições de Nicolau Dreys, é de que: “*A distinção entre gaúchos e rio-grandenses tenderia a “abrasileirar” estes últimos, mais civilizados, e a identificar os primeiros com os tipos brutos dos castelhanos? Trocando em miúdos, os bons gaúchos eram “rio-grandenses-brasileiros”, e os “malos” ficavam próximo aos castelhanos?*” Cf. PESAVENTO, Sandra. J. *op. cit.*, 2003, p.209-244.

Literatura e a Antropologia, no sentido de ultrapassar os antigos paradoxos “gaúcho-bandido” (sentido negativo) e “gaúcho-herói” (sentido encomiástico) ou ainda “gaúcho-antigo ou histórico” (sentido mítico) e “gaúcho-atual” (sentido evolucionista), no intuito de reconstituir tanto quanto possível, através da linguagem utilizada nas narrativas literárias do século XIX, o percurso do imaginário produzido por escritores de dentro e de fora da província, sobre os habitantes do Rio Grande.

O tema, portanto, continua a requerer um refazer do caminho à luz de pesquisas recentes que possibilitam outras avaliações, que permitem ao historiador renovar o seu olhar sobre as fontes, ou seja, percorrer essas antigas trilhas através de categorias como “Representação”, “Apropriação” e “Imaginário”, utilizadas principalmente pela “História Cultural”, no intuito de compreender como a Linguagem utilizada nas narrativas literárias de determinada época pode produzir um tipo de discurso social e construir uma “Memória”, de modo que esses elementos articulados componham, com o passar do tempo, a “Identidade imaginada” de um grupo.

Neste sentido, contribuíram sobejamente para a reflexão sobre nosso objeto, ou seja, a construção da identidade cultural dos sul-rio-grandenses, os recentes trabalhos historiográficos de:

Letícia Nedel *“Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta”* (1999), no qual a historiadora investiga a construção de um discurso regionalista pela instituição durante a direção do historiador e folclorista Dante de Laytano, entre 1952 e 1958, bem como a participação efetiva do Museu Julio de Castilhos no trabalho de atualização das representações da identidade sulina, sua análise privilegia, ainda, a atuação dos intelectuais que participaram direta ou indiretamente deste projeto.

Joana Bozac de Figueiredo, *“O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: A Identidade Regional e o Estado Nacional (1851-1865)”* (2000), que aborda a questão da identidade regional sulina em relação direta com a formação do espaço brasileiro e do Estado nacional brasileiro, ou seja, que a conformação específica do espaço sulino, que traz em seu bojo a marca da disputa territorial, do enfrentamento, do intercâmbio cultural e econômico, do contrabando, da radicalização na política; está radicalmente ligada a construção de uma identidade regional muito peculiar. Dentre as fontes utilizadas pela historiadora, as correspondências públicas e particulares forneceram outros subsídios interpretativos para este trabalho, principalmente, no que tange às relações entre rio-grandenses e platinos e, ainda, permitiram acompanhar as dificuldades de alguns indivíduos envolvidos no projeto de escrita da História da Revolução Farroupilha.

E de Alexandre Lazzari, *“Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)”* (2004), em que o historiador discute como foi possível

a identidade nacional brasileira ter sido imaginada como uma identidade rio-grandense ou “gaúcha”, através da análise de grupos literários ou indivíduos que tomaram para si a missão de associar um sentido de nacionalidade às “tradições” (inventadas ou não) culturais e políticas locais. Além de analisar a participação dos letrados envolvidos com o Partenon Literário e com o IHGPSP, e suas relações políticas, o historiador faz um cuidadoso exame sobre as obras, a condição social e as trajetórias de vida de alguns literatos, entre os quais destaca-se Apolinário Porto Alegre, figura fundamental deste trabalho.

Outros trabalhos foram igualmente importantes no percurso desta pesquisa, fornecendo aportes de várias ordens, desde decisivas indicações de outras fontes até a ampliação de noções teóricas, conceituais ou metodológicas. Seria exaustivo mencionar a contribuição de cada um, que ademais serão facilmente identificados no decorrer deste texto, entretanto cabe ressaltar que se alguns deles não se aplicam diretamente ao objeto deste trabalho, permitiram outras importantes analogias diante do problema colocado, além disso, cada obra e autor utilizado possibilitou reflexões fundamentais sobre amplos aspectos contemplados pelo tema da construção da identidade regional.

4. O fio de Ariadne no labirinto da linguagem

Para empreender esta jornada através das narrativas literárias são necessárias diversas escolhas. A primeira refere-se à seleção dos textos, as fontes de pesquisa que se constituem de variada literatura sobre o Rio Grande do Sul, da segunda metade do século XIX, e que nortearão a busca pelas alternâncias de sentido nas formas de designar o habitante sulino, refletindo assim sobre o papel da Literatura na construção do imaginário social rio-grandense acerca do “gaúcho”, e identificando o que existe de semelhante ou de diferente nos textos literários em relação ao ponto de vista dos autores “*desde dentro*” e “*desde fora*” do Rio Grande de São Pedro.

As fontes primárias desta pesquisa são basicamente de dois gêneros, ou seja, a prosa literária de ficção (os romances, contos e texto de teatro) e a literatura de viagem (relatos e descrições). Escolhidas com o propósito de proceder-se num cruzamento das diferentes narrativas, refletindo sobre o contexto histórico que as proporcionou, buscando perceber se existem relações entre as transformações histórico-culturais, no interior da estrutura social, e o significado atribuído às palavras “*rio-grandense*” e “*gaúcho*”.

No primeiro capítulo intitulado “**Na representação da cultura regional a construção literária da nação**”, é esboçado um panorama da sociedade e da cultura brasileira na Corte deste período e as influências européias recebidas, contexto no qual surgem as obras que iniciam a análise, ou seja, os romances de José Antonio do Vale Caldre e Fião, “**A Divina Pastora**” de 1847 e “**O Corsário**” de 1851. Caldre e Fião é uma referência fundamental

neste estudo, pois é o primeiro autor a tratar da temática regional, a representar no ambiente urbano da Corte os habitantes da mais distante Província do sul do Brasil, ele escreve suas obras no Rio de Janeiro, portanto, é “*um rio-grandense fora do Rio Grande*” que apresenta um olhar intermediário, ou seja, “desde dentro” por que é natural da Província, mas também “desde fora” pois está longe da terra natal. A representação deste “*desterrado provisório*” é o foco fundamental deste capítulo.

No segundo capítulo denominado “**Do olhar nativo à visão do forasteiro**”, as visões apresentadas são efetivamente “*desde fora*”. Perspectivas exteriores que partem de Joseph Hörmeyer, oficial militar alemão que viveu no Rio Grande do Sul durante três anos e publicou em 1850 um opúsculo, que é essencialmente um “manual para imigrantes”, sob o título, “**Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional**” e de Robert Avé-Lallemant, médico, também alemão, que escreveu em 1858, “**Viagem pela Província do Rio Grande do Sul**”, que foi publicado em 1859 em Leipzig. As narrativas destes viajantes europeus nos auxiliam na remontagem do quadro referencial sobre o homem do Rio Grande do Sul, sob a ótica da “alteridade”, da diferença cultural que produz o estranhamento e, com ele as descrições das impressões sobre os hábitos e os tipos humanos que aqui encontram, em contraste com a cultura e a civilização europeia e que demonstram sua preocupação com os imigrantes que para cá afluem, visto que, Hörmeyer apresenta “a maneira e os procedimentos para emigrar” e Lallemant fala sobre “as condições e as circunstâncias que envolvem a imigração”.

No terceiro capítulo chamado “**De como a identidade regional foi construída a ferro, fogo, papel e tinta**”, apresenta-se o quadro de lutas e confrontos deste período e aborda-se a construção de “identidade cultural” através do estudo comparativo das seguintes narrativas: “**O Monarca das Coxilhas**”, um drama em três atos, escrito por César de Lacerda em 1867, português de Lisboa, que romanceia os hábitos e costumes da gente do sul, embora o seu “Monarca das Coxilhas” não seja um filho-da-terra, pois, ele não é um rio-grandense, ao contrário, é um português fugitivo, mas com as qualidades distintivas do ser regional representado através de uma visão europeia reparadora, porque as mais altas qualidades são encarnadas pelo ilustrado português europeu. A outra visão “*desde fora*” é oferecida por José de Alencar que, em 1870, escreve “**O Gaúcho**”, um cearense que utiliza pela primeira vez na Literatura a palavra “gaúcho” para nomear o homem da região, um autor brasileiro que nunca visitou o Rio Grande, descrevendo um rio-grandense dentro do esforço nacionalista para definir os tipos regionais. Na intenção de acrescentar outras nuances à análise destas narrativas foi possível agregar outras fontes, como os artigos sobre Literatura em periódicos especializados que circularam na Província neste período; outros textos de diferentes lugares de enunciação, como o IHGPSP (Instituto Histórico e

Geográfico da Província de São Pedro) que tenta produzir uma História para a Província; além de outros gêneros literários, como as poesias encontradas nos periódicos literários.

Finalmente, no quarto capítulo, sob o título **“A última guerra entre a Província e a Corte é pelo poder de nomear”**, são analisados os exemplos do esforço interno de construção da identidade cultural sulina, principalmente, através das narrativas **“O Monarca das Coxilhas”** de 1870 e **“O Vaqueano”** de 1872, ambas de Apolinário Porto Alegre, este que é um autor rio-grandense falando sobre o campeiro rio-grandense, “um *olhar desde dentro*”, mas mediado pela vivência urbana do autor. Neste capítulo acompanha-se a construção da “Memória” histórica coletiva a partir das narrativas e do “Imaginário” resultante dessas representações.

Cabe reiterar que outras fontes primárias foram utilizadas na medida em que contribuíram para esclarecer ou confrontar qualquer das obras mencionadas. Neste sentido, a fim de melhor perceber tanto o “clima” intelectual do período, quanto o discurso social vigente foram de grande relevância textos e outros contos encontrados nas coleções de periódicos literários do período, principalmente, a coleção da **“Revista do Partenon Literário”** de 1869 a 1879, e **“A Arcádia”** que circulou entre 1867 e 1870.

Entre as obras de referência, também utilizadas como fontes primárias, podemos citar principalmente: a **“Coleção de Vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”** (1852) de Antonio Álvares Pereira Coruja, a **“Memória da Guerra dos Farrapos”** (escrita entre 1870 e 1875) de Francisco de Sá Brito, o **“Ensaio sobre os Costumes do Rio Grande do Sul”** (1883), de Cezimbra Jacques, o **“Vocabulário Sul Rio-Grandense”** (1897) de J. Romanguera Correa entre outras.¹⁰⁴

A escolha destas fontes reside no fato de apresentarem uma rica diversidade de visões, referências e descrições, ou seja, as Representações possíveis de um ser social que foi convertido em personagem: o *“gaúcho-riograndense”*, seu modo de vida, suas características físicas e psicológicas, seu ambiente sociocultural e sua história.

Fontes que muito contribuíram para alcançar-se o objetivo de perceber, através das diversas perspectivas dos autores, em que momento se dá a apropriação da palavra *“gaúcho”* pelos escritores rio-grandenses, quando passam a se autodenominarem desta maneira, que discurso se impõe decisivamente, quais transformações culturais concorrem para esta escolha, enfim, que visão é preponderante: a visão que os rio-grandenses têm de si mesmos ou uma visão *“desde fora”*, do outro, que em última instância me diz quem sou, me define, e me confere uma identidade, uma forma de contraste, uma diferença.

¹⁰⁴ Duas obras de inestimável importância para este estudo não puderam ser consultadas, pois não foi possível encontrá-las, trata-se de *“O sertanejo rio-grandense”* (1883) e *“O campeiro rio-grandense”* (1889) de João Mendes da Silva, ambas fazem parte do acervo de Julio Petersen, cuja biblioteca encontra-se agora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, entretanto foi possível o acesso aos vocabulários de João Mendes compilados por Lothar Hessel.

De modo que ao concentrar-se a atenção no discurso social contemporâneo (do século XIX) que construiu este ser cultural, pode-se observar em que medida “esse *discurso regionalista indica que as significações produzidas por ele têm [ou não] uma forte adequação às representações da identidade gaúcha*”¹⁰⁵ o que, talvez possa confirmar sua permanência através do tempo.

Este é um esforço interpretativo que pretende, portanto, refletir sobre a formação e a conformação de uma identidade regional (o *gaúcho rio-grandense*) a partir da linguagem utilizada nas representações discursivas (principalmente na literatura) que estabelecem parâmetros e atribuem significados ao conjunto das práticas sociais cotidianas (ou tornadas cotidianas), com base em contextos datados (Guerras e Revoluções) e que, portanto, são sócio-históricos, procurando compreender o processo pelo qual o ser social regional por excelência que é o *Rio-Grandense*, torna-se ou é convertido num ser cultural, considerado marginal na sociedade sul-rio-grandense do século XIX.

Refletir sobre esta representação específica significa tentar compreender como são explicitadas as forças socioculturais no ambiente regional, que relações (de dominação ou de resistência) estabelecem e mantêm as classificações sociais deste grupo e, enfim, em que medida os referenciais de contingência (contexto histórico-social) influenciam as construções mentais (imaginário) que as pessoas (autores rio-grandenses) fabricam de si mesmas e de outros.

¹⁰⁵ OLIVEN, Ruben George. *op. cit.*, p.65.

CAPÍTULO 1

Na representação da cultura regional a construção literária da nação

“Literatura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas idéias e de mais philosophico no pensamento, de mais heróico na moral e de mais bello na natureza, é o quadro animado das suas virtudes e paixões, o despertador de sua glória e o reflexo progressivo de sua intelligencia.”

Gonçalves de Magalhães, Discurso sobre a História da Literatura do Brasil (1836)¹

1.1. As artes da palavra num estilo tropical², pitoresco e nacional

Desde a emancipação brasileira dos domínios portugueses eclodiram em diversos pontos do país focos revolucionários ou rebeliões de diversas ordens, podendo dizer-se resumidamente que o movimento de independência ganha grande impulso a partir da Revolução Pernambucana de 1817, toma corpo com o regresso de D. João para Portugal em 1821, num processo conturbado e gradual que – apesar da Proclamação da Independência –, veio a culminar com a abdicação de D. Pedro I em 1831, consolidando-se – após a ascensão do imperador-menino em 1840 –, por volta de 1850 com a pacificação das revoltas provinciais e a manutenção da Monarquia.

Intensos debates políticos e revoltas armadas vicejaram no país entre 1831 e 1840, no chamado período regencial. Assim enquanto o jovem imperador D. Pedro II não completasse a maioridade o Brasil foi conduzido politicamente por regentes eleitos pela Assembléia Geral de Senadores e Deputados.

O panorama de agitação política no Brasil não era distinto nem do restante da América, nem da Europa, de onde sopraram os ventos revolucionários e as idéias liberais que influíram no curso dos acontecimentos bélicos de todo o século XIX, alhures e algures.

O ideário da Revolução Francesa, inscrito na divisa “*liberdade, igualdade e fraternidade*”, foi traduzido para o novo mundo como “independência e república” e com ele surgem e acentuam-se os sentimentos de “nacionalidade e patriotismo”. Estas palavras tomadas em seus contextos revolucionários adquirem conotações de visão de mundo, de concepção de vida, de modos de ser no mundo, ou seja, constituem-se em

¹ Magalhães, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*. In: *Revista Nicteroy*, 1836.

² “*Estilo tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro*” é o título de um artigo de 1888 escrito por Araripe Júnior que “recorreu a uma teoria da natureza e à idéia de tropicalidade, para mostrar como se deu a adaptação ao Brasil do romance naturalista de Émile Zola. (...) Araripe explicou a possível originalidade das obras de Aluísio Azevedo, influenciadas por Zola, como resultado do impacto do meio local sobre as formas importadas da Europa.” In: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991, p.17.

vestígios discursivos que atribuem significados a uma época. A época que assiste a consolidação e o acirramento das identidades nacionais é o século XIX.

É neste contexto que seguem os anseios nacionais e surge uma Literatura brasileira...

1.1.1. Eis-nos ante um povo de forte individualidade³

Há na Literatura nacional algumas obras exemplares já clássicas⁴ que apresentaram em épocas diferentes traços contundentes da diversidade identitária existente no Brasil, entre as quais se destacam: “Os Sertões” de Euclides da Cunha (1902), “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freire (1933) e “O Tempo e o Vento I: O Continente” de Érico Veríssimo (1949)⁵.

Destas, somente a última inscreve-se plenamente na categoria ficcional, classificada como um “romance histórico”⁶. Porém, seja jornalística ou sociologicamente, elas pretenderam representar com grande riqueza de detalhes o particular perfil cultural dos habitantes das regiões as quais se referiram, o que confirma a formulação de Moreira Leite sobre o malgrado propósito regionalista da Literatura brasileira, isto é, segundo ele como, “a colonização brasileira se fez através de núcleos relativamente isolados, seria inevitável que o regionalismo, longe de apresentar o brasileiro rústico ou primitivo, apresentasse tipos característicos de cada região.”⁷

³ A expressão é de Ferdinand Wolf vienense que escreveu “O Brasil literário. História da literatura brasileira”, publicado em 1863 em Berlim. Segundo Roberto Ventura, “comentando a diferenciação entre a terra do Brasil e a civilização européia, observa o surgimento, sob o sol dos trópicos, de uma “raça nova”, resultante da fusão entre portugueses, africanos e indígenas: “Esta raça, numa palavra, desenvolve-se cada vez mais, diferente de seus antepassados portugueses; sua organização física modificou-se em razão do clima e dos ameados cruzamentos, interesses pessoais, opiniões políticas próprias se manifestam, e **eis-nos, afinal, ante um povo de forte individualidade**.”” (grifos nossos) cf. WOLF, Ferdinand. Le Brésil littéraire (1863). Trad. Cit.: “O Brasil literário”, In: CESAR, Guilhermino (org.). Historiadores e críticos do romantismo, p.143, 166-7 *apud in* VENTURA, Roberto. *op. cit.*, p.32.

⁴ Os clássicos são aqui entendidos como obras de referência que conseguiram sintetizar um modo de ser, ver e sentir a região em que se ambientaram. Existem vários outros exemplos de grande importância que assinalam esta diversidade e não seria possível citar todos: pode-se alinhar, por exemplo “Grande Sertão: veredas” de Guimarães Rosa, ao de Euclides da Cunha, ou substituir-se Gilberto Freire e sua análise sociológica, por José Lins do Rego e seu “Menino de Engenho”, mas a título de ilustração de idéia, estes parecem ser suficientes.

⁵ A trilogia “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo é composta por obras escritas em tempos diferentes, por isso a numeração refere-se I: O Continente (1949), II: O Retrato (1951) e III: O Arquipélago (1961).

⁶ Aqui o entendimento de romance histórico é tomado conforme a definição literária, isto é, aquelas narrativas ambientadas em momentos específicos da história, ou conforme estabelece Moisés: “A novela histórica caracteriza-se pela recriação do passado remoto ou recente através de documentos verídicos, submetidos à imaginação transfiguradora do ficcionista. Assim, pessoas e fatos se apresentam deformadamente (*sic*), porque analisados sob o prisma da imaginação, que ainda se incumbem de preencher os claros deixados pelos documentos. Seu nascimento coincidiu com o advento do Romantismo, e deveu-se a Walter Scott e sua novela *Waverley* (1814)”. In: MOISÉS, Massaud. A Criação Literária: Prosa I. São Paulo: Cultrix, 2003, p.140.

⁷ LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983, p.220.

Todavia estas especificidades regionais e, por conseguinte, a diversidade cultural só seria admitida e considerada bem mais tarde, se entendermos que as preocupações com uma definição cultural da nação começam a ser explicitadas a partir de 1822, ou seja, com a definição política dada pela Proclamação da Independência do Brasil⁸, quando numa intenção declaradamente nacionalista que pretende formar uma idéia de povo e de Pátria, desvinculados da imagem lusitana, torna-se premente para a legitimação do Estado e da cultura brasileira uma representação ideal do “tipo social brasileiro”.

É neste contexto, portanto que a Literatura assume importância fundamental como construtora da identidade nacional, pois conforme explica Antonio Candido é somente após a independência:

que a literatura brasileira adquire consciência da sua realidade (...). Era preciso mostrar que tínhamos uma literatura, exprimindo características que se julgavam nacionais; (...). Ser bom, literariamente, significava ser brasileiro; ser brasileiro significava incluir nas obras o que havia de específico do país, notadamente a paisagem e o aborígene.⁹

O país que tinha corpo precisava de uma alma, uma personalidade própria, e para tanto foi necessário descrever a pátria, narrar seus encantos, sua gente e sua paisagem. Com efeito, dar início à Literatura nacional significava “*dotar o Brasil de uma literatura equivalente às européias, que exprimisse de maneira adequada a sua realidade própria*”¹⁰, neste sentido, as primeiras manifestações literárias na poesia tratam das belezas naturais do Brasil na primeira fase do Romantismo, também chamada de *nativismo*.

Assim, no processo de construção da História da cultura brasileira são especialmente significativos o aparecimento da obra “*Suspiros Poéticos*” de Gonçalves de Magalhães, publicada em Paris em 1836, e a fundação no Rio de Janeiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.¹¹

⁸ “*Em 1825, uma gravura representava D. Pedro recebendo nos braços o Brasil liberto de grilhões, sob a forma duma índia; segundo Schlichthorst, o modelo foi a então viscondessa de Santos.*” Cf. SCHLICHTHORST C., O Rio de Janeiro como é, p.55, *apud in* CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos). 2º vol. (1836-1880), 9ª ed., Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000, p.18.

⁹ CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária, 7ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1985, p.171.

¹⁰ CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.11.

¹¹ Em 16 de agosto de 1838, o marechal Raymundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundam juntamente com outros intelectuais o IHGB. Januário da Cunha Barbosa também foi responsável, segundo Candido, pela publicação do (primeiro) *Parnaso Brasileiro* “*que apareceu, sem nome de autor, de 1829 a 1831, em oito pequenos cadernos (...) que reuniu, sem ordem nem método e muito menos senso de valor, poesias editadas em livro, esparsas em coletâneas e inéditos*”, e a quem Antonio Candido indica

O interessante a ser destacado neste processo é que ele principia desde fora do Brasil, pois, conforme Antonio Candido informa, em 1834, no Instituto Histórico de Paris, um grupo de jovens brasileiros formado por Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Salles Tôrres Homem e Manuel de Araújo Porto-Alegre apresenta uma comunicação sobre literatura, ciências e belas-artes, que foi publicada na revista da instituição sob o título “*Résumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil, par trois brésiliens, membres de l’Institut Historique*” (Resumo da história da literatura, das ciências e das artes do Brasil, por três brasileiros, membros do Instituto Histórico).¹²

Fato a demonstrar a importância e influência da cultura francesa entre os intelectuais brasileiros, além de confirmar a França como referência de ilustração e civilização e, portanto, um modelo cultural a ser seguido. Então, em 1836, é lançada em Paris a *Niterói, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*, que trazia como epígrafe: “*Tudo pelo Brasil, e para o Brasil*”, reunindo artigos de autores brasileiros sobre variados temas desde economia e ciências até as artes.¹³

Ao analisar a importância do grupo brasileiro na Europa, Alfredo Bosi considera o ensaio escrito por Magalhães e publicado no primeiro número da *Revista Niterói*, um marco definidor das diretrizes intelectuais a serem seguidas daquele momento em diante, pois considerou:

como fundador do IHGB em 1836 (*sic*). In: CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 1º vol., p.284. Alfredo Bosi aponta Pereira da Silva como compilador do (segundo) *Parnaso Brasileiro* em 1842 (*sic*) que também “foi cronista encomiástico no *Plutarco Brasileiro* (1847).” In: BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970, p.109. Moisés também atribui a João Manuel Pereira da Silva a autoria (*sic*) do *Parnaso Brasileiro* (1843) e do *Plutarco Brasileiro* (1847), segundo afirma, “*são obras mais de vulgarização que de crítica ou historiografia*”. In: MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira*. Vol. 1: *das origens ao romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2001, p.334. Sobre maiores referências destes autores e suas obras ver: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p.75 e 143.

¹² Candido afirma que esta “*oportunidade foi devida com certeza a Eugène de Monglave, um dos fundadores, e secretário da agremiação, que se ocupou na França mais de uma vez com assuntos nossos*”. Ainda (em nota) diz que Monglave: “*Deu um curso (talvez na Sorbonne) sobre literatura brasileira e portuguesa, reconhecendo a autonomia da nossa. Isso teria sido no decênio de 30 ou primeiros anos de 40* (V. *Minerva Brasiliense*, I, p.11). *Em 1844, tomou a defesa do Brasil, ante certos ataques da imprensa francesa* (V. *Minerva Brasiliense*, II, p.666). *Muito conhecido e estimado no Brasil, é provável que o seu Institut Historique tenha inspirado a Januário e outros a idéia do nosso Instituto Histórico e Geográfico, fundado quatro anos depois*”. As datas de fundação do IHGB estão equivocadas, certamente houve alguma confusão na edição. In: CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.13.

¹³ No seu primeiro número, a revista inseria colaboração de Azeredo Coutinho (“*Dos Cometas*”), Torres Homem (“*Considerações Econômicas sobre a Escravatura*” e “*Reflexões sobre o Crédito e sobre o Relatório do Ministro da Fazenda*”), Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre (“*Idéias sobre a Música*”). No segundo: de Azeredo Coutinho (“*As Caldeiras Empregadas nas Fábricas de Açúcar*”), A. de S. Lima de Itaparica (“*Destilação*”), Silvestre Pinheiro Ferreira (“*Idéia de uma Sociedade Promotora da Educação Industrial*”), C. A. Taunay (“*Descoberta de M. Scheult*”), Torres Homem (“*Comércio do Brasil*” e um artigo acerca de *Suspiros Poéticos e Saudades*). In: MOISÉS, Massaud. *op. cit.*, 2001, p.328.

Válido como documento do grau de consciência crítica do grupo é o Ensaio de Magalhães “Sobre a História da Literatura do Brasil”, que retoma e alarga sínteses de nossa história cultural realizadas por estudiosos estrangeiros: Ferdinand Denis e Garrett, na esteira de Mme. Staël (*De Allemagne*, 1813), que fizera correr pelo primeiro Romantismo o binômio poesia-pátria.¹⁴

Corroborando o pensamento de Bosi, Massaud Moisés referendado por Sergio Buarque de Holanda assinala as principais tendências político-culturais neste período de afirmação romântica e nacionalista, pois:

a revista caracterizava-se pelo patriotismo, de que o artigo de Magalhães (“Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”), saído no primeiro número, pode ser a síntese crítica: repudiando a colonização portuguesa, dispunha-se a mostrar os traços originais da nossa literatura, a partir do tema indianista. (...) Os poemas, juntamente com a revista, desempenharam papel pioneiro e desviaram o norte da nossa orientação literária, pois “*daí por diante será a França, não Portugal, o país que vai ditar as regras e modas que seguirão os nossos homens de cultura*”.¹⁵ (grifos nossos)

Manuel Bandeira também confirma as interpretações anteriores sobre a importância da atitude e das idéias de Magalhães na constituição do movimento romântico no Brasil e destaca ainda que, neste ensaio, surge a presença de Schiller, outra grande referência do Romantismo europeu¹⁶, que é citado pelo brasileiro no sentido de corrigir as distorções de representação poética inspiradas no modelo grego (arcádico), que segundo ele não serviam ao propósito de composição da Literatura nacional que exigia a independência dos poetas em relação aos antigos modelos e propõe, então, que seja seguida a lição do mestre alemão que diz: “*O poeta independente não reconhece por lei senão as inspirações de sua alma, e por soberano o seu Gênio*”.¹⁷

¹⁴ BOSI, Alfredo. *op. cit.*, p.107. A essência do “nativismo” iniciado por Gonçalves de Magalhães encontrou inspiração na obra *De l’Allemagne* de Mme. Staël, onde se pode ler “*A alma da natureza se nos dá a conhecer em toda parte sob mil formas diversas. O campo fértil, os desertos abandonados, o mar, as estrelas, estão submetidos às mesmas leis; e o homem contém em si mesmo as sensações, os poderes ocultos que correspondem ao dia, à noite, à tempestade: e é esta aliança secreta de nosso ser com as maravilhas do universo que confere à poesia sua verdadeira grandeza. O poeta sabe restabelecer a unidade entre o mundo físico e o mundo moral. Sua imaginação forma um elo entre um e outro.*” In: PROENÇA FILHO, Domicio. *Estilos de época na literatura*. São Paulo: Ática, 2004, p.217.

¹⁵ Sérgio Buarque de Holanda, Pref. a *Suspiros Poéticos e Saudades*, Rio de Janeiro, ME, 1939, p.XI. *apud in*. MOISÉS, Massaud. *op. cit.*, 2001, p.328-329.

¹⁶ Na Alemanha sob o efeito do “*sturm und drang*” (tempestade e ímpeto) a postura assumida pelos escritores foi definida da seguinte maneira: “*A reação contra o Iluminismo teve início por volta de 1770. Os ensaios de Herder contêm, em grande parte, a nova concepção de vida e literatura. Já não se dá mais tanto valor à razão quanto ao sentimento, sobretudo ao irracional. A literatura é original e individual, criada pelo “gênio”, que não necessita mais de regras, seguindo apenas o sentimento e a natureza inerentes a ele mesmo. O novo ideal é dado pelo homem vigoroso e apaixonado, que menospreza convenções inflexíveis e regras que tolhem sua criatividade.*” In: LANGENBUCHER, Wolfgang. *Antologia Humanística Alemã: o engajamento social na Literatura Alemã a partir da Idade Média até a atualidade*. Porto alegre: Globo, 1972, p.61.

¹⁷ BANDEIRA, Manoel. *Noções de História das Literaturas*. Rio de Janeiro. São Paulo. Lisboa: Fundo de Cultura, 1969, *op. cit.*, p.297. Tendo em vista, que o escritor de “gênio” seja capaz de experimentar a transgressão libertadora de um sentimento avassalador, inconseqüentemente romântico, pois conforme

A menção de Magalhães ao escritor alemão amplia o leque de referências dos brasileiros para além dos domínios franceses, não obstante, sua predominância paradigmática desde a “*tentativa de identificação dos hábitos, costumes ou instituições francesas [que] caracteriza a sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX*”¹⁸, pois conforme destaca Paz:

é na academia e na historiografia francesa que a maioria dos membros do Instituto busca parâmetros para a história nacional. Aliás, o predomínio cultural da França pode ser apontado como uma das muitas heranças lusitanas do Império.¹⁹

Dentre as possíveis influências europeias no pensamento literário brasileiro, Alfredo Bosi ressalta que as raízes do romantismo nacionalista apontam para o binômio “*poesia-pátria*” notadamente a partir de Mme. Staël, ao mesmo tempo, ele reitera a importância da contribuição de Denis e Garret, devido a sua autoridade intelectual, na auto-afirmação da Literatura nacional; Manuel Bandeira, por sua vez, chama a atenção para a presença de Schiller, no discurso de Magalhães, para indicar o modo independente e apaixonado a ser adotado pelos poetas brasileiros. E o historiador Francisco Paz, ao avaliar a importância do IHGB na construção do perfil identitário nacional, aponta para sua vinculação com a “*tradição historiográfica do início do século XIX*”, que conjuga do mesmo modo “*a história com o nacionalismo*”²⁰ e define um padrão de escrita da História²¹, baseado, principalmente, nas concepções historicistas de Leopold von Ranke²² para quem:

consta na seguinte definição: “*Um gênio é todo aquele que tem coragem de se libertar das regras sociais e literárias, de colocar o sentimento acima da razão, de recusar aquilo que é ordenado e racional*”. In: SCHILLER, Johann. *Apresentação*. In: –. *Maria Stuart* (Col. Teatro Vivo). São Paulo: Abril Cultural, 1977, p.V. A escrita desta peça iniciou em 1799 e foi apresentada pela primeira vez no teatro de Weimar em 1800.

¹⁸ PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed.UFPR, 1996, p.226. Ver também as referências indicadas por PAZ: MOTA, Carlos Guilherme. *Mentalidade ilustrada na colonização portuguesa: Luiz dos Santos Vilhena*. in: Revista de história, v.72, 1967, p.77-86; NOGUEIRA, Emília. *Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX*. Revista de história, v.16, 1953, p.317-342; PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *O Instituto Histórico e Geográfico é o representante das idéias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente*. In: Revista do IHGB, v.1, n.2, 1839, p.77-86 e FARIA, Maria Alice de Oliveira. *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. In: Revista do IHGB, v.278, 1968, p.105-170.

¹⁹ PAZ, Francisco Moraes. *id. ibidem*, p.230. Também Sodré citando Pedro Calmon reitera: “*Não se ia mais estudar em Coimbra: agora as universidades alemãs, as academias francesas, atraíam os nossos estudantes ricos. A literatura de França avassalava as inteligências: porque punha de lado, varria a literatura do reino. Desenvolveu-se, paralelamente à guerra ao passado, a imitação irrestrita de Paris*.” In: CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. T. II: Espírito da Sociedade Imperial*. 2ª ed. São Paulo, 1940, p.321-323 *apud in* SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.274.

²⁰ PAZ, Francisco Moraes. *id. ibidem*, p.228-230.

²¹ A transformação da história em disciplina profissional relaciona-se com o estabelecimento das primeiras cátedras de história – Universidade de Berlin (1810) e Sorbonne (1812) – e com o desenvolvimento de sociedades e periódicos históricos. Relaciona-se também com a difusão das obras clássicas, modeladoras da historiografia oitocentista. Jules Michelet publica *Compêndio de história*

A nação, mais que um dado, é um valor, é a expressão da diversidade em meio a unidade – a civilização europeia. O nacionalismo, mais que um movimento, é um princípio, é o fundamento de defesa da diversidade – as nações europeias. O ofício do historiador confunde-se logo, com a defesa intransigente da nacionalidade e com o reconhecimento vigoroso da necessária harmonia entre os povos.²³

E ainda, neste sentido, Arno Wehling explica que houve, no IHGB, um entrelaçamento tão natural do Nacionalismo, com o Historicismo e o Romantismo, como acontecera na Europa, pois, “os fundadores do Instituto objetivam reconstituir a História pátria para consolidar o ideal nacional”²⁴, contudo, cabe esclarecer que, a influência historicista de Ranke, na escrita historiográfica de Varnhagen, que embora privilegie a “defesa intransigente da nacionalidade”, não estabelece vínculos com um romantismo nacionalista à Michelet, visto que, a atitude do intelectual brasileiro destoou “das concepções românticas, ao recusar a infalibilidade “instintiva” do povo, típica dos românticos”²⁵. Portanto, Varnhagen “foi um rankeano e não um romântico; seu afastamento é semelhante à recusa de Ranke em aceitar o romance histórico de Walter Scott, embora reconhecendo-lhe valor literário”²⁶.

Essa distinção é aqui importante pelo fato de que seja na Europa ou no Brasil, História e Literatura complementam-se, no plano discursivo, na construção de um perfil identitário da nação, entretanto, é claro, operam sob diferentes orientações narrativas, sobretudo, durante o século XIX, quando a História busca afirmar-se como campo científico de estudo, estabelecendo método e rigor no controle das fontes, é neste sentido, portanto, que a escrita historiográfica de Varnhagen se fará acompanhar do historicismo de Ranke, em detrimento da concepção de nacionalismo ao estilo de Michelet, muito embora no plano literário, Varnhagen tenha defendido, em 1850, “a

moderna (1828), *Introdução à história universal* (1831), *História da França* (1833-44), *O Povo* (1846), *História da Revolução Francesa* (1847-53), *História do Século XIX* (1872-73). **Leopold von Ranke** publica *História dos povos latinos e germânicos* (1824), *História da revolução sérvia* (1829), *História dos papas* (1834-36), *História da Alemanha no tempo da Reforma* (1839-47), *Nove livros de história prussiana* (1847), *História da França nos séculos XVI e XVII* (1852-61), *História da Inglaterra no século XVII* (1859-68). **Aléxis de Tocqueville** publica *A democracia na América* (1835-40) e *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), e escreve *Lembranças de 1848; as jornadas revolucionárias* (1850-51, editado em 1893). **Jacob Burckhardt** publica *A época de Constantino, o Grande* (1853) e *A civilização do Renascimento na Itália* (1860). In: PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.163.

²² Wehling fala de um “padrão rankeano de crítica das fontes” que é adotado por Varnhagen no contexto de criação de uma memória nacional, visto que, “o historicismo foi a influência intelectual mais importante nas origens do Instituto Histórico, dando coerência interna ao discurso dos fundadores e articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes no período: afirmação conservadora e defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo”. In: WEHLING, Arno. Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.35.

²³ PAZ, Francisco Moraes. *id. ibidem*, p.173.

²⁴ WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.36.

²⁵ WEHLING, Arno. *Id. ibidem*, p.63.

²⁶ WEHLING, Arno. *Id. ibidem*, p.61.

*existência de uma literatura brasileira no século XVIII, fruto da consciência nacional, com motivações e estéticas próprias e, portanto, distinta da literatura portuguesa*²⁷.

Sobre o entrelaçamento discursivo entre História e Literatura, na construção cultural das nações, cabe considerar que na Europa, um Estado-Nação – para estabelecer-se como a instituição política dos novos tempos –, necessitou consolidar novos códigos de conduta social, em substituição aos antigos vínculos não burgueses, a fim de constituir-se em entidade única, ou seja, para distinguir-se política e culturalmente de outras pátrias, foi preciso um esforço estratégico dos homens de letras, do qual o romance histórico participou como grande aliado²⁸, a fim de fazer brotar junto aos embates de palavra e de trincheira as representações de um “espírito do lugar”. No qual as pessoas que compõem a sociedade devem ser vistas como pertencentes a um lugar de origem que as identifique e promova a comunhão de seus interesses, visando, sobretudo, uma representação unívoca do povo.²⁹

Um sentido que é basicamente criado a partir da idéia de cultura que os intelectuais europeus formam sobre o que vêem, ou seja, sobre como são pensados e, conseqüentemente, representados em coletividade – pela idéia de “povo” ou “cidadão” – os indivíduos que habitam o campo ou que estão dispersos nas ruas das cidades, – superando aos poucos a antiga visão de “multidão” que será substituída paulatinamente pela de “massa” – a fim de concretizar a acalentada idéia de “nação”.³⁰

²⁷ WEHLING, Arno. *Id. ibidem*, p.65.

²⁸ Segundo Wehling, entre as opções historiográficas existentes nas primeiras décadas do século XIX: “A história-ficção, entendida como obra de arte, tinha ainda adeptos em número significativo, que iriam desembocar no romance histórico do romantismo. Walter Scott tem sido apontado como seu principal exemplo e o próprio Ranke reconheceu, embora dele discordando, a importância de sua obra”. In: WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.26.

²⁹ A questão da representação unívoca do povo, a partir da exclusão de certos grupos sociais é apresentada num estudo realizado por Peter Burke sobre o conjunto das produções culturais na Europa durante a Idade Moderna, que foram enquadradas sob a classificação pouco adequada de “cultura popular” para distinguir-se da “cultura das elites”. Neste estudo o historiador apresenta sua tese sobre a “*alma popular comum* [enquanto] *uma construção textual submetida às diversas intermediações culturais*”, formulação fundamental para o entendimento do processo de construção cultural das identidades nacionais no interior do movimento romântico que visa a expressão das individualidades culturais, ao mesmo tempo em que reage contra a grande indiferença social produzida pelo capitalismo. Cf. BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

³⁰ Burke aponta para alguns equívocos interpretativos que incorreram os intelectuais “puristas”, entre os quais considerar a figura do camponês – homem ligado ao mundo natural – portanto, herdeiro das “verdadeiras tradições” como a imagem ideal do povo, e como indica Paz, “*ao dizê-lo portador das tradições e, portanto, povo, excluímos deste segmento aqueles que vivem na cidade e são igualmente povo*”, além disso, existe a questão das intermediações culturais, ou seja, “*que a cultura transmitida oralmente é sempre carregada de um estilo individual. Logo, os contos recolhidos não são necessariamente os contos que o povo conta (...) mas sim versões populares de um mesmo conto, submetidas à crítica daquele que conta.*”. In: BURKE, Peter. *El “descubrimiento” de la cultura popular*. In: Samuel, Raphael, org. *História popular y teoria socialista*. Barcelona: Crítica, 1984, p.79-92, *apud in* PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.66.

Além disso, este “espírito do lugar de origem”, na concepção germânica de Herder³¹, é um “sentimento de nação” que deve estar relacionado com uma unidade lingüística “*pois cada povo é um povo; ele tem sua construção nacional conforme sua língua*”³², embora possamos acrescentar, não somente, nem exclusivamente, é igualmente importante destacar que uma produção literária em língua vernácula pode, efetivamente, estabelecer vínculos culturais numa comunidade de leitores.³³

De tal modo que as relações intrínsecas entre, a constituição do nacionalismo e a formação de uma comunidade imaginada de leitores, configuradas especialmente a partir de um capitalismo editorial iniciado na Europa desde fins do século XVIII e intensificado durante o século XIX, constituem-se questões de fundamental importância para o entendimento deste período.³⁴

Estas idéias foram desenvolvidas por Benedict Anderson com base na formulação de que a nacionalidade e sua variante semântica o “*nation-ness*”, e o nacionalismo “*são artefatos culturais*”, segundo ele o romance e o jornal “*ofereceram os recursos técnicos para “re-[a]presentar” a espécie de comunidade imaginada que é a nação*” porque possibilitaram uma nova forma de pensar o tempo em termos de simultaneidade.³⁵

Neste primeiro momento, o processo de construção cultural da identidade na Europa também está vinculado diretamente à construção política da nacionalidade e seus

³¹ Johann Gottfried Herder (1744-1803) escreveu uma série de ensaios e livros sobre uma grande variedade de assuntos – história, teologia, literatura, linguística – entre os quais um dos mais conhecidos é *Volkslieder*, (uma coletânea de poesia popular, 1779). “*Suas idéias tiveram uma importância enorme, especialmente em conexão com o desenvolvimento do movimento romântico: por exemplo, a sua crença de que a literatura dum país deve ser verdadeira para com as tradições e o caráter íntimo da mesma nação, e a sua atitude para com a natureza. Mas foi talvez a sua concepção de história que mais contribuiu para a formação do pensamento romântico. (...) O pensamento histórico de Herder está no seu todo impregnado da convicção de que a característica mais marcante da história é a variedade e a individualidade apresentadas pelas diferentes nações*”. In: GARDINER, Patrick. *A interpretação do Processo Histórico: Herder*. in: –. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.41-43.

³² Sobre esta formulação de Herder em fins do século XVIII, Anderson explica que: “*Essa concepção notavelmente eng-européia da nation-ness como algo vinculado a uma língua própria e exclusiva teve ampla influência na Europa do século XIX e, mais limitadamente, nas teorias subseqüentes sobre a natureza do nacionalismo*.” In: ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p.78.

³³ Para um aprofundamento “*das relações existentes entre as obras literárias e o mundo social*” considerando a difusão dos textos em “*língua vulgar*” e sua recepção por leitores qualificados de “*leitor intensivo*” e “*leitor extensivo*”, ver: CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003.

³⁴ Sobre uma prática social da leitura e as várias formas de apropriação dos textos por uma heterogênea comunidade de leitores que constrói através dos textos vínculos sociais, ver principalmente: CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: EdUNB, 1999. E sobre os efeitos de um surpreendente modo “*apaixonado*” de ler “*La Nouvelle Héloïse*” de Rousseau, ver: DARNTON, Robert. *Os leitores respondem a Rousseau: A fabricação da sensibilidade romântica*. In: –. *O Grande Massacre dos Gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.277-328.

³⁵ ANDERSON, Benedict. *op. cit.*, p.9-34. Para interessantes reflexões sobre um tempo cronológico e linear inclusive nas narrativas históricas ver: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas Vol.1)

elementos constituintes – língua, religião e território –, mas ambas recorrem ainda necessariamente à legitimidade da memória através da escrita da História, pois, reconhecer-se e afirmar-se a partir das diferenças é a grande preocupação dos pensadores que se dedicaram a construir um ideal de povo e de mundo num tempo inadequado aos homens de idéias serenas. Um tempo em que o pensamento foge ao controle de seu criador, ganha as ruas, engaja-se em causas revolucionárias por conta própria.

Um pensamento impregnado de sentimento. Como aquele representado nas angústias do “*jovem Werther*” que outrora envolveram até as últimas conseqüências os leitores europeus de Goethe³⁶, o homem que em 1832 pedia num último estertor: “*mais luz!*” Um pensamento que age e integra-se ao mundo. Como no brado de Michelet por “*Ação, ação!*”, escrito em 1842.³⁷

Ainda neste panorama convém considerar que – sob a égide do Liberalismo – a confiança na Ciência e a crença no Progresso, que vinham desde o século XVIII ganhando cada vez mais força, chegam ao XIX coroadas de expectativas pela vitória da Razão e guiadas pela lógica da transformação evolutiva que redireciona o olhar reflexivo dos pensadores para a sociedade e a pátria sob uma outra dimensão de riqueza – a cultural, ou dito de outro modo, sobre o grau de “civilização” de uma sociedade.³⁸ Nesta conjuntura Estado e território, aliam-se a outros elementos igualmente importantes, isto é, o povo e sua história, consubstanciados na História da Nação e esta, chancelada pela língua nacional.

Esta identificação, a partir de “um lugar de origem”, pode ser construída através de referenciais de memória, que também estão contidos em “lugares”, ou seja, em “*lugares de memória*” como, no caso do Brasil, o IHGB. À época do historicismo, além de tais intuições prolifera um grande interesse pela “*cultura histórica*”³⁹, cujo lugar também é a Literatura, pois, segundo Wehling:

³⁶ “*Alemanha, 1774. Johann Wolfgang Goethe pensa na repercussão do trágico fim de Werther, que havia provocado uma comoção geral, entre os jovens. Logo se multiplicaram suicídios idênticos. O gesto havia-se tornado, em pouco tempo, sedutor, e a moda, alarmante, a ponto de ficar conhecida como o mal do século. Goethe observa o que está acontecendo e sente-se profundamente amargurado. Afinal, Werther não tinha existido verdadeiramente: era apenas uma criatura da sua fantasia, uma personagem de ficção.*” In: OS IMORTAIS DA LITERATURA UNIVERSAL Vol. 1. Goethe. São Paulo: Abril Cultural, 1971, p.52-68.

³⁷ “*Apenas a ação pode nos consolar! Não apenas em nome do homem, mas também de toda aquela natureza mais baixa que se esforça por chegar à condição de homem, que contém a potencialidade de seu pensamento – levemos avante, com vigor, o pensamento e a ação.*” In: WILSON, Edmund. Rumo à Estação Finlândia: escritores e atores da história. São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p.19.

³⁸ Sobre a construção do sentido moderno de “civilização” e as discussões em torno dos distintos entendimentos sobre o termo e sobre a “cultura” nas diferentes sociedades européias ver: STAROBINSKI, Jean. As máscaras da civilização: ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

³⁹ “*O conceito de cultura histórica tem sido empregado para designar, no século XIX, o espriar do historicismo para fora dos limites do mundo intelectual, gerando novas atitudes mentais em setores*

História erudita, romance histórico e construção de monumentos públicos constituíram facetas visíveis desta “cultura histórica”, que possuía em geral alto grau de integração e baixíssimo nível conflitual.⁴⁰

No Brasil, além da cultura histórica a ser produzida pelo IHGB no intuito de dotar o país de uma memória nacional, há também a necessidade do reconhecimento europeu e sua conseqüente chancela ao projeto civilizador nacional que busca no modelo de “civilização européia” uma autoridade, que sancione a “recente” cultura brasileira, “em outras palavras, torna-se necessária a presença de um discurso que legitime a literatura”⁴¹, que será construído com base no paradigma europeu – francês e alemão –, assim como em uma historiografia que busca sua legitimidade através do historicismo rankeano de matizes francesas à Guizot⁴², num esforço conjugado entre as áreas encarregadas de dizer e organizar o imaginário e a memória da nação brasileira, a saber: Literatura e História.

1.1.2. A construção do “Instinto de Nacionalidade”⁴³

Eis que Antonio Candido, sob a perspectiva literária, situou na independência o momento histórico de tomada de consciência existencial da Literatura nacional e, sob o ponto de vista histórico, Manuel Salgado Guimarães explica o contexto político e cultural, vivenciado pelo Brasil, neste período que ofereceu as condições de emergência de uma instituição nos moldes do IHGB, pois:

mais amplos da sociedade. Uma nova Weltanschauung, se quisermos utilizar a expressão tradicional da filosofia alemã, baseada na percepção da historicidade por um público muito mais vasto do que as comunidades acadêmicas de então. In: WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.30.

⁴⁰ WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.30.

⁴¹ Segundo as autoras caberá a História da Literatura esse discurso legitimador, pois: “*Tratava-se de credenciar culturalmente uma nacionalidade, projeto que depende tanto da existência de uma identidade literária, fornecida pela história da literatura, quanto de sua confirmação, garantida pela produção e pelo consumo de textos de cunho estético, respectivamente, por escritores e público locais*”. In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002, p.81.

⁴² Segundo Wehling: Varnhagen foi um romântico à Guizot e não à Michelet, “*pois embora afirmasse a singularidade da cultura brasileira produzida pelo povo, não tinha nenhuma dúvida de que este se encontrava ainda distante do estágio plenamente civilizado, “europeu”, a que ele próprio, Varnhagen, aspirava conduzi-lo*”. In: WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.63.

⁴³ O título é inspirado no artigo de Machado de Assis escrito em 1873 e publicado em Nova Iorque. No qual analisa a literatura brasileira encontrando forte “*instinto de nacionalidade*” que se manifesta pela intensa busca pela “*cor local*” o que segundo o crítico, não deve limitar a criação do escritor, pois o que deve exigir-se deste “*antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço*.” In ASSIS, Machado de. *Crítica Literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938, p.140.

É no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização desse empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a 'Nação brasileira', capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das 'Nações', de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do XIX.⁴⁴

Neste sentido são especialmente importantes essas vozes estrangeiras que ressoam entre os intelectuais brasileiros do período pós-independência, entre eles Denis e Garret⁴⁵, que conferem “o certificado de identidade, de que nossa literatura carece”⁴⁶, assim como a declaração de Eugênio Monglave em 1839 que, como apontam Lajolo e Zilberman, “vinda da França, essa proclamação da nacionalidade de nossa literatura não deixa de ter um ressaibo civilizador” através do qual o secretário perpétuo do Instituto Histórico de França, tece elogiosos comentários sobre os méritos da Instituição brasileira (IHGB):

Todos os membros têm ouvido com bastante satisfação a notícia desse estabelecimento científico, e o relatório circunstanciado impresso no boletim desse Instituto lhe tem dado grande nomeada, tanto em França, como nos países estrangeiros. Vê-se por isso que o Brasil começa a sentir toda a sua importância e deseja ter parte no grande movimento que impele a humanidade a um brilhante futuro, querendo ocupar o lugar que lhe convém, em meio das grandes nações. E de certo pertencem ao único país, que tem na América sua literatura nacional, principiar a explorar outras partes do imenso campo que se tem aberto à inteligência do homem.⁴⁷

De modo que o tema que deve predominar na Literatura brasileira – o binômio poesia-pátria –, sem embargo da liberdade “do gênio”, é aquele capaz de apresentar os parâmetros históricos culturais que exaltam as belezas naturais do país e descrevem o “caráter” dos habitantes a fim de construir o perfil do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, dentro de um projeto político de constituição cultural da nação, a historiografia encarrega-

⁴⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Estudos Históricos, v.1, 1988, p.6.

⁴⁵ Os textos de Ferdinand Denis e Almeida Garret foram ambos publicados em 1826. Sobre a importância destas obras na construção da cultura nacional ver especialmente o capítulo “Da ficção à história da literatura”. In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, p.77-87 e MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991, p.30-41.

⁴⁶ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *id. Ibidem.*, p.82.

⁴⁷ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *id. Ibidem*, p.116. Para Guimarães as relações entre as instituições “ganham sentido se remetidas ao quadro mais amplo em que a França e o seu papel “civilizador” fornecem os modelos da vida social e do trabalho intelectual. Construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos é, sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que as duas instituições irão incentivar”. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op. cit.*, p.13.

se de recolher as informações necessárias ao tema literário, através da pesquisa histórica que visa a defesa e a implementação desta nacionalidade.

Neste sentido, Francisco Paz explica, citando Wehling, as intenções do IHGB de produzir um conhecimento legítimo e verdadeiro sobre o Brasil, e esclarece também sobre esta sincronia histórica entre a criação literária e o pensamento científico nacional que, segundo Wehling, pretende implantar um certo letramento de uma parte da população, pois:

a principal finalidade do IHGB era o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos e históricos no Brasil, pelo estímulo à pesquisa com o recolhimento, nas províncias e no exterior, de documentos relativos à formação brasileira, e pelo estímulo à produção de trabalhos monográficos e gerais que permitissem o estudo da história brasileira.” Além desses interesses científicos, (...) é evidente a busca do “esclarecimento da sociedade, pelo desenvolvimento da ‘cultura literária’, levando a um aprimoramento das relações sociais; o aperfeiçoamento da administração pública, com a formação de melhores quadros funcionais; e o exercício mais aperfeiçoado de cargos eletivos.”⁴⁸

Assim, pois, na Instituição encarregada de produzir a cultura e a memória nacional, cabe ao Estado – iluminado, esclarecido e civilizador –, o papel central, a partir do qual se deve ler a História do Brasil⁴⁹, neste sentido, é necessário dotá-la de um discurso que expresse um sentimento patriótico, embora devidamente controlado ou direcionado pela divisa “*luz e ordem*”.

O Estado, portanto, estará incumbido de “iluminar”, ou de espalhar os focos que promoverão o conhecimento adequado sobre a pátria, a fim de implantar uma “política da memória nacional” que, segundo Wehling, envolveu três níveis. O primeiro e mais “*espontâneo*”, foi o plano literário, com a “*busca da identidade nacional*” através do Romantismo, de Domingos de Magalhães a Gonçalves Dias e José de Alencar⁵⁰, os demais constituem ações mais efetivas de uma política pública, como:

a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, instituições que, nas suas respectivas esferas, deveriam contribuir para consolidar a educação, a cultura e a administração pública do país, conforme afirmado nos documentos que as instituíram; e o estímulo oficial à criação, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com finalidades científicas, culturais, educacionais e administrativas claramente enunciadas.⁵¹

⁴⁸ WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Niterói: EdUFF, 1994, p.155-156. *apud in* PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.229.

⁴⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op. cit.*, p.9-10.

⁵⁰ WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.33.

⁵¹ WEHLING, Arno. *Id. Ibidem*, p.34.

São três níveis institucionais que, sob a tutela do jovem Estado monárquico brasileiro, devem se encarregar de propagar adequadamente a cultura, a educação e a memória nacional, ou, tal como pediu Goethe: *mais luz!*

Assim, no plano literário, este primeiro momento do Romantismo brasileiro, entre 1836 e 1853⁵² – que coincide com o processo de consolidação da independência do Brasil –, chamado de *nativismo* porque estava “*ligado à pura celebração ou aos sentimentos de afeto pelo país*”, alia-se também outra manifestação incipiente, o *patriotismo*, isto é, um “*sentimento de apreço pela jovem nação e o intuito de dotá-la de uma literatura independente*”⁵³, concepções que demonstram o papel exercido pela escrita literária na resistência ao jugo cultural português.

Idéias que se transformam em ações discursivas, através das palavras encarregadas de dizê-las, visto que se manifestam, simultaneamente, tanto na Literatura quanto na História, adquirindo sentidos que se complementam no interior de um projeto político e cultural que visa compor um ideal de pátria, “*capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”*”, tal como salientou Guimarães devidamente respaldado pelo discurso de Monglave, cumprindo assim, através de uma instituição nos moldes do IHGB, seu papel de “*esclarecimento da sociedade*” – entenda-se, da “*elite letrada*” da Corte –, conforme apontou Wehling.

As ações discursivas, neste caso, devem ser entendidas como parte das práticas sociais que constroem no e pelo discurso representações do mundo social e, com efeito, tornam-se quando publicadas, ou lidas em público, ações sociais compartilhadas. Neste sentido, é interessante notar como repercutem as idéias, ou melhor, como, no contexto nacional, readequam-se as palavras que representam as idéias que re-significaram o mundo social europeu, como é o caso do Romantismo e do Nacionalismo, sejam elas aplicadas ao plano político ou ao literário.

Considerando que os contextos históricos-culturais de afirmação da “*idéia de nação*” na Europa e no Brasil, embora convergentes ou compartilhados sob certos aspectos, distanciam-se, por outras tantas peculiaridades, entre as quais, cabe destacar, a escrita da História desempenha forte contraste no que se refere ao seu papel na formação da identidade nacional, pois conforme alerta Guimarães:

⁵² “*O primeiro momento de nosso Romantismo desenvolve-se aproximadamente entre 1836, quando se instala a moda romântica, e 1853, quando Álvares de Azevedo publica Obras Poéticas, dando início aos segundo momento. Escassos dezessete anos dura, portanto, a primeira metamorfose ou geração romântica.*”, esta periodização é estabelecida por José Veríssimo e referendada por Moisés. In: MOISÉS, Massaud. *op. cit.*, 2001, p.334.

⁵³ CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.15.

No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o “outro” em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.⁵⁴

Assim o discurso da “ordem” – entenda-se, do Estado Imperial – estaria devidamente contemplado no discurso historiográfico, tendo em vista um projeto político de construção cultural da nação com “*baixíssimo nível conflitual*”, tal como os similares “lugares de memória nacional” europeus⁵⁵ e, também, conforme o entendimento de nosso principal historiador: Francisco Adolfo de Varnhagen⁵⁶.

É neste sentido também que os estudos produzidos pelos eminentes membros do IHGB serão acompanhados de perto pelo imperador⁵⁷, através das sugestões de Sua Alteza Real, “*de temas para discussão e reflexão dos membros, no estabelecimento de prêmios para trabalhos de natureza científica e no apoio financeiro que assegura o processo de expansão da instituição*”⁵⁸, de modo que, no interior da Instituição responsável pela disciplinarização do saber sobre a pátria: “*Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional*”⁵⁹. Além disso, conforme lembra Guimarães, não havia no discurso historiográfico, como houve por parte da Literatura, uma disposição tão declarada em promover o distanciamento ou a negação de “parentesco” cultural com a antiga metrópole, visto que permaneceu naquela escrita a firme intenção de garantir, ao jovem Estado e sua “recente” História, o acesso ao legado de cultura e civilização que sua descendência europeia lhe permitia.⁶⁰

⁵⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op. cit.*, p.06.

⁵⁵ Sobre a proliferação destas instituições “*savantes*” na Europa, durante a primeira metade do século XIX, ver: WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.25.

⁵⁶ Primeiro historiador brasileiro escreveu a “História geral do Brasil” (1854-1857 e 1877), segundo Wehling “*sua obra capital*”, além disso, foi: “*Membro do Instituto Histórico, diplomata e titular do Império, a biografia de Varnhagen o situa sempre próximo ao poder, como partícipe de estamento burocrático consolidado a partir da política regressista. Mais ainda: propunha-se, chegando a oferecer seus préstimos ao Imperador em diferentes ocasiões, a ser um ideólogo do regime*”. In: WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.48. Sobre a participação de Varnhagen na construção de uma retórica da nacionalidade ver: CEZAR, Temístocles. *L'écriture del'histoire au Brésil au XIX° siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Varnhagen*. Tese (Doutorado em História sob orientação de François Hartog) EHESS, Paris, 2002.

⁵⁷ Principalmente após a inauguração em 15 de dezembro de 1849, de suas novas instalações no Paço da Cidade, que simbolizam um novo começo para a vida da entidade e marcam nitidamente um aprofundamento de suas relações com o Estado Imperial. A partir daquela data, a presença do imperador, nos trabalhos do IHGB, passa a ser “*assídua e participante*” Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op. cit.*, p.10.

⁵⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op. cit.*, p.10.

⁵⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Id. Ibidem*, p.6.

⁶⁰ Sobre os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização europeia, Varnhagen esclarece: “*Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com a ilustração; tratei de pôr um dique à*

De outra parte, é bastante distinto o quadro europeu, ou seja, é evidente que o contexto histórico de afirmação da “idéia de nação” que atinge seu apogeu durante o século XIX na Europa – principalmente a partir da França e de sua Revolução que marcou profundamente o imaginário e a memória social dos europeus –, forjou-se sim nas péssimas condições sociais produzidas e intensificadas pelo sistema capitalista – que adquire a forma mais exemplar no *lumpemproletariado*⁶¹ da Inglaterra fabril –, mas foi alimentado também pela intensa circulação das idéias liberais em todos os estratos da população, que tanto fomentou insurgências populares, quanto possibilitou reflexões acerca das definições culturais em cada povo – como a exaltação aos valores peculiares da Alemanha fragmentada de Herder e Goethe⁶².

Neste sentido, é importante salientar que a “idéia de nação” européia surge, também, como re-adequação de uma necessidade coletiva – da sociedade que emergiu do Antigo Regime, primeiro, e daquela que sobreveio a Revolução em segundo – a outra lógica que se implantava, permitindo o surgimento de um sentimento relacionado aos homens e seu lugar de origem, ou seja, o pertencimento em função de vivências similares, de modo que:

Esta nova nação surge como uma pessoa moral, uma entidade jurídica, dotada de consciência e de uma vontade autônoma (...). Com a Revolução, portanto, especialmente após a execução do Rei, a palavra nação passa a ocupar um lugar central, tornando-se beneficiária “da transferência jurídica e emocional que faz passar da pessoa do Rei para este ser coletivo novo os atributos da soberania” (...). A nação se impõe doravante no centro do novo direito público, sem que seja necessário ou possível defini-la. Ela se torna um

tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade...” cf.: Carta de Adolfo Varnhagen ao imperador datada de 14 de julho de 1857. Arquivo do Museu Imperial. Código: doc.6234 *apud in* GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op. cit.*, p.6.

⁶¹ “Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx refere-se ao *lumpemproletariado*, termo que traduz o alemão *lumpenproletariat*, como “lixo de todas as classes”, “massa desintegrada”, que reunia “*indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões e mendigos*”, etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder.” In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário de Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p.223.

⁶² Goethe é um crítico rigoroso e ressentido dos males culturais que advêm, principalmente para os intelectuais, da ausência de um centro político em virtude da fragmentação política da Alemanha. Esta afirmação fica evidente numa das conversas com Eckermann em 1827, em que diz: “*nós na Alemanha Central tivemos que pagar bastante caro essa escassez de sabedoria, pois no fundo levamos todos uma vida isolada e pobre! Do povo, verdadeiramente, vem-nos uma cultura diminuta e todos os nossos talentos e belas capacidades acham-se semeados pela Alemanha inteira. Vive um deles em Viena, outro em Berlin, um outro em Königsberg, em Bonn ou Düsseldorf, todos separados uns dos outros por cinqüenta milhas ou cem, de modo que se tornam raros os contatos pessoais e a troca de idéias. (...) Imagine no entanto V. uma cidade como Paris, onde os mais proeminentes intelectuais de um grande país, estão reunidos num único lugar, e em convívio diário, torneios e concursos, se instruem uns aos outros e se elevam, onde o melhor de todos os reinos da Natureza e da Arte de todo o mundo, se oferece diariamente à contemplação; essa cidade mundial, pense V. bem, onde qualquer giro por uma ponte ou uma praça, recorda um grandioso passado e onde cada esquina foi teatro de um acontecimento histórico.*” in: ECKERMANN, Johann Peter. Conversações com Goethe. Rio de Janeiro: Pongetti, 1950, p.235.

símbolo coletivo de identificação após a queda do Rei e assume sozinha todas as funções devolvidas à França pelos franceses. (grifos do autor)⁶³

É neste sentido, portanto, que o movimento romântico constituir-se-ia ainda numa parte do processo de reconhecimento dos europeus em relação a si mesmos e aos outros, ao explicitar as diferenças e afinidades culturais de cada região que, vertidas ao plano político, culminariam no Nacionalismo, um dos filhos diletos do século XIX, que tem seu sentido vinculado à noção de pertencimento.

Pertencimento que surge – conforme indicou Vico⁶⁴ – como sentimento e materializa-se no pensamento de Herder que o considera “*a tarefa social mais elevada dos homens*”, porquanto “*pertencer a um grupo significa partilhar as formas de pensar e agir, bem como a língua comum*”⁶⁵, pois como explica Francisco Paz:

⁶³ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Linguagem, memória e história: o enunciado nacional*. In: FERREIRA, Lucia M.A. e ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). Linguagem, Identidade e Memória Social: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.21. Esta concepção da “*nação como uma pessoa moral*” está presente nas formulações de Emerich von Vattel (1714-1767), que “introduziu na ciência do direito internacional os princípios de liberdade e de justiça. Rechaçou a idéia dos reinos patrimoniais nos quais o poder e a propriedade se transmitem hereditariamente. Não reconheceu outra soberania que a da sociedade e invocou a liberdade absoluta das nações. A nação, a seu juízo, é uma pessoa moral que delibera e toma resoluções em comum; ela permanece sempre livre e independente, não obstante a existência de uma autoridade pública e ela é que deve escolher a melhor constituição e introduzir todas as modificações que considere convenientes no curso de sua história. (...)” *apud in*: PICCOLO, Helga I. L. *A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional*. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e PESAVENTO, Sandra J. *et. alii. A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p.58. Sua obra [de von Vattel] “*Direito das Gentes*”, que teve vinte e duas edições em francês, é abertamente inspirada no alemão Christian Wolff (1679-1754). “Até o início do século XIX, era realmente o sistema wolffiano que se ensinava em quase todas as universidades alemãs a gerações de juristas, ao ponto de existir até mesmo uma imprensa wolffiana, e Herder, Goethe, Lessing, Humboldt, Kant e mesmo Hegel conheceram dessa forma, em suas formações, uma importante contribuição wolffiana (Kant cita cento e vinte vezes Wolff!).” In: RENAUT, Alain. *Princípios do direito da natureza e das pessoas, 1758*. in: CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier e PISIER, Evelyn. (orgs.) Dicionário de Obras Políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p.1292-1296. Sobre as influências das idéias e da obra “O Direito das Gentes” de Von Vattel entre os rio-grandenses ver: PADOIN, Maria Medianeira. O Federalismo no Espaço Fronteiriço Platino. A Revolução Farroupilha (1835-1845). Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS/PPG em História, 1999.

⁶⁴ Giambattista Vico, pensador do século XVIII que se antecipou aos filósofos do XIX definindo “*a natureza humana como uma atividade social*” e afirmando que “*os homens primeiro sentem, depois observam*”, pressupostos que orientaram interpretações sobre a sociedade e a cultura, conforme explica Williams: “*Foi Vico, em sua Ciência Nova (1725-44), quem deu ao mesmo tempo maior segurança e uma orientação específica ao pensamento social, com sua afirmação de que “o mundo da sociedade civil foi certamente feito pelo homem” e de que “uma vez que os homens o fizeram, podem esperar conhecê-lo”. O que até então era um argumento geral em favor da validade de todas as ciências sociais ganhou ênfase especial com a idéia de Vico de descobrir os “princípios” da sociedade civil “no interior das modificações de nossa própria mente humana”. Pois se a mente humana é modificada, no desenvolvimento social e por meio dele, uma ênfase necessária dos estudos sociais é o estudo das formas culturais – para Vico, especialmente a linguagem – por meio das quais se manifesta o desenvolvimento social*”. In: WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.14-15. Para um detalhamento das características de cada pensador desta “*tríade filosófica inspiradora das idéias nacionalistas oitocentistas*”, que segundo Paz, compõe-se de Vico, Herder e Rousseau, e a discussão sobre suas influências no período ver especialmente o capítulo “*Nação: no sentido cultural do nacionalismo*”. In: PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.55-88.

Ao contrário dos filósofos das luzes – identificados com uma cultura a-temporal – Herder vê a cultura como expressão da vida local, regional ou nacional. Distanciando-se da cultura das elites, volta-se à cultura popular como negação dos falsos valores e da vida não autêntica. Acredita que além da alimentação, procriação e comunicação, o sentimento de pertencimento é uma necessidade básica do ser humano. Esta consciência de identidade nacional é anterior a Herder, mas como doutrina coerente está indiscutivelmente associada a ele. Suas concepções de *Volkgeist* e *Nationalgeist* redefinem as idéias políticas oitocentistas e formam uma nova consciência histórica.⁶⁶

Pelo que se percebe, o Romantismo-nacionalista em Herder manifesta-se através desta necessidade de distinguir as possibilidades de acesso ao conhecimento do mundo seja através da experiência mais coletiva numa “cultura natural” ou espontânea, das pessoas comuns – o *kultur* –, seja pela vivência individual na “cultura artificial” ou letrada, das elites – a *zivilisation* –, a primeira está associada ao conceito de comunidade, a segunda filia-se à noção de sociedade.⁶⁷

Estas classificações indicam uma visão de mundo identificada com os aspectos afetivos envolvidos na apreensão do mundo, ou seja, elas constroem parâmetros culturais de identificação que enfatizam determinadas afinidades entre os membros e seus vínculos com o mundo social, como a construção de um espaço por antepassados comuns, pela defesa e convivência partilhada deste espaço, pela língua e pelas crenças e tradições que mobilizam sentimentos e repercutem mais facilmente no imaginário.⁶⁸

⁶⁵ PAZ, Francisco Moraes *op. cit.*, p.59.

⁶⁶ Sobre este aspecto segue o autor citando Isaiah Berlin, que diz: “*Todas as invocações ao Nationalgeist e suas múltiplas denominações (...) tem o objetivo de salientar o que é nosso não deles, mesmo que o deles possa ser intrinsecamente mais valioso, visto em uma escala mais ampla. Herder não admite esta escala; as culturas são comparáveis, mas não comensuráveis, cada uma delas é o que é, seu valor literário é inestimável em sua própria sociedade e, conseqüentemente, para a humanidade com um todo.*” Cf. BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: EDUNB, 1982, p.162. *apud in* PAZ, Francisco Moraes *op. cit.*, p.58.

⁶⁷ Sobre a distinção entre experiência (*erfahrung*) e vivência individual (*erlebnis*) e a questão da “experiência” como tema recorrente no pensamento de Benjamin ver: GAGNEBIN, Jean-Marie. *Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta*. In: BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, p.7-19. Para um maior detalhamento dos conceitos de *kultur* e *zivilisation* ver especificamente o capítulo *Da sociogênese dos conceitos de “Civilização” e “Cultura”*. In: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador Vol. 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.21-50. E sobre a construção da idéia e do conceito de civilização ver: STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

⁶⁸ No caso do Rio Grande do Sul, a obra de Apolinário Porto Alegre, “*Popularium sul-rio-grandense*”, é um excelente exemplo deste esforço contemporâneo no sentido de resgatar, compilar e estudar todo um conjunto de assuntos relativos à cultura regional, seu imenso trabalho reúne muitas informações sobre o vocabulário rio-grandense desde a origem dos termos até discussões filológicas aprofundadas do processo de formação das palavras, além de vasta pesquisa sobre costumes, vestuário, armas e culinária relativos à cultura sul-rio-grandense. Tal obra não foi publicada na íntegra ainda em vida por Apolinário apenas fragmentos de suas discussões são encontrados em periódicos da época, a primeira edição da obra, ainda parcial, é de 1980 e a segunda edição reorganizada e ampliada com manuscritos que estavam em poder de Augusto Meyer é de 2004, é desta última que tomamos as referências citadas neste trabalho: PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense: estudo de filologia e folclore*. Reorganizado por Lothar Hessel. Porto Alegre: EdUFRGS/Instituto Estadual do Livro – IEL, 2004.

Enfim, é esta construção de um sentimento comum de pertencimento que torna os indivíduos dispersos na sociedade membros de uma comunidade, mesmo que seja uma “comunidade imaginária” ou imaginada pelos intelectuais, ressaltando que por ser imaginada não está destituída de valor, pois configura um espaço de representações, um limite de vivências comuns a determinados grupos que se constituem por uma identificação de cultura de origem, mobilizada, sobretudo, pela crença em valores sociais compartilhados.

Neste sentido, o Romantismo via Literatura funciona como uma possibilidade de chave para a compreensão da construção imaginária da Nação e, por via de consequência, também para o entendimento do Nacionalismo, pois apresenta através de uma narrativa linear uma “comunidade integrada”⁶⁹, ou seja, um conjunto de pessoas que convivem, conhecem e compartilham sentimentos, códigos culturais e informações locais que vão estabelecendo aos poucos certos conceitos sociais sobre seus membros, vão construindo através das narrativas literárias, uma auto-imagem do grupo, e formando a partir daí identidades interpretativas por “afinidades eletivas”⁷⁰ ou mesmo seletivas.

No caso brasileiro, à medida que se opera a constituição da identidade nacional via Literatura ou pela historiografia, seja por “eleição” ou “seleção”, o que se verifica, na Literatura, é primeiramente a valorização do espaço – nativismo e patriotismo –, seguido pela exaltação do elemento autóctone – indianismo –, eleitos como os personagens

⁶⁹ Esta concepção que oscila entre “razão e sensibilidade” em Herder desde o século XVIII prolonga-se por todo o XIX, e vai encontrar correspondência nas considerações de Otto Bauer, sobre a Nação como uma comunidade de caráter a partir de um destino comum, num período de acirramento das questões político-sociais que levariam aos conflitos europeus que redesenharam o mapa da Europa, de maneira que: “ O conceito de Nação elaborado por Bauer repousa sobre uma análise do caráter nacional, determinante primário de uma nação, mas que só adquire sua significação plena pela formação de uma comunidade integrada. O caráter nacional é um complexo de características materiais e culturais. O que o caracteriza é sua variabilidade: ele só é um fator essencial de unificação de uma comunidade durante um período histórico dado. (...). Bauer define as nações como comunidades de caráter que se constituem a partir de uma comunidade de destino. Ele se afasta, assim, do modelo ocidental de identificação Estado-Nação e utiliza a distinção fundamental entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*), emprestada do sociólogo alemão F. Tönnies. O critério de diferenciação entre comunidade e sociedade é a coação externa, princípio constituinte da sociedade, enquanto a comunidade é um grupo social ligado intrinsecamente por uma maneira de existir (*Daisensweise*) e um destino idêntico. (...) O termo “comunidade” não visa a uma agregação social homogênea, mas a uma forma específica e complexa de relações, criada pelo processo de interação. A nação é um complexo de inter-relações. (...) A interação sendo um aspecto fundamental do processo de determinação histórica de uma comunidade nacional, um sistema de comunicação é crucial para que essa comunidade consiga chegar a existência. Esse sistema coloca, por sua vez, o problema das relações entre língua comum e nação.” In: MERLIN, Christian. BAUER, Otto. (1881-1938) *A questão das nacionalidades e a socialdemocracia, 1907*. In: CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier e PISIER, Evelyne. (orgs.) *Dicionário de Obras Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p.98-104. Ver também: HOBBSAWM, Eric. *A nação como novidade: da revolução ao liberalismo*. In: –. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.27.56.

⁷⁰ *Afinidades Eletivas* é um romance publicado em 1809, cujo título foi tomado de um fenômeno químico, que Goethe transferia para as relações humanas, “estuda a desagregação dos sentimentos humanos sob a ação de determinados elementos, assim como acontece quimicamente na natureza.” In: OS IMORTAIS DA LITERATURA UNIVERSAL Vol. 1. *Goethe*. São Paulo: Abril Cultural, 1971, p.52-68.

culturais que agregam valor e significado à jovem nação, mas que respondem também àquela inversão estética que se estabelece na Europa, qual seja, a substituição do antigo “belo” como valor estético, pelo ideal romântico do “interessante”, ou seja, do exótico, do pitoresco⁷¹.

Em contrapartida, a historiografia seleciona, segundo os critérios que devem prevalecer na definição da Nação brasileira, como representante da idéia de civilização no Novo Mundo, os atores sociais (personagens históricos) que devem ser excluídos deste projeto, por não serem portadores desta noção, a saber, negros e índios.

Se a representação da nacionalidade via Literatura opera pela “eleição” então é necessário construir cada vez mais, através das características das personagens e de seu espaço, a especificidade da cultura brasileira, neste sentido, o indígena é o ser que empresta seu exotismo às primeiras composições do “caráter nacional”, entendido, como *“uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma natureza humana” determinada*⁷².

Assim, da louvação poética à terra do Brasil, à exaltação histórica do território nacional, há, na seqüência do movimento literário romântico nacional, o *indianismo* entre 1846 e 1865⁷³, que trás à tona como personagem principal, o nativo brasileiro, ou seja, o índio, concebido como *“o bom selvagem”*⁷⁴, idéia esta que inspirada nas formulações de Rousseau, é sinteticamente explicada por Roberto Ventura da seguinte maneira:

A existência de povos selvagens na América é atribuída à fertilidade do solo, capaz de produzir por si só diversos frutos. Além disso, a caça e a pesca garantiriam alimentação abundante. Desconhecendo a moeda por causa da prodigalidade da terra, o homem selvagem não buscaria corromper os outros, e os chefes não se tornariam despóticos, preservando a liberdade e a igualdade. Essa relação entre a fertilidade das terras tropicais e a permanência no estado selvagem foi retomada por Rousseau, que considerou o homem americano o

⁷¹ Sobre a formulação de Schlegel do “interessante” como ideal romântico ver: WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.59.

⁷² CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.21.

⁷³ Como toda periodização é arbitrária, informa Antonio Candido que, *“ainda em 1875, Machado de Assis publicou um livro inteiramente composto de poesias indianistas, Americanas. Os anos que vão de 1846 a 1865 assinalam contudo o momento decisivo, quando apareceram os outros Cantos de Gonçalves Dias, Os Timbiras, O Guarani, Iracema, A Confederação dos Tamoios.”* In: CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.21.

⁷⁴ Sodré contextualiza o uso do conceito que considera o índio como “o homem bom por natureza”, em oposição ao negro “ruim por natureza” (em que se baseia a ideologia colonialista) desde os Enciclopedistas. Cf. *As razões do indianismo*. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.*, p.255. E Proença Filho, ao destacar as principais características do Romantismo no Brasil, constata a especificidade da utilização da figura do indígena aliada ao ideal filosófico iluminista, pois: *“nas sendas da afirmação da nacionalidade, elegeu o indianismo como a “mitologia” representativa da jovem nação que se afirmava. Um indianismo peculiar: ao casar a doutrina do “bom selvagem” de Rousseau com as tendências antiportuguesas, o sentimento nativista brasileiro fez do índio e sua civilização um símbolo da independência espiritual, política, social e literária”* (grifos do autor) In: PROENÇA FILHO, Domício. *op. cit.*, p.230.

equivalente histórico do *homem natural*, anterior à instauração do contrato social.⁷⁵

A concepção rousseauiana do “*bom selvagem*” desde logo aplicada aos indígenas brasileiros, tornando-os “*homens naturais*”, era conveniente a alguns construtores da História⁷⁶ mas, sobretudo e principalmente, da Literatura brasileira tendo em vista que o Brasil inspirava-se no modelo europeu (francês) de cultura e civilização, todavia, como ingressar no panteão das nações civilizadas trazendo consigo as marcas da selvageria indômita? Seria antes necessário revesti-la de atributos positivos, a fim de garantir a imagem de povo exótico ao invés de primitivo.

Por conseguinte o *indianismo*, devidamente associado ao *nativismo* inaugura, como temática, um outro período literário dentro do movimento romântico nacional⁷⁷, que se apropria da imagem do índio como parte integrante da paisagem natural da grande nação brasileira para agregá-la a valores que representassem o “genuíno caráter nacional”, tal como informa Antonio Candido:

A altivez, o culto da vindita, a destreza bélica, a generosidade, encontravam alguma ressonância nos costumes aborígenes, como os descreveram cronistas nem sempre capazes de observar fora dos padrões europeus e, *sobretudo, como os quiseram deliberadamente ver escritores animados do desejo patriótico de cancelar a independência política do país com o brilho de uma grandeza heróica especificamente brasileira*. Deste modo, o indianismo serviu não apenas como passado mítico e lendário, (à maneira da tradição folclórica dos germanos, celtas ou escandinavos), mas como passado histórico, à maneira da Idade Média. Lenda e história fundiram-se na poesia de Gonçalves Dias e mais ainda no romance de Alencar, pelo esforço de suscitar um mundo poético digno do europeu.⁷⁸ (grifos nossos)

A aplicação da idéia “rousseauiana”, pela Literatura brasileira, ao nativo nacional, convertendo-o num ser generoso e valente, apesar de selvagem, aliada a necessidade

⁷⁵ VENTURA, Roberto. *op. cit.*, p.21.

⁷⁶ Embora Von Martius sugerisse a exaltação da mescla racial na composição da sociedade brasileira, nosso primeiro historiador oficial, Francisco Adolfo Varnhagen, repudiava completamente a inclusão do elemento indígena na composição cultural da nação, de tal modo que Reis avalia que: “os capítulos dedicados ao indígena na História do Brasil teriam esta função: mostrar que o futuro do Brasil não poderá ter nesse passado a sua raiz”. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.37. Sobre os muitos debates travados em torno do tema dos indígenas, como legítimos representantes da nacionalidade brasileira, através da Revista do IHGB, ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op. cit.*, p.20-23. E Wehling alerta para o fato de que “*muito antes do indianismo literário de Gonçalves Dias ou Alencar, há um “indianismo erudito” nas páginas da Revista do IHGB, a partir de 1839, quando são estudados guaicurus, tupinambás e outras tribos na perspectiva etnográfica ou na de sua incorporação ao processo civilizatório*”. In: WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.36.

⁷⁷ “Gonçalves de Magalhães acredita que os escritores nacionais, limitados à imitação da literatura européia, deveriam se inspirar na natureza e na capacidade poética dos índios, de modo a criar uma literatura própria.” In: VENTURA, Roberto. *id. ibidem*, p.35. Em contrapartida, Varnhagen “*não entende como alguns poetas e filósofos ainda vêem no estado selvagem a maior felicidade do homem*”. In: REIS, José Carlos. *op. cit.*, p.36.

política de construir uma história de origem dotada de grande positividade, apesar de recente, tornou-se possível através de uma visão histórico-literária da natureza brasileira gerada por uma poesia “*filha das florestas, educada na velha Europa*”⁷⁹, verdade axiomática que levará Alencar a desejar despir-se das “*idéias de homem civilizado*”⁸⁰ para cantar as belezas do Brasil, que foi ademais corroborada por uma historiografia também imbuída do desejo de inserir o Brasil num modelo europeu de nação, de modo que, conforme observa Francisco Paz:

Tanto a história quanto a literatura encontram no homem primitivo o símbolo do bem, da luta contra o mal e da comunhão idílica com a natureza. Envolvidas na construção de um passado genealógico, ambas o escolhem pedagogicamente em função do que pretendem anunciar. O índio confunde-se com o mito da origem, revelando as qualidades do homem brasileiro e antecipando a vocação do estado nacional. Ao participar da invenção das tradições românticas, ele integra o inventário do espetáculo político contemporâneo e responde às ausências culturais do projeto enciclopédico do Instituto. Curiosamente, a utilização da imagem do índio permite a fusão de duas formulações culturais caras aos intelectuais brasileiros – a Ilustração francesa e o Romantismo alemão. De forma simultânea, ele combina as virtudes do bom selvagem com a recuperação do passado mítico.⁸¹

Assim, no interior do discurso promotor da nacionalidade e das narrativas românticas, o indígena devidamente re-vestido com “bons” valores é convertido, de uma só penada, em herói e personagem dos trópicos, que se opunha convenientemente à idéia da exploração capitalista então combatida na Literatura europeia, além de, simultaneamente, encarnar os ideais de liberdade tão largamente difundidos e almejados, naquela clássica composição de uma existência natural e forte, tal como explica Werneck Sodré a ocorrência desta valorização diante do paradoxal contexto escravocrata do Brasil:

O índio nada tinha a ver com o trabalho – era uma criatura livre, ao ver dos contemporâneos do indianismo. E tinha, além de tudo, na ânsia nativista, um traço de valorização histórica a mais: fora ele o adversário do português

⁷⁸ CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.20.

⁷⁹ RIBEIRO, Santiago Nunes. *Da nacionalidade da literatura brasileira*. (1834), in. *Caminhos do pensamento crítico*, org. A. Coutinho, v.1, p.23 *apud in*. VENTURA, Roberto. *op. cit.*, p.35.

⁸⁰ Embora louvando a capacidade imaginativa demonstrada por Magalhães na composição de “*A Confederação dos tamoios*”, Alencar percebe como crítico que “*não basta estar em contato com a natureza, sendo ademais preciso desenvolver uma atitude adequada*”, e como escritor preocupa-se com a forma e a linguagem quando afirma: “*Se algum dia fosse poeta, e quisesse cantar a minha terra e as suas belezas, se quisesse compor um poema nacional, pediria a Deus que me fizesse esquecer por um momento as minhas idéias de homem civilizado*”. In: Alencar, José de. *Primeira carta sobre A confederação dos Tamoios* (1856a). In: CASTELLO, José Aderaldo. *A Polêmica sobre “A Confederação dos tamoios”*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953 *apud in* LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário: razão e imaginário no ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.144-145. E, neste sentido, informa Bandeira que na obra literária de Alencar existe “o poema em decassílabos brancos *Os Filhos de Tupã*, inacabado (...)”. in: BANDEIRA, Manuel. *op. cit.*, p.307.

⁸¹ PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.231-232.

colonizador – ele que, dono da terra, e livre nessa terra, opusera-se ao domínio luso, lutara contra ele, e fora derrotado combatendo.⁸²

Entretanto, após a utilização do índio como figura representativa dos “altos” valores nacionais, isto é, depois da fundação de um passado “mítico” e da constituição de um “caráter” composto pela exaltação da coragem, da generosidade e do bem, sua exclusão se faz necessária, para que ocorra a devida reverência aos colonizadores. Então sua destituição de símbolo primaz tem início dentro da mesma lógica que o evidenciou, ou seja, a civilização.

Portanto, ao cumprir o seu papel de elemento cultural fundante da nação e, ao superar a fase “paisagem-só-natureza”⁸³ da história inicial do Brasil, o índio passa por um processo “evolutivo” ou “depurativo”, a partir dos padrões culturais que o julgam conforme os parâmetros europeus civilizados e a “indolência” aliada ao “atraso” o eliminam, pois a liberdade é um valor estimado, mas que deve ser mantido à custa de muito trabalho – intelectual e material – e a lógica da conquista se impõe e, outra vez, o derrota.

Neste sentido é exemplar a contrariedade de Varnhagen, eminente representante da noção historiográfica oficial, sobre o indianismo enquanto idéia de exaltação dos valores nacionais, pois segundo alguns analistas de seu pensamento político, para o historiador do império “*defender o indianismo não era apenas erro histórico, mas um risco político para a obra de consolidação do Estado brasileiro*”⁸⁴, com efeito, promover a cultura dos selvagens ao estatuto de cultura nacional colocava em risco o próprio projeto de civilização almejado pela jovem nação brasileira.

Assim complementando a formação do panorama identitário na Literatura nacional, da poesia ao romance, até alcançar a historiografia, vêm à cena então os outros elementos constitutivos da “raça brasileira”, ou seja, o europeu colonizador, visto como herói desbravador e ampliador das fronteiras e o negro (o despersonalizado), que é na maior parte das vezes esquecido ou confundido, ora com a abolição, ora com a escravidão, instituições que lhe conferem o caráter⁸⁵.

⁸² SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.*, p.278-279.

⁸³ Ao investigar a formação do narrador de ficção do Brasil entre as décadas de 30 e 40 do século XIX, a autora diz que a prosa é marcada por um constante “descritivismo” da paisagem, ou seja, que eram: “Minúcia descritiva e olhar de “naturalista” dominantes na formação do narrador dessa primeira prosa de ficção no Brasil. Aí, vistas e detalhes paisagísticos, coqueiros, palmeiras, sabiás, laranjais, pombas ocupam o cenário ficcional, ao mesmo tempo que se tornam objeto de classificação e estudo nos tratados descritivos, diários e relatos de viajantes e expedições científicas.” In: SUSSEKIND, Flora. Q Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p.60.

⁸⁴ LACOMBE, Américo Jacobina. As idéias políticas de Varnhagen. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 224:3, jul-set, 1954, p.215 *apud in* WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.66.

⁸⁵ E conforme assevera Sodré: “A valorização do negro, realmente – convém repetir – nunca chegou a merecer a atenção literária, entre nós e com muito mais forte razão não poderia impressionar a um homem dos meados do século XIX, que faleceu antes que o movimento abolicionista tomasse corpo, como Alencar, o maior dos indianistas, aquele que colocou em termos de prosa literária, largamente

Dentro deste processo de constituição da cultura brasileira, um dos meios de divulgação das idéias nacionalistas é a Revista do IHGB, que adquire grande importância como difusora do pensamento científico e do ideal civilizador do Império, cumprindo sua missão de apresentar os resultados obtidos pelos intelectuais brasileiros em seus estudos históricos, além de definir, pela publicação, os assuntos mais relevantes para o conhecimento do Brasil e dos brasileiros e também propagar um projeto de nação.⁸⁶

É, portanto, dentro deste projeto civilizador que, em 1840, a Revista do IHGB, principal veículo do pensamento intelectual autorizado sobre a história do Brasil, propõe um concurso monográfico que identifique as especificidades da cultura brasileira em oposição ao padrão lusitano a fim de formular os parâmetros de escrita da história nacional considerando para tanto os pressupostos historiográficos vigentes na Europa.

Então em 1845, o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp Von Martius, da Real Academia de Ciências de Munique, vence o concurso monográfico e publica “*Como se deve escrever a história do Brasil*”⁸⁷, onde define os parâmetros do ofício do historiador brasileiro, conforme resume Wehling:

O autor bávaro, (...) qualificou a obra do historiador como de amor à pátria; no caso do Brasil, em especial, pede atenção para o fato de que a “mescla de povos” provoca uma situação peculiar jamais acontecida anteriormente na história (*sic*), necessitando-se, mais que em outros países, de uma “história popular” que explique o “desenvolvimento progressivo” do país. Martius entendia a “história popular” ao estilo da “histórias dos costumes” de Voltaire, uma história social que valorizasse, antes os processos de sedimentação social, que os acontecimentos políticos e militares da historiografia tradicional. (...) Considerando a história da humanidade “no meio de seu desenvolvimento superior”, Martius propõe como objetivo de um historiador brasileiro inserir a história do país nesse processo, uma vez que o país encontrava-se em “desenvolvimento progressivo”, como o atestava a mescla de populações.⁸⁸ (grifos do autor)

difundida, a valorização do indígena.” In: SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.*, p.278. Em recente obra Conforto analisa a evolução da personagem escrava e o discurso escravista nos romances do século XIX. In: CONFORTO, Marília. *Faces da personagem escrava*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

⁸⁶ “A Revista do Instituto, publicação iniciada em 1839 sob a coordenação de [Januário] Cunha Barbosa, torna-se de imediato o principal instrumento de difusão do conhecimento histórico. As matérias dividem-se em artigos e documentos relevantes, biografias de brasileiros notáveis e informes do Instituto. Os conteúdos de história (45%), de geografia (18%) e as biografias (16%), (...) prevalecem sobre os demais assuntos; o período colonial recebe maior atenção, e os temas dominantes são os políticos, os sociais e os religiosos. A ênfase na questão do descobrimento – e, mais tarde, da independência – traduz a busca dos marcos de origem. A questão racial, ao mesmo tempo, revela a preocupação quanto à composição da população, o propósito de branqueamento da nação e a atenção ao projeto civilizador”. In: PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.231.

⁸⁷ Trata-se de um texto de 1843, publicado pela revista do Instituto em 1845, fato que revela um duplo reconhecimento e concordância com a proposta do autor. Sua premiação é plenamente compreensível. Basta observar que consiste num projeto elaborado com base no reconhecimento das singularidades brasileiras e na idéia de identidade nacional. In: PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.233.

⁸⁸ WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.38-41. Cezar ressalta que para Martius “a figura do historiador não é nem aquela do funcionário nem aquela do escritor popular, mas do poeta engajado: aquele que escreve de forma madura, porém sob a égide de “todo seu amor, todo o seu zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio à juventude””. Cf. MARTIUS, Carl Friedrich Von. “Como se deve escrever a história do Brasil”

Em 1847 aparecem os “*Primeiros Cantos*” de Gonçalves Dias, nos quais se verifica um compasso em relação ao “período literário” em curso – o Romantismo nacionalista – e a temática interna correspondente – o indianismo –, que é acompanhada de perto pelo discurso científico com intensas discussões sobre sua importância para a cultura nacional, observando-se neste sentido o convergente interesse pelo tema entre a produção literária e os estudos históricos de Gonçalves Dias apresentados ao IHGB.⁸⁹

Decorridos dez anos desde o ingresso da temática indianista – e acompanhando à distância as premissas sugeridas por Martius – ela permanece ainda, nas obras de José da Alencar “*O Guarani*” e de Gonçalves Dias “*Os Timbiras*” ambos de 1857. Assim como continuam presentes sob a forma literária e científica em Gonçalves de Magalhães que lança *A Confederação dos Tamoios* em 1856 e publica em 1860 na Revista do IHGB “*Os indígenas do Brasil perante a História*”⁹⁰, no qual faz uma dura crítica ao tratamento da questão indígena por parte de Varnhagen, em virtude de sua resistência em considerar este elemento na composição da cultura brasileira, sobre este aspecto Magalhães declara que:

Em conclusão destas observações diremos que, se compararmos estes selvagens com os homens eminentes dos povos cultos, e os de classe média, a vantagem é toda destes; mas se os compararmos a essa imensa população ignara e embrutecida da Europa, em que o hábito da miséria, da obediência, da servidão e do rude trabalho da terra sem descanso e sem lucro suficiente para matar-lhe a fome, extingue pouco a pouco os nobres sentimentos, a idéia mesmo de que são homens; a vantagem é toda do selvagem, que na independência do seu caráter, na força de sua vontade, na altivez do seu espírito e no garbo de seu porte, conserva todos os belos atributos da espécie humana.⁹¹

Sobre este aspecto Dante Moreira Leite observa que “*a escolha do índio como arquétipo ou modelo do brasileiro decorria da impossibilidade de encontrar um brasileiro geral, equivalente para todas as regiões*”⁹² e, sem embargo das limitações, foi este o

(1844)” In: Revista do IHGB, 1953, p.205 *apud in* CEZAR, Temístocles. *Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) et alii. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003, p.207.

⁸⁹ Em 1852 Gonçalves Dias apresenta no Instituto Histórico “*O Brasil e a Oceânia*”, publicado na respectiva revista. Sodré registra que “*Raimundo Lopes estudou, também, a posição do poeta e seus trabalhos de natureza científica sobre os índios, em ensaio publicado pela Revista do IHGB, no tomo especial dedicado ao Instituto Pan-americano de História e Geografia, vol. II, 1932-1933, sob o título “Gonçalves Dias e a Raça Americana”. Tudo demonstra o esforço desenvolvido para dar ao indianismo literário uma espécie de suporte científico.*” In: SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.*, p.287.

⁹⁰ Referindo-se aos críticos da falta de conteúdo por parte dos indianistas, Sodré afirma que: “Da parte dos elementos melhores da escola, aliás, houve sempre uma preocupação séria no sentido de dar um conteúdo científico à formulação que faziam em termos literários.” In: SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.*, p.272.

⁹¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Os indígenas do Brasil perante a história*. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, v.23, 1860, p.9 *apud in* WEHLING, Arno. *op. cit.*, p.38-41.

⁹² LEITE, Dante Moreira. *op. cit.*, p.220.

modelo seguido e repetido pelos escritores e intelectuais brasileiros durante mais de vinte anos, a fim de consolidá-lo como personagem fundante da cultura nacional.

Porém os parâmetros sugeridos por Von Martius, para a escrita da História do Brasil, também contribuíram para uma substituição de ênfase, ou seja, o mesmo projeto civilizador que elegeu o indígena como o representante do exótico “caráter nacional”, também determinou a re-adequação de sua posição no interior deste projeto, talvez com o intuito de não impedir o acesso do Brasil no panteão das nações civilizadas, pois era “*como se a paisagem-só-natureza prefigurada para o Brasil barrasse a narrativa histórica*”⁹³ implicando, portanto, a destituição do exótico pelo mestiço, isto é, pela fusão do primeiro com o elemento europeu portador dos “*valores morais*” adequados à civilização, tal como aspirou Varnhagen.

Sob o signo do nacionalismo, confluem gentilmente, as produções do campo da Literatura e do pensamento historiográfico brasileiro, a fim de consolidar o Estado nacional, apesar das diferenças regionais, visando a preservação da estabilidade cultural e da unidade política, pois conforme salienta Ventura:

O programa de Martius e a intervenção cultural de D. Pedro II mostram o papel político da formação da história e da literatura, emblemas demonstrativos da originalidade da civilização luso-brasileira e da soberania e autonomia do Estado. O louvor da natureza foi central no projeto de construção nacional, ao afirmar a unidade “natural” da pátria, contra as tendências separatistas posteriores à independência. A natureza deixou de ser espaço de contemplação estética ou de projeção filosófica, para se tornar solo que integra e dá identidade às matrizes étnicas e culturais, lançadas aos trópicos pela história universal.⁹⁴

E, finalmente, neste processo passo a passo de tematizar no Romantismo brasileiro as diferentes ênfases dos assuntos nacionais, ocorre a valorização das regiões brasileiras, ou seja, o *regionalismo* ou *sertanismo*⁹⁵, pois conforme ressalta Antonio Candido:

O nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e peripécias do que em certas regiões tornadas literárias, a

⁹³ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.174.

⁹⁴ VENTURA, Roberto. *op. cit.*, p.43. Também Sussekina alude ao fato de que o período de constituição de uma prosa de ficção no país, nos anos de 30 e 40, é um momento particularmente delicado da construção do Estado-Nação, pois “em meio às lutas provinciais, às rebeliões de escravos e ao fantasma da restauração lusa, tornava-se mais urgente, para elite ilustrada”, afirmar identidades, origens e essências “nacionais”, mapear *um* Brasil-pitoresco, territorialmente ao menos, coeso e singular.” In: SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.66.

⁹⁵ Dos autores consultados Antonio Candido e Massaud Moisés não utilizam a classificação *sertanismo* em suas análises do período, utilizam esta terminologia Alfredo Bosi e Nelson Werneck Sodré, porém não apresentam nenhuma discussão acerca de qualquer primazia para os termos.

seqüência narrativa inserindo-se no ambiente, quase se escravizando a ele. Assim, o que se vai formando e permanecendo na imaginação do leitor é um Brasil colorido e multiforme, que a criação artística sobrepõe à realidade geográfica e social. Esta vocação ecológica se manifesta por uma conquista progressiva de território. Primeiro, as pequenas vilas fluminenses de Teixeira Souza e Macedo, cercando o Rio familiar e sala-de-visitadas, do mesmo Macedo e de Alencar, ou o Rio popular e pícaro de Manuel Antonio; depois, as fazendas, os garimpos, os cerrados de Minas e Goiás, com Bernardo Guimarães. Alencar incorpora o Ceará dos campos e das praias, os pampas do extremo sul; Franklin Távora, o Pernambuco canavieiro, se estendendo pela Paraíba. Taunay revela Mato Grosso; Alencar e Bernardo traçam o São Paulo rural e urbano, (...). Literatura extensiva, como se vê, esgotando regiões literárias e deixando pouca terra para os sucessores, num romance descritivo e de costumes como é o nosso.⁹⁶

Considerando que todos estes elementos – nativismo, indianismo e regionalismo – foram açambarcados pela idéia-força da formação de “*uma raça histórica*”, ou seja, na impossibilidade de constituirmos ‘*biologicamente*’ uma raça homogênea, como lamentavam os contemporâneos de Euclides da Cunha, deveríamos nos empenhar em construir uma cultura homogênea que nos conduzisse à “civilização”.⁹⁷

Visto que, no Brasil, a idéia de “ação” aceita pelos intelectuais é aquela que está contida em “civilização”, mas que não corresponde ao que pensava o francês Michelet, sobre o povo que atua, que faz a própria história e constrói a nação, pois, não vêem nos brasileiros aquela capacidade de “ação”, sendo, antes, necessária a “ordem”. Portanto, é ordenamento e disciplina que convém tanto à escrita adequada da História nacional, quanto à sociedade brasileira. E aos intelectuais do IHGB, em conjunto com o Estado monárquico, cabe à tarefa de iluminar este escuro caos e conduzir, portanto, esta sociedade à civilização.

À medida que o território havia sido conquistado e o projeto político implantado, que o elemento autóctone fora descoberto e suplantado, restava então romper outros limites e “colonizar o imaginário” nativo, de tal modo que a Literatura ao descrever os modos de viver nas diversas regiões, compusesse um “ser nacional” com as bênçãos do imperador e a simpatia da elite letrada que ansiava pelo conhecimento e acesso aos códigos culturais praticados pelos brasileiros de outras regiões. Conforme demonstra o pensamento de Alceu A. Lima:

Dissipada a ilusão das selvas, mas sentindo sempre a necessidade de procurar uma originalidade local, voltaram-se para os campos, habitados por

⁹⁶ CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.101.

⁹⁷ “*Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos.*” In. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ed. Três, 1984, p.89.

essa raça cruzada, já nacionalizada e integrada ao corpo da nação: o mestiço sertanejo. Daí resultou o sertanismo.⁹⁸

Moreira Leite, afirma que o *regionalismo*, embora tão ardentemente cultivado por José de Alencar em sua ânsia nacionalista de apresentar um panorama do Brasil que abarcasse toda a sua diversidade, acabou por revelar-se “*um movimento contrário ao nacionalismo, pois tenderia a salientar as diferenças, e não as semelhanças, entre os brasileiros de várias regiões*”⁹⁹.

Entretanto, entende-se que é com o Regionalismo, que se opera outra fundamental substituição de ênfase, na Literatura, ou seja, aquela que sobreveio ao discurso de formação de um “caráter nacional” e, através de um outro modo de ver, descrever e sentir a nação, possibilitou as condições de emergência da idéia de construção da “identidade nacional”, isso porque ao tornar visíveis as diferenças nacionais internas, proporcionou o estabelecimento de uma configuração interna não apenas exótica e de caráter determinado, mas, ao contrário, fez emergir, um “nós” regionalizado, que passa a definir quem são os “outros”, tanto interna, quanto externamente, visto que a identidade não pode ser construída sem a diferença.

Com efeito, as regiões brasileiras assumem então na Literatura a outra face do pertencimento nacional brasileiro – que primeiro figurou no nativismo –, isto é, aquele que visa encontrar a cultura mestiça (pitoresca), em substituição à cultura selvagem (exótica) dos indígenas.

A resolução desta complicada equação social iniciou, portanto, pela destituição do indígena, e a, subsequente, eleição do mestiço, mantendo-se a exclusão do negro, seguiu-se, por fim, uma definição do “outro”, a partir de uma seleção externa que se deu na relação da organização política do Estado nacional, tal como explica Guimarães:

Assim, os grande inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie.¹⁰⁰

É, precisamente, neste sentido, que insere-se o problema tratado no presente estudo, ou seja, tendo em vista o papel do pertencimento no contexto de definição da “identidade nacional” e, considerando que a temática regionalista ingressa no cenário literário nacional como uma possibilidade de acesso às múltiplas realidades sócio-culturais das regiões brasileiras, que cumpre ainda, de certa forma, com a necessidade

⁹⁸ LIMA, Alceu Amoroso. *Afonso Arinos*, Anuário do Brasil, Rio de Janeiro-Lisboa, 1922, p.138-139. *apud in* LIMA, Luiz Costa. *op. cit.*, 1984, p.146.

⁹⁹ LEITE, Dante Moreira. *id. ibidem*, *op. cit.*, p.220.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op. cit.*, p.7.

de manter como personagem o mestiço, e não mais o índio, o que nos importa perceber neste outro processo colonizador é, se a partir da nomeação adotada para designar os regionais sulinos – “gaúcho” ou “rio-grandense” –, é possível identificar o estabelecimento de uma representação na Corte que denote algum tipo de julgamento sobre o pertencimento cultural dos habitantes desta região, tendo em vista a proximidade desses súditos dos maiores inimigos do Estado nacional brasileiro: os castelhanos. O que implicaria analisar em que medida a língua pode interferir ou influenciar neste processo de pertencimento, tal como indicou Herder.

De outra parte ainda, cabe discutir, de que modo a Literatura, como organizadora do imaginário social, sobretudo aquela que parte da Corte, pode fornecer indicações sobre os critérios sociais que definem os padrões de inclusão ou exclusão ao projeto civilizador nacional, considerando, neste sentido, como são descritas as práticas sociais dos rio-grandenses, ou ainda, a maneira como é vista a sua peculiar situação de “fronteira viva” entre o Império brasileiro e os republicanos platinos que, em vez de promover seu pertencimento e sua integração ao conjunto da nação brasileira pelas tantas lutas na defesa das fronteiras, acabou implicando num distanciamento e, no limite, também num isolamento cultural.

E ainda, dentro desta perspectiva, procurar situar em que momento e perceber de que maneira o “rio-grandense”, que passa a ser definido como “gaúcho”, pode ter a sua identidade cultural configurada a partir de estigmas relacionados a uma paradoxal indefinição do lugar de origem, visto como fronteira política e cultural, em detrimento de sua efetiva nacionalidade.

1.1.3. As primeiras letras que representam a província

Na Província do Rio Grande de São Pedro, o século XIX viera e se fora sob o signo da guerra. E à Literatura do período caberá, tratar, convenientemente, deste estado de permanente atuação militar, uma vez que restará consagrada pela pena dos autores, a grande revolução de 1835. Tanto assim, que os romances fundadores de uma Literatura regional brasileira e rio-grandense, “*A Divina Pastora*” de 1847 e “*O Corsário*” de 1851, ambos de José Antonio do Vale Caldre e Fião, justificam esta afirmação e, à medida que inauguram uma temática na Literatura brasileira, se ocupam de registrar e sedimentar na memória coletiva, o cheiro de pólvora e sangue que permeia um século de história do extremo sul do Brasil.

Através das narrativas de Caldre e Fião, é possível recuperar a configuração de um mundo paralelo de sentidos, que vai sendo construído pelo autor sobre elementos da

realidade social, histórica e cultural sulina, a fim de compreender-se o começo de um processo de construção da identidade regional, realizado a partir de sua representação.

É interessante observar como este começo ainda enseja contradições e ambigüidades, que serão, paulatinamente, erradicadas no decorrer do processo desta elaboração identitária e, por isso, ele assinala a historicidade de um momento do movimento cultural brasileiro, que acompanha tendências européias de afirmação das diferenças culturais, pela necessidade de construir pertencimentos nacionais, apoiado em realidades históricas, em acontecimentos verídicos re-elaborados à exaustão e re-presentados a cada vez de maneira mais adequada aos propósitos de controle cultural do imaginário que regula a formação das identidades.

Portanto, este começo – de constituição da identidade regional via Literatura – é pensado tal como sugere Flora Süssekind, a partir do arcabouço teórico de Michel Foucault sobre “origens” e “começos”, visto que, em seu estudo sobre “*o processo de constituição do narrador de ficção na prosa romântica brasileira*”, ela não pretende tratar “*propriamente de “origens”, mas de um “começo histórico”, o do narrador de ficção no Brasil*” e, segundo Foucault, “*o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate*”.¹⁰¹ Neste sentido, é lícito afirmar que a prosa de Caldre e Fião assinala um começo histórico de construção da identidade cultural regional.

Nestes termos, as fontes de pesquisa neste trabalho também são semelhantes e seus objetivos complementares, porque Süssekind pretende “*perceber como este elemento narrativo específico – o narrador – adquire perfil próprio*”¹⁰², tendo em vista o “*diálogo com o veículo em que se divulga habitualmente a ficção romântica no Brasil nas décadas de 30 e 40 – o periódico*”, que se estabelece:

(...) em especial, com dois gêneros diversos e às vezes associados, a literatura não-ficcional de viagens – sobretudo a que se refere ao Brasil – e o paisagismo – sobretudo o que tematiza vistas e exuberâncias tropicais ou cenas pitorescas do cotidiano ou da “história” local –, que se constrói essa figuração inicial do narrador de ficção na produção literária da primeira metade do século XIX.¹⁰³

Em contrapartida, tem-se por objetivo perceber o processo de construção da identidade regional, na relação entre palavra e significado no interior do texto narrativo de gêneros variados, entre os quais se encontra a literatura não-ficcional de viagem e a

¹⁰¹ FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.8 *apud* in SÜSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.19.

¹⁰² SÜSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.19.

¹⁰³ SÜSSEKIND, Flora. *Id. idibem*, p.20.

prosa de ficção, buscando nas representações literárias “desde dentro” e “desde fora” os parâmetros de constituição do ser regional e suas variações, historicamente construídas pela visão desses “narradores-viajantes”, de que fala Süsskind, desses observadores de costumes, quadros históricos e paisagens.

Além de um estilo narrativo que apresenta, de um modo panorâmico, a nação aos leitores, pode-se dizer, que as impressões dos viajantes estrangeiros que por aqui estiveram durante o oitocentos, agregam qualidade ao grau analítico deste trabalho porque – além das referências às permanentes guerras de fronteira, decorrentes da sanha entre portugueses e espanhóis durante a divisão e consolidação da posse do mundo-novo, ou das fratricidas lutas travadas pelos homens da província –, esses viajantes concentraram suas atenções em descrever a paisagem do interior rio-grandense, identificando, à larga, a fauna e flora, e fornecendo diversas informações sobre o estado das cidades e vilarejos, mas principalmente não se desapercebendo da especificidade da vida de homens e mulheres do sul envolvidos no processo social de manutenção de sua própria existência, com seus usos, costumes e seu linguajar particular.

É assim que, com base nestas referências, se inicia o proveitoso diálogo entre a Literatura e a História, ambas mediadas pela sensibilidade e subjetividade de seus autores, com vistas a descobrir, tanto quanto possível, as maneiras de ser e de viver dos habitantes desta região e, além disso, buscar compreender, em que medida, as formas de designação do ser social que aqui existem, revelam algo de sua personalidade enquanto sujeito histórico envolvido no processo de construção de sua identidade cultural.

Para tanto toma-se como eixo primaz de interpretação, o conceito de representação de Roger Chartier que, partindo das formulações de Marcel Mauss e Emile Durkheim sobre classificações e representações coletivas, permite “*articular três modalidades da relação com o mundo social*”, ou seja:

(...) primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe.¹⁰⁴

¹⁰⁴ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.73.

Tomando-se esta noção de representação e recolocando-a sob a perspectiva literária de Caldre e Fião, percebe-se a tentativa de traduzir e tornar visível, aos habitantes urbanos da Corte, uma realidade regional – a realidade *rio-grandense* ao tempo de Caldre e Fião –, através de um ato discursivo que, organiza, compõe e constrói significados para o mundo social, funcionando então com uma das “*formas institucionalizadas que marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo*”, via Literatura.

Neste sentido, seus personagens adotam atitudes peculiares ao lugar, maneiras de agir e pensar ou de conduzir certas práticas sociais, “*exibindo*”, portanto, modos de ser que passam a identificar determinado grupo social – denominado por Caldre e Fião de *Rio-Grandense*. E que longe de apresentar uma homogeneidade “*dá a ler*” várias classificações sociais, pois como indica Pesavento, “*a representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão*”¹⁰⁵, isto é, posicionamentos políticos e sociais que segundo entendemos podem ser percebidos na escrita e no comportamento narrativo do autor.

Assim, a Literatura pode ser vista como um suporte privilegiado de representação da sociedade, que, reciprocamente, fornece elementos para sua reconstrução, não só porque repercute um tipo de pensamento atinente a um contexto histórico-cultural específico de um período, mas também porque, através dela, pode haver um repensar, uma re-elaboração e, também, a reconstituição de um sistema de referências vigentes em outro tempo, o que faz dela, por conseguinte, um importante componente da realidade social, configurando-se, de tal maneira, num dos meios de expressão e entendimento de uma época que produz sentidos e significados para serem socialmente compartilhados.

Costa Lima explica que na sociedade os “*sistemas de representação funcionam como uma linguagem semiológica*”¹⁰⁶, ou seja, comunicam uma idéia através de símbolos, portanto, a Literatura como “*representação poética*” estabelece na e pela linguagem padrões de diferenciação social que “*fornecem tanto o cimento para a identidade social – quanto para a separação social*”¹⁰⁷, entretanto, é preciso considerar que a linguagem utilizada pela Literatura também desempenha uma função estética, isto é, sua atuação é diferente da função pragmática, pois, não atua diretamente sobre a realidade, isto quer dizer que a função estética “*só indiretamente estabelece uma relação*

¹⁰⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *op. cit.*, 2004, p.40.

¹⁰⁶ LIMA, Luiz Costa. *Mimesis e modernidade: formas e sombras*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.91.

¹⁰⁷ Lima, Luiz Costa. *id. Ibidem*, p.91.

com o real¹⁰⁸, tal defasagem segundo Costa Lima não prejudica seu potencial de comunicação sobre a realidade, pois:

Se, a obra poética tem a desvantagem, ante o discurso pragmático, de não apontar diretamente para a realidade, não dando assim condições para uma atuação de conseqüências palpáveis, tem, por outro lado, a vantagem de permitir a representação de múltiplas e variadas realidades, que interferirão – e não serão apenas condicionadas – em sua postura perante o mundo.¹⁰⁹

Assim é pensado o texto literário em suas articulações com o mundo social que o rodeia, “com o aparato cultural que o sustenta, viabiliza, interpreta e contextualiza”. Neste sentido, “cada texto não apenas representa sua poética, mas, ao mesmo tempo, delinea e instiga certos modos de recepção e de leitura, antecipando e orquestrando, rompendo e/ou contradizendo suas possibilidades de diálogo com a sociedade.”¹¹⁰

Ao acorrer outra vez a Roger Chartier para definir como se dá esta apropriação coletiva de símbolos identitários, vê-se que “é do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu “ser percebido”, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social”¹¹¹, ou seja, é a partir da capacidade de repercussão no imaginário social de um grupo, da imagem que ele permite que seja construída através da Literatura ou outro meio de representação, que a composição desta identidade é, indelevelmente, influenciada e, conseqüentemente, definida.¹¹²

Portanto, a Literatura, produz e é produto deste conjunto de significados culturais específicos de um grupo. Ela revela códigos sociais presentes numa sociedade qualquer tornando visíveis e, portanto, socialmente existentes, determinados valores, costumes ou crenças, tendo em vista que para Sevcenko, “todo discurso criativo assinala um ato fundador, na medida em que nomeia situações e elementos imprevistos, conferindo-lhes existência e lançando-os na luta por um espaço e uma posição, no interior das hierarquias que encerram as palavras encarregadas de dizer o mundo conhecido e compreendido”¹¹³, desencadeando, portanto, definições históricas dos sujeitos sociais

¹⁰⁸ Lima, Luiz Costa. *id. Ibidem*, p.93.

¹⁰⁹ Lima, Luiz Costa. *id. Ibidem*, p.94.

¹¹⁰ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, , p.10.

¹¹¹ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.73.

¹¹² A noção de apropriação de Chartier também pode ser explicada pela formulação de Ricoeur, que a coloca nos seguintes termos: “quanto mais o leitor se irrealiza na leitura, mais profunda e mais distante será a influência da obra sobre a realidade social”, pois é necessário um certo grau de identificação entre leitor e obra para que haja a apropriação e sua repercussão, para que haja a comunicabilidade. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997, p.304.

¹¹³ SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.247.

que não são nunca permanentes, tampouco naturais, são discursos que se constroem na medida em que lutam por sua existência social.

Esta discussão sobre as relações de força, presentes no nível do discurso e de sua força simbólica, que resulta nas lutas de classificação, que são, segundo Pierre Bourdieu, as "*lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos*"¹¹⁴, é apresentada por Chartier da seguinte maneira:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, (...). Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.¹¹⁵

Portanto cabe à história evidenciar e distinguir os diversos tipos de discurso produzidos numa sociedade, os quais, em determinados momentos, estão presentes nas narrativas de gêneros variados, ao criar condições para compreender seu eco através do tempo. Assim como, pode e deve buscar nas palavras os vestígios, os traços culturais que, se 'ditos' de uma maneira ou de outra, marcam atitudes semânticas que podem contribuir para uma melhor compreensão da identidade de um grupo social.

O que concerne à questão, sobre o "*controle do imaginário*", pode-se tomar por base a formulação do problema posto por Costa Lima, em obra de mesmo nome, na qual haveria, a partir de um determinado momento, por parte da produção ficcional, a necessidade de preencher uma lacuna no modo de acesso ao conhecimento mundano, através de uma escrita para um sujeito ao qual "*passa a caber a apreensão do adequado*"¹¹⁶, momento em que se opera uma modificação na expressão da subjetividade, em que "*a referencialização do eu individual e a exigência de uma forma de fixação determinada, a forma escrita, se dão simultaneamente*"¹¹⁷.

Nesta análise, tal formulação encontra acolhida, porque o processo de formação da Literatura brasileira está inserido no interior de outro movimento nacional, que lhe influencia profundamente, ou seja, o processo de independência do Brasil. Este contexto faz com que a Literatura também siga um programa político de "idealização" da nação – o Brasil uno e indivisível – no singular, que pretende, sobretudo, a captação do "espírito" ou

¹¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, 1998, p.113.

¹¹⁵ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 1990, p.17.

¹¹⁶ LIMA, Luiz Costa. *op.cit.*, 1984, p.12.

do “caráter” nacional, com vistas a uma construção ou formação adequada da “identidade nacional”, isto é, do nós brasileiros – no plural.

O adequado aqui é entendido como uma narrativa que agregue significados positivos e, se possível, históricos, que dêem alma e personalidade à nação brasileira, e construa convenientemente, um “eu” nacional, que esteja, simultaneamente, em oposição ao modelo lusitano, mas em convergência com os pressupostos culturais europeus, pois segundo Costa Lima, “a nacionalidade foi e é o meio de justificar-se o veto ao ficcional, emprestando-lhe uma “utilidade”¹¹⁸ é, portanto, neste sentido, que não basta criar uma Literatura, é necessário que seja uma Literatura Brasileira, pois o “eu individual” a ser fabricado deve estar apoiado em um “nós coletivo” – tão brasileiro quanto regional – que contenha as características exemplares do pitoresco “caráter nacional”.

Por conseguinte, parece perfeitamente adequado dizer com Costa Lima que “a pragmática específica do ficcional literário nos permite ver os valores que se atualizam em nossas condutas”¹¹⁹, porquanto é possível que, diante da atitude semântica – a linguagem – adotada pelo autor diante de seus personagens – e suas variações –, se tenha acesso a uma representação do ser regional, que remeta a atitudes e valores que pretendem construir, atualizar conceitos ou, até mesmo, controlar o imaginário sobre os *rio-grandenses* através da narrativa literária de ficção. Pois também se deve considerar, que as variações dos nomes no texto, isto é, as designações sociais na escrita, dão visibilidade aos modos de dizer, ou seja, de um modo discursivo vigente, que trás à tona classificações específicas de um tempo, que vão se modificando histórica e culturalmente e, por isso, denotam atualizações que não são neutras.

Além disso, entende-se que esta “pragmática específica” se refere também aos limites e as tensões do trabalho ficcional e sua aplicação como representação do mundo social, que deve ser considerado com cautela, conforme sugere Ricoeur, pois “a projeção de um mundo fictício consiste num processo criador complexo” no qual “a questão da liberdade criadora não é simples”, visto que sobre ela incidem instâncias coercitivas, às vezes nem tão sutis, que conduzem o escritor a um *tour de force* constante, seja com o público a que se destina o texto, seja com o argumento utilizado na narrativa, malgrado qualquer vigor estilístico, na tentativa de persuadir o leitor da “força de convicção que sustenta a visão do mundo do narrador”.¹²⁰

¹¹⁷ LIMA, Luiz Costa. *op.cit.*, 1984, p.18.

¹¹⁸ LIMA, Luiz Costa. *Id. ibidem*, p.152.

¹¹⁹ LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p.99.

¹²⁰ Sua colocação sobre este ponto é: “A libertação da ficção das coerções da história – coerções resumidas na prova documentária – não constitui a palavra final acerca da liberdade da ficção. Ela constitui apenas o seu momento cartesiano: a livre escolha no reino do imaginário. Mas o serviço da visão do mundo que o autor implicado tem a ambição de comunicar ao leitor é para a ficção fonte de

De modo que esta visão de mundo – que atualiza valores e condutas – atua também na criação de um mundo paralelo de sentidos – entendendo-se aqui as significações atribuídas pelo autor às coisas – no “*mundo do texto*” que pode utilizar-se da estabilidade das convenções do “mundo social”, mas que, embora mantenha o distanciamento entre o que é, e aquilo que o autor diz ser, envolve, sobretudo uma relação de confiança, que Ricoeur chamaria “*pacto de confiabilidade*”, entre autor e leitor, na medida em que há por parte do primeiro um esforço para “*simular a presença [do] real por meio da escritura*”, e é deste trabalho que decorre o efeito de verossimilhança.¹²¹

Do outro lado está, o que pode vir a ser entendido ou significado conforme o particular “mundo do leitor” – “*formado por toda uma tradição de [outras] leituras*”¹²² –, cujo “*horizonte de expectativa*”¹²³ pode ou não encontrar identificação no horizonte de expectativa do texto literário, pois é como resultado do “*confronto entre o mundo do texto e o mundo do leitor*”¹²⁴ que a obra literária realiza sua existência social e torna a escrita uma ação narrativa, ao possibilitar que o leitor incorpore o resultado de suas leituras à sua visão do mundo, tornando-a então um outro meio de acesso ao mundo presente ou passado.

Seguindo-se à formulação de Bourdieu, para quem “*um livro muda pelo fato de que ele não muda quando o mundo muda*”, ao que acrescenta Chartier “*enquanto o seu modo de leitura muda*”¹²⁵, ou seja, aquela incidência interpretativa dupla – escritor e leitor – na constituição de um texto, poderá ser percebida pelo historiador através das referências – fontes – que reúne sobre um mesmo objeto e/ou assunto, conforme perspectivas diferentes em seu tempo e ao longo do tempo. Neste sentido, segundo Chartier, sua tarefa consiste em “*reconstruir as variações que diferenciam os “espaços legíveis” – isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam*

coerções mais sutis, que exprimem o momento spinozista da liberdade, a saber: a necessidade interior”. In: RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p.301.

¹²¹ Referindo-se ao debate entre Sartre e Mauriac, sobre o uso da subjetividade no romance realista e naturalista, ele explica em nota que: “*Sartre subestima grandemente o contrato tácito que confere ao romancista o direito de conhecer aquilo sobre que escreve. Pode ser uma das cláusulas desse contrato que o romancista não conheça tudo, ou só use o direito de conhecer a alma de um personagem na visão que um outro tem dela; mas o salto de um ponto de vista ao outro continua sendo um privilégio considerável, comparado aos recursos do conhecimento de outrem na chamada vida “real”*”. In: RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p.279 e 305.

¹²² RICOEUR, Paul. *Id. ibidem*, p.302.

¹²³ Ricoeur utiliza a concepção formulada por Husserl (Idéias I, §27, §82) de “*horizonte de expectativa*”, ou seja: “*o sistema de referências forjado pelas tradições anteriores, abrangendo igualmente o gênero, a temática, o grau de oposição existente nos primeiros destinatários entre a linguagem poética e a linguagem prática cotidiana*”. In: RICOEUR, Paul. *Id. ibidem*, p.293.

¹²⁴ RICOEUR, Paul. *Id. ibidem*, p.301.

¹²⁵ BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. *La lecture: une pratique culturelle*. In: *Pratiques de la lecture*. Marselha: Rivages, 1985, p.217-239 *apud in* CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 1999, p.22.

*as circunstâncias de sua “efetuação” – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação*¹²⁶.

Embora não se possa pretender neste estudo uma análise sob a estética da recepção, seus argumentos eventualmente se farão presentes, não obstante, por ora promove-se o encontro entre a História e a Literatura, no intuito de captar e apreender as sensibilidades das pessoas de outro tempo no espaço da linguagem, através da leitura atenta dos códigos culturais de outra época presentes na Literatura. Considerando, nesta análise em particular, a visão e o entendimento que escritores e viajantes registraram sobre um ser social específico o “*gaúcho-rio-grandense*”.

1.2. Caldre e Fião, um Rio-Grandense na Corte

Conforme foi considerado, através da Literatura é possível perceber o movimento da vida num outro tempo, um tempo escoado, vivido, passado. O historiador procura avidamente, em suas fontes, as marcas deixadas pela presença humana nesse tempo, que outrora já foi presente – para o escritor e sua obra –, pois como diz Walter Benjamin, “*a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras*”¹²⁷, não obstante, sua análise e compreensão se dêem sempre à *posteriori* e, paradoxalmente, num outro “agora” – o do historiador em seu tempo.

Neste sentido, o papel do escritor como elo entre tempos presentes reais é fundamental, pois segundo Sevcenko:

O ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está concentrado evidentemente na figura do escritor. Eis porque uma análise que pretenda abranger esses três níveis deve se voltar com maior atenção para a situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período.¹²⁸

Seguindo, portando, as indicações do mestre, faz-se necessária uma apresentação mais demorada sobre o percurso vivido pelo primeiro autor de um romance *rio-grandense*, a fim de recolocá-lo “*no interior do seu meio social*”: José Antonio do Vale

¹²⁶ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 1999, p.12.

¹²⁷ BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, p.229.

¹²⁸ SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.*, p.246.

Caldre e Fião, que nasceu em Porto Alegre em 15 de outubro de 1821¹²⁹. Foi professor antes do exercício da medicina, tornou-se escritor e jornalista, além de político, mas apesar destas atividades não se pode estabelecer relações de sua origem social nem com a burguesia incipiente, nem mesmo com a oligarquia rural bem mais presente na sociedade *rio-grandense* da época.

No ensaio biográfico realizado por Carlos Reverbel, que consta do volume d'*A Divina Pastora*, José Antonio do Vale, ainda sem o apelido que acrescentaria ao nome mais tarde, era órfão de pai. E em 1834, aos 13 anos de idade, teria começado a trabalhar numa farmácia porto-alegrense. Em 1837, aos 16 anos, foi admitido como auxiliar da botica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde trabalhava pela alimentação em troca de aprendizado, atividades que muito o ajudariam na futura profissão. Mais tarde, então com 22 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou a faculdade de medicina e escreveu seus dois romances *A Divina Pastora*, em 1847, e *Corsário*, em 1851, retornando ao Rio Grande do Sul, em 1852, após obter o diploma.¹³⁰

Apesar de sua formação levou uma existência modesta, porém militante. Fundou, dirigiu e escreveu em vários periódicos¹³¹ nos quais defendia o ideário liberal da época.¹³² Em 1867 durante o grande surto de cólera em Porto Alegre, trabalhou ativamente como

¹²⁹ Guilhermino Cesar na História da Literatura do Rio Grande do Sul informa que “José Antonio do Vale, nasceu em Porto Alegre a 22 de agosto de 1813 e faleceu em São Leopoldo a 20 de março de 1876”. In: CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Globo, 1971, p.141. Mas retifica a informação na cronologia biobibliográfica que consta do volume “O Corsário” (1979), confirmando os dados aqui apresentados que estão em conformidade com a biografia de Carlos Reverbel que acompanha o volume “d’A Divina Pastora” (1992).

¹³⁰ Sua biografia é bastante vaga sobre algumas informações. Entretanto o narrador de Caldre e Fião deixa pistas sobre data de sua viagem ao Rio de Janeiro num trecho do texto da *Divina Pastora* em que diz: “Desembarcando na vila de São José do Norte no dia 5 de março de 1843, quando me dirigia, pela primeira vez, de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, um homem me apareceu e me perguntou se eu era um tal Valle que compunha poesias. Ri-me com a singularidade da pergunta e respondi-lhe afirmativamente”. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *A Divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992, p.104. Esta informação pode ser confirmada, e tomada como verossímil, pela cronologia biográfica do autor, pois, Reverbel informa que no “ano de 1846, quando contava com 25 anos de idade publicou “Elementos de Farmácia Homeopática par uso da Escola de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro e da curiosa mocidade brasileira e portuguesa que quiser estudar este ramo da ciência médica””. Cf. REVERBEL, Carlos. *Traços biográficos de Caldre e Fião*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.239.

¹³¹ Fundou e dirigiu “O Filantropo” de 1849 a 1851, colaborou “n’O Rio-Grandense” em 1852, foi redator “n’O Conciliador” em 1857, e participou da publicação da “Revista do Partenon Literário” de 1868 a 1876, e também de “A Reforma” de Gaspar Silveira Martins em 1871. Cf: CESAR, Guilhermino. *Cronologia Biobibliográfica*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *O Corsário*. Porto Alegre: Movimento: IEL: INL, 1979, p. 20.

¹³² O “liberalismo” aqui atribuído a Caldre e Fião, está associado a sua conduta social em defesa da abolição e neste caso, portanto, a defesa das liberdades básicas de associação, pensamento e palavras, e de organização política, mesmo diante de todas “as controvérsias do liberalismo brasileiro”, conforme apontou Pesavento. In: PESAVENTO, Sandra J. *Farrapos, Liberalismo e Ideologia*. In: PESAVENTO, Sandra J., DACANAL, José Hildebrando *et alii* (org). *op. cit.*, 1997, p.16.

médico sanitaria¹³³, seguindo deste modo até o fim da vida. Participou, ainda, da fundação do *Partenon Literário* em 1868, além de escrever libelos em defesa da abolição até 1876, ano de sua morte.

Caldre e Fião, além de cristão, era um homem de ciência, imbuído do espírito que percorreu todo aquele século, resultado da herança dos modernos na crença firme de que os problemas da sociedade se resolveriam pela ciência e pelo progresso¹³⁴. Possivelmente, por adotar a crença de que melhores seriam os resultados sociais obtidos, quanto mais participativo fosse o ser humano na sociedade, o espírito reto, generoso e militante, deste *rio-grandense*, fez com que o médico, ao sufocar o romancista, se aliasse ao abolicionista.¹³⁵

Também Guilhermino Cesar, em texto de apresentação d'*O Corsário*, faz alusão a tais condutas e circunstâncias ao afirmar que, Caldre e Fião:

Tanto por temperamento – o ardoroso impulso que o inclinou a fazer da vida uma doação ao seu semelhante – como por sua educação literária, pode o primeiro ficcionista rio-grandense compreender a importância de uma novela e de um romance voltados para o estilo de vida forjado na área regional sulina.¹³⁶

Tanto assim que, muito mais por suas atitudes e por seus ideais, do que por sua posição social, sua postura ideológica pode ser traduzida através do ideário liberal daqueles jovens românticos do século XIX, nos quais se têm os franceses, Victor Hugo e, mais tarde, Émile Zola, entre os exemplos mais bem acabados do intelectual engajado nas causas de seu tempo, e que fizeram da Literatura a sua “*missão social*”.

¹³³ Segundo descreve Reverbel, “o jeito de cuidar dos doentes revelou o destino que lhe estava reservado, como médico dos pobres, naquela comunidade”. In: REVERBEL, Carlos. *Traços biográficos de Caldre e Fião*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.249.

¹³⁴ Conduta e pensamento bastante adequados aos fundamentos do “espírito liberal” da época, porquanto em perfeita conformidade às formulações vigentes de “*jusnaturalistas e moralistas, como Benthan, que acreditavam que bastava ao indivíduo buscar inteligentemente sua própria felicidade para estar buscando, simultaneamente, a felicidade dos demais.*” In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.604.

¹³⁵ “Se é verdade, como afirmou Guilhermino Cesar, que “o médico matou o romancista”, não se pode deixar de reconhecer, na militância então desempenhada por José Antônio do Vale Caldre e Fião, que o médico não matou o abolicionista. Assim, os “*cintilantes artigos de propaganda*”, a que se reporta o memorialista porto-alegrense, seu contemporâneo e grande admirador [referindo-se a Aquiles Porto Alegre], eram artigos de propaganda abolicionista.” In: REVERBEL, Carlos. *Traços biográficos de Caldre e Fião*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.250. A afirmação integral de Cesar mencionada por Reverbel é: “*Absorvido pela profissão, solicitado a clinicar numa vasta zona, não se negou a sacrifícios que deixaram lembranças no reconhecimento da população, a exemplo do comovente desinteresse com que enfrentou uma das epidemias de cólera-morbo. Deu, assim, à medicina o que dois de seus colegas e contemporâneos, Joaquim Manuel de Macedo e Manuel Antônio de Almeida, furtaram à filantropia para oferecer às letras – uma dedicação de todas as horas. O médico Caldre e Fião matou o romancista Caldre e Fião.*” In: CESAR, Guilhermino. *op. cit.*, 1971, p.143.

¹³⁶ CESAR, Guilhermino. *O criador do romance gaúcho*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.10.

Entretanto, para o historiador nunca é simples “classificar” ou “enquadrar” o pensamento de um escritor numa determinada “corrente” ou “escola” seja ela filosófica ou literária, e nestes termos, Caldre e Fião é quase “inrotulável” – porque humano e contraditório – portanto, é possível compreendê-lo sob múltiplas classificações, entre as quais talvez predominasse, à luz de seus escritos¹³⁷, a face idealista de sua missão humana na luta contra a escravidão ou, por outro lado, à luz de sua missão social sobressaísse, a prática da medicina.

Todavia, é possível também reconhecê-lo, sob parâmetros mais conservadores como um homem leal aos princípios da monarquia, não obstante, liberal, e ainda, percebê-lo como um nem tão jovem escritor romântico, embora fosse também um médico pragmático, tão cioso de sua missão de curar e manter a vida que foi capaz de rejeitar qualquer tipo de insurreição violenta ou revolução, num tempo certamente inadequado à serenidade racional¹³⁸.

Entretanto, esse homem de ciência que era, ao mesmo tempo, um cristão moralista, pretendeu, enquanto escritor e “*desterrado provisório*”¹³⁹, traduzir para o ambiente urbano da Corte – segundo sua vivência e entendimento – a essência da formação cultural e moral dos *rio-grandenses* e, neste sentido, talvez seu intento tenha sido mal compreendido.

Estas aparentes contradições que compõem a vida comum dos seres humanos, também podem ser encontradas nas descrições possíveis do período romântico, percebidas através do “*sentimento escapista*” presente no “*espírito ensimesmado*” dos

¹³⁷ Cabe ressaltar que sua Literatura não trata diretamente das questões relacionadas à abolição, ou seja, não a torna tema central do romance, embora segundo a análise de Conforto: “*o romance A divina pastora, de Caldre e Fião, de 1847, surgiu como uma obra paradigmática, já que representou uma verdadeira fissura nos discursos dos romances da época. O narrador antecipou-se às discussões sobre a abolição do tráfico, uma vez que naquele momento os senhores estavam mais interessados em burlar as leis inglesas. Seu discurso procurava alertar a sociedade sobre os malefícios da convivência entre senhores e escravos. Essa linha de pensamento foi amplamente defendida por Joaquim Manuel de Macedo, em Vítimas Algozes. Quadros da escravidão, 22 anos mais tarde, em 1869*”. In: CONFORTO, Marília. *Faces da personagem escrava*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p.46.

¹³⁸ Buscando ainda um entendimento do comportamento e idéias liberais de Caldre e Fião, há o manifesto liberal do português Manuel Fernandes Thomaz, publicado no Rio de Janeiro em 1821 sob o título “*Carta Segunda do Compadre de Belém*”, citado por Rodrigues para contextualizar a emergência das idéias liberais no Brasil durante o XIX, pois segundo o historiador “*basta ler a literatura panfletária política portuguesa e a réplica brasileira para ver que espécie de liberalismo era então divulgado*”. Então escreve Thomaz: “*Os nossos desejos são de homens que procuram ser livres, respeitando sempre o Trono, o Altar, o Direito Público, e o das Gentes... Os nossos princípios são de melhorar, e não destruir. (...) E que finalmente a nossa conduta sirva de exemplo e modelo aos povos do Universo que quiserem regenerar-se, porque em nossa Revolução não separamos ainda nem as idéias morais das idéias liberais, nem Justiça da Polícia*”. In: RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução: A Evolução Política vol.1*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p.31-40.

¹³⁹ Conforme expressão utilizada por: PESAVENTO, Sandra. *op. cit.*, , 2003, p.222.

escritores desde o século XVIII, e que, ao expandir-se, se converte em espírito de luta coletiva a partir do XIX.¹⁴⁰

Neste sentido, Caldre e Fião não foi um autor regionalista no estrito sentido de evocação da realidade campeira dos *rio-grandenses*. Ele foi um escritor que pertenceu à primeira geração dos românticos brasileiros, um médico engajado nos problemas sociais de seu tempo e um homem saudoso de seu lugar de nascimento, tanto que preferiu voltar à terra natal, quando poderia ter fixado residência na Corte¹⁴¹.

Para além desta constatação, há em Caldre e Fião uma definição de ser regional, que talvez não se enquadre na linha regionalista definida pelos comentaristas literários como “*gauchesca*”¹⁴², mas é inegável que o ser social fixado pelo escritor também existe na realidade sulista, e é possível crer, que persista de maneira mais incisiva do que se supõe. Assim sendo, é necessário que se saiba o que pensa Caldre e Fião de seu principal personagem, o homem do Rio Grande do Sul, antes, porém, devem ser analisados alguns aspectos pontuais de seu contexto cultural.

1.2.1. A moreninha e a pastora

É sempre válido reiterar o caráter precursor da obra de Caldre e Fião não apenas por ser o primeiro a apresentar uma perspectiva regional no romance brasileiro, mas por participar ativamente da produção intelectual e cultural do país durante o seu processo de criação, em uma palavra, um homem integrado em seu tempo.

¹⁴⁰ “Preconiza-se uma literatura em torno de problemas sociais, como “*uma missão nacional, uma missão social, uma missão humana*”, no dizer de Vítor Hugo no prefácio a *Lucrecia Borgia* (1833).” In: MOISÉS, Massaud. *Romantismo (1836-1881)*. In: *História da Literatura Brasileira vol. 1: Das origens ao Romantismo*. São Paulo: Cultrix, 2004, p.326. Sobre o “caráter” do Romantismo, ver também: LÖWY, Michael, SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. E sobre as influências do Romantismo na historiografia e na literatura no século XIX ver: PAZ, Francisco Moraes e WEHLING, Arno.

¹⁴¹ Embora o “saudosismo” seja marca constante da literatura do período, no caso deste autor o que possivelmente tenha ainda contribuído para seu retorno à terra natal foram problemas com poderosos traficantes de escravos do Rio de Janeiro, com os quais manteve embates através dos jornais, pois segundo informa Guilhermino Cesar: “*Caldre e Fião, perseguido pelos ricos senhores do tráfico negreiro, comércio nefando a que deu combate nos seus escritos de mocidade, não pode continuar a residir no Rio, onde vinha fazendo vida literária, e foi compelido a regressar a Porto Alegre.*” In: CESAR, Guilhermino, *O criador do romance gaúcho. op. cit.*, 1979, p. 08 e 22. Sobre este aspecto também, Reverbel, cita as palavras de Caldre e Fião no prefácio de *Elementos de Farmácia Homeopática*, seu primeiro livro: “... *mas com a amizade dos sábios me consolo, e quando completa a minha missão, voltar ao seio do país natal entre amigos e parentes, direi – os sábios me estimam*”, onde dá a entender que já pretendia um regresso à terra natal. In: REVERBEL, Carlos. *Traços biográficos de Caldre e Fião*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.245.

¹⁴² Essa produção literária situada a partir da fundação do Partenon Literário, é denominada por Guilhermino Cesar de ‘*gauchesca*’ (para diferenciá-la da Literatura Gaúcha como um todo). In: CESAR, Guilhermino. *op. cit.*, 1971, p.173.

Guilhermino Cesar destaca a importância de sua atuação na nascente produção literária brasileira, lembrando com veemência a situação do autor *rio-grandense* em relação aos outros escritores nacionais:

Não se esqueça o leitor de que, ao surgir Caldre e Fião, Manuel Antonio de Almeida (1831-1861), José de Alencar (1829-1877), Bernardo Guimarães (1825-1884) e Franklin Távora (1842-1888) ainda não haviam tentado o romance – e o autor de *O Guarani* mal saíra da adolescência: contava apenas 20 anos.¹⁴³

Era este o tempo das incipientes tentativas de construção de uma Literatura de cunho nacional, de uma Literatura que demonstrasse as peculiaridades da cultura brasileira. O romance brasileiro surge, então, como uma parte do processo de constituição do projeto nacional civilizador, distanciando-se cada vez mais dos modelos poéticos europeus, produzindo uma narrativa que informasse aos raros brasileiros que liam¹⁴⁴, quem eram e como viviam os outros brasileiros situados nas várias regiões do país, começando, não por acaso, pela capital do Império¹⁴⁵, tendo em vista que, conforme avalia Antonio Candido, foi o projeto nacionalista que “*fez do romance verdadeira forma de pesquisa e descoberta do país*” fornecendo para a cultura “*um lastro ponderável de coisas brasileiras*”.¹⁴⁶

Nascia assim o romance-folhetim, para “educar” e “comparar” os modos de ser da cidade e do campo, do litoral e do sertão, de forma que os escritores urbanos “ensinavam” e “explicavam” didaticamente pelos exemplos das personagens, as qualidades e as maneiras desejadas ou não pelo pensamento civilizado para a sociedade em formação, tal como esclarece Fernandes Pinheiro em 1851:

¹⁴³ CESAR, Guilhermino. *O criador do romance gaúcho*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p. 07.

¹⁴⁴ Zilberman e Lajolo lembram que só depois da vinda de D. João VI em 1808, é que iniciou-se alguma produção cultural na colônia e que um dos primeiros títulos a serem editados pela Imprensa Régia no Brasil foi *Marília de Dirceu* em 1810, ou seja: “*Apenas, portanto, no século XIX engendram-se no Brasil as primeiras e novas formas de público que, inicialmente ralo e inconsistente, aos poucos ganha personalidade e contorno diferenciados. Entre os anônimos leitores de folhetim e os assíduos frequentadores de teatro, circulam intelectuais, homens de letras, estudantes, jornalistas, algumas sinhás-moças e até velhotas capazes de leitura.*” In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, p.77.

¹⁴⁵ Macedo já esclarecia no prefácio de “*Rosa*” em 1849 sobre esta intenção: “*Tenho envidado esforços, embora sem fruto, para dar a meu pátrio berço a animação e progresso a que tem direito e de que precisa. (...) Enquanto mais prósperos tempos se esperam e mais oportunos ensejos se demoram para trabalhos de outra natureza, procurarei, com a rude pena de que posso dispor, escrever coisas da minha terra, e tornar conhecidos alguns encantos que a embelezam (...)*” Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Para se ler e não se ler*. In: *Rosa. O rio do quarto. Uma paixão romântica. O veneno das flores*. Apud TELLES, Gilberto Mendonça et alii. *Prefácios de romances brasileiros. Antologia*. Porto Alegre: Acadêmica, 1986, p.47-8 *apud in* LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, p.79.

¹⁴⁶ CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.99.

O romance é d'origem moderna; veio substituir as novelas e as histórias, que tanto deleitavam a nossos pais. É uma leitura agradável e diríamos quase um alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos. *Por seu intermédio pode-se moralizar e instruir o povo* fazendo-lhe chegar o conhecimento de algumas verdades metafísicas, que aliás escapariam à sua compreensão. Se o teatro foi justamente chamado a escola dos costumes, o romance é a moral em ação (...). O plano é simples e de suma moralidade: é uma lição dada às moças para que aprendam a preservar-se dessas serpentes, que se introduzem por entre as flores (...).¹⁴⁷ (grifos nossos)

De modo que os passos iniciais da prosa de ficção brasileira dar-se-ão com as “novelas” de Pereira da Silva como “*Jerônimo Corte Real*” em 1840, de Joaquim Norberto com “*Maria ou Vinte anos depois*” em 1844 e Gonçalves de Magalhães com “*Amância*” também em 1844, as duas últimas são publicadas na *Minerva Brasiliense*. Entre estas aparece em 1843 “*O filho do pescador*” de Teixeira e Souza, que segundo Antonio Candido, é “*considerado geralmente o primeiro romance brasileiro, já que os outros, apesar de trazerem por vezes essa designação, têm dimensões de conto ou novela*”.¹⁴⁸

Todavia o gênero encontra sua forma mais bem acabada no romance de Joaquim Manuel de Macedo “*A moreninha*”, em 1844, que inaugura na prosa romântica a temática dos costumes urbanos da sociedade de sua época.¹⁴⁹ No ano seguinte, em 1845, o naturalista alemão Carl Friedrich von Martius, publica, pelo IHGB, “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, que estabelece as diretrizes da escrita da história nacional. Em 1847, dando continuidade à temática indianista em compasso com discurso nacionalista, aparecem os “*Primeiros Cantos*” de Gonçalves Dias e, neste ínterim, surge “*A Divina Pastora*” como marco inicial do regionalismo na Literatura.

A Moreninha é um romance urbano, “*nele Macedo retratou a vida cotidiana do Rio de Janeiro, lugares e episódios facilmente identificados. A intriga do romance é simples e inocente, ao gosto da época. Suas personagens falam uma linguagem igual à do*

¹⁴⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Vicentina, Romance do sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo*, Guanabara, Rio, III, 1, p.17. (1851-1855) *apud in* CANDIDO, Antonio. *id. ibidem*, p.106. Vale lembrar que Jean Jacques Rousseau também acreditava na ação pedagógica do teatro, senão como pura fonte de instrução, ao menos como distração das misérias sociais cf. STAROBINSKI, Jean. *O remédio do mal: o pensamento de Rousseau*. In: —. *op. cit.*, 2001, p.162-230.

¹⁴⁸ CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.107. Sússekind faz algumas distinções entre novela e romance ou crônica, segundo ela: “*É verdade que novela era geralmente uma história contemporânea e que romance ou crônica costumavam ser aplicados a textos voltados para o passado histórico. Isso até a popularização nos anos 40, com O filho do pescador e A Moreninha, respectivamente em 1843 e 1844, do termo romance para os textos de ficção em prosa de certa extensão*”. In: SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.164.

¹⁴⁹ “*Os saraus, as visitas, as partidas, as conversas; os domingos na chácara, os passeios de barca; as modas, as alusões à política; a técnica do namoro, de que procura elaborar verdadeira fenomenologia; a vida comercial e o seu reflexo nas relações domésticas e amorosas – eis uma série de temas essenciais para compreender a época, e que encontramos bem lançados em sua obra, (...). O que lhe faltou foi gosto ou força, para integrar esses elementos num sistema expressivo capaz de nos transportar, apresentando personagens carregados daquela densidade que veremos nalguns de Alencar, antes que surgisse a galeria de Machado de Assis.*” In: CANDIDO, Antonio. *id. ibidem*, p.128-129.

*leitor.*¹⁵⁰ Que por conseguinte atua também pedagogicamente na sociedade, conforme explicam Lajolo e Zilberman, como um meio de angariar a simpatia daquele insipiente público leitor, ou seja:

A obtenção de resultados positivos dependia igualmente de outros fatores, um dos principais sendo a existência de obras que conhecessem as limitações do público disponível e lidassem adequadamente com elas. Era preciso preparar a audiência e dessa tarefa encarregou-se Joaquim Manuel de Macedo que, (...) confessava não escrever para os sábios. Escrevia, ao que parece, para leitores mal educados em questões de intrigas, enredos e suspense amoroso ambientados na Corte, lugar onde nasceria a primeira platéia da literatura nacional.¹⁵¹

E neste sentido, o romance de Caldre e Fião é bastante diverso do ‘folhetim’ de Macedo. Se por um lado, *A Moreninha* “se ancora firmemente no universo cultural de seu tempo”¹⁵² por identificar-se com uma parte da população brasileira, por volta de 1840, ou seja, por ambientar a trama em ambiente e tempo imediatos, servindo-se das amenidades do cotidiano da Corte para alcançar a audiência de seus virtuais leitores.

O caso d’*A Divina Pastora*, por outro lado, é contrastante, apesar de sua trama situar-se também em contexto recente, pois o autor “projeta a narrativa num contexto histórico real: a “Grande Revolução” que deflagrada em 1835, só concluirá na década seguinte em 1845, isto é, apenas dois anos antes da publicação da *Divina Pastora*!”¹⁵³, no entanto, a escolha deste tema obriga-o de certa maneira a uma tomada de posição política, pública, sobre o coetâneo conflito e seus envolvidos, situação, deveras arriscada em qualquer período histórico. E, além de apresentar uma temática nada amena, ainda propõe ao público leitor um novo panorama cênico, uma paisagem regional, completamente estranha aos padrões da Corte.

Estas duas obras representam dois momentos de um mesmo processo, o processo de constituição da Literatura e dos leitores brasileiros, embora ambas sejam demonstrações do esforço daqueles escritores em formar e atrair leitores, não parece restar dúvidas quanto ao êxito do primeiro. E sobre este aspecto, Zilberman e Lajolo, comentam:

Se podemos assumir a hipótese de que cada romance constrói seus próprios leitores, *A Moreninha* parece testemunhar o esforço educativo de Macedo, ao tempo de publicação do primeiro sucesso popular de nossa literatura. (...) Isso se verifica nos momentos em que Macedo incorpora o *aqui e agora* do Rio de Janeiro dos anos de 1840, extraindo daí elementos que

¹⁵⁰ IANNONE, Carlos Alberto. *A obra de Joaquim Manuel de Macedo*. In: MACEDO, Joaquim Manuel de, *A Moreninha*. Rio de Janeiro: Ed. Três, 1972, p.15.

¹⁵¹ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, p.87.

¹⁵² LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, p.91.

¹⁵³ CHAVES, Flávio Loureiro. *Um Texto Resgatado*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.16.

favorecem a identificação, o reconhecimento e, a partir deles, o envolvimento de sua audiência. Com essa estratégia, o autor parece viabilizar seu projeto de criação do público brasileiro para romances nacionais.¹⁵⁴

Neste sentido, cabe observar que embora Macedo crie situações que possibilitam ao seu leitor sentir-se informado ou envolvido “*em discussões de candente atualidade*”, malgrado a superficialidade dos temas abordados, nenhum deles se compara a situação no mínimo embaraçosa criada por Caldre e Fião ao apresentar em contexto literário a guerra civil que opõe rio-grandenses republicanos à brasileiros imperiais.

A historiadora Sandra Pesavento assinala a ambigüidade que se instala na narrativa por conta da escolha do escritor em tratar – sob o prisma de um conflito tão grave – os valores da cultura regional e o ser social que emerge de tais circunstâncias, visto que tal atitude o inscreve ainda no controverso processo de construção da identidade nacional, porquanto:

... este tipo preciso, esta figura regional típica do rio-grandense se situa no seio de um acontecimento histórico datado – a célebre Revolução –, na qual o personagem central, Almênio, tem a sua ação marcada como sendo um guerreiro farroupilha, republicano e separatista. Entretanto, a posição de Caldre e Fião é contrária tanto à causa republicana como ao separatismo da província, de modo que encaminha a trama para demonstrar que a coragem do personagem melhor serviria ao lado monárquico. Uma ambigüidade se instala, pois o texto opõe uma representação positivada do regional a uma causa nacional mais forte, que condena a separação. Ou seja, o rio-grandense é sobretudo brasileiro e suas virtudes devem alinhar-se com a causa monárquica. O romance é pois, como os outros que se seguirão, um construtor de identidade nacional, na qual a parte fica subsumida ao todo.¹⁵⁵

E talvez, em virtude mesmo desta ambigüidade, notada por Pesavento, a narrativa produzida por Caldre e Fião, possa alcançar certo destaque em relação aos outros autores e ao contexto literário predominante no Romantismo brasileiro, pelo grau de complexidade de seu tema, visto que extrapola os limites de um simples drama romântico ao envolver questões contemporâneas de natureza ética, política e social, tal como assevera Loureiro Chaves:

A tendência predominante no romantismo era a busca do passado, retroagindo a épocas remotas numa eliminação do contingente, à cata do exótico e do inusitado. Caldre e Fião subverte esta corrente, ancorando a ação de seu livro no presente imediato e altamente problemático, porque trata de fatos candentes sobre os quais pouquíssimos ousavam falar, as brasas ainda acesas sob uma camada de cinza fina. E não apenas isto. Seja qual for o grau

¹⁵⁴ LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, p.93. A afirmação de que o autor cria seus leitores encontra eco na seguinte reflexão de Ricoeur: “O autor faz os seus leitores... Se os faz bem, ou seja, se os faz ver o que nunca viram antes, se os introduz numa nova ordem de percepção e de experiência, ele tem sua recompensa nos pares que criou.” In: RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p. 282 e 307.

¹⁵⁵ PESAVENTO, Sandra. J. *op. cit.*, 2003, p.216.

de adesão de suas idéias políticas, o fundamental é que elas aí estão, expostas com meridiana clareza, buscando interpretar honestamente a sociedade e a conjuntura que a mergulhara numa grave crise.”¹⁵⁶

Caldre e Fião, portanto, conforme apontou Loureiro Chaves, desafiou alguns padrões da época ao tratar de um tema candente, considerado naquele momento como uma espécie de assunto “tabu”¹⁵⁷, pois ao expor sua visão sobre a revolta *rio-grandense* a fim de esclarecer pedagogicamente aos brasileiros da Corte sobre os habitantes do Rio Grande e seus modos de vida, correu corajosamente – poder-se-ia dizer, romanticamente – o risco de desavir-se com ambos os lados.¹⁵⁸

De modo que, o tom da narrativa de Caldre e Fião n’*A Divina Pastora* revela uma aproximação com o sentido de idealismo muito próximo do Romantismo, que corresponde ao momento histórico e literário vivido pelo autor, pois, conforme destaca Pesavento, “o Romantismo de Caldre e Fião o faz dar tons de um cavalheirismo heróico, com notória inspiração nos romances medievais”¹⁵⁹, do mesmo modo que suas condições de existência, ou seja, a circunstância histórico-social da guerra farroupilha, também interferem nos sentimentos e na composição de uma história que se passa em sua terra natal, da qual já se acha distante há algum tempo e que, ao escrever, rememora, revive, redescobre e reinventa o lugar, as pessoas, os detalhes do cotidiano, tudo impregnado de lembranças e percepções particulares, isto é, que dizem respeito a um só indivíduo, o próprio escritor.¹⁶⁰

1.2.2. Autor e narrador: notas explicativas

Antes ainda de passar à análise das narrativas, há necessidade de esclarecer-se sobre o posicionamento do autor nas obras, a fim de melhor avaliar suas idéias sobre o ser regional, foco privilegiado deste estudo. Esta ressalva é importante, pois, percebem-se modificações nas relações do autor e de seu narrador entre as duas obras, o que implica modificações em seu comportamento narrativo.

¹⁵⁶ CHAVES, Flávio Loureiro. *Um Texto Resgatado*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.16.

¹⁵⁷ Oliveira Bello que escreve “*Os Farrapos*” em 1877 também menciona esta dificuldade.

¹⁵⁸ Considerando-se os silêncios sobre o romance de Caldre e Fião, pode-se aludir a uma possível rejeição da obra tanto por parte dos escassos leitores urbanos da Corte, como do longínquo público rio-grandense, que à luz da teoria proposta por Ricoeur pode indicar um “*desvio estético*” que sinalize para possíveis divergências entre “*o horizonte de expectativa preexistente e a obra nova, que balizam a recepção da obra. Esses desvios constituem os momentos de negatividade da recepção.*” In: RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p.293.

¹⁵⁹ PESAVENTO, Sandra J. *op. cit.*, 2003, p.216.

¹⁶⁰ O “idealismo” é aqui utilizado porque expressa a representação de um período vivido pelo autor, que contava com apenas 14 anos quando eclode a Revolução Farroupilha, movimento político-militar que evocava os caros ideais da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Esta distinção é também necessária, sob o aspecto conceitual, pois segundo Carlos Reis:

A definição do conceito de *narrador* deve partir da distinção inequívoca relativamente ao conceito de *autor*, entidade não raro suscetível de ser confundida com aquele, mas realmente dotada de diferente estatuto ontológico e funcional. Se o *autor* corresponde a uma entidade real e empírica, o *narrador* será entendido fundamentalmente como o *autor textual*, entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso, como protagonista da comunicação narrativa.¹⁶¹ (grifos do autor)

De modo que é fundamental para a análise, que não se esqueça do quanto o “*narrador*” se constitui como “*persona*” criada pelo autor, ainda que este seja considerado “*o responsável, de um ponto de vista genético, pelo narrador*”, pois conforme destaca Reis:

O autor pode projetar sobre ele certas atitudes ideológicas, éticas, culturais etc., que perfilha, o que não quer dizer que o faça de forma direta e linear, mas eventualmente cultivando estratégias ajustadas à representação artística dessas atitudes: ironia, aproximação parcial, construção de um *alter ego* etc.¹⁶²

Além da distinção autor/narrador, Walter Benjamin, aponta outra em “*O Narrador*”, em que diferencia a narrativa, como “*uma forma artesanal de comunicação*”¹⁶³, do romance, que “*anuncia a profunda perplexidade de quem vive*”, isto é, que ao falar da riqueza da vida humana leva “*o incomensurável a seus últimos limites*”¹⁶⁴.

Desta perspectiva, o conceito de *experiência* do narrador/autor ganha destaque nas formulações de Benjamin, pois conforme explica Gagnebin, a narrativa trataria, então, de transmitir uma vivência mais “*espontânea*”, relacionada com um modo de vida em comunidade e, portanto, coletivo. Em contrapartida, o romance remeteria à formas mais “*introspectivas*” de experiência do indivíduo isolado na sociedade¹⁶⁵, porquanto:

O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. (...) O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los.¹⁶⁶

¹⁶¹ REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de Teoria Narrativa*. São Paulo: Ática, 2000, p.61.

¹⁶² REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *Id. ibidem*, p.62.

¹⁶³ BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, p.205.

¹⁶⁴ BENJAMIN, Walter. *Id. ibidem*, p.201.

¹⁶⁵ GAGNEBIN, Jeanne M. *Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta*. In: BENJAMIN, Walter. *id. ibidem*, p.8-9.

¹⁶⁶ BENJAMIN, Walter. *Id. ibidem*, p.201.

Assim sendo, entende-se que, narrativa e romance, constituem modalidades distintas de comunicação da experiência, pois a primeira estaria identificada diretamente ao narrador e sua vivência, enquanto que, o segundo, corresponderia a uma experiência narrada à distância sob a rubrica de um romancista, que conhece os acontecimentos, mas não participa deles, senão sob a ótica de um narrador onisciente, ou seja:

A narrativa (...) não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. *Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.* Os narradores gostam, de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica. (...) Assim seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata.¹⁶⁷ (grifos nossos)

Como referencial de análise, foram observadas perspectivas que partem de pontos epistemológicos diferenciados, não obstante, complementares, a fim de recolocar a discussão da abordagem da Literatura pela História, no sentido de renovar o entendimento de que a narrativa de ficção – seu enredo ou diegese¹⁶⁸ – não é, “em si”, tomada como documento, mas a obra literária – o romance –, isto é, a escrita como ato social e seu respectivo autor, representam um acontecido “de fato” e, por isso, ambos constituem fontes para o historiador interessado, sobretudo, na linguagem e nos argumentos utilizados em determinado momento na construção do texto – que podem ou não estar vinculados a discursos ou práticas presentes na sociedade –, e mais ainda, em estabelecer relações com outros textos e autores, do mesmo período, no sentido de organizar as possibilidades interpretativas sobre uma identidade cultural específica.

Adotar as definições teóricas apresentadas por Reis, sobre a análise da forma narrativa diante da narratologia torna-se complementar ao entendimento da abordagem de Benjamin, que focaliza uma mudança de prática narrativa, diante das transformações de ordem material que se processam historicamente na sociedade. De um lado, portanto, tem-se a discussão mais atualizada dos conceitos sobre o narrador e de outro a reflexão filosófica sobre as práticas narrativas e seus efeitos na modernidade.

Embora não se pretenda proceder a uma análise voltada estritamente para o enredo das narrativas literárias, é, com efeito, necessário que se estabeleça os

¹⁶⁷ BENJAMIN, Walter. *Id ibidem*, p.205.

¹⁶⁸ Reis informa que: “G. Genette utiliza o termo *diegese* como sinônimo de *história* (...) *diegese* é então o universo do significado, o “*mundo possível*” que enquadra, valida e confere inteligibilidade à *história*.” In: REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *op. cit.*, p. 26-27.

elementos que serão evidenciados, principalmente: autor/narrador, pois, *A Divina Pastora* e *O Corsário* apresentam situações narrativas diferenciadas no que tange a este aspecto.

1.3. A Divina Pastora: *Novella Rio-Grandense* ou brasileira?

Num contexto de construção da identidade nacional, parece bastante conveniente ao jovem Rio-Grandense estudante de medicina José Antonio do Valle, apresentar aos brasileiros da Corte um estilo de vida e de comportamentos peculiares a uma determinada região do Brasil. Neste sentido, ele publica, em 1847, pela Tipographia Brasiliense de F. M. Ferreira, “*A Divina Pastora, novella rio-grandense*”, Tomo I, e que aparecerá anunciada em 10 de fevereiro de 1848, nas páginas do *Correio da Tarde*, jornal do Rio de Janeiro, sob a seguinte nota, conforme informa Guilhermino Cesar:

DIVINA PASTORA – Saiu à luz o 2º volume desta novela brasileira; onde se lê os costumes e hábitos dos povos do Rio Grande do Sul, e muitas cenas domésticas em que a virtude aparece sempre triunfante, vestida com os trajes da religião cristã, e o vício açoutado pelo castigo de Deus; assim como muitos episódios da História Brasileira, e muitas poesias inspiradas pela majestade e pureza do céu do Brasil.¹⁶⁹

Nesta narrativa “folhetinesca” Caldre e Fião constrói uma imagem do Rio Grande de São Pedro, de suas paisagens e de sua gente, dos costumes, da alimentação, da linguagem, com muitos detalhes sobre as roupas e as armas, além de vários comentários sobre a Revolução Farroupilha.

Loureiro Chaves ao apresentar tais características, enfatiza que “*o romance de Caldre e Fião é essencialmente romance histórico*” e, ressalta sua importância:

No sentido talvez bem mais moderno da problematização da história a luz da ficção. Os seres imaginários e seu destino fictício aí estão porque através deles podemos melhor compreender a engrenagem que movimenta a história, a imaginação nascendo da realidade e sobre ela reincidindo para inaugurar novas perspectivas e iluminar novos caminhos.¹⁷⁰

Não obstante à atitude corajosa de Caldre e Fião em ambientar sua trama durante tão controverso conflito, sua narrativa deve ser analisada à luz de sua proposição original, ou seja, uma novela que tematiza os costumes e a gente do Rio Grande e, sem desconsiderar em larga medida a classificação de Loureiro Chaves, devemos readequá-

¹⁶⁹ CESAR, Guilhermino. *Bibliografia de Caldre e Fião*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.28.

¹⁷⁰ CHAVES, Flávio Loureiro. *Um Texto Resgatado*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.16.

la à avaliação do historiador, isto é, de que a obra em si – a novela – constitui-se num romance “histórico” por sua existência no tempo, não pelo conteúdo temporal de sua narrativa – o tema.

Entretanto, deve-se considerar também a informação de Sússekind sobre a novela como gênero que aborda “*geralmente uma história contemporânea*” – como é o caso da narrativa de Caldre e Fião –, sendo que o romance ou a crônica “*costumavam ser aplicados a textos voltados para o passado histórico*”¹⁷¹, pelo menos até a popularização do romance.

E, ainda segundo a definição de Moisés, uma narrativa para inscrever-se na categoria ficcional, classificada como um “romance histórico” deve, necessariamente, ambientar-se em momentos específicos da história e recriar “*o passado remoto ou recente através de documentos verídicos, submetidos à imaginação transfiguradora do ficcionista*”¹⁷².

É necessário esclarecer, portanto, que o histórico é aqui entendido como relativo a uma obra literária – fato histórico –, que pertence ao tempo de sua escrita, constituindo-se, portanto, num referente – fonte histórica – sobre a sociedade que a produziu, na pessoa de seu autor – sujeito histórico. E é neste sentido que a obra será aqui analisada, como um documento contemporâneo a sua época capaz de possibilitar nosso acesso àquela realidade passada, através de sua linguagem, de seus argumentos e de seu autor posto em relação ao seu tempo, circunstâncias e contingências, e ambos situados diante da produção cultural do período em que estão inseridos.¹⁷³

A Divina Pastora constitui-se, originalmente, de dois tomos ambos subdivididos em quatro partes. No Tomo I, os capítulos são denominados partes, assim, seguem-se da primeira à quarta parte, além da apresentação da obra, intitulada “*Ao leitor*”, os seguintes títulos: “*O Repouso de família*”; “*As dissensões políticas*”; “*O amor*” e “*Os episódios*”. No Tomo II, da quinta à oitava parte, registram-se: “*A mudança*”; “*O desengano*”; “*A providência*” e “*A conclusão*”.

¹⁷¹ SÜSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.164.

¹⁷² MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária: Prosa I*. São Paulo: Cultrix, 2003, p.140.

¹⁷³ Dentre as definições para “narração/narratividade” da enciclopédia Einaudi encontra-se a seguinte informação: “*A narração pode desempenhar um papel de documentação e/ou de testemunho, inclusivamente com valor histórico voltada para a reposição, no “presente”, de elementos do “passado”, dispondo-os na memória, que é dispositivo e repertório cultural. A narração orienta-se no sentido da artificialidade e também no sentido das artes; e sempre que, com uma certa autonomia, se mete nos confrontos do real, faz intervir os mecanismos da simulação, da invenção, da ficção, da imaginação, inclusivamente colectiva, que também não são estranhos às relações e interpretações históricas, quanto mais não seja, pelo fato de nelas intervirem critérios de orientação da observação, do tempo, e, portanto, dos valores*”. Cf: SEGRE, C. Narração/narratividade. In: *Enciclopédia Einaudi: Literatura-texto*. Vol.17. Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989, p.40.

Uma breve apresentação da trama segundo Loureiro Chaves fornece os principais elementos da história:

A intriga está centralizada em Edélia (a ‘divina pastora’), donzela belíssima e virtuosa, logo apaixonada por seu primo Almênio, bravo guerreiro farroupilha, que entretanto, irá casar com Clarinda, filha de imigrantes alemães no Vale dos Sinos. Atormentando a vida de todos, aparece Francisco, o vilão, protótipo da felonia rediviva.

(...) Ao início da ação, Almênio é um guerrilheiro farroupilha, que colocou sua juventude e bravura indômita ao serviço da Revolução de 1835, separatista e republicana. Na trama do romance, esta questão desempenha um papel decisivo, pois é exatamente a adesão às forças insurrectas que provoca a repulsa de sua prima Edélia – a “divina pastora” – e, a partir daí, a impossibilidade de qualquer simpatia às suas tentativas de aproximação efetiva.

(...) Finalmente convencido da ilegalidade da República de Piratini, Almênio troca de lado, passando ao exército imperial. Mas então já é tarde demais; ele prometeu casamento à bela Clarinda.¹⁷⁴

Do anúncio da obra e sua apresentação estrutural, ao resumo de seu enredo, vejamos como estas informações aparecem no próprio romance e como o autor desenvolve seus argumentos e sua narrativa. Primeiramente, devemos apresentar como aquelas informações anunciadas no jornal aparecem na capa da edição original de 1847, que veio estampada – reproduzida – na reedição de 1992¹⁷⁵, onde consta o título ‘*A Divina Pastora*’ acompanhado do subtítulo, ‘*Novella Rio-Grandense*’, e do seguinte verso inscrito no frontispício:

Cantando a virtude
Na terra natal,
Sorri-me o prazer,
De mim foge o mal.¹⁷⁶

Estes curtos versos que chamam a atenção pela singeleza podem ser interpretados como uma breve confissão de procedência do autor – um exilado provisório que canta as virtudes da terra natal –, como um pequeno tributo ao local de nascimento, no sentido de exaltar e de ufanar-se do lugar de sua origem, ou ainda uma forma poética de atribuir um caráter fidedigno às informações apresentadas no texto.

Observando mais atentamente estes dois documentos, pode-se perceber algumas dissonâncias, ou seja, o anúncio do jornal carioca divulga uma ‘*novela brasileira*’ que

¹⁷⁴ SEGRE. C. *Id. ibidem*, p.10-15.

¹⁷⁵ Conforme consta na apresentação da obra: “*A Divina Pastora* é o segundo romance na história da literatura brasileira. Dele, porém, não se conhecia um só exemplar, pois todos os da primeira edição desapareceram misteriosamente, com o que a obra se transformou num dos maiores enigmas da nossa história cultural. Depois de 145 anos de inúteis esforços de bibliófilos e pesquisadores, finalmente, em 1992, o livreiro Adão Fernando Monquelat, de Pelotas, localizou em Montevidéu, Uruguai, o único exemplar até hoje conhecido de *A Divina Pastora*.” in: CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.7.

¹⁷⁶ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.19.

trata dos “*costumes e hábitos dos povos do Rio Grande do Sul*”, além de apresentar alguns “*episódios*” da *História do Brasil*. Mas o que se vê inscrito na capa da edição original do romance é o subtítulo de ‘*novella rio-grandense*’, e apesar da nota aludir a “*muitos episódios da História Brasileira*”, não esclarece que o romance está ambientado em meio à Revolução Farroupilha.

Neste sentido, é possível compreender algo mais através do silêncio demonstrado pelo periódico do Rio de Janeiro sobre quais episódios históricos trataria o romance e na maneira de apresentar a obra. Isso porque, com vistas ao público consumidor da época (1847-1848), além deste texto servir aos propósitos nacionalistas da Literatura, ao agregar espaço e argumento regional à cultura nacional no discurso comercial de propaganda, uma novela de costumes brasileira, ambientada no Rio Grande do Sul, certamente deveria ser mais ‘atraente’ do que uma *novela rio-grandense* em meio à guerra civil, que justamente opunha aquela região aos interesses da nação, uma vez que os recentes acontecimentos da Revolução, no que diz respeito à cultura e à política, tornavam a Província de São Pedro ainda mais distante da Corte, agravando sentimentos de rejeição dos habitantes urbanos, que não viam com grande simpatia aqueles “rebeldes do campo”.

Ademais cabe mencionar, que o próprio Caldre Fião, ao denunciar o recrutamento de escravos para a guerra, utiliza a palavra “*rebeldes*” para se referir aos farroupilhas como indica um artigo publicado em 5 de outubro 1849, no jornal *O Filantropo*:

A guerra civil do Rio Grande do Sul, de que sou testemunha nos apresenta outro fato mui saliente: *Os rebeldes chamaram ao seu exército os escravos, de que fizeram quatro batalhões e alguns esquadrões de cavalaria. Isto causou sérios sustos e arruinou muitas fortunas. Os escravos que não morreram nas batalhas, ficaram mutilados e não serviram mais. Durante a guerra os senhores sofreram estrondosas vinganças de seus escravos libertos e conheceram bem o valor destes inimigos.*¹⁷⁷ (grifos nossos)

Conquanto a permanência desta classificação demeritória ainda possa ser percebida 20 anos após a publicação do romance e do artigo de Caldre e Fião, conforme se verifica nas páginas da *Arcádia*, periódico de circulação restrita a Rio Grande e Pelotas entre os anos de 1867 e 1869, que registra desde o primeiro número a grande preocupação dos *rio-grandenses* em definir sua situação política diante do império e da Corte do Brasil, em artigo intitulado “*Apontamentos para a historia da Revolução da Província do Rio Grande do Sul 1835-1845*”, o autor, sob o pseudônimo de “*Spartacus*”,

¹⁷⁷ CESAR, Guilhermino. *Cronologia Biobibliográfica*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p. 21-22.

inicia afirmando: “A Revolução é um direito do povo”¹⁷⁸. E segue seu texto enumerando os diversos eventos desta natureza registrados na história da humanidade¹⁷⁹. Ao concluir sua análise explica porque os *rio-grandenses* são, portanto, *revolucionários* e não *rebeldes*, dizendo:

A rebelião indica a resistência a um poder que oprime; a Revolução o rompimento desse poder, despedaçando-o. O rebelde resiste unicamente; o revolucionário não só resiste como leva a efeito seus intentos. Aquele levanta-se contra a autoridade que o governa; este revolta-se até contra a sociedade a que está ligado, desde que esta lhe é hostil. No Rio Grande não houve, pois rebelião; houve sim, Revolução.¹⁸⁰

Eis, que Caldre e Fião, não se omite diante de tão melindrosa situação, e cuida de apresentar em sua narrativa ficcional, o contexto social e político vivido por seus contemporâneos ao descrever o “clima” de instabilidade que percorria o Brasil de norte a sul durante a fase em que o trono brasileiro se encontrava em compasso de espera por seu legítimo representante imperial, o então adolescente, D. Pedro II. E ao mesmo tempo sua narrativa representa um sentimento muito particular que diz respeito às famigeradas “*dissensões políticas*”¹⁸¹, presentes no movimento iniciado em 20 de setembro de 1835 no Rio Grande do Sul, da seguinte maneira:

Estava reservado ao século 19º o desenvolvimento das idéias liberais, suscitadas, naturalmente, na alma do homem, pelo ódio que haviam atraído sobre si os séculos bárbaros da prepotência da Idade Média. O Brasil, por ele, tinha quebrado os ferros de um poder estranho e realizara estas tendências maravilhosas dos gênios patriarcais dos Brasileiros. Alguns abusos, porém, deveriam aparecer por entre as mais judiciosas reformas; e foi o que vimos realizar-se em diferentes pontos do Império, levando os homens ao fanatismo político. Desde 1818 uma fermentação de ideais se preparava, em clubes diversos, na província do Rio Grande do Sul, até que uma explosão espantosa

¹⁷⁸ Esta assertiva segue o ideário propagado através das próprias palavras de Bento Gonçalves, conforme indica Piccolo: “Bento Gonçalves, (...) justificou com o “direito das gentes” não só a guerra, mas também a não-aceitação das propostas de anistia. Buscou em Vattel o respaldo para a sua atitude de “comandar o Rio Grande do Sul” no que chamou de guerra civil e não rebeldia, quando se exerceu um “direito à resistência legítima”. In: PICCOLO, Helga I. L. *A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional*. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e PESAVENTO, Sandra J. *et. alii. op. cit.*, 1997, p.57-58.

¹⁷⁹ Entre os eventos citados estão: a Revolução Francesa, a atuação de Lutero e Calvino na Alemanha, menciona ainda fatos de 1830 na França que continuavam o movimento de 1789. Cita como exemplo de revolucionário “*Cristo (o filho de um carpinteiro)*”; fala sobre a retirada de D. João VI para o Brasil e a conseqüente independência em 1822. Continua com fatos sobre a independência americana em 1777 e da Revolução inglesa de 1640, chegando até os conflitos entre Venâncio Flores e os Blancos no Uruguai e a Batalha de Quinteros.

¹⁸⁰ ARCÁDIA, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico. Rio Grande, 1867, p.12.

¹⁸¹ Este é o título do segundo capítulo da obra. No primeiro Caldre e Fião apresenta alguns dos personagens que compõem a família da protagonista e um pouco da paisagem de Porto Alegre, se intitula “*O repouso de família*”. Na seqüência passa ao capítulo mencionado para apresentar o herói da trama, Almênio e o panorama político da guerra farroupilha.

teve lugar em 20 de setembro de 1835, presidindo então os negócios governativos da província o Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga.

Ao primeiro grito – Liberdade – a esta palavra mágica, o Rio-Grandense desembainhou a espada, enferrujada pelo oxigênio da paz, mas que outrora luzente refletira ao sol do Uruguai; buscou os louros emurchecidos e cobertos da poeira que tinham levantado da terra a relha do arado ou o tropel dos ginetes nas lidas pacíficas dos campos; e correu ao encontro do suposto tirano que lhe assinalavam.¹⁸²

Neste contexto apresentado pelo narrador de Caldre e Fião n' *A Divina Pastora* há impressões muito fortes sobre a Revolução Farroupilha, que denotam grande reprovação quanto ao fato e suas circunstâncias, as expressões “*alguns abusos*”, “*fanatismo político*”, “*explosão espantosa*” e, principalmente, “*suposto tirano que lhe assinalavam*”, denotam um posicionamento político, que ao ser manifestado num texto literário indica uma atitude social do autor diante de um acontecimento controverso, melindroso, senão embaraçoso para um *rio-grandense* na Corte. E por duas vezes Caldre e Fião enfrentou-o com o caráter de sua honrada palavra.

1.3.1. Vestígios narrativos e intrusão do narrador n' *A Divina Pastora*

Segundo os parâmetros informados em Reis, a atitude narrativa adotada por Caldre e Fião n' *A Divina Pastora*, é a de “*narrador heterodiegético*”¹⁸³, que designa “*aquela em que o narrador relata uma história à qual é estranho, uma vez que não integra nem integrou, como personagem, o universo diegético em questão*”¹⁸⁴, este narrador exprime-se na terceira pessoa, contudo pode protagonizar “*de modo mais ou menos visível, intrusões que traduzem juízos específicos sobre os eventos narrados*”, ou seja, manifesta durante a narrativa a “*subjetividade*” ou “*opiniões*” do narrador, que é explicada da seguinte maneira:

A expressão intrusão do narrador designa, de um modo geral, toda manifestação da subjetividade do narrador projetada no enunciado, manifestação que pode revestir-se de feições muito diversas e explicar-se por diferentes motivos. Não se trata, pois, simplesmente de registrar a presença do narrador no discurso (...); trata-se, mais do que isso, de apreender, nos planos

¹⁸² CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.27.

¹⁸³ As outras classificações narrativas são: as narrativas em primeira pessoa, características do “*narrador homodiegético*” – que participa da trama como personagem, não necessariamente como protagonista, mas como testemunha – e a narrativa pessoal, condicionada ao “*narrador autodiegético*”. In: REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *op. cit.*, p.122.

¹⁸⁴ REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *Id. ibidem*, p.121-124. Cabe esclarecer que o termo “*diegese*” é utilizado como sinônimo de história, conforme explica Reis: “*Genette julga pertinente a transposição do termo diegese para o domínio da narrativa verbal: diegese é então o universo do significado, o “mundo possível” que enquadra, valida e confere intelegibilidade à história*”. Cf. REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *Id. ibidem*, p.26-27.

ideológico e afetivo, essa presença como algo que, de certo modo, pode parecer como excessivo e inusitado.¹⁸⁵

A primeira situação narrativa em que há uma intrusão do narrador de Caldre e Fião em meio ao texto, conforme a indicação de Reis, dá-se no Tomo I: Parte segunda, intitulada “*Dissensões Políticas*”, no qual apresenta seu personagem principal, Almênio; caracteriza os tumultuosos tempos da Revolução Farroupilha e trata da problemática conversão de Almênio à defesa da causa imperial, atitude tão controversa que o compele a interromper a narração para referir-se diretamente ao leitor, da seguinte maneira:

...São estas as perguntas que atropeladamente e a uma vez me fazeis, meus amáveis leitores, sem considerardes que me é impossível responder a tantas coisas ao mesmo tempo. Sois bem curiosos! Eu, para castigarvos, não vos devia dizer uma palavra sem vovos quietos, calados e atentos, mas tenho minhas razões convosco e devo ser condescendente. Ouvi! Almênio, que já conheceis, era um jovem escrupuloso e tinha resolvido abandonar o serviço da República de Piratini porque seus pais o reprovavam. Se eu pensar como filósofo não direi uma palavra; mas como Legalista direi: que ele fazia muito bem; e como Republicano: que ele era um traidor, um passado. Mas Almênio está de bom humor comigo; *eu sou filósofo e não sou partidário das dissensões civis que dilaceram as entranhas de minha pátria*. Julgai vós, leitores, o que quiserdes de seu procedimento.¹⁸⁶ (grifos nossos)

Por mais que tente eximir-se de expressar opiniões dizendo-se filósofo, ele admite que apesar de filósofo “*não é partidário das dissensões civis que dilaceram as entranhas de sua pátria*”, e ainda, pede ao leitor que julgue por si mesmo o procedimento de sua personagem, há neste fragmento, portanto, uma intrusão subjetiva – em primeira pessoa – do narrador sobre os fatos narrados. E à medida que segue com as considerações sobre aquele conflito, ainda no mesmo capítulo, o narrador de Caldre e Fião coloca-se novamente em primeira pessoa, para outra vez condenar as guerras, dizendo “*eu deseja...*”, e continua a indagar o leitor:

Quereis que vos eu diga quais minhas idéias a respeito da revolução que teve princípio, na província de meu nascimento, em 20 de setembro de 1835 e que devastou seus campos por nove anos, cinco meses e oito dias? Não farei dela história; direi em definitivo: a razão condena os partidos que em uma reunião social tendem a disseminar a desordem e com ela a desconfiança que destrói os laços de fraternidade, mas olhemos para as circunstâncias morais de nossa associação nesses tempos e facilmente adivinharemos o motivo da guerra.¹⁸⁷

Este excerto coloca outra vez em associação direta, narrador e autor, pois ao indagar ao leitor sobre o seu interesse em saber “*quais as suas idéias a respeito da*

¹⁸⁵ REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *Id. ibidem*, p.259.

¹⁸⁶ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.42.

¹⁸⁷ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.45.

revolução que teve princípio na província de seu nascimento” deixa evidente, que além de uma história sobre os costumes e a gente rio-grandense o autor pretende, através de seu narrador, emitir opiniões sobre o conflito como um rio-grandense nato. E após extensa reflexão, sobre os motivos que levaram aos embates, retoma a narrativa, mas antes seu narrador faz uma auto-repreensão sobre as prolixas considerações:

Basta de divagação! Então o Sr. fica nestas coisas absorvido como se elas fossem muito boas e nada de nos contar o que foi de Almênio! Lá exclamou um meu honrado leitor a quem muito respeito. Sim, senhor, eu vou contar o que aconteceu, mas sempre lhe lembrarei que não há coisa que neste mundo deixe de ter sua serventiazinha por mais insignificante que nos pareça.¹⁸⁸

Antes de encerrar este capítulo, em meio a narração das ações das personagens, o narrador de Caldre e Fião ainda discorrerá longamente, sempre em primeira pessoa, sobre as impressões da paisagem de Porto Alegre, que em seus *“transportes poéticos”*, foi por ele apelidada de *“Princesa das Coxilhas”*, da seguinte maneira:

Eles chegavam nesta hora à vista de Porto alegre, que em meus transportes poéticos eu apelidei de *Princesa das Coxilhas*, dessa cidade de fadas, ninho mimoso do heroísmo, galardoada pelo Imperador D. Pedro II com o título de *leal e valorosa*.¹⁸⁹ (grifos do autor)

Cumprido destacar que Carlos Reis ainda alerta que, em certos casos, este recurso pode ser também classificado como *“narrativa autoral”*, isso *“pelo fato do narrador heterodiegético se situar num nível extradiegético e pelo anonimato que quase sempre o atinge. Esta situação narrativa favorece a confusão do narrador e autor”*, assim F. Stanzel, *“designou como narrativa autoral o relato concretizado por um narrador heterodiegético de feição demiúrgica”*.¹⁹⁰

Não obstante, a confusão quanto à *“narrativa autoral”*, resta a Caldre e Fião, n’A *Divina Pastora*, a classificação de *“narrador intruso-heterodiegético”* assim, portanto, definida a posição narrativa do narrador pelos critérios apontados por Reis, passemos àquelas apontadas por Benjamin.

Neste sentido, embora seja designado enquanto escritor de romances Caldre e Fião apresenta nesta obra uma atitude mais próxima do *“narrador”* do que do *“romancista”*, isto porque ele freqüentemente *“mergulha a coisa narrada na vida do narrador para em seguida retirá-la dele”*, ou seja, ele aproxima de si – autor – alguns

¹⁸⁸ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.46.

¹⁸⁹ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.51.

¹⁹⁰ REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *op. cit.*, p.122.

elementos presentes na narrativa, durante o ato discursivo deixando, assim, vestígios de sua presença no texto.

Este “colocar-se” do autor, que “*imprime suas marcas*” como observou Benjamin, pode ser percebido também como “*comportamento de relato*”¹⁹¹, conforme a concepção de Michel De Certeau, que apresenta os textos como ações narrativas, ou seja, ele inscreve diretamente a Literatura como uma prática social, uma ação que acontece num tempo e se relaciona com um espaço por intermédio de um leitor.

Assim pode-se proceder na análise deste texto literário atentando para alguns aspectos da atitude do autor, plenamente identificado com seu narrador, desde a nota de abertura da obra, à guisa de prefácio, no qual Caldre e Fião, dirigindo-se “*ao leitor*”, adverte-o de que esta obra é “*a inocente filha*” do seu coração, que agora “*vai viver vida de peregrina*”, “*esmolando uma atencãozinha*” da sociedade a que é exposta. Conquanto solicite alguma indulgência quanto às imperfeições, tal qual pai zeloso, ainda recomenda: “*Lede-a, se quiserdes; e nela encontrareis o retrato de minha alma plácida...*”. Esta apresentação já contém indicações sobre o comportamento do autor diante de sua criação, que demonstram, por conseguinte, plena consciência e certa preocupação do autor sobre o modo como a obra será interpretada pelos seus leitores de formas diversas.

Ele assume, portanto, um comportamento diante de sua narrativa, ao utilizar as metáforas “*inocente filha de meu coração*” e “*retrato de minha alma plácida*”, para referir-se à obra literária e seu conteúdo de modo a delimitar o “*mundo do texto*” e o “*mundo do leitor*”, ao mesmo tempo em que relaciona o primeiro ao seu próprio mundo, o “*mundo do autor*”.

Esta atitude adotada pelo autor corresponde àquela formulação de Certeau, sobre a leitura como “*espaço*” que se constitui a partir de um “*lugar praticado*” – o texto. Assim, a leitura – como ato – produz uma cadeia de significados outros, que fogem ao controle do autor do texto, porque dependem, exclusivamente, da capacidade de interpretação e compreensão dos leitores a que é submetido. Certeau, portanto, relaciona espaço e lugar à leitura e escrita, isto é, “*o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito.*”¹⁹²

Deste modo, a narrativa, através do romance, é o lugar no qual é praticada a leitura, atividade que a torna um espaço, ou seja, este “*lugar praticado*” possibilita a construção de significados, que passam a ser socialmente partilhados e inclusive podem

¹⁹¹ CERTEAU, Michel de. *Relatos de espaço*. In: *A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.208.

identificar grupos culturais através de sua permanência ou não como representação, conforme o grau de adesão ou de apropriação concedido ao texto por seus leitores, atividade de tal modo social que dita à maneira de Ricoeur, “a leitura torna-se esse piquenique em que o autor levava as palavras e o leitor, a significação”.¹⁹³

Nesta linha de observação, – sobre as “manifestações subjetivas” do narrador/autor – ganham relevância as longas digressões e algumas notas de rodapé que trazem elementos informativos ou mesmo opiniões do indivíduo/autor, Caldre e Fião, que funcionam em alguns casos para guiar o entendimento do leitor diante de suas idéias.

Assim acontece no capítulo intitulado, Parte terceira: “O amor”, no qual se apresenta o conflito amoroso da trama entre Edélia, a divina pastora; Almênio, o bravo tenente *Rio-Grandense* e Clarinda, a alemãzinha; descreve o vilão Francisco e, principalmente, discorre longamente sobre o que significa ser *Rio-Grandense*.

E ao apresentar o imoral Francisco, julgamento que o acompanha durante toda a narrativa¹⁹⁴, o narrador faz uma pequena digressão sobre a “honra” e exemplifica com suas próprias opções, num quase desabafo, em que diz:

Os covardes chamam – honra – a essa ação que se conforma com algumas idéias que tendem à sua conservação individual e aos cômodos da vida. Toda a ação que pede uma privação de cômodos individuais, um sacrifício de vida, um heroísmo, não está para eles, circunscrita nos limites da honra; é-lhes mesmo representada como uma loucura. Quando eu abandonei minha fortuna inteira, meu estabelecimento de muitos anos, minha família, minhas antigas relações de amizade que me garantiram uma paz de vida inalterável, que eram para mim uma égide onde se quebravam todas essas pequenas intrigas, e me retirei ao centro da vida literária do Brasil, à capital do Império, eu tive disto uma lição amarga. Os covardes não puderam descobrir o motivo desta minha ação, não compreenderam; embalde eu lhes gritei: – a honra é que me dirige. Permaneceram ignorantes, não quiseram aprender de mim como se traçava o círculo de uma verdadeira honra. Mas voltemos ao curso da nossa narração.¹⁹⁵

Este fragmento demonstra, conforme teorizou Benjamin, aquela aproximação do estilo narrativo de Caldre e Fião daquele narrador que “*mergulha a coisa narrada*” em sua

¹⁹² CERTEAU, Michel de. *id. ibidem*, p.202.

¹⁹³ RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p.289.

¹⁹⁴ Segundo a caracterização oferecida pelo narrador de Caldre e Fião, Francisco o vilão da trama é representado da seguinte maneira: “Esta personagem é Francisco d’Albuquerque Soares, jovem sem recomendação moral alguma na sociedade; amado, porém, por suas belezas físicas, ele pavoneia-se alegremente nos salões brilhantes onde, com profusão, gastando os imensos cabedais que lhe vieram de uma rica herança é admirado do casquilho papalvo, rodeado do refinado tratante peralvilho, convidado dos pais corruptos e arruinados da fortuna, obsequiado pelo magistrado venal e considerado pelas jovens levianas que as aparências tomam pelas realidades. Em poucas palavras: Francisco rico e bonito é alguma coisa no mundo imoral, mas nada entre os homens de entendimento reto. Para mim Francisco é um desses cujo fim está nas forças moleculares que o compõem e que tem a causa de suas ações no instinto, sem a menor distinção dos brutos”. In: CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.61-62.

¹⁹⁵ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.73.

própria vida, para depois retirá-la, pois é exatamente isso que vemos o autor fazer, ou seja, manifestações biográficas em meio à intriga ficcional que associam autor e narrador, por mais que o segundo seja uma invenção do primeiro, vemo-los confundirem-se numa narrativa autoral, quase um depoimento direto do autor sobre os eventos sociais narrados, embora em nenhum momento este autor presentifique-se como um personagem na narrativa, senão como “o” *narrador demiúrgico*.

Mas há ainda outras passagens que ilustram bem a idéia de “narrador” formulada por Benjamin. Como no último capítulo do Tomo I: Parte quarta, “Os *episódios*”, no qual se destacam duas histórias de fundo moral.

A primeira é contada durante um sarau noturno em casa de Edélia, sobre Colomin/Bernardo e Maria, filhos de João, um caboclo, no qual são revelados eventos dramáticos da vida de Colomin, serviçal de Almênio, que após contar a todos suas desventuras pede a Almênio “*que conteis esta história a alguém que a publique para exemplo dos filhos*”¹⁹⁶. E sobre os eventos narrados por Colomin, e seu pedido a Almênio, o narrador apõe a seguinte nota:

Desembarcando na vila de São José do Norte no dia 5 de março de 1843, quando me dirigia, pela primeira vez, de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, um homem me apareceu e me perguntou se eu era um tal Valle que compunha poesias. Ri-me com a singularidade da pergunta e respondi-lhe afirmativamente. – Pois aqui lhe dou este presente, disse dando-me um papel e desaparecendo ligeiramente. Abri-o e achei escritos nele os fatos que me serviram de argumento a este episódio.¹⁹⁷

Para além do caráter pedagógico da historieta narrada “*para exemplo dos filhos*”, que ademais já alertara durante a narrativa sobre os malefícios das sedições e das seduções, cumprindo o texto literário um papel moralizador perante a sociedade, decorrente do “*papel de conselheiro que o narrador se vê impelido a exercer*”¹⁹⁸, nos interessa aqui chamar atenção ao cruzamento desses excertos com seus dados biográficos, porquanto é possível perceber uma aproximação muito grande entre autor e narrador, à quem a “*coisa narrada*” é mergulhada em sua vida e depois retirada, pois os exemplos utilizados remetem às vivências pessoais do autor, presentes na menção sobre sua vinda para o Rio de Janeiro “*centro da vida literária do Brasil, à capital do Império*”,

¹⁹⁶ E continua o consciencioso moralista Caldre e Fião: “*Eles não devem desobedecer os pais... Foi uma desobediência única que me arrastou à borda de um mar de crimes. Uma desobediência de filho é uma porta aberta às desgraças de todo o gênero*”. In: CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.104.

¹⁹⁷ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.104.

¹⁹⁸ Sobre o caráter de “*censura moral*” das narrativas folhetinescas do período de formação do narrador de ficção brasileiro entre 1830 e 1840 ver principalmente o capítulo “*Figurações do Narrador*” in: SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.177.

ou naquela difícil decisão de abandonar estabelecimento, família e amigos a fim de construir para si uma vida honrosa, e do quanto foi incompreendido por isso.

Ademais se percebe aqui a influência de uma longa tradição narrativa de gênero epistolar¹⁹⁹, que de alguma maneira serve de inspiração ao autor, além de contribuir para uma ligação entre sua narrativa e o mundo social do leitor de modo a aspirar algum caráter de autenticidade, ou seja, a sugestão da existência de cartas serve como um meio de ligar as personagens ao mundo social, através de uma prática comum aos letrados da época, bem como ajuda a “mascarar” o papel do narrador e ao mesmo tempo confere ao autor um grau de credibilidade sobre o narrado.

Mais adiante no mesmo capítulo, outra pequena história, que será oportunamente melhor discutida²⁰⁰, pretende aproximar o leitor urbano do Rio de Janeiro, dos costumes e atitudes peculiares aos *Rio-Grandenses*, isto é, o caso narrado por Almênio, da vingança do menino campeiro – “*altivo por natureza, como são os Rio-Grandenses em geral*”²⁰¹ – que é punido pelo imigrante alemão por ter invadido suas terras, e que o autor esclarece a procedência da narrativa, informando em nota que, “*este fato apareceu escrito no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro de 20 de Janeiro de 1847*”²⁰².

Diante de todos estes fragmentos, portanto, são reveladas as atitudes narrativas adotadas pelo autor, isto é, n’*A Divina Pastora* Caldre e Fião, apesar de não participar diretamente da narrativa como personagem, presentifica-se durante todo o texto, e ao agir deste modo extrapola o comportamento de um narrador onisciente e demiúrgico, pois vai informando seu leitor de suas impressões pessoais e traçando paralelos entre os acontecimentos ficcionais e sua vivência pessoal. É como se operasse sobre dupla base narrativa, a primeira em que expõe a trama ficcional – um observador que narra em

¹⁹⁹ É possível assinalar entre os prógonos do movimento romântico europeu e como precursores deste gênero literário: Samuel Richardson com “*Pamela*” de 1740 e “*Clarissa Harlowe*” de 1748, seguido por Henry Fielding e “*A história de Tom Jones*” de 1749, e Jean-Jacques Rousseau, na França, com a “*Julie ou La Nouvelle Héloïse*” de 1756, que tanto mobilizou as atenções dos leitores em torno de prosaicos sentimentos. “Samuel Richardson (1689-1761) compõe os primeiros romances ingleses de caráter psicológico sentimental: *Pamela or Virtue Rewarded* e *Clarissa Harlowe*. Neste último romance aparece a figura, tornada proverbial, de Lovelace, o protótipo do libertino do século XVIII. Todos os dois romances são escritos em forma de cartas”. In: BANDEIRA, Manoel. Noções de História das Literaturas. Rio de Janeiro. São Paulo. Lisboa: Fundo de Cultura, 1969, p.161. “Rousseau escreve e publica o romance *Julie ou la Nouvelle Héloïse*, redigido em forma de cartas. Pintura fiel dos costumes burgueses e provinciais, romance de ardente paixão, com deliciosas descrições da natureza e sátiras mordazes do meio parisiense, *La Nouvelle Héloïse* teve êxito imenso. Os críticos vêem nessa, sensibilidade, onde se casam o sentimento profundo da natureza, a exaltação religiosa de mistura com a perturbação passional, a fonte donde deriva toda a poesia romântica.” In: BANDEIRA, Manuel. *op. cit.*, p.87. Comentários importantes sobre as repercussões da obra de Rousseau na sociedade francesa ver: DARNTON, Robert. *op. cit.*, p.277-323.

²⁰⁰ No capítulo dos viajantes Robert Avé-Lallemant em 1858, faz referência à mesma história narrada por Caldre e Fião, trataremos de discuti-la adiante.

²⁰¹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *op. cit.*, 1992, p. 109-110.

²⁰² CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.108. A indicação do autor é bastante precisa o que permitiu ser facilmente comprovada no referido jornal desta data.

terceira pessoa – e uma segunda – em primeira pessoa – que manifesta sua subjetividade imiscuindo-se na narrativa sem, todavia tomar parte dela.²⁰³

Ele “se coloca” no texto, ao dialogar com os leitores de maneira bastante direta, ao gosto e estilo da época conforme indica Sússekind²⁰⁴, mas vai além, imprimindo nesta narrativa “*a mão do oleiro*” como diz Benjamin, deixando suas marcas autorais nas manifestações subjetivas que demonstram suas opiniões e, no limite, estabelecendo vínculos entre a narrativa e sua própria vida, principalmente, em dois momentos exemplares, quando discorre sobre a honra ao falar sobre a incompreensão de seus contemporâneos diante de sua conduta pessoal e suas escolhas, e quando esclarece a origem da história de Colomin, recebida de um estranho – supostamente Almênio –, durante a sua ida para o Rio de Janeiro em 1843.

Existe ainda outra possibilidade de refletir sobre o comportamento narrativo de Caldre e Fião, e seus “descolamentos” do narrador, que é apresentada por Roger Chartier, quando este destaca a importância de se pensar a “instituição literária” através de textos que discutem os mecanismos que regem a sua própria produção, através da aplicação da noção de Michel Foucault da “função autor”, que é a atribuição de um nome próprio (um autor) ao conjunto de uma produção literária, ou seja, o nome próprio como categoria fundamental de classificação das obras²⁰⁵, que visa, sobretudo “*estabelecer, graças à mediação do indivíduo inscrito em seu tempo, uma relação entre a obra e o mundo social*”²⁰⁶. Neste sentido, ele questiona os limites da identidade do autor e do indivíduo escritor, visto que, o ser que existe é o escritor, pois o autor é apenas uma categoria de classificação, ele é uma “função do discurso” e está separado da realidade concreta ou fenomenológica²⁰⁷. Todavia, existe sempre uma tensão entre estas existências paralelas, pois conforme explica Chartier:

Paradoxalmente, ironicamente, a dissociação entre o sujeito e o autor, entre o eu e o nome próprio, torna-se um desejo de identificação como se o indivíduo não pudesse, ou não quisesse escapar da forma de existência e sobrevivência procurada, prometida pela função-autor.²⁰⁸

²⁰³ Sobre a dupla base narrativa em que opera o autor devo agradecer as discussões com a Professora Doutoranda do Depto. de Letras da UFRGS Débora Mütter.

²⁰⁴ Sússekind cita passagens onde o narrador refere-se diretamente ao leitor como no romance de Pereira da Silva “*O aniversário de D. Miguel em 1828*” publicado no Jornal do Comércio entre 16 e 22 de janeiro de 1839, onde “*o narrador já começa indo direto ao ponto: “Conheces tu Lisboa, amigo leitor?”*”. In: SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.56.

²⁰⁵ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p. 123-150.

²⁰⁶ CHARTIER, Roger. *id. ibidem*, p.124.

²⁰⁷ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2000, p.199.

²⁰⁸ CHARTIER, Roger. *id. ibidem*, p.200.

Esta tensão, entre o indivíduo e sua existência social como um “autor”, no caso do romance de Caldre e Fião, pode ser percebida desde a classificação da obra em sua divulgação, seja como novela “rio-grandense” – ou de um rio-grandense –, seja como “brasileira” – ou de um brasileiro –, visto que, o vínculo cultural do autor e de seu texto emerge deste jogo classificatório, que é estabelecido pelos meios de divulgação da obra, pelo julgamento do público leitor e também pelo posicionamento discursivo do escritor na sociedade, neste sentido, a “função autor” encarrega-se de construir um lugar social específico para a obra literária e seu escritor durante sua formação enquanto autor.

Tendo em vista que os exemplos citados ilustram sobejamente o comportamento narrativo do autor, gostaríamos de salientar que o narrador de Caldre e Fião expôs com muita franqueza o autor e suas circunstâncias. Pois devido à proximidade temporal entre a obra ficcional e os fatos históricos nela evocados, a novela de costumes pretendida por Caldre e Fião quase pode ser convertida num depoimento do escritor sobre o período narrado, e também transformá-lo de autor-narrador de ficção em privilegiado cronista-testemunha dos aspectos sociais representados que, ao estar afastado do Rio Grande, acabou por reduzir, significativamente, a distância entre o ser fictício (personagem) que é o narrador e a própria pessoa do escritor (autor), considerando que a biografia deste compôs e agregou significado ao conteúdo de sua criação ficcional.

1.3.2. Rio-Grandenses versus gaúchos n’A Divina Pastora

É fundamental para a análise que se quer empreender, tentar buscar os parâmetros do autor para a construção de seu personagem masculino, ou seja, identificar qual é a percepção de Caldre e Fião sobre um filho do Rio Grande e, neste sentido, seu narrador oferece uma descrição exemplar do pensamento científico e sócio-cultural contemporâneo, quando ao descrever o *Rio-Grandense* ele diz:

Alguns historiadores tem querido que o clima só por si forme o Rio-Grandense tão austero em costumes, tão forte e constante nos combates, tão bom e fiel amigo na sociedade e tão vingativo e implacável inimigo quando é ofendido, como ele é atualmente descrito por todos os estrangeiros que têm observado seus hábitos e seus usos e que têm atravessado as plagas que ele habita; mas quanto a mim, que já me considero com algumas propriedades e quesitos necessários ao historiador, suponho dever atribuir-lhe muitas dessas coisas à sua alimentação e educação moral.²⁰⁹

Primeiramente, cabe atentar para as características, elencadas pelo narrador de Caldre e Fião, que definem o perfil do Rio-Grandense conforme a opinião de alguns historiadores ou viajantes estrangeiros, ou seja, ele é “*forte e constante nos combates*”, “*bom*

²⁰⁹ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.80-81.

e fiel amigo na sociedade” e ainda *“vingativo e implacável inimigo quando é ofendido”*. Tais atributos também encontram, de alguma maneira, correspondência naquelas descrições que re-vestiram o indígena com os valores apropriados à sua constituição simbólica dentro do projeto civilizador da nação. Visto que, tal como indica a análise de Antonio Candido, também foram descritas por *“cronistas nem sempre capazes de observar fora dos padrões europeus e, sobretudo, como os quiseram deliberadamente ver escritores animados do desejo patriótico de chancelar a independência política do país com o brilho de uma grandeza heróica especificamente brasileira”*²¹⁰.

Existe, portanto, um cuidado por parte do narrador em distinguir o seu posicionamento quanto às características citadas e a dos outros analistas, tanto dos historiadores, quanto dos viajantes estrangeiros, atitude que o coloca como um observador privilegiado, por conhecer a realidade social dos Rio-Grandenses como um natural da terra.

Por outro lado, há também uma sutil distinção entre qualidades que são “naturais” aos habitantes daquela região, em virtude do clima, segundo os historiadores, ou conforme as descrições dos viajantes estrangeiros, e seu “cultivo” através da *“educação moral”*, isto é, da cultura (a alimentação, por exemplo).

Tratando-se da análise de um romance e não de um tratado científico não nos cabe, neste momento, aprofundar as questões ideológicas implicadas nas polêmicas teorias “antropológicas” sobre o desenvolvimento intelectual dos homens diante das circunstâncias climáticas e que propagavam a impossibilidade de desenvolvimento de uma civilização nos trópicos.

Contudo, ao enunciá-las, é necessário evidenciar-se o posicionamento do autor diante destas questões porquanto implicam em classificações culturais que percorrem aquele período e, principalmente, permeiam as discussões sobre a inferioridade ou a superioridade das “raças” e, sobretudo, porque ele as manifesta em sua narrativa, não de uma forma subliminar, mas ao contrário, Caldre e Fião, apõe uma nota explicativa sobre a afirmação de que *“alguns historiadores tem querido que o clima por si só forme o Rio-Grandense”*, na qual esclarece o seguinte:

Eu não concordo que o clima possa de alguma sorte alterar os costumes de um povo. Um escritor moderno nega essa opinião – dos sistemas

²¹⁰ CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.20.

dos climas; e, como se coaduna com o meu pensar, aqui transcrevo estas linhas: (...) ²¹¹

Nestes fragmentos, bem como nas observações anteriores, se pode perceber, outra manifestação “*intrusiva e subjetiva*” do narrador porquanto, ao descrever o *Rio-Grandense*, ele – narrador e autor – se auto-referencia por duas vezes, a primeira no corpo da narrativa, ao dizer que se julga em condições de ser considerado um historiador e, a segunda, na nota subsequente a esta menção, em que refuta o fato equívoco de alguns historiadores atribuírem ao clima a índole do *Rio-Grandense*, e esclarece seu posicionamento, outra vez em primeira pessoa, ao afirmar “*eu não concordo que o clima possa de alguma sorte alterar os costumes de um povo*”.

Neste caso, para tecer suas afirmações sobre a gente do Rio Grande a auto-referência é, novamente, evocada pela autoridade de “legítimo” *Rio-Grandense*, ao afirmar que suas idéias “*são filhas de uma observação aturada, de um conhecimento real que adquiriu sem prevenções nem juízo antecipado*”, embora manifeste plena consciência sobre as implicações sociais de suas opiniões, ao retorqui-las:

Mas deixemos essas considerações que *ad rem* aqui aparecem e escutemos o brado que se levanta furioso contra minhas idéias; declaro porém positivamente que não as reformo – são filhas de uma observação aturada, de um conhecimento real que adquiri sem prevenções nem juízo antecipado. Quando requeremos caminhar sobre espinhos, lutar contra a velocidade de uma caudalosa torrente, afrontar as opiniões ou prejuízos públicos, acontecenos o que aconteceu ao austero moralista Sócrates, que pereceu à condenação daqueles cuja vida desejava tornar feliz. Quando buscamos a glória ficamos sujeitos a faltar-nos o pão. ²¹²

Sobre o posicionamento do autor diante de tão intenso debate, sumariamente, podemos indicar que havia uma tradição teórica – a qual Caldre e Fião em princípio se opõe –, que remontava às formulações de Montesquieu em sua obra “*O espírito das leis*” (1748), para quem “*o império do clima é o primeiro de todos os impérios*”, a qual filiavam-se os proeminentes abade Cornelius de Pauw na obra “*Investigações filosóficas sobre os americanos*” (1768) e o naturalista francês Georges Louis Leclerc, mais conhecido como

²¹¹ E segue a citação: “Se a indolência é própria às zonas meridionais, por que se tem visto Cartago na África, Roma na Itália, os Flibusteiros na Tartaruga e os Pernambucanos no Brasil, expulsando os Holandeses de seu território? Por que se encontram Malaios na Índia e Beduínos na Arábia? Por que, ao mesmo tempo e debaixo do mesmo céu, estavam Sibari perto de Crotona, Cápua perto de Roma e Sardes perto de Mileto? Ora, se com tantas circunstâncias contrárias, se notam os mesmos fatos e se diversos fatos se observam nas mesmas circunstâncias, onde estão os pretendidos princípios? Onde a influência do clima? Que se entende pois por atividade? Não se concede senão aos povos belicosos? E Esparta sem guerra era inerte? O que é um país quente? Onde chegam os limites do quente e do temperado? Os partidários dos sistemas das influências que o declaram, a fim de que se possa determinar o grau do termômetro a que deve corresponder uma certa energia.” In: CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.80.

conde de Buffon, autor da “*História natural do homem*” (1749-89), conforme esclarece Roberto Ventura:

A *Histoire naturelle de l’homme*, de Buffon, foi uma das obras centrais para a formação da antropologia e da ciência geral do homem no final do século XVIII, cujos primórdios estão marcados pela tensão entre a *imagem negativa* do homem e da natureza americanos, de que Montesquieu e Buffon são exemplos, e a *imagem positiva* de um estado natural, representado pela filosofia de Rousseau. Esta tensão desembocou no debate sobre o racismo científico e a inferioridade dos povos não-brancos, que marcou a cultura brasileira do século XIX.

(...) Na *Histoire naturelle de l’homme*, Buffon investigou as variedades da espécie humana, que explica a partir de três fatores: clima, alimentação e costumes.²¹³

No sentido oposto – ao qual adere Caldre e Fião e o aludido “*escritor moderno*”²¹⁴ – situam-se, portanto, o pensamento de Jean Jacques Rousseau no “*Discurso sobre a origem da desigualdade*” (1755) e as análises do conceituado naturalista Alexander von Humboldt que em 1811 “*inverteu a imagem negativa da natureza tropical e do clima americano na ciência européia, ao mostrar seu entusiasmo pela América tropical e pelo Caribe, tidos até então como insalubres*”, como destaca Ventura:

Humboldt também contestou as opiniões de Raynal e De Pauw sobre a degeneração do homem americano, observando sobre os trabalhadores indígenas e mestiços nas minas do México: “O aspecto desses homens trabalhadores e robustos teria feito mudar de opinião aos Raynal, aos De Pauw, e ao grande número de autores [...] que se puseram a declamar sobre a degeneração de nossa espécie na zona tórrida”.²¹⁵

Não obstante a impossibilidade empírica, neste momento, de comprovar-se que Caldre e Fião tenha ou não mantido um contato direto com a obra de Buffon, Humboldt ou mesmo, Montaigne, isso é evidentemente possível inclusive por sua formação médica, e porque sua digressão a respeito da formação do *rio-grandense*, apresenta convergências com a teoria antropológica formulada por Buffon, depois de sua retificação, segundo informa Ventura:

Buffon se afastou de De Pauw na seção sobre os americanos da *Histoire naturelle de l’homme*, em que retificou suas próprias teses, ao negar a

²¹² CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.82.

²¹³ VENTURA, Roberto. *op. cit.*, p.23-26.

²¹⁴ A identidade deste escritor não foi devidamente apurada, pois demandaria uma investigação aprofundada da biblioteca do autor ao que até este momento não foi possível realizar, mas julgamos que dentro dos limites da análise seja suficiente considerar as idéias sobre o assunto que circulavam no âmbito cultural do autor.

²¹⁵ HUMBOLDT. *Essai politique sur le Royaume de la Nouvelle-Espagne* (1811), v.3, p.224-5; v.1, p.362. *apud in* VENTURA, Roberto. *op. cit.*, p.27.

degeneração do homem no Novo Mundo e limitar as imperfeições produzidas pelo clima aos animais da América do Sul.²¹⁶

Estão, portanto, as afirmações de Caldre e Fião permeadas por todo um discurso científico vigente no século XIX, e que na Literatura nacional atingirá seu ponto máximo de expressão, em 1902, com a publicação da narrativa ‘jornalística-sociológica’ de Euclides da Cunha, “Os Sertões”.

Entretanto, ao atribuir as características específicas do *Rio-Grandense* “a sua alimentação e educação moral”, o autor vai buscar seus fundamentos além da ciência; ele inicia pela ciência, mas conclui seu pensamento, ao modo de Montaigne, com base nos “costumes”, nos códigos culturais aprendidos por si mesmo, ou seja, com base em sua própria vivência pessoal, conforme assevera:

O Rio-Grandense aprende, desde os seus primeiros passos, a respeitar os mais velhos, a ser amigo, a desprezar o covarde e a vingar-se do inimigo; guarda fiel os usos que lhe foram transmitidos por seus pais e julgar-se-ia desonrado se um dia deixasse de cumprir os preceitos de seu evangelho. O evangelho da moral Rio-Grandense não é escrito, é tradicional, mas apesar disso, ainda não foi alterado em um só de seus artigos: para sabê-lo, in totum, é necessário ser Rio-Grandense e viver muitos anos naquela divisão política do Império que chamamos – Província do Rio Grande do Sul.²¹⁷

São, portanto, estes os parâmetros que utiliza Caldre e Fião para justificar as atitudes sociais dos *rio-grandenses*, ante os olhos severos e distantes dos habitantes da Corte. Parâmetros que se fundamentam unicamente na cultura local, no *habitus* regional, enfim, nos costumes e nas tradições, por isso mesmo “o evangelho da moral Rio-Grandense não é escrito, é tradicional”. Não obstante, poder-se-ia inferir que a conduta de homem enunciada – um cavalheiro do século XIX – esteja, num sentido ético e moral, adequada a qualquer sociedade educada dentro dos princípios do Iluminismo europeu²¹⁸.

²¹⁶ VENTURA, Roberto. *id ibidem*, p.23-26. Os princípios postulados por Buffon sobre os tipos de sociedade, também partem de Montaigne, que nos “*Ensaíes*” (1580), apresenta “a questão do poder dos costumes, da diversidade do vivido, e conclui pela inexistência de uma moral absoluta”. Cf. PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.39.

²¹⁷ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.81.

²¹⁸ A tradição na formação intelectual da cultura brasileira, deste princípio etnocêntrico, é explicada por Francisco Paz, apoiado em Edmund O’Gorman, da seguinte forma: “Se a Europa já ocupava na Cultura Clássica a categoria mais elevada entre as outras duas partes do orbe, com maior motivo conservou esse privilégio no pensamento cristão. Realmente, não foi só admitido que encarnava a civilização mais perfeita do ponto de vista do homem natural, mas também era o reduto da única verdadeira civilização, aquela fundada na fé cristã e, principalmente, no sentido histórico transcendental do mistério da Redenção. A Europa, sede da cultura e reduto da cristandade, assumia a representação do destino imane e transcendental da humanidade, sendo a história européia o único devir humano dotado de autêntico significado.” Cf. O’GORMAN, Edmund. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Ed.UNESP, 1992, *apud in*: PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.33. Sentido plenamente confirmado por Michelet e sua convicção de que a França constitui-se no baluarte histórico da civilização ocidental.

Há, portanto, nesta descrição elementos essenciais da personalidade e do caráter de um “verdadeiro” *Rio-Grandense* sob a ótica de Caldre e Fião, revelando uma inequívoca percepção sobre a cultura do ser social que ele quer fixar. Como o que interessa nesta análise é perceber a maneira como o autor se refere aos habitantes da província, o que se descobre, é que o autor não utiliza uma só vez a palavra “*gaúcho*”, para nomear os naturais do Rio Grande do Sul, e que faz algumas alusões ao ‘*monarca das coxilhas*’.

Assim em 1847 n’A *Divina Pastora* Caldre e Fião não se refere em nenhum momento do texto ao “*gaúcho*”, mas sim sempre ao “*Rio-Grandense*”²¹⁹, tal ausência digna de muitos comentários é mencionada por Loureiro Chaves que declara logo no início de seu texto: “Ele jamais emprega o termo *gaúcho*, (...). Refere-se sempre ao *Rio-Grandense*, em letras maiúsculas”, ainda que Caldre e Fião faça referência numa passagem rápida a “*um homem que trajava à gaúcha, tendo nos pés grandes chilenas de prata*”²²⁰.

Mas, neste caso, o que se depreende é uma categórica classificação social, uma distinção bem digna de se notar, pois o *Rio-Grandense* Almênio – protagonista da trama –, além de ser um tenente republicano, é filho de Bernardo, um abastado morador de Porto Alegre, portanto um homem de origem urbana; já o homem – personagem secundário – que trajava à *gaúcha*, era Colomin um rude trabalhador da propriedade do pai de Almênio, e também um soldado das tropas farroupilhas.

Neste episódio sobre o encontro entre Almênio e Colomim, o autor, descreve claramente a situação social daquele homem que confessa ter sido mandado para matar Almênio, da seguinte maneira: “*a gente baixa da campanha obedece cegamente ao chefe que a guia em combate, sem importar-se com a cor política do partido que ele segue*”.²²¹

E ainda referindo-se às roupas, como forma de contraste e distinção social, noutro trecho verifica-se, por intermédio do narrador, que Almênio usava um “*traje de monarca*”²²², referindo-se à indumentária campeira do jovem.

Mais adiante no texto, no segundo Tomo, Parte quinta: “*A mudança*”, aparece o vilão da trama, Francisco, um cidadão urbano que vive no vício e na dissipação; sua condição degenerada contrasta em tudo com a de Almênio, sobretudo a descrição de sua adesão à moda da Corte:

²¹⁹ CHAVES, Flávio Loureiro. *Um Texto Resgatado*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.14.

²²⁰ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.38.

²²¹ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.40.

²²² CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.31.

Os belos e lindos trajes de monarca das coxilhas foram mudados pela casaca e mais incômodas roupas de um palaciano que se ufana nos saraus da cidade; suas ocupações diárias do campo não mais o entretiveram: trocou o laço pelas brancas luvas de camurça, as rédeas pela bengala e luneta, os estribos pelos envernizados sapatinhos franceses, o poncho pela casaca e o chapéu desabado pelo lustroso chapéu da fábrica Mr. de tal. Tornado assim um verdadeiro casquilho...²²³

Claro está, que a origem do autor também é urbana, conseqüentemente ele não era, apesar dos claros em sua biografia, um filho “*dos plainos sem fins*”²²⁴, era antes um morador de Porto Alegre, ainda vilarejo mas com ares “urbanos”. Ele próprio, portanto, era um “*rio-grandense*” e não um “*gaúcho*”. Enfim, não demonstrava ter afinidades atávicas com o mundo rural e rústico, algo que se supõe ser imanente aos filhos do Rio Grande, donde futuramente emergirá o “*gaúcho*” glorificado para compor o imaginário sulista.

Deste modo, Caldre e Fião, que é antes de tudo um *Rio-Grandense*, descreve o seu personagem principal masculino, Almênio, como o legítimo representante da cultura *rio-grandense* com as qualidades que entende definir a identidade social dos filhos do sul de acordo com suas vivências e lembranças. Ele escreve também sobre os hábitos de seus conterrâneos e, portanto, com uma visão de mundo, na qual apenas o “*gaúcho campeiro*” não definia, ainda, todos os habitantes do Rio Grande do Sul.

1.4. Quadros regionais e construção literária da nação n’ O Corsário

Seguindo esta perspectiva deve-se considerar algumas outras informações sobre a divulgação das obras de Caldre e Fião que suscitam reflexões sobre as constatações aduzidas anteriormente, e que remetem, por um lado, às questões relativas à construção literária da nação brasileira, e, em contrapartida, acaba por apresentar as particularidades regionais ou, como define Süsskind, certa “*preocupação com uma cartografia nacional*”²²⁵, além de possibilitar uma abordagem do narrador mais distanciado, ou como sugere a autora, um “*narrador-viajante*”, um observador-com-lupa interessado em conhecer, mas não em reconhecer-se.

Em janeiro de 1849, o jornal carioca *O Americano* inicia a publicação em folhetins de “*O Corsário, romance brasileiro*” e em 1851 sai publicado pela Tipografia Filantrópica, no Rio, “*O Corsário, romance rio-grandense*” de José Antonio do Vale Caldre e Fião. E, de imediato, nota-se a presença da mesma dicotomia sobre a ‘naturalidade’ do romance

²²³ CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.134.

²²⁴ Expressão utilizada por Euclides da Cunha para definir os campos do Rio Grande do Sul. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984, p.131.

– brasileiro e/ou *rio-grandense* – já discutida n’*A Divina Pastora*, e para a qual Flora Süssekind trás outros elementos de análise, ao refletir sobre o percurso de emergência e formação do “narrador” na prosa literária nacional entre os anos de 1830 e 1840, com base em um modelo narrativo que se inspira nos viajantes.

Süssekind busca perceber um movimento que, segundo ela, encaminharia essa prosa “*para roteiros literalmente provinciais*”, “*para as histórias e os casos regionais*”²²⁶, e neste sentido ela diz que, em romances como *O Corsário de Caldre e Fião*, “o enredo demarcava províncias, o subtítulo mapas nacionais”, ou seja, que neste “*Romance original brasileiro por José Antonio do Vale*”:

O subtítulo já indicaria a preocupação com uma “*cartografia nacional*” e a necessidade de afirmar, antes mesmo que se começasse a leitura, tratar-se de material a serviço da afirmação de uma literatura brasileira.²²⁷

Iniciava-se, portanto, de acordo com Süssekind, uma demarcação político-cultural das narrativas sob um rótulo nacional brasileiro, que se opunha ao português, que precedeu a demarcação cultural interna, apenas espacial ou regional, sem embargo desta referência ao regional apontar para o modelo do “*narrador-viajante*”, e neste sentido a autora destaca o romance *rio-grandense* como um caso exemplar, da seguinte maneira:

Quando de sua publicação em folhetins no periódico *O Americano*, iniciada em 24 de janeiro de 1849, talvez pela lembrança ainda recente da Farroupilha, define-se a narrativa como “romance brasileiro”. Dois anos depois, editado em livro pela Tipografia Filantrópica no Rio de Janeiro, trocava-se o subtítulo, então para “romance rio-grandense”. Em dois anos, substituía-se a etiqueta nacional por outra regional.²²⁸

Süssekind chama a atenção para a troca, como já havíamos chamado n’*A Divina Pastora*, todavia os fatores reincidentes que parecem definir exemplarmente o caso de naturalização deste romance de Caldre e Fião, assim como no primeiro, foram por um lado, a ambientação temporal específica presente na narrativa – que remetia a eventos da história recente do Brasil, a Revolução Farroupilha – e, por outro lado, apresentava uma demarcação cultural de existências coletivas contrastantes entre os *rio-grandenses* e outros brasileiros – dada pelos costumes regionais.

De outra parte ainda pode remeter a permanência de um vestígio discursivo, presente na Corte naquele momento, que faz alusão à idéia de um eles “rebeldes-separatistas-rio-grandenses” e de um nós “legalistas-brasileiros”, representada no

²²⁵ SÜSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.209.

²²⁶ SÜSSEKIND, Flora. *Id. Ibidem*, p.208.

²²⁷ SÜSSEKIND, Flora. *Id. Ibidem*, p.209.

desacordo entre as publicações. E que Sussekind atribui a uma substituição de classificação da nacional para a regional em decorrência de um mapeamento político cultural em andamento.

Mas que também poderia significar a adoção de posturas diferentes, em diferentes meios de difusão, ou seja, no jornal de maior circulação, menor preço e, portanto, de acesso mais amplo, é adotada uma classificação mais abrangente, mais universal do ponto de vista da nacionalidade sendo, então, um “*romance brasileiro*”; que, quando publicado em volume, seja pela Typographia Brasiliense (A Divina Pastora), seja pela Tipografia Filantrópica (O Corsário), de maneira mais autônoma e de público mais restrito, o romance/novela torna-se “rio-grandense”, como a restabelecer o pertencimento de seu tema e de seu autor, o que acentua a diferença em detrimento da similitude e, também, evidencia uma desarmonia inconveniente ao discurso nacionalista em formação.

Sobre a importância da “*forma de transmissão dos textos*”, na análise das construções de sentido em torno de uma obra, cabe mencionar a contribuição das discussões de Chartier, visto que, este autor tem alertado, em muitos trabalhos²²⁹, para o fato de que “*as significações, histórica e socialmente diferenciadas de um texto, qualquer que seja, não podem ser separadas das modalidades materiais que o dão a ler a seus leitores*”²³⁰, neste sentido, portanto, a recepção pública de um texto, sua leitura e interpretação, estão, em parte, condicionadas pelo processo de sua produção e pelas formas materiais de apresentação da obra, assim como do lugar onde são publicadas, ou dadas a ler.

De outra parte, o que chama a atenção é a estrutura deste segundo romance, pois, a divisão não se faz por capítulos ou partes, como no primeiro, também não são atribuídos títulos, mas apenas sumárias classificações por “*quadros*”, ou seja, *O Corsário* divide-se em oito quadros, nomeados sucessivamente do “Primeiro quadro” até o “Oitavo Quadro”, de modo que literalmente, se sucedem cenas narrativas, nas quais as ações são “retratadas” pelo narrador.

²²⁸ SÜSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.209.

²²⁹ Sobre a idéia de que “*a publicação das obras implica sempre uma pluralidade de atores sociais, de lugares e dispositivos, de técnicas e gestos, pois, tanto a produção do texto quanto a construção de seus significados dependem de momentos diferentes de sua transmissão*” ver: CHARTIER, Roger. Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002; CHARTIER, Roger. A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: EdUNB, 1999; CHARTIER, Roger. Formas e sentido. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003. Também sobre as variações nos modos de leitura a partir das modificações na apresentação dos textos após a sua produção em série, na França do século XVIII e XIX, ver: DARTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: A fabricação da sensibilidade romântica. In: O Grande Massacre dos Gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.277-328.

²³⁰ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2003, p.46.

Este enquadramento realizado pelo autor parece indicar um efetivo distanciamento entre ele, autor, e os eventos narrados no romance, ou até mesmo um descolamento do autor Caldre e Fião da narrativa, como se esse enquadramento delimitasse, também, seu campo de atuação, ou seja, o afastasse das divagações que tanto o aproximaram de seu narrador no enredo anterior. Com efeito, o *Rio-Grandense* Caldre e Fião que reprovava os atos e os efeitos da Revolução *rio-grandense*, precisava retirar-se, subtrair-se da cena narrativa, para melhor representar o evento em si, a fim de evitar o envolvimento demasiado, pois afinal, suas idéias a respeito da Revolução já haviam sido amplamente divulgadas desde *A Divina Pastora*.

Há, portanto, n' *O Corsário* um narrador heterodiegético, que conduz a narrativa em terceira pessoa, um narrador onisciente e demiúrgico, que pode, conforme apontou Reis, perfilhar “*certas atitudes ideológicas, éticas ou culturais*” do autor, “*o que não quer dizer que o faça de forma direta e linear*”. Enfim, um comportamento narrativo que o aproxima da idéia do “escritor” de romances de Benjamin, um “*indivíduo isolado*”, que “*anuncia a profunda perplexidade de quem vive*”. Mas embora se aproxime, Caldre e Fião não adere adequadamente a esta classificação de Benjamin, pois seu narrador afasta-se da cena narrativa e não de seu papel de conselheiro moralista, ele não é apenas um narrador ameno de costumes ou lugares, ou conforme sugere Sussekind, um “*narrador-viajante*” que possibilita aos leitores o conhecimento de outros lugares, que dá a ler outras regiões, mas neste caso ele é, sobretudo, um privilegiado observador-com-lupa que oferece, além de descrições geográficas, um rico painel da sociedade *rio-grandense* durante seu mais longo e doloroso conflito bélico.

É necessário, portanto, passar ao texto, a fim de buscar outras indicações, esclarecendo que n' *O Corsário* não há, como n' *A Divina Pastora*, uma nota de abertura, apenas dedicatórias à mãe, à mulher e aos *rio-grandenses*, como segue:

À minha mãe
Saudade eterna
À minha consorte
Amizade, amor
Aos *rio-grandenses*
Dedicação e patriotismo.
O. D. C.²³¹
Dr. José Antônio do Vale Caldre e Fião

Nesta dedicatória nossa atenção é atraída para os votos “*aos rio-grandenses*” de “*dedicação e patriotismo*”, donde se pode inferir uma dúvida, ou talvez dupla intenção, pois tanto Caldre e Fião oferece sua obra aos *rio-grandenses* como prova de sua própria dedicação e patriotismo ao Rio Grande, quanto por outro lado, ao destinar suas palavras

aos *rio-grandenses*, poderia estar aconselhando-lhes mais dedicação e patriotismo ao Brasil. Outra vez, estabelece-se uma ambigüidade no comportamento semântico de Caldre e Fião, tal como já fora assinalado por Pesavento – em relação ao comportamento de Almênio – na *Divina Pastora*. Todavia, se a primeira conclusão parece ser a mais justa com o autor, diante de nossa visão em retrospecto, teriam seus contemporâneos compreendido isto desta maneira, ou não?!

Não há, ainda, explicação definitiva sobre esta interrogação, mas Guilhermino Cesar observa uma atitude de “apagamento” por parte da historiografia literária, da memória de Caldre e Fião como pioneiro autor de Literatura nacional e regional, não obstante sua importante participação na Sociedade Partenon Literário “*entidade a que presidiu e de que foi grande animador*”, neste sentido, Cesar informa:

Em sua cidade natal, onde novamente fixou residência no início da década de 50, teve enorme prestígio. (...) Entretanto, fora de sua província, ao tempo em que nela se fundava a Sociedade Partenon Literário (...), já ninguém se lembrava de que ele havia escrito aquelas duas obras pioneiras. Sua contribuição ao surgimento do romance, no País, foi tão obscurecida que não lhe citam sequer o nome nossos historiadores literários. Mesmo Sílvio Romero, tão interessado sempre por tudo e por todos, o esqueceu por completo na *História da Literatura Brasileira* (1888), (...). Vem recenseada, porém, sua obra nos dicionários bibliográficos de Inocêncio Francisco da Silva (4º vol., 1860) e Sacramento Blake, (IV vol., 1898). Múcio Teixeira, cuja estréia foi generosamente exaltada por Caldre e Fião, cita-o com respeito e ternura, em *Os Gaúchos*, em 1921, e Aquiles Porto Alegre, o cronista, fala do político, do homem de ação, do médico humanitário, mas não se lembra de seus romances. Da mesma forma procedem, aliás, os contemporâneos, e mesmo o próprio Caldre e Fião, como se seu passado literário fosse um desconchavo imperdoável, uma lepra, um tabu.²³²

Como se pode perceber, existem indicações de que Caldre e Fião, apesar de respeitado e considerado por seus contemporâneos, não encontrou boa acolhida para suas idéias e, conforme já foi ponderado, ao expor sua visão sobre a revolta *rio-grandense*, produziu um sentido interpretativo do conflito que afasta qualquer possibilidade de identificação ou reconhecimento social dotado de alguma positividade, mesmo que sua intenção tenha sido traduzir para o ambiente urbano da Corte a essência da formação cultural e moral dos *rio-grandenses*, este ímpeto custou-lhe, de certo modo, a consagração e o reconhecimento de seus méritos ainda em seu tempo.

Talvez, seja neste ponto que Caldre e Fião tenha incorrido no que Ricoeur chamou de “*desvio estético*”, ao tratar de tão imediato e complicado conflito político e social através de um romance, em seus momentos iniciais de criação, tomando, portanto,

²³¹ Oferece, Dedicar e Consagra.

²³² CESAR, Guilhermino. *O criador do romance gaúcho*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p. 08.

uma atitude deveras ousada, intempestiva até, para os padrões estilísticos vigentes no Brasil literário de então. E, neste sentido, é possível crer que sua obra tenha encontrado resistências no público leitor de ambos os lados da questão moral envolvida, conflitando com o horizonte de expectativas daquele público que expressa aquela “*não-coincidência mais fundamental, a saber, a oposição numa dada cultura, “entre linguagem poética e linguagem prática, mundo imaginário e realidade social*”²³³, quando a obra não consegue realizar adequadamente esta mediação.

Não obstante, a obra e seu autor respondem pela existência do argumento a um problema e a uma realidade que a tornou possível e, conseqüentemente, compõe “*um quadro de conjunto que o público percebe como a produção de seu tempo*”.²³⁴

1.4.1. Discurso contra-revolucionário e distanciamento n’O Corsário

Dentre os paralelos possíveis entre os romances, cabe reiterar a ambientação histórica, ressaltando que, nesta obra, a Revolução Farroupilha é bem mais do que um ‘pano de fundo’, ela é o *leitmotiv*, que inscreve novamente a narrativa de Caldre e Fião na perspectiva literária do ‘romance histórico’, inclusive, neste caso, importantes figuras do movimento aparecem como personagens do romance como é o caso de Bento Gonçalves, José Gomes Jardim e Giuseppe Garibaldi.

Guilhermino Cesar oferece um resumo do enredo deste romance regional ambientado no litoral do Rio Grande do Sul, e que tem como palco dos acontecimentos as cidades de Rio Grande e Porto Alegre:

A efabulação d’O Corsário abrange um quadro psicológico, moral e histórico, de grande envergadura; *chega a ser ousada, para o tempo, dadas as limitadas ambições de nossos primeiros romancistas*. Toma um episódio que foi comum nas costas do Sul – o naufrágio de navios veleiros, na altura de Tramandaí. Os destroços de repetidos naufrágios eram recolhidos por famílias das redondezas, uma das quais vivia das desgraças ocasionadas pelo mar. De uma feita, vem dar à praia o capitão de um navio corsário, Vanzini, homem de passado escuro, autor de crimes que o haviam tornado indesejável em Veneza. Maria, moça praieira, encontra o capitão desfalecido, num dos cômodos da costa, e por ele se apaixona, mas o jovem serve-se de todos os recursos para iludi-la, pois a sua alma de corsário visava sobretudo os bens materiais.(...) A linha sentimental do romance é o amor de Maria e Vanzini: afinal, desmascarado este nas suas intenções, a moça vem a amar um rude e honesto vaqueano, João Martinho, prometendo ao leitor o *happy-end* das histórias do gênero. (...) Assim é que, a par das descrições da vida das populações litorâneas, com seus contrabandistas e aventureiros, perpassa pelo romance o sopro épico da luta farroupilha.²³⁵ (grifos nossos)

²³³ RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p.293-295.

²³⁴ RICOEUR, Paul. *op. cit.*, p.295.

²³⁵ CESAR, Guilhermino. *op. cit.*, 1971, p.144.

Em princípio o propósito de Caldre e Fião era, o mesmo d'A *Divina Pastora*, escrever um romance de costumes que, sem embargo da intenção inicial, tornou-se também um drama político e social, pois *O Corsário* tem como maior argumento dramático a Revolução Farroupilha. Em suas páginas são descritos os planos, as artimanhas, a urdidura enfim, da trama política que um conflito armado, em qualquer tempo, envolve. Um período dramático da vida real, no qual as maquinações em torno de sentimentos patrióticos não revelam heróis, mas simples homens envolvidos em conspirações secretas que, através da narrativa deste autor, tornam-se as “vítimas-algozes”²³⁶ de seu próprio destino.

Guilhermino Cesar, analisando o posicionamento de Caldre e Fião em relação ao movimento farroupilha, assinala que:

Não há, por outra parte, no seu romance, a preocupação de exaltar os feitos militares ou o sentido republicano da Revolução. O político liberal que seria, mais tarde Caldre e Fião, eximiu-se de louvar um movimento durante o qual tanto sofreu a Província. Considerou-a na pauta das fatalidades históricas. Enquanto ficcionista, aproveitou dele aquilo que um conflito tão prolongado e duro podia ter de desagradável e desumano, a cobiça e má consciência de uns tantos sufocando as boas intenções e os belos gestos. Numa palavra, não romantizou o movimento de 35 (...).²³⁷

Sandra Pesavento também compartilha da opinião de Cesar quanto à ausência de loas à insurreição dos farrapos, por parte de Caldre e Fião, e assevera:

Como texto de ficção que fala de uma região do país, o viés monárquico e liberal do autor não deixa que transpareçam no discurso elogios para o ato de rebelião rio-grandense que levou a província a se separar do Império e a proclamar a república. Silencia, portanto, quanto a se definir na exposição de uma causa justa. Não faz, portanto, a defesa ou a glorificação da Revolução.²³⁸

Porém, ainda que tenha se furtado a louvar tão expressivo movimento, em virtude de sua inclinação política, Caldre e Fião não se eximiu, nem tampouco silenciou, sobre os efeitos nefandos que tal “*fatalidade histórica*” imprimiu aos que a vivenciaram, de modo que suas impressões sobre a revolução são contundentes, e neste romance se revelam num desabafo do personagem Felipe no último capítulo – oitavo quadro –, em que declara:

²³⁶ “*As vítimas-algozes: quadros da escravidão*”, é um romance de Joaquim Manuel de Macedo de 1869.

²³⁷ CESAR, Guilhermino. *O criador do romance gaúcho*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.11.

²³⁸ PESAVENTO, Sandra. J. *op. cit.*, 2003, p.217.

Meu Deos! Como é horrível uma revolução! Exclamou Felipe estremecendo todo. Eu fui um dos ferozes agentes dela que dilaceraram as entranhas da minha pátria... horrível pensamento! Eu, que a amava como a minha própria mãe, deixar-me assim levar, cegar-me desse modo!... ah! maldita ilusão! malditos aqueles que tentam valer-se do seu prestígio, e das suas antigas validades políticas e sociais para arrastar os homens incautos ao precipício voraz das desgraças de todos os infortúnios. Malditos eles! Meus filhos, eu posso asseverar-vos sinceramente que a maior parte dos homens que apareceram na cena política foram seduzidos e pervertidos por ilusões mesquinhas e calculadas dos homens considerados rebeldes, criminosos e pertinazes.(...) Fui eu o culpado, o único culpado; porque era incauto, e não sabia então que os rebeldes e os revolucionários são, a maior parte das vezes, ou sempre, especuladores miseráveis, a quem nada importam as desgraças da pátria, as lágrimas das mães, os gemidos dos órfãos; e enfim, a miséria de todos. Um desses desvairados deveria ser considerado como o maior inimigo da humanidade e do seu próprio país por todos aqueles que os olhassem antes de se cegarem. Meus filhos, (...) fugi do revolucionário como de um inimigo tentador que vos arrasta com boas palavras ao abismo insondável dos perigos. Fugi dele, porque, se ele não achar apoio, não prosseguirá em seus crimes; resignará seu peito na malvadez que nutre, sem poder derramá-la na cabeça dos outros.²³⁹

Percebe-se, entretanto, que o autor demonstra uma atitude narrativa bastante diversa diante d'*O Corsário*, pois se n'*A Divina Pastora* a intrusão do narrador de Caldre e Fião era bastante explícita, o mesmo não ocorre neste outro romance, mantém-se o narrador onisciente e demiúrgico, entretanto suas manifestações como '*persona narrativa*²⁴⁰ são muito mais demarcadas, ou seja, há um narrador que eventualmente pode, conforme assevera Reis, perfilhar opiniões do autor, mas isso não acontece de maneira direta.

Mas novamente as expressões utilizadas pelo autor dão a ler vestígios discursivos de condenação aos atos da Revolução. Se n'*A Divina Pastora* o narrador aludia a "*alguns abusos*" aqui, na voz de Felipe, tornam-se ações efetivas através "*das desgraças da pátria, as lágrimas das mães, os gemidos dos órfãos; e enfim, a miséria de todos*". Se naquela havia apenas "*fanatismo político*", nesta "*os rebeldes e os revolucionários são, a maior parte das vezes, ou sempre, especuladores miseráveis*". E se no primeiro texto havia o prenúncio de uma "*explosão espantosa*", há agora o lamento e a constatação de "*como é horrível uma revolução!*"

Mas, sobretudo, se na primeira narrativa havia uma sugestão de equívoco quanto aos motivos que levavam os *Rio-Grandenses* a desembainharem suas espadas, para lutar contra o "*suposto tirano que lhe assinalavam*"; na segunda, a advertência soa mais

²³⁹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.222.

veemente, ao avisar: “*fugi do revolucionário como de um inimigo tentador que vos arrasta com boas palavras ao abismo insondável dos perigos. Fugi dele, porque, se ele não achar apoio, não prosseguirá em seus crimes*”. Eis aqui, portanto, como assinalou Loureiro Chaves à propósito da *Divina Pastora*, as idéias de Caldre e Fião expressas com “*meridiana clareza*”. Eis que nosso honrado autor ao manifestá-las esgrimiou ingloriamente contra sua própria posteridade.

As diferenças entre os dois romances além do já analisado comportamento narrativo do autor, no que importa mencionar para fins desta análise, se concentram ainda na geografia, isto é, nos locais onde a trama é ambientada. No primeiro, os personagens situavam-se entre Porto Alegre, Viamão e a vila de São Leopoldo; já no segundo, as ações ocorrem entre Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e São José do Norte. Mas estes ambientes, por si só, não oferecem maiores contrastes, além da mudança na paisagem de campos e coxilhas, para cômodos de areia e o mar, embora, de certa maneira, confirmem aquela função pedagógica de apresentar aos brasileiros da Corte as variações das paisagens *rio-grandenses*, segundo o olhar deste “narrador-viajante” conforme a categoria proposta por Sússekind.

Entretanto, o mais significativo a ser percebido na presente obra, em contraste com a anterior, é que as palavras “*gaúcho*” e “*monarca das coxilhas*” aparecem com muito mais freqüência no texto, e embora o mesmo sentido já aferido em relação à distinção social permaneça, ele se apresenta mais diluído e, portanto, um pouco menos preciso.

Quer por sua importância histórica, quer pela postura política, Caldre e Fião e seus romances mereceriam um estudo bem mais aprofundado, entretanto, a pesquisa até agora realizada não tem estatua suficiente para ampliar outras discussões, mas também não é o propósito desta análise esgotar todas as possibilidades de abordagem das obras. Visando, portanto, tão somente preencher algumas lacunas sobre Caldre e Fião e o papel histórico de suas obras na construção da identidade regional, o foco da presente análise recairá, apenas, sobre a representação dos personagens masculinos nos dois romances, buscando significados sociais e culturais nas maneiras utilizadas pelo autor para denominá-los e distingui-los.

²⁴⁰ A palavra *persona* em latim significa máscara (no sentido de personagem), cabe lembrar que era esta a denominação da máscara usada pelos atores gregos ao representarem seus papéis e “foi introduzida com esse sentido na linguagem filosófica pelo estoicismo popular, para designar os papéis representados pelo homem na vida: Epitecto diz: “Lembra-te de que aqui não passas de ator de um drama, que será breve ou longo segundo a vontade do poeta”. In: ABBAGNANO, Nicola. *op. cit.*, p.761.

1.4.2. As representações regionais de Caldre e Fião n'O Corsário

Caldre e Fião como o pioneiro autor de ficção da Literatura regional, configurou a sua maneira o personagem representativo do Rio Grande do Sul, e se no seu primeiro romance o *Rio-Grandense* aparece como a principal e quase única forma de tratamento, não é o que ocorre n'O *Corsário*, pois neste surgem vários nomes para designá-lo, em princípio por sua ocupação como *vaqueano ou peão* (embora o peão também possa ser um “*gaúcho*”) ou poder-se-á vê-lo também como *guasca* na referência genérica aos rudes homens do campo; e com certo destaque até, aparece a “figura” do *monarca* designando uma maneira campeira meio “janota” de trajar que alude aos fatos ornamentos dos cavalos.

Os “*gaúchos*” aparecem também, numa concepção oscilante entre dois estereótipos duvidosos, isto é, ou são homens violentos e desgarrados, ou fiéis e corajosos, especialmente os que são recrutados para servirem nas tropas farroupilhas. Mas os regionais são ainda tratados como *continentistas ou patrícios*, numa acepção genérica, que marca também uma posição política dos habitantes da província; e finalmente, como *Rio-Grandense* em sua acepção mais ampliada dos filhos do Rio Grande.

Diante disso, é necessária nova análise sobre que significados assumem estas denominações no texto de Caldre e Fião, e neste sentido, para que se possa realizar um exame cuidadoso sobre os significados das palavras em sua narrativa, é importante proceder um cruzamento com outra obra de referência deste mesmo período, de forma que se recoloque as palavras utilizadas numa perspectiva histórica e social.

A única obra que consignou estes termos, existente naquela época, é a “*Coleção de Vocábulos e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*”²⁴¹ escrita por Antonio Álvares Pereira Coruja, e publicada em 1852 na Revista do IHGB²⁴², a fim de levar ao conhecimento do público letrado da Corte, alguns aspectos peculiares do

²⁴¹ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *Coleção de Vocábulos e frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. (anotações de Walter Spalding) In: Revista Província de São Pedro nr. 7 a 10. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1947.

²⁴² Cumpre ressaltar que o professor Coruja havia emigrado, para o Rio de Janeiro em 1837, em decorrência de perseguições políticas que sofrera durante a Revolução. Dois anos após sua chegada à Corte consegue o cargo de secretário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e o de tesoureiro no IHGB. Spalding informa que o vocabulário de Coruja teve também outras edições: “*Editado pela primeira vez em 1852 no tomo XV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, teve 2ª edição em 1856, feita as expensas do príncipe L. Bonaparte, em Londres na Tip. De Tomás Harrild, (nome que figura no verso da página de rosto), para Trübner e Comp. – Londres. Esta edição foi de 25 exemplares apenas. A terceira edição teve no Rio de Janeiro, em 1861, na Tip. Moderna de H. Gueffier. Em 1861 ainda foi feita uma 4ª edição, em anexo à “Folhinha Rio-grandense” para 1862, na Livraria de D. J. Gobes Brandão*”. In: CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: Revista Província de São Pedro, nr.7, p.159.

vocabulário sul-rio-grandense. Na apresentação deste estudo o autor esclarece que apesar da ausência de apuro na pronúncia da Língua Portuguesa, “*não se pode contudo dizer, que ela aí seja pronunciada com vícios, ou, como vulgarmente se chama, sotaque*”, ou seja, que a despeito da proximidade com vizinhos de língua castelhana a língua falada pelos rio-grandenses não apresenta deturpações dialetais, de modo que, salienta o mestre-escola:

apenas os homens menos civilizados da campanha têm uma pronúncia, que se ressent de sotaque castelhano, ao mesmo tempo que os Rio-Grandenses de trato mais civil passam nas outras províncias por naturais de Lisboa.²⁴³

A afirmação quanto a diferença cultural entre rio-grandenses e platinos fica ainda mais pertinente quando se verifica que 1852, ano de publicação do vocabulário, foi também o ano da batalha que põe fim a guerra contra a Argentina do caudilho Rosas²⁴⁴. Além disso, a definição geográfica dos homens considerados “*menos civilizados*”, como os habitantes da campanha – entenda-se, fronteira –, acentua a má influência platina, pois os de “*trato mais civil*”, ou seja, os que estão mais próximos às cidades não sofrem seus efeitos.

Das intenções de Pereira Coruja, ao seu conceito opositivo, entre rio-grandenses e platinos, passamos aos termos que nos interessam em sua obra, na qual constam da seguinte maneira:

Gaúcho: s. m. índio do campo sem domicílio certo. Cavallo gaúcho é quase o mesmo que cavallo teatino, que não é permanente em parte alguma.

Guasca: s. f. qualquer tira ou correia de couro cru; os homens da cidade assim chamam (tomando a má parte) os homens do campo; mas neste caso é do gênero masculino.

Monarca: s. m. o homem sem educação carregado de armas, vestido com o aparato da gente do campo. Passa em provérbio: Moço monarca não se assina, mas risca a marca (não sabe ler nem escrever).

Peão: s. m. homem ajustado para fazer o serviço do campo; esta designação se estende até aos escravos exclusivamente ocupados no serviço das estâncias.

Vaqueano: s. m. o que serve de guia em alguma viagem por ser conhecedor dos caminhos.²⁴⁵

²⁴³ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: Revista Província de São Pedro, nr.7, p.161.

²⁴⁴ Segundo informa Lazzari: “*Um exemplo da má fama dos caudilhos e dos “gauchos” platinos entre os letrados da corte pode ser encontrado na biografia de Rosas escrita e lida em sessão do IHGB pelo sócio A. D. Pascual.*” In: Relatório do 1º Secretário o Sr. Cônego J. C. Fernandes Pinheiro. In: Revista do IHGB, tomo 27 – suplemento, 1864, p.394-5, *apud in* LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena patria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2004, p.38.

N'O *Corsário* a primeira designação que surge é *vaqueano*, para identificar a ocupação de um dos protagonistas da trama, habitante do interior da Província, apaixonado por Maria, apresentado como “*João Martinho, moço antigo conhecido da casa, era o vaqueano que os dirigia*”²⁴⁶, mais adiante é definido outro *vaqueano* como “*um antigo e fiel companheiro*”²⁴⁷.

Logo a seguir aparece novamente João Martinho o enamorado de Maria, mas que agora se encontra em Porto Alegre, e desta vez a referência é modificada, não é descrito como *vaqueano*; mas sim como “*um moço vestido à monarca com um arrebém prateado suspenso no braço esquerdo*”, que ao reunir-se com seus companheiros à noite para a ceia erguem um brinde e dizem: “*bebamos à saúde dos nossos, (...) vivam os bravos continentistas! Morram todos os nossos inimigos!*...”²⁴⁸

Tomando-se, portanto, como referência às definições fixadas por Coruja, tanto no texto de Caldre e Fião, quanto na concepção vernacular, *vaqueano* apresenta as mesmas características, isto é, não há variação em seu emprego.²⁴⁹ Nem poderia haver, pois se refere a uma ocupação comum e muito considerada naquele tempo de caminhos ermos e praticamente sem estradas, sem mapas, nem referências.

E no sentido do traje à *monarca*, segundo a definição, o personagem estava vestido conforme o apuro da gente do campo, pois carregava consigo “*um arrebém prateado*”, e nisto também não há nenhum paradoxo, sendo realmente esta a procedência do aludido personagem que se encontrava na cidade, e usava roupas diferentes dos trajes urbanos – conforme a mesma distinção feita por Caldre e Fião ao referir-se a Francisco, na *Divina Pastora*²⁵⁰.

A designação *continentista* não foi averbada por Coruja. Entretanto, como o Rio Grande também era conhecido como o “Continente de São Pedro”²⁵¹, parece natural o emprego genérico desta palavra para denominar qualquer habitante da Província, tanto

²⁴⁵ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: Revista Província de São Pedro, nr.9 e 10, p.140, 143 e p.135,143.

²⁴⁶ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.43. (Por fidelidade ao documento adotou-se a grafia original em todos os textos literários.)

²⁴⁷ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.58.

²⁴⁸ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.88.

²⁴⁹ Seria o mesmo que dizer hoje em dia que o moço era um motorista, ou seja, seu trabalho.

²⁵⁰ Conforme registra a citação de nr.223, deste mesmo capítulo. In: CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. *op. cit.*, 1992, p.134.

²⁵¹ Caldre e Fião n' A *Divina Pastora* também refere-se ao Rio Grande como Continente. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, p.36 e outras. Segundo Piccolo, em Varnhagen encontramos “a sua interpretação do porquê de começar-se a chamar os moradores do Rio Grande de “continentistas”: “Entre os que consigo levava (referindo-se a Silva Paes), alguns seriam da Ilha de Santa Catarina, onde havia, como dissemos um destacamento militar. Nem podemos de outro modo explicar o nome de continentistas com que desde o princípio (e nem que por antítese a ilhéus) vemos começarem a denominar-se os moradores do Rio Grande.” In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil 1850. (5º Tomo), p.20 *apud in* PICCOLO, Helga L. *O Rio Grande do Sul na obra de Varnhagen*.

mais que esta é a acepção mais encontrada no cancionário popular da Revolução Farroupilha, conforme foi assinalado algures por Augusto Meyer.²⁵²

Outra denominação recorrente é *patrício*, utilizado para referir-se ao regional, pois há muitas passagens em ambos os textos que aludem a este tratamento. No decurso de um processo de construção da nação, é interessante notar o modo como a referência à pátria *rio-grandense* é constante, por outro lado, não há menções ainda ao tratamento de cidadão ou cidadãos como um eco da Revolução Francesa ou sintoma discursivo de um republicanismo, permanecem, portanto, como *continentinos* ou *continentistas*.

Sobre este aspecto, Flora Sússekind faz indicações valiosas, pois em muitas citações utilizadas pela autora, no sentido de discutir a construção do perfil narrativo dos primeiros autores de prosa de ficção brasileira, aparecem as expressões “*país*” e “*patrício*”, referindo-se a determinada “*região*” do Brasil e seus habitantes, ou seja, estas são as designações mais constantemente encontradas para identificar “as pessoas pertencentes a um lugar”. Assim acontece na referência a Firmino Rodrigues da Silva, onde o narrador do conto “*Os três desejos*”, diz:

Talvez leitor fluminense, vós que sabeis mais do que vai por Londres, do que por vossa terra, não compreendais à justa o que vem a ser um tropeiro, pois eu vos explico: – **é um homem natural do país** que se incumbe de um lote de bestas, que as trata e afaga, que lhes conhece as bondades e as mazelas, que se faz entendido delas, chamando-as cada uma por apropriado apelido [...].²⁵³ (grifos nossos)

Nota-se, portanto, que a palavra “*país*” está relacionada à peculiaridade de uma “*região*”²⁵⁴ do Brasil, pois o narrador dirige-se a um leitor fluminense urbano, que talvez desconheça um tropeiro. *Patrícios*, é outra expressão encontrada num trecho de “*Memórias da rua do ouvidor*” de Joaquim Manuel de Macedo, em que, ao falar sobre as imprecisões nas informações de alguns viajantes, menciona uma confusão sobre “os

²⁵² “No decênio da grande revolução (1835-1845), o filho do Rio Grande é sempre o continentino, ou continentista, o riograndense”. In: MEYER, Augusto. *Gaúcho, história de uma palavra*. Porto Alegre: IEL, 1957, p.36.

²⁵³ SILVA, Firmino Rodrigues da. *Os três desejos*. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa (sel.). *Os Precursores do conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p.140. *apud in* SÚSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.95.

²⁵⁴ Pesavento também indica esta associação entre os termos ao referir-se a uma expressão de Glodomiro Paredes em 1869 que julgava o gaúcho “*o ser nacional por excelência*”, ela diz: “*Caberia talvez aventar para o francesismo da expressão, onde se registra a concepção da região como país*”. In: PESAVENTO, Sandra. J. *op. cit.*, 2003, p.223. Neste mesmo sentido aplica-se uma citação de Pereira da Silva em que “*país*” relaciona-se com a “*região*” norte da Alemanha, e que “*pátria*” conserva o significado de “lugar de nascimento”, neste caso, o Brasil, que diz: “É triste e singular país o norte da Alemanha! Que diferença da nossa pátria, aonde é tão risonha a natureza, majestosas as florestas e bosques, pitorescos os rios (...) não têm os rios margens escarpadas; não rolam suas águas com estrépito, como os do Brasil (...)” Cf. SILVA, J. M. Pereira da. *Viagem pela Alemanha em 1837*. In: *Variedades Literárias. Obras literárias e políticas de J. M. Pereira da Silva*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier; Paris: Garnier Irmãos, 1862, T.I, p.4 *apud in* SÚSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.69.

tigres”: “*barris destampados e usados para carregar o lixo das casas em idos tempos nas ruas do Rio de Janeiro à noite*” e diz:

Um francês (viajante charlatão) passou pela cidade do Rio de Janeiro, e demorando-se nela alguns dias, **ouviu aos patrícios da rua do Ouvidor** queixas dos incômodos tigres que freqüentes passavam ali de noite. Sábio e consciencioso observador que era, o viajante tomou nota do fato, e poucos anos depois publicou, no seu livro de viagens, esta famosa notícia: “Na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, feras terríveis, os tigres vagam, durante a noite, pelas ruas”, etc. etc.!!! E é assim que se escreve a História!²⁵⁵ (grifos nossos)

Portanto, vê-se demarcada uma atitude semântica que não define um uso político das palavras “*país*” e “*patrício*” são vestígios discursivos, que registram peculiaridades regionais, pelas quais o “*narrador assume a função de instrutor, de guia pelo “território da nacionalidade*”, não obstante, assinalando, também, um pertencimento cultural que advém do lugar de nascimento.²⁵⁶

1.4.3. Rio-Grandenses, monarcas e gaúchos n’O Corsário

Neste romance, a percepção do autor acerca do conflito militar está plasmada através de seus personagens, bem como de seu julgamento sobre os homens que protagonizam e os que coadjuvam acontecimentos desta natureza, além disso, ele fornece indicações sobre os lugares sociais que ocupam os indivíduos nesta sociedade, e identifica, através de sua narrativa, que tipo de entendimento tinham os seus contemporâneos sobre os homens do Rio Grande do Sul.

De modo que, no transcurso da narrativa, quando seus personagens José Gomes Jardim, um dos chefes revolucionários, e Matias, o comerciante de São José do Norte, discutem os rumos da possível revolução, começam a aparecer as demais designações e seus qualificativos:

Jardim: - (...) É em minha casa que se reúnem os meus antigos amigos, e bem vezes temos tratado dos males que oprimem a pátria, e de todas as desgraças dos nossos concidadãos, e das vantagens inculcáveis que resultariam da união do Estado Oriental com esta província, formando uma região independente e livre, que deva marchar pelo caminho da prosperidade, desentrevada de todos os abusos que apresenta um governo longínquo, situado à distância de mais de 400 léguas. E a nossa generosidade, o nosso

²⁵⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do ouvidor*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p.88 *apud in* SÜSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.232.

²⁵⁶ SÜSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.95.

patriotismo não deveriam deixar sem uma resposta e sem uma satisfação pronta as reclamações da nossa terra e dos nossos **patrícios**.

Matias: - Pretendeis então fazer uma revolução para a separação da província, e para a união com o Estado Oriental?

Jardim: - Não, meu amigo, nós não necessitamos de recurso das armas: temos o recurso moral da nossa parte. A maior parte dos velhos generais que combateram contra o Artigas e contra alguns chefes argentinos tem-se declarado de acordo com este nosso pensamento, mesmo ligando-se e despertando no ânimo dos nossos vizinhos a união que hoje me parece infalível. Como já sois velho, conheceis bem qual o caráter da gente de nossa terra, e deveis saber que a independência e a liberdade hão de ser bem recebidas em toda a parte em que se proclamar. Nós não necessitamos (...), do recurso das armas; desse recurso atroz que pode dar origem a muitas fontes de desgraças e a muitos rios de sangue. Mas...

(...)

Jardim: - Mas, se for necessário o recurso das armas, então os nossos velhos generais, a nossa valente mocidade há de aparecer em campo, há de mostrar aos *escravos*, a esses miseráveis escravos do Imperador, para quanto presta um **guasca** deste continente.(grifos nossos)²⁵⁷

Neste fragmento são apresentadas discussões em torno dos motivos que mobilizavam os homens ao tempo da revolução, ou seja, estão presentes as idéias de separação da província e sua subsequente união com o Estado Oriental, assim como a marcante distância do governo e a decorrente ingerência nos assuntos locais, além da reiterada alusão a um iminente conflito armado a fim de resolver os agravos, pois afinal “*deveis saber que a independência e a liberdade hão de ser bem recebidas em toda a parte em que se proclamar*”, palavras de Gomes Jardim, que repercutem a voz do narrador da *Divina Pastora* que então asseverou: “*Ao primeiro grito – Liberdade – a esta palavra mágica, o Rio-Grandense desembainhou a espada (...) e correu ao encontro do suposto tirano que lhe assinalavam*”, e que indicam uma disposição muito peculiar, sem embargo das negativas, de tomar como caminho natural o recurso das armas.

Ademais essa repercussão endossa e delinea “*o caráter da gente de nossa terra*”, isto é, que os valentes *rio-grandenses* lutam pela liberdade e não se submetem à tirania.

Mais adiante, neste capítulo, tratar-se-á, especificamente, da representação literária de Bento Gonçalves por Caldre e Fião, por enquanto, convém analisar as demais denominações, das quais o autor se utiliza para designar os habitantes do Rio Grande.

Na seqüência, Matias tem um encontro com Bento Gonçalves, durante o qual o líder farroupilha o incumbe de divulgar certas ‘instruções’ que se referem, entre outras coisas, ao tratamento dado pelo governo à província, e dos motivos do abandono do cargo pelo presidente Braga, e encerra sua mensagem dizendo “*que a nossa causa é a*

²⁵⁷ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.64-65.

*causa da liberdade, e da pátria. Que todos aqueles que me não seguirem, não são mais do que traidores indignos do nome **Rio-Grandense**.*²⁵⁸

No sétimo quadro, ou penúltimo capítulo do romance, é narrado um encontro entre Bento Gonçalves e alguns dos personagens envolvidos na trama, no qual se estabelece um diálogo entre Manoelzinho, um rapazote de 14 anos, filho de Matias que fora expulso do Rio Grande por Bento Gonçalves, e o próprio chefe farroupilha sobre os motivos da revolução, através do qual se pode notar, outra vez, a distinção social entre “*rio-grandense*” e “*gaúcho*”:

Manoelzinho porém, saído o primeiro deste estado de torpor e sobressalto, deu dous passos para o chefe da insurreição; estendeu-lhe a mão e disse-lhe com ironia:

- Valente coronel, foi sem dúvida a vossa ida à corte que vos fez mudar as boas disposições patrióticas que tínheis em outro tempo, como me afirmou meu pai!

E voltando-se para os outros com voz firme e pronunciada:

- Um **rio-grandense** não deve trair a sua pátria!... não deve servir aos interesses dos vis cortesãos!!

Todos estremeceram; Bento Gonçalves fixou-lhe um olhar em que transluzia a raiva e o desespero; mas que brevemente mudou por um sorriso que a sua dissimulação sabia emprestar-lhe em momentos críticos. Ele disse depois com acento pausado:

- És ainda muito moço, meu menino, para me compreenderes. Entendes?

(...)

- Meu menino, disse Bento Gonçalves instantaneamente inflamado por um orgulho que lhe era próprio, eu não sou escravo das vontades alheias: a minha espada que cingi desde bem tenros anos, e que me deu o primeiro posto militar de capitão de guerrilhas das antigas milícias, quando me achava nos campos de Cerro Largo, jamais serviu senão em defesa da pátria, do rei que tínhamos, e dos nossos gloriosos imperadores. Estás enganado quando dizes que a minha ida à corte mudou as minhas disposições patrióticas. – Vós todos que me ouvis, continuou falando para os mais que estavam na sala, sabeis que nós não servimos aos caprichos do governo do Rio de Janeiro; mas que, pelo contrário, é o governo do Rio de Janeiro quem se presta servilmente aos nossos planos de federação e de separação da província.

- O mais alto funcionário desta província, bem como o *mais ignorante gaúcho do campo*, vos acusam de que recebeis ordens secretas do Rio de Janeiro, disse Manoelzinho com ar duvidoso.

- Assim é, meu menino: porém eles se enganam. Os nossos fins políticos são nossos e só nossos; as nossas espadas brandem-se em defesa da nossa pátria; e se há interesses que nos guiam, esses interesses não passam do círculo da província. Se um governo fraco e ignorante das nossas cousas tem hoje assumido o poder e nos favorecido, não penseis por isso que deles recebamos ordens. O grande mal que tem pesado sempre sobre o império, desde a sua independência, é a má escolha que o ex-Imperador, e depois dele a Regência, tem feito de ministros inábeis, e também da versatilidade contínua de suas nomeações.²⁵⁹

²⁵⁸ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.82.

²⁵⁹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.192-193.

Há, pois, no texto de Caldre e Fião, seja através do narrador ou de outros personagens, não só uma opinião a respeito dos motivos da guerra, mas também uma denúncia sobre a maneira como pensam e comandam os homens de ação, em relação aos destinos de toda a gente; porém, além disso, ele imprime nas páginas de sua obra o vigoroso “*caráter da gente de nossa terra*”, para quem “*a independência e a liberdade*” são as idéias fundamentais, que mobilizam a força e a coragem “*dos guascas deste continente*” na defesa dos ideais patrióticos, porque, afinal, um “*rio-grandense não deve trair a sua pátria!*”, embora as distinções entre “*o mais alto funcionário desta província, e o mais ignorante gaúcho do campo*”, permaneçam, inclusive, quanto ao seu lugar de enquadramento social.

Para além da distinção social evidente, entre “*rio-grandenses*” e “*gaúchos*” no diálogo destes personagens, destaca-se um certo tom irônico do autor ao construir esta passagem, tanto no tratamento dispensado ao líder farroupilha, quanto ao inusitado diálogo, pois diante da sociedade altamente hierarquizada daquele tempo, temos um *sui generis* embate retórico entre Bento Gonçalves, general das tropas *rio-grandenses* – ou, conforme o texto, “*chefe da insurreição*” –, e um menino de 14 anos, filho de um comerciante de São José do Norte.

Diante de tal quadro, podemos refletir sobre o despropósito de um homem da envergadura de Bento Gonçalves ter suas atitudes questionadas por um menino que o acusa de conspirar contra o Rio Grande acertando alianças com a Corte. Porém, esta criação imaginária do autor ganha outro sentido, se atentarmos ao fato de que no auge da Revolução *rio-grandense* o imperador-menino D. Pedro II, então com 14 anos, dirige-se “*em uma de suas primeiras proclamações aos rebelados rio-grandenses-do-sul, em agosto de 1840*”, conforme informa Schwarcz:

[E] fala como o grande pai – ou melhor, repete, com autoridade, um discurso escrito por outros –, do alto de seus catorze anos de idade: “Se continuardes porém surdos à minha voz, acabará o tempo da clemência, e soará bem mau grado meu a hora do castigo [...] Eia Rio-Grandenses deponde aos pés do trono as armas fratricidas, vinde aos braços do vosso monarca, que como o sol, traz luz para o filho desvairado.”²⁶⁰

Todavia, a análise que se empreende não visa o cruzamento da argumentação literária e sua inspiração ou não em acontecimentos reais, apenas entendemos como procedente tal interpretação, tendo em vista o aparente descabimento deste episódio e, sem embargo desta constatação, ainda convém salientar, que a fala do imperador

²⁶⁰ A Phenix, 19/08/1840 *apud in* SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p.70.

registra o tratamento aos “*Rio-Grandenses*” e não aos “*gaúchos*”, no que concerne aplicar nossa atenção neste momento.

O “*gaúcho*” tem então revelada a sua situação na estrutura desta sociedade, que o torna completamente alijado de um papel social que lhe confira alguma expressão cultural, que possa identificá-lo como representante dos “legítimos” filhos do Rio Grande. Não obstante, o “*gaúcho*”, por estar inserido no ambiente rural, tem características peculiares à suas atividades, as quais, por serem de predominância econômica na Província, lhe conferem alguns atributos, como por exemplo, a forma de vida mais nômade, que também o diferencia do habitante da cidade.

Esta interpretação é corroborada, inclusive, pelas acepções atribuídas por Coruja aos designativos “*guasca*” e “*gaúcho*”, visto que ao primeiro, “*os homens da cidade assim chamam (tomando a má parte) os homens do campo*”, ou seja, um homem sem o lustro social que convém à urbanidade, quanto ao segundo, é um “*índio do campo sem domicílio certo, que não é permanente em parte alguma*” remetendo, portanto, à distinção presente na escrita de Caldre e Fião, que aproxima este ser do modo de vida dos selvagens, pois é um índio do campo nômade e ignorante.

Para além desta distinção fixada nas definições de Coruja, o texto evidencia um tratamento semântico para *rio-grandense* e outro completamente diferenciado para o “*ignorante gaúcho do campo*”, ou seja, se o primeiro pressupõe uma participação política, dado que “*um rio-grandense não deve trair sua pátria*”, ao segundo cabe apenas o desprezo reservado aos indivíduos marginais de um sistema sócio-cultural, neste discurso o “*gaúcho*” é representado como o antípoda social do “*rio-grandense*”.

É, portanto, digno de nota que Caldre e Fião não tenha utilizado, neste diálogo, a acepção *guasca* – referência pejorativa dada ao homem do campo em geral –, para aplicar sua desqualificação. Esta opção corrobora, justamente, a sua tomada de posição em relação àqueles a quem o autor considera como representação social válida dos habitantes do Rio Grande, ou seja, que podem enquadrar-se nesta classificação, os “*monarcas*”, os “*guascas*”, os “*continentinos*” e os “*patrícios*”, mas não os “*gaúchos*”, que são “*os vagabundos, nômades dos campos*”²⁶¹, em suma, os párias desta sociedade.

²⁶¹ A pesquisa de Augusto Meyer informa sobre uma descrição do vocábulo datada de 1787, registrada no *Diário Resumido do Dr. José de Saldanha*, que em nota esclarece: “*Gaúches, palavra Hespanhola uzada neste Paiz para expressar aos Vagabundos, ou ladroens do Campo, quais Vaqueiros, costumados a matar os Touros chimarroens, a sacar-lhes os couros, e a leva-los ocultamente as Povoaçãoens, para sua venda ou troca por outros gêneros*”. In: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, p. 19. Meyer explica ainda que: “*O Diário Resumido foi formado por José de Saldanha, Bacharel em Filosofia, Formado em Matemática, Geógrafo e Astrônomo de Sua Majestade Fidelíssima, no Acampamento Geral do Monte Grande, a futura cidade de Santa Maria, com data de 10 de Novembro de 1787. Na documentação de procedência portuguesa, são estas as primeiras menções da palavra gaúcho*”. In: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, p. 52.

Mas Caldre e Fião registrou ainda o “*gaúcho*” sob diferentes nuances, pois, quando o faz surgir no texto, seu narrador o descreve da seguinte maneira:

Eles se apearam, desenxilharam os cavalos, e os poseram a pastar, enquanto o **vaqueano** acendia o fogo em seu isqueiro e queimava alguma *macega* seca, para assar um churrasco, e uma pouca carne que trazia na garupa. Quando eles estavam em meio de sua refeição frugal, na margem oposta do rio apareceram três **gaúchos lanceiros** que o passaram, e vieram sentar-se muito sem cerimônia ao lado de Matias, e começaram a participar do almoço que lhes não tinha sido oferecido, sem todavia abandonarem um instante sequer as suas armas. Matias tornou-se desconfiado, e não foi sem receio que lhes perguntou para onde iam.

- Para a casa do Sr. Capitão José Gomes, respondeu um deles. **Nós somos da gente de Bento Gonçalves.**(...)

[Mais adiante] encontraram outra turma de **gaúchos**, que os trataram com hospitalidade.²⁶² (grifos nossos)

Eis que então reaparece na narrativa o “*gaúcho*” vinculado agora à figura do “*peão*”, do seguinte modo.²⁶³

Mariana sentiu um baque no coração como se esperasse por alguém, e correu para a porta.

- É ele, disse ela achando-se frente a frente com **um gaúcho armado da cabeça aos pés**. Que má ocasião Atanásio! Porque bateste tão forte? Matias, teu amo está em casa... e agora?... é necessário dizer-lhe alguma cousa... dar-lhe uma desculpa. (...)

- Oh! Era Atanásio!... que queres maldito? Por que me bateste com tanta força na porta?...

- Vim de viagem, meu amo, disse o caboclo; como sube que meu amo tinha chegado vim visitá-lo.

- De viagem! Pois onde foste sem minha ordem?!...

(...)

- Eu fui ao Jaguarão, disse Atanásio improvisando, em procura de meu amo. Já sabe Vmc. Que eu tenho-lhe muito afeto; por isso pedi ao Sr. Manoelzinho para ir para o Jaguarão para ver se por lá o encontrava.

(...)

- Este Atanásio é **um peão muito fiel**, observou Mariana chamando Matias à parte; deixa-o ir descansar, coitado!²⁶⁴ (grifos nossos)

Logo em seguida ressurgiu Atanásio, o mesmo “*fiel peão*” anteriormente mencionado, e ainda outro “*pobre peão*” de nome Jacó, e mais adiante outra vez a associação entre os termos no seguinte diálogo que se refere ao primeiro peão:

- Pois então, nada mais fácil. Não tens por aí algum devoluto por quem mandes indagar quem falava desse modo?

- Eu tenho **um fiel peão** em quem muito confio: **é um bravo e guapo gaúcho**.²⁶⁵ (grifos nossos)

²⁶² CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.74-75.

²⁶³ Tal como Loureiro Chaves n’*A Divina Pastora*, Guilhermino Cesar também observa que n’*O Corsário* “o termo “*gaúcho*” nunca é usado pelo romancista como patronímico, senão como significando – campeiro, peão, campeador” Cf: CESAR, Guilhermino. *O criador do romance gaúcho*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.17.

²⁶⁴ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.117-122.

²⁶⁵ *Id. Ibidem*, p.134.

Até aqui, portanto, o “*gaúcho*” aparece associado a bando armado, como no caso dos “*três gaúchos lanceiros*” que se dizem da “*gente de Bento Gonçalves*”, e mais adiante há menção a “*gaúchos*” hospitaleiros. Donde os sentidos construídos, que não chegam a ser contraditórios são de gente armada e suspeita, mas hospitaleira.

Na seqüência estabelece-se a correlação entre “gaúcho”, peão e escravo, da forma como sugere a definição de Coruja: o “*gaúcho armado da cabeça aos pés*” é um “*caboclo*”, de nome Atanásio “*peão muito fiel*”, que demonstra, através da utilização do tratamento “*amo*” dirigido à Matias, as relações de subserviência vigentes conforme a ordem escravista e ainda faz alusão a outro “*pobre*”, mas “*fiel peão*” que é um “*bravo e guapo gaúcho*”, permanecendo deste modo, a sinistra identificação entre estes homens e suas armas, embora suavizada segundo um “*habitus*” social que lhes atribui fidelidade, bravura e valentia, desde que seja gente conhecida e, de certo modo, “amansada”.

Mais adiante seguem os personagens no rumo da história, até encontrar outras referências ao “*gaúcho*”:

- Eles estão armados e podem perceber-nos, e então, coitados de nós!... estes **malditos gaúchos** têm alma danada! matam gente como eu costume matar mosquitos lá na loja quando me vou deitar... eles estão acostumados a matar gado... já não lhes faz moossa na consciência!

(...)

Eram quatro moços **vestidos à gaúcha**: eles traziam chapéus arredondados de abas largas; trajavam *chilipás* com *franjas*; coletes vermelhos com botões amarelos, chales de cachemira velhos amarrados à cintura, excetuando um deles que cingia uma linda e bordada *guaiaca*; e traziam ainda grande e pesadas *chilenas* de prata; estavam **armados à rio-grandense**, com espada, duas pistolas, uma faca, uma carabina, e o laço e as bolas, que estavam seguras aos *tentos* dos cavalos; seus aspectos eram guerreiros; em seu todo apresentavam uma lhana franqueza e alegria bem pronunciada. Três dentre eles tinham cabelos ruivos em cabeleiras pendentes sobre os ombros, exceto o que cingia a *guaiaca*, que tinha cabelos castanhos também da mesma forma dispostos.²⁶⁶

Os quatro personagens apresentados são José Pacávio, Fernão Lopo, Anselmo e Manoel da Cunha que vieram em socorro de Maria, prima de Manoel, para matar Vanzini, o corsário, que os enganara fazendo-se passar por outra pessoa. O interessante a ser destacado neste diálogo é o temor do homem que os avista – Simplício, um barbeiro português residente em Pelotas –, que faz o comentário de que os “*malditos gaúchos têm alma danada*” e costumam matar gente como matam o gado, sem nenhum peso na consciência, ou seja, são uns bárbaros desalmados e sanguinários.

Outra distinção que merece destaque, é que estavam os “*quatro moços vestidos à gaúcha*”, mas “*armados à rio-grandense*”, esta não é uma diferenciação aleatória, ela

²⁶⁶ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.158.

indica a incorporação de elementos da cultura platina, no uso comum dos *rio-grandenses*, neste caso, a roupa. E também demonstra, indiretamente, que existem caracterizações específicas, que distinguem o traje do *monarca das coxilhas*²⁶⁷, do traje à *gaúcha*, que, por sua vez, demarcam especificidades culturais. Além disso, por serem estes jovens habitantes do campo, o narrador poderia tê-los denominado “*guasacas*”, todavia, são descritos como “*rio-grandenses*” vestidos de “*gaúchos*” ressaltando o contraste diante da percepção do barbeiro português. E como poderia ser interpretada tal armadilha semântica?

Parece que o narrador utiliza esta percepção dúbia através do “estrangeiro português”, para representar o entendimento comum das pessoas que olham *desde fora* – como os habitantes da Corte – as características culturais dos *rio-grandenses*, pois dito desta maneira, “*rio-grandenses*” e “*gaúchos*” são análogos, vivem e agem do mesmo modo, sob as mesmas condições, logo são indistintos.

Mas, por outro lado, as armas que portavam remetem ao uso comum na província, e não há entre eles nenhum elemento platino, são todos jovens *rio-grandenses*, de modo que, na seqüência, surge um diálogo entre José Pacávio e Anselmo, sobre Fernão, onde há novamente a menção ao *monarca das coxilhas*.

Neste diálogo, Anselmo alude às antigas roupas utilizadas pelos portugueses da reconquista, e ironiza o nome heróico adotado pelo amigo, ao dizer que, “*sem dúvida Fernão Lopo foi um dos heróis do antigo Portugal. Se tu, meu amigo cingisses um arnez, uma malha, um escudo e uma besta, serias um arremedo daquele a quem roubaste o nome!*”, ao que continua Pacávio:

Por este traje,..., ele sem dúvida trocava o de **monarca das coxilhas**; a lança e a clavina, o laço e as bolas são armas muito leves nas mãos deste novo herói da idade moderna; se se verificarem os boatos que por aí correm, de rebelião, estás bem, meu Fernão Lopo; havemos de ver-te general, ou pelo menos comandante de uma brigada ou de uma divisão.²⁶⁸ (grifos nossos)

Em seguida, noutra diálogo eles se referem aos fatos acontecidos a “*dous jovens nossos patrícios*”²⁶⁹ (Maria e João Martinho), quando Manuel da Cunha expressa seu orgulho pela atitude dos companheiros em defesa da honra de sua prima, dizendo “*muito*

²⁶⁷ A descrição do traje de monarca é descrito na nota 223, deste estudo, referindo-se ao personagem Francisco.

²⁶⁸ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.160.

²⁶⁹ *Id. Ibidem*, p.161.

*bem! Meus amigos!... temos cumprido com o nosso dever de **Rio Grandenses***²⁷⁰, pois “um juramento de um **guasca** equivale a um comprometimento de vida ou morte!”²⁷¹

Temos, portanto, uma seqüência de diálogos, em que aparecem perfilados, segundo a perspectiva dos rapazes *rio-grandenses*, o *monarca das coxilhas*, os *patrícios* e o *guasca*, sem qualquer menção ao “*gaúcho*”, que, além de diferenciar, opõe-se à percepção do barbeiro português, que os considerou “*gaúchos*”. Tendo em vista, ainda, a apresentação feita pelo narrador de Caldre e Fião, que diz claramente que “*eram moços vestidos à gaúcha*” mas que “*estavam armados à rio-grandense*”.

Estas perspectivas distintas que variam conforme o conhecimento ou não do interlocutor sobre a composição da estrutura social rio-grandense, demonstram um esforço narrativo do autor para traduzir as nuances da cultura regional que, evidentemente, distingue e opõe os “*monarcas das coxilhas rio-grandenses*” aos extraviados “*gaúchos*”.

Além disso, nas várias formas de alusão ao “*gaúcho*”, das quais faz uso Caldre e Fião para descrevê-lo, um detalhe chama a atenção em relação a quem se refere ao “*gaúcho*” enquanto tal. Conforme Guilhermino Cesar já havia indicado, neste texto as personagens nomeadas de “*gaúcho*”, quando conhecidas dos “*rio-grandenses*”, referem-se, exclusivamente, ao “*peão*”, que está associado à idéia de “*homem ajustado para fazer o serviço do campo*”, e que nesta narrativa se referem aos escravos Atanásio e Jacó, mantendo-se ainda em conformidade com a definição de Coruja, pois “*esta designação se estende até aos escravos exclusivamente ocupados no serviço das estâncias*”.

Contudo, não se chamam de “*gaúchos*” a pessoas que são conhecidas entre si, pois quando isto ocorre, isto é, quando fazem referências a si mesmos e aos companheiros conterrâneos, estes aparecem então como “*guascas*”, “*rio-grandenses*”, “*monarcas*”, “*continentinos*” ou “*patrícios*”. Ante tais constatações resta-nos concluir que o “*gaúcho*”, então, é o outro do qual se deve sempre desconfiar, a menos que segundo o “*habitus*” lhe seja atribuída fidelidade.

“*Habitus*” foi a categoria escolhida para explicar as diferenças entre os papéis sociais no interior da sociedade rio-grandense por sua capacidade de articular práticas sociais e atitudes mentais, visando responder adequadamente a formulação colocada por

²⁷⁰ *Id. Ibidem*, p.163.

²⁷¹ O referido juramento ocorre um pouco antes e é descrito da seguinte maneira: “*Pois bem! Juremos! Disse Manoel da Cunha; juremos sobre as nossas facas!... E todos puxaram as suas facas de cabo de osso e as cruzaram umas sobre as outras.*” In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *id. Ibidem*, p.163-165.

Bourdieu de que “a identidade social está na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça.”²⁷²

Embora nossa investigação nos remeta para a formação de identidades culturais e não sociais como define Bourdieu, sua formulação não anula a aplicação do conceito, ou seja, de que o estabelecimento de qualquer identidade define-se pelo contraste em relação a outros grupos existentes na sociedade, portanto, é no interior deste arcabouço conceitual que as múltiplas denominações utilizadas por Caldre e Fião para identificar os rio-grandenses diante de seu próprio mundo, indicam o modo particular com que se estabelecem as classificações sociais e que, recolocadas em seu contexto, aquelas expressões: “*quatro moços vestidos à gaúcha*”, mas “*armados à rio-grandense*”, adquirem um sentido menos enigmático, que dão a ler, mediante o efetivo conhecimento daquele que narra, estes contrastes culturais firmados através deste “*habitus*” considerado “*como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.*”²⁷³

A despeito de quaisquer incoerências, contradições ou ambigüidades, seus usos variados permitem perceber, segundo propõe Chartier apoiado pelo conceito de Bourdieu, “a articulação entre as propriedades sociais objetivas”, isto é, aquelas que equacionam informações sobre modos de ser, ou que, em suma, são capazes de distinguir uma gente armada e suspeita, mas hospitaleira e confiável, pela “*interiorização nos indivíduos, sob forma de um habitus social, que comanda pensamentos e ações*” que acaba permitindo, portanto, o acesso daquele ser marginal no círculo das relações sociais se porventura existir algum conhecimento que lhe faculte a admissão parcial através de atribuições de fidelidade, bravura ou valentia, desde que convenientemente amansada, não obstante, serem considerados comumente uns “bárbaros desalmados” que “costumam matar gente como matam o gado”, “sem nenhum peso na consciência”, o que, então, “*leva a considerar os conflitos ou as negociações, cujo desafio continua sendo sua capacidade para fazer com que se reconheça sua identidade.*”²⁷⁴

É a este sentido, portanto, que Chartier responde ao afirmar que: “*É do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto*

²⁷² Burke informa que “o termo “habitus” foi tomado do historiador de arte Erwin Panofsky (que, por sua vez, o havia tomado dos filósofos escolásticos) para designar essa capacidade de improvisação”. Pois segundo Burke: “Reagindo contra o que ele considerava uma rigidez da idéia de regras culturais na obra de estruturalistas como Lévi-Strauss, Bourdieu examinou a prática cotidiana em termos de improvisação sustentada numa estrutura de esquemas inculcados pela cultura tanto na mente como no corpo”. In: BOURDIEU, Pierre. *Outlines of a Theory of Practice*, 1972, trad. Inglesa, 1984 *apud in* BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.76-78.

²⁷³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.191.

seu “*ser percebido*”, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social.”²⁷⁵ E que segundo a análise semântica nos permite até agora perceber, este crédito que é recusado ao “*gaúcho*”, será imediatamente concedido ao “*Monarca das coxilhas*”, como se verá adiante.

Seguindo ainda os diálogos entre os quatro amigos, anteriormente mencionados, eis que aparecem os famosos sonetos dos “*cantos de monarquia*”, precedidos pelo seguinte comentário:

- Por Deos! Que ainda me lembro, disse José Pacávio, das belas noites de fandango que passamos, e bem belas cantigas que ouvimos das bocas das raparigas.

- E que guapo que tu foste então? Disse Fernão; ainda me lembro daquele soneto que repetiste de monarca, **que tão bem pintava os nossos patrícios**.

- É muito antigo, disse Manoel da Cunha.

- É verdade, disse Fernão Lopo; mas eu gosto sempre de ouvi-lo, é tão expressivo!... repete-o Pacávio.

(...)

Pacávio ergueu-se do chão onde estava, e recitou cheio de entusiasmo:

Nestes pagos sou muito conhecido
Por monarca de grande opinião,
Tenho fama por todo este rincão
E por Deos, que sou quebra destimido,

E se houver algum mais presumido,
Que apareça esse grande quebralhão
Que hei de pisotear-lhe no garrão
E a rebenque levar esse atrevido.

Sou monarca e meio abarbarado
Se me pisam no ponxe já me esquento
E saco o meu facão enferrujado.
E por Deos, que daqui não me ausento
Sem deixar um diabo codilhado
E também já me corto que nem tento.²⁷⁶

Assim, o *monarca das coxilhas* tão bem “desenhado” por Caldre e Fião representa uma elaboração original dos naturais do Rio Grande – “*que tão bem pintava os nossos patrícios*” –, e que, muito provavelmente, se configura como uma oposição deliberada à figura do *gaucho-platino*.

Na definição dada por Coruja, ele aparece como “*o homem sem educação carregado de armas, vestido com o aparato da gente do campo*”. A rigor, a acepção

²⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979 *apud* in CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.10-11.

²⁷⁵ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.10-11.

²⁷⁶ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.167.

denota uma classificação social nada meritória, embora demonstre ser esta denominação usual na vida campeira, posto que é verificada a sua existência no cancionário popular pesquisado por Augusto Meyer, e também conforme lembra Pesavento:

A expressão, no caso, é bastante antiga e encontra correspondência com ditos populares gauchescos e “poesias de galpão” da mesma época em que Caldre e Fião escrevia seus romances. No caso dos adágios populares, encontramos a expressão “moço monarca não se assina, risca a marca”, a lembrar que o gaúcho (ou rio-grandense) fala mais alto pelas ações do que pelas letras e que, uma vez ofendido, assinala sua passagem com marcas mais do que visíveis, numa alusão ao manejo da faca ou adaga.²⁷⁷

Contudo o “título” nobiliárquico que lhe é conferido através da Literatura, diz alguma coisa sobre a significação deste ser em relação ao espaço que habita, ou seja, é inegável a percepção de domínio e, no limite, de integração absoluta com o meio. É, fundamentalmente, um tipo de simbiose entre o sujeito e o meio, como se tudo ao seu redor lhe fosse integrante, e por fim o constituísse como um ser absoluto. Assim também Pesavento ao referir-se ao poema, pondera que:

O registro da linguagem tem constatação de inegável positividade e não dá margem a outras interpretações. Como rei, o monarca manda, mas sua investidura é uma espécie de atributo natural que lhe vem de uma integração com a paisagem.²⁷⁸

Esta imagem do *monarca* tem como referência o tipo de sociedade vigente no século XIX, na qual ainda não existia outro tipo de governo considerado tão legítimo quanto a monarquia, a qual se assenta obviamente sobre os valores da tradição, mantendo sua legitimidade através da conquista permanente do espaço de domínio, ou seja, um rei é forte, porque assim deve ser, e assim permanecerá, se incessantemente lutar, conquistar e consolidar as vitórias territoriais.²⁷⁹

Michel Foucault, em seu estudo sobre a forma como o homem organiza seu mundo através das palavras, preocupa-se em entender como se estrutura a “ordem” que regulamenta os códigos fundamentais de uma cultura. Segundo ele, “*em toda cultura, entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a experiência da ordem e de seus modos de ser*”²⁸⁰, ou seja, a ordenação do

²⁷⁷ PESAVENTO, Sandra. J. *op. cit.*, 2003, p.218.

²⁷⁸ *Id. ibidem*, p.218.

²⁷⁹ Conforme salientou Martius sobre “*demonstrar que a vasta extensão do território e suas diferenças regionais exigiam como regime político a monarquia constitucional, tendo a unidade figurada no imperador.*” Cf. MARTIUS, Karl F. Von. *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844). Revista do IHGB, 1953, p.187.

²⁸⁰ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.XVIII.

mundo pode ser compreendida através das formas de viver, de estar no mundo e de representá-lo a fim de alcançar a sua compreensão.

É, portanto, neste (des)ordenamento social que surge a figura poética e metafórica do *monarca das coxilhas*, não apenas como se referiu Augusto Meyer, “*um termo enfundado de narcisismo*”²⁸¹, mas como uma paródia deliberada de um período “sem rei” e, portanto, sem ordenamento legítimo, pois a figura do Rei é extremamente necessária para dar o sentido de unidade tanto territorial, quanto cultural. Por isso mesmo, o rio-grandense *monarca das coxilhas* assume contornos de fidalguia pelo título e pelo poder que dele advém, ou que dele emana, apenas na Literatura, no espaço provisório da linguagem²⁸², sem embargo da distinção cultural que o acompanha, enquanto elaboração original dos regionais sul-rio-grandenses.

1.5. Caldre e Fião e a escolha de uma identidade regional

O mérito histórico de Caldre e Fião reside no duplo fato de acompanhar o momento inicial de construção da Literatura nacional, acrescentando no argumento de sua prosa uma posição ética e política, fazendo emergir em seu texto literário um discurso social vigente e, além disso, trazer ao conhecimento dos brasileiros da Corte elementos da história e da cultura regional sulina, antecipando uma temática que o torna um pioneiro autor regional, atitudes que o destacam diante dos outros escritores românticos brasileiros de seu período.

Um autor que manifesta diferentes comportamentos narrativos, que parece identificar-se com o *Rio-Grandense Almênio*, “*o bravo tenente republicano*” convertido em legalista, que confunde-se em muitos momentos do texto com seu narrador n’*A Divina Pastora*, e que adota uma atitude oposta n’*O Corsário*, no qual apresenta o drama da guerra, condena os atos e os efeitos da “rebelião”, e narra os eventos à distância como quem conhece, mas não se reconhece naquelas circunstâncias.

²⁸¹ MEYER, Augusto. *op. cit.*, p. 36.

²⁸² No livro “*As Palavras e as coisas*”, Michel Foucault atribui à linguagem um “não-lugar”, porque ela se transforma, ela incessantemente assume novas formas de dizer, de nomear através do tempo e de acordo com quem emite a palavra, por isso ela é um “não lugar”, porque a permanência não lhe é inerente, não depende da linguagem estabelecer os parâmetros do que é dito, apenas cabe a ela registrá-lo. In. FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, p.XI.

Os vestígios discursivos de Caldre e Fião representam um olhar nativo e contemporâneo sobre os homens do Rio Grande do Sul e suas contingências histórico-sociais, um olhar que se traduz em atitude social levada a efeito pelo ato discursivo, através do manejo cuidadoso das denominações usuais na região, que indicam os lugares sociais dos indivíduos que as portam, de modo que, tanto a “estridente” ausência da palavra “gaúcho” n’*A Divina Pastora*, quanto seu uso controlado n’*O Corsário*, em associação com a afetuosa divulgação do epíteto “*monarca das coxilhas*” demonstram a cautela do autor no emprego das denominações peculiares em sua província.

Avaliando esse uso parcimonioso da palavra n’*O Corsário*, Guilhermino Cesar observa que “o termo ‘gaúcho’ nunca é usado pelo romancista como patronímico, senão como significando – *campeiro, peão, campeador*”²⁸³, de qualquer maneira o uso da palavra começa a acontecer com maior freqüência, o que de certo modo acaba confirmando a ausência que Augusto Meyer já havia percebido em seu clássico estudo sobre a palavra “gaúcho”.²⁸⁴ Todavia, embora ocorra uma maior utilização da palavra “gaúcho” por Caldre e Fião, no romance *O Corsário*, isto não modifica a sua percepção sobre a diferença entre um “legítimo” *Rio-Grandense* (em letras maiúsculas) e os outros conterrâneos e, por conta desta ênfase, Flávio Loureiro Chaves faz uma crítica em relação ao posicionamento literário adotado pelo escritor, a fim de retirar-lhe a classificação de autor regionalista – conferido, aliás, por ele mesmo e por Guilhermino Cesar.²⁸⁵

Loureiro Chaves considera, então, que, apesar de pioneira, a ocorrência do “gaúcho” em sua narrativa é “insuficiente para configurar uma atitude regionalista”.

²⁸³ CESAR, Guilhermino. *O criador do romance gaúcho*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.17.

²⁸⁴ Segundo informa: “Procurei em vão, na poesia de cunho farroupilha, a palavra gaúcho. Nos primeiros documentos de nossa poesia popular, é freqüente o uso de monarca, termo esse enfundado de narcisismo, carregado de ênfase, para dar a entender o filho da campanha, de vida mais ou menos folgada e ainda bem próxima do tipo de vida que caracterizava o gaudério”. In: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, p.36.

²⁸⁵ Literalmente afirma: “Eis aí a ideologia regionalista de Caldre e Fião, que reaparecerá em várias passagens do texto d’*A divina Pastora*.” In: CHAVES, Flávio Loureiro. *Um Texto Resgatado*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.14. Sobre a atribuição de regionalista feita por Cesar, destaca em nota que: “O verdadeiro descobridor de Caldre e Fião, apontando-o pela primeira vez, em 1954, como “o criador do romance no Rio Grande do Sul”, é Guilhermino Cesar. Na História da literatura do Rio Grande do Sul, cuja primeira edição deu-se em 1956, afirma que Caldre e Fião, “embora tomando por tema a paisagem, os costumes e a história da terra natal, mostrou-se infenso ao documentário. (...) Escreveu segundo um nacionalismo literário mais arejado. Donde concluímos por afirmar que o romance d’*O Corsário* não autoriza se inclua o nome de Caldre e Fião na corrente regionalista”. (*loc. cit.*, p.150) Depois, parece ter revisado amplamente esta posição e, ao redigir a “introdução” à reedição d’*O Corsário* aparecida em 1979, declara textualmente: “Estamos hoje convencidos de que a obra de Caldre e Fião inaugura o ciclo regionalista, na literatura brasileira, com uma força não igualada por nenhum dos românticos, salvo naturalmente o caso de Bernardo Guimarães” (*loc. cit.*, p.9). Sob a perspectiva que adoto no presente estudo fica evidente que subscrevo a primeira afirmativa e não a segunda.” In: CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: IEL: Ed. Universidade, 2001, p.46.

Entretanto afirma que embora o “*gaúcho*”, enquanto tema literário, ou mesmo “aspecto folclórico”, não tenha obtido relevância significativa neste segundo romance, o texto revela um elemento novo que, no anterior, não aparece explicitamente, ou seja, o contraste na apresentação do líder farroupilha Bento Gonçalves em comparação com outros personagens. Sua análise neste sentido é de que:

Caldre e Fião afasta intencionalmente esta perspectiva [regionalista] ao abordar a figura de Bento Gonçalves, trazido ao primeiro plano das ações naquela mescla entre a História e a ficção que é tão do agrado do Romantismo (...). Tomando o líder farrapo como personagem da narrativa, o romancista atribui-lhe afabilidade e natural bonomia, presença agradável, trato e maneiras delicadas, mas parece tê-lo feito justamente para distanciá-lo e afastá-lo explicitamente do tipo gaúcho tal como acabou de ser registrado, idealizando-o num sentido bastante diverso.²⁸⁶

Loureiro Chaves segue em sua observação sobre o distanciamento de Caldre e Fião do viés regionalista, apesar de sua utilização do “*soneto do monarca*”²⁸⁷ no qual aparecem aquelas, que serão as características mais marcantes do personagem “*gaúcho*”, tais como “*quebra destimido*” e “*meio abarbarado*” que, no entanto, sob este julgamento parecem apenas servir para enfeitar seu texto; prossegue o analista, que declara, num tom de quase desabafo: “*mas isto é tudo; o gaúcho que assim aparece travestido no monarca das coxilhas jamais transpõe o plano secundário da intriga narrada por Caldre e Fião.*”²⁸⁸

O que se observa sobre esta interpretação é que, em relação ao sentido de análise textual, e no que concerne a protagonização da trama, não há descompasso na crítica, mas existe, por parte de Loureiro Chaves uma injustiça conceitual em relação ao autor e ao personagem por ele priorizado.

Isto se verifica quando – ao explicar a ausência da perspectiva regionalista – Chaves, afirma que “*Caldre e Fião afasta intencionalmente esta perspectiva ao abordar a figura de Bento Gonçalves, trazido ao primeiro plano das ações*”, porque o autor teria atribuído uma caracterização idealizada da figura do líder farrapo no sentido oposto e diverso ao do “*gaúcho*”, neste sentido, portanto, entende-se que o analista comete uma precipitada condenação.

Entretanto, para melhor demonstrar a validade desta argumentação na defesa de Caldre e Fião, é necessário citá-lo textualmente, justamente o excerto em que o narrador caracteriza e descreve o líder farrapo Bento Gonçalves:

²⁸⁶ CHAVES, Flávio Loureiro. *id. ibidem*, 2001, p.43.

²⁸⁷ O “soneto do monarca” é reproduzido por Caldre e Fião n’O *Corsário* (*loc. cit.*, p.167). É citado e analisado por Chaves em Simões Lopes Neto (*loc. cit.*, p.42-43), e neste estudo é analisado na p.137.

Quando Matias se viu livre dessa turma, se dirigiu com seu vaqueano para a estância de Bento Gonçalves; (...). Bento Gonçalves o recebeu com afabilidade e com aquela natural bonomia que o caracterizava. Bento Gonçalves era um homem de estatura regular: sem ser gordo, o seu corpo não era contudo muito delgado. A sua presença agradável atraía desde logo a simpatia dos outros; simpatia que se vigorizava com o seu trato e maneiras delicadas. **Ele não parecia um oficial das guerrilhas acostumado ao trato grosseiro dos gaúchos, e à cavalheirosa altiveza dos monarcas, mas sim um homem educado nos salões polidos e magníficos das cidades:** o seu espírito ativo e a sua sagacidade própria supria bem as estudadas ilustrações que se adquirem nas escolas. A estratégia lhe era conhecida, e se ele não tinha na arte da guerra os conhecimentos matemáticos que soem fazer um hábil general na velha e carcomida Europa, a prática lhe havia ensinado mais do que era preciso a um soldado da América.²⁸⁹ (grifos nossos)

Ora, Caldre e Fião é perfeitamente coerente em seu posicionamento diante do personagem que tem como melhor, ou mais aproximado, modelo de definição do representante do homem do sul naquele momento, ou seja, o *Rio-Grandense* “urbano” do século XIX. Pois tanto Bento Gonçalves, n’O *Corsário*, quanto Almênio, n’A *Divina Pastora*, têm as mesmas atitudes, pensam e agem do mesmo modo – com exceção da opção frente à Revolução – eles têm a mesma “*educação moral*” e a “urbanidade” – entenda-se, civilidade – nas maneiras.

Portanto, estes “*Rio-Grandenses*” se constituem numa antítese do “*gaúcho*” – ser social “incivilizado” e ignorante do campo –, embora componham, junto ao metafórico “*monarca das coxilhas*”, um tipo de paradigma sociocultural do sul, seja pelo vestuário ou pelos adornos prateados dos arreios, seja pela destreza na montaria, seja pelo domínio da região, sem embargo da constatação, de que ambos – “*Rio-Grandenses*” e “*monarcas*” – constituirão a essência da representação do “*gaúcho*” do porvir.

Reiteramos, portanto, na defesa do autor e de sua caracterização do ser regional que não era naquele momento ainda o “*gaúcho*” um ser social em condições de ser considerado, sob a perspectiva de um rio-grandense, como o “legítimo” referencial regional – senão numa visão desde fora e sem o devido conhecimento da sociedade –, de modo que Caldre e Fião apesar de dar a ler várias representações do ser regional, prioriza uma delas como a mais representativa.

Neste sentido, o que Loureiro Chaves evidencia em sua análise é uma atitude de negação ou de desconsideração com o ser social fixado pelo autor, como se este não constituísse também uma parte daquela realidade regional. Pois se n’A *Divina Pastora*, Caldre e Fião não se refere em nenhum momento ao “*gaúcho*”, e sim ao “*Rio-Grandense*” representado principalmente por Almênio e n’O *Corsário*, a figura do líder farrapo Bento Gonçalves serve de contraponto ao outro ser cultural fixado como o “*monarca das*

²⁸⁸ CHAVES, Flávio Loureiro. *id. ibidem*, 2001, p.43.

coxilhas”, estes exemplos revelam a percepção do autor – de um outro “lugar no tempo” – acerca dos diferentes modos de existências presentes no Rio Grande bem como a sua preferência por dois deles como representantes do ser regional.

E tal como Augusto Meyer avaliou, desairosamente, o sentido atribuído por Coruja ao “*gaúcho*”, por conservar em sua definição um acento negativo da palavra²⁹⁰, também, Loureiro Chaves ao julgar a atitude semântica de Caldre e Fião, em relação ao “*gaúcho*”, retira-lhe a classificação de autor regionalista, por entender que este não trata o seu personagem segundo os parâmetros que serão estabelecidos, vinte anos mais tarde, por ninguém menos que José de Alencar e outros de fora do Rio Grande.

Entretanto, é por isso também, momento de endossar seu parecer de que “*não é aí, ainda, que se gera uma tradição*” significativa do ser regional, pois “*o verdadeiro modelo [que] viria de fato impor-se à literatura regionalista, permanecendo ao longo do tempo, não aparece em data anterior a 1870 e à publicação d’O Gaúcho de José de Alencar*”.²⁹¹

Não obstante, entende-se ainda, que apesar de Caldre e Fião não lograr impor uma tradição de sentidos, sua maior contribuição foi registrar uma percepção contemporânea sobre o ser regional, donde se conclui com base em Cesar, que “*a obra de Caldre e Fião inaugura o ciclo regionalista, na literatura brasileira*”²⁹², que receberá definitivo valor após a adesão de Alencar.

Portanto, diante do posicionamento semântico de Caldre e Fião que, segundo Chaves, o destitui de uma perspectiva regionalista, talvez coubesse considerar, que o autor de fato não apresenta, em sua narrativa, as características que serão definidas mais tarde pela “*Literatura Gauchesca*”²⁹³ – que integrará um movimento literário denominado Regionalista –, embora esta classificação seja fruto de análise histórica, que

²⁸⁹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p. 76.

²⁹⁰ “*É verdade que em 1851 o nosso primeiro lexicógrafo ainda mantém os vestígios do primitivo sentido, ao averbar: “Gaúcho, s.m. índio do campo sem domicílio certo”; mas não passava de bruxoleio da tradição quase extinta. Desacolherado de seu irmão gêmeo gaudério que, este sim, ficara com a exclusividade da acepção anterior, gaúcho agora abria o vóo para outros destinos*”. Cf. MEYER, Augusto. *op.cit.*, p.34.

²⁹¹ CHAVES, Flávio Loureiro. *op. cit.*, 2001, p.46.

²⁹² CESAR, Guilhermino. *O criador do romance gaúcho*. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.9.

²⁹³ Bertussi informa que: “*Guilhermino Cesar, autor de História da Literatura do RS intitulou “gauchesca” essa produção literária para diferenciá-la da Literatura Gaúcha como um todo”, pois, “a Literatura gauchesca recorta, como espaço, a região da Campanha – com o trabalhador rural ou o estancieiro – configurando-o a partir de uma linguagem que privilegia as nuances da fala oralizada. Acresce, ainda, que nosso Regionalismo enfatiza um tempo específico, o passado histórico do Estado, segmentado em dois momentos: as origens da formação do Rio Grande do Sul, antes da demarcação das estâncias e 1835, época da Revolução farroupilha. São esses dois períodos os doadores dos suportes mais consistentes do mito enfocado pela gauchesca: o gaúcho nômade e livre e o guerreiro*”. In: BERTUSSI, Lisana, *Literatura Gauchesca: do cancionero popular à modernidade*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p.14.

é estabelecida *à posteriori*, diante de uma constante temática que assume um papel na sociedade.

Todavia, é necessário salientar que Caldre e Fião e sua Literatura são precursores de um movimento literário que integra e compõe o nacional através da região, mas ele não tem um compromisso temático ditado por um enquadramento vigente, ao contrário, ele tematizou a sua região, destacou o seu pertencimento cultural sem, necessariamente, estar adjetivado, rotulado ou atrelado a ele.

Ademais, a questão sobre o enquadramento de Caldre e Fião, num período literário é de somenos importância diante de sua realização histórica, sobretudo pela evidência de que ele não escreveu seu romance sob a ótica de um movimento literário que, aliás, sequer teria começado antes dele, escreveu em consonância com seu ser social, vertendo para a Literatura a sua percepção de mundo, um mundo semi-urbano, educado à maneira européia clássica, à luz dos preceitos morais da religião católica e dos postulados liberais vigentes.

De modo que o escritor não se refere diretamente ao “*gaúcho*”, e não o torna protagonista de sua trama neste romance, não porque inexistia enquanto ser social, mas não seria um equívoco presumir que o autor, neste momento, não pretendesse identificar e restringir seu personagem principal à figura de um “*gaúcho*”, isso porque basicamente sua intenção era apresentar aos outros brasileiros um estilo de vida diferente, que existia fora do Rio de Janeiro, não obstante, também tão educado, quanto urbano e que, acrescido das vivências rurais, seria representado pelo “*monarca das coxilhas*”.

Talvez seu romance tivesse o propósito de configurar ou mesmo de re-figurar os *Rio-Grandenses* no entendimento, quiçá no imaginário da Corte – seu público receptor – de maneira que nem todos fossem considerados apenas como os rebeldes ou semi-bárbaros, capazes de cometer as atrocidades que se contam nos jornais.

Diante do exposto, entende-se que a atitude semântica e o comportamento narrativo do autor demonstram duas atitudes que se opõem e se complementam, ou seja, n’*A Divina Pastora* aproxima-se da narrativa e adota uma atitude de reconhecimento enquanto *Rio-Grandense*, porém n’*O Corsário* age como um “*observador-com-lupa*” isto é, conhece e descreve os eventos e os personagens, mas não participa deles, todavia sua distância dá visibilidade a outro ser social até então excluído dos textos cultos: o *Monarca das Coxilhas*.

Neste sentido, ao contrário da atitude empirista demonstrada n’*A Divina Pastora* que levou o autor a identificar-se profundamente com a narrativa, o comportamento distanciado do autor na construção narrativa d’*O Corsário* torna-se mais pragmático, o que também denota prioridades diferentes nos enfoques narrativos, isto é, se na *Divina*

Pastora, Caldre e Fião demonstrou estar mais interessado em apresentar à Corte o modo de vida e a cultura dos *Rio-Grandenses*, servindo-se da Revolução Farroupilha como contexto histórico-cultural de ambientação da narrativa, de outra parte, no *Corsário*, o autor enfatiza muito mais os aspectos relativos à Revolução, em detrimento dos costumes.

Dito de forma sintética, na primeira enfatiza o homem e seu meio sociocultural, na segunda narrativa, as circunstâncias da guerra e suas conseqüências para a sociedade. Na primeira o ser sociocultural que se manifesta através dos costumes e das vivências rurais, na segunda o ser histórico-social forjado nas condições da guerra e nos conflitos sociais em que se vê envolvido. A primeira ressalta a epopéia através da ambígua situação do personagem que se revela heróico pela opção política que o torna um traidor indigno de ser chamado Rio-Grandense, a segunda convém ao gênero trágico pelo questionamento dramático das circunstâncias e propósitos da guerra. Na primeira tem-se o *narrador* delineado por Benjamin, e na segunda o *narrador-viajante* de Sussekind, o *observador-com-lupa* que transmite ao leitor os acontecimentos em panoramas regionais sem neles mergulhar sua existência.

CAPÍTULO 2

Do olhar nativo à visão do forasteiro

“Considero uma máxima incontestável que quem só viu um povo, em vez de conhecer os homens, só conhece as pessoas com quem viveu.”

J. J. Rousseau, Emílio.

2.1. Notícias descritivas sobre o Sul do Brasil: as impressões dos viajantes

Rousseau em sua obra pedagógica Emílio, dizia que “antes de observar, é preciso estabelecer as regras para as observações”¹, assim como para empreender uma viagem é necessário um roteiro mínimo que ao menos informe sobre onde se quer chegar. De modo que, esta excursão empreendida através do tempo, pela terra rio-grandense, e que ora se faz em companhia dos viajantes europeus, resulta *mutatis mutandis* em dificuldades muito parecidas com as que enfrentaram aqueles viageiros do século XIX. Por isso, antes de iniciar-se esta peregrinação, deve-se estabelecer que o objetivo aqui é observar – através dos relatos destes estrangeiros – como foram percebidos e descritos os habitantes da província sulina e, sobretudo, quais os modos de nomeá-los.

Estabelecido o objetivo, é interessante apontar qual a relevância destas percepções e como elas ajudam a compreender o processo de construção da identidade regional e por fim, seguindo a indicação rousseauiana, esboçar o modo de dirigir tal observação sobre estas fontes.

Neste aspecto, Miriam Moreira Leite fornece indicações preciosas sobre a importância dos “relatos de viajantes como fontes da história social da população brasileira”, ou seja, a autora explica como o olhar estrangeiro sobre uma sociedade pode contribuir como um tipo de depoimento sobre seu funcionamento e sua cultura, pois:

(...) o viajante, em sua qualidade de estrangeiro, como não fazia parte do grupo cultural visitado, tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber.²

Este distanciamento é, portanto, necessário ao observador atento e interessado – o viajante –, que recorta com seu olhar uma parte da realidade e a transforma em paisagem, em objeto a ser descrito, desenhado, explicado e conhecido, ele que ao representar em narrativas, existências e culturas diferentes da sua, vai construindo significados sobre outros

¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.648.

² LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997, p.9-10.

significados, de tal modo que os registros do que vê, ouve ou experimenta, ao serem compartilhados passarão a fazer parte da composição daquela identidade.

É esta atitude que aproxima a escrita historiográfica do registro destas viagens, pois através das narrativas de alguns viajantes percebe-se perfeitamente uma questão que é, simultaneamente, central na escrita da história, como um manejo conceitual, e também, como uma categoria essencial no entendimento das atitudes humanas, ou seja, o “*tempo*”. Porquanto, como matéria-prima da história o tempo é compartilhado por três sujeitos distintos em seus tempos narrativos.

O primeiro é o tempo do historiador, tempo da narrativa presente sobre algo não vivido ou presenciado, é o tempo de reconstrução autorizada da memória. O segundo é o tempo do fato, tempo passado, tempo da reminiscência, que recupera o acontecido através da fonte, do vestígio. E o terceiro, mas não menos complexo elemento envolvido, é o sujeito histórico em seu próprio tempo que é, simultaneamente, passado e presente, que também é fato e é fonte; passado e fato porque situado no acontecido da visão em retrospecto: a viagem; mas presente e, por isso, fonte, como um tempo vivido e registrado pelo indivíduo: o viajante e seu relato.

A outra questão similar a ambos é a “*leitura*” de diferentes culturas, que proporciona conhecimentos, que amplia horizontes de entendimento, que ilumina e conduz à compreensão das diversas maneiras de ser dos seres humanos, pois os historiadores procedem numa leitura do tempo, enquanto os viajantes lêem os lugares e ambos tentam *ler* mundos singulares e compreender os modos de vida das pessoas em outros lugares e/ou tempos. E cada qual à sua maneira tratará de atribuir sentidos e significados, que tornem compreensíveis estas existências para si e para outros.

Assim são, de uma certa maneira, os historiadores igualmente viajantes, que tentam conhecer as pessoas e seus modos de viver num outro “*lugar da história*”, o que vale dizer um outro “lugar no tempo”, e narrar aos seus contemporâneos, a partir de sua visão “*para trás*”, o que foi observado por ele nos documentos recolhidos. E deste modo esbarram os historiadores – como aqueles viajantes –, na dificuldade de traduzirem – a partir de uma leitura individual – uma realidade diferente da sua, no espaço e no tempo, de forma que os indivíduos, no tempo presente, consigam entender não exatamente como foi um dia, mas o que talvez tenha sido a vida daquela gente, conforme o que lhe foi dado a perceber em sua viagem no tempo através da pesquisa histórica.

É necessário, portanto, acercar-se de cautela ao se aproximar de fontes que fornecem preciosas informações sobre o imaginário e a cultura de escritores e de pessoas de outro tempo, que estão permeadas por grande interferência subjetiva, no sentido de que os viajantes – mesmo aqueles guiados pelo propósito científico – nem sempre narram exatamente o que viram, todavia o modo como narram suas impressões e os significados

que atribuem a estas impressões, são capazes de nos dar alguma dimensão do contraste entre as culturas, possibilitando vislumbrar um limite de alteridade. E é isso que se busca aqui, como leitores à distância no tempo em outras leituras à distância no espaço.

2.1.1. A viagem como ciência de educação dos sentidos

Estudos e pesquisas recentes demonstram o quão proveitosa se revela esta retomada das narrativas dos viajantes não como “*transcrições da realidade*”³, mas como práticas culturais que articulam a tradição e a novidade numa escrita, que pretende representar maneiras de ser e lugares distintos, produzindo significações com “*jogos de sentido a partir de analogias, semelhanças e diferenças*”⁴.

Procedimento, aliás, bastante antigo⁵ e, não obstante sempre atual, que, como lembra Belluzzo “*evidencia versões mais do que fatos*”, mas estas versões resultam de processos mentais, que mesclam informações – sobretudo nos naturalistas – de diferentes níveis sensoriais e cognitivos, isto é, a viagem educa os sentidos, porque “*ensina o homem a olhar esse outro mundo, a estabelecer a diferença empírica das coisas, a conectar culturas e a equacionar a polissemia dos sentidos*”⁶ e, muitas vezes, a ver “*coisas que falam de outras coisas*”⁷.

De modo que, o primeiro agente desta educação é a *visão*, pois deste sentido decorrem os demais entendimentos, que afora ensejar distinções já bastante discutidas entre “*o ver e o olhar o mundo*”, conforme assevera Paz, pode indicar também “*atitudes*

³ GUARDINI, Sandra, 1997: 45-46 *apud in* CONFORTO, Marília. *Literatura de viagens: o que aconteceu e foi registrado*. In: *A pena e o papel: A interpretação do Rio Grande do Sul nos textos dos viajantes do século XIX*. PPG Mestrado Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul, abril-2005, p.16-35.

⁴ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *A propósito d’O Brasil dos Viajantes*. In: *Revista USP*. São Paulo: Edusp, Junho/Agosto 1996, p.11. Outro trabalho que discute as práticas sociais cotidianas e suas representações é de BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e Viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Ed.UNESP, 2002. Também Burke destaca “a história da viagem” como um objeto redescoberto através do conceito de práticas sociais na história cultural. In: BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁵ Hartog ao analisar a narrativa de Heródoto nas “*Histórias*” constata o quão antigo é o jogo de produção de sentido entre culturas diferentes, do qual fazem parte a comparação e a analogia, tanto nas descrições homéricas, como entre os pensadores jônicos. Nas narrativas de viagem “*funcionando como tradução, a comparação estabelece semelhanças e diferenças entre “além” e “aquém”, esboçando classificações*”. In: HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999, p.229-271.

⁶ PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.219.

⁷ Em suas aulas a Professora Sandra Pesavento cita esta frase de Ítalo Calvino para explicar a atitude dos viajantes diante de uma nova realidade, do “*olhar a mais*” que dirigem ao mundo observado e que os faz ir da presença a ausência através da cultura que portam, ou seja, de sua “*bagagem cultural*”, que, por sua vez, auxilia na construção de “*paralelos*” que auxiliam aos que não estão presentes a que vejam como se lá estivessem, ou segundo Hartog “*o paralelo é portanto uma ficção que faz com que o destinatário veja como se estivesse lá, mas dando a ver uma outra coisa*”. In: HARTOG, François. *op. cit.*, p.242.

*opostas, para além da simples gradação dos sentidos humanos, configuram campos de significação distintos*⁸ que correspondem a diferentes níveis de percepção.

O mesmo autor ao resumir as peculiaridades de cada atitude que demonstram diferentes modos de acesso ao mundo, explica:

Enquanto o *ver* identifica-se com uma atitude passiva e confunde-se com um dócil deslizamento sobre as coisas, o *olhar* traduz uma atividade do sujeito, um desejo confesso de penetrar nas coisas, de *ver de novo*. Ao permanecer num nível superficial, a visão afasta-se das lacunas e das incoerências, e apreende uma suposta totalidade, uma aparente coesão; de forma desatenta, sugere a contração da subjetividade. Suspeitando desse primeiro nível, o olhar lança-se sobre os limites e interstícios da paisagem, no propósito de fragmentá-la. Rompendo com a superfície lisa da visão, o *olhar* ultrapassa o logro das aparências.⁹ (grifos do autor)

Em suma, segundo tais parâmetros, a visão apreende a aparência e o olhar busca a essência. De tal modo que de acordo com os critérios estabelecidos por Paz, poder-se-ia classificar os viajantes entre “*os que viram*” e “*os que olharam*”, todavia quaisquer que sejam os critérios adotados, classificações generalizantes são sempre arbitrárias e injustas.

Considerando-se os viajantes naturalistas, por exemplo, cada um deles, conforme a sua especialidade, priorizou, ora um aspecto, ora outro, da realidade observada, de modo que restringi-los a uma classificação desta natureza seria tão pretensioso, quanto o julgamento *a priori* de inferioridade ou incapacidade, que muitos deles, senão todos, em algum momento, sob a luz das teorias evolucionistas utilizaram para avaliar os seres humanos que habitavam os trópicos, pois conforme assevera Belluzzo, “*o ver não é uma ocorrência natural e sim um fato histórico, interligado aos critérios de valoração e aos modos operativos de que o homem dispõe.*”¹⁰

Mas os critérios apontados por Paz não podem ser negligenciados e, segundo entende-se, devem ser postos como referência à análise ora empreendida sobre as narrativas de viagem, ou seja, a atitude a ser tomada diante destes escritos é que deve ser “*penetrante*”, buscando nos “*interstícios*” destes discursos, os elementos culturais que o fazem ser de determinado modo e não de outro. E desta maneira buscar nos viajantes naturalistas ou não, uma maior capacidade de olhar, uma ajuda para ver melhor ao “*ver de novo*” e, talvez até ir buscar, mais longe, estas pessoas de outrora.

E ainda, neste sentido, a viagem revela seu propósito de educação sensorial, pois, na atitude comparativa, que advém do olhar do viajante, incide todo um conhecimento adquirido algures, que precisa ser avaliado à luz daquilo que é efetivamente presenciado, e

⁸ PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.207.

⁹ PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.208.

¹⁰ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *Um lugar no universo* vol. 2. In: O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1994, p.9.

é neste jogo de ponderações, mediações, ambigüidades e contradições, que se delinea – por confrontação – a alteridade de si mesmo, de seu conhecimento, de sua sociedade, sua cultura, sua geografia, mas também, daquelas que são estabelecidas entre outras realidades observadas entre si, pois como considera Paz:

A viagem não pode ser reduzida simplesmente ao sentido da conquista ou ao ideal da aventura. Nela despontam os elementos constitutivos do conhecimento humano, as imagens simbólicas do mito, da religião e – finalmente – da ciência. Como experiência singular, onde diferentes etapas do conhecimento humano confundem-se num verdadeiro processo de reconhecimento da individualidade, a viagem denota as tensões entre a estabilização e a evolução daquele mesmo conhecimento. O permanente embate entre individualidade e universalidade, subjetividade e objetividade, para o viajante oitocentista, tende a ser equacionado a partir do emprego dos parâmetros do pensamento científico. Assim, embora as crônicas e relatos de viagem revelem atitudes individuais e estilos pessoais, o olhar do viajante contém uma consciência social, ainda que permeada freqüentemente pela individualidade e subjetividade do autor.¹¹

É assim, portanto, que atua a viagem na construção de um sistema de representações, como elemento chave na composição de um “*sistema de olhares*”, enfim, de um sistema que possibilita um entendimento recíproco de um nós pelos olhos de outros, pois consoante Belluzzo, “*o olhar dos viajantes espelha, também, a condição de nos vermos pelos olhos deles*”¹².

2.1.2. O “olhar armado”

Cada viajante trás consigo modos de percepção que variam por inúmeros motivos, isto é, elementos que compõe a sua individualidade, tais como, sua naturalidade, sua formação cultural ou atividade profissional, seu enquadramento social, e ainda, a finalidade de sua viagem que interferem em sua capacidade de julgamento. Neste sentido, o olhar do viajante estará armado também pelas variáveis de seus objetivos, um olhar armado pelo compromisso de credibilidade científica cultivado, principalmente, pelos narradores de expedições naturalistas.

Ao traçar um paralelo de influências e semelhanças entre as narrativas na prosa brasileira, dos anos 30 e 40 do século XIX, e os relatos dos viajantes, Flora Sussekind alerta para o surgimento de um narrador “*que se define como um viajante*”¹³, que conta histórias baseadas em experiências particulares, ou seja, do que viu e viveu, um “*velho truque*” que,

¹¹ PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.208-209.

¹² BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *op. cit.*, 1996, p.10.

¹³ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.41.

segundo a autora, advém da “*necessidade de afirmar a verossimilhança do relato e a própria confiabilidade que acompanham a formação do romance enquanto gênero*”¹⁴.

É, portanto, neste cruzamento, que se pode perceber a construção de um olhar, que se arma também a partir de um estilo narrativo¹⁵ tornando-se, com efeito, uma aprendizagem sobre o que é narrado, apoiado nas descrições e classificações dos naturalistas, que, para Sussekind, gera uma distinção inicial entre o viajante e o naturalista, pois:

Se ao viajante cabe narrar, fixar tipos e quadros locais, ao naturalista caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho.¹⁶

A partir desta distinção, Sussekind produz a definição mais aproximada do que seja um “*olhar armado*”, isto é, os viajantes não-cientistas poderiam observar a sociedade e a natureza com “*olhos e ouvidos ao léu*”, ou seja, “*apenas*” como espectadores diletantes do mundo que, não obstante, registram “*sob formas diversas – epístolas, diário, memórias, relatórios – os seus relatos*”¹⁷. Porém, para o naturalista “*o viajante não podia ser um simples espectador, mas sim um ator de passagem*”¹⁸, aquele que deve ter “*escuta atenta e o olhar-a-mais*”¹⁹, além de “*roteiro imperioso, paisagem útil, classificações, notas, desenhos feitos de imediato. Nada de apenas passar pelos lugares.*”²⁰

Portanto, o “*olhar armado*” atribuído aos naturalistas, representa, classifica e coleciona paisagens, segundo parâmetros científicos e culturais, que estabelecem esquemas de percepção e reconhecimento tributários de uma “*tradição iluminista trabalhada pela orientação e estímulo de Alexandre von Humboldt (1789-1859), que planejava compreender todas as formas de vida e suas relações com as condições físicas*”.²¹

Belluzzo, também atribui a Humboldt uma “*nova concepção científica da paisagem*”, que empreende uma abordagem da natureza realizada pelo “*artista-cientista, capaz de colocar a sensibilidade em colaboração com a razão*” e que “*promove a observação do*

¹⁴ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.42.

¹⁵ Referindo-se ao narrador da novela brasileira “*Olaya e Júlio ou A periquita*” escrita em 1830 e atribuída a Charles Auguste Taunay, Sussekind analisa: “*Mais importante até que o relato da viagem, que a narrativa, parece ser o inventário de paisagens, tipos e quadros locais, aos quais se deve ir classificando à medida mesmo que aparecem. E segundo o olhar não de um viajante qualquer, mas de um naturalista. É o aprendizado dessa classificação, desse olhar de naturalista, que parece pautar o resto das viagens de Júlio.*” Cf. SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.43.

¹⁶ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.45.

¹⁷ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.115.

¹⁸ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *op. cit.*, p.17.

¹⁹ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.115.

²⁰ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.116.

²¹ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *op. cit.*, p.164.

*conjunto e supera o exame dos vegetais isolados*²², pois Humboldt “desejava que a ciência contasse com a intuição dos artistas para apreender a paisagem dos trópicos”²³, além disso:

Em sua visão paisagística, tudo concorre para a impressão geral, mas são os vegetais a causa determinante dessa impressão. O caráter próprio de um país seria dado pelos tipos individuais, pela distribuição e pelo agrupamento. (...) também propõe o discurso em primeira pessoa, considerando que o observador experimenta, vive e sente a natureza, para percebê-la.²⁴

A outra referência na construção do discurso científico oitocentista, que arma o olhar do naturalista – é Charles Robert Darwin (1809-1882) que, “a partir de trabalhos de história natural e observações geológicas, elaborou um marco na ciência”²⁵, sua obra “A origem das espécies” (1859) redimensionou as interpretações científicas de progresso evolutivo, pois “estabeleceu princípios e hipóteses que, a partir da zoologia, invadiram os estudos das ciências naturais e humanas, por desdobramentos e refutações”²⁶, porque:

(...) na teoria da seleção natural, a luta mortal, concorrência ímpar, entre sobrevivência e proliferação, longe de levar à decadência e extinção das espécies, estimula uma adaptação permanente e modificadora da própria espécie – faz com que a Evolução dê um passo adiante.²⁷

Portanto, é sempre necessário ter em vista que, o julgamento produzido pelos naturalistas europeus sobre a sociedade observada, foi profundamente marcado pelas matrizes intelectuais que estabeleceram modos de olhar, sobretudo as inspiradas em Humboldt²⁸ e Darwin, que construíram esquemas de percepção dotados de uma estética, que consolidaram um estilo narrativo a partir de parâmetros científicos e que, enfim, dotaram

²² BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *Um lugar no universo* vol. 2., 1994, p.10.

²³ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *idem ibidem*, 1994, p.23.

²⁴ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *idem ibidem*, 1994, p.24.

²⁵ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *op. cit.*, p.207-208.

²⁶ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *op. cit.*, p.172.

²⁷ GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p.347. Leite cita passagens da autobiografia de Darwin (1911), onde o cientista descreve seu perfil de naturalista e reflete sobre a influência exercida por suas idéias sobre outros naturalistas: “*Meu êxito como cientista, no que quer que isso tenha levado, foi determinado, na medida em que posso julgar, por qualidades e condições complexas e diversificadas. Destas, as mais importantes foram o amor à ciência; uma paciência ilimitada para refletir longamente sobre qualquer assunto; zelo para observar e colecionar dados; e uma boa porção de invenção e de senso comum. Com estas capacidades moderadas que possuo, é verdadeiramente surpreendente que tenha influenciado numa extensão considerável a crença de cientistas sobre alguns pontos importantes.*” In: LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *op. cit.*, p.209.

²⁸ Cabe lembrar as relações intelectuais e de amizade mantidas entre Humboldt e Goethe, conforme revelam os registros de Eckermann: “Segunda-feira, 11 de dezembro de 1826: Encontrei-o hoje numa alegre e exuberante disposição. “*Alexandre von Humboldt esteve algumas horas comigo esta manhã*”, exclamou [Goethe] cheio de expansão. “*Que homem extraordinário! Conheço-o há tanto tempo e, não obstante, curvo-me sempre em admiração ante sua personalidade. Pode-se bem afirmar que não tem rival em erudição e ciências vivas. E uma tal versatilidade como nunca se me deparou. Sente-se em seu elemento, seja qual for o assunto em questão e cumúla-nos de tesouros espirituais. É comparável a uma fonte inexaurível, manacial inesgotável, cujas águas jorram em muitas direções, saciando-nos incessante a sede do saber. Ele passará alguns dias aqui e isso para mim, é como se fossemos viver anos juntos*”. In: ECKERMANN, Johann Peter. *Conversações com Goethe*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1950, p.166.

o forasteiro de um “*olhar armado*” capaz de observar, tanto o esplendor da natureza, quanto de perceber, também, o poder e o encanto da paisagem.

2.1.3. Os viajantes e a literatura de viagem

É, portanto, de leitura e interpretação do mundo que se fala, quando se utilizam os registros das impressões de viagem dos europeus que percorreram o Brasil e o Rio Grande do Sul durante o século XIX, mesmo considerando que este não seja mais um mundo tão desconhecido, como fora aos homens que cruzaram os oceanos no século XVI, permanece, ainda, o elemento de distância cultural em relação à sociedade observada e renova-se, com a ciência, o imaginário produzido pela alteridade, conforme alertam Spig e Ezequiel sobre a historicidade contida na maneira de perceber e de organizar a realidade através do texto escrito:

No século XIX, o modo de encarar o mundo e o *outro* diferenciava-se daquele experimentado pelos aventureiros do século XVI, para os quais havia uma revelação do ainda *não-visto*. Já no século XIX, com algum conhecimento acumulado, os viajantes trataram de reorganizar, descrever e explicar o *já visto*. Esse conhecimento não invalida, entretanto, o processo de composição dos textos dos viajantes (...) parte de um universo caótico, compreendido pelo real, congregando elementos até então desconexos, a fim de tornar inteligível o que era desordenado. Trata-se da *organização do olhar*, através da produção do texto.²⁹ (grifos dos autores)

Mas a organização deste olhar através da escrita decorre também de uma classificação e seleção daquilo que foi visto e depois elaborado ou editado, segundo uma estética do pitoresco³⁰, ou seja, a descrição de um lugar distante deve conter elementos que indiquem o quão afastado da maneira européia de viver, ou da civilização, está o narrador. Por isso, mais do que descrever ou narrar o que vê, deve o viajante compará-lo com a sua realidade cultural e assim representar, por contraste, a nova realidade e seus elementos de alteridade.

²⁹ SPIG, Márcia Janete e EZEQUIEL, Márcio. Literatura de viagem: apropriações e o mistério da leitura. In: Méis: história & cultura/Universidade de Caxias do Sul – v.1. n.1, jan./jun.2002. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, p.201-214.

³⁰ Acerca de uma estética do pitoresco Belluzzo tece considerações sobre as intervenções dos gravadores em desenhos de autoria de Rugendas que “*conferiam [mais] exotismo ao desenho*”. BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *A Construção da Paisagem* vol. 3. In: O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1994, p.80. Francisco Paz alude a possibilidade de uma “*estética do choque*”, que se revela nos conflitos e ambigüidades presentes nestes relatos, derivado do impacto entre as culturas e do conseqüente julgamento de um pensamento que oscila entre a ciência descritiva e a sensibilidade narrativa. Sobre este aspecto ver: PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.207.

Tal como destacou Belluzzo sobre a *literatura ilustrada* produzida por Rugendas³¹ e Debret³² em suas expedições ao Brasil *pittoresque*, onde este é incentivado, talvez, por aquele “a preencher as lacunas e completar as observações, a fim de”³³:

Compor uma verdadeira obra histórica brasileira, em que se desenvolvesse progressivamente uma civilização que já honra esse povo, naturalmente dotado das mais preciosas qualidades, o bastante para merecer um paralelo vantajoso com as nações mais brilhantes do antigo continente.³⁴

Presentes, portanto, no discurso de Debret as premissas que norteiam sua produção e seu olhar estético, ou seja, ele nota a necessidade de um trabalho que demonstre a existência progressiva de uma civilização no Brasil, que mesmo sendo “*pitoresca*”, credencia o ingresso de sua história entre as nações européias, e sua missão é destacá-la. No reverso desta intenção, está o clima intelectual que fomentou tal atitude na Europa do século XIX e que surge, também, pela necessidade de reiterar uma superioridade cultural e científica, tal como descreve Tânia Quintaneiro:

O desenvolvimento e a popularização das ciências naturais também vieram a estimular a seu modo esse movimento centrífugo. A divulgação dos trabalhos de Humboldt, Darwin, La Condamine e outros fez aumentar o fluxo de exploradores e de meros curiosos em direção às mal conhecidas terras, com o intuito de buscar comprovar novas teorias, colher materiais para universidades, instituições ou coleções particulares. De todos os lados surgiram cientistas “itinerantes” e aficcionados cujo apaixonado desejo de observar, reunir e classificar espécimes animais, minerais e vegetais levou-os a afastar-se das fronteiras familiares. Importantes expedições foram organizadas com o objetivo de estudar os acidentes geográficos, as correntes marinhas, a fauna, a cultura das populações nativas (...).³⁵

E, conseqüentemente, todos estes elementos estão presentes nos estudos rio-grandenses sobre os forasteiros que percorreram o Rio Grande e que tanto interesse despertam nos estudiosos sobre o que viram, quais suas impressões sobre os habitantes de outrora e que informações fornecem sobre a região e seu modo de vida.

Neste sentido é preciosa a relação de estrangeiros dos mais variados campos indicados no minucioso levantamento de Abeillard Barreto, publicado em 1962, “*Viajantes*

³¹ João Maurício Rugendas, veio para o Brasil com a missão Langsdorff, mas tão logo chegou abandonou-a. Ao retornar à Europa, publicou seus desenhos em 1835. Cf. MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia*. In: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, Edusp, 1972.

³² Jean Baptiste Debret, chega ao Brasil em 1816 como membro da missão francesa e após quize anos de permanência nos trópicos retorna à França, onde reuniu os trabalhos realizados no Brasil e publicou “*Voyage pittoresque et historique au Brésil*”, em 3 volumes, aparecidos entre 1834 e 1839. Cf. MORAES, Rubens Borba de. *Notícia biográfica*. In: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, Edusp, 1972.

³³ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes *id. ibidem*, p.82.

³⁴ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, Edusp, 1972, p.6.

³⁵ QUINTANEIRO, Tânia. *Sobre viagens e viajeros*. *Retratos de mulher: a brasileira vista por viajeiros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1995, p.16.

estrangeiros no Rio Grande do Sul, até 1900, – resultado de “quase trinta anos” de intensa pesquisa em arquivos e bibliotecas do Brasil, Portugal, Uruguai e Argentina –, que formam um elenco múltiplo, que inclui desde botânicos, zoólogos, geólogos até militares e mercenários; ou de cronistas e pintores a marinheiros e comerciantes.

Em sua maioria, homens que exploraram as terras rio-grandenses em expedições científicas, militares, comerciais ou, simplesmente, diletantes, de modo sistemático desde o final do século XVIII³⁶, texto de consulta obrigatória mencionado por todos os pesquisadores do tema³⁷.

Abeillard Barreto resume a importância dessas impressões, descrições e crônicas multiétnicas para o estudo da região, destacando a participação “*decisiva*” dos alemães³⁸, da seguinte maneira:

No exame retrospectivo desse material, se a contribuição do português é primacial, por haver sido ele o dono da terra; se a espanhola, dos primeiros tempos, é também importante porque a reivindicava; se a inglesa, com os primeiros livros impressos sobre o Rio Grande do Sul, se avantajou com os de Black e Semple Lisle, ou de Luccock e Henderson; se a francesa, para a determinação de valor, conta com os de Saint-Hilaire, Isabelle, Dreys e Debret; se a sueca se arcabouça com os resultados da expedição regnelliana; se dinamarqueses, belgas, suíços, italianos, russos e poloneses (...) oferecem algumas dezenas de estudos que serviram para alicerçar, diretamente conhecidos ou não, os fundamentos da cultura rio-grandense, devemos reconhecer de público a cooperação decisiva da inteligência alemã para o seu acrescentamento, com as sucessivas viagens de seus nacionais ao Rio Grande do Sul e com as centenas de livros e monografias que a respeito escreveram.³⁹

Na “*História da Literatura do Rio Grande do Sul*” de 1956, Guilhermino Cesar destaca especialmente os apontamentos de Luccock (1809 a 1818), Saint-Hilaire (1820-21), Isabelle (1833-34) e Dreys (1839), salientando também a relevância dos diários de Patrício Côrrea da Câmara (1776) e de João de Saldanha (1787) e as notícias de Francisco João Roscio (1781) e de Sebastião Francisco Bettâmio (1870). Em trabalho posterior, mais restrito e

³⁶ Barreto indica que principalmente a partir do Tratado de Santo Idelfonso em 1777 é que iniciam com mais frequência as excursões ao Rio Grande: “*E o mesmo Tratado, cuja execução tanto se protelaria ao ponto de torná-lo inoperante, daria ao Rio Grande do Sul a oportunidade de conservar em seu meio, até a morte, as figuras ímpares de Francisco João Roscio e José Saldanha, que nos deixaram interessantíssimos trabalhos escritos, além dos diários da demarcação por ambos redigidos. Não menos brilhante é a contribuição dos adversários – Varela y Ulloa, Alvear, Cabrer, Oyárvide e Azara – todos igualmente com descrições e estudos já publicados, sobre a geografia, a história natural e a etnografia rio-grandense, cuja crônica, por outro lado, ressalta também das páginas sempre inteligentes com que a opulentaram no final do século XVIII*”. BARRETO, Abeillard. *Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul*. In: *Separata de Fundamentos da Cultura rio-grandenses: Quinta série*. Porto Alegre: UFRGS, 1962, p.28.

³⁷ Augusto Meyer referenda sua autoridade ao mencionar pesquisas desde 1934 sobre o tema: “*Abeillard Barreto, profundo conhecedor desse gênero de trabalhos e, sem dúvida, a maior autoridade em matéria de bibliografia rio-grandense (...)*”. in: MEYER, Augusto. *Da estante dos forasteiros*. In: *Prosa dos pagos, 1941-1959*. 4ª Ed. Porto Alegre: IEL: Corag, 2002, p.288.

³⁸ O autor homenageia ao final do texto dois intelectuais alemães que, com seu prestígio, mais atraíram a atenção de outros patricios à terra rio-grandense: Hermann von Lhering e Carl von Koseritz.

³⁹ BARRETO, Abeillard. *op. cit.*, p.46.

detalhado sobre o tema, publicado em 1969, o mesmo autor apresenta os “*Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801*”, na qual compilou fragmentos de textos, que constituem “*fontes primárias da história rio-grandense*”, e sobre a escolha dos registros explica:

Preferimos os relatos, cartas e informações, de viajantes, missionários, titulares de cargos administrativos, soldados aventureiros, – sempre que esclareçam alguma coisa de fundamental com respeito à formação histórica da comunidade gaúcha. E nessa preferência incluímos também aqueles informantes capazes de sugerir aos curiosos de hoje nova ordem de indagações, tendentes a completar o que se omitiu ou chegou até nós incompleto ou desfigurado.⁴⁰

O olhar dos viajantes para Guilhermino Cesar sugere, portanto, “*novas indagações*” e seus registros podem “*completar*” informações “*omitidas*”, “*incompletas*” ou “*desfiguradas*”, palavras sintomáticas que deixam transparecer a angústia do historiador ante um passado sempre lacunar – porque, impossível de ser reconstituído integralmente –, mesmo com os depoimentos de todos os viajantes registrados outrora, todavia a fantasmagoria da incompletude acompanha desde sempre o trabalho historiográfico.

Entretanto, cumpre ressaltar que os registros dos viajantes ou os textos literários não tem a função de “*complementar*” outras informações, mas surgem como fatos que se relacionam com outros acontecimentos sócio-culturais e fornecem, através das narrativas dos sujeitos históricos, e suas variações⁴¹, outras possibilidades de interpretar a cultura de uma sociedade, constituem, portanto, pontos de vista, sobre aquela realidade, sobre aquele tempo, sobre aquelas pessoas, visões que repercutem julgamentos culturais e valores sociais importantes na construção da significação de uma comunidade. Enfim, sua relevância reside nas possibilidades que estas narrativas abrem, para a interpretação do historiador, sobre as “*leituras sociais*” que estes viajantes fizeram da sociedade observada e, para analisar, em que medida, seu discurso contribuiu na construção do perfil identitário de um grupo social.

Para além desta constatação importa perceber, que apesar de submetidos a novas indagações e novos juízos os registros daqueles viajantes ainda desempenham a mesma função de sua origem, ou seja, dão a conhecer outros lugares e informam sobre outras gentes. Mas se antes foram convocados por reis e rainhas a investigarem, sob a égide do conhecimento científico, as terras, os animais, as plantas e as pessoas que existiam em

⁴⁰ CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1969, p.12.

⁴¹ Chartier alerta para o risco de reduzir-se os textos a um mero estatuto documental, e propõe que deve-se trabalhar sobre as variações: “*Variações entre as representações literárias e as realidades sociais que elas representam deslocando-as sobre o registro da ficção e da fábula. Variações entre a significação e a interpretação corretas tais como a fixam a escritura, o comentário ou a censura, e as apropriações plurais que, sempre inventam, deslocam, subvertem. Variações, enfim, entre as diversas formas de inscrição, de transmissão e de recepção das obras*”. In: CHARIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.259.

lugares distantes da Europa, agora são convidados pelos historiadores a testemunharem – por contraste – sobre o cotidiano, a cultura, e os modos de vida num passado distante. Permanece, portanto, o desejo de conhecer “o mundo do outro” através de uma dupla leitura que pressupõe distâncias culturais.

Neste sentido, merece nossa atenção um trabalho, de seleção de textos, organizado por Elomar Tambara, “*Viajantes e cronistas na região dos gaúchos – século XIX*” publicado em 2000, que apresenta relatos de 1820 até 1900⁴², e autores – alguns sem identificação detalhada – de variados matizes, que publicam artigos em revistas e outros periódicos da Europa, sobre excursões à América do Sul, estes registros possibilitam acesso a um variado leque de informações sobre as aventuras destes viajantes por terras distantes, e apresentam outros elementos constitutivos do imaginário europeu acerca da América e, principalmente, dos sul-americanos.

Pois, tão intenso quanto o desejo de conhecer era o de aventura⁴³, não apenas a aventura de cruzar os mares, mas a sensação do “leitor sedentário”⁴⁴ de aventurar-se através das narrativas das revistas e jornais, tal como esclarece Quintaneiro:

Muitos dos que empreenderam tais viagens (...) deixaram testemunho escrito sobre suas experiências. Brotou assim, um gênero pitoresco e fascinante que, apoiado por um florescente mercado editorial, ajudou a fomentar a cultura de uma classe média em expansão. A rapidez com que a maioria das obras foi publicada, as reedições e as traduções a outros idiomas demonstram o vivo interesse que existia em torno desse tipo de literatura. O dia-a-dia americano cristalizava-se em diários, relatórios comerciais e diplomáticos, tratados de história natural e geografia e até em roteiros turísticos que iam chegando às mãos dos que pretendiam trilhar aos mesmos caminhos, assim como dos que só viriam a sair de suas casas por meio da imaginação que febrilmente buscava alento na palavra escrita.⁴⁵

Assim sendo, tanto as crônicas de sabor romântico dos jornais ou das revistas de variedades, quanto os relatos de cunho científico publicados pelas Academias – que

⁴² Dentre os textos publicados nesta coletânea destacamos: “Viagem à América do Sul” de H.M. Brackenridge (1820), “Os Gaúchos”, Revue de Paris (1834), “Os Pampas”, O Panorama (1837), “Os Gaúchos” de Eugene Robiano (1878), “Alimentação no Brasil e nos países vizinho de Louis Couty (1881) e “Através da América do Sul e os Países dos Pampas (1866-1890)” de Alexandre de Yonine, texto traduzido e publicado por F. Macler (1900). In: TAMBARA, Elomar (org.). *Viajantes e cronistas na região dos Gaúchos – séc. XIX*. Pelotas: Seiva Publicações, 2000.

⁴³ Francisco Paz lembra que: “*Refutando as hipóteses de viagem como busca de cultura e refinamento, ou como gosto romântico pela aventura, Irving Leonard situa na busca da fortuna, no desejo de encontro do Eldorado, as razões dessas viagens. Para uma sociedade com poucas possibilidades de sucesso, o Novo Mundo apresenta-se como um refúgio e abrigo aos menos favorecidos pela hierarquia social, aos deserdados pelo sistema de progeneritura*”. Cf: LEONARD, Irving A. *Viajeros por la América Latina colonial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 *apud in* PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.204.

⁴⁴ Referindo-se a formação de um narrador viajante na prosa nacional, Sussekind diz: “*Nem viajante noturno, nem geógrafo, o narrador, não sem certa superioridade, faz as vezes de guia para um público que na verdade viaja unicamente ao redor de si mesmo ou pelo próprio quarto, e para longe apenas nos folhetins de jornal e nas seções de “Variedades” que lê. E a cada história ou a cada virada na trama, nova cidade, nova viagem, nova condescendente descrição deste narrador viajado dirigida ao seu sedentário leitor*.” In: SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.57.

serviram de guia ao desejo europeu de “ver” e de “imaginar” as terras distantes –, foram enquadrando uma paisagem, configurando um entendimento e delimitando um imaginário e, com efeito, forneceram através da linguagem e das imagens uma representação apropriada ao pitoresco e ao interessante, e finalmente, estabeleceram outros parâmetros de comparação entre as culturas, as pessoas e seus modos de vida, a fim de suprir o desejo humano de conhecer e entender a natureza, tal como indica Francisco Paz:

As crônicas de viagem, desde o início dos tempos modernos – sobretudo a partir das últimas décadas do século XVIII – traduzem o permanente esforço de classificação e sistematização do conhecimento, de enfrentamento e decodificação da heterogeneidade da cultura. Tenhamos, pois, como princípio que a tradição da viagem assim como informa a cultura ocidental, revela o desejo humano de decodificar a natureza e a sociedade, talvez pela necessidade de entender o próprio destino do homem e de equacionar a constante tensão entre razão e paixão.⁴⁶

De sorte que, ao descreverem ou desenharem a paisagem do lugar, foram os viajantes dando nomes e conteúdos, sentidos e significados aos diversos elementos da realidade brasileira. Diversidade à flor da pele, como se poderá perceber através das narrativas de Joseph Hörmeyer e Robert Avé-Lallemant, desde a configuração urbana e rural, até as figuras humanas que lhes aparecem pelo caminho no interior do Rio Grande do Sul, do hibridismo cultural ante a presença dos imigrantes alemães aclimatados à cultura local⁴⁷, ao constante paralelo entre o camponês da Europa e o campeiro do Brasil.

2.2. Joseph Hörmeyer, um oficial alemão encantado com o Rio Grande

Joseph Hörmeyer foi um desses viajantes europeus que chegou ao Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, “como membro da Legião Alemã, contratada pelo governo imperial para integrar as tropas luso-brasileiras na campanha contra Rosas”, foram os famosos *brummers*, grupo formado por jovens europeus muitos dos quais já haviam participado dos movimentos revolucionários de 1848 na Europa.⁴⁸

⁴⁵QUINTANEIRO, Tânia. *op. cit.*, p.17-18.

⁴⁶PAZ, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.206.

⁴⁷A expressão “hibridismo cultural” é aqui adotada no sentido de remeter ao processo de adaptação dos grupos sociais europeus aos costumes locais, embora seu emprego deva ser cauteloso, pois como explica Burke “*hibridismo, é um termo escorregadio, ambíguo, ao mesmo tempo literal e metafórico, descritivo e explicativo*”. In: BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003, p.55.

⁴⁸Conforme nota do tradutor da obra Prof. Heinrich Bunse: “*No ano de 1850, o Governo Imperial do Brasil recrutou, diante da ameaça contra a integridade de sua fronteira meridional, legionários alemães, em sua maior parte veteranos da guerra de Scheleswig-Holstein com a Dinamarca (1848-1850); mas havia também gente envolvida na revolução de 1848 e aventureiros. Formou-se assim a Legião Alemã, também chamada de Batalhão Alemão, cujo contrato previa o serviço de quatro anos. (...) Após a batalha decisiva de Monte Caseros (3 de fevereiro de 1852), os legionários foram distribuídos por várias guarnições no Rio Grande do Sul. Dissolvido o Corpo, alguns voltaram para a Alemanha; a maior parte, porém, radicou-se no Rio Grande do Sul. São os chamados “Brummer”.*” In: HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850:*

O título da obra de Hörmeyer é: “*Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*”, na qual declara que sua intenção é “*descrever uma região, conhecida pelo autor, conforme a verdade e a finalidade da emigração*”⁴⁹, ou seja, seu opúsculo é essencialmente um manual para imigrantes, aliás após todas as descrições sobre o panorama geográfico da província, seu clima, os produtos agrícolas, a criação de animais, a existência ou não dos animais nocivos⁵⁰ e sobre a população nativa, ele dedica 40 das cerca de 100 páginas do livro, à imigração e colonização, no sentido de fornecer aos interessados todas as informações úteis e necessárias de como proceder para imigrar.

Sua introdução é datada de 1853 e a publicação da obra na Alemanha é de 1854, conforme a nota do editor ao final do volume, portanto as informações ali contidas foram recolhidas pelo autor desde que chegou ao Brasil em 1850, até meados de 1853.

Há registros muito interessantes do ponto de vista da tradução de culturas ou, de “efeito equivalente”⁵¹ conforme esclarece Burke. Por exemplo, quando ele começa a descrever as plantas que servem à comercialização, como o fumo e o algodão, e discorre largamente sobre estes e outros produtos vegetais já conhecidos dos europeus, passando então a falar sobre a erva-mate e o seu uso no preparo do mate, salientando que “*as cuias de mate são a primeira coisa que é oferecida ao visitante pelo campeiro rio-grandense*”⁵², tem-se, então, o primeiro hábito identificado e descrito pelo capitão Hörmeyer aos seus conterrâneos europeus, e também a sua primeira referência aos naturais da terra.

2.2.1. Os costumes, as lutas e a lida no Rio Grande

Seguindo com suas informações, Hörmeyer chega aos animais existentes no Rio Grande, ao afirmar que os “*animais úteis, em que consiste a verdadeira riqueza do país, são o gado e o cavalo*”⁵³, e como não poderia deixar de ser, fala inicialmente sobre o cavalo, e a relação entre este e os *rio-grandenses*, da seguinte maneira:

O **rio-grandense** faz muita questão de cavalos velozes e ama, apaixonadamente, as carreiras nas quais, em cavalos sem sela, são corridas apenas distâncias curtas; as apostas importam, muitas vezes, em 1.000 a 2.000 patações e fazem-se, de costume, apenas entre alguns apostadores, visto que

descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional. Porto Alegre: D.C.Luzzatto Ed.: EDUNI-SUL, 1986, p.37-38.

⁴⁹HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.15.

⁵⁰ “*esperando desfazer, por uma descrição verdadeira, as fantasias, às vezes bem curiosas, dos imigrantes*”. In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.53.

⁵¹ BURKE, Peter. *op. cit.*, 2003, p.27.

⁵² “*O mate é posto numa vasilha parecida a uma cabaça, preparada da casca de uma espécie de porongo (cua), (raras) vezes adocicado com açúcar; depois derrama-se sobre ele água quente; ao bebê-lo sorve-se o mate por um canudo de prata que, na outra extremidade, tem uma espécie de bojo crivado de furinhos*.” In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.48.

⁵³ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p. 56.

aqui não se realizam, sistematicamente, grandes corridas. No campo, as corridas particulares são uma festa para toda a população; cada um comparece com seu cavalo melhor e, anotadas por escrito as apostas das figuras principais, todos encontram-se para carreiras isoladas, de forma que o campo todo fica cheio de cavaleiros a correr com a velocidade de um vento. Mesmo o mais pobre não quer ficar atrás nesse dia e vai apostar seu último patacão pró ou contra. Infelizmente, o rio-grandense estraga seu cavalo muito ligeiro.⁵⁴

Nesta observação aparece um divertimento ou hábito que será descrito inúmeras vezes, tanto pelos viajantes, quanto pelos literatos, e que chama a atenção por sua simplicidade e pelo envolvimento de todos no jogo de apostas, pois como ele mesmo salienta “as corridas são uma festa para toda a população”. Também Nicolau Dreys em 1839 ressalta que “correr carreiras é um dos divertimentos que mais prezam os habitantes do Rio Grande”⁵⁵. Além disso, a vida dos *rio-grandenses* em grande parte escoia nas lidas com os animais no campo, e o cavalo é o grande auxiliar nestes trabalhos, mas para isso deve ser domado pelo *peão*.⁵⁶

Além de ser o *rio-grandense* um admirador dos cavalos e de seu trato com este animal fazer parte de seu cotidiano⁵⁷, há uma peculiaridade que não passa despercebida ao atento viajante, ou seja, que para montar nem todos os cavalos são apreciados pelo natural da terra, pois “um brasileiro envergonhar-se-ia de montar numa égua”⁵⁸.

Apesar da referência genérica a “um brasileiro”, trata-se de um comentário sobre uma característica que parece ser típica dos *rio-grandenses*, embora outros viajantes dêem idêntico testemunho do pouco valor das éguas como montaria – tanto dentro quanto fora do Rio Grande –, como faz por exemplo Nicolau Dreys, que registra “o pouco uso que se faz das éguas e o desprezo que se manifesta para elas” e reprova com veemência “o prejuízo

⁵⁴ “Nota do tradutor: patacão: antiga moeda de prata no valor de dois mil réis”. In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.56-57.

⁵⁵ Nicolau Dreys viveu em Porto Alegre de 1817 a 1825 e publicou sua “Notícia descritiva...” em 1839. DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro*. 4ª ed., Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990, p.100. Saint-Hilaire registra em sua passagem pela Cisplatina (futuro Uruguai) idêntico divertimento: “Antes de chegar a San José, vi, na estrada, uma multidão de homens a cavalo que pareciam estar à espera de alguma coisa. Perguntei o que era, e eles me responderam que ia haver uma corrida de cavalos, muito apreciada aqui e no Rio Grande. A corrida consiste em saber qual dos cavalos é o primeiro a atingir a meta proposta, e a destreza deles é objeto de apostas muitas vezes bem caras”. In: SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p.213.

⁵⁶ “Já a doma ou, propriamente, o quebrar do bagual, é uma maneira que custa, anualmente, muitos cavalos. O **peão** salta, munido de chicote e de imensas esporas de ferro, sobre o cavalo seguro por outros peões pelo laço, sendo as rédeas amarradas à sela; e então se vai num zás, com chicote e esporas, campo fora até que o cavalo, totalmente sem forças, obedece horrorizado. O cavalo foi quebrado. Depois ele aprende a andar a passo, a marcha, em que galopeia com as patas dianteira e troteia com as traseiras. O **brasileiro** odeia o passo e nosso galope curto, desconhecendo totalmente o trote”. In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.57.

⁵⁷ Ele descreve minuciosamente todo o aparato utilizado para o arreamento. In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.57.

⁵⁸ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.58.

(sic) *que proíbe o emprego das éguas como bestas de montaria ou de carga*⁵⁹; ou Saint-Hilaire que, em passagem pela localidade de “Espinillo” em 1820, ao comentar sobre a escassez de animais nos campos menciona idêntico costume entre os “castelhanos” do Uruguai, pois avalia que são “os cavalos mais raros, [porque] muito procurados, ao passo que se desprezam as éguas”⁶⁰, ele destaca ainda, quando em viagem por Curitiba, que “os estancieiros portugueses não montam em éguas”⁶¹.

Estes depoimentos informam sobre uma prática disseminada na região meridional compartilhada tanto por portugueses quanto por espanhóis e, com efeito, indicam códigos culturais que estabelecem análogos costumes e modos de agir, independentemente, das fronteiras políticas, mas que também constroem distinções de outras ordens, seja entre brasileiros e europeus, seja entre portugueses do sul e de outras regiões do Brasil.

Quando Hörmeyer chegou ao Brasil em sua missão militar, já decorriam cinco anos desde o fim do conflito farroupilha, não obstante, este episódio marcante, também para a economia interna da província, não passou incólume aos olhos do viajante⁶², pois ele comenta sobre as grandes perdas ocorridas na pecuária por conta do movimento e das pragas, da seguinte maneira:

Mas durante a última revolução da Província, as estâncias foram afligidas de maneira canibalesca. Os dois partidos, tanto imperiais como republicanos, cortavam do gado apenas a língua e os pedaços mais apropriados para o churrasco nacional, de forma que um bando de 50 homens consumisse, diariamente, 10 a 12 reses. Os restos ficaram entregues às feras. O estancieiro cuja propriedade ficava próxima a um dos partidos em luta, arrebanhava grandes e pequenos animais e tocava todo o seu rebanho para a mais próxima charqueada (matadouro e fábrica de carne seca), vendendo a tropa em bloco para a faca do magarefe, sendo desta forma o gado dizimado de maneira inaudita.

Terminada a revolução, no momento em que os estancieiros começaram a se refazer, ocorreram a peste do gado, alguns invernos frios e, ultimamente, os carrapatos, matando dezenas de milhares de reses. Mas dizem que atualmente, em especial no oeste da Província, a criação de gado está sendo energeticamente retomada, fato que não é de se admirar por pertencer o rio-grandense, em especial o campeiro, ainda à classe dos povos pastoris.⁶³ (grifos nossos)

⁵⁹ DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.102. Segundo explicação do professor Cesar Guazzelli, a expressão “prejuízo” aqui pode ter derivado de uma interpretação equivocada do termo espanhol “prejuicio”, que significa preconceito, sentido bastante adequado para a situação em questão.

⁶⁰ SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.231.

⁶¹ SAINT-HILAIRE, August de. *id. ibidem*, p.407.

⁶² “Avaliar o número de cavalos e mulas da Província é uma pura impossibilidade diante da circunstância de, principalmente os primeiros, vagarem em bandos selvagens; contudo, pode ser estimado, aproximadamente em 400.000 cabeças. (...) Em escala maior é praticada a criação de gado. Existem estancieiros que, numa área de 15 a 20 léguas quadradas, têm 60 a 80.000 cabeças de gado a pastar. O volume total da pecuária importará em uns bons 2 a 3 milhões, senão mais. Antes, o número foi bem maior, pois houve anos em que a cidade de Rio grande exportava, sozinha, 1 milhão de couros.”, in: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.58-59.

⁶³ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.58-59. O viajante belga A. Baguet que visitou a província em 1845, corrobora a afirmação de Hörmeyer, ao dizer que a guerra “empobreceu bastante esta província, outrora uma das mais ricas e prósperas do Brasil. Conversei com estancieiros que, antes da revolução, possuíam

Parece, que Hörmeyer, se refere impropriamente à Revolução Farroupilha como “a última revolução da Província”, sem dar maiores informações ou detalhes sobre estas ocorrências, como se as constantes guerras de fronteira, que tanto atormentaram os habitantes do Rio Grande durante o século XIX, pudessem ser consideradas do mesmo modo que esta Revolução. Todavia, são dignos de destaque os efeitos nefastos destes acontecimentos na vida econômica, entre outras, da Província, pois todos os viajantes registram as perdas, principalmente de gado, ocorridas com as constantes guerras em que se vê envolvido o Rio Grande por sua condição de fronteira, que acentua – segundo alguns observadores europeus –, o caráter beligerante de seus habitantes.⁶⁴

E como a principal atividade econômica está relacionada com o gado Hörmeyer descreve com muitos detalhes um trabalho que é constante nos campos, a preia do gado e ainda como se procede na produção do charque⁶⁵.

Um outro costume que não lhe escapa, e que também aparece nos romances da época, trata sobre a facilidade do viajante em servir-se do gado que encontra no caminho e do quanto isto é comum nesta região:

O fato de que, diante da quantidade do gado, a sua carne deve ser bem barata, entende-se por si; (...) nas viagens pelo Estado, nos campos, raras vezes um estancieiro levará a mal quando o mais próximo boi é laçado e abatido; ainda agradece quando o hóspede não convidado tira o couro e o pendura na árvore mais próxima.⁶⁶

2.2.2. O Rio-Grandense urbano e campeiro, segundo Joseph Hörmeyer

Após descrever com minúcias os hábitos, os divertimentos e suas atividades cotidianas, segue agora o capitão a apresentar aos seus leitores europeus como é, segundo

até quinze mil cabeças de gado e atualmente não têm mais do que algumas centenas (...). In: BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997, p.55.

⁶⁴ Saint-Hilaire que realizou sua viagem durante o período das ofensivas de anexação da Banda Oriental do Uruguai (1809-1820), menciona inúmeras vezes os conflitos entre portugueses e espanhóis no sul do Brasil. Em sua opinião “esta guerra teria fatalmente acabado há muito tempo, se, em vez de ter começado com tropas européias, tivessem, desde o início, oposto a Artigas forças de homens da região (...)”, além disso destaca que “nesta capitania, os homens apenas são considerados pelas suas patentes militares (...)”. In: SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.62-64. E Dreys em 1839 registra que devido “a posição topográfica do rio-grandense tem-se de contínuo conservado com as armas na mão desde o princípio da colonização, e o tem constituído em estado de guerra quase permanente”. In: DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.114-115.

⁶⁵ “O gado é apreendido no campo por meio do laço atirado pelo **peão** que persegue a rês a cavalo; o peão vira então seu cavalo, puxando, dessa maneira, a rês para perto de si, corta-lhe os tendões nas patas e abate-a. Na grande procura por couros, deveria perder-se uma enorme quantidade de carne, visto que aqui se desconhece a salga. Por isso, a carne é limpa da graxa, cortada em tiras compridas da grossura de um dedo e posta sobre varas para secar no sol. A carne secada dessa maneira é um dos meios principais de alimentação dos habitantes da Província e um importante ramo do comércio, e leva o nome de carne seca ou também de charque. Para abater os animais e tirar os couros, assim como para a obtenção de charque, sebo, cabelos e chifres, existem matadouros, chamados de charqueadas, localizadas, em geral, junto a grandes rios, possuindo, ao mesmo tempo, fábricas de sabão e de velas, curtumes e selarias.” In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.62.

suas impressões, o habitante do Rio Grande do Sul, revelando que “o *rio-grandense* é de um caráter extremamente bondoso e cavalheiresco, em que cortesia e hospitalidade são entrelaçadas indissoluvelmente.”⁶⁷ Constrói então um perfil muito interessante do morador da cidade, pois diz que:

Embora o brasileiro citadino seja, como alhures, mais culto, é ele também mais corrupto e fisicamente mais fraco do que o rurícola. É, na média, pequeno, magro devido a depravações, precoce e refinado em exagero, e envelhece cedo. É também em alto grau indolente e gosta de distanciar-se. De duas coisas é ele, e com razão, cioso: de sua Constituição e de sua nacionalidade e língua; ele é cortês até o exagero e constringe, por isso, o estrangeiro um pouco *non-chalant*, sendo por demais vezes inclinado a chamar uma atitude menos cortês de falta de educação. Quando achamos algo bonito em sua casa, cavalos, o jardim, etc., a sua resposta obrigatória é sempre: “*Está a suas ordens*”.⁶⁸

Ainda que descreva as características físicas e morais do “*brasileiro citadino*”, o capitão Hörmeyer está se referindo aos *rio-grandenses*, e neste aspecto não foi possível assinalar convergências entre as suas opiniões e de outros viajantes, pois apenas Dreys estabelece alguma diferença entre o homem da cidade e o do campo, embora enfatizando aspectos da sociabilidade, ao dizer que:

(...) no meio das grandes povoações, o rio-grandense é outro, e apresenta-se com o asseio adequado à sua posição social: o luxo das grandes cidades tem achado útil auxiliar no bom gosto dos habitantes.⁶⁹

Sobre o destaque dado à Constituição, à nacionalidade e à língua, Saint-Hilaire e Dreys também fazem referência a esta peculiaridade, o primeiro porque acompanhou através de jornais e pelos depoimentos das pessoas, os momentos que antecederam ao movimento de independência⁷⁰, enquanto viajava pelo interior do Brasil e conforme informa, “*todos estão encantados com a Constituição, dela esperando grandes benefícios*”⁷¹, porém

⁶⁶ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.62.

⁶⁷ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.65.

⁶⁸ E continua: “*Ele é hospitaleiro no mais alto grau; contudo, a gente deve estar acostumando à comida brasileira para não achá-la modesta em comparação com as mesas inglesas e alemãs. O estranho, uma vez conhecido, pode chegar a qualquer hora do dia, na hora do almoço ou quando quiser; contudo, não deve esperar ser convidado. Entende-se automaticamente, na falta de hospedarias, que se tome ao pé da letra o convite do brasileiro: “Minha casa sempre está a suas ordens”; que a gente se aboiete e parta sem agradecimento, sem o mínimo constringer-se e importar-se, mais adiante, do dono da casa. Sendo o brasileiro muito retraído, raras vezes é posta na mesa mais de uma garrafa de vinho, e à noite, bastante chá; contudo, em casas mais finas sempre aparecerá na mesa um vinho Lisboa branco e tinto, um Madeira e um Bordeaux.*” In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.65-66.

⁶⁹ DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.112.

⁷⁰ Referimo-nos aqui à Revolução do Porto ocorrida em 1820, noticiada pelos jornais e acompanhada pelos brasileiros com agitações em todo o país.

⁷¹ Embora a primeira constituição do Brasil outorgada por D. Pedro I só viria em 1824.

assinala que “a maior parte mesmo dos que dela esperam tanta felicidade não sabem sequer o que é uma Constituição”⁷².

Este comentário de Saint-Hilaire importa ser focado nesta fase, porque, além de informar sobre a expectativa dos brasileiros em relação à mudança de sua posição política frente ao domínio português, o viajante nos dá sua “versão francesa” sobre o impacto deste acontecimento na vida comum dos habitantes do Rio Grande, da seguinte maneira:

Todos os habitantes desta província, entre outras, participaram da guerra durante muitos anos e quase nunca receberam soldo. Enquanto pagavam do próprio bolso, levavam deles cavalos, bois, carroças; as famílias ficavam expostas a vexames e à rapinagem dos soldados subalternos e dos chefes; apesar disso, a maioria desses homens não se queixa. Pode-se dizer com certeza, que os franceses não suportariam sem revolta a centésima parte do que sofreram, com tanta paciência, os habitantes da capitania de Rio Grande.⁷³

E Dreys, ao referir-se às disposições patrióticas dos *rio-grandenses*, registra que:

Reina, entre os naturais do Rio Grande, um espírito de nacionalidade sumamente melindroso. No tempo da separação de Portugal, quando apareceu ali o protesto enérgico do digno patriarca da independência, vimo-los tão ufanos do glorioso nome de brasileiros, que, em presença da exaltação que os dominava, os estrangeiros que se achavam no país precisavam de toda a prudência para evitar qualquer conflito.⁷⁴

Portanto, é possível perceber uma impressão constante entre estes estrangeiros, no que diz respeito as demonstrações de satisfação dos *rio-grandenses* em relação à modificação na condição política do Brasil. Neste sentido, Dreys especula, não sem algum espanto, sobre o que chama de “*suscetibilidade nacional*” dos *rio-grandenses*, indagando se porventura a proximidade com as populações de língua espanhola e sua conseqüente rivalidade não estimulariam, de algum modo, o “*apaixonado patriotismo dos rio-grandenses*”, pois segundo infere, é a essa rivalidade “*que se deve a conservação integral do território e de sua existência política, apesar de tantas e tão contínuas guerras que o tem assolado, e da conformidade de vida, de hábitos e de gostos que podia operar a fusão de todos esses povos*”.⁷⁵ Em síntese, os *rio-grandenses* afirmariam, segundo a análise do viajante, mais fortemente a sua nacionalidade, pela negação em indentificarem-se com os hispano-platinos a despeito dos tantos costumes compartilhados.

⁷² E continua: “*Tudo isso, entretanto, não é tão ridículo como se poderia pensar. Seria impossível que os brasileiros não estivessem fatigados de tantos abusos, de tantos vexames, conseqüentes de um poder arbitrário. Sem uma idéia bem precisa do que é uma Constituição, não ignoram, contudo, ser um código de leis que deve impor limites à autoridade absoluta, alegrando-se, pois, justamente.*” In: SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.425.

⁷³ SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.425.

⁷⁴ DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.114.

⁷⁵ DREYS, Nicolau. *id. ibidem.*, p.114.

A outra característica sobre os brasileiros *rio-grandenses* e que chama a atenção do capitão Hörmeier, como também já havia registrado Saint-Hilaire, é o hábito de andar somente a cavalo mesmo aos habitantes da cidade, ao que destaca:

Alguns dos moradores da cidade, mas apenas muito poucos, possuem coches, e creio que o número dos existentes em Porto Alegre e Rio Grande poderia ser estimado em quatro; o brasileiro serve-se sempre do cavalo. Mesmo que tenha de andar poucas ruas; ele não pode compreender que se vá a pé e tem para os pedestres apenas um sorriso compassivo.⁷⁶

Hörmeier passa então a descrever o homem do campo, a quem denomina “o *campeiro*”, suas características e seu modo de vida:

O morador do campo, chamado **campeiro**, é menos culto, mais natural; mas também de estatura mais forte e bonita e ainda mais cortês do que o cidadão. Há entre eles figuras de forma e força hercúleas, contribuindo para isso, em grau muito alto, a alimentação e o modo de vida rude. Ele representa o caráter nacional propriamente dito, e quem ainda não viu a campanha e o *campeiro*, não conhece o Brasil. Criado no meio de seus rebanhos e vivendo quase que exclusivamente da carne deles, o *campeiro* é um cavaleiro audaz, seguro e hábil, que sabe manejar de forma excelente a espada e a lança, sendo sua arma mais terrível e companheiro inseparável o laço. O *campeiro* não conhece outra maneira de viajar a não ser a cavalo. Até as mulheres viajam, freqüentemente a cavalo, (...).⁷⁷

Esta é a descrição encontrada amiúde nos relatos de outros viajantes, como Saint-Hilaire, o ilustrado naturalista francês “*de olhar armado*”, que ao passar por Viamão em 1820, o que mais lhe chama a atenção, além dos cabelos castanhos e a tez corada, do porte atlético e da boa aparência, “*é o ar de liberdade de todos com que me deparo e o desembaraço de seus gestos; não possuem a apatia que caracteriza os habitantes do interior; (...) seus movimentos são mais enérgicos, há menos delicadeza em seus gestos. Numa só palavra: são mais homens*”.⁷⁸

“*De olhos e ouvidos ao léu*”, o ilustrado viajor francês, Arsène Isabelle em 1834 apenas informa que o caráter do *Rio-grandense* “*é cavalheiresco como o dos “orientais” e paulistas*”⁷⁹, porém “*a urbanidade dos brasileiros da província do Rio Grande*” está longe da

⁷⁶ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.66-67. O viajante francês diz que “*nesta região, toda gente, mesmo pobre, inclusive os escravos, não dão um passo sem ser a cavalo*”. In: SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.78.

⁷⁷ E continua: “*A vida propriamente dita do campeiro é a estância. Vigiar o gado, domar cavalos xucros, marcação do gado soberano, carreiras são seu prazer e suas festas. Ele é frugal; uma garrafa de cachaça, sua cuia de mate-paraguaio, seu cigarro de palha e um churrasco com um pouco de farinha são perfeitamente suficientes para satisfazê-lo quanto às necessidades estomacais*.” In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.70.

⁷⁸ Mais adiante, já em Porto Alegre dirá que: “*Os homens, geralmente muito claros e de cabelos e olhos da mesma cor que os das mulheres, eram grandes e bem feitos; desembaraçados, mas sem a brandura que caracteriza os mineiros*.” In: SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.46 e 64.

⁷⁹ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1833-1834*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p.85.

dos orientais⁸⁰, e a “*gente pouco esclarecida*” do campo “*se limita a saber laçar e bolear animais com destreza, domar um cavalo e montá-lo com graça*”, além disso, são desconfiados pois, “*vêm com inquietação esses homens meio selvagens que os estrangeiros os obriguem a sair de seu gênero de vida rústica para porem-se ao nível da civilização ou ao menos procurá-lo*”⁸¹.

E em 1839, Nicolau Dreys, outro francês “*de olhar atento*”, tendo vivido 10 anos na província, declara que “*o homem do Rio Grande é geralmente alto, robusto, bem apessoado, e suas feições viris nada perdem por serem quase sempre acompanhadas de uma cor alva, que faz sobressair a preta capilaria e o avermelhado das faces*” e que, em virtude das guerras, “*a coragem do rio-grandense é fria e perseverante*”, além disso, observa que “*aquele que quer viver amigo do rio-grandense, basta respeitar seu melindre, sua honra, sua afeições, isto é, o que merece, em todas as partes, o respeito das pessoas cordatas*”.⁸²

O que se percebe nas observações destes viajantes é a comparação com os habitantes de outras regiões brasileiras, principalmente os mineiros e paulistas em Saint-Hilaire, e da região platina com os uruguaio e argentinos em Isabelle, sendo que apenas Dreys indicou uma comparação mais universalista, ao dizer que as coisas que preza o *rio-grandense* e que merecem respeito são as mesmas “*que merecem, em todas as partes, o respeito das pessoas cordatas*”.

A comparação é a primeira atitude do estrangeiro, da comparação surgem os parâmetros de julgamento, na qual entrarão as nuances culturais de cada julgador, neste sentido cumpre destacar que Hörmeyer não utiliza com freqüência este parâmetro para descrever ao *rio-grandense*, apenas o fará quando se referir à hospitalidade que chama tanto a atenção deste europeu como, aliás, de todos os viajantes que passaram pelos campos rio-grandenses⁸³. Esta é, sem dúvida, uma característica fundamental da sociedade da época e Hörmeyer se desmancha em elogios sobre esta prática costumeira, presente tanto no campo, quanto na cidade, quando comparada aos modos europeus alemães e ingleses.⁸⁴

⁸⁰ ISABELLE, Arsène. *id. ibidem*, p.35.

⁸¹ ISABELLE, Arsène. *id. ibidem*, p.47.

⁸² DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.115.

⁸³ Apesar de todas as ressalvas com relação aos modos rudes dos homens do campo, há muitos depoimentos neste sentido principalmente de Saint-Hilaire e Dreys, mas também Baguet tece elogiosos comentários sobre a hospitalidade rio-grandense. Sobre este aspecto ver: SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.321, 397, 409, 414 e 425. DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.113 e BAGUET, A. *op. cit.*, p.52 e 74.

⁸⁴ “*A virtude principal, do campeiro, é a hospitalidade; não a do homem rico da Alemanha, a qual é apenas ostentação diante de um amigo de negócios ou de um senhor de posição elevada; – também não é a hospitalidade do inglês que cerca os que lhe são recomendados com prodigalidade e luxo, enquanto deixa, sem dó e friamente, morrer pessoas somente por não lhe terem sido apresentadas; também não é aquela do colono alemão aqui na terra, que recebe prazerosamente o estranho distinto somente para poder dizer: “Este ou aquele hospedou-se em minha casa”, – mas recebe aborrecido aquele de aspecto modesto; serve-lhe parcamente; não trata de seu cavalo e o despede com um ar de protetor ou até exige dele*

Apresentadas suas características físicas mais comuns e algumas impressões sobre seu caráter e costumes, entra Hörmeyer a descrever o vestuário do homem do campo e a peculiar atenção dispensada aos ornamentos do cavalo, da seguinte maneira:

Seu traje, composto de chapéu alto, chamado também de sombreiro, de jaleco, do poncho (um pedaço ablongo de pano, de grossura de acordo com a estação do ano e em diversas cores, com uma abertura no meio pela qual se mete a cabeça), de uma calça estreita e botas altas ou médias de couro não curtido, é tão apropriado como vistoso e romântico. Os botões são substituídos, freqüentemente, por moedas de prata.⁸⁵

Esta descrição de Hörmeyer sobre a simplicidade com que se vestem os homens do campo no Rio Grande é, em grande parte, corroborada pelos outros viajantes⁸⁶, que em compensação demonstram sempre grande espanto diante do luxo dos arreios, em contraste, muitas vezes, com o pouco caso com que tratam seu cavalo, conforme foi registrado pelos demais e também pelo capitão alemão ao constatar que, “*infelizmente o rio-grandense estraga seu cavalo muito ligeiro*”⁸⁷ e, não obstante:

Seu luxo é o cavalo, seus aperos e suas armas. Seus aperos são de fino couro; a bandana de seda, a cabeça do lombilho guarnecida de prata; os estribos e as alças nas correias, as enormes esporas de peso de uma libra, de prata maciça; o freio composto de partes de prata e a correspondente cabeçada, o chicote de prata com correias e esferas de prata em vez de guascas; a guaiaca guarnecida por onças ou, conforme a riqueza, por patacas, na qual estão as pistolas e o facão guarnecido com prata, mostram **o legítimo cavalheiro da campanha**.⁸⁸

Quando em passagem por Rio Pardo, Saint-Hilaire já confirmava a percepção de Hörmeyer, ao dizer que “*é no equipamento de seus cavalos que a gente desta região procura ostentar maior luxo; os estribos de prata, a testeira, o freio a retranca de seus cavalos são guarnecidos de placas desse mesmo metal*”⁸⁹. Isabelle também revela idêntica observação, ressaltando que inclusive a montaria das mulheres é igualmente coberta de

pagamento. – Não! (...) o rio-grandense, pratica a hospitalidade como deve ser, sem segundas intenções e sem acepção de pessoa; e o mais humilde sacrificará seus últimos haveres para tornar-se obsequioso a seu hóspede.” In: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.71.

⁸⁵ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.70. Mas segundo observou Isabelle “*o traje dos homens do campo é mais rico do que o dos Gaúchos argentinos e orientais; consiste em grandes botas, uma larga calça de veludo azul, uma jaqueta de pano azul, um amplo casaco (sic) de pano e um grande chapéu de abas largas levantadas dos lados e atados sobre o queixo por um cordão terminado em duas borlas.*” In: ISABELLE, Arsène. *op. cit.*, p.65.

⁸⁶ Já para Dreys “*o cavaleiro, aparece modestamente coberto de seu poncho de pano azul, forrado ordinariamente de baeta vermelha, e por baixo dele levando umas calças e jaqueta do mesmo pano ou de fazenda de algodão, segundo a estação.*” In: DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.111.

⁸⁷ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.57. E Saint-Hilaire diz: “*Nesta capitania, todos possuem grande número de cavalos; mas não se lhes dispensa o menor cuidado (...).*” In: SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.46 e 64.

⁸⁸ HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.70.

⁸⁹ SAINT-HILAIRE, August de. *id. ibidem*, p.436.

prata, pois segundo ele “é necessário que uma mulher seja muito pobre para não ter ao menos cabeceira, estribos e esporas de prata”⁹⁰.

Do mesmo modo Baguet manifesta sua admiração pelo apreço que os homens “no Sul do Brasil e nas províncias do Rio da Prata” dedicam aos ricos enfeites de seu cavalo, considerando que, muitas vezes, é só isso que possuem, e observa que seu guia que “possuía como vestuário apenas o que levava no corpo, gastou quase todo o seu salário em ornamentos de prata para sua sela”⁹¹. E Dreys sintetiza com seu “olhar perspicaz” que “como homem acostumado à abastança, o cavaleiro guarda pouco luxo para si; todas as manifestações de riqueza são reservadas para o cavalo”⁹² e, conseqüentemente, “a posição social do habitante do campo do Rio Grande não se revela senão pelo luxo do cavalo”⁹³.

Assim, o “legítimo cavalheiro da campanha”, segundo a avaliação de Hörmeyer, é homem frugal que se alimenta, habitualmente, do churrasco sem sal, acompanhado de cuias de mate, que oferece sempre ao visitante, é cavaleiro audaz, seguro, hábil e de vida rude, mas que não monta em éguas, é também um apreciador das carreiras e estraga rapidamente o cavalo. Este excelente cavaleiro geralmente, branco, alto e robusto, maneja o laço com destreza, porta espada e lança, traja com simplicidade, todavia, não dispensa o grande luxo dos arreios de prata. Tal é o campeiro *rio-grandense* representado pelo capitão alemão e endossado em muitos aspectos por outros viajantes estrangeiros.

Cumprir destacar que – assim como na primeira obra de Caldre e Fião – não há nesta *Descrição sobre a Província...*, menção à palavra “gaúcho”, em vez dela aparecem abundantemente *campeiro* e *peão* e, da mesma forma que *vaqueano*, referem-se às ocupações mais comuns desenvolvidas pelos homens da Província, assim como indicam o seu lugar na sociedade, pois conforme assevera o capitão “o morador do campo, chamado *campeiro*, é menos culto, mais natural”, definição, aliás, corroborada por Pereira Coruja.⁹⁴

Há, portanto, uma distinção clara entre o *campeiro* e o *rio-grandense*, tal que na visão de Hörmeyer, se todo o *campeiro* é também um *rio-grandense* o contrário nem sempre é verdadeiro, pois ele mesmo realiza esta distinção, entre aquele e o cidadão. Além disso, o oficial alemão utiliza as designações ‘*brasileiro*’ e ‘*rio-grandense*’ quando sua referência é mais genérica, adotando-os propriamente como adjetivo gentílico.

E assim, o capitão Hörmeyer vai traçando um perfil sobre as práticas sociais e os costumes da gente *rio-grandense* em sua narrativa, tornando a encontrar-se com Caldre e Fião, quando diz que “a alimentação e o modo de vida rude” contribuem para forjar o caráter

⁹⁰ ISABELLE, Arsène. *op. cit.*, p.65.

⁹¹ BAGUET, A. *op. cit.*, p.69.

⁹² DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.100.

⁹³ DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.110.

⁹⁴ “**Campeiro**: adj. cousa do campo; v.g. freio campeiro o que tem certa forma só aplicada ao uso do campo; homem campeiro o acostumado a trabalhar no campo”. In: CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: *Revista Província de São Pedro* nr.8, p.137.

do *campeiro rio-grandense*, e a partir daí constrói a sua interpretação sobre a distinção entre a vida rural e a urbana, pois, embora se refira ao ‘*brasileiro cidadão*’ e não propriamente ao *rio-grandense*, é deste que está falando. Apesar da generalização com outros brasileiros, não deixa dúvidas, portanto, de que está se referindo aos habitantes do sul.

Destarte o capitão Joseph Hörmeyer apresenta suas impressões sobre a região e seus habitantes, relatos que se propõem a traduzir os modos de ser de uma cultura à outra, e, desta maneira, apresenta o viajante uma narração do mundo que ele vê dentro dos limites das categorias de sentido presentes em sua cultura, por isso são tão minuciosas as descrições, passando a construções de imagens sob a forma narrativa, e, no caso que aqui mais interessa, a sua percepção e descrição do ser regional, que apresenta muitas semelhanças com a narrativa de Caldre e Fião.

2.3. Diagnósticos de um médico viajante: Robert Avé-Lallemant

Outro viajante que revela os hábitos e as maneiras de viver da gente do Rio Grande através de sua sensibilidade narrativa, em 1858, é Robert Avé-Lallemant, “*médico, homem viajado, de apreciável cultura científica e literária com a vantagem, que faltou a muitos de nossos visitantes estrangeiros, de conhecer bem a nossa língua*”⁹⁵. Alemão natural de Lübeck, viveu 17 anos no Rio de Janeiro, onde clinicou e trabalhou na Santa Casa de Misericórdia, e que veio ao sul conhecer o estado das colônias germânicas fundadas nesta parte do Brasil.

“*Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*”, foi publicado em 1859 em Leipzig, e o próprio autor esclarece sobre as condições em que a obra foi escrita, ao dizer:

Como médico, exercendo a clínica por vários anos no Brasil, não pretendo a posição e o mérito de um naturalista profissional, motivo por que carece este relato de louçanias encontradas em outros livros de viagem. Escrevi estas páginas debaixo de árvores, em choças, entre europeus, negros, índios e mestiços, às vezes em cômoda situação de vida, às vezes constrangido às mais duras privações, sem teto, sem cama, sem comida e sem bebida. Numa penosíssima expedição às selvas, tive de vadear rios e pântanos, de pés descalços, guiado apenas pela bússola.⁹⁶

Nesta breve advertência ao leitor, sobre as circunstâncias em que a obra foi produzida e suas limitações, embora não se julgue “*um naturalista profissional*”, Lallemant demonstra aquele tipo de “*escrita-em-trânsito*”, a que alude Sussekind, e que confere ao relato a credibilidade desejada, porque escrito “*no calor da hora*” e, por isso, “*deve guardar*

⁹⁵ Prefácio do tradutor Teodoro Cabral. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980, p.14.

⁹⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.17.

as marcas do que se acabou de ver, do que se acabou de experimentar”⁹⁷, de maneira a unir, por alguns momentos, sentimento e razão, conforme o método proposto por Humboldt⁹⁸ ou, efetivamente, à maneira dos poetas⁹⁹.

O resultado é um registro precioso sobre a gente e os costumes rio-grandenses, além de, em muitos trechos de sua narrativa, realizar verdadeiras análises sociológicas e etnológicas sobre os grupos sociais que vai encontrando ao longo de seu caminho e, por outro lado, em virtude do objetivo de sua viagem, também oferece uma visão bastante particular da condição dos colonos alemães e dos recentes núcleos coloniais que estão se estabelecendo no interior da Província.¹⁰⁰

A narrativa da viagem de Robert Avé-Lallemant é um valioso documento de consulta sobre a paisagem rio-grandense da segunda metade do século XIX, que é descrita com muita acuidade pelo autor de “*olhar armado*”, sob a influência teórico-científica de Humboldt, cuja presença é constantemente sentida através das citações durante a narrativa, bem como no modo de registrá-la, que, em alguns trechos, quase se transforma em romance haja vista a quantidade de pequenas histórias por ele vividas ou dadas a saber; de qualquer forma é um relato sensível às atitudes humanas, tanto nas demonstrações de receio com lugares desconhecidos e de estranhamento com os animais que encontra, quanto na piedade que revela pelas pessoas que vivem na erma solidão da campanha, ou na manifestação da saudade que sente da Europa e, muitas vezes, principalmente, da civilização – entenda-se, vida urbana.

Estas impressões estão plasmadas em seu texto, que revela inclusive as contradições dos sentimentos humanos. Por mais objetivo e científico que fosse o olhar do médico alemão, ainda assim apresentou as generalizações comuns ao seu tempo e sua cultura, ou seja, de classificar as pessoas por sua ‘natureza’ ou ‘raça’ como boas ou desagradáveis, de acordo com a impressão que lhe causavam quando era bem recebido ou

⁹⁷ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.143.

⁹⁸ Belluzzo diz que na “*Fisionomia das Plantas*”, Humboldt “*propõe o discurso na primeira pessoa, considerando que o observador experimenta, vive e sente a natureza, para percebê-la*” e cita Andra, 1964, p.68-74 que informa: “*Humboldt desejava que a ciência contasse com a intuição dos artistas para apreender a paisagem dos trópicos.*” In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *Um lugar no universo: A propósito da arte e da ciência* vol. 2. In: *O Brasil dos Viajantes*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1994, p.23.

⁹⁹ Sussekind cita: “o prólogo de julho de 1846, de Gonçalves Dias para a primeira edição dos Primeiros cantos, em que este, comentando a falta de uniformidade métrica e “de pensamento” dos seus poemas, diz, em dado momento: “foram compostas [as poesias] em épocas diversas – debaixo de céu diverso – e sob a influência de impressões momentâneas. Foram compostas nas margens viçosas do Mondego e nos píncaros enegrecidos do Gerez – no Douro e no Tejo – sobre as vagas do Atlântico, e nas florestas virgens da América”. In: Gonçalves Dias. *Poesias*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d., 2v, v.1, p.6 *apud in* SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.286.

¹⁰⁰ Sobre a importância das representações dos viajantes na produção de uma etnografia que compõe e agrega sentido às narrativas históricas ver: CERTEAU, Michel de. *ETNO-GRAFIA: A oralidade ou o espaço do outro: Léry*. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.211-242.

não. Enfim, o relato de Lallemand é tão saboroso quanto poético, a ponto de, em algumas passagens, assemelhar-se a um romance de Cooper ou Defoe¹⁰¹.

Não seria possível, nos limites deste trabalho, apresentar a gama de particularidades que Lallemand fornece sobre as condições de sua viagem, a impressão que tem de Porto Alegre e de todas as outras cidades ou lugarejos por onde passa durante os seus três meses de viagem pelo interior do Rio Grande do Sul e, sobretudo, ficarão de fora lastimavelmente, porque não constituem o objeto deste estudo, suas impressões “antropológicas” sobre os indígenas missionários, “*criaturas provisórias*” sob seu julgamento europeu.

Todavia, nos limites desta investigação vão se desenhando, através de suas palavras, as representações da província e de sua gente, visto que ele vai mencionando as características culturais nativas adotadas pelos imigrantes, e, assim, pela narrativa deste viajante, é possível saber um pouco mais sobre os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade rio-grandense e seus costumes na segunda metade do século XIX.

2.3.1. Primeiro olhar: as colônias e os teuto-rio-grandenses

Logo que chega ao Rio Grande do Sul Lallemand vai para a Colônia de São Leopoldo e descreve sua situação urbana e seus habitantes da seguinte maneira:

São Leopoldo começa na margem do Rio dos Sinos com uma grande praça verde onde desembocam algumas ruas regulares. (...) Todavia, a longa rua, apesar das calçadas ao longo das casas, não tem calçamento, é mais funda no meio e um tanto arenosa, conservando, assim, o seu aspecto aldeão. Completamente aldeão é também o aspecto de sua gente. (...) Em toda a parte os romances de Auerbach, as gravuras de Richter! Meninos louros brigavam na areia até caírem cansados; meninas ordeiras passeavam juntas, para um lado e para o outro, dando-se ares de importância. (...) Em cavalos medíocres trotavam alguns jovens, semelhantes a **gaúchos meio civilizados**, com elegantes ponchos listrados, talvez com a intenção de impressionar.¹⁰²

Desde as primeiras impressões destaca o aspecto “*completamente aldeão*”¹⁰³ dos alemães de São Leopoldo, embora estejam mais próximos de Porto Alegre que outras povoações, sua aparência e comportamento divergem dos habitantes da cidade, entretanto,

¹⁰¹ A referência aqui recai sobre “*Robinson Crusoe*” (1719) de Daniel Defoe e “*O último dos Moicanos*” de Fenimore Cooper, pela maneira como estes autores trataram do tema civilização e selvageria, representando através de seus personagens a angústia gerada pelo contato entre culturas diferentes e os juízos de valor daí decorrentes.

¹⁰² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.116-117.

¹⁰³ Ele corrige ligeiramente sua impressão sobre o aspecto aldeão de São Leopoldo, ao dizer que: “*Inferese desse ligeiro esboço de minha excursão a São Leopoldo que muito se enganaria quem julgasse São Leopoldo simplesmente o amável lugarejo, a aldeia, a vila do Rio dos Sinos; São Leopoldo é antes um grande distrito colonizado por imigrantes alemães e por seus filhos, nascidos no Brasil, mas inteiramente alemães; é uma parte da Província, de extraordinária importância e merecedora de nossa máxima atenção*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.139.

o que sobressai neste comentário é a expressão “*gaúchos meio civilizados*”; com efeito, está o viajante a descrever as pessoas que habitam o interior da província e ao traçar este paralelo insólito entre os “*gaúchos*” e os jovens alemães, indica não só a presença distintiva desta denominação, como também assinala um paradoxo cultural, que apresenta, por antítese, a idéia de ser civilizado – o europeu alemão – à idéia de “*gaúcho*” – um ser bárbaro. Resta, portanto, tentar perceber, no transcurso de sua narrativa, como se mesclam estes elementos em seu entendimento.

O “*olhar armado*” do médico alemão, fornece como contraponto à paisagem rio-grandense suas lembranças das regiões germânicas, ora como naturalista ou paisagista, quando se refere a algum aspecto geográfico, ora como crítico de costumes quando faz algum comentário sobre as peculiaridades das atividades pastoris dos ‘*teuto-rio-grandenses*’ para, como diz Sussekind, “*reafirmar a diferença, a peculiaridade da paisagem brasileira*”¹⁰⁴ posta em contraste constante com a européia. Isto aparece desde logo num comentário sobre o “*pastor montado*” que conduz os rebanhos:

Quando, com esses rebanhos no pasto, há um pastor, não se vê o respectivo cão. Ele monta, anda sempre montado, e o seu cavalo é o seu cão pastor. Quando uma rês desgarrar, o pastor galopa atrás dela e num instante a reconduz à pastagem. Assim, desde crianças, aprendem os **teuto-rio-grandenses** a montar a cavalo e, **como centauros**, caracolam mesmo rapazolas através da planície.¹⁰⁵

O montar a cavalo parece ser o ponto crucial da mescla cultural que se opera nos colonos alemães do sul, segundo as observações de Lallemant, pois ele enfatiza esta prática, ao evocar a figura metafórica do “*centauro*”, para ilustrar com mais nitidez o que vê diante de si, ou seja, uma profunda interação entre o homem e o animal. E ao relatar o contraste da prática de conduzir o rebanho sem o “*cão pastor*” utilizado pelo camponês europeu, ressalta com admiração, que “*desde crianças, aprendem os teuto-rio-grandenses a montar a cavalo*” e por isso “*o seu cavalo é o seu cão pastor*”.

Desperta ainda sua atenção, como em outros viajantes, o modo de cavalgar das mulheres¹⁰⁶, as quais também denominou “*centauros*”¹⁰⁷, quando ao subir em direção à Serra encontra, em meio a paisagem tranqüila dos campos, com alguns colonos e tece

¹⁰⁴ SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.70.

¹⁰⁵ “*Saí do lugar por uma várzea irregular, que não é, como entre nós, no norte, um campo uniformemente relvado, mas uma planície entremeada de pequenas moitas de mirtáceas (...), entre as quais bois e cavalos pastam felizes à distância*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem*, p.118.

¹⁰⁶ Sobre este aspecto ver: ISABELLE, Arsène. *op. cit.*, p.65.

¹⁰⁷ “*Vieram também a cavalo jovens senhoras, sentadas de lado na sela, tão seguras, como os homens, com ornatos de prata nos arreios, porém sem os longos vestidos de montar e, por isso mesmo, mais graciosas e naturais que as nossas hécticas amazonas. Até inteiramente sós cavalgavam as mocinhas. Ninguém as molestava. E aliás seria duvidoso que um bandido conseguisse alcançar a centaura em fuga!*” In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.118.

comentários sobre as diferenças no modo de montar entre as mulheres da planície e as da serra que cavalgam “à verdadeira moda **rio-grandense**”.¹⁰⁸

Mais adiante em seu caminho pelo interior da província, já cruzando pelos campos de Rio Pardo, o médico Lallemand, num exercício misto de antropologia e sociologia, oferece um apreciável conjunto de impressões sobre uma solitária família alemã na qual notava, o viajante, grande intimidade com os trabalhos mais comuns da gente do sul, e conta:

Na planície seguinte, num capão de mato, uma casa. Para lá me dirigi; de novo uma casa de alemão cheia de vida e atividade, onde vivia um correeiro com filhos vigorosos, procedentes igualmente de São Leopoldo. Demorei um pouco. Interessava-me encontrar uma vida alemã num campo solitário. E era perfeitamente alemã. Cada filho executava sua parte no trabalho com habilidade e cuidado e respondia amavelmente a todas as perguntas. (...) Mas por trás dessa maneira inteiramente alemã, um traço de **gaucharia**. Um dos meninos devia ensinar-me o caminho. Enquanto arranjava seu laço, o irmão tangeu em nossa direção uma tropa de cavalos. Com a perfeita segurança de um adulto, o pequeno laçou um cavalo, atirou sobre o animal sua sela **rio-grandense** e trotou para a frente, sem pestanejar; o rapazote era dos pés à cabeça um **gaúcho**, um **centauro!**¹⁰⁹

E, novamente, a referência “quase sinônima” entre “*gaúchos*” e “*rio-grandenses*”, pode-se dizer quase, porque não há relação explícita e direta entre os termos, há, como no segundo romance de Caldre e Fião, aquele hibridismo cultural, pois o “*traço de gaucharia*”, a que se refere o viajante, relaciona-se à destreza em montar o cavalo, por isso “*o rapazote era dos pés à cabeça um gaúcho, um centauro*”, mas a “*sela [é] rio-grandense*”, como em Caldre e Fião “*moços vestidos à gaúcha (...) [mas] armados à rio-grandense*”.¹¹⁰

Sobre este aspecto Saint-Hilaire fez, em seu tempo, uma referência bastante eurocêntrica a respeito da vida pastoril e a maneira de adaptação dos europeus à região, ele diz que:

O europeu que chega a esta região, tendo aprendido um ofício ou tendo sido criado em ambiente agrícola, despreza de certo modo as maneiras grosseiras desses homens que, não exercitando muito sua inteligência levam uma vida bem semelhante da dos selvagens. O que logo lhes apaixona são os cavalos e o gado; imitam tudo o que vêem e, não querendo ficar em situação de inferioridade diante de seus vizinhos, aprendem a montar tão bem quanto os que lhes ensinam, elogiando tanto a arte de montar, que pensam não existirem outras habilidades.¹¹¹

¹⁰⁸ “*Freqüentemente se encontram colonos que atravessam a mata com seus produtos. Os cavalos conduzem alforjes de 150 libras e os burros conduzem às vezes o duplo. O guia da tropa tanto pode ser uma jovem camponesa como um homem. Lá em baixo, na planície, as moças montam sentadas de lado na sela, mas aqui na serra montam todas como os homens, pois os caminhos são mais estreitos e íngremes. Não usam sapatos, nem meias; os caminhos são demasiado sujos para esse luxo urbano. O pé fica nu, às vezes só o polegar, à verdadeira moda **rio-grandense**, se apóia num pequeno estribo e a vigorosa perna nua se cola firmemente à cavalgadura. Com despreocupada segurança guiam elas o cavalo ou o burro para qualquer parte*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.124.

¹⁰⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.191.

¹¹⁰ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1979, p.158.

¹¹¹ SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.321-322.

Unindo as duas percepções, mesmo que entre elas pese uma distância de quase 40 anos, o que permanece é um discurso sobre a capacidade dos europeus em superar as dificuldades da terra inóspita e adaptar-se tão plenamente aos costumes de uma gente tão distante da civilização, um discurso que demonstra e exalta a força e a superioridade destes europeus, que conseguem converter maneiras bárbaras em atitudes semicivilizadas que, com efeito, as aperfeiçoam.

Malgrado a ausência de uma definição explícita sobre seu entendimento do que seja o traço de “*gaucharia*” presente nas crianças alemãs e que, em princípio, não está dotado de grande negatividade, o médico alemão tece outras considerações sobre as maneiras peculiares dos imigrantes diante do novo ambiente, ao meditar sobre as circunstâncias adversas de sua existência aqui e em sua terra natal. E pondera:

Parece-me que os nossos bons compatriotas nesta natureza sul-americana livre, onde estão expostos a lutas peculiares contra obstáculos naturais, desenvolvem ainda mais determinação em resolver e em agir. (...) Por entre dificuldades começaram eles, mas conquistaram o solo e os que na Alemanha eram criados tornaram-se senhores pelo direito do trabalho. Sentem-se livres, porque aprenderam a ser livres. Ainda meninos, os filhos montam a cavalo e percorrem destemidamente a planície. Sentem-se bem dispostos e livres e por isso são corajosos e mesmo altivos, quando os encontramos em caminho. E este elemento de uma grande determinação e energia desenvolve-se também nas moças, desde sua tenra juventude. Montam sem esforço, elas próprias selam o cavalo e não precisam esperar por um irmão ou por um cavaleiro para viajar a cavalo. Aprendem a não fazer distinção humilhante entre a filha do camponês e a moça da sociedade. Isto trazem escrito na fisionomia, na atitude esbelta e firme do corpo, nos altivos olhos azuis.¹¹²

Excetuando-se a característica dos “*olhos azuis*” evocada por Lallemand ao descrever as atitudes e o caráter de seus conterrâneos¹¹³, todas as outras particularidades apresentadas para distingui-los – destemidos, dispostos, livres, corajosos e altivos – diante do ambiente inóspito e das circunstâncias adversas, estão presentes nos relatos dos outros viajantes que descrevem os rio-grandenses. Mesmo aqueles que demonstraram maior mal-estar diante da rudeza dos homens do campo e da precária estrutura social do interior do Rio Grande, como Saint-Hilaire e Isabelle, apresentaram testemunhos sobre o “*ar de liberdade*” destes “*excelentes cavaleiros*”.

Ademais, seu relato situa-se na melhor convergência com o pensamento de Caldre e Fião, que escrevera, “*o menino era altivo por natureza, como são os Rio-Grandenses em geral*”. Contudo seu discurso, à semelhança de Debret, representa com nitidez a noção da superação das adversidades, adaptação aos costumes locais e, finalmente, uma “*evolução*” de conduta e atitudes advindas do acréscimo da cultura européia.

¹¹² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.121-122.

¹¹³ Sobre a independência feminina Lallemand oferece inúmeros exemplos, ver: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.121, 125, 138

E segue Lallemand em sua viagem, quando, ao passar por Santa Maria observa novamente este amálgama cultural entre alemães descendentes e brasileiros natos, em relação à língua ilustre de uns e os toscos costumes de outros, utilizados de forma singular e natural no cotidiano:

Só no dia 27 de março examinei a singularmente alemã Santa Maria. Mas não é preciso descrevê-la. Imagine-se uma rica aldeia à margem da estrada de Darmstadt a Heidelberg ou outro lugar à entrada da montanha, e estamos no centro de Santa Maria. Até o dialeto do Palatinado se fala aqui nas ruas, como língua do país e, como lá, se ouve em toda parte. No entanto no “palatinatismo” se intromete a originalidade da vida rio-grandense. Quase nunca os jovens alemães tiram a espora e o poncho listrado.¹¹⁴

Depois de passar por Santa Maria, tão agradável em lembranças da terra natal deste viajante, e destacar a peculiar mescla cultural que agrega a distintiva nobreza “*palatina*”, ao uso intrometido “*das esporas e poncho listrado*” artefatos simbólicos do modo de vida rio-grandense. Ele parte, então, em direção à região missioneira, porque quer conhecer as Missões jesuíticas e, enquanto narra seu trajeto, discorre demoradamente sobre a história dos padres jesuítas e seus empreendimentos civilizatórios.

Mas durante este caminho, por duas vezes, Lallemand deixa transparecer uma certa melancolia por achar-se tão distante do mundo urbano e ao atravessar um pequeno rio que deságua no Uruguai desabafa, que em nenhum outro lugar, “*tive então o sentimento de estar um tanto afastado da humanidade civilizada; encontrei-me mais solitário do que até agora*”¹¹⁵, e mais adiante repete a reflexão, quando percebe ao seu redor apenas alguns animais que pastavam e diz em tom de desabafo “*que enorme distância entre o mundo civilizado europeu e as várzeas rio-grandenses nas remotas Missões!*”¹¹⁶

No caminho para as Missões passa por São João Mirim, um lugarejo, ou como diz Lallemand, “*é antes uma região do que uma colônia. Nenhuma aldeia, nenhum agrupamento de casas assinala o lugar*”, no qual só há uma venda e uma estância ao longe. Na pequena venda da beira da estrada, ao trocar algumas palavras com o vendeiro, descobre que este viera ainda criança para o Brasil e era natural de Oberstein, então ali permaneceu, para passar a noite antes de seguir viagem, e descreve uma típica alimentação das pessoas destes descampados:

A coisa começou com um almoço de infantil ingenuidade. Não abatiam gado todos os dias, mas somente matavam um boi em cada três ou quatro semanas. Então a carne é salgada e dependurada ao ar livre. Fica meio fresca, mas com aparência muito suspeita. Quando a vi, pensei à primeira vista que era a sola umedecida do sapateiro. Este charque, uma carne-seca frescal, tem

¹¹⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.214.

¹¹⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.224.

¹¹⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.226.

muito bom gosto, mormente com aipim. Fiz minha refeição em pé, ao balcão. Excelente o café que tomei em seguida.¹¹⁷

2.3.2. Outras impressões: caminhos imprecisos, hospitalidade abundante e algumas notas sobre as éguas, as esporas e os estragos da Revolução

Enquanto vão surgindo em seu percurso outras paisagens de campos¹¹⁸, gentes e animais¹¹⁹ característicos da província, Lallemand conclui que “*para viajar pelo caminho mais curto, é preciso ser um vaqueano*”¹²⁰, para encontrar, tal como se propunha, os povoamentos dos núcleos coloniais mais distantes, pois nesses caminhos imprecisos do interior rio-grandense, outros viajantes também destacaram a importância, do *vaqueano*, “*homem conhecedor dos caminhos*”.¹²¹

Sobre a proverbial hospitalidade Lallemand, assim como Hörmeyer, não se cansa de mencionar o quão importante é esta prática para o viajante aventureiro¹²². Numa passagem em que é recebido na casa, ou antes, na choça de uma gente muito simples, fala então novamente sobre a questão da retribuição à hospitalidade, advertindo aos viajantes sobre a arte de compreender os costumes do lugar com base na experiência.¹²³

¹¹⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.231.

¹¹⁸ “*Esse campo não é de modo algum uma superfície inteiramente plana, em que a gente julga ver um oceano congelado. Tanto pode ser plano como ondulado e até montuoso. A palavra campo significa uma pastagem aberta, natural, em oposição à floresta. Assim, pois, o campo ao norte de Rio Pardo é entremeadado de largas colinas de pouca altura ou coxilhas, cujas ervas curtas pastam os rebanhos de gado. (...) A grande distância, este quadro um tanto ermo é emoldurado por florestas escuras e ou serras azuis*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.170.

¹¹⁹ “*Nessa vasta extensão encontram-se magníficos grupos de animais, vacas gordas e seus bezerros que no pleno gozo de seu direito natural mamam quanto querem e se comprimem contra as mães quando a gente chega perto! Junto delas um touro baixo, de peito rugoso e de focinho altivo, em atitude ofensiva. Potros alegres trotam ao lado de esbeltas éguas, como se com elas estivessem aprendendo a bem correr. Ou chega a todo galope uma tropa de garanhões, descendo aos pinchos a lisa colina, porque avistaram à distância o peão, o pastor montado, e não querem submeter-se à sela e ao freio. Nos animais que saltam, tudo é vida, fuga e fogo, embora não se possa dizer que a raça é bela*.” In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.193.

¹²⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.192.

¹²¹ Para Saint-Hilaire: “*Um homem que é vaqueano de uma região é aquele que a conhece perfeitamente bem. Um bom vaqueano só pode ser um bom guia, razão por que estas duas expressões se tornaram sinônimas. Eu presumo que vaqueano vem de vaca. O vaqueano devia ser aquele conhecedor dos caminhos que as vacas seguem habitualmente e que sabem encontrá-las quando se perdem*.” In: SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.235. Arsène Isabelle usa a expressão tropeiro ao invés de vaqueano. A. Baguet diz que seu guia era um verdadeiro gaúcho. In: BAGUET, A. *op. cit.*, p.64.

¹²² “*Foi-me difícil forçá-los a receber algum dinheiro pelo meu almoço. É costume geral, nas regiões pouco habitadas, que se pague somente a ração de milho para o animal ou o vinho, a cerveja, etc., porém não o que se come ao almoço. Tinham-me convidado para o almoço, eu fora seu hóspede, exatamente como qualquer viajante que aparece à hora da refeição. Involuntariamente a gente se recorda dos tempos antigos*.” In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.127.

¹²³ “*No dia seguinte, (...) despedi-me da boa gente, a quem se dá a mão pelos serviços recebidos, mas não se dá dinheiro, pois não têm “venda”. A venda é que decide; paga-se à venda, porém não aos particulares;*

Durante toda a narrativa de Lallemant há grande quantidade de menções sobre a hospitalidade rio-grandense¹²⁴, sobre as dificuldades em encontrar os caminhos numa província pouco habitada¹²⁵, “*pois ali tudo é vasto, solitário, remoto*”¹²⁶ e admira-se da destreza dos homens da terra em encontrá-los uma vez que pareciam conhecer “*todos os recantos e buracos*”¹²⁷ e também de um churrasco feito à beira da estrada que ele chamou de ‘*boeuf aux champs*’¹²⁸, embora a dificuldade em conseguir comida seja sempre um profundo incômodo, principalmente, em virtude do costume local de não receber nada em troca da alimentação pois adverte, “*querer comprar comida numa estância é um expediente equívoco*”¹²⁹.

Já na conclusão de seu relato, louva outra vez a “*genuína hospitalidade rio-grandense*”¹³⁰ e, comparando-a como fez Hörmeyer com o procedimento europeu, admite o quão “*infinitamente benéfica e agradável é ela quando se chega a tal casa, a tal família e se tem acolhimento de que na Europa não se faz idéia*”¹³¹, encontrando mesmo uma conversa agradável, embora estejam tão afastados “*de um grande centro de cultura, de uma grande cidade européia, mesmo do Rio de Janeiro*”. Contudo como um legítimo europeu “*de olhar*

e deve-se viajar um pouco para saber o que fazer e o que deixar de fazer, e como proceder”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.177.

¹²⁴ “*Diante da porta da segunda estância estava uma índia bem vestida que, quando lhe perguntei pelo caminho, pediu-me que apeasse e insistiu para que entrasse na casa. É clássica essa hospitalidade nos longínquos campos do Rio Grande*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.263.

¹²⁵ “*Algumas milhas adiante deparei uma casa, cujo dono, para ensinar-me um atalho, me mostrou no horizonte distante algumas estacas fincadas no chão. Estes homens do campo têm órgãos dos sentidos extraordinariamente agudos. Usei meu bom óculo de alcance e de fato descobri as poucas estacas, mas com dificuldade*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.289-290.

¹²⁶ “*Naturalmente, tomei mate com o senhor Manuel Português. Ensinou-me o caminho, com indicações de grandes distâncias, pois ali tudo é vasto, solitário, remoto; raramente uma coxilha mais alta, uma árvore em lugar que se veja de longe, ou um rancho pode servir de orientação*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.262.

¹²⁷ “*Não compreendia como o artilheiro negro, sem caminho ou vereda, conhecia todos os recantos e buracos. Parecia conhecer cada pedra e cada caniço, ter estudado todos os desmoronamentos de terras e rochas*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.335.

¹²⁸ “*Pouco depois chegou o polícia de volta com um grande pedaço de carne de cinco libras de peso, que espetou numa vara. Com ramos secos fez meu “spahi” um pequeno fogo debaixo da árvore; (...) e da chama saiu um magnífico assado. A vara foi fincada no chão e nos colocamos em volta de nosso almoço. Cada um cortava um pedaço à vontade, servindo a mão de prato e garfo, e a relva de guardanapo. Não posso deixar de confessar que nenhum assado europeu desbanca este boeuf aux champs do Rio Grande*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.319.

¹²⁹ “*A dificuldade de obter comida é realmente o lado aborrecido da viagem naquelas regiões. Raramente se encontra uma venda. Querer comprar comida numa estância é um expediente equívoco, pois aquela gente não vende nada, mas oferecem de graça; por isso é preciso pedir, o que também é muito desagradável. Fica-se muitas vezes em situação realmente incômoda*”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.319.

¹³⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.324.

¹³¹ “*Depois dessas pequenas atribulações de viagem, sofridas durante o dia, a chegada é benéfica e agradável. Mas de fato infinitamente benéfica e agradável é ela quando se chega a tal casa, a tal família e se tem acolhimento de que na Europa não se faz idéia. Como passei agradavelmente as horas da noite palestrando com uma família amável e educada! (...) Quanto amor e bondade, quanta cultura viva nessa família: e quão longe se acha de um grande centro de cultura, de uma grande cidade européia, mesmo do Rio de Janeiro!*” In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.287.

armado”, noutro momento da viagem, também faz considerações sobre o pouco aproveitamento do leite pelos mesmos gentis rio-grandenses¹³².

Ao contrário de outros viajantes, Lallemand não atenta diretamente sobre o fato de que os *rio-grandenses* não montam as éguas, mas observa na cidade de Rio Grande que “o mais importante ofício da Província, é abater bois e cavalos, principalmente éguas”¹³³, também repara que os cavalos do Rio Grande pertencem a “uma raça espanhola degenerada e parece que ninguém se preocupa com as éguas”¹³⁴ e, por fim, afirma, “na maioria dos casos, o cavaleiro rio-grandense não se orgulha de seu cavalo e sim das guarnições de prata de seus arreios”.

E é talvez o viajante que mais repugnância demonstrou pelo uso das enormes “rosetas” de prata, e como todos os outros manifestou grande admiração pela composição do arreamento que custam, segundo sua informação, de “2 a 3 mil táleres”¹³⁵, não obstante, constata “o habitante do campo, o cavalo e os arreios são inseparáveis”¹³⁶.

A menção que faz o ilustrado médico alemão sobre a revolução farroupilha não passa de um certo desdém às suas conseqüências, pois ele diz que, de “um índio manso, dado como bom vaqueano”, que o guiava pelos caminhos entre Cachoeira e Santo Ângelo, “ouvira relatos do morticínio na última revolução” como se fosse uma “toada de sacristão do pardavasco”¹³⁷, e assim é que este fato aparece e logo desaparece da narração deste viajante, não obstante reapareça em sua conclusão quando informa sobre as perdas ocasionadas pelo conflito que dizimou grande parte dos rebanhos rio-grandenses, no mesmo sentido informado por Hörmeyer¹³⁸.

¹³² “Os bons **camponeses rio-grandenses**, quando lhes chega um viajante, não o deixam sair sem o obsequiarem, mesmo quando só tem insignificâncias a oferecer-lhe. A boa senhora da casinha de barro trouxe queijo e leite, enquanto a filha assava espigas de milho; ambas, porém, se envergonhavam de oferecer um almoço tão comum. O leite era de qualidade admirável e nós bebemos grandes porções dele. Em muitos lugares do Rio Grande não se sabe o que fazer com tanto leite. Esta pequena família do pé da serra tinha doze vacas de leite; no máximo fazia dele um pouco de queijo e raramente manteiga, pois esta exige mais trabalho. O resto perde-se, não é possível bebê-lo todo”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.333.

¹³³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.408.

¹³⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.365.

¹³⁵ Segundo informa em nota o tradutor de Hörmeyer, prof. Bunse: “O Taler era uma unidade monetária em uso, naquele tempo na Prússia, valendo três marcos de ouro. Equivalia a trinta Groschen de prata, valendo o Groschen 40 réis. (...) 1 mil réis é mais ou menos, igual a 25 Groschen de prata”. In: HÖRMEYER, Joseph. *op. cit.*, p.50 e 52.

¹³⁶ “Antes de tudo devem ser gigantescas as esporas, que com o estribo e a corrente abraçam o pé, e impedem andar facilmente (...). Da roseta não quero mais falar. Essa espora sempre é afivelada de modo que o curvamento da espora fique para baixo, e não para cima, como na Europa, com o que a roseta se arrasta atrás, retinindo. Os estribos formam um verdadeiro vaso de prata; os loros passam através de tubos de prata. A brida consiste em chapas, correntes e articulações de prata. A isso freqüentemente se ajunta uma coleira de prata, ainda que a cavalgada seja um rossinante. A sela também tem de ser guarnecida de prata na frente e atrás”. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.365-366.

¹³⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.195.

¹³⁸ “Embora espalhados sobre milhares de milhas quadradas, hoje pastam milhões de reses nas coxilhas do Rio Grande e centenas de milhares de cavalos, em fogosa alegria de viver, pisam as planícies relvadas. Ainda que não em massa compacta, mas em rebanhos dispersos, em toa parte encontra o viajante bois e cavalos e mesmo rebanhos de ovelhas. Na insensata revolução, começada em 1835, que durante onze

2.3.3. Um rápido olhar sobre os rio-grandenses e um diálogo com Caldre e Fião

Na maior parte de seu relato Lallemant se ocupa em descrever principalmente os núcleos de colonização alemã, e durante seu deslocamento de um lugar a outro vai descrevendo a paisagem, os elementos naturais, a fauna e a flora do Rio Grande, todavia seus registros são bastante modestos no que diz respeito à população rio-grandense, propriamente dita, a ela apenas se refere indiretamente, isto é, pelas maneiras de seus anfitriões nos ermos do Rio Grande, neste sentido há um pequeno depoimento seu sobre a distribuição étnica dos habitantes de Porto Alegre:

Como em todas as cidades do Império, a população brasileira não tem expressão nacional, não possui coloração determinada. Vêem-se, contudo, certamente, muito menos negros, relativamente, ao número de habitantes do que no Rio de Janeiro. Ao contrário, parece-me apagar-se o elemento índio. Mas indubitavelmente a população de Porto Alegre tem mais aparência européia do que aparenta à primeira vista; e esses leves matizes raciais despertam mais a atenção do entendido que a do leigo.¹³⁹

Este também é um comentário constante em outros viajores, isto é, sobre a predominância de brancos europeus em Porto Alegre, e ainda neste sentido ele segue sua descrição mencionando a elite da cidade, que teve pouca oportunidade em ver reunida, mas do que pode observar *"apresentava uma tintura de decorosa elegância e de distinto europeísmo"*¹⁴⁰.

Para além das observações sobre as "cores" dos habitantes¹⁴¹, Lallemant menciona que não obstante as muitas tentativas agrícolas na região *"os rio-grandenses, com seus vastos campos, sempre foram criadores de gado"*¹⁴², e avalia que em virtude da fartura pela *"facilidade do trabalho e de ganhar a vida"*¹⁴³, ao contrário de outros lugares, *"são isentos do sentimento de mesquinharía"* tão presente nas grandes cidades, aludindo novamente a

anos assolou a Província, parece que se arruinaram enormes rebanhos de gado; ainda hoje em dia se afirma que, embora os rebanhos tenham sido mais ou menos restaurados, não reconheceria a Província quem a tivesse conhecido antes daquela calamidade". In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p. 363.

¹³⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.158.

¹⁴⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.158.

¹⁴¹ *"Pode estimar-se o número de habitantes em 300.000. Destes, menos de 200.000, sem acepção de cor, têm direitos de cidadãos livres; menos de 100.000 são escravos. Os restantes são estrangeiros, dos quais só alemães deve haver uns 25 a 30 mil indivíduos".* In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.374.

¹⁴² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.374.

¹⁴³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.375.

“hospitalidade espontânea e oferecida de boa-vontade”, que segundo informa origina uma série de outras qualidades, pois:

Freqüentemente acanhados, a princípio, logo se tornam francos, sinceros e sempre corteses, ávidos de saber, mas modestos em perguntar, impávidos e corajosos, sem provocação. Essa é a característica dominante de todos os que conheci.¹⁴⁴

Também demonstra prudência ao descrever o aspecto físico dos rio-grandenses e pondera:

É difícil descrevê-los pela constituição física, pois são de variadas origens e em geral procedem das três raças, negra, índia e européia. Em minha peregrinação estive em contato com todos esses elementos e entendi-me perfeitamente com todos eles. (...) Aqui é traço característico a cortesia e a amabilidade e, depois que a gente se identifica, a verdadeira bondade de coração, que eu, pelo menos encontrei em toda parte.¹⁴⁵

São, portanto, estas parcimoniosas considerações que tece o ilustrado médico alemão sobre o rio-grandense, mas que conjugadas às referências indiretas que incidem em sua formação peculiar, e que foram atribuídas também aos imigrantes, ajudam a esboçar os contornos de um habitante do Rio Grande de São Pedro segundo a compreensão de Robert Avé-Lallemant.

Além disso, cumpre destacar um interessante ponto em comum entre as narrativas de Caldre e Fião e Lallemant, conforme já se havia alertado no capítulo anterior, ou seja, um relato no qual ambos fazem menção sobre um tema recorrente na cultura rio-grandense: a vingança.

Durante seu percurso pelo interior do Rio Grande, na região missioneira, o médico alemão narra uma história, destas que são típicas da província e que se tornam célebres na boca de toda a gente, que é recordada por ele enquanto conversava em São Miguel com um certo capitão pardo que lhe contava “*algumas histórias sangrentas, muito curiosas, de verdadeiras vinganças corsas, às vezes horripilantes*”, sobre este aspecto mais sinistro das práticas sociais rio-grandenses, o viajante tece ainda o seguinte comentário acerca dos homens e suas armas:

Horrendos esses homens com suas facas à cinta. Em toda a parte enfrentei esses magarefes com impávida franqueza. Quem é cortês com eles, neles pode confiar. Mas a lâmina sai facilmente da bainha e, neles, uma coisa não se extingue: a vingança.¹⁴⁶

¹⁴⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.375.

¹⁴⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.375-376.

¹⁴⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.241.

A faca, juntamente com o cavalo, é um dos elementos simbólicos mais constantemente citados pelos viajantes na composição do ser social regional, neste particular cabe recuperar a narrativa de Caldre e Fião que, na Divina Pastora, também se utiliza deste elemento na caracterização de Colomim, um dos personagens secundários da trama, descrito como “*um homem baixo, gordo e que trajava à gaúcha, tendo nos pés grandes chilenas de prata, e armado com uma enorme faca*”¹⁴⁷, que fora enviado pelo comandante das tropas farroupilhas para matar Almênio, o tenente desertor. Entretanto, confessando-se arrependido, revela suas intenções a Almênio e afirma desejar servi-lo “*com sincera devoção*”, ao que o jovem anui complacientemente.

Tal atitude demonstra e reitera a constatação do viajante sobre a confiança que se pode depositar em tais indivíduos apesar da aparência ameaçadora, a reação do jovem tenente foi justificada por Caldre e Fião, com base no *habitus* rio-grandense, segundo o qual “*Almênio podia perdoá-lo sem ter muitos motivos para temê-lo, principalmente quando, franco e generoso, lhe declarava sua missão, que em outra circunstância nos pareceria bem odiosa*”¹⁴⁸.

Retomando então a questão da vingança, que surge em relato idêntico nas duas narrativas, na versão apresentada pelo médico alemão tem o seguinte desenvolvimento:

Recordo-me, a propósito, de uma história autêntica, do Rio grande. Um menino deixara sua vaca entrar na horta de um homem e estava procurando retirá-la quando este, desatendendo a rogos, o esboroou severamente. Isso não foi apenas um castigo, mas também uma ofensa; o menino era branco e não escravo. Jurou vingar-se do homem, ao que o outro riu. O jovem portou-se passivamente e retirou-se do lugar.

Nove anos depois, chega um jovem muito bem montado diante da casa do homem e, segurando o cavalo, manda chamá-lo. Muito serenamente lhe pergunta se ele se lembra daquela história da vaca e do menino que ele surrara tão duramente. Rindo, responde o outro: “Sem dúvida. E o menino prometeu vingar-se.” – “Pois bem” – disse o jovem – “eu sou aquele menino e hoje cumpro minha palavra”. E no mesmo momento atira no outro e foge. A história de uma vingança nascida na infância e amadurecida na juventude tornou a aparecer-me quando o capitão terminou suas histórias de facadas e fomos comer nosso modesto jantar.¹⁴⁹

Tal caso, na narativa de Caldre e Fião, é acrescido de outras informações talvez numa tentativa do escritor em aproximar o leitor urbano do Rio de Janeiro dos costumes e atitudes peculiares aos *Rio-Grandenses*, sempre tomando o cuidado de explicar tais práticas e como elas se constituem numa parte das vivências compartilhadas pelos habitantes da região mais meridional do Brasil, neste sentido o autor esclarece a procedência da narrativa,

¹⁴⁷ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *op. cit.*, 1992, p.38.

¹⁴⁸ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *op. cit.*, 1992, p.40.

¹⁴⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.241.

informando em nota que, “*este fato apareceu escrito no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro de 20 de Janeiro de 1847*”¹⁵⁰.

Se o víssemos, nós que somos Rio-Grandenses compreendê-lo-íamos e o respeitáramos; mas um estrangeiro não o podia compreender. Ele estava a serviço de um seu parente e, no empenho de recolher-lhe o gado que se derramava na extensão das planícies e matas, esforçava-se com o maior zelo em cumprir sua missão. Um dia atravessou além dos marcos de divisa do campo de seu amo e penetrou na estância de um Alemão. Não é isto um crime porque as possessões não são valadas nem muradas e dão livre trânsito aos viajores. Seu fim era recolher ao rodeio o gado de seu amo, cuja marca conhecia muito bem. O Alemão estranhou-lhe o ato bem indiferente entre nós que jamais suscitaria uma dúvida entre estancieiros da nossa nação. O menino era altivo por natureza, como são os Rio-Grandenses em geral, e exprobo-lhe a sua grosseria sem razão; ele estava apoiado, ao seu ver, em bases sólidas de justiça, pois buscava aquilo que pertencia a seu amo e que por ele tinha sido confiado; e fora só obedecendo o uso estabelecido que penetrara em campos abertos e invadidos por todos quantos se apraziam transitar por eles. O Alemão tinha às suas ordens os peões da estância e resolveu castigar este menino; mandou amarrá-lo pois a uma árvore e deu-lhe nove vergalhadas. (...) O menino, que não podia repelir esta afronta e violência, sofreu-a resignado sem soltar um ai nem derramar uma lágrima. – O dia há de chegar da vingança! (...) Passaram-se nove compridos anos. O menino tornara-se um gigante (...). Uma manhã ele se apresenta em casa do Alemão: – conheces-me? Perguntou ele. Aquele respondeu negativamente. – Pois bem! Tornou o jovem, eu sou aquele menino que amarraste naquela árvore e em quem deste nove vergalhadas. Não é verdade que te prometi vingar-me?... Há nove anos! O Alemão ficou frio e mal pode balbuciar uma desculpa arrancada pelo medo. – Eu te prometi vingar-me, continuou ele com aquela voz vibrante que se assemelha ao eco dos sepulcros. Se queres defender-te procura a tua espada e seja em campo aberto. O Alemão, reanimado pela lealdade e franqueza do seu inimigo, quis chamar gente em seu socorro. – És fraco!... Mas é necessário, disse-lhe o jovem segurando-o com uma mão de ferro, que eu me vingue, que me vingue da vil traição que comigo praticaste. E cravando-lhe nove facadas o estendeu sem vida sobre o pavimento da sala. (...)¹⁵¹

Primeiramente, é importante destacar que a vingança é tratada, nas duas narrativas, como uma prática social, um código cultural e não apenas, no caso de Caldre e Fião, como um tema romântico, embora tal como aparece no “*Conde de Monte-cristo*” fosse um tema recorrente no Romantismo, constatação evidente diante da argumentação do autor, que estabelece um vínculo sócio-cultural diante de tal atitude, por sua inclusão indireta, ou seja, como rio-grandense, na justificativa de que: “*Se o víssemos, nós que somos Rio-Grandenses compreendê-lo-íamos e o respeitáramos; mas um estrangeiro não o podia compreender*”.

Ora, certamente Caldre e Fião reprovava a vingança enquanto atitude extremada, contudo não demonstra estranhamento pela circunstância e seus envolvidos, justificando que tal situação devia-se antes ao desconhecimento dos códigos sociais compartilhados entre os rio-grandenses, visto que o estrangeiro “*Alemão estranhou-lhe o ato bem*

¹⁵⁰ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *op. cit.*, 1992, p.108. A indicação do autor é bastante precisa o que permitiu ser facilmente comprovada no referido jornal desta data.

indiferente entre nós que jamais suscitaria uma dúvida entre estancieiros da nossa nação”, deixando à mostra, nesta pequena explicação, um exemplo dos muitos conflitos vivenciados entre nativos e estrangeiros europeus, principalmente alemães¹⁵², no interior da província.

Caldre e Fião faz, portanto, um esforço no sentido de informar o leitor urbano da Corte sobre as características culturais dos rio-grandenses, dentre as quais está o reconhecimento deste senso de justiça, algo reprovável segundo outros princípios. Para tanto descreve, em pormenores, toda a circunstância a fim de transmitir um tipo de código que se fundamenta exclusivamente no costume compartilhado naquela região, afinal *“fora só obedecendo o uso estabelecido que penetrara em campos abertos e invadidos por todos quantos se apraziam transitar por eles”*, mas que alguém estranho a tais relacionamentos julgaria de maneira equivocada. Assim o menino de nove anos que foi severamente repreendido pelo estrangeiro, com *“nove vergalhadas”*, jurou vingança, *“sem soltar um ai nem derramar uma lágrima”*, guiado pelo mesmo código moral que o havia conduzido a tal castigo, isto é, o costume.

Tal encadeamento foi, senão desprezado, ao menos minimizado na lembrança do mesmo caso por Lallemant, pois segundo as suas informações, o menino teria se sentido injustamente ofendido pelo tal homem, não pelo desconhecimento de um costume qualquer, mas pelo fato de ter sido agredido sem ser um escravo o que causaria, um certo senso deturpado de justiça, isto é, sua intenção de vingança.¹⁵³

Além disso, o desfecho moral difere entre os narradores o que altera completamente o sentido da atitude naquele contexto cultural, ou seja, se para Lallemant o menino branco ofendido pela agressão, simplesmente, volta após nove anos, executa “com tiros” o tal homem e foge. Para Caldre e Fião, a situação é um pouco mais complexa e envolve ainda outras práticas culturais, isto é, na versão apresentada pelo rio-grandense a vingança do menino, agora jovem, cumpria um ritual que implicava além de sua apresentação e da exposição dos motivos de sua presença, no cumprimento de um outro código, qual seja, o desafio de honra em igualdade de condições, que dava ao “Alemão” o direito de defender-se em campo aberto usando a sua espada.

Embora, pareça claro que nas duas versões do caso, a vingança é o resultado de uma atitude considerada, além de desnecessariamente violenta, sobretudo ofensiva à honra e a moral do rio-grandense. Na versão de Caldre e Fião, ela adquire outros contornos, além

¹⁵¹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *op. cit.*, 1992, p.109-110.

¹⁵² Sobre tais conflitos culturais entre alemães e rio-grandenses ver as interessantes histórias narradas por FERREIRA, Athos Damasceno. Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no século XIX: contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1956, p.62 e ss.

¹⁵³ A vingança é uma forma de justiça que remonta a antiga lei de Talião, segundo a qual o ofensor deve sofrer o mesmo mal que causou ao ofendido. Segundo relato de Aristóteles, foram os pitagóricos que definiram a justiça como retaliação. Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.938.

dos meramente reativos, pois em sua conclusão sobre o procedimento embrutecido do jovem ele esclarece:

O jovem tinha idéias perfeitas da justiça, disse Almênio, e obedecendo a um impulso interno não se havia em nada afastado dela. Sabia que as leis positivas, de acordo com as naturais, punem aquele que tira a vida de outrem. Ele se apresentou às autoridades do país, aos respectivos Juizes de Paz, como criminoso e, contando-lhes todas as circunstâncias do fato, submeteu-se ao julgamento dos homens.¹⁵⁴

Trata-se aqui de observar através destas narrativas as maneiras pelas quais os rio-grandenses são reconhecidos e representados, a partir da visão nativa de Caldre e Fião e do olhar atento do viajante alemão, a primeira fundamentada numa vivência autenticamente regional, a outra apoiada na sensibilidade e na perspicácia cultivadas pela experiência de médico e de homem viajado.

O médico rio-grandense volta a insistir na apreensão de códigos culturais e valores morais construídos e compartilhados pelos regionais, o médico alemão atribui certo tom de selvageria ao ato em si, em parte, pela sumária apresentação do relato, e também pelo fechamento um tanto irônico, visto que, aquela *“história de uma vingança nascida na infância e amadurecida na juventude tornou a aparecer-me quando o capitão terminou suas histórias de facadas e fomos comer nosso modesto jantar”*, como se não o surpreendessem tais atitudes diante de tal sociedade tão distante da civilização.

São de duas ordens, portanto, os julgamentos apresentados ao mesmo fato, em que prevalecem perspectivas opostas quanto entendimento da vingança, uma que enfatiza um sistema cultural no qual os indivíduos apreendem padrões de comportamento e valores morais através da transmissão dos costumes e outra que atribui tais práticas, justamente, a ausência de tais parâmetros, isto é, como respostas espontâneas, naturais, diante das quais fosse considerado absolutamente natural o ato de matar como parte dos procedimentos de pessoas destituídas de capacidades morais, que apenas reagem instintivamente.

A fim de melhor avaliar as duas versões, é interessante e apropriado apresentar também o relato, talvez original, que inspirou estas narrações, pois foi possível localizá-lo através da indicação precisa de Caldre e Fião da notícia do Jornal do Comércio de 20 de janeiro de 1847, que assim aparece publicada:

Rio de Janeiro
 Jornal do Commercio.
 Pelo paquete de vapor Imperador, entrado homem, recebemos folhas de Porto Alegre até 8 e do Rio Grande até 10 corrente.
 Uma carta do Rio Grande refere o seguinte e triste facto:
 «Um menino Rio-Grandense de 9 annos de idade que se occupava em guardar gado, havia entrado há outros tantos annos na estância de um Allemão para della enxotar, ao que parece, algumas rezes que a seu amo ou parentes pertencião; o Allemão estranhou-lhe, talvez com aspereza, este passo; mas

¹⁵⁴ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *op. cit.*, 1992, p.110.

recebendo algumas respostas que lhe não agradarão, julgou que convinha passar as vias de facto: amarrou o menino e applicou-lhe umas nove vergalhadas. Este, convencido da inutilidade de seus esforços para esquivar-se a tal barbaridade, sofreu-a resignado, mas despedio-se do seu verdugo, promettendo tirar delle completa vingança. A ameaça talvez provocasse então o riso do estancieiro; mas infelizmente foi pontualmente cumprida.

«Passarão 9 annos, como acima disse, e ha poucos dias que á mesma estância foi ter um moço de bella apparencia, forte e vigoroso, perguntando pelo proprietário della. Apresenta-se-lhe o Allemão; o moço apenas lhe pergunta se elle o conhece, e depois de ouvir a resposta pela negativa, accrescenta: «Sou o rapaz que há nove annos recebeu da sua mão nove vergalhadas: venho cumprir a minha promessa. »E puxando por uma faca, estende o Allemão a seus pés dando-lhe nove facadas. Em seguida foi entregar-se preso à autoridade competente, a quem narrou o facto, acrescentando que se não punha impunemente um vergalho no corpo de um Rio-Grandense.»¹⁵⁵

Da confrontação entre os textos algumas observações se impõe, primeiramente, que todos dão conta do mesmo facto, com elementos idênticos, o menino de nove anos; o período decorrido para a vingança, outros nove anos; as nove vergalhadas, assim como as nove facadas; e que à exceção da omissão da nacionalidade do homem, da confusão sobre a arma usada para cometer o assassínio e da fuga, em Lallemand; os demais elementos são todos coincidentes.

Em segundo lugar sobressai, na notícia, a conduta após o ato lastimável e a justificativa do jovem que “*foi entregar-se preso à autoridade competente, a quem narrou o facto, acrescentando que se não punha impunemente um vergalho no corpo de um Rio-Grandense*”. Com efeito, tal comportamento não diz de homens destituídos de capacidades de julgamento e que agem por conta de seus instintos, apesar de uma aparência às vezes ameaçadora, é antes um relato de condições sociais e culturais que seguem certos parâmetros particulares e comuns aos regionais que conforme já havia observado Nicolau Dreys com muita pertinência: “*aquele que quer viver amigo do rio-grandense, basta respeitar seu melindre, sua honra, suas afeições, isto é, o que merece, em todas as partes, o respeito das pessoas cordatas*”.¹⁵⁶

2.3.4. Uma desagradável visão: os “gaúchos-cossacos”

Após tantas caminhadas, desvios e atalhos em companhia desse ilustre viajante chega-se então no ponto de sua narração, quando, em Cruz Alta, acha-se o peregrino num armazém, que também serve de pouso aos passantes e onde descreve uma reunião de alguns indivíduos insólitos dos campos da seguinte maneira:

¹⁵⁵ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 1847.

¹⁵⁶ DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.115.

Apareceram então algumas pessoas. Primeiramente um negro forro, com sua mulher preta, ambos a cavalo, como todos os outros que vieram depois. Em seguida, um velho brasileiro, de simplicidade e modéstia quase infantil; depois dois mestiços de índios, um par impressionante, ambos altos e vigorosos, de cabelos longos, espessos e negros, barba crespa, perfeitas fisionomias de índios, mas atrevidos, com pequenos ponchos e grandes esporas. Comportavam-se com desembaraço, mesmo atrevidamente e insultaram o brasileiro até que ele se esgueirou. Realmente horrorosos os dois homens, verdadeiros bandidos, e por isso mesmo me interessavam. Davam-me a impressão de **fantásticos centauros**, que tivessem amarrado seus corpos de cavalo à porta. Fizeram ruído até 1 hora. Depois saíram trotando e ainda de longe lhes ouvia o riso relinchado.¹⁵⁷

Neste relato Lallemand apresenta com riqueza de detalhes suas impressões sobre aquela curiosa gente. Primeiro o fato de todos estarem a cavalo, depois as atitudes do simplório brasileiro e em seguida o horroroso par que o impressiona e no qual detém sua maior atenção, pois o impacto negativo que lhe causam é de tal ordem que arrola uma gama de vitupérios, que entende apropriados para qualificarem os ditos homens “*atrevidos*”, “*horrorosos*”, “*verdadeiros bandidos*” e de “*riso relinchado*”.

Como se pode verificar, não há, menção à palavra “*gaúcho*” para denominá-los, embora a inferência lógica nos conduza a esta constatação, o viajante também não indica o idioma que falavam, apenas que estes “*fantásticos centauros*” eram “*altos e vigorosos, de cabelos longos, espessos e negros, barba crespa, perfeitas fisionomias de índios, mas atrevidos, com pequenos ponchos e grandes esporas*”, ou seja, tinham um aspecto terrível e lamentável, nada a lembrar às suas descrições dos “*bons camponeses rio-grandenses*”¹⁵⁸.

Mais adiante, em seu trajeto em direção às Missões, ele revela outras percepções possíveis sobre os habitantes dos campos do sul, numa visão muito próxima da definição consignada por Pereira Coruja sobre o “*gaúcho*”.

Estes homens também não causam uma boa impressão no médico viajante:

Da colina desceram, galopando, alguns cavaleiros. Dois deles pareciam animais selvagens, mestiços de índio, robustos, rosto atrevido e barba crespa. Toda a aparência lhes traía a mesquinhez, mas também uma certa originalidade. Da cinta pendia-lhes a longa faca que, para eles, é tudo, o objeto predileto, seu ídolo, na verdade o cris destes fronteiriços, que eu poderia chamar os **COSSACOS DO RIO GRANDE**. Afiam a boa e elástica lâmina na soleira da porta e experimentam-lhe o fio com os dedos, como se fossem um quadro de Salvador Rosa. Enormes, como entre todos esses **GAÚCHOS-COSSACOS**, as suas esporas. Tais monstrenhos pesam cerca de meia libra; as rosetas medem até quatro polegadas de diâmetro e retinem no chão durante a marcha a pé; (...).¹⁵⁹

Esta passagem parece complementar a anterior, pois nela aparecem alguns detalhes esclarecedores, destacando-se principalmente o uso da palavra “*gaúcho*” acrescida do

¹⁵⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.192.

¹⁵⁸ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.333.

¹⁵⁹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.232.

apelido explicativo “cossaco”¹⁶⁰. Este artifício utilizado por Lallemand para complementar uma nomenclatura que a rigor não transmite ao europeu seu significado, encaixa-se apropriadamente ao que chamamos de “tradução cultural”, pois permite ao leitor estabelecer uma analogia aproximada entre estas existências, ou conforme explica Burke, o viajante europeu traduziu “a imagem para termos familiares recorrendo aos esquemas visuais ou estereótipos correntes em sua própria cultura”¹⁶¹ e, ao menos no texto, domesticou este estrangeiro. Embora ele não tenha sido o primeiro a proceder nesta comparação, pois Dreys já os havia associado pela condição de “sociedade agyne” aos “Tártaros zaporozhos”¹⁶², povo nômade das estepes asiáticas exímios cavaleiros e temíveis guerreiros¹⁶³.

Outro elemento simbólico que pode ser destacado como ampliação da percepção anterior está presente na expressão “o cris destes fronteiriços”, considerando que, o *cris* é um punhal de lâmina ondulada, que, neste caso, portam os “fronteiriços”, e à despeito de um mal-entendido, ou talvez uma certa amplificação das características, por parte de Lallemand, sobre o formato da faca utilizada por estes homens, ele entretanto não se equivoca quanto à sua importância e o, efetivo, porte desta arma¹⁶⁴.

É, todavia, o adjetivo “fronteiriço” que se revela importante para compreender quem são ou de onde vêm os aludidos “gaúchos-cossacos” e, neste sentido, Dreys esclarece que:

Os gaúchos, nômades, habituados nas margens do Rio da Prata, principalmente das Campinas ao Norte de Montevideú, estendem-se igualmente em todo o território banhado pelo Paraguai, Paraná e Uruguai, até o Oceano, em todas as partes onde há estâncias ou charqueadas em que servem de peões.¹⁶⁵

Quanto às características físicas são as mesmas indicadas no primeiro episódio narrado, isto é, tinham a aparência de “animais selvagens” e, igualmente, “mestiços de índio, robustos, rosto atrevido e barba crespa”. Na seqüência da narrativa, sobre os mesmos

¹⁶⁰ Tolstói escreve em 1863 uma novela intitulada “Os Cossacos”, e segundo sua primorosa descrição, entre outras características, estes homens podem ser representados da seguinte maneira: “Nessa faixa de terra coberta de bosques e de exuberante vegetação habita, desde tempos imemoriais, um povo russo cismático, guerreiro, rico e de tipos formosos, chamado “cossacos de Grebenh”. (...) Convivendo com os chechenes, os cossacos se aparentaram com eles e assimilaram os costumes e a maneira de viver dos montanhese; (...). Até agora os cossacos se consideram como irmãos dos chechenes e o amor à liberdade, ao ócio, à rapina e à guerra constituem seus traços característicos”. In: TOLSTOI, Leão. Obra Completa vol.3: Teatro, Novelas, Estórias e Contos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993, p.726.

¹⁶¹ BURKE, Peter. *op. cit.*, p.57.

¹⁶² DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.122. Sobre os costumes dos insólitos “cossacos zaporozhe” ver: HOBBSBAUM, Eric. Bandidos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975, p.75.

¹⁶³ “Tártaros, evocava aos ouvidos cristãos, o inferno do qual eles eram talvez os filhos”, para outras informações sobre os povos das estepes ver: CONRAD, Philippe. As Civilizações das Estepes. Rio de Janeiro: Ferni, 1978, p.279 (Coleção Grandes Civilizações Desaparecidas) e CONQUISTAS MONGÓLICAS (1200-1300). In: História em Revista. Time-Life: Abril, Rio de Janeiro, 1991, p.9-31.

¹⁶⁴ Dreys informa que: “A faca é arma particularmente usada nas questões que sobrevêm entre eles; tem uma sorte de duelo em que a faca não deve empregar-se senão cortando e, nesse caso, dirigem-se reciprocamente os golpes à cara; o ponto de honra exige que o inimigo fique marcado ostensivamente, mas não ordena de o matar; às vezes, volem em jogo esse costume bárbaro”. In: DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.122.

indivíduos, o médico de “*olhar curioso*” corrobora o estado vagejante de suas vidas, descrito por Dreys, ao reparar nos apetrechos que carregavam os temíveis “*gaviões*”:

Entrementes ficaram os cavalos arquejando diante da porta, carregados com a complicada sela e mais trastes. Pois estes *tártaros do Rio Uruguai* não tem casa; *levam vida nômade*. Acompanhavam-nos um jovem índio barrigudo e um negro. Compraram um bocado de pão e mate. Depois tudo foi metido num alforje, que o jovem índio carregou timidamente, atrás do semi-selvagem, pois estes semi-animais são nobres em relação aos índios puro-sangue; são genuínos cavaleiros, que *vivem na sela* e por isso não podem ter residência fixa. Insolência, atrevimento e expressões vulgares são as suas canções de trovador e o tinido das esporas o seu ranger de guitarra. São realmente típicos esses *gaviões*, como são chamados, e do alto de minha pilha de madeira divertia-me observando os *atrevidos fronteiriços*. Foi-se o grupo num galope louco e a poeira encobriu os animais.¹⁶⁵ (grifos nossos)

Os “*tártaros do Rio Uruguai*” ou “*gaúchos-cossacos*”, conforme concebeu Lallemand e também Dreys, estão plenamente de acordo com a definição “*índio do campo sem domicílio certo*”¹⁶⁷ de Pereira Coruja e confirmam também o registro de Debret colhido nas primeiras décadas do século XIX¹⁶⁸.

Demonstrando, portanto, diferentes níveis de percepção o médico alemão utilizou a palavra “*gaúcho*” mais vezes¹⁶⁹, diferentemente de Hörmeyer, que ignorou seu uso, talvez por considerar que este ser não fosse representativo dos habitantes rio-grandenses do campo.

Porém, tal como na segunda obra de Caldre e Fião, “*O Corsário*” na qual se nota uma maior presença deste vocábulo que confirma enfim a existência dos indivíduos por ele denominados, não é, todavia, aplicado diretamente aos rio-grandenses, senão aos homens desconhecidos ou de “origem” indefinida – entenda-se, sua naturalidade – já que ele diz apenas que são “*tártaros do Rio Uruguai*”, ou seja, “*fronteiriços*”.

¹⁶⁵ DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.122.

¹⁶⁶ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *id. ibidem.*, p.232.

¹⁶⁷ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: *Revista Província de São Pedro* nr.9, p.140.

¹⁶⁸ Jean Baptiste Debret, nas primeiras décadas do século XIX, em viagem a ‘*uma das províncias meridionais do Brasil*’ descreve, com riqueza de detalhes, o índio, típico habitante daquelas terras a quem chama de “Charruas, por corruptela *Chirrus*”, seus hábitos e atitudes: “(...) *Vivem cercados de manadas de cavalos selvagens, cuja carne preferem a qualquer outro alimento. (...) andam quase sempre a cavalo, envolvidos em ponchos. O resto de sua vestimenta é copiado dos hispano-americanos; como estes, andam sempre armados de um grande facão preso à cinta ou simplesmente enfiado numa das botas. O comércio de animais constitui sua principal ocupação; muitas vezes, também, com o nome de peões, servem de guia aos viajantes que percorrem essas províncias. Tão intrépidos a pé quanto à cavalo, não hesitam em atacar a onça, o braço esquerdo envolvido no poncho e recoberto de um pedaço de couro que, como uma espécie de avental, faz parte de sua indumentária. (...) seus divertimentos, pouco variados, em verdade, e que consistem em freqüentar as tabernas onde fumam, bebem cachaça e jogam cartas, prazer este que sempre termina em facadas. Embora dados à embriaguez, ao roubo e ao assassinio, são suscetíveis de uma fidelidade inalterável quando contratados para um escolta de proteção. Ao viajante que se expõe, nessas regiões, aos perigos de uma longa caminhada através dos desertos, o peão aguerrido é indispensável.(...)*”. Cf: DEBRET, Jean Baptiste. *Charruas, por corruptela Chirrus*. In: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo I. São Paulo: Martins, Edusp, 1972, p.47-48.

Mas existem ainda outras distinções interessantes, pois, quando Lallemand refere-se aos jovens colonos alemães de São Leopoldo como “*semelhantes a gaúchos meio civilizados*”, esta observação está em relação direta com aqueles indivíduos identificados como os “*cossacos do Rio Grande*” que mais pareciam “*animais selvagens*”, e sob esta perspectiva tem-se a clássica oposição civilização e barbárie, noção herdeira dos cânones iluministas e bastante presente no pensamento científico do século XIX, que encontra correspondência por um lado no aprimoramento dos costumes, quando adotados pelos europeus, e por outro, evoca a idéia de degeneração pela mestiçagem com o elemento autóctone, visto que, reiteradas vezes, o médico repetiu serem aqueles homens horrorosos “*mestiços de índios*”.

De tal modo que os costumes gaúchos adquirem contornos de civilidade quando adotados pelos teuto-brasileiros, já os indivíduos que apresentam mestiçagem com os indígenas são considerados semi-selvagens ou “quase” animais, já que para o civilizado europeu alemão estes “*fantásticos centauros*”, que parecem ter um “*corpo de cavalo*”, “*vivem na sela*” e tem um “*riso relinchado*”, configuram, portanto, uma imagem espantosa, se não monstruosa da versão sul-americana dos cossacos. Quanto às outras menções “*aos traços de gaucharia*” estão relacionadas ao modo de vestir – principalmente, ao uso daquela grotesca espora – e às qualidades de cavaleiro, de proceder com destreza no campo, referentes aos teuto-brasileiros.

Assim à semelhança de tratamento em Caldre e Fião, também está o “*gaúcho*” na obra de Lallemand representado numa acepção mais negativa, na qual foi relacionado aos indivíduos desconhecidos e de aparência perigosa.

Além disso, há um notável contraste entre estes nômades do campo, que “*vivem na sela*” e os “*bons camponeses rio-grandenses*”, revelando uma distinção social exclusivamente presente no campo, pois o contraste entre *rio-grandenses* e *camponeses rio-grandenses*, expressa o outro tipo de classificação social já analisada em Hörmeyer, entre a vida urbana e a rural.

2.3.5. Do campeiro rio-grandense aos gaúchos-cossacos

Em termos comparativos, não obstante, serem as obras de Hörmeyer e Lallemand referências e descrições sobre um mesmo espaço físico, suas narrativas apresentam menos elementos comuns do que diferenças, mas a semelhança fundamental entre elas está exatamente em seus autores, pois ambos tem origem germânica e, sobretudo visam as questões referentes à imigração alemã no sul do Brasil com particular atenção.

¹⁶⁹ Em toda a narrativa de Lallemand há apenas três referências ao gaúcho, além das que usa para contrastar as maneiras dos meninos alemães.

São pragmáticos quanto às medidas a serem empreendidas para o sucesso das colônias, principalmente com relação à agricultura; vêem esta região como um lugar ideal, especialmente pelo clima, para os europeus em geral, e, com isso, prescrevem um enorme “receituário” sobre as condições que aqui são encontradas pelos recém chegados, especialmente Lallemand é muito específico sobre este ponto, quando fala sobre onde ficam “alojados” os imigrantes, os males que se lhes acometem em virtude da viagem e da mudança na alimentação, enfim, uma visão médica sobre os sofrimentos iniciais dos que se propõe a tal aventura.

E neste sentido a grande diferença entre os narradores é, exatamente, o tipo de visão que possuem sobre o que vêem, enfim Hörmeyer é um militar, que tem consciência dos tumultuosos tempos que a Europa está vivendo durante os anos revolucionários, e bem sabe da importância de incentivar aos europeus que vivem em condições de penúria a procurarem um lugar melhor para viver, e sob sua perspectiva este lugar é nesta província do Brasil meridional.

Por outro lado, Lallemand é um homem de ciência, pragmático também, mas, sobretudo, um humanista que vê com bons olhos a imigração, porém ele objetiva preparar os espíritos que pretendem imigrar, descrevendo com a maior precisão possível as condições de existência dos que aqui chegaram antes e, neste sentido, seu “*olhar armado*” apresenta um viés bem mais sociológico do que a visão fornecida por Hörmeyer.

Hörmeyer apresenta a maneira e os procedimentos para emigrar, enquanto Lallemand reflete sobre as condições e as circunstâncias que envolvem a imigração, sendo que há, nestas visões, um espaço de oito anos de distância da primeira para a segunda, o que também faz com que apresentem diferentes opiniões sobre o processo de imigração; não obstante, as descrições apresentadas por ambos sobre os habitantes do Rio Grande do Sul não diferem substancialmente, apenas Lallemand agrega outros elementos à suas observações.

No caso da imigração, Lallemand fornece indicações mais aprofundadas sobre as nuances da população do que Hörmeyer, que, contraditoriamente apresenta um panorama mais breve sobre os habitantes da Província em seu relato, tendo em vista que recolheu as informações durante três anos, e Lallemand durante três meses!

Além disso, em Lallemand há uma antológica descrição sobre aqueles indivíduos que denominou “*gaúchos-cossacos*”, num perfeito exemplo de tradução de culturas, pois como explicar aos europeus o que é um “*gaúcho*”, senão em sua comparação mais próxima presente naquela cultura, ou seja, “os *cossacos*”, povos guerreiros das estepes, através da qual ele produz o que Hartog denominou “*efeito de alteridade*”¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Conforme explica Hartog, em sua análise de como Heródoto procedeu ao “traduzir” aos gregos os nomes nos povos não-gregos, visto que “a tradução não acontece jamais com relação a enunciados;

Assim, no ato de transpor a sua visão, sobre um determinado ser social observado no interior do Rio Grande – que era ao mesmo tempo distinto dos rio-grandenses e dos campeiros –, a fim de torná-la compreensível aos seus leitores alemães, ele utilizou a denominação nativa – “*gaúcho*” – e uma nomeação tradutora – *cossaco* – que contém um suplemento de sentido aos destinatários de seu texto, construindo neste processo para a palavra sul-americana “*gaúcho*” uma significação que é compartilhada entre os europeus. Deste modo realiza o médico alemão um procedimento quase clínico ao examinar o ambiente ao seu redor e decodificar as diferenças entre as culturas a fim de torná-las inteligíveis ao “paciente-leitor” europeu.

E se isso já não fosse o suficiente, Lallemand, ainda faz muitas menções interessantes sobre as trocas culturais que se processam entre os imigrantes e os costumes da vida nativa, quando fala sobre as atitudes dos jovens alemães da pequena vila de São Leopoldo “*semelhantes a gaúchos meio civilizados*”, ou ainda quando se refere à intimidade e destreza destes “*teuto-rio-grandenses a montar a cavalo como centauros*”, e com perspicaz compreensão declara que “*por trás dessa maneira inteiramente alemã há um traço de gaucharia*”, exemplificando com sua observação sobre um menino de origem alemã que, não obstante, expressar-se em dialeto alemão, “*o rapazote era dos pés à cabeça um gaúcho, um centauro!*”, enfim suas descrições são profundamente úteis em termos de identificação das várias formas de ser numa sociedade mesclada por características de diversas culturas.

Ademais, Lallemand utiliza as denominações específicas das atividades desenvolvidas nos campos da Província, ou seja, *vaqueano* e *peão*, aliás, em relação ao peão ele o adjectiva como ‘*pastor montado*’, pelo seu cotidiano trabalho nos campos com o gado, mas sempre em cima do inseparável cavalo, também construindo aí uma imagem para os europeus mais familiarizados com a idéia do ‘pastor a pé’.

2.4. Campeiros rio-grandenses e gaúchos: um limite identitário tangível?

Existe, portanto, uma distinção social presente no meio rural rio-grandense que se manifesta através do julgamento subjetivo dos viajantes. O subjetivo, aqui é utilizado no sentido de visão pessoal, que representa um juízo particular sobre o que foi observado e, conseqüentemente, fornece uma versão do que foi visto. Se algumas impressões apresentam maior superficialidade, nem por isso merecem menos crédito, pois contribuem

encontra-se, pois, fundamentalmente, ligada à atividade de nomeação: numa narrativa que diz o outro, ela é um modo de nomeação. (...) A tradução provê um suplemento de sentido. O que dava como simples classificação entende-se daí em diante também como denominação, na medida em que esses nomes dizem alguma coisa de seu portador”. In: HARTOG, François. op. cit., p.254.

como referência para outros comentários, outras versões, possibilitando confirmações ou construindo o contraditório, o discordante.

Neste caso a lembrança recai, principalmente, sobre Isabelle, viajante de “*olhos e ouvidos ao léu*” sobre o Rio Grande e que, entretanto, demonstra “*olhar mais atento*” nos relatos sobre os espanhóis. Contudo, – apesar dos comentários rasteiros que oferece aos seus leitores – ao fazer uma breve referência sobre as diferenças nos hábitos alimentares da gente rio-grandense e de seus vizinhos castelhanos, ele diz “*em Buenos Aires, vi gaúchos recorrerem a esse meio para se purgarem; faziam assar a carne, salpicavam-na de cinza e a comiam; depois tomavam grande quantidade de água*”¹⁷¹, já “*os brasileiros, habitantes da campanha, não bebem quando comem*”¹⁷², e também quando comenta sobre o vestuário dos homens da província de que “*o traje dos homens do campo é mais rico do que o dos Gaúchos argentinos e orientais*”¹⁷³

Nesta simples descrição sobre o que viu, Isabelle apresenta uma percepção contemporânea sobre as denominações diferenciadas entre os daqui e os de lá, ou seja, não tratou a ambos – homens do campo –, do mesmo modo, ao contrário, definiu os que vivem em Buenos Aires e são “*gaúchos*” e os brasileiros (*rio-grandenses*) habitantes da campanha. Não dá, portanto, tratamento idêntico, a seres que se distinguem, apesar dos muitos hábitos em comum.

De modo que, cada viajante que percorreu o Rio Grande de São Pedro durante o século XIX, registrou a sua própria versão sobre o que compreendeu da cultura, da gente e da terra rio-grandense, embora suas atenções estivessem pulverizadas pelas diversas situações vivenciadas, em que ora dirigiam seu olhar sobre o atraso e a precariedade das estradas, dos transportes, da ausência de pontes sobre os rios, como Isabelle; ora criticavam os costumes e lamentavam a rudeza da vida pobre dos campos, como Saint-Hilaire; ou então, reparavam na adaptação dos imigrantes ou na miserabilidade intelectual dos indígenas, como Lallemant; e outros ainda tentaram sintetizar as diversas nuances da cultura sulina em relatos breves, algumas vezes obtendo sucesso, como Dreys e Hörmeyer, outras nem tanto, como no caso de Baguet.

Submetendo-os à sumária classificação dos que viram e os que olharam o Rio Grande e seus habitantes estão entre os primeiros de “*olhos e ouvidos ao léu*”, Isabelle, Hörmeyer e Baguet, e entre os de “*olhar a mais*” estão Saint-Hilaire, Dreys e Avé-Lallemant que além de descrições amudadas, forneceram análises sobre fatores sociais e históricos que influenciavam as condições de existência daquela gente.

¹⁷¹ ISABELLE, Arsène. *id. ibidem*, p.88.

¹⁷² ISABELLE, Arsène. *id. ibidem*, p.90.

¹⁷³ ISABELLE, Arsène. *id. ibidem*, p.65.

Mas independente disso, todos, sem exceção, consignaram alguma opinião sobre os “gaúchos”, em algum momento de suas narrativas, e essas informações servirão aqui como referências sobre este ser social que divide junto com os rio-grandenses uma representação possível da identidade regional.

Neste sentido o primeiro relato é de Saint-Hilaire, que em passagem pela região da Cisplatina ou Banda Oriental, atual Uruguai, os descreve da seguinte maneira:

Estes homens sem religião e sem moral, a maior parte índios ou mestiços, que os portugueses designavam sob o nome de *Garruchos* ou *Gaúchos*, e cujos costumes já descrevi, não tardaram a se reunir a Artigas e a seus chefes, quando estes desfraldaram a bandeira da revolta. O brado de “Viva la Patria!” não era para eles senão o sinal de pilhagem; algumas vezes apoderavam-se do gado para vendê-lo e jogar com o dinheiro que por ele recebiam. Matavam-no sem necessidade e nem lhe tiravam o couro. Cada comandante não passava de um chefe de facínoras que, na maior parte do tempo, agia por conta própria, não obedecendo às ordens de ninguém. O amor da pilhagem e da licenciosidade era a motivação do soldado, o amor do comando, o estímulo do chefe. Estes homens, entretanto, tinham sempre na boca a palavra pátria, e as pessoas estavam tão acostumadas a ouvi-la repetir que o tempo em que o governavam os insurgentes é conhecido na região como o tempo da Pátria.¹⁷⁴

Este comentário de Saint-Hilaire foi escrito em 1820, período em que as tropas de Artigas lutavam pela criação das “*Províncias Unidas do Rio da Prata*” e foram combatidas e vencidas em Taquarembó pelos portugueses, para finalmente, a Banda Oriental ser anexada ao Brasil com o nome de “*Província Cisplatina*”. As tropas do caudilho Artigas eram compostas por bandos irregulares – as montoneras – recrutados entre os temíveis cavaleiros “gaúchos”. Os “gaúchos” aqui são sinônimo de gente desgarrada, mercenários, “*homens sem religião e sem moral*” segundo Saint-Hilaire e corroborado por Dreys em descrição antológica:

Sem chefes, sem leis, sem polícia, os gaúchos não têm, da moral social, senão idéias vulgares, e sobretudo uma sorte de probidade condicional que os leva a respeitar a propriedade de quem lhes faz benefício ou de quem os emprega, ou neles deposita confiança.¹⁷⁵

Em síntese, seres grosseiros que resumem sua existência a cavalgar, roubar cavalos, laçar o gado e guerrear, tal como observou Isabelle. De caráter indômito, não constituem família, nem prezam qualquer religião, como afirmou Dreys. Numa “*terra-de-ninguém*” eram os “*filhos das macegas*” que formavam a “*terrível sociedade dos proscritos*”.

Todavia, este singular ser social, ou anti-social, originou-se do confronto, da conquista e da ocupação irregular de um território disputado palmo a palmo por dois

¹⁷⁴ SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.170.

¹⁷⁵ DREYS, Nicolau. *op. cit.*, p.122.

civilizadíssimos impérios europeus, Portugal e Espanha que quase transformaram a região platina em região colorada, pelos tantos e tão cruentos embates que ali foram travados.

Tal encadeamento leva a presumir que de regiões incultas e em guerra não se pode esperar seres polidos, pacíficos, racionais ou ilustrados. Em ambiente inóspito há que se cultivar força, destreza, faro, coragem e astúcia. Deve ser desenvolvido o aparato sensorial e intelectual necessário à sobrevivência. Homens e mulheres ocupados em sobreviver a constantes ataques, não podem dedicar-se a pensar em manutenção à longo prazo, nem em quaisquer produção duradoura ou permanente, destarte o roubo de gado e de cavalos apresentou-se como alternativa possível de sustentabilidade, principalmente, nas áreas de constante litígio entre portugueses e espanhóis.

No caso do Rio Grande do Sul e de sua peculiar situação de fronteira é exatamente isso que se pode observar, quando, em algum momento, cessam as hostilidades, como ocorre a partir da segunda metade do século XVIII, com o Tratado de Santo Idelfonso em 1777.¹⁷⁶

Na seqüência deste período, todavia, o que se constata são os constantes conflitos bélicos entre o ainda “Brasil-português” e seus vizinhos espanhóis que reiniciam em 1801 com a *conquista das Missões Orientais*; prosseguem de 1809 a 1820 com as ofensivas de *anexação da Banda Oriental do Uruguai*, que culminam em sua tomada sob o nome de “Província Cisplatina”; até que sobrevém, em 1825, a reação que se transforma na *Guerra Cisplatina*, que se prolonga até 1828 com o reconhecimento pelo então “Brasil-brasileiro” da “República Oriental do Uruguai”, com a devida intervenção da Inglaterra.

Em 1835 eclode a *Revolução Farrroupilha*, guerra civil que dura até o acordo de paz assinado em 1845. Entre o final da guerra farrapa e a participação do Brasil na *Guerra Grande* (1843 a 1851) ocorre, outra vez, um curto espaço de desenvolvimento interrompido pelas conflituosas relações entre os rio-grandenses e o exército *blanco* de Oribe “*que ocupava a campanha oriental e mantinha Montevideo sob cerco*”¹⁷⁷, o que resulta na entrada do Império brasileiro na guerra do Estado Oriental, na qual “*os rio-grandenses compuseram um terço dos efetivos brasileiros, formando praticamente toda a cavalaria*”¹⁷⁸ e que após vencer Oribe em 1851, inicia a luta contra a Argentina de Rosas, que é derrotado na batalha de Monte Caseros em 1852. Nos pouco mais de dez anos seguintes, seguiu-se relativa

¹⁷⁶ Conforme informa Pesavento: “O período de paz que se seguiu, estendendo-se até 1801, foi marcado pelo grande desenvolvimento da economia pecuária sulina, baseada agora no charque e com o fortalecimento dos clãs patriarcais.” In: PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, p.23.

¹⁷⁷ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Guerra do Paraguai: Estados nacionais e Regiões-Províncias no espaço platino*. In: *Encontro de História Brasil Paraguai*. Salvador: Anais do Instituto Histórico Geográfico da Bahia, 2001, p.322.

¹⁷⁸ VASCONCELOS, Genserico. *História Militar do Brasil. A Campanha de 1851-1852*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1941, (2 vol.), p.148 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *id. ibidem*, 2001, p.323.

prosperidade nas charqueadas rio-grandenses, até que, em 1864, o Brasil entra em guerra, novamente, contra Aguirre do Uruguai até 1865, quando em virtude das alianças militares eclode a *Guerra do Paraguai* entre 1865 e 1870.

Nesta breve retomada, verifica-se que os rio-grandenses e seu território foram afligidos, desde o início do século XIX, durante 69 anos, por oito guerras que consumiram, mais de 30 anos de (não) existência, durante os quais os homens eram recrutados à força para compor ora o “Exército do Sul”, ora as “tropas farroupilhas” ou o “Exército Libertador”¹⁷⁹. Estas circunstâncias compartilhadas e sofridas por espanhóis e portugueses, produziram práticas sociais equivalentes, que levaram Saint-Hilaire, em 1821, a tecer um comentário sobre o Marechal Abreu, semelhante ao que dirigira a Artigas e seus “gaúchos”:

Por tudo o que ouvi dizer, parece que, de fato, os habitantes da região administrada pelo Marechal Abreu, ou seja, de Capela de Alegrete e dos cantões circunvizinhos, é de toda a Capitania do Rio Grande a que mais se assemelha aos gaúchos, e os próprios costumes de Abreu pouco diferem dos homens conhecidos por esse nome.¹⁸⁰

De modo que, este registro de Saint-Hilaire demonstra, como em Isabelle, que neste tempo não é comum a associação entre “rio-grandenses” e “gaúchos”, contudo existem práticas e mesmo representações que os assemelham. Tal como buscou Lallemant assemelhá-los aos cossacos das estepes, que conforme mui razoavelmente considerou Tolstoi, “denotavam força física e moral (...) ar guerreiro e algo altivo próprio dos cossacos e, em geral, dos homens acostumados a conduzir armas. Sentiam-se cossacos e não ignoravam seu valor”¹⁸¹.

2.4.1. Um olhar fronteiro: Sarmiento e o *gaucho* argentino

Neste sentido, busca-se um outro ponto, ou antes, um contraponto de observação sobre estes peculiares habitantes da fronteira, fornecido por Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), na obra “*Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*” escrita em 1845, “um estudo pioneiro e profundo sobre a vida nos pampas e sobre o gaúcho”¹⁸², que pode auxiliar na compreensão das nuances que compõe este modo de vida.

¹⁷⁹ Sobre os métodos violentos empregados nos recrutamentos que não raro resultavam em prisões ou deserções, sem embargo dos recursos de força e rigor utilizados pelas instituições de Guarda e Milícia, resumidos da frase “se reúne por um lado e desertam pelo outro”, ver: RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

¹⁸⁰ SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.353.

¹⁸¹ TOLSTOI, Leão. *op. cit.*, p.732.

¹⁸² SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino. Porto Alegre: EdUFRGS/EDIPUCRS, 1996, p.VII.

Escrito por um argentino, esse estudo, de grande conteúdo sociológico, de viés naturalista, proporciona a esta análise um olhar de um ponto não exatamente exterior, mas um olhar que se chamaria “*fronteiro*”, que pode avaliar, desde dentro de sua própria cultura, elementos que compõem por extensão, coexistência e confrontação a cultura de outros, de modo que, desde logo, Sarmiento apresenta o ambiente inseguro da campanha e seu papel na formação do caráter de seus habitantes, e avalia:

Esta insegurança da vida, que é habitual e permanente na campanha, a meu ver imprime no caráter argentino certa resignação estóica para a morte violenta, que faz dela um dos percalços inseparáveis da vida, uma maneira de morrer como qualquer outra; e talvez possa explicar, em parte, a indiferença com que se mata e se morre, sem deixar impressões profundas e duradouras entre os que sobrevivem.¹⁸³

Em síntese, uma vida provisória que, cercada por toda sorte de ameaças, produz no indivíduo uma resistência singular, que o afasta de certas manifestações cultivadas pelo convívio social. Neste sentido, Sarmiento ainda insiste nesta configuração – homem e espaço – ao atribuir a soberba individualidade dos habitantes do campo às longas viagens no “*desamparo dos ermos*”, pois:

Nessas longas viagens, o proletário argentino adquire o hábito de viver longe da sociedade e de lutar individualmente com a natureza, endurecido pelas privações e sem contar com outros recursos que os da sua capacidade e manha pessoal, para precaver-se de todos os riscos que o cercam continuamente.¹⁸⁴

Perigos representados, segundo Sarmiento, principalmente, pelos “*bárbaros indígenas*”¹⁸⁵ e pelos animais selvagens, que rondam a vida dos que habitam as vilas do interior da República Argentina, em “*ranchos miseráveis cujo aspecto geral de barbárie e de incúria os fazem notáveis*”¹⁸⁶. Sarmiento esclarece ainda que para além do aspecto de localização geográfica das províncias, o tipo de classificação que lhe interessa perceber “*é a que resulta dos meios de viver dos povos da campanha, que é o que influi em seu caráter e espírito*”¹⁸⁷.

E sobre este aspecto explica que “*nas planícies argentinas não existe a tribo nômade*”, contudo apesar da existência de propriedades, o que mais lhe causa espécie, é a dispersão da população nos campos “*com habitações colocadas a quatro léguas de distância umas das outras, às vezes oito ou a duas, as mais próximas*”, e lamenta profundamente pelo isolamento e pela solidão que impedem o surgimento de uma sociedade regular, o que torna impossível qualquer tipo de governo, mesmo a

¹⁸³ SARMIENTO, Domingo Faustino. *op. cit.*, p.23.

¹⁸⁴ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.28.

¹⁸⁵ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.28.

¹⁸⁶ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.30.

¹⁸⁷ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.31.

municipalidade é inexistente: “a polícia não pode exercer-se e a justiça civil não tem meios de alcançar os delinqüentes”.¹⁸⁸

Além disso, reclama “onde colocar a escola para que cheguem a receber lições as crianças disseminadas a dez léguas de distância em todas as direções?”, relata a inexistência de sacerdotes, e em seguida declara com pesar que onde “a civilização é de todo irrealizável, a barbárie é normal”¹⁸⁹ eis, portanto, o estado social lastimável das campanhas pastoris argentinas aos olhos de um analista nativo.

Ressalvando que todos os trabalhos e ocupações caseiros são exercidos pela mulher, Sarmiento descreve em seguida a educação do homem do campo¹⁹⁰, que tão logo terminada dá início à “vida pública do gaúcho”, a quem reconhece como “espanhóis unicamente pelo idioma e pelas confusas noções religiosas que conservam”, todavia acrescenta:

É preciso vê-los, (...) para saber apreciar os caracteres indômitos e altivos que nascem da luta do homem isolado com a natureza selvagem, do racional com o bruto. É preciso ver estas caras de barba cerrada, estes semblantes graves e sérios, como os árabes asiáticos, (...). Este hábito de vencer as resistências, de mostrar-se sempre superior à natureza, de desafiá-la e vencê-la, desenvolve prodigiosamente o sentimento da importância individual e da superioridade.¹⁹¹

Esta avaliação de Sarmiento é deveras similar à descrição de Lallemand dos “gaúchos-cossacos”, quanto à fisionomia destacam igualmente as “caras de barba cerrada” e “semblantes graves e sérios” para um, ou “rosto atrevido e barba crespa” para o outro; quanto ao físico, o primeiro chama a atenção para “os caracteres indômitos e altivos que nascem da luta do homem isolado com a natureza selvagem”, que ao segundo “pareciam animais selvagens, mestiços de índio, robustos”; embora atitude e comportamento tenham julgamentos menos equivalentes, pois onde o argentino vê “o sentimento da importância individual e da superioridade”, o europeu alemão percebe “mesquinhez, mas também uma certa originalidade”. Além disso, ambos concordam com sua semelhança em relação aos povos guerreiros das estepes ou “os árabes asiáticos”, segundo Sarmiento, que continua a sua representação do “gaúcho” como um produto social do pampa ao concluir que:

A vida do campo, pois, desenvolveu no gaúcho as faculdades físicas sem nenhuma das da inteligência. Seu caráter moral se ressentiu de seu hábito de

¹⁸⁸ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.34.

¹⁸⁹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.36.

¹⁹⁰ “Os meninos exercitam as forças e por prazer se adestram no manejo do laço e das boleadeiras, com que molestam e perseguem sem descanso os terneiros e cabras; quando se tornam ginetes – e isto acontece tão logo aprendem a caminhar – fazem a cavalo algumas tarefas e, quando já crescidos, percorrem os campos caindo e levantando, rodando a desígnio nas viscacheras, evitando precipícios e adestrando-se no manejo do cavalo; quando a puberdade chega, dedicam-se a domar potros selvagens e a morte é o castigo menor que os aguarda se num momento faltam-lhe as forças e a coragem. Com a juventude vem a completa independência e a falta de ocupação”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.37-38.

¹⁹¹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.38.

triumfar sobre os obstáculos e o poder da natureza: é forte, altivo, enérgico. Sem nenhuma instrução e também sem necessitá-la, sem meios de subsistência como sem necessidades, é feliz em meio a sua pobreza e suas privações, que não são tais para ele, pois nunca conheceu alegrias maiores nem expandiu mais os seus desejos. De maneira que, se a dissolução da sociedade radica-se profundamente na barbárie, pela impossibilidade e inutilidade da educação moral e intelectual, não deixa por outro lado, de ter seus atrativos. O gaúcho não trabalha; o alimento e o vestuário, encontra-os preparados em casa; um e outro lhe proporcionam seu gado, se é proprietário; a casa do patrão ou do parente, se nada possui. As atenções que o gado exige reduzem-se a correrias e partidas de prazer.¹⁹²

“O gaúcho não trabalha” afirma Sarmiento, pois alimento e vestuário são obtidos pelo gado abundante; mais moderado Lallemand avalia a “*facilidade do trabalho e de ganhar a vida*”¹⁹³, como decorrentes desta fartura, porém numa cultura em que a vida é provisória e tem início, tão logo o menino domine seu cavalo e saiba manejar sua faca ou “*cuchillo*” e possa enfrentar as responsabilidades de ter-se tornado um homem, pelo simples fato de portar uma arma, o trabalho pode ser considerado humilhante¹⁹⁴, como entre os cossacos, uma espécie de sujeição; a qual alguns destes homens optam por não se submeter.

Da descrição física às condições da vida pastoril, passando pela desagregação política e social que forma o “*gaúcho argentino*”, Sarmiento passa a destacar outras nuances que compõe o que chama de “*originalidade e caracteres argentinos*”¹⁹⁵, nas quais se detém a apresentar aspectos menos rudes de sua cultura como a música “*desalinhada do gaúcho*”¹⁹⁶ e seus “*cantares próprios*”¹⁹⁷, entre eles o “*triste*” e a “*vidalita*”¹⁹⁸, assinala que “*a guitarra é o instrumento popular dos espanhóis*”¹⁹⁹ e que na dança aparecem o “*jaleo*” e o “*cielito*”²⁰⁰.

Após a descrição das práticas culturais, segue apresentando singularidades que representam modos diferentes de existência entre os “gaúchos” são eles, o “*rastreador*”, o “*vaqueano*”, o “*gaucho malo*” e o “*canto*”. Destes merecem destaque, pelas semelhanças e contrastes, o “*vaqueano*” e o “*gaucho malo*”.

O “*vaqueano*” de Sarmiento, que não difere daquele descrito pelos viajantes, nem da definição de Pereira Coruja, é apresentado da seguinte maneira:

O vaqueano é um gaúcho grave e reservado, que conhece a palmo vinte mil léguas quadradas de planícies, bosques e montanhas. É o topógrafo mais

¹⁹² SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.39-40.

¹⁹³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *op. cit.*, p.375.

¹⁹⁴ TOLSTOI, Leão. *op. cit.*, p.727.

¹⁹⁵ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.41.

¹⁹⁶ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.46.

¹⁹⁷ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.47.

¹⁹⁸ O triste é um canto *frigio* ou frígido, e “a *vidalita* é o metro popular em que se cantam os assuntos do dia, as canções guerreiras”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.47.

¹⁹⁹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.47.

²⁰⁰ “*Jaleo*. Ação de jalear, em espanhol. Animar com palmas e gestos uma dança ou canto” e “*cielito* é dança campeira que se desdobra em figurações”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.48.

completo; é o único mapa que um general leva para dirigir os movimentos de sua campanha. O vaqueano vai sempre ao seu lado.²⁰¹

Sarmiento enfatiza a utilidade dos conhecimentos do vaqueano e seu emprego nas inúmeras guerras de fronteira e do quanto um desempenho militar vitorioso poderia depender do domínio do território, citando como exemplo o aprendizado do General Rivera durante longos anos de “serviços prestados” aos mais variados senhores, conforme as circunstâncias, ou seja, um autêntico mercenário era, portanto, o General Rivera.²⁰²

O “*gaucho malo*”²⁰³ segundo a utilização corrente, seria entendido como bandido, mas o tradutor de Sarmiento, Aldyr Schlee, registra que “*a expressão está consagrada como o uso do platinismo malo, que melhor se traduz por impetuoso, bravo, do que por mau*”, todavia a definição de Sarmiento é a que interessa aqui e ele diz: “*o gaucho malo é um tipo próprio destes lugares, um outlaw, um squatter, um misantropo singular*”.²⁰⁴

À primeira vista, seguindo a avaliação de Sarmiento, que o qualifica de fora-da-lei ou “*outlaw*”, de invasor ou “*squatter*”, além de solitário ou anti-social, não parece restar outra imagem que não seja a do bandido, ou, na melhor das hipóteses, de um proscrito²⁰⁵. E é neste sentido, que parece seguir a representação do argentino, sem embargo da ressalva que informa, “*chamam-no de gaucho malo, sem que este epíteto o desfavoreça de todo*”, contudo também observa que “*a justiça o persegue há muitos anos; seu nome é temido, pronunciado em voz baixa, mas sem ódio e quase com respeito*”.²⁰⁶

Esta ambigüidade na descrição de um *fora-da-lei*, perseguido pela justiça, detentor de um apelido, que apesar de não implicar em demérito completo, é *temido* e pronunciado “*quase*” *com respeito*, informa antecipadamente sobre a existência de uma classificação social entre os indivíduos que habitam os campos argentinos, e que Sarmiento expõe da seguinte maneira:

²⁰¹ “(...) se se encontra no pampa e a escuridão é impenetrável, então arranca pastos de vários pontos, cheira a raiz e a terra, prova-as, e depois de repetir este procedimento várias vezes, certifica-se da proximidade de algum lago ou arroio salgado ou de água doce, e sai a sua procura para orientar-se precisamente. O General Rosas, dizem, conhece pelo gosto o pasto de cada estância do sul de Buenos Aires. (...) O General Rivera, da Banda Oriental, é um simples vaqueano que conhece cada árvore que há em toda a extensão da República do Uruguai: não a teriam ocupado, os brasileiros, sem seu auxílio; e não a teriam libertado, sem ele, os argentinos”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.52-53.

²⁰² “O General Rivera começou seus estudos do terreno no ano de 1804 e – fazendo guerra às autoridades, então, como contrabandista; depois, aos contrabandistas, como empregado; e ao rei, em seguida, como patriota; aos patriotas, mais tarde, como montonero; aos argentinos, com chefe brasileiro; aos brasileiros, como general argentino; a Lavalleja, como presidente; ao Presidente Oribe, como chefe proscrito; a Rosas, enfim, aliado de Oribe, como general oriental – teve tempo de sobra para aprender um pouco da ciência do vaqueano”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.53.

²⁰³ Conforme nota do tradutor: “*guacho malo*” é registrado por Raúl Moglia, na edição de 1955. in: SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.53.

²⁰⁴ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.53.

²⁰⁵ “É um personagem misterioso: mora no pampa, são seu albergue os cardais, vive de *perdizes* e *mulitas*; se alguma vez quer se regalar comendo língua, laça uma vaca, derruba-a sozinho, mata-a, tira seu pedaço predileto e abandona o restante às aves silvestres”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.54.

²⁰⁶ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.54.

De repente, o gaúcho malo se apresenta num pago de onde acaba de sair uma partida; ele conversa pacificamente com os bons gaúchos, que o rodeiam e o admiram, se abastece dos *vícios* e, se avista a partida, monta tranquilamente em seu cavalo e o aponta para o descampado, sem pressa, sem aparato, desdenhando voltar a cabeça.²⁰⁷

Então, um “*olhar mais atento*” demonstra que Sarmiento também percebia diferentes grupos de “gaúchos” nos campos argentinos, distinguia os “*bons gaúchos*” que seriam aqueles já descritos por ele como os proletários, isto é, os vaqueanos ou os peões, empregados nas estâncias e encarregados de conduzir o gado através do “*desamparo dos ermos*”, do famigerado *gaucho malo*, o *misanthropo singular*²⁰⁸:

Este homem, divorciado da sociedade, proscrito pelas leis, este selvagem de cor branca, no fundo não é um ser mais depravado do que os que habitam as povoações. O ousado fugitivo que ataca uma patrulha inteira é inofensivo para os viajantes. O gaúcho malo não é um bandido, não é um salteador: o ataque à vida não passa por sua cabeça, (...); rouba, é certo, mas esta é a sua profissão, seu tráfico, sua ciência. Rouba cavalos.²⁰⁹

A tênue distinção, que Sarmiento insiste em considerar, entre bandido e ladrão de cavalos, pretende resguardar o *gaucho malo* da péssima reputação de assassino, para situá-lo na galeria dos marginais impetuosos, que desafiam a soldadesca despreparada para persegui-lo e desdenham a ação da justiça. Caso Hobsbawm os tivesse estudado, estariam na classe dos “*rebeldes primitivos*” ou dos “*bandidos sociais*”.²¹⁰

Além disso, o que Sarmiento tenta distinguir são padrões de comportamento desenvolvidos em circunstâncias específicas, que desenvolvem códigos próprios, modos peculiares de ordenamento social, neste sentido, o olhar argentino apresenta perspectivas complementares às que foram oferecidas pelos viajantes europeus sobre os rio-grandenses.

²⁰⁷ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.54.

²⁰⁸ Cabe mencionar uma parte da descrição daquele jovem rio-grandense, que volta após nove anos para cumprir o juramento de vingança que fizera, segundo a versão de Caldre e Fião, na qual percebe-se o tormentoso destino de tornar-se um *gaúcho*, um solitário, pois apesar de ser “*um esbelto e formoso jovem de olhos grandes e ativos, de membros bem desenvolvidos, de formas graciosas e sedutoras; em suas feições, porém, notava-se uma amarga tristeza, como um retraço de uma idéia negra que nos acerba o âmago do coração.* (...) *Trajava em completo desalinho que contrastava com a elegância de sua figura, como o homem que desenganado do mundo torna-se misantropo e, desprezando todo o existir da terra, busca só no espiritualismo uma esperança que o vitaliza.*” In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *op. cit.*, 1992, p.110.

²⁰⁹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *id. ibidem*, p.55.

²¹⁰ Segundo Hobsbawm, “*há uma categoria de bandidos em potencial, de certa forma a mais importante; a participação nessa categoria é, por assim dizer, individual e voluntária, ainda que possa combinar em parte com as outras. Formam-na os homens que não estão dispostos a aceitar o papel social dócil e passivo do camponês submisso; os arrogantes e recalcitrantes, os rebeldes individuais. São eles, na frase familiar clássica do camponês, os “homens que se fazem respeitar”.*” In: HOBBSAWM, Eric. *op. cit.*, 1975, p.29. E ainda sobre as características do banditismo como movimento social ver: HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Nesta análise preliminar o que se pode perceber é que a primeira diferença que se destaca é a denominação, ou seja, no Rio Grande do Sul, admite-se a existência de “gaúchos”, todavia, a referência a estes indivíduos é sempre restritiva, isto é, são considerados “gaúchos” os homens de classificação social subalterna ou inferior, como os escravos peões, os mestiços de índio e, além destes, os desconhecidos de aparência suspeita ou hostil que, portanto, não se confundem com os campeiros rio-grandenses, conforme se pode inferir a partir das narrativas de Caldre e Fião, Hörmeyer e Lallemand. O contrário do que ocorre, segundo a concepção do argentino, onde as diferenças se dão entre os habitantes do campo e da cidade, visto que, conforme informa Sarmiento, os campeiros argentinos são invariavelmente “gaúchos” de diferentes classificações, mas, sobretudo, “gaúchos”.²¹¹

O que nos leva a uma segunda possibilidade, ou seja, das diferenças culturais que os conflitos entre portugueses e espanhóis acentuaram, a ponto de originar a distinção entre o “gaúcho-brasileiro” e o “gaúcho-platino”. Porém não ao modo de oposição esposado com eloquência por Moysés Vellinho na qual os hispano-plateanos seriam uma horda de bárbaros sanguinários, em contraposição, a conduta ordeira e pacífica dos luso-brasileiros²¹².

Mas antes, referimo-nos aquela oposição resultante do confronto homem a homem nas disputas pelo território, na defesa das fronteiras que, da repulsão à convivência, acabam mesclando atitudes, costumes e falares, embora encontrem meios de diferenciação através, principalmente, da exaltação da nacionalidade de uns, em contrapartida à humilhação ou demonização de outros, pela qual encontra acolhida a afirmação rio-grandense de que “*se a nacionalidade não serve a nossos compatriotas para serem respeitados no exterior, não lhes servirá para nada mais*”²¹³, que explicita claramente o grau de confrontação política entre luso-brasileiros e hispano-plateanos.

²¹¹ Uma outra distinção interessante que neste momento não podemos aprofundar é apontada pela narrativa de Brackenridge, inglês em viagem pela América do Sul, que diferencia os gaúchos de Buenos Aires dos gaúchos do Uruguai, do seguinte modo: “*Os gaúchos desta província diferem daqueles da banda Oriental. O grau de civilização que possuem pode ser estimado pela distância em que vivem da metrópole e a freqüência de sua comunicação com as pessoas da cidade. O gaúcho “selvagem” é quase uma curiosidade, mesmo aqui, - “A paz e o comércio de Buenos Aires, têm um efeito favorável e constantemente valorizado sobre os vizinhos habitantes dos pampas.”* Relatório de Mr. Beand’s.” cf. BRACKENRIDGE, H.M. *Voyage to South América*. London: John Miller, 1820. In: TAMBARA, Elomar. *op. cit.*, p.232.

²¹² Sobre a associação que faz Vellinho entre a “anarquia” social e a organização política dos hispano-plateanos gerada pelo combate aos indígenas, em contraposição, ao povoamento “sem grandes hostilidades” ao elemento autóctone do lado luso-brasileiro ver: VELLINHO, Moysés. *O Rio-Grande e o Prata: contrastes*. In: *Capitania D’El Rei: aspectos polêmicos da formação Rio-Grandense*. Porto Alegre: Globo, 1964, p.153-241.

²¹³ Segundo Guazzelli tal afirmação refere-se aos conflitos entre os rio-grandenses e uruguaios às vésperas da guerra contra o Paraguai, e consta em: POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1981, p.111 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Guerra do Paraguai: Estados nacionais e Regiões-Provínias no espaço platino*. In: *Encontro de História Brasil Paraguai*. Salvador: Anais Instituto Histórico Geográfico da Bahia, 2001, p.317.

A terceira percepção surge com a visão eurocêntrica da miscigenação, e daí a degeneração do branco pela mistura com o índio, todavia, Sarmiento salienta que os “gaúchos” pertenciam ao elemento branco²¹⁴.

A percepção de mistura vinha do olhar estrangeiro, que observam esta ocorrência maior do lado platino do que no brasileiro.²¹⁵

Portanto, existem a rigor três modos de classificação social, conforme as avaliações que mais encontram afinidades entre si, ou seja, a primeira entre habitantes do campo e da cidade, presente tanto do lado hispano-platino, quanto do lado luso-brasileiro da fronteira; a segunda sugerida por Sarmiento, estabelece que no habitante do campo argentino, embora todos os campeiros sejam “gaúchos”, existem os “bons *gaúchos*” e os “*gauchos malos*”. A terceira possibilidade de classificação, e a qual se dedica especial atenção neste trabalho, refere-se à distinção presente entre os campeiros do Rio Grande do Sul, isto é, da existência distinta de “campeiros-rio-grandenses” e de “gaúchos”.

Nesta última, um aspecto simbólico presente na cultura material destas populações impõe-se como fator de distinção entre uns e outros, ou seja, se as práticas sociais mais prezadas pelos homens que vivem nesta região são relativas ao manejo do cavalo e à exaltação ao vigor físico, que estão associadas à exibição de coragem e desdém à vida, o que resta como fator de destaque ou posição social, já assinalados por Dreys, está localizado no luxo dos arreios dos cavalos, que, segundo informam as fontes escolhidas, estão presentes somente na cultura rio-grandense, pois este é um dos poucos costumes que não aparece em ambos os lados da fronteira.²¹⁶ É, portanto, um indício significativo de

²¹⁴ Encontramos perspectiva semelhante numa narrativa publicada na Revue du Paris: “Os *gaúchos*, espalhados sobre os vastos declives dos pampas, que ganham a vida apanhando os cavalos selvagens para domá-los e degolando o gado da planície para vender a pele e a gordura, são, muitos, deles pelo menos, descendentes das melhores famílias da Espanha, tendo seus ancestrais sido reduzidos a esta situação de vida pela miséria, má conduta e perdas no jogo, ou vítimas de condenações capitais e exilados políticos. Assim, seu orgulho e sua suscetibilidade sobre a questão da honra, explicam-se, muitas vezes, pelo sentimento de sua origem nobre, como se pode atribuir a sua existência de proscritos e a seus hábitos de selvagem independência essa mistura de ferocidade, de vingança implacável e de cortesia hospitaleira, que são também os atributos característicos dessa raça singular.” Cf: *Os Gaúchos*. In: Revue du Paris. Bruxelles, Louis Hauman, 1834, v.23. In: TAMBARA, Elomar. *op. cit.*, p.122.

²¹⁵ “Os habitantes de Montevideu são talvez superiores aos de Rio Grande e de Porto Alegre, mas os camponeses desta parte da América estão seguramente inferiorizados em relação aos da Capitania do Rio Grande, se bem que os costumes de ambos não difiram muito. A diferença reside, em meu ponto de vista, em que, na Capitania do Rio Grande, os habitantes da campanha, filhos e netos dos açorianos, são brancos de raça pura, enquanto os camponeses espanhóis, em grande parte, mestiços de espanhóis e índios; e aqueles nos quais não há mistura de sangue adotaram, por imitação, os costumes da maioria”. In: SAINT-HILAIRE, August de. *op. cit.*, p.218.

²¹⁶ No relato do viajante russo de 1868, traduzido por F. Macler, há também outras distinções entre os homens do campo no Uruguai: “Na estepe, o homem tem poucas necessidades: quando ele ganhou algum dinheiro pela venda de uma parte de seu rebanho e se ele tem vontade de perdê-lo no jogo ou na bebida, ele se dirige à cidade mais próxima, seja em Uruguai ou em Montevideu (sic), onde reside sua família; depois, ele retorna ao pampa, onde retoma a vida de gaúcho, e partilha a de seus peões, dos quais ele só se distingue por suas esporas de prata, seu punhal de cabo do mesmo metal e seu poncho de vicunha das montanhas da Bolívia.” Cf. MACLER, F. *A travers L'Amérique du Sud – Lês Pays dès Pampas*. In: Bibliothèque Universelle et Revue Suisse. Paris, Bibliothèque Universelle, V. XX, 1900. (Através da América do Sul - Os países dos pampas). In: TAMBARA, Elomar. *op. cit.*, p.58.

distinção sociocultural, presente no campo, que contribui para estabelecer parâmetros de variação no comportamento entre “rio-grandenses” e “gaúchos”, sejam eles luso-brasileiros ou hispano-pletinos.²¹⁷

Visto que os “gaúchos” descritos nas narrativas, até agora analisadas, não exibem a farta prataria nos arreios dos cavalos que tanto espantou aos viajantes, salientando que este parece ser um dos poucos costumes que não foi amplamente compartilhado entre portugueses e espanhóis, além disso, esta maneira de distinguir-se no ambiente campeiro, pode estar relacionada aquela outra denominação adotada entre os rio-grandenses, carregada de sentidos suplementares que também traduz uma condição sociocultural, ou seja, o “*monarca das coxilhas*”.

Portanto, os romances de Caldre e Fião e os relatos dos viajantes compõem um primeiro quadro de referências subjetivas que representam seja aos brasileiros do Rio de Janeiro, seja aos europeus, o habitante do Rio Grande de São Pedro – o rio-grandense. E que longe de apresentarem homogeneidade nas atitudes, indicam práticas sociais que o distingue tanto dos brasileiros de outras regiões, como de outros povos europeus, sem embargo das analogias próprias da tradução cultural.

Por outro lado, o ser social rio-grandense quando posto em comparação consigo mesmo, também não é unívoco em características, pois apresenta além de denominações específicas e peculiares, variações de conduta e práticas nas diferentes esferas sociais, seja entre citadinos e campeiros, como também nas diferentes manifestações de comportamento ou procedência étnica presentes na região da campanha.

Todavia, existem, conforme foi demonstrado, modos de ser compartilhados com outros povos, sobretudo os espanhóis, que devido à proximidade espacial desenvolvem sentimentos contraditórios específicos de regiões de fronteira e, com efeito, estimula reações de rejeição e de convergência advindas das circunstâncias de vizinhança.

São estes diferentes níveis de percepção que guiam o olhar do historiador, sobre as narrativas que “*tornaram presente um ausente*”, ou seja, representaram para um público distante espacial e culturalmente, um outro habitante de um lugar ou, antes, um ser social

²¹⁷ Cabe mencionar que entre as narrativas, reunidas por Tambara, sobre os gaúchos platinos apenas a de Eugene Robiano destaca esta peculiaridade dos arreios de prata entre os espanhóis da seguinte maneira: “A cavalo, ele [o gaúcho-espanhol] desafiaria o mundo; seu animal, que ele cuida tão pouco, aplica-se a sobrecarregá-lo de couros trançados ou trabalhados e de ornamentos de prata: com efeito, o estribo é de prata maciça; o chicote, a rédea e a sela cintilam com o mesmo metal; é seu luxo supremo; ele se arruína

de hábitos e maneiras distintas de umas e semelhantes a outras pessoas por contato, analogia, rejeição ou pelas condições específicas oferecidas pelo lugar que habita.

*para conseguir isso.” Cf. ROBIANO, Eugene. Les gauchos in Dix-huit mois dans L’Amérique du Sud. Paris: Libraire Plons, 1878. In: TAMBARA, Elomar. *op. cit.*, p.182.*

CAPÍTULO 3

De como a identidade regional foi construída a ferro, fogo, papel e tinta

“Se não aparecemos singularmente até hoje nos domínios das letras, artes e ciências, é que não tivemos tempo de repousar. Sempre sob as armas, a cavalo, a lança em riste, a espada na destra, a carabina em mira! E contudo é necessário um resfôlego para mostrarmos ao mundo que pelejamos tão esforçadamente nos diversos e mais elevados ramos da atividade humana, como nos campos de batalha.”

Apolinário Porto Alegre¹

3.1. Homens da política, da guerra e das letras no IHGPSP

Após a batalha que põe fim ao conflito entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, sob a liderança de Rosas, em 1852 – e que fora iniciado com o Uruguai em 1851 –, seguiu-se um período de paz e retomada da produção econômica com base nas charqueadas. Embora seja prudente relativizar a circunstancial condição de paz nesta região porquanto, os tratados firmados ao final da “*Guerra Grande*” não estancaram de nenhuma maneira os conflitos internos de cada um dos envolvidos e, além disso, produziram outros efeitos que culminariam na “*questão oriental*” devido aos constantes desentendimentos entre uruguaios e rio-grandenses, pois conforme esclarece Guazzelli:

O tratado de 1851 lhes dera [aos rio-grandenses] muitas prerrogativas, como facilidades para transitar reses uruguaias para as charqueadas do Rio Grande, impostos que encareciam o charque produzido no Uruguai, e a extradição de escravos fugidos para o vizinho país, que podia ser solicitada pelo presidente da província, sem a necessidade da presença de uma autoridade do governo imperial. Este tratado viabilizara a volta dos *colorados* ao poder, e eram eles os fiadores das cláusulas acordadas; assim, sempre que os *blancos* voltavam a ocupar a presidência, eram discutidas as pautas favoráveis aos rio-grandenses, que reagiam com o desembaraço que sempre caracterizava suas atuações no Prata na defesa de seus interesses privados.²

¹ PORTO ALEGRE, Apolinário. Cancioneiro da Revolução de 1835. Porto Alegre, Cia. União de Seguros Gerais, 1981, p. 32.

² GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.316. Sobre as reações dos rio-grandenses às ofensivas dos *blancos*, é exemplar a mensagem de Chico Pedro (Francisco Pedro de Abreu), o Barão do Jacuí, que “promovia ataques rápidos a partir da fronteira, saqueando cavalcadas, gados e escravos libertos que formavam nas fileiras dos *blancos*”, dirigindo-se aos rio-grandenses em 26 de dezembro de 1849, conforme informa Figueiredo: “*Brasileiros! É tempo de correr às armas e despertar do letargo em que jazeis. Uma série de fatos horrorosos, que têm cometido esses selvagens invasores no Estado limítrofe para com nossos patrícios, e propriedades, não vos são ocultos; e reconhecendo vosso valor, e patriotismo, o chefe que afirma vos convida a reunir-vos ao ponto marcado, e desta arte salvamos a Honra Nacional, e as nossas propriedades extorquidas, e creio que não sereis indiferentes a esse sagrado dever*”. In: FIGUEIREDO, Joana Bosak de. O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a Identidade Regional e o Estado Nacional (1851-1865). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2000, p.72-73 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.323.

Não obstante, a presença de um cenário sempre turbulento e propenso à eclosão de crises políticas e militares, neste momento, tem início no Rio Grande do Sul um processo de produção intelectual que, apesar das interferências advindas dos conflitos bélicos entre 1864 e 1870 – que iniciam com a “*questão oriental*” e estendem-se até a Guerra do Paraguai –, se ocupará em manter um vivo diálogo com o centro do país acompanhando as candentes discussões sobre a nacionalidade na Literatura brasileira além de abrir caminho para as reflexões sobre a Literatura rio-grandense.³

Entre 1847 e 1867 o Rio Grande do Sul e seus habitantes compõem no cenário cultural brasileiro⁴ através das narrativas de Caldre e Fião, do vocabulário de Pereira Coruja e das notícias descritivas sobre a província, dadas pelos viajantes europeus, neste ínterim, já abrandados os ventos revolucionários, começam a surgir nas cidades de maior expressão econômica da província – Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre – as primeiras manifestações literárias por meio de periódicos especializados.⁵

Na capital que, desde 1827, iniciara com a fundação do “Diário de Porto Alegre” suas atividades jornalísticas, vem a público em 13 de agosto de 1856 “O Guaíba”, o primeiro semanário dedicado ao cultivo das letras, de existência efêmera por dificuldades financeiras sua circulação estende-se até março de 1858⁶, não obstante, demonstra o primeiro esforço de alguns jovens letrados em produzir uma Literatura rio-grandense, aos quais Cesar denominou “geração da revista O Guaíba”.⁷

³ Sobre o panorama cultural vivenciado pela província rio-grandense ver: MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo Literário e Crítica Romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991, p.145 e ss.

⁴ Lazzari informa que Manoel Araújo Porto Alegre é o autor do folhetim “A ressurreição de amor” que “foi publicado no anonimato, de 23 a 27 de fevereiro de 1839 no Jornal do Commercio, no Rio de Janeiro, ostentando o subtítulo “Chronica Rio-Grandense”. Ao introduzir a narrativa que se passa na Porto Alegre de sua juventude, o autor refere-se ao Rio Grande do Sul como uma terra de clima saudável “onde o valor parece ser inato e o espírito belicoso um instinto”, o que revela que os rio-grandenses já escreviam na Corte sobre sua terra natal ainda antes de Coruja e Caldre e Fião.” In: LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2004, p.73. Também Sússekind menciona a existência desta narrativa, mas não indica seu autor. In: SÚSSEKIND, Flora. op. cit., p.56.

⁵ Segundo informa Cesar em 1857, em Pelotas surge o “*Aaribá*”, “*revista igualmente de feição literária, fundada pelo Barão do Arroio Grande, Francisco Antunes Gomes da Costa, com a cooperação de Torres Crohuet e Machado Filho*”. In: CESAR, Guilhermino. op. cit., 1971, p.181. E Alves informa que uma das primeiras tentativas de implantação da imprensa literária na cidade de Rio Grande deu-se através da “*Inúbia*” em 1868, porém a mais significativa publicação ligada à literatura foi a “*Arcádia*” (1867-1869 – fase rio-grandina). In: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, Campinas, 1998, p.111.

⁶ Entre os estudos dedicados à imprensa literária durante o século XIX no Rio Grande do Sul destacamos: BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Literatura e Crítica na Imprensa do Rio Grande do Sul: 1868 a 1880*. Porto Alegre: EST, 1982; CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Globo, 1971; FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa Literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975; MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo Literário e Crítica Romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991 e PÓVOAS, Mauro Nicola. *Murmúrios do Guaíba: índices e antologia*. In: Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS. Porto Alegre, vol.7, nr.1, maio 2001.

⁷ Sobre um detalhamento dos nomes e das biografias dos jovens autores da “geração d’O Guaíba” ver: CESAR, Guilhermino. *Poetas da primeira geração romântica*. In: op. cit., 1971, p.151-166.

Entre a ligeira existência d'O *Guaíba* e o lapso de quase uma década para o aparecimento de outro periódico de igual natureza – a “Arcádia” – em Rio Grande em 1867, verifica-se ainda em Porto Alegre uma outra manifestação voltada então exclusivamente para a História do Rio Grande do Sul, pois em 1860 é fundado o IHGPSP (Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro), que, não obstante, sua breve duração até 1864 é um importante indício dos interesses culturais, quiçá políticos, que animavam os homens de letras no Rio Grande.

Segundo Lazzari, os poucos registros⁸ do IHGPSP dão a saber que a intenção de implantar em solo rio-grandense uma instituição nos moldes do IHGB, já era pretendida desde 1855⁹, embora tão louvável iniciativa não tenha logrado uma existência longa, sua pretensão e mesmo seu pioneirismo diante das demais regiões do país reforçam seu significado político e cultural, numa província que há pouco mais de uma década ainda pegava em armas contra o Império.¹⁰

Entre os letrados que se unem em torno desta idéia estão: Caldre e Fião¹¹, que regressara da Corte desde 1852, e Pereira Coruja que, membro do IHGB, “*tornara-se como que um embaixador intelectual rio-grandense na capital do império*”¹², servindo de porta-voz da província em solenidades públicas, como aconteceu na inauguração em 1862 da estátua eqüestre de D. Pedro I, na qual lembrou a lealdade da província e de seus cidadãos, cujos avós “*sacrificaram fortuna e vida em defender nos campos de batalha a integridade da Nação*”¹³.

Contudo é possível também perceber no discurso de Coruja a reiterada ambivalência das relações entre rio-grandenses e os outros brasileiros, pois, ao afirmar que seus conterrâneos membros do IHGPSP são “*cidadãos votados à causa da integridade e Independência Nacional, da Monarquia, da Constituição e da Liberdade*”¹⁴, evoca simultaneamente a situação circunstancial desta afirmação devido a permanente e

⁸ Segundo o historiador a documentação referente a existência do IHGPSP é escassa, existindo apenas cinco números da revista publicada pelos sócios, entre 1860 e 1863. cf. LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.26.

⁹ *O Instituto Histórico*. In: Revista do IHGPSP, n.1, agosto 1860, p.5 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.47.

¹⁰ O autor também informa que “*não existiu continuidade entre aquela experiência e o atual Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), fundado somente em 1921, e sua revista ainda em circulação.*” E quanto a fundação de institutos similares ao IHGB, ao IHGPSP e ao IAGP (Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco), criado em 1862, seguiram-se, já no período republicano, as fundações do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e da Bahia, ambos em 1894, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 1902 e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) em 1907, e posteriormente seguidos por Pará (1917), Rio Grande do Sul (1921) e Amazonas (1931). In: LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.25-26.

¹¹ Caldre e Fião, que era então vice-presidente do Conselho de Instrução Pública constava como orador e relator da comissão de estatutos e redação da revista do Instituto. Cf. “*O Instituto Histórico*” In: Revista do IHGPSP, n. 1, agosto 1860 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.52.

¹² LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.44.

¹³ “*Felicitação feita em nome do Instituto no ato da inauguração da Estátua Eqüestre do Sr. D. Pedro I*”, Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, ano III, vol. III, Porto Alegre, 1862 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.45.

tradicional condição guerreira de seu povo, já que “os homens da fronteira, nas situações em que viam em risco seus bens ou interesses, costumeiramente recuperavam o discurso contrário à centralização do Império, repercutindo a necessidade de agirem por suas próprias contas”¹⁵ os mesmos que, com efeito, faziam parte do IHGPSP.

É, conseqüentemente, a mesma tradição guerreira que se manifesta no Instituto Histórico Rio Grandense através de seus membros, no sentido de definir quais os aspectos a serem ressaltados na escrita de sua História e a quem caberia sua representação¹⁶, que, encarregar-se-á também de inviabilizar o propósito da instituição.

De sorte que, o primeiro presidente do IHGPSP é o general Manoel Marques de Souza (1804-1875), o barão de Porto Alegre, que conforme analisa Lazzari, personifica um compromisso de estabilidade das instituições imperiais na província num período de acomodação dos interesses políticos e econômicos do pós-guerra civil.

O discurso de posse do general Marques de Souza em 1860 aponta o que deve ser a principal missão do IHGPSP, ou seja, que a História deve ser escrita no sentido de exaltar as glórias militares e transmiti-las devidamente aos jovens rio-grandenses, conforme o que ele próprio viu e viveu naqueles tempos:

Soldado, e educado nos acampamentos dos exércitos da nossa pátria, eu aprendi a ter um entusiasmo pelas glórias dela que tenho exprimido por mais d'uma vez nos combates, e a ter com saudade a narração dos belos dias em que, na minha juventude, eu vi os sábios e os heróis darem-se as mãos para escreverem o nome da nossa terra no grande mapa das nações.

A história de nossa província diz-me mais de um fato que conheço, que vi passar sob meus olhos apreciando o nobre caráter do soldado rio-grandense, dos homens que nasceram sob o nosso céu – e isto são recordações doces para a minha alma.

Vós que tendes inteligência bem ilustrada escrevei essas coisas e transmiti-as à posteridade, porque elas são um padrão de glória com que nossos filhos poderão orgulhar-se.¹⁷

Devemos atentar para o detalhe de que estas palavras são proferidas por um oficial da resistência porto-alegrense à ofensiva dos farroupilhas, que já lutara nas campanhas da Cisplatina e que também comandou as tropas que derrotaram os argentinos em 1852. Assim a sua visão da História rio-grandense e de quem nela atuou não poderia ser outra senão a de “ênfatizar a missão combatente da província na construção da pátria”¹⁸, que sob esta perspectiva deve ressaltar o “entusiasmo pelas glórias” conquistadas através do “nobre

¹⁴ *Id. Ibidem.*, p.45.

¹⁵ GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.324.

¹⁶ Conforme informa Lazzari, “os portadores de patentes militares tinham presença significativa no IHGPSP, chegando a um terço do total de sócios conhecidos”. In: LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.51.

¹⁷ “Instituto Histórico – 12ª sessão em 28 de outubro de 1860”, *Revista do IHGPSP*, n.2, 1860, p.5 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.49.

¹⁸ LAZZARI, Alexandre. *Id. ibidem*, p.49.

caráter do soldado rio-grandense” e que deve ser legitimamente transmitida à posteridade para o orgulho dos filhos.

Todavia resta saber qual o lugar da História da Revolução Farroupilha sob este enfoque e ainda como seria delineado o caráter do soldado rio-grandense e farroupilha? Ou se seria necessário apagá-los da memória da província, a fim de construir uma História que consolidasse a “*plena integração política da província ao estado monárquico*”¹⁹?

Mas o Instituto não chegaria até este ponto devido às divergências políticas internas que esfacelariam seu projeto.

Entretanto, no momento de sua fundação, havia a firme intenção em ingressar no panteão das glórias nacionais, segundo a conveniente imagem de defensores do território e da integridade do Brasil, propósito que definia os rumos e as diretrizes a serem seguidas pelo Instituto e que seriam devidamente divulgados através de sua Revista, conforme consta no editorial do primeiro número em 1860:

A história do passado, como do porvir desta província, não será um monumento de exclusivo interesse para ela; não, os sucessos mais notáveis aqui passados estão intimamente ligados à vida do Império, que não haverá brasileiro que não os leia como uma narrativa da história geral do país. Os bravos que derramaram seu sangue nas guerras da colônia, da Independência nacional, da do Estado Oriental, empenharam-se por lutas nacionais, os sucessos acontecidos nela eram ou deviam ser registrados na história geral do país. O que há de particular é somente a guerra civil, só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente.²⁰

Vista deste modo, à História caberia estabelecer judiciosamente o lugar da província no cenário nacional, com vistas ao reconhecimento dos que lutaram pela pátria, pelo alargamento e pela manutenção de suas fronteiras, a fim de legitimar através da narrativa histórica eventos “*intimamente ligados à vida do Império*”. Mas ao ressaltar que a guerra civil é a grande peculiaridade da História rio-grandense, eis que a reiterada ambivalência se instala, pois, se “*só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente*”, então, somente os momentos vitoriosos desta guerra poderiam ser reputados à memória histórica rio-grandense, enquanto os fracassos caberiam à parte que integra a História nacional como vitórias do Império.

Tal sofisma, nos conduz a uma retórica contraditória do Instituto, que ao firmar suas diretrizes em função da História nacional, visando fixar a imagem da província unicamente como defensora do Império ao enfatizar suas conquistas militares, não conseguia articular de maneira conveniente o período mais embaraçoso de sua História, qual seja, a derrota dos farroupilhas e de seu projeto republicano. E, neste sentido, conforme assinala Lazzari:

¹⁹ LAZZARI, Alexandre. *Id. ibidem*, p.52.

²⁰ “O Instituto Histórico” In: *Revista do IHGPSP*, n. 1, agosto 1860, p.3 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.56.

Este certamente não era um projeto simples em se tratando do Rio Grande de São Pedro, considerando a turbulenta e belicosa relação que suas elites tiveram com o governo central na primeira metade daquele século, os ressentimentos acumulados em anos de guerra e a persistência de idéias federalistas e republicanas.²¹

Assim, ao desejo de ingressar como eminente membro do conjunto da nação brasileira pelos valorosos méritos de defesa da pátria, antepunha-se a mácula da Revolução e os ressentimentos políticos e militares das elites rio-grandenses em relação ao Império e seus dignitários representantes. Além disso, ao reivindicarem o devido reconhecimento pelos serviços prestados na manutenção da integridade nacional, reiteravam subrepticamente os motivos daquela guerra, malgrado o intento de sublimar seus efeitos, utilizando uma retórica que tentava adequar a luta pelos interesses regionais sem deturpação de sua brasilidade.

É, portanto, um sentimento de adesão voluntária, de escolha deliberada pelo Brasil²² a sombra que acompanhará todas as construções discursivas da identidade regional, inclusive aquela devidamente documentada como convém à norma historiográfica, pois conforme assevera Lazzari, “o sentimento de que a província nunca desfrutou o devido reconhecimento político do centro da nação podia ser devidamente justificado pela autoridade dos documentos históricos”²³, conforme o fez o médico e empresário Manoel Pereira da Silva Ubatuba ao publicar em 1861 na Revista do Instituto rio-grandense uma série de documentos sobre “as privações sofridas pela região durante o século XVIII e XIX”, a fim de que:

(...) nossos irmãos do Norte conheçam as provanças por que temos passado, os sofrimentos que nos têm torturado desde os primeiros tempos, e possa o patriotismo de seus representantes valer para suprir a desigualdade numérica de nossa representação.²⁴

É, portanto, mais que uma pedagógica narrativa histórica de informação, é um discurso político de inserção na vida nacional através da História, um discurso que roga pelo patriotismo dos demais brasileiros reivindicando que considerem os fatos internos da província, bem anteriores ao conflito farroupilha, e que não podem ser destituídos de seu valor.

²¹ LAZZARI, Alexandre. *Id. ibidem*, p.58.

²² Esta formulação sobre a opção dos rio-grandenses pelo Brasil é apresentada pela professora Pesavento em artigo que analisa o ufanismo e o ressentimento presentes na cultura rio-grandense. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUNICAMP, 2001, p.229-230.

²³ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.61.

²⁴ *Revista do IHGSPSP*, ano 2, n.2, outubro de 1861 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *Id. ibidem*, p.61.

Todavia construir uma História que afirmasse o pertencimento dos rio-grandenses ao Brasil envolvia uma delicada questão correspondente que também emergia da condição de derrota que pairava sobre aqueles combatentes que pelo acordo “honroso” de Ponche Verde mantiveram suas patentes de oficiais militares. Embora passados 15 anos desde o término de um conflito, que durara uma longa década, como equacionar debaixo do mesmo discurso os interesses de ex-líderes da república farroupilha como Canabarro, Sá Brito e Vicente da Fontoura, com aqueles que os combateram como o general Menna Barreto, o tenente-coronel Felipe Nery e o marechal Marques de Souza.

Esbarravam estes homens num fato concreto, já presente na fala do presidente do Instituto, ou seja, que à História cabe narrar os eventos tal como aconteceram, segundo a verdade de seus protagonistas e à luz das fontes documentais, neste caso, como destituir completamente o ressentimento das vivências de uns, em detrimento do patriotismo de outros sobre um mesmo objeto – o Império do Brasil –, ou seja, onde buscar a “isenção” necessária para narrar tais ambigüidades, sem contar nem mesmo com o distanciamento temporal, de fato tão profundamente marcante na vida da província e de seus habitantes e que ainda mobilizava tão amargos sentimentos?²⁵

Equação difícil que um projeto político comum poderia resolver, e neste sentido, o discurso do secretário João Luiz d’Andrade Vasconcellos, em 1862 durante a comemoração do aniversário da instituição, não nega os interesses políticos que a cercavam e embora, não fosse este o seu fim último, também “*não se lhe pode negar uma influência necessária como em todo o movimento social tendente ao engrandecimento da província*”²⁶. Mas considerando a possibilidade de que muitos de seus integrantes participavam da instituição apenas pelo prestígio que lhe emprestava o nome do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, isto significa, segundo Lazzari, “*que para a maioria a vaidade e conveniências políticas se sobrepuseram à efetiva disposição em dedicar seu tempo à pesquisa e escrevinhação de uma história oficial rio-grandense e brasileira*”²⁷.

A despeito da frágil aliança entre diferentes interesses e posições partidárias dentro da instituição, ou da real intenção em coligir informações sobre a História rio-grandense,

²⁵ Sobre as mal cicatrizadas feridas no orgulho dos rio-grandenses farroupilhas, de então, cabe destacar um trecho da carta, citada por Figueiredo, de Domingos José de Almeida a Manuel Antunes da Porciúncula em outubro de 1859, em que comenta de suas dificuldades na escrita da história da revolução e de sua “obrigação” com a memória de Bento Gonçalves, relembra o clima de insatisfação entre aqueles que participaram da guerra e foram “indultados” pelo Imperador a fim de conservarem as suas patentes militares, neste sentido, Almeida diz: “*Lembras-te que por causa da só palavra – anistiar – empregada na Proclamação do Regente foi suficiente para machucar os brios dos homens de então, sendo eu o único que a defendi na Assembléia Provincial na sustentação do parecer da comissão de que fui membro e relator, sendo aliás toda a redação dessa Proclamação reconhecendo, elogiando e agradecendo os relevantes serviços prestados em todas as épocas pelos rio-grandenses?*”. In: FIGUEIREDO, Joana Bozak de. *op. cit.*, p.84.

²⁶ “Instituto Histórico – 2ª sessão aniversária em 23 de fevereiro de 1862”, *Revista do IHGPSP*, 1862, p.6 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.55.

²⁷ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.61.

Lazzari destaca o importante papel desempenhado por estes homens na construção de uma identidade cultural para a província, afinal:

Colocava-se em questão, pois, a possibilidade de um consenso entre os senhores da política, da guerra e das letras na ex-república rio-grandense, pelo menos no plano simbólico, a respeito do seu papel como construtores da estabilidade das fronteiras e da glória militar do Império brasileiro. Se não chegava a tanto o sentido da reunião daqueles nomes na lista dos sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico rio-grandense, era inegável a conveniência política daquela forma de representar uma identidade unívoca para a província. Segundo os discursos de fundação da associação, aquele era o momento de enfrentar a incompreensão histórica do império para com o Rio Grande de São Pedro.²⁸

Tentativa que também pode ser percebida no texto de Antonio Manuel Correa da Camara, “*diplomata do Império e um dos principais mentores da República Rio-grandense dos farrapos*”²⁹, publicado na Revista do IHGPSP em 1863, sobre as características distintivas dos rio-grandenses:

(...) bom pai, excelente marido, filho respeitoso, o cidadão Rio-Grandense foi talhado de molde para exercer as virtudes cívicas e guerreiras que o fazem recomendável; e será indubitavelmente tão bom agricultor e fabricante como tem sido solícito criador de gado; tudo deve esperar-se finalmente de um povo que atravessando a cega, mal conduzida, guerra civil do seu país, que a todo momento provocado pelo exemplo contagioso de tantas outras províncias, (...) nem assim foi possível degradá-lo e corrompê-lo, conservando-se intacto seu gênio cavalheiresco, seus brios, modéstia, dignidade e honra.³⁰

As principais características evocadas pelo discurso de Correa da Camara não diferem substancialmente daquelas apontadas por Caldre e Fião, n’*A Divina Pastora*, para descrever um filho do Rio Grande, inclusive na idêntica grafia em letras maiúsculas empregadas no adjetivo gentílico, “Rio-Grandense”. Ademais este excerto ilustra com precisão os malabarismos retóricos utilizados para legitimar a “lamentável” atitude revolucionária diante dos olhos da Corte demarcados desde seu enunciador, ou seja, para um dos “*principais mentores da República Rio-grandense*” o que seria uma “*mal conduzida guerra civil*”, senão o malogro de seus intentos ou de uma precária política do Império? Neste sentido, estaria o digníssimo “diplomata” a falar a favor ou contra os interesses do Império que representava?

Embora na idéia central, que alude aos inúmeros conflitos regionais que eclodiram no país até 1848, esteja clara a intenção de exaltar a opção dos rio-grandenses em

²⁸ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.55.

²⁹ Para informações biográficas de Antonio Manoel Correa da Camara, ver Rinaldo Pereira da Câmara, *O marechal Camara. Vol I – Reflexões introdutórias à sua biografia*, Porto alegre, Livraria do Globo, 1964, p.31-35 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.60.

³⁰ *Revista do IHGPSP*, ano 3, vol.3, 1863, p.26 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.60.

reintegrar o território brasileiro ao repudiarem os “*exemplos contagiosos*” de outras províncias, sem dúvida o pior exemplo viria mesmo dos vizinhos platinos e suas repúblicas, a quem de fato resistiram pelas tantas “*virtudes cívicas*” os bravos rio-grandenses.

Para além das tantas ambigüidades reveladas neste discurso de Correa da Camara ainda uma resta para ser, se não esclarecida, ao menos evidenciada, isto é, se os rio-grandenses de caráter tão reto, tão digno e tão honrado, foram tão nobres a ponto de resistirem ao apelo de suas destrezas bélicas ou desistirem das propaladas alianças políticas com os platinos para dedicarem seu patriotismo ao Brasil. Então como poderia o governo imperial pretender – sem a devida correspondência distintiva –, “degradá-los” ou “corrompê-los” com sujeições de qualquer ordem, mesmo que isso implicasse, em apenas exigir deles, um comportamento adequado aos súditos leais e valorosos que eram, ou seja, sua devida obediência às determinações do Império?

Neste sentido, são exemplares as correspondências, entre dezembro de 1864 e fevereiro de 1865, durante os momentos iniciais de deflagração da Guerra do Paraguai, do general David Canabarro com o presidente da província, João Marcelino Gonzaga, sobre as movimentações das forças paraguaias e das indecisas articulações entre Mitre e Urquiza, bem como sobre sua preocupação com a precária situação das tropas brasileiras na fronteira, mas que “*apesar das advertências do velho cavalariano, o Império não tomou as medidas solicitadas*”, falha que forçou Canabarro a recuar com suas tropas sem dar combate ao inimigo.

Esta decisão do general foi “*contestada pelos altos comandos do império, que submeteram o veterano chefe a conselho de guerra*”, ao qual apresentou em sua defesa um longo arrazoado que dava conta do fracasso do Império no “*fornecimento de infantes e artilheiros competentes, não providenciara oficiais experientes, falhara no abastecimento de víveres, armas e munições*” e ainda “*desconhecia as características da cavalaria ligeira, a arma por excelência dos rio-grandenses*”, tal manifestação acabou por afastar o ressentido general, que tantos serviços prestara a pátria, da linha de combate.³¹

Portanto, além das acirradas disputas políticas entre liberais e conservadores no Instituto e fora dele³², foi também em grande medida o choque, derivado das muitas atitudes

³¹ Idêntica situação sofreu o tenente coronel Manuel Lucas de Oliveira que também entrou em “*desavença com a condução dos comandantes imperiais que desconhecem a realidade da extremadura*”, provocando seu afastamento da Guerra do Paraguai. Cf. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.325-329.

³² Segundo Lazzari “*a intensa luta partidária na província não deve ser menosprezada como possível causa de desagregação do grupo. No mesmo ano em que nasceu o Instituto, iniciava-se a dissidência dos liberais rio-grandenses “puros” ou “históricos” e que levaria à recriação do partido Liberal, liderado por Felix da Cunha, Gaspar Silveira Martins e Manoel Luis Osório. A trajetória ascendente da nova oposição se caracterizaria pela recusa do compromisso automático com a estabilidade das instituições imperiais e a determinação em tornar clara uma posição em favor dos interesses e da maior autonomia do poder das elites locais*”. In: LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.61.

dos rio-grandenses que contrariavam determinações imperiais, com o desejo de construir uma História regional sem fissuras, nem conflitos com a História nacional que auxiliasse definitivamente na integração da província ao conjunto da nação brasileira, que acabou inviabilizando o projeto do Instituto. Numa palavra, a incompatibilidade entre a construção de um discurso unificador e coeso contra arraigadas práticas insubmissas.

Não por acaso também o IHGPSP interrompe suas atividades no início do conflito com o Paraguai, isto é, quando recrudesceram as posições partidárias e o *“Rio Grande do Sul foi a única província onde se suspenderam as eleições”* o que provocou o descontentamento da *“oligarquia regional, [que] muito envolvida com o esforço de guerra, era ainda penalizada com a intervenção das autoridades imperiais nos assuntos internos”*, situação que criaria muitas incompatibilidades políticas futuras entre o predomínio dos liberais na província com os gabinetes conservadores ou com os presidentes provinciais nomeados pelo Império.³³

Muito embora a importância de sua existência fornecendo sentidos e significados para a construção de um perfil identitário regional já lhe possa assegurar uma posição destacada entre as manifestações culturais que vicejaram na província durante o segundo quartel do século XIX é, sobretudo, a repercussão das idéias cultivadas nesta efêmera instituição, em sua permanência, que deve ser avaliada através de outros discursos em outros lugares de enunciação.

Pois, sem dúvida, a importância do seu papel social, político e cultural relaciona-se diretamente ao fato de ter-se constituído num espaço de idéias, idéias que representam valores, e valores que significam visões de mundo. Um mundo e um tempo de sentimentos e ações inconciliáveis. De um lado ações e omissões que resultaram em profundas feridas no patriotismo, de outro, ressentimentos que geraram desconfianças insondáveis. Em ambos os lados homens da política, da guerra e das letras empenhados em construir uma imagem do Rio Grande e dos rio-grandenses para os outros brasileiros, que não viria ainda através da historiografia, mas pela Literatura rio-grandense.

3.1.1. Arcádia rio-grandense: um esforço guerreiro nas letras

Enquanto seguem os confrontos com os paraguaios, o ano de 1867 vê surgir em Rio Grande a *“Arcádia, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico”* fundado por Antonio Joaquim Dias, periódico dedicado exclusivamente à divulgação dos assuntos culturais da província³⁴. Entre seus colaboradores estão Apolinário Porto Alegre, Menezes Paredes e

³³ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.331.

³⁴ Um estudo bastante detalhado sobre a imprensa rio-grandina que oferece um panorama das condições e da quantidade de periódicos em circulação no Rio Grande do Sul durante o século XIX, informa que “a

Bernardo Taveira Junior, entre outros. Em suas páginas destacam-se textos que discutem a importância da Literatura na sociedade em geral e também os primeiros textos críticos sobre a construção de uma Literatura rio-grandense.

Já no primeiro número em 1867, um artigo intitulado “*Divagações*”, F. C. de Bulhões Ribeiro marca, conforme analisa Moreira, “*o interesse e a participação dos rio-grandenses nos problemas literários nacionais*”³⁵, pois ele abre o texto citando Gonçalves de Magalhães a grande referência teórica da Literatura Nacional para respaldar seu argumento de que “*é a Literatura o espelho da civilização*”³⁶, visto que:

a literatura faz reviver o passado, torna-se a encarnação d’esses monumentos d’outras eras, marca um lugar distinto a essas gerações d’outrora e semelhando estátuas de divinas formas, suas obras se alinham em magnífica alameda majestosa e cheia de recordações históricas que continuará até a consumação dos séculos.³⁷

Além disso, o artigo registra uma noção de Literatura que demonstra afinidades com o pensamento de Walter Scott sobre a perpetuação do passado através da narrativa³⁸, atribuindo às obras literárias um caráter de perenidade que, entretanto, sofre os efeitos da realidade em que é produzida. Tem-se registrada, portanto, nas páginas de um periférico periódico rio-grandense, uma concepção de literatura que segue de perto os padrões europeus.

Bulhões Ribeiro considera, portanto, a Literatura no mais alto grau dos vestígios da cultura humana, ou seja, um precioso registro material de uma determinada época e seu povo. Desta maneira, e também conforme nosso propósito, ela constitui um “*lugar de memória*”, um espaço de “*recordações históricas*”, no sentido de “*recordar-se*” um imaginário constitutivo de um tempo, sobretudo se os textos literários registrarem apreensões contemporâneas de seu autor, pois quanto mais próximo cronologicamente ele estiver do

imprensa rio-grandina foi uma das mais destacadas do Rio Grande do Sul e mesmo do Brasil, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade de seus periódicos. Assim, além de ter sido uma das primeiras localidades gaúchas a possuir jornais, o Rio Grande teve algumas das mais perenes folhas em termos provinciais/estaduais, as quais chegaram a circular por mais de seis décadas. In: ALVES, Francisco das Neves. *op. cit.*, p.102.

³⁵ MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 1991, p.150.

³⁶ “*É a literatura o espelho da civilização, um dos mais fortes esteios da literatura brasileira, o Sr. Magalhães, assim o definiu: “Literatura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas idéias e de mais philosophico no pensamento, de mais heróico na moral e de mais bello na natureza, é o quadro animado das suas virtudes e paixões, o despertador de sua glória e o reflexo progressivo de sua intelligencia.”* cf. RIBEIRO, F. C. Bulhões. *Divagações*. In: *Arcádia*. Rio Grande, 1867. 1ª série, p.33.

³⁷ RIBEIRO, F. C. Bulhões. *Divagações*. In: *Arcádia*. Rio Grande, 1867. 1ª série, p.33-36.

³⁸ Conforme declara o próprio Scott em 1812: “*Veio-me naturalmente a idéia de que as antigas tradições e o espírito exaltado de um povo que, num século e num país civilizados, trazia tão forte marca dos costumes primitivos, deveriam oferecer favorável para o romance, se a narrativa, como se diz, não fosse estragada pelo narrador*”. In: *OS IMORTAIS DA LITERATURA UNIVERSAL* Vol. 3: Scott. São Paulo: Abril Cultural, 1971, p.30-31.

argumento de sua narrativa melhor será o conjunto de referências transmitidas sobre o imaginário e as práticas sociais em vigor naquela época.

Pelo menos é esta a expectativa do historiador da cultura, é este o horizonte “*ridente de claridade*”, almejado pela escrita da História, que foge desesperadamente das lacunas abertas pelo tempo, que mergulham em “*profunda escuridão*”³⁹ alguns acontecimentos e seus desdobramentos, não obstante a sua consciência de que é este um “*trabalho de Sísifo*”.

É, pois, com base nesta intenção que cruzaremos algumas informações contidas na Arcádia de 1867 e 1868, que apresenta uma visão dos homens de letras sobre os rio-grandenses “*desde dentro*” com outra obra de referência deste período, mas que trás um olhar “*desde fora*”, ou seja, o texto dramático escrito pelo lisboeta Augusto César de Lacerda, “*O Monarca das Coxilhas – drama em três atos*”, sobre os costumes rio-grandenses, publicado e representado em Recife em 1867.

3.1.2. Gaúchos e Monarcas das Coxilhas nos palcos do Recife

Augusto César de Lacerda em seu texto para teatro *O monarca das coxilhas: Drama em três atos. De costumes da Província do Rio Grande do Sul no Império do Brasil*, oferece uma outra visão possível “*desde fora*” sobre o homem, seus costumes e o ambiente sulista. Lacerda esteve em Porto Alegre e no Rio de Janeiro em 1863, segundo informam Damasceno⁴⁰ e Machado de Assis⁴¹, mas suas peças já eram conhecidas e encenadas por aqui e no Rio de Janeiro⁴² desde antes.⁴³

³⁹ Estas são expressões utilizadas por Antonio J. Dias na introdução de apresentação do Jornal, ao dizer que “*a mente, as idéias, são como o horizonte – ora ridente de claridade, ora envolto em profunda escuridão: têm-se um momento de feliz inspiração, e muitas horas de insipidez intelectual*”. DIAS, Antonio Joaquim. *Ao Público*. In: *Arcádia*. 12 de maio de 1867, p.3.

⁴⁰ Ao avaliar as temporadas teatrais de 1863 e 1864, Damasceno percebe uma queda na popularidade do diretor da *Companhia Dramática*, Antônio Áreas, aparentemente sem justificativa, “*conquanto tivesse incorporado ao seu repertório algumas novidades (...) e houvesse também aumentado e melhorado o seu elenco de mais dois bons artistas dramáticos – Carolina Falco e César Lacerda – o conjunto foi perdendo gradativamente a cotação de que desfrutava e as suas últimas apresentações foram quase um velório...*”. In: FERREIRA, Athos Damasceno. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX – Contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1956, p.93.

⁴¹ Em agosto de 1863, Machado de Assis avalia a atuação de César de Lacerda no *Theatro Lyrico*, no papel de Carlos na comédia-drama de sua autoria “*Cinismo, ceticismo e crença*”, segundo o crítico: “*Pertence o sr. César de Lacerda a uma boa escola. O gesto natural, sóbrio, elegante, a physionomia insinuante e móbil; a dicção correcta; a gravidade, a naturalidade, eis o que faz ver no sr. César de Lacerda um minucioso e aproveitado estudo dos princípios e recursos da arte*”, cf. ASSIS, Machado. *Theatro*. In: *Crítica Literária*. Rio de Janeiro: São Paulo: Porto Alegre: W. M. Jackson, vol.29, 1938, p.55.

⁴² Damasceno cita títulos de textos dramáticos de autoria de César de Lacerda representados pela *Companhia Dramática* desde 1860. In: DAMASCENO, Athos. *op. cit.*, 1956, p.75 e ss. No Rio de Janeiro suas peças têm crítica de Quintino Bocaiúva em 1856, cf. FARIA, João Roberto. *Retrato de um republicano quando jovem*. In: *REVISTA USP: Dossiê 100 anos de República*. nr.3, Set-Nov, 1989. E de Machado de Assis em 1862, cf. ASSIS, Machado de. *Parecer sobre o drama Mistérios Sociais, original português de César de Lacerda*. In: *Crítica Teatral*. Rio de Janeiro: Jackson, 1951, vol.30.

Esta peça foi representada em 1867 no Recife, e embora não haja uma explicação definitiva sobre este deslocamento⁴⁴ que justifique o fato do texto nunca ter sido encenado ou publicado em Porto Alegre, ou mesmo noutra cidade do Rio Grande do Sul.⁴⁵ Mas, o fato de seu autor ser um dramaturgo conhecido na Corte, do tema dramático inserir-se nas discussões contemporâneas sobre as peculiaridades distintivas das regiões brasileiras e seus habitantes⁴⁶, somados ao patrocínio dos comerciantes de Recife para que a peça fosse publicada e montada, estes fatores devem ter contribuído para que outra vez, desde fora do Rio Grande surgisse uma imagem sobre os rio-grandenses.

Segundo Baumgarten e Moreira, “*parece ter sido exatamente o olhar de César de Lacerda o responsável pela introdução do gaúcho e da vida na Campanha, no teatro até então realizado*”, pois o “*gaúcho*” da campanha e sua vida nômade, recheada de heroísmo e desprendimento “*passaram despercebidos aos teatrólogos*” rio-grandenses. Entretanto, este “esquecimento” dos autores locais, verificado pelos apresentadores do texto, é tão “eloqüente”, quanto à ausência ou parca utilização da palavra “*gaúcho*” nas obras de Caldre e Fião e, nas poesias, do cancionero popular sobre a Revolução Farroupilha, pesquisadas por Augusto Meyer⁴⁷, porquanto, esta ausência revela algo da percepção dos contemporâneos sobre aquele ser social.⁴⁸

Percepção que é de alguma maneira reiterada por João Pinto da Silva na primeira “*História da Literatura do Rio Grande do Sul*” publicada em 1924 e na qual a produção

⁴³ Nas “*Notas biobibliográficas*” que constam no volume consultado, Regina de Fátima Simões e Silva autora do texto apresenta contradições nas datas ao informar que César de Lacerda “*permanece na província sulina de 1863 a 1869, quando retorna a Portugal*”, entretanto mais adiante ao comentar a perda de prestígio da companhia teatral em 1863 afirma que “*neste mesmo ano, o casal parte para Portugal*”, embora remeta suas informações para a obra de Athos Damasceno, nada consta sobre qualquer partida de Lacerda e sua esposa do Rio Grande. In: LACERDA, César de. *O monarca das coxilhas: Drama em três atos. De costumes da Província do Rio Grande do Sul no Império do Brasil*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro: EDIPUCRS, 1991, p. XIV.

⁴⁴ Na obra de Damasceno não existe nenhuma menção ao fato, embora Lacerda tenha pertencido ainda que rapidamente à *Companhia Dramática Rio-grandense*. In: DAMASCENO, Athos. *op. cit.*, , 1956, p.93. Também Guilhermino Cesar na História da Literatura do Rio Grande do Sul ignora completamente esta obra e seu autor, embora ofereça todo um capítulo em que trate da Literatura Dramática.

⁴⁵ Embora esta seja uma afirmação dos comentadores da obra. Guilhermino Cesar (dá uma informação que não foi possível aferir) num comentário sobre a peça de teatro: “O primeiro drama de nosso conhecimento é de um autor português, César de Lacerda, e se intitula *O Monarca das Coxilhas; escrito na cidade de Rio Grande, onde foi representado pela primeira vez*, saiu editado no Recife (1867). Seu pano de fundo é a rivalidade entre “*blancos*” e “*colorados*”, na fronteira de Jaguarão.”(grifos nossos) Cf. CESAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande: Literatura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: EdUFRGS, 1994, p.29.

⁴⁶ Em 1866, ao defender o exercício de temas brasileiros na literatura nacional sendo ou não de matiz indianista, Machado de Assis declara que esta temática era só um dos modos de exercer a poesia nacional e que fora dela “*está ahí a própria natureza, opulenta, fulgurante, vivaz, atraindo os olhos dos poetas, e produzindo páginas como as de Porto Alegre e Bernardo Guimarães*” cf. ASSIS, Machado. “*Iracema*”, por José de Alencar. In: *op. cit.*, 1938, p.75.

⁴⁷ Afirmação baseada numa constatação do próprio Meyer que, como folclorista, procedeu num estudo abrangente sobre o cancionero popular rio-grandense publicado em 1952. MEYER, Augusto. *Cancioneiro Gaúcho: seleção de poesia popular com notas e um suplemento musical*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1952.

⁴⁸ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre e MOREIRA, Maria Eunice. *O Monarca entra em cena*. In: LACERDA, César de. *op. cit.*, p. IX-XI.

teatral sul-rio-grandense não tem qualquer relevância em contraste com a grande quantidade de Sociedades Dramáticas surgidas na capital e no interior do Estado durante o século XIX conforme se verifica no levantamento de Damasceno publicado em 1956. Além disso, Fischer destaca que:

Para João Pinto da Silva, o drama e a comédia, ao contrário do que se verificou no verso e na novela, “permaneceram sempre, entre nós, impermeáveis às influências características do meio”. E isso graças ao Uruguai e à Argentina, países onde a literatura dramática era abundante e expressiva. De tipicamente regional, segundo, ele nada havia, com efeito, no teatro sul-rio-grandense. *Quando era necessário colocar o nosso gaúcho em cena, o mesmo era importado daqueles países.*⁴⁹ (grifos nossos)

Destas atitudes pode-se inferir que os “rio-grandenses”, letrados ou não, ao desconsiderarem esta figura quando se referem ao ser social existente no Rio Grande, poderiam estar negando não só uma semelhança com os “gauchos-platinos”, mas também reafirmando a distância existente entre eles tanto no âmbito social, como nos aspectos culturais, afinal, “quando era necessário colocar o nosso gaúcho em cena, o mesmo era importado daqueles países”, cabendo ainda o seguinte questionamento sobre o comentário de Pinto da Silva, pois, com efeito, se este “gaúcho” fosse efetivamente “nosso”, por que importá-lo?

Ademais, neste texto, o autor que é português, também não atribui ao seu personagem principal esta denominação, pois o feitor Jabutá que é designado por *monarca das coxilhas*, nem *rio-grandense* é, embora apresente as “qualidades inerentes” aos nativos do Rio Grande, ou seja, ele “*destaca-se por sua maneira rude, seu caráter determinado e, especialmente, por sua habilidade campeira e militar*”, e ainda as complementa por ser um europeu educado, pois “*Jabutá não renega os atributos de sua origem.*”⁵⁰

O resumo da trama é fornecido pelos apresentadores da obra em sua reedição de 1991 da seguinte maneira:

O Monarca das Coxilhas, primeiro texto teatral a explorar a vida da região sulina, é um drama em três atos, que se desenvolve em torno do amor entre Silvina, filha do Coronel Estanislau, e Jabutá, o monarca, de origem portuguesa, que veio para o Brasil a fim de esconder um crime presumivelmente cometido: o assassinato de seu melhor amigo, José Cravel. Neste país, Jabutá exerce as atividades de feitor em uma estância localizada em Jaguarão (RS), de propriedade de rico estancieiro, Coronel Estanislau. (...)

A ação dramática desencadeia-se a partir da chegada à estância de um companheiro de estudos do Dr. Claudino, filho do Coronel. Jabutá acredita ser ele o pretendente de Silvina, até obter uma dupla revelação: o jovem não intenta esse casamento, como é seu amigo José Cravel, aquele que o feitor acreditava morto. Em outra direção, o drama move-se em torno da pretensão de Abílio Marugipe,

⁴⁹ Segundo Fischer o estudo de Damasceno informa que “só na capital existiram a partir de 1829, cerca de 40 entidades particulares dessa natureza”. In: FISCHER, Antenor. A Literatura Dramática do Rio Grande do Sul, do século XIX: Subsídios para uma História. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 2004, p.60.

⁵⁰ LACERDA, César de. *op. cit.*, p. X-XI.

proprietário da estância limítrofe, de casar-se com Silvina com o objetivo de apoderar-se das terras de seu pai.

Todos esses acontecimentos iniciam em 1864 e culminam em 1865, período em que o Brasil e, principalmente, o Rio Grande encontram-se em luta contra os paraguaios. Em virtude da impossibilidade da participação do Coronel Estanislau nos episódios bélicos, Jabutá é indicado para substituí-lo. A volta da guerra, que o consagra como herói, deixa suas marcas, pois o feitor-militar retorna mutilado de um braço. Apesar disso, o drama reserva ainda mais uma prova a ser por ele vencida – o enfrentamento final com Abílio Marugipe – necessário para o desfecho amoroso da peça.⁵¹

Neste caso, como nas demais obras literárias, o que será observado é a linguagem utilizada pelo autor para designar os homens da província, assim o texto teatral será tratado conforme um gênero literário, isto é, como Literatura dramática⁵², embora seja conveniente observar que quando representada a obra ganha outra dimensão porque conforme esclarece Prado, “*a história não nos é contada mas mostrada como se fosse de fato a própria realidade*”⁵³, portanto, sob esta perspectiva o valor documental do texto teatral assume uma importância superior entre os outros textos de ficção, pois no teatro:

torna-se necessário, não só traduzir em palavras, tornar consciente o que deveria permanecer em semiconsciência, mas ainda comunicá-lo de algum modo através do diálogo, já que o espectador, ao contrário do leitor do romance, não tem acesso direto à consciência moral ou psicológica da personagem.⁵⁴

De modo que a personagem assume uma importância muito maior do que no romance, pois na ausência de um narrador explícito, a necessidade de comunicar ao público suas características faz com que estas se revelem através “*do que os outros dizem a seu respeito*”, ou pela “*linguagem da ação*” propriamente dita, ou seja, seu comportamento, suas atitudes devem demonstrar seu estado de espírito.

Entretanto, cabe ressaltar que não temos condições de avaliar os efeitos produzidos sobre os espectadores, ou seja, da recepção da obra que indiquem seus méritos ou defeitos, posto que a peça não foi apresentada na província, o que nos resta analisar é a linguagem utilizada pelo autor no texto para representar e referir-se aos habitantes da região, neste sentido, seguimos a formulação de Chartier, de que “*o estudo das obras não deve nunca ignorar a “materialidade do texto”, entendida como a relação, visível da página impressa ou através da performance teatral, entre dispositivos formais e categorias discursivas*”.⁵⁵

⁵¹ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre e MOREIRA, Maria Eunice. In: LACERDA, César de. *op. cit.*, p. X-XI.

⁵² Fischer chama atenção para “a dupla natureza do teatro (como texto e espetáculo), o que faz com que, apesar de intimamente ligados, “teatro” e “literatura dramática”, adquiram significados distintos”. In: FISCHER, Antenor. *op. cit.*, p.12.

⁵³ PRADO, Décio de Almeida. *A Personagem no Teatro*. In: A Personagem de Ficção. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.85.

⁵⁴ PRADO, Décio de Almeida. *Id. ibidem*, p.88.

⁵⁵ CHARTIER, Roger. Do palco à página..., 2002, p.97.

Pois, o autor, para alcançar a comunicabilidade, não só com o público mas, também com os atores para que possam desempenhar bem o seu papel, oferece inúmeras explicações nas notas que apõe ao texto, e sob este aspecto ganha o historiador que pode recolher um conjunto de informações diretas, como aquelas instruções, sobre a compreensão do quadro social que o escritor quer representar, que se apóiam em citações de artigos de jornal e em situações vivenciadas pelo próprio autor, quase comparáveis a crônicas jornalísticas.

E de fato Lacerda demonstra grande preocupação não só em definir os vocábulos específicos da região, aos atores europeus, facilitando-lhes o entendimento para a melhor interpretação dos personagens, mas também fornece muitas informações sobre os eventos políticos e os conflitos bélicos que assolavam a Província neste período. Assim ao final de cada ato há uma série de notas explicativas, que se constituem num rico glossário de termos locais, de acordo com as definições vigentes no período e informações sobre expressões regionais.

De início cumpre registrar as definições de Lacerda⁵⁶ para as denominações mais freqüentes e que tem relação direta com o objetivo deste trabalho e, como referência, a fim de confrontar estas definições, para melhor aferir os significados destas palavras utiliza-se novamente a obra de Pereira Coruja a “*Coleção de Vocábulos e frases...*”⁵⁷ de 1852:

(Lacerda) **Capatazes:** Criados que governam os mais criados ou escravos, em todos os serviços do campo, conduções de *tropas*, etc.

(Lacerda) **Tropeiros:** Os que conduzem as tropas, escravos ou livres.

(Lacerda) **Peão:** Homem (criado ou escravo) que agarra bois a *laço*: é em tudo igual ao *campino* português. Andam sempre a cavalo, apesar do nome. Se não fosse esse fato e a alteração do – i – pareceria o *peão* português.

(Coruja) **Peão:** s. m. homem ajustado para fazer o serviço do campo; esta designação se estende até aos escravos exclusivamente ocupados no serviço das estâncias.

(Lacerda) **Vaqueano:** Prático de qualquer sítio, ou caminho.

(Coruja) **Vaqueano:** s. m. o que serve de guia em alguma viagem por ser conhecedor dos caminhos.

Em princípio, pelo que se depreende da comparação entre as palavras e seus significados, Lacerda não utilizou nenhum dicionário da época para firmar suas definições, visto que “*capataz*” e “*tropeiro*” não são registrados por Coruja. Pode tê-las elaborado por si mesmo conforme a sua percepção ou se baseado em informações locais, que demonstram afinidades com os significados de Coruja para “*guasca*”, “*peão*” e “*vaqueano*”.

A explicação de Lacerda para “*peão*” registra a mesma percepção de Robert Avé-Lallemant (1859), sobre o fato de chamarem-se assim aos naturais da terra mesmo que

⁵⁶ LACERDA, César de. *op. cit.*, p.128-130.

⁵⁷ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: *Revista Província de São Pedro*. nr. 9 e nr.10., p.140-143 e p.135,143.

montem a cavalo – o “*pastor montado*” de Lallemand –, revelando a diferença em relação ao semelhante europeu – o “*pastor a pé*” –, além de notar a distorção na pronúncia que troca o “e” pelo “i” (*pião*).

Nas denominações que se referem diretamente às atividades campeiras, outra característica interessante por ser ressaltada ou omitida, tanto por Coruja quanto por Lacerda, é a constante identificação da condição jurídica – livres ou escravos – daqueles que as exercem, portanto, estão reservadas aos escravos ou cativos⁵⁸ as ocupações de tropeiro e peão; as outras pela omissão devem ser atribuídas aos homens livres.

Se entre os vocábulos listados os primeiros referem-se a trabalhos específicos do campo, os seguintes, “*guasca*”, “*gaúcho*” e “*monarca das coxilhas*”, figuram apenas entre os apelidos distintivos da região, e nestes casos Lacerda apresenta algumas divergências com Coruja.

(Lacerda) **Guasca:** O mesmo que *gaúcho*, mas como aplicação de escárnio ou desprezo.

(Coruja) **Guasca:** s. f. qualquer tira ou correia de couro cru; os homens da cidade assim chamam (tomando a má parte) os homens do campo; mas neste caso é do gênero masculino.

(Lacerda) **Gaúcho:** Homem do campo, livre e encarregado ordinariamente dos trabalhos da lavoura e mais ocupações do sertão. Este nome é com especialidade aplicado a todos os filhos do Rio Grande do Sul, e seus vizinhos castelhanos do Estado Oriental, Repúblicas de Montevideu, Buenos Aires, etc.

(Coruja) **Gaúcho:** s. m. índio do campo sem domicílio certo. Cavalos gaúchos é quase o mesmo que cavalos teatinos, que não é permanente em parte alguma.

(Lacerda) **Monarca das coxilhas:** O maioral, dono ou feitor que administra e governa todo o serviço da charqueada do campo, da venda dos gados, etc. – Este nome apesar da pomposidade, é muito comum entre todas as classes do Rio Grande.

(Coruja) **Monarca:** s. m. o homem sem educação carregado de armas, vestido com o aparato da gente do campo. Passa em provérbio: Moço monarca não se assina, mas risca a marca (não sabe ler nem escrever).

Percebe-se que no entendimento do dramaturgo português, “*guasca*” é o mesmo que “*gaúcho*”, posto que ambos são “*homens do campo*”, embora ao primeiro caiba uma acepção algo desdenhosa, pela lógica seu raciocínio estaria correto, não lhe traísse seu próprio emprego no texto. Da mesma forma que “*gaúcho*”, segundo a amplitude de sua definição como “*nome aplicado a todos os filhos do Rio Grande*”, poderia estar associado por sinonímia ao “*monarca*”, mas também não é isso que se verifica em seu texto.

Aos equívocos de Lacerda, interpõe-se o conhecimento de Coruja, para o qual, os “*guascas*” não são sinônimos de “*gaúchos*”, e apenas representam os rudes homens do

⁵⁸ Segundo nota do autor: “*Cativo: os negros e mulatos raras vezes usam da palavra escravo: quando se lhes pergunta o seu estado, diz-se: – És livre ou cativo? – Se se disser – escravo, escandalizam-se e não respondem direito*”. In: LACERDA, César de. *op. cit.*, p.130.

campo, chamados assim – com certo desprezo – pelos da cidade; já o “*gaúcho*” é o ser nômade e sem vínculos sociais de qualquer tipo e o “*monarca*” é a distinção paradoxal dentro deste mundo rústico, em que destrezas ou atitudes de qualquer ordem contribuem para formar o seu caráter. E nenhuma dessas denominações é compartilhada com escravos.

Portanto, se para Lacerda “*gaúcho*” e “*monarca*” apresentam apenas algumas sutis diferenças, o que se pode desde já evidenciar é que existem também algumas contradições entre a definição dos termos e seu emprego efetivo no texto.

Neste sentido, ele afirma que “*gaúcho*” é um nome “*aplicado a todos os filhos do Rio Grande do Sul, e seus vizinhos castelhanos*”, entretanto em todo o seu texto só ocorre de nomear como “*gaúcho*” aos “*blancos castelhanos*”, visto que quando se refere ao habitante da província chama-o principalmente de “*tropeiro*”, “*peão*”, “*vaqueano*”, “*guasca*” e, sobretudo, “*rio-grandense*”, portanto, da mesma forma que procedeu Caldre e Fião.

Conforme se verifica, logo no primeiro ato, cena III, sob o título “*Abílio e um gaúcho*”, não há qualquer apresentação do “*gaúcho*” na cena em que este apenas aparece trocando poucas palavras “em espanhol” com Abílio, este sim um “*rio-grandense*”, a supérflua caracterização assim se configura quando do diálogo se extrai sua origem platina, pois se expressa assim: “*Los otros se fueron para Jaguarone.*”⁵⁹

Mas, na cena seguinte, quando Claudino, um *rio-grandense*, explica a rudeza das maneiras do conterrâneo Abílio Marugipe ao cumprimentar seu amigo português, refere-se da seguinte maneira: “*(rindo): cor local, meu velho! Os meus patrícios rio-grandenses, quando apertam a mão, deixam impressões...*”⁶⁰, ou seja, o próprio texto diferencia sobejamente os dois sujeitos, e não os coloca em pé de igualdade como quer a definição do autor, senão Abílio também seria apresentado como se fosse um “*gaúcho*”, por ser “*um filho do Rio Grande*”.

O mesmo Abílio que ao encerrar o primeiro ato, quando ameaça Silvina diz-se “*um guasca*”⁶¹, ou seja, reitera o tratamento diferenciado além do que Abílio está acompanhado dos “*gaúchos*” que o texto esclarece serem “*blancos*”.

Logo adiante na cena VI, Leão, um escravo, conta a Claudino sobre uns homens arranchados na mata dizendo: “*não sei, não senhor; eu cá digo que são os blanco-castelhano.*”, e continua, “*creio que lhe ouvi falar à castelhana: eu sei!...*”. Claudino, duvidando das suspeitas do cativo diz: “*Afinal nada é, verás. Os nossos gaúchos – gente do campo – da raia, quase que falam espanhol...*”⁶².

⁵⁹ LACERDA, César de. *op. cit.*, p.34.

⁶⁰ *Id. ibidem*, p.37.

⁶¹ *Id. ibidem*, p.65.

⁶² *Id. ibidem*, p.42.

E, desta forma, volta o autor à sua aceção sobre os habitantes do campo, os “gaúchos”, que em sua interpretação pouco se distinguem dos vizinhos espanhóis, embora também se aproxime duplamente da definição de Coruja que remete a gente extraviada – da raia, da fronteira, e ainda reitera aquela explicação do lexicógrafo, segundo a qual, “*apenas os homens menos civilizados da campanha têm uma pronúncia, que se ressentem de sotaque castelhano*”.⁶³

Na cena VII, Claudino previne novamente, o amigo português das maneiras de agir e falar da gente do local, dizendo: “*Não me canso de te pedir que não faças caso destes modos bruscos de papai. Olha que por cá é tudo assim: rudeza, selvageria, às vezes; mas almas puras e corações de lei, crê.*”⁶⁴

Aqui mais uma distinção se faz notar nesta advertência, pois que mesmo as pessoas com alguma posse e que habitam o interior da Província tem maneiras menos gentis que a gente da cidade, não obstante, a rusticidade se traduz em bondade e honestidade.

O personagem principal da trama só aparece a partir da Cena VIII, e junto com ele um ataque à estância do Coronel Estanislau (pai de Claudino e Silvina) pelos *blancos*, que o escravo Leão, havia descrito anteriormente. Quando o coronel é avisado pelo cativo que a estância está cercada, ele manda chamar “*a negraria toda da charqueada [e] que tragam os facões e façam-me carneação nesses matungos castelhanos!*”.

E em seguida ao convocar seu filho e o amigo português a combaterem os castelhanos diz: “*Vamos, gentes! Vão ver como um rio-grandense abre caminho a chicote para entrar em sua casa! Canalhas! Eta, cambada de gaúchos maltrapilhos!*”⁶⁵

É, portanto, categórica a maneira com que o coronel se define *rio-grandense*, em contraste com o desprezo com que se refere aos “gaúchos”, tal referência explicita perfeitamente a contradição entre a definição de “gaúcho” oferecida pelo autor em seu glossário e a aplicação habitual do termo no contexto da cultura local. Além disso, seu texto apresenta vários outros exemplos a respeito desta divergência conceitual entre o que diz o autor de seu objeto, e de como lhe define as características através das atitudes de seus personagens.

Juízo a demonstrar que o autor fala de dois pontos distintos, isto é, emite opiniões segundo pontos de vista diferentes. Como autor – estrangeiro – português, informado sobre as designações usuais, ao definir os termos, assinala que “gaúchos” são chamados “*todos os filhos do Rio Grande do Sul, e seus vizinhos castelhanos*”, mas como personagem – nativo – estancieiro, ao utilizar as denominações, se qualifica um “rio-grandense”, além de não se referir em nenhum lugar do texto aos seus conterrâneos como “gaúchos”.

⁶³ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: *Revista Província de São Pedro* nr.7, p.161.

⁶⁴ LACERDA, César de. *op. cit.*, p.50.

⁶⁵ *Id. ibidem*, p.63.

Exemplo claro dessa afirmação está no segundo ato, cena I, quando o coronel Estanislau, louvando a atitude do *monarca* e seus companheiros na defesa da estância, assim diz: “*se não fosse aquele destemido Jabutá, a coisa era feia! Foi providência ele chegar ainda com os tropeiros*”⁶⁶, verificando-se outra vez que não há referência aos trabalhadores da estância como “*gaúchos*”, eles são sempre chamados de outras denominações usuais das atividades da gente do campo.

Se todos estes indícios já não fossem suficientes, mais emblemático ainda é o discurso que faz o coronel, na última cena do segundo ato, por estar impedido de participar da Guerra do Paraguai – para a qual recebe a convocação direta do general Neto –, por causa de um ferimento havido no confronto com os “*gaúchos castelhanos*” em sua estância, diz com grande dignidade:

A honra de nossa terra foi ultrajada! A minha acha-se comprometida, como a de todos que cingem uma espada e que, como eu, não podem dela servir-se por motivos (mercê de Deus!) estranhos à covardia. Comando algumas centenas de homens: não posso pôr-me à sua frente, que não o quis a lança de um **gaúcho!** (Levando a mão ao peito) Infeliz acaso! Vou encarregar, portanto, um homem de comandar os meus soldados. Esse homem já que não pode ser meu filho, que nada entende de guerra, seja o escolhido do coração de minha filha. (Para Jabutá) Sr. Capitão, quando coberto de louros, mostrar ao exército brasileiro o que valem **os soldados rio-grandenses** do Coronel Estanislau, peça-me minha filha, que... te-la-á!⁶⁷

As palavras do coronel-estancieiro não deixam dúvida quanto ao sentimento que ainda envolve o significado de “*gaúcho*” em 1867, permanecendo, por conseguinte, as idéias de vagabundos ou desordeiros saqueadores, atribuídas basicamente aos castelhanos e, portanto, muito próxima da definição consignada por Coruja.

Neste caso, para obter-se uma melhor visualização dos fatos que consubstanciam a cena literária, é necessário, contextualizar tanto a ambientação do texto teatral, quanto os acontecimentos históricos a que se referem.

E, sob este aspecto, o autor age com muita ousadia ao situar seu tema dramático num lugar e num contexto histórico recente – as constantes invasões às propriedades de rio-grandenses residentes na cidade de Jaguarão fronteira entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. Primeiro porque informa aos brasileiros do norte, como queria o eminente membro do IHGPSP em 1861, sobre as tantas agruras que padeciam os rio-grandenses na defesa das fronteiras nacionais e, em segundo, porque proporciona uma visão sobre a sociedade rio-grandense em que estão presentes muitas de suas nuances culturais, ou seja, os trabalhadores e suas múltiplas denominações e atividades, o estancieiro e seu papel como chefe militar, o europeu diante desta tosca sociedade

⁶⁶ *Id. ibidem*, p.70.

⁶⁷ LACERDA, César de. *op. cit.*, p.100.

mesclada por indivíduos de muitas procedências, enfim, uma realidade humana complexa que apresenta diversas faces na composição do ambiente cultural sulino.

Embora César de Lacerda situe, com propriedade, sua trama espacial e temporalmente explicando que “a ação passa-se no Rio Grande do Sul (província do Brasil) próximo da cidade de Jaguarão: começa em 1864 e acaba em 1865”⁶⁸, e a sinopse oferecida pelos comentadores saliente que os “acontecimentos iniciam-se em 1864 e culminam em 1865, período em que o Brasil e, principalmente, o Rio Grande encontram-se em luta contra os paraguaios”⁶⁹, ainda assim é necessário esclarecer que a declaração de guerra contra o Paraguai dá-se em 1865, portanto, a trama tem seu epílogo logo no início do sangrento conflito, que somente terá fim em 1870.

O embate que perpassa todo o enredo e que dá destaque aos “*blancos, guerrilheiros do Estado Oriental*”, é a guerra civil que ocorre no Uruguai, por conta da oposição dos *blancos* de Atanásio Aguirre, contrários ao governo de Venâncio Flores, representante dos *colorados*. Contenda em que o Brasil e, sobretudo, os *rio-grandenses*, participam apoiando Flores, “segundo o seu tradicional papel de guardião da fronteira, fornecendo contingentes militares para a luta”⁷⁰, a qual sobrevém a Guerra do Paraguai, quando Aguirre solicita e recebe o apoio de Solano Lopez.

Conforme explica Guazzelli, o *partido blanco* foi uma derivação popular do Partido Nacional criado por Manuel Oribe, que inspirado no argentino Don Juan Manuel de Rosas, “obrigaria o uso de insígnias brancas” e seus opositores, os *colorados* de Rivera, usavam o vermelho. Esta cisão foi resultado da luta entre os principais chefes políticos que disputavam o comando do recém criado Estado Oriental.⁷¹

Acompanhando de perto estes acontecimentos os *rio-grandenses* escolhiam seu lado conforme a conveniência e, neste momento, conforme informa Guazzelli, estabeleciam alianças circunstanciais com os *colorados*, pois, em virtude de possuírem:

muitas estâncias e gados em terras orientais, indispunham-se com os *blancos*, boa parte dos quais eram proprietários ao norte do Rio Negro e ressentiam-se dessa competição; já os *colorados*, em sua maioria produtores mais modernizados em áreas próximas ao porto de Montevideu ou ligados a atividades comerciais, mantinham boas relações com as gentes do Rio Grande.⁷²

⁶⁸ LACERDA, César de. *op. cit.*, p.25.

⁶⁹ *Id. ibidem*, p.XI.

⁷⁰ PESAVENTO, Sandra J. *op. cit.*, 1997, p.52.

⁷¹ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.313.

⁷² GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.315. Explorando a idéia de “região-província” como um núcleo autônomo de poder que dificultaria a consolidação de uma identidade nacional em virtude das acirradas disputas internas, Guazzelli diz que “os grupos regionais estabeleciam alianças com caudilhos de outras “regiões-província”, formando ligas frouxas e instáveis” a fim de conseguirem vitórias circunstanciais mas que reforçavam laços de pertencimento relacionados a região dificultando assim a formação da identidade nacional”. Cf. *id ibidem*, p.302.

Tais posicionamentos geravam sérias questões diplomáticas como aconteceu em 1863, quando Antonio de Souza Neto, oficial das forças farroupilhas e estancieiro em terras orientais, “liderou seus *conterrâneos em apoio do chefe colorado*”⁷³, alegando defender-se das ofensivas do exército *blanco*. Estas atitudes dos rio-grandenses em favor da guerra que Venâncio Flores movia contra o governo oriental eram vistas com preocupação pela Corte, conforme comunicava o Marquês de Abrantes ao presidente da província:

O governo imperial viu com amargura que apesar de suas insistentes e reiteradas ordens e recomendações, a causa da rebelião que vem atingindo o Estado Oriental, continua encontrando o apoio e a participação de alguns brasileiros irreflexíveis, que desconhecendo seus próprios deveres e os de seu país expõem o governo a acusações de deslealdade em suas declarações solenes e talvez a conflitos internacionais de conseqüências gravíssimas.⁷⁴

As queixas de Abrantes eram pertinentes do ponto de vista político, porque havia um *Tratado do Império do Brasil e da República do Paraguai* no qual “se destacava o compromisso dos signatários em colaborar para a preservação da independência uruguaia”, pois interessava tanto ao Brasil quanto ao Paraguai, manter as intenções expansionistas da Confederação Argentina afastadas do Prata.⁷⁵

E também porque, definitivamente, este não é o tipo de comportamento adequado segundo os códigos de obediência e lealdade do Império, portanto, aos distantes olhos da Corte os “40 mil rio-grandenses residentes na Banda Oriental” demonstravam demasiada independência ao julgarem-se capazes de decidir quando e como agir, já que eram “*tolhidos pela impossibilidade do Império intrometer-se em assuntos constitucionais de outro país*”⁷⁶, além disso, o quadro se agrava quando o “insolente” general Neto torna-se o porta-voz desses brasileiros que habitam território estrangeiro e reclamam o direito de obterem a proteção do governo imperial, conforme registra a correspondência de Mármol ao presidente argentino Mitre⁷⁷:

⁷³ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.18.

⁷⁴ *Carta do Marquês de Abrantes*. In: POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1981, p.111 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.314.

⁷⁵ *Tratado do Império do Brasil e da República do Paraguai*. In: VASCONCELOS, Genserico. *História Militar do Brasil. A Campanha de 1851-1852*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1941, vol.2, p.327-329. *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.314.

⁷⁶ FIGUEIREDO, Joana Bozak de. *op. cit.*, p.100 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p. 324.

⁷⁷ “A sublevação do *colorado* Venâncio Flores contra o governo *blanco* de Berro e mais tarde Aguirre, fora recebida com indistigável satisfação por parte de Mitre, de quem Flores tinha sido seguidor na guerra que Buenos Aires movera contra a Confederação nos tempos de Urquiza.” In. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.307.

Os interesses de um caudilho rio-grandense colocaram em março de 1864 o governo imperial diante da alternativa de sufocar com armas algum desacato à autoridade soberana no Rio grande, ou de fuzilar orientais, satisfazendo o general Netto em suas pretensões de auxiliar o revolucionário Flores. A coisa não lhe pareceu grave, e o Brasil escolheu fuzilar os orientais.⁷⁸

De grande repercussão foi a audiência do general Netto com as autoridades imperiais, no sentido de exigir a intervenção do Brasil nas constantes invasões perpetradas pelos *blancos*, tal atitude trouxe à tona antigas e mal cicatrizadas feridas políticas – as mesmas que inviabilizaram o projeto do IHGPSP –, conforme se percebe pelo pronunciamento do ministro representante do Brasil na Inglaterra, Carvalho Moreira, ao afirmar que “o Imperador do Brasil foi obrigado pelo general Netto do Rio Grande a intervir (...) sob pena de que esse general e a Província do Rio grande se levantassem e fossem totalmente perdidos para o Império”.⁷⁹

Segundo a análise de Guazzelli, eventos desta natureza precipitaram a entrada do Brasil na guerra contra o Paraguai, pois:

Os tropeços por que passara o processo de organização nacional ao longo do século XIX, mais uma vez inclinaram a Corte a interferir na disputa interna dos caudilhos orientais, pesando a favor daquele que poderia recompor os interesses rio-grandenses na Banda Oriental, e este foi o estopim da declaração de guerra pela República do Paraguai ao Império do Brasil.⁸⁰

Resta sobejamente demonstrado, portanto, que a analogia estabelecida no texto entre “*gaúchos*” e *blancos*, relaciona-se inequivocamente a oposição entre “*rio-grandenses*” e uruguaios, e não entre aqueles e os paraguaios.

Neste sentido a descrição que o personagem Claudino oferece sobre os *blancos*, ao responder quem são, ao amigo português, é deveras reveladora do significado negativo que os rio-grandenses têm em conta seus vizinhos platinos, pois diz ele:

São uns endemoniados, quase selvagens! Vêm-lhes o nome de um partido político que há no Estado Oriental, que fica nas nossas fronteiras. A pretexto de despeitas, expropriações de terrenos, e não sei que mais, recebido da nossa gente, essa *horda de castelhanos aventureiros* tem cometido toda a qualidade de atrocidades nas fronteiras do Brasil: e com a maior impunidade, graças a natureza bondosa e pacífica de meus patrícios da raia. Tem assassinado e saqueado nas estâncias que lhes ficam mais próximas... Ah! Mas se chegam a entrar pela terra adentro!...⁸¹ (grifos nossos)

⁷⁸ Carta de Mármol. In: POMER, Leon. *op. cit.*, p.112 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.324.

⁷⁹ Carta de Carvalho Moreira. In: POMER, Leon. *op. cit.*, p.114 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p. 324.

⁸⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.325.

⁸¹ LACERDA, César de. *op. cit.*, p.39.

Além da “opinião do personagem”, o autor dá a sua interpretação pessoal sobre o comportamento dos *blancos* explicando, nas notas, muitas expressões como esta que acaba de ser enfatizada por Claudino: “*Mas se chegam a entrar pela terra adentro!...*”, a qual segue o devido esclarecimento, de que: “*Entraram efetivamente. As crueldades, roubos e depredações no Rio Grande do Sul foram tais que não há exemplo de outras iguais em todo o Império.*”⁸²

Ou da expressão utilizada pelo escravo leão: “*Os blanco-castelhano lá da raia, que mata a gente, leva negro, e rouba as estância!*”, acompanhada da respectiva explicação:⁸³

Parece impossível que no século dezenove se cometam as atrocidades que os *blancos* perpetraram na sua invasão no território brasileiro. Além dos assassinatos, deflorações perante as famílias, e toda a casta de latrocínio, levavam a malvadez a ponto de – quando os donos das estâncias tinham a fortuna de fugir a tempo, iam-se aos escravos, e aqueles que os não queriam seguir, eram decapitados, só com o fim de lesarem os senhores daquelas propriedades vivas. Houve dono de charqueada que ficou reduzido à miséria, pela morte e roubo de seus escravos. Pianos riquíssimos, quadros de valor, e muitas obras de arte, eram despedaçadas, e queimadas só pelo espírito de fazer mal. A respeito das mulheres deram-se episódios impossíveis de se escrever num livro, e inacreditáveis, contados verbalmente, pela sua malvadeza e obscenidade.⁸⁴

No final do primeiro ato, Jabutá, o *monarca*, refere-se a Abílio como “*espião de blancos*”, e logo o autor esclarece a referência num registro em que descreve uma situação vivenciada por ele em Pelotas, da seguinte maneira:

O autor estava na cidade de Pelotas quando aí foi preso, e quase morto pelo povo, um indivíduo que era espião dos *blancos*; isto é – seu correspondente de tudo o que se passava, e precauções que tomavam os brasileiros para resistir àquela torrente de atrocidades. Em Jaguarão constou que foi morto na fronteira um *estancieiro* rico, por se lhe achar correspondências dos *blancos*. Houve mais exemplos. Uns por vinganças políticas para com as autoridades locais, outros para salvarem sua fazenda e vida, alguns brasileiros degenerados entretinham relações de amizade com aquela horda de assassinos.⁸⁵ (grifos do autor)

Outra expressão que denuncia as vilanias de que eram capazes os tais *blancos* é “*roubos dos blancos*” que se refere ao fato de atacarem indistintamente as propriedades, mesmo aquelas cujos donos eram seus espiões ou “aliados”, como aconteceu a charqueada de Abílio Marugipe⁸⁶, e conforme explica o autor:

⁸² LACERDA, César de. *op. cit.*, p.129.

⁸³ *Id. ibidem*, p.52.

⁸⁴ *Id. ibidem*, p.130.

⁸⁵ *Id. ibidem*, p.131.

⁸⁶ *Id. ibidem*, p.72.

Aconteceu em Alegrete, pequena cidade do Rio Grande. Um dos prosélitos dos *blancos* e seu espião estava sendo apedrejado e vitimado na cidade, sendo brasileiro, enquanto os *blancos* lhe roubavam e incendiavam a casa e fazenda a três quartos de légua de distância.⁸⁷

Portanto, com base nas impressões deixadas na Literatura dramática, pelo autor português, resta claramente demonstrado, sob quais características ainda, neste momento, está assentado o significado “tradicional” de “*gaúcho*”, em estreita associação aos “*blancos castelhanos do Estado Oriental*”, significando bando, horda, súcia, desordeiros, degenerados e selvagens, tanto mais quando no texto os personagens “*rio-grandenses*” não se referem em nenhuma parte aos conterrâneos como tal, assim como em Caldre e Fião.

Além do texto de Lacerda, é possível colher ainda em outra fonte, também literária, argumentos idênticos sobre as mesmas circunstâncias é, com efeito, o que demonstra o poema de Fernando Ozório publicado na Arcádia em 1868, dedicado à memória do general Neto, que também é mencionado no drama teatral, no qual o autor alude à invasão da província do Rio Grande do Sul:

O Brasil em 1864

Que fazes, meu Brasil? Que fazes quêdo?
 Não ouves estrondar o audaz canhão
 Cospindo orientaes balas inimigas
 No solo teu amado?
 Que fazes meu Brasil? És mudo; és frio
 Perante o negro quadro que se mostra
 Deante dos teus olhos!

Encara o – gaucho – que atrevido
 Levanta o pó; solapa as boucas virgens
 Que nascem de teus lindos verdes campos
 Que sopisa; destronca uma por uma
 As flores que vicejam silenciosas
 A beira de teus brejos apaulados

Olha... não vês? – a poeira de homens
 Correndo desvairada sem destino,
 Invadindo as fronteiras tuas pátrias?

Olha: não vês? – lá vai na frente
 Bandido capitão, chefe maldito
 Bradando a turba multa!
 – Encara – e treme! –
 É tempo de acordar ao grito irado
 Do chefe, ousado bárbaro que marcha
 A sombra do estandarte esfarrapado

Sabes tu por ventura – a colluvião,
 Que boçal gente é essa que arrojada
 Vem as águas beber que mansamente
 Se resvalam cristalleas no seu leito?

⁸⁷ *Id. ibidem*, p.137.

São feras castelhanas! – inimigos!
 Que sedento de sangue humano;
 Qu’envolvidos na cruel guerra civil,
 Vem ligeiros as garras esfaimadas
 Engolfar em tantos peitos brasileiros!...

(...)

Desperta meu Brasil. Ouve os lamentos
 De tantos filhos teus, – são rio-grandenses
 Que não podem partir em mil pedaços
 Ignaras fileiras invasoras
 Sósinhos; despavoridos, desarmados
 Embora com valor, saibam com glória
 Respirar o fumo das bombardas.

(...)

Às armas! À guerra! Que nossos irmãos
 Em campos estranhos desatam gemidos!
 Às armas! Q’heroes que a pátria idolatrada,
 Não podem, não devem, ficar oprimidos.
 Às armas! Às armas! Embora por terra,
 Valentes, na luta mostrar-vos então!
 A guerra nos chama, se a luta é dos bravos
 Alçai com denodo auriverde pendão

Se vis embusteiros, impávidos querem
 O nosso estandarte manchar desumanos
 Mostremos que os filhos das plagas brásileas
 Não temem, desprezam – cruéis castelhanos.

(...)

Agora, vinde guerreiros,
 Vinde erguer mais trophéus!
 Eis ali – outra barreira,
 Eis ali – Montevidéu!

Toque a caixa roucos rufos
 – Eia – um brado nacional!
 – “Paz, a Paz, – somos vencidos”
 Diz o gaúcho oriental!

Miseráveis – eis-vos todos
 Implorando – piedade!
 – o Brasil não bate o povo
 Que não tem dignidade!

(...)

Assim findou-se a luta. Sem força e oprimido
 Curvou-se o castelhana! Lição tremenda
 Dictam-lhes o Brasil. Que nunca mais
 Nação de bárbaros, louca e arrogante
 Intente enodoar a nobre face
 Do Rio grande do Sul! Exultem todos!...
 Mas chorem em lágrimas sentidas
 Na tumba do valente general.⁸⁸

Fernando Ozório expressa em seus versos o pungente sentimento presente entre os rio-grandenses que reclamam do Brasil maiores reforços na luta contra os inimigos platinos e repercute as palavras do membro do IHGPSP, Manoel Pereira da Silva Ubatuba, que em 1861 lembrava aos demais brasileiros “os *sofrimentos*” e “as *privações*” dos rio-grandenses

na defesa do território⁸⁹, também ele reivindica a atenção da nação aos problemas vividos nesta parte do país.

Além disso, a maneira como o poeta expressa sua fúria, indignação e desprezo diante das circunstâncias que envolveram castelhanos e rio-grandenses em constantes entreveros militares, dá uma idéia aproximada da mútua aversão entre eles.⁹⁰

De um lado, o "gaúcho atrevido", turba de "desvairados", "sem destino", que "invadem as fronteiras da pátria", chefiados por ousados "bandidos", "malditos", "bárbaros", são as "feras castelhanas", "sedentas de sangue humano", incontroláveis e cruéis invasores castelhanos, "ignaros gauchos orientaes". De outra parte, os rio-grandenses que, embora, "sozinhos", "apavorados", "desarmados" e abandonados pelo Brasil, demonstram todo valor e glória ao resistir ao inimigo para que nunca mais "vis embusteiros" tentem manchar "a nobre face do Rio Grande". E, novamente, os "gaúchos" são utilizados exclusivamente para denominar aos castelhanos e não aos "rio-grandenses", confirmando a mesma significação empregada por Lacerda.

Na Arcádia, de 1868, há muitos artigos referentes "A invasão da fronteira de Jaguarão", em que os autores referem-se aos "blancos" como "Atilas da América do Sul" ou "horda de salteadores", ou ainda, "curso dos cossacos americanos de além Jaguarão que nada deixaram nas estâncias em que chegaram"⁹¹, que além de corroborar as explicações de Lacerda sobre as atrocidades cometidas pelos castelhanos, ainda contém a mesma associação entre "gaúchos" e "cossacos", ou "hordas bárbaras", conforme a percepção registrada por Dreys e Avé-Lallemant.

3.1.3. O Monarca das Coxilhas: uma criação luso-brasileira

Quanto ao personagem, *monarca das coxilhas* criado para designar o herói Jabutá, português de nascimento, que se refugia em terras brasileiras para fugir de um crime que pensa ter cometido, destacando-se pelas maneiras rudes e impondo-se pelas habilidades

⁸⁸ OZÓRIO, Fernando. *O Brasil em 1864*. In: *Arcádia*. Rio Grande, 1868. 3ª série, p.120-125.

⁸⁹ *Revista do IHGSP*, ano 2, n.2, outubro de 1861 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.61.

⁹⁰ Sobre as reações internas dos uruguaios a ocupação da fronteira norte pelos brasileiros através dos periódicos durante a década de 1870, nos quais o Brasil representa potencialmente uma ameaça, ver artigo de PRADO, Fabrício Pereira. *Aspectos da construção da identidade uruguia: Francisco Bauzá e o nacionalismo*. Na tradução de Macler também é mencionada a presença brasileira no norte do Uruguai, que desfigura a paisagem humana da região: "Nos arredores de Salto, o verdadeiro gaúcho indígena quase desapareceu e o peão tomou seu lugar. São pessoas sem recursos ("capoeiras", "capangas") que vêm do Brasil e preferem o Uruguai, onde a vida livre do pampa, no meio dos bois, responde melhor ao seu caráter. O elemento brasileiro torna-se cada vez mais preponderante no norte do Uruguai; no departamento de Salto, os brasileiros possuem quase que exclusivamente a região, e no interior há ainda muitos. O país aí perde sua poesia e seu caráter; mas o que se chama civilização ele ganha, talvez." Cf. MACLER, F. *Através da América do Sul - Os países dos pampas*. In: TAMBARA, Elomar. *op. cit.*, p.62

⁹¹ PINTO, Antonio Maria. *Apontamentos Históricos: A invasão da fronteira de Jaguarão em 27 de janeiro de 1865*. In: *Arcádia*. Rio Grande, 1868. 3ª série, p.30, 32 e 67.

campeiras e militares, esta denominação assim como “*gaúcho*” não está relacionada diretamente as lidas campeiras, ou seja, seu uso não está associado ao trabalho como, vaqueano ou tropeiro, é antes um apelido social distintivo.

Sua existência é verificada no cancionero popular, nos famosos “cantos de monarquia”, versos citados pelo próprio Caldre e Fião e pesquisados por Augusto Meyer onde, como já foi mencionado, o vocábulo “*gaúcho*” não aparece.⁹²

De qualquer maneira, assim como se verificou no viajante Hörmeyer uma distinção interessante do tipo ‘campo-cidade’ sobre o contraste entre *rio-grandenses* e *campeiros*, onde foi afirmado que “*se todo o campeiro poderia ser considerado um rio-grandense, o contrário nem sempre é verdadeiro*”. Do mesmo modo, a assertiva serve para diferenciar os simples *campeiros* ou *tropeiros*, trabalhadores acostumados ao trato com o gado, e o *monarca das coxilhas*. Este último tem conotações distintivas dadas também por atribuições de perícia nas lidas campeiras e de algum modo servem para dignificar e nobilitar uma figura luso-brasileira que se distingue, em tese, do hispano-platino.

Nas estâncias do Rio Grande do Sul as designações usuais estão sempre ligadas às diversas ocupações das lides campeiras, ou seja, os peões, posteiros, tropeiros e vaqueanos que são os trabalhadores comuns, que cuidam, tratam, laçam e conduzem do gado; o capataz⁹³, que em geral é o chefe da peonada e administra a estância conforme as ordens do estancieiro; e este que é o dono da propriedade e do gado.

Há ainda o feitor, que a rigor estaria encarregado dos escravos, ou ainda seria o equivalente ao capataz, mas no texto de Lacerda, o feitor ou capataz é o “*monarca*” que também pode ser o estancieiro. Afinal sua definição é dúbia ou, antes ampla, pois, afirma que o *monarca* é o “*dono ou feitor que administra e governa todo o serviço da charqueada do campo, da venda dos gados, etc.*”, de forma que ainda não é possível afirmar-se com certeza se sua utilização relaciona-se diretamente a uma posição social, nem a alguma ocupação específica ou mesmo que esteja, comprovada a existência efetiva deste qualificativo aos homens da província, noutra fonte além da literária.

De qualquer maneira o fato desta expressão figurar nas poesias populares do período da revolução farroupilha, atribui a ela um tipo de representação que é exclusiva dos *rio-grandenses* do período e que demonstra uma distinção peculiar, ‘*desde dentro*’ entre luso-brasileiros e hispano-plateinos, pois nesta época já se verificava a existência do

⁹² MEYER, Augusto. Canção Gaúcho: seleção de poesia popular com notas e um suplemento musical. Porto Alegre: Globo, 1952.

⁹³ Sobre as atribuições de um capataz numa estância ver a primorosa pesquisa de Guilhermino Cesar, que encontrou as cartas do Conde de Piratini ao capataz de sua estância, datadas de 1832, com ordens de organização de todo o tipo desde a venda de gado, até o registro de marcas, além do tratamento dispensado aos escravos. In. CESAR, Guilhermino. O Conde de Piratini e a Estância da Música. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: IEL; Caxias do Sul: UCS, 1978.

“gaúcho” na sociedade rio-grandense, o que em tese possibilitaria sua utilização no cancionário popular, no entanto não é o que acontece.

Além disso, na acepção de Coruja ele é “o homem sem educação carregado de armas, vestido com o aparato da gente do campo. Passa em provérbio: Moço monarca não se assina, mas risca a marca”, nota-se, portanto, uma classificação a rigor não muito meritória, mas que une, de certa maneira, aquelas decantadas características do hábil campeão ao destemido guerreiro e que, em algum momento, serão vinculadas à figura do “gaúcho-rio-grandense”, como, afinal, pretendia o IHGPSP.

Todavia o que por enquanto se vê delineado é que os homens do Rio Grande do Sul no século XIX apresentavam resistências e reticências quanto ao uso da palavra “gaúcho”, e quando a empregam é sempre num sentido duvidoso, sem nenhum vestígio da aura heróica que irá revesti-lo no andamento de sua história.

Até aqui, portanto, os “rio-grandenses” ou “continentinos” são os legítimos e genéricos representantes dos homens do sul. Assim como são os campeiros, vaqueanos, tropeiros e guascas, considerados os homens do campo e do interior da Província e, conseqüentemente, é possível que neste jogo de classificações sociais, o “monarca das coxilhas” represente através de qualidades distintivas no manejo das atividades pastoris aliadas a uma conduta mais voluntariosa ou “patriótica”, que preza e valoriza os vistosos adereços de prata nos arreios do cavalo, este ser meridional de extração luso-brasileira numa evocação contrastiva à imagem dos vizinhos hispano-plateanos, os “gauchos”.⁹⁴

Por conseguinte, resta demonstrado através da representação do português César de Lacerda, que em 1867 os naturais do Rio Grande ainda não se reconhecem na figura do “gaúcho”, que por enquanto está associado fortemente aos ‘orientais’ ou, além disso, a homens marginais do campo, não obstante, constroem para si uma identificação que tem uma referência política interessante, pois no Brasil o regime é monárquico, ao contrário das repúblicas platinas que, aliás, estão em constante conflito entre si e com os “monarcas das coxilhas” que protegem as fronteiras brasileiras.

⁹⁴ Cabe destacar que Francisco Bauzá, escritor uruguaio, em texto de 1885 trata especificamente do “tipo social” uruguaio denominado gaúcho e, embora, se refira a ele como “rey de los campos” não faz menção a prataria dos arreios dos cavalos tão ressaltada pelos rio-grandenses, apenas alude ao fato de que “un verdadero gaucho por más pobre que él sea: su caballo ensillado con esmero, tusado y cepillado; su persona limpia, sus prendas de vestir colocadas con gracia sobre el cuerpo; sus cabellos y barbas largos, pero peinados y cuidados, y en fin, aquel aire atrevido y simpático a la vez, que parece decir a todos “yo soy el dueño de la tierra, ustedes no son más que gringos”, es lo que lo da a conocer.” Cf. BAUZÁ, Francisco. *El Gaucho*. In: AZUA, Carlos Real de. *El Uruguay y sus problemas em el siglo XIX*. (antologia). Montevideo: Centro Editor de America Latina, 1968, p.82.

3.1.4. Da Arcádia ao Partenon: os fundamentos da identidade regional

Até aqui, portanto, acompanhou-se o esforço interno e externo de representação dos rio-grandenses, que produziu uma gama variada de classificações e de definições sociais que vão desde a imagem de cavaleiros habilidosos e guerreiros defensores da pátria até julgamentos de rebeldia indômita e de irascibilidade. No jogo sutil das construções simbólicas diante de uma visão “*desde fora*” as primeiras prevalecem, embora estejam sempre acompanhadas de muito perto pelas últimas e, de fato, até o surgimento de uma produção intelectual nativa e “*desde dentro*” estas características praticamente inviabilizam outras percepções sobre os habitantes da província.

É neste sentido que as associações literárias rio-grandenses e seus respectivos periódicos como a *Arcádia* (1867-1870), o *Partenon Literário* (1869-1879), *Murmúrios do Guaíba* (1870) e a *Sociedade Ensaios Literários* (1874-1876) iniciam um trabalho de construção da identidade regional, que segue de perto o movimento de consolidação da Literatura brasileira e, por via de consequência, da identidade nacional.

Cabe, portanto, esclarecer o que entendemos como “identidade”, ressaltando que neste trabalho utiliza-se a categoria “identidade regional”, a fim de estabelecer um vínculo entre as noções de pertencimento a um determinado lugar – o Rio Grande do Sul – e suas especificidades culturais, neste sentido, a formulação que julgamos mais apropriada é “identidade cultural”.

Sylvia Novaes explica que Lévi-Strauss rejeita a categoria identidade de grupos sociais e segundo ele os antropólogos deveriam considerar que “*a identidade é um foco virtual ao qual não corresponde nenhuma realidade*”⁹⁵, pois:

Não há um único homem que seja perfeitamente igual (idêntico) ao outro e, neste sentido, é impossível para as ciências humanas aplicar um conceito matemático de identidade (...). Se a identidade é a tematização do mesmo, e, se esta mesma é atributo ausente entre homens e mulheres, há que se buscar as esferas e as condições em que esse atributo é evocado. **O que se verifica é que a identidade só pode ser evocada no plano do discurso e surge como recurso para a criação de um nós coletivo** (...). Este nós se refere a uma identidade (igualdade) que, efetivamente, nunca se verifica, mas que é um recurso indispensável do nosso sistema de representações. Indispensável porque é a partir da descoberta e reafirmação – ou mesmo criação cultural – de suas semelhanças que um grupo qualquer, (...) terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação.⁹⁶(grifos nossos)

É, portanto, como uma via de acesso ao espaço político – da nacionalidade brasileira, por exemplo –, que a identidade constitui-se como categoria discursiva que

⁹⁵ A formulação de Lévi-Strauss é de que a identidade “*est une sorte de foyer virtuel auquel il nous est indispensable de nous référer pour expliquer un certain nombre de choses, mais sans qu’il ait jamais d’existence réelle*” (...). In: NOVAES, Sylvia Caiuby. *op. cit.*, p.23.

⁹⁶ NOVAES, Sylvia Caiuby. *op. cit.*, p.23-24.

permite a articulação de múltiplas individualidades, ao criar o nós coletivo – brasileiros –, “*que implica, necessariamente, a desconsideração das diferenças que marcam a distância entre estes vários grupos unidos num único sujeito político*”⁹⁷. Entretanto o que ocorre de particular no processo de criação da identidade nacional brasileira é o surgimento de um sujeito político regional – o outro nós coletivo dado pela cultura local – que também passa a reivindicar um espaço para a própria representação, pois, tal como assevera Oliven, “*no Brasil o nacional passa pelo regional*”⁹⁸ em virtude de uma consolidação tardia do Estado enquanto instituição definidora das práticas culturais que definem o pertencimento nacional, “*posto que a região é anterior ao Estado, pois é constituída pelas tradições locais, cultura, língua e por um povo que ainda se identifica como pertencente àquele espaço não institucionalizado anterior ao oficial*”⁹⁹, conforme explica Figueiredo.

O que cria a possibilidade da constituição de identidades culturais, paralelas ao processo de construção da identidade política, que se dão através das práticas culturais que regulam comportamentos sociais de um grupo de pessoas, pois conforme explica Clifford Geertz:

todos os povos desenvolveram estruturas simbólicas nos termos das quais as pessoas são percebidas exatamente como tais, como simples membros sem adorno da raça humana, mas [também] como representantes de certas categorias distintas de pessoas, tipos específicos de indivíduos.¹⁰⁰

De modo que acompanhar a trajetória de construção discursiva da identidade regional, através maneiras de ver e descrever o ser regional, pelos letrados rio-grandenses, desde sua formulação nos periódicos literários até a aplicação nas narrativas literárias de gêneros variados, possibilita acompanhar um percurso que carrega consigo um dilema, qual seja, a afirmação da nacionalidade pelo pertencimento regional.

E, ao mesmo tempo, permite perceber outra luta, tão pertinaz, quanto os embates em campo aberto, ou seja, a luta por outro espaço de reconhecimento dos valores locais, por outra maneira de inserção na vida cultural, quiçá política, da pátria. Considerando que a criação deste espaço na cultura nacional, embora pretenda a inclusão, se constitui sempre a partir das diferenças, pois, segundo Oliven:

À semelhança do nacional, o regional é um recorte da realidade, uma categoria para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, uma forma de demarcar fronteiras e estabelecer limites. O regional funciona como um ponto de referência básico em torno do qual se aglutinam identidades e ideologias.
Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais

⁹⁷ NOVAES, Sylvia Caiuby. *op. cit.*, p.71.

⁹⁸ OLIVEN, Ruben George. *A atualidade da questão regional*. In: Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 1988, p.43.

⁹⁹ FIGUEIREDO, Joana Bozak de. *op. cit.*, p.19.

¹⁰⁰ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p.151.

ou inventadas que funcionam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção. (...) Embora sejam identidades abstratas, as identidades precisam ser moldadas a partir de vivências cotidianas.¹⁰¹ (grifos nossos)

Assim apesar dos esforços pioneiros de Caldre e Fião em abordar temas ambientados no Rio Grande, na época em que residia na Corte, a vida literária da província inicia-se de fato tardiamente em relação ao centro do país e embora razões não falem para justificar este descompasso, Apolinário Porto Alegre, um dos mais destacados escritores rio-grandenses e fundador da Sociedade do Partenon Literário, expõe exemplarmente a angústia que sentiam seus contemporâneos pelas constantes interrupções das manifestações culturais na província, ao dizer com desassossego:

Se não aparecemos singularmente até hoje nos domínios das letras, artes e ciências, é que não tivemos tempo de repousar. Sempre sob as armas, a cavalo, a lança em riste, a espada na destra, a carabina em mira!

E contudo é necessário um resfôlego para mostrarmos ao mundo que pelejamos tão esforçadamente nos diversos e mais elevados ramos da atividade humana, como nos campos de batalha.¹⁰²

O discurso de Apolinário indica, portanto, a indelével influência na vida da província dos acontecimentos que convulsionavam a sociedade rio-grandense do século XIX, desde as guerras de fronteiras até a revolta farroupilha e a Guerra do Paraguai, demonstrando a inquietação daqueles homens de letras em relação a incipiente produção cultural da região, todavia, sem deixar de demonstrar também um certo “destino heróico” em face das circunstâncias adversas a que estiveram submetidos.

Este era um pensamento que estava presente na maioria dos letrados rio-grandenses, inclusive Araújo Porto Alegre manifestava-se neste sentido em carta publicada pela Revista do Partenon Literário, em 1874, na qual ao referir-se a “*nossa província*” dizia acreditar que “*aquela ainda viria a ser nas letras e nas ciências o que já fora nas armas pela hombridade de seus filhos*”¹⁰³, palavras que encontram repercussão na elogiosa biografia que lhe oferece Caldre e Fião em outubro do mesmo ano, e que contribuem na construção de um perfil identitário regional que visa conjugar atuações em princípio equidistantes, conforme assevera Lazzari:

O desenho de um retrato que conciliava o poeta com o guerreiro era uma forma de contestar tradicionais opiniões, principalmente na corte letrada, que não

¹⁰¹ OLIVEN, Ruben George. *op.cit.*, 1988, p.90.

¹⁰² PORTO ALEGRE, Apolinário. Cancioneiro da Revolução de 1835. Porto Alegre, Cia. União de Seguros Gerais, 1981, p. 32.

¹⁰³ “Uma Carta”. In: Revista do Parthenon Litterario, 4, abril de 1874, p.715 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.73.

reconheciam a possibilidade do desenvolvimento intelectual de sua província, justamente por ser tão envolvida na tradição militar.¹⁰⁴

Mas as palavras desses letrados, talvez os maiores da província neste tempo, repercutem o estigma a que estavam submetidos os homens da província, considerados eminentemente guerreiros, quando não, bárbaros, incapazes de empunhar a pena e dedicarem-se ao cultivo de outras artes, que não as da guerra. Todavia a suprema ironia a acompanhar estes bravos combatentes das letras, será a predominante temática das batalhas que marcaram a cultura e a História da sociedade rio-grandense.¹⁰⁵

Cumpre-nos, portanto, apresentar então um pouco mais da trajetória das reflexões arcadianas que, além da incipiente crítica literária, contribuiu para sedimentar alguns parâmetros fundantes da identidade literária regional. E neste sentido é Glodomiro Paredes, pioneiro da crítica literária sulina, que em 1869 no artigo intitulado “*Poetas e Poesia*”, chama a atenção dos escritores da província que deveriam despertar para a importância da preservação da memória cultural das pessoas comuns do campo – transmitida oralmente nos pequenos poemas e quadrinhas – que, através de suas prosaicas vivências, externavam os valores regionais mais “originais”, dando início assim a uma construção discursiva representativa da região, do personagem, seu modo de viver, de pensar e de sentir o seu mundo social, produzindo, segundo ele, uma poesia “natural”:

toda harmonia, doce como um favo de mandassaia, não é feita à arte, não é escrita, está no coração de nosso campônio, que a verte em palavras, cantando as belezas que a natureza como que quis desperdiçar conosco, e funda-se em motivos nacionais, em coisas de nossa pátria. (...) A seguidilha do campônio, a poesia rio-grandense, ainda está em estado de feto, mas há de nascer.¹⁰⁶

Diante das reflexões de Paredes, podemos indicar em princípio uma questão que diz respeito a um certo dilema de enquadramento, pois o crítico destaca para si “*duas classes de poesia*”: a natural e a dos poetas. Aparentemente a primeira está vinculada aos puros sentimentos do campônio e a segunda é somente imitação porque “*carrancuda*” e inadequada à representação das “*coisas de nossa pátria*”. Contudo, cabe ressaltar que, Paredes é mais ambíguo do que parece, pois ele mesmo admite que não sabe exatamente

¹⁰⁴ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.72.

¹⁰⁵ Sobre o tema da guerra na literatura sul-rio-grandense ver: SANTOS, SANTOS, Paulo Roberto Alves dos. Da aurora ao crepúsculo: o tema da guerra na literatura sul-rio-grandense do século XIX. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 1996, MOREIRA, Maria Eunice. Uma Literatura de Guerra. In: BAUMGARTEN, Carlos A.. & MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 2000, p.145-174 e BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. Literatura e Revolução. In: BAUMGARTEN, Carlos A.. & MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 2000, p.175-190.

¹⁰⁶ PAREDES, Glodomiro. *Poetas e Poesias*. In: Arcádia, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico. Rio Grande, 3ª série, 1869, p.273.

o que seja a poesia natural, embora insista que “a poesia dos poetas é imitação, e que imitação santo Deus!”¹⁰⁷

No contexto das idéias românticas do período encontramos o poeta espanhol Gustavo Adolfo Bécquer (1836-1870) a esboçar sobre outras premissas os parâmetros que definem o que seja poesia natural e dos poetas da seguinte maneira:

Há uma poesia magnífica e sonora: uma poesia filha da meditação e da arte, que se engalana com todas as pompas da língua, que se move com uma cadenciada majestade, fala à imaginação, completa seus quadros e a conduz a seu capricho por um caminho desconhecido, seduzindo-a com sua harmonia e formosura.

Há outra natural, breve, seca, que brota da alma como uma faísca elétrica, fere o sentimento com uma palavra, foge e, desnuda de artifício, desembaraça-se numa forma livre, desperta, com uma que as toca, as mil idéias que dormem no oceano sem fundo da fantasia.

A primeira tem um valor dado: é a poesia de todo o mundo. A segunda carece de medida absoluta: adquire as proporções da imaginação que impressiona; pode chamar-se a poesia dos poetas”.¹⁰⁸

Para Bécquer, portanto, diferentemente de Paredes, a poesia dos poetas é a poesia natural, é aquela que “*brota da alma como uma faísca elétrica*”. Eis que partindo de premissas semelhantes, estes pensadores chegam a conclusões específicas porque cada um busca, nestas classificações, um melhor entendimento sobre as atitudes semânticas de seu tempo e lugar. Assim para o europeu Bécquer, a contraposição se dá entre o poeta romântico, que produz poesias mais naturais – natureza aqui entendida como realidade social –, mais espontâneas do que aquelas realizadas pelos poetas clássicos arcádicos de versos tão apegados aos temas mitológicos da antiguidade, de métrica absoluta e palavra esculpida em papel.¹⁰⁹

De outra parte, inserido num contexto que busca expressões de nacionalidade que se dividem entre a exaltação das belezas naturais da pátria e seus típicos habitantes e a denegação da cultura portuguesa e suas influências, Paredes, vê na poesia natural uma possibilidade de agrupar essas manifestações populares, sob um mesmo rótulo que comporte espontaneidade e ausência de registro escrito, como uma maneira de validar sua existência. Reservando à poesia dos poetas aquelas produções poéticas que importam temas e inspiração que não dizem respeito à realidade nacional.

Num tempo de afirmação de identidades nacionais e culturais, existe uma angústia compartilhada entre os intelectuais envolvidos pelo Romantismo, qual seja, a de encontrar e

¹⁰⁷ PAREDES, Glodomiro. *id. ibidem*, p.273.

¹⁰⁸ BÉCQUER, Gustavo Adolfo. *Prólogo a La Soledad, libro de cantares de Augusto Ferrari. Apud in* PROENÇA Filho, Domício. *Estilos de época na Literatura*. São Paulo: Ática, 2004, p.222.

¹⁰⁹ Para uma discussão teórica aprofundada sobre a poesia romântica segundo as formulações de Schlegel, para o qual: “*Há uma poesia cuja aspiração máxima é a relação do ideal com o real e que assim, por analogia com a terminologia filosófica, dever-se-ia chamar poesia transcendental*”, ver: LIMA, Luiz Costa. *op. cit.*, 1984, p.97 e ss.

definir a linguagem, o estilo e a estética mais apropriada para tratar da constituição das coletividades culturais¹¹⁰ é, pois, neste sentido, que o alerta de Paredes sobre a importância do registro da “*seguidilha do campônio*”, também encontra correspondência e talvez inspiração no “clima” intelectual do *Sturm und Drang*, movimento cultural iniciado no século XVIII na Alemanha fragmentada de Herder e dos irmãos Grimm¹¹¹ que, imbuídos do desejo de reconstruir ou restaurar antigas narrativas, almejavam encontrar a “alma comum” dos habitantes de um lugar e para isso passam a coletar e registrar relatos da “tradição popular”, expressos de maneira “natural”, numa poesia vivencial, “*consistente em afirmar que “a língua da poesia vive da expressão imediata da alma e do sentimento”*”¹¹².

Eis, portanto, uma percepção que revela certa sincronia entre o engajamento dos letrados rio-grandenses no debate nacional – sobre a importância da construção de uma Literatura que partindo dos temas regionais representasse a cultura brasileira –, com atitudes e formulações européias, que também buscavam nas manifestações da cultura “popular” a “genuína” expressão do lugar.

Tal expressão do lugar de origem, originada no sentimento de pertencimento constitui a base das distinções culturais que contribuem para formar identidades, tanto na Alemanha quanto no Brasil e, neste sentido, é que segue o pensamento de Paredes ao declarar: “*o Rio Grande que, moralmente, forma uma nação à parte, também terá uma literatura, propriedade sua*”¹¹³.

Expressão esta que encontra repercussão no artigo “*A Literatura no Rio Grande*” de Antonio M. Pinto que reflete sobre o comportamento dos escritores conterrâneos em relação ao “*desenvolvimento que a literatura vem apresentando nestes últimos tempos*” e demonstra insatisfação com a apatia que os cerca, não obstante encontrarem-se entre os poetas da província Carlos Ferreira, Taveira Júnior e Porto Alegre os quais, segundo o crítico, ainda formam a exceção, porque os demais ainda conservam excessivo apego ao lirismo, reservando pouca ou nenhuma importância à “*natureza fonte inexaurível das mais mimosas*

¹¹⁰ LIMA, Luiz Costa. *op. cit.*, 1984, p.110 e ss.

¹¹¹ Os Irmãos Grimm (Jacob Ludwig e Wilhelm) publicaram em 1812 o primeiro volume de contos populares, recolhidos da tradição oral, em Hessen, nos distritos de Meno e Kinzing, do condado de Hanau, onde nasceram. O segundo volume ficou pronto em 1814, (...). No prefácio de 1819, registraram a preocupação em recolher e preservar os fragmentos da “cultura popular” de outros tempos “*quando notamos que, de tanta coisa florida doutras eras, nada mais restou, apagando-se dela toda a lembrança, a não ser algumas canções, uns poucos livros e lendas, e estes inocentes contos familiares. (...) Esta a razão de, com a presente coletânea, pretendermos não só prestar relevante serviço à história da poesia e da mitologia, mas também, mostrar a poesia que sobrevive nas lendas e deixar que ela atue sobre os corações, divertindo, ao mesmo tempo que ilustrando as inteligências.*” In: GRIMM, Jacob L. e GRIMM, Wilhelm. *Contos e Lendas dos Irmãos Grimm vol.1*. São Paulo: EDIGRAF, 1962, p.5-12.

¹¹² LIMA, Luiz Costa. *op. cit.*, 1984, p.98.

¹¹³ PAREDES, Glodomiro. *op. cit.*, 1869, p.273.

e gigantescas inspirações”, reclamando, portanto, maior atenção do olhar do escritor e do poeta sobre os motivos locais.¹¹⁴

Neste sentido, Moreira esclarece que a utilização de temas locais não se opõe à temática nacional, mas que ao contrário deve complementá-la, portanto:

O conceito de local apresentado pelos ensaístas sulinos deve ser entendido como o conjunto de características e especificidades rio-grandenses. Não se trata de local como conceito oposto ao de nacional, mas como elemento componente desse critério.¹¹⁵

Entretanto esta busca pelas peculiaridades da cultura regional, por mais complementar que seja da cultura nacional, acabará compondo o distanciamento, em detrimento da proximidade, acentuará a diferença em face da similitude, ou seja, ao documentar poeticamente a realidade regional os literatos sulinos consolidam uma visão que já vem de longe, desde os cidadãos cortesãos, e que as palavras de Paredes reiteram, ou seja, que “o Rio Grande, moralmente, forma uma nação à parte”, de tal modo que nem sua Literatura escapará a este estigma identitário opositor.

Bernardo Taveira Júnior, também em 1869, dando prosseguimento às idéias preconizadas nestas primeiras reflexões, invoca a mocidade rio-grandense a inspirar-se nas dádivas celestes da natureza regional e ampliar os horizontes literários da província, conforme registra seu artigo intitulado “*Reflexões sobre a literatura rio-grandense*”:

À província de São Pedro do Rio Grande do Sul está reservado um brilhante porvir nas letras. (...)

Avante pois, ó mocidade rio-grandense! O criador dotando-vos com o apreciável lume de uma inteligência feliz, doou-vos também um solo opulento e vigoroso pela natureza.

O aspecto de suas serranias elevadas, de seus bosques florescidos, de suas Campinas verdejantes, (...) a par de um céu esplêndido, basta para inspirar-vos a verdadeira poesia do belo.

Em nossas lendas, em nossas tradições, em nossos costumes, no valor de nossos bravos, encontrareis uma fonte inexaurível para o romance, para o drama, para a história, para a epopéia.

(...) Inspirando-vos nas grandes idéias, estudando e admirando os monumentos literários dos países cultos, cumpre-nos formar a nossa literatura.

(...) No romance e no drama cumpre conservar a fisionomia que nos é própria pela educação, pelo caráter e pelas tradições. (...)¹¹⁶

No discurso de Taveira Júnior estão presentes todos os elementos que deverão constituir a temática literária a ser trabalhada pelos escritores e poetas de sua geração, que obviamente seguem os fundamentos nacionalistas – formulados por Mme. De Stäel e

¹¹⁴ PINTO, Antonio M. *A literatura no Rio Grande*. In: Arcádia, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico. Rio Grande, 3ª série, 1869, p.129-132.

¹¹⁵ MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 1991, p.155.

¹¹⁶ TAVEIRA Jr., Bernardo. In: Arcádia. Rio Grande, 1869. p,9-10.

reafirmados por Magalhães – de valorização das belezas e peculiaridades locais, neste sentido, devem comparecer na composição do cenário poético os “*bosques florecidos*”, as “*campinas verdejantes*”, o “*céu esplêndido*” que, agregados ao conteúdo tipicamente regional das lendas, tradições, costumes e História, construirão, num brilhante porvir, uma Literatura dotada de fisionomia própria.

Fisionomia e nome próprio, um nome – para um personagem – que ainda em 1869 está circunscrito ao apelido regional: Rio-Grandense, embora seja necessário informar que Glodomiro Paredes no artigo em que fala das peculiaridades regionais como fator distintivo de uma Literatura nacional escreve:

Já me quer parecer que vejo um Bernardim Ribeiro a descrever a vida do gaúcho, o ser nacional por excelência, tão cheia de lances poetizáveis.¹¹⁷

Apesar de enfatizar que o “gaúcho” é “*o ser nacional por excelência*”, esta menção ainda pode oferecer controvérsias quanto a sua aplicação enquanto gênero ampliado de tratamento aos rio-grandenses do campo. Em parte pela irônica sugestão, que faz Paredes, de que os autores portugueses poderiam também utilizar um habitante brasileiro como tema de suas poesias, pela existência “*tão cheia de lances poetizáveis*”, e também pelo fato de que esta é a única alusão “*desde dentro*” do Rio Grande, do que até agora foi dado a observar, que indica o “gaúcho” como exemplo do “*campônio rio-grandense*”. Associação que não está presente em nenhuma outra referência que parta de um letrado rio-grandense¹¹⁸, e que de certa maneira configura uma exceção que confirma a regra de não utilização ampliada deste nome.

Neste sentido, convém ressaltar que estas manifestações sobre a Literatura regional que aparecem na Arcádia antecipam questões, e indicam caminhos, que serão exaustivamente debatidas e executadas nas páginas da Revista do Partenon Literário, outro periódico que começa a circular em Porto Alegre a partir de 1869 com a firme intenção de cumprir o desafio lançado por Taveira Júnior em sua congênere rio-grandina, afinal:

Um povo que é livre por suas instituições, deve sê-lo também pelo pensamento. Nada há que o autorize a mendigar a estranhos o colorido para as suas imagens e descrições, a beleza e o perfume para as suas flores, o arrojo e elevação para os seus tropos e figuras.¹¹⁹

¹¹⁷ PAREDES, Glodomiro. *op. cit.*, 1869, p.263.

¹¹⁸ Segundo informações do Prof. Carlos Baumgarten, pesquisador dos primeiros teóricos da literatura rio-grandense em periódicos do século XIX, não é possível precisar a naturalidade de Paredes, contudo por seus artigos na Arcádia infere-se que seja rio-grandense, entretanto a questão permanece obscura, não havendo outras referências sobre o autor.

¹¹⁹ TAVEIRA Jr., Bernardo. In: *Arcádia*. Rio Grande, 1869. p,9-10.

As palavras de Taveira Júnior advertem, portanto, sobre a necessidade de uma produção cultural autônoma que justifique e legitime a liberdade política nacional, que deve ser construída a partir de parâmetros locais de identificação que enfatizem determinadas afinidades entre as pessoas e seus vínculos com o mundo social ao qual pertencem, visando por fim, um processo de reconhecimento dos rio-grandenses – via Literatura – em relação a si mesmos e aos outros brasileiros, pois, como afirmou Herder, “*pertencer a um grupo significa partilhar as formas de pensar e agir, bem como a língua comum*”¹²⁰ e, portanto, constitui a base do processo de formação da identidade cultural.

Enfim, é esta construção de um sentimento comum de pertencimento que torna os indivíduos dispersos na heterogênea sociedade brasileira, membros de uma “*comunidade*”¹²¹ rio-grandense, mesmo que esta seja uma comunidade imaginária ou imaginada pelos intelectuais, ressaltando, novamente, “*que por ser imaginada não está destituída de valor, posto que configura um espaço de representações, um limite de vivências comuns a determinados grupos que se constituem por uma identificação de cultura de origem*” ou por adesão voluntária. É justamente sob este aspecto que o Partenon Literário cumprirá a sua “*missão social*” de dar início a Literatura rio-grandense.

3.1.5. Sob o signo do pertencimento: o Partenon Literário

O período que acompanha o ocaso da Arcádia e o surgimento do Partenon Literário coincide com o final da “*mais longa, mais sanguinolenta e mais destrutiva das guerras que assolaram a América do Sul no século XIX*”¹²², a Guerra do Paraguai, entre outubro/novembro de 1864 e março de 1870. E embora seja um conflito destas proporções, enquanto temática literária a serviço de uma construção identitária regional ela não obteve tanto destaque entre os escritores nativos quanto a Revolução Farroupilha.

Entretanto, deve ser ressaltada, como contexto histórico de sobressaltos político-militares vivenciados com intensidade no extremo sul do Brasil, no qual um processo paralelo acontece e que diz respeito ao candente envolvimento de construção intelectual da nação, sob os auspícios do reinado de D. Pedro II, durante o qual se foi engendrando uma política de consolidação do Estado nacional brasileiro, *pari passu* a construção da História nacional e de uma Literatura regional. Neste sentido a produção literária do Rio Grande do

¹²⁰ PAZ, Francisco Moraes *op. cit.*, p.59.

¹²¹ Convém explicar que “*a partir do Romantismo (esp. Schleiermacher), esse termo foi usado para indicar a forma da vida social caracterizada por um vínculo orgânico, intrínseco e perfeito entre seus membros. Nesse sentido, comunidade foi contraposta a sociedade numa obra de Ferdinando Tönnies, “Comunidade e Sociedade”, publicada em 1887*”. In: ABBAGNANO, Nicola. *op. cit.*, p.162.

¹²² BETHELL, Leslie. *A Guerra do Paraguai: História e historiografia*. In: *A Guerra do Paraguai: 130 depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.12.

Sul ganha renovado fôlego com a fundação do *Partenon Literário* em 1868 e a subsequente criação de sua revista em 1869.

Sobre a importância social, cultural e política da Sociedade Partenon Literário, se poderia enumerar pelo menos uma dezena de inestimáveis contribuições, desde a arrecadação de doações para alforria de escravos – principalmente crianças –, passando pelas avançadas discussões em torno da participação das mulheres na sociedade, até a criação de aulas noturnas gratuitas, entretanto tendo em vista o objetivo circunscrito neste estudo optou-se por dar visibilidade às atividades mais identificadas com esta proposta.¹²³

E neste sentido, o Partenon Literário realizou duas ações significativas do ponto de vista que aqui mais interessa, ou seja, o da construção de uma identidade literária regional, porque, em primeiro lugar, conseguiu congregiar os principais letrados rio-grandenses em torno desta missão coletiva e, em segundo, atuou como difusor das idéias políticas e culturais através de sua revista.

Sobre a importância deste propósito e o entusiasmo em torno deste projeto Maria Eunice Moreira realiza um estudo esclarecedor, intitulado *O Partenon Literário: Literatura e Discurso Político*, no qual analisa a atuação político-literária da chamada “*geração do Partenon*” no qual observa tanto a força mobilizadora da associação, quanto a participação daqueles jovens escritores nos assuntos mais candentes da sociedade brasileira, e afirma:

Constituindo o grupo mais representativo na história da literatura do Rio Grande do Sul no século passado, a geração do Partenon Literário, quer porque reúne maior número de intelectuais, quer porque tem possibilidade de melhor organização e arregimentação, consegue elaborar e implantar um projeto para a literatura de sua Província.¹²⁴

De modo que esta Sociedade Literária foi o ponto de confluência entre, de um lado, indivíduos maduros dispostos a pensar os rumos culturais e políticos da nação e da região, e de outro, jovens entusiastas com altos ideais preocupados em tomar parte ativa na construção da cultura regional, pois conforme salienta Zilberman: “*através de um estudo das produções artísticas se verifica uma intenção não apenas criadora, mas, na mesma proporção, engajada*”.¹²⁵

Um entusiasmo, aliás, que se pode verificar desde o ato de sua instalação, pois não foram pequenos os louvores registrados nas páginas da Arcádia, conforme revelam,

¹²³ Sobre a atuação do Partenon Literário ver: BAUMGARTEN e Carlos A. e MOREIRA, Maria Eunice. *Literatura sul-rio-grandense: ensaios*. Rio Grande: Ed. FURG, 2000; CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971; HESSEL, Lothar. et. alii. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: FLAMA: IEL, 1976. MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991 e ZILBERMAN, Regina et alii. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa*. Porto Alegre, Esc. Superior S. Lourenço de Brindes/Inst. Cultural Português, 1980.

¹²⁴ MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 1991, p.156.

¹²⁵ ZILBERMAN, Regina. *op. cit.*, 1980, p.26.

respectivamente os discursos, “*Partenon Literário*” de Apolinário Porto Alegre e “*Panteão Literário*” de Antonio Joaquim Dias, o proprietário do periódico:

Partenon Literário

Vós, Senhores, assistindo tão belo espetáculo, o movimento de idéias que se operam em toda a terra, não pudestes ficar indiferentes, também erguestes um monumento, que em tributo à civilização helena, teve o nome de *Partenon Literário*.

Eu vos saúdo, mocidade do Rio Grande do Sul, por tão nobre empenho! (...) Confio em vós, nova geração de obreiros do progresso, mocidade estudiosa do Rio Grande do Sul, que erguestes um lábaro – símbolo de amor e entusiasmo às letras no meio do indiferentismo que gela as crenças, e apaga as aspirações de fogo e quebra as asas diamantinas do gênio!

...Confio em vós, ilustres membros do *Partenon Literário*, e na cidade de Porto Alegre, que deve orgulhar-se com as festas da inteligência.¹²⁶

Panteão Literário

A civilização de um povo avalia-se pela sua literatura, diz o sr. Gonçalves de Magalhães.

Esta província, se não é das do império a que mais se avanteja na cultura das letras, contudo não se a pode considerar das muito atrasadas, e ultimamente a literatura tem tomado um certo grau de importância e desenvolvimento digno de admiração.

(...) É da capital da província, incontestavelmente o grêmio dos mais incansáveis e intrépidos cultores das letras, das margens desse decantado e poético Guaíba, que agora parte o grito de unificação e regeneração, simbolizando na instalação de um clube que tomou o significativo nome de – *Panteão Literário*.

(...) Avante! Avante sempre, mancebos. – No presente, o trabalho. No porvir, a glória.¹²⁷

A empolgação dos escritores desta província no extremo sul do Brasil é análoga àquela manifestada pelos jovens precursores que tomaram parte da *Revista Niterói* em 1836, evidenciando a necessidade dos rio-grandenses em construir um outro espaço de inserção social através da discussão de idéias sobre política, história e literatura. Assim como demonstra o grau de inquietude pela necessidade de preservar um legado intelectual derivado das vivências regionais, não obstante, em sintonia com os pressupostos vindos da Corte através dos escritos de Gonçalves de Magalhães, figura tão representativa destes ideais, quanto José de Alencar.

Percebe-se, pelo vigor dos elogios o quanto era importante para os rio-grandenses o desenvolvimento das letras na província, como meio de ingressar na civilização e desvencilhar-se do estigma negativo advindo dos envoltos em conflitos bélicos contínuos, mas também como uma forma de preservação da memória local das lutas, do heroísmo, das vicissitudes provocadas pelas intermináveis guerras.

¹²⁶ PORTO ALEGRE, Apolinário. *Partenon Literário*. In: *Arcádia*. Rio Grande, 1868. p.177-180.

¹²⁷ DIAS, Antonio Joaquim. *Panteão Literário*. In: *Arcádia*. Rio Grande, 1868, p.153-154.

No ano seguinte, publicam no primeiro número da *Revista Mensal do Partenon Literário*, o “*Programa da Sociedade*”, no qual esclarecem seus principais objetivos, e revelam, outra vez pela escrita de Apolinário Porto Alegre, a consciência que tinham seus membros fundadores da importância de suas ações, conforme segue:

O dia 18 de junho abriu o ciclo literário na província, que até então não pudera reunir um núcleo, onde a luz civilizadora se concentrasse nos certames científicos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente sobre o verdadeiro, o bom e o belo.

(...) O Partenon criou uma tribuna, para a pugna oratória; uma biblioteca, onde reunirá as obras mais importantes relativas à grandiosa trindade de seus estudos: filosofia, história e literatura; aulas noturnas para os sócios que quiserem dedicar-se sem dificuldades ao granjeio da ciência; e afinal uma revista tão necessária, como as outras criações.¹²⁸

A Revista do Partenon Literário circulou entre 1869 e 1879, e foi, conforme o planejado, o principal meio difusor das idéias dos partenonistas, pois ainda no mesmo texto de apresentação do programa Apolinário Porto Alegre considera a revista como um “*veículo poderoso, que irá ao longe levar os frutos de seus talentos e labutações*”.

Contudo a Sociedade Literária teve uma existência superior à distribuição da revista, contando 17 anos de atuação, de 1868 a 1885. E sobre esta longa existência, Moysés Vellinho afirmou que “*nenhuma sociedade congênere tivera até então, em qualquer centro cultural do país, a importância nem a duração do Partenon*”¹²⁹, através desta declaração do historiador percebe-se o prestígio adquirido pela agremiação não só em nível regional mas também, do destacado papel que desempenharia na história literária da sociedade brasileira, pois havia um questionamento urgente a guiar o pensamento daqueles homens de letras, qual seja, o de elaborar uma resposta sobre quem eram os “brasilieiros-riograndenses”. E neste sentido assevera Lothar Hessel:

No quadro geral da Literatura Brasileira, o Partenon Literário assinala um dos momentos em que mais se aproximaram a literatura e a realidade, um dos instantes em que as letras mais se engajaram (...).

Aos nossos ancestrais do Partenon interessava a pátria; a eles interessava a sociedade brasileira, (...), conceberam sua entidade como uma sociedade aberta, na qual cabiam tanto os literatos como os comerciantes, tanto os monarquistas como os republicanos, tanto nacionais como estrangeiros, tanto mulheres como varões.¹³⁰

Destarte, para além da afirmação de Hessel sobre o interesse dos literatos riograndenses nos assuntos da pátria, revela-se, sobretudo, uma conexão intensa entre o

¹²⁸ PORTO ALEGRE, Apolinário. *Programa da Sociedade Partenon Literário*. In: *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*. Porto Alegre, n.1, 1869.

¹²⁹ VELLINHO, Moysés. *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*, realizado na PUC, em 1957, Ed.PURS, Porto Alegre, 1958, p.11, *apud* in: HESSEL, Lothar. et. alii. *op. cit.*, 1976, p.191.

¹³⁰ HESSEL, Lothar. et. alii. *op. cit.*, 1976, p.193.

pensamento literário nacional e o correspondente regional, pois Maria Eunice Moreira percebe no editorial de junho de 1869 uma proposta de periodização da literatura rio-grandense, que antecipa àquela apresentada por José de Alencar, no prefácio de *Sonhos de Ouro* (1872), e que considera, por conseguinte, “a história do Rio Grande como fonte para o exercício literário”, da seguinte maneira:

(...) **o período mitológico e primitivo** encerrado nos tempos em que as tribos guaranis, minuanos e tapes vagueavam pelas coxilhas e cordilheiras; **o período heróico** que pode começar na conquista, da fundação das missões jesuíticas, quando o pendão das quinias disputava jeira por jeira o território atual com perda de precioso sangue; e afinal **o período de emancipação nacional** em que se acha encravado um decênio de guerras civis, cujas figuras brilhantes de heroísmo e glória honram tanto as duas parcialidades que disputavam o poder.¹³¹

Esta consonância revela o quanto, os letrados do Rio Grande, acompanhavam atentamente a tendência literária nacional e demonstra sua preocupação em produzir uma literatura a partir dos elementos nativos, valorizando a cultura, a história e a natureza de cada região, como ficou devidamente registrado nos artigos publicados na *Arcádia* entre 1869 e 1870. À medida que seguiram, o movimento iniciado a partir da independência que objetivava claramente, criar a identidade brasileira através da Literatura e da História, os escritores rio-grandenses, reproduziram internamente os pressupostos que dariam origem ao regionalismo.

O regionalismo como representação estética literária, tratará de converter uma idéia de ser social regional, seus valores, crenças, vivências, em personagem exemplar de toda cultura rio-grandense. Neste sentido, Apolinário Porto Alegre, encarregar-se-á de promover através do Partenon Literário “a participação dos românticos (...) [rio-grandenses] na afirmação da nacionalidade literária brasileira”¹³², embora Moreira Leite considere que o regionalismo literário cultivado por José de Alencar, mostrar-se-ia “um movimento contrário ao nacionalismo, pois tenderia a salientar as diferenças, e não as semelhanças, entre os brasileiros de várias regiões”¹³³, naquele momento o processo estava em curso e o escritor cearense cria em 1870, “O Gaúcho”.

3.2. Alencar e o Gaúcho: eis o nome!

Quando escreveu o romance brasileiro *O Gaúcho* em 1870, José de Alencar já era notabilizado como grande escritor, pois seu nome estava imortalizado junto as suas obras

¹³¹ REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTENON LITERÁRIO. O Partenon vive. Porto Alegre, nº 4, jun., 1869, p.3.

¹³² MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 1991, p.167.

¹³³ LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983, p.220.

de maior repercussão naqueles tempos, *O Guarani* e *Iracema*¹³⁴. Tempos de consolidação de uma Literatura nacional voltada para a representação dos elementos fundantes de uma autêntica cultura brasileira. Exímio narrador Alencar tomou para si a tarefa de mostrar aos brasileiros a composição humana nacional das várias regiões do país.¹³⁵

Esta intenção surge da necessidade da jovem nação de construir a sua imagem, de encontrar em sua História valores autóctones formadores da cultura brasileira, assim inicia-se dentro do movimento literário romântico uma tendência que se propõe a mapear os modos de viver regionais, tendo José de Alencar como o escritor que conduz este pedagógico projeto nacionalista que visa apresentar os costumes, o linguajar e o comportamento típicos dos habitantes de outras regiões do interior do Brasil, aos brasileiros da cidade e vice-versa.

Neste sentido, Alencar manifesta muita consciência quanto ao seu papel social de intelectual destinado a desvelar e traduzir a cultura brasileira aos brasileiros, através de seu trabalho, revelando a acuidade desta percepção no prefácio "*Benção Paterna*" do romance "*Sonhos d'Ouro*", em 1872, no qual esboça um quadro retrospectivo de suas obras demonstrando o quanto se sentia historicamente envolvido no esforço de construção da identidade nacional via Literatura, tendo em vista que sua própria produção representava as "fases" da História brasileira.

Segundo Alencar, embora ainda em formação, "*o período orgânico desta literatura conta já três fases*", em que "*Iracema*" (1865) ao tematizar "*as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada*", pertence à fase primitiva ou aborígine. Pensamento análogo àquele revelado pelo editorialista da Revista do Partenon Literário, que aplicou as mesmas premissas aos temas literários rio-grandenses, em que o "*período mitológico e primitivo*" deve versar sobre as tribos indígenas que povoavam as terras da província.¹³⁶

¹³⁴ Para esta constatação as palavras de Machado de Assis fornecem o melhor endosso, pois assim refere-se o nobre escritor em 1866 sobre o romance *Iracema*: "*a verdade é que relemos attentamente o livro do Sr. José de Alencar, e o efeito que elle nos causa é exactamente o mesmo que o autor entende que se deve destinar ao poeta americano; tudo alli nos parece primitivo; a ingenuidade dos sentimentos, o pitoresco da linguagem, tudo, até a parte narrativa do livro, que nem parece obra de um poeta moderno, mas uma história de bardo indígena, contada aos irmãos, à porta da cabana, aos últimos raios do sol que se entristece. A conclusão a tirar daqui é que o auctor houve-se nisto com uma sciencia e uma consciência, para as quaes todos os louvores são poucos.*" In: ASSIS, Machado de. *op. cit.*, 1938, p. 74-86. (por fidelidade a fonte conservou-se a escrita original)

¹³⁵ Conforme explica Moema Cavalcante, "aos poucos, foram sendo registrados, na literatura, o imenso painel das regiões brasileiras, através de uma tipologia original: - o aborígine – em *Iracema* (índios do Ceará), *O Guarani* (índio – São Paulo), *Ubirajara* (índio do sertão, em estado puro); o mestiço – em *O Sertanejo*; o escravo (teatro: *Demônio Familiar*); o bandeirante – em *As Minas de Prata*; o jesuíta (teatro: *O Jesuíta*); diferentes tipos da sociedade urbana em *Cinco Minutos*, *Viuvinha*, *Lucíola*, *A Pata da Gazela*, ... – o gaúcho – em *O Gaúcho*." In: CAVALCANTE, Moema. *Na Fronteira do Mito e da Realidade: o Gaúcho na ficção romântica*. Dissertação (Mestrado em Literatura da Língua Portuguesa) – Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982, p.62.

¹³⁶ *O Partenon vive*. In: *REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTENON LITERÁRIO*. Porto Alegre, nº 4, jun., 1869, p.3.

À segunda fase, chamada histórica, pertence "O Guarani" (1857) e "As Minas de Prata" (1865 e 1866), que representam "a *gestação lenta do povo americano*" fruto da união "do povo invasor" com os nativos da "terra americana", a qual corresponderia, segundo a formulação rio-grandense, "o período heróico" que trataria da conquista do território, da colonização missioneira e dos tantos e tão cruentos embates entre portugueses e espanhóis que disputavam "jeira por jeira o território atual com perda de precioso sangue".

A terceira fase começa com a independência política, e está subdividida em dois estágios de desenvolvimento literário que se distinguem das outras fases por seu caráter evolucionista e não mais histórico ou cultural como vinha sendo delineado pelo escritor, ou seja, Alencar pensa as nuances da dicotomia campo e cidade através da infância e da adolescência. Relacionando a primeira, aos sentimentos ingênuos e pueris que estão presentes "nas simples cantigas do povo e nos íntimos serões da família", devidamente representados nos romances: "O Tronco do Ipê" (1871), o "Til" (1872) e "O Gaúcho" (1870), que apresentam o campo como um lugar:

Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na corte, desses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado.¹³⁷

Reservando à adolescência os romances de temática urbana por sua "fisionomia indecisa, vaga e múltipla" presente "nos grandes focos, especialmente na Corte", e a este "amalgama de elementos diversos" pertencem, "Lucíola" (1862), "Diva" (1864), "A Pata da Gazela" (1870), e "Sonhos d'Ouro" (1872).

Sob semelhante parâmetro, mas que não inclui a percepção evolucionista, estrutura-se a divisão literária regional, embora "o período de emancipação nacional" esteja internamente "encravado num decênio de guerras civis", que ofuscando as demais possibilidades temáticas, passaria a ressaltar as "figuras brilhantes de heroísmo e glória" que tão honradamente representaram "as duas parcialidades que disputavam o poder".

O que se percebe desde já na estruturação de Alencar é sua visão "idílica", sobre um tempo remoto, um tempo "mítico", no qual se dá o "encontro" do aborígine com seu conquistador, ao produzir uma narrativa que tenta agregar as duas culturas numa literatura de tema primitivo. Essa visão idílica se prolonga no segundo período, mais metafórico ainda que o primeiro, pois neste se dá a "gestação" do povo americano que deverá continuar as glórias de seu "progenitor".

Assim é o período da Literatura "histórica", para Alencar, na qual a representação da "sociedade brasileira é especial não por causa da resistência heróica, mas por causa da

¹³⁷ BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1970, p.150-151.

*rendição romântica*¹³⁸, em que a *América* ou *Iracema* ao ser “desposada” pelo europeu, sem nenhum traço de coerção que desfigure o idílio, transforma-se em “*mãe fecunda – alma mater*” que gera os filhos do invasor, que – “*filhos da dor*” – são a síntese da cultura – do pai europeu – com a natureza – da mãe índia.

Em contrapartida, sua visão do terceiro período, é mais aguda sobre as transformações que se processam na sociedade brasileira, principalmente na sociedade urbana¹³⁹, embora ao dividi-las entre campo/infância e cidade/adolescência, demonstra o quão afastado está da outra realidade nacional, não pela visão romântica de que a “*pureza original*” e sem máculas está no ambiente não corrompido do campo, esta é uma constante discursiva desde Rousseau, mas pelo fato de demonstrar o quanto sua percepção de escritor pode ser influenciada pela vivência em determinado ambiente e, por fim, caracterizá-lo, segundo alguns comentadores, como o típico romântico de “olhar distante”.¹⁴⁰

Neste sentido, as divisões temáticas para a Literatura regional, propostas pelo editorial da Revista do Partenon, são exemplares, pois ao povoamento nômade das primeiras tribos, do *período primitivo*, sobrevém a colonização dos jesuítas do *período heróico*, no qual os conquistadores disputavam palma a palmo o território brasileiro. Aqui a nomeação do período é paradigmática, pois se para Alencar que vive no ambiente cultural da Corte, ele corresponde ao “*período histórico*” de formação/gestação do povo brasileiro; para os letrados rio-grandenses que acompanham de perto toda a trajetória de guerras e os constantes enfrentamentos com os inimigos castelhanos, ele está associado ao “*período heróico*” de luta pela manutenção do território, em franco contraste com aquela afirmação de que a sociedade brasileira não se distinguiria pela resistência heróica, mas pela *rendição romântica*.

No terceiro período denominado de “*emancipação nacional*” ou “*independência política*”, ambos partem da mesma premissa e do mesmo marco, mas novamente Alencar fornece uma visão distanciada sobre outros acontecimentos, pois reserva a este período uma representação insípida diante do quadro descrito pelos rio-grandenses sobre o mesmo período, ou seja, as guerras, o sangue, as lutas, a honra nacional, as disputas, enfim, uma

¹³⁸ SOMMER, Doris. *O Guarani e Iracema: um indigenismo de duas faces*. In: *Ficções de fundação: os romances nacionais na América Latina*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004, p.178.

¹³⁹ Conforme avalia Beraldo: “*é nos romances urbanos que Alencar consegue criar os seus melhores personagens; não mais tipos que personificam idéias, sentimentos, ideais, mas personagens extremamente complexas, em que o bem e o mal se entrelaçam, como acontece na realidade*”. In: BERALDO, José Luiz. *José de Alencar (Literatura Comentada)*. Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico por José Luiz Beraldo. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.154.

¹⁴⁰ “*Os romances históricos, indianistas e regionalistas têm em comum o desejo de fuga da realidade presente para outros lugares mais felizes. Os romances urbanos (que retratavam a cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que Alencar morava nela) evidentemente se prestam menos a essa fuga do real, pois lidam com uma realidade mais próxima dos leitores. Todavia, veremos que, mesmo aí, Alencar idealizou a realidade, embora em menor grau. Esses romances urbanos revelam outra característica romântica: um profundo individualismo*”. In: BERALDO, José Luiz. *id ibidem*, p.151.

realidade senão ignorada completamente¹⁴¹, apenas não enfatizada pela produção literária de Alencar que preferiu reservar sua observação mais aguda aos dilemas urbanos, produzindo um conjunto temático que aparentava não comportar fissuras sociais graves ou perturbações de qualquer espécie.

Visto que, fora dos limites urbanos, apenas o idílio do homem com a natureza, o lirismo do campo, a ingenuidade da cultura rural, a docilidade das cantigas desse “*viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro*”, e que certamente era o que desejava ler em prosa, mas sentir em poesia, seu público urbano da Corte, conforme atesta a crítica de Machado de Assis em 1866 sobre *Iracema*.¹⁴²

Entretanto mesmo distanciando-se em maior ou menor grau da realidade política mais crua, pelo menos na arena literária. Sem dúvida, Alencar soube como nenhum outro antes dele forjar o tal “*sainete todo brasileiro*”, resultado de uma vasta e diversificada obra, que por isso mesmo apresenta oscilações de qualidade¹⁴³, mas que demonstra um esforço intelectual em representar sua sociedade e seu mundo, inclusive na linguagem utilizada nos romances indianistas, que provocou críticas severas de outros escritores nem tão nacionalistas, por mesclar os falares portugueses e a língua tupi, criando de certa maneira uma “*língua brasileira*”¹⁴⁴, tão mestiça quanto seus filhos.

Neste sentido, em 1873, Machado de Assis, avaliava o surgimento desta Literatura nacionalista da seguinte forma:

Reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade litteraria; esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior ás minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito. Meu principal objeto é attestar o facto actual; ora, o facto é o instinto de que fallei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente.¹⁴⁵

É, pois, neste ambiente de nascente “espírito de nacionalidade” que é concebido “*O Gaúcho: romance brasileiro*” de José de Alencar. Neste sentido, é importante salientar que o cearense Alencar jamais esteve no Rio Grande do Sul, ele constrói sua história e

¹⁴¹ Cumpre lembrar que José de Alencar publicou em 1873 “*A Guerra dos Mascates*”, que segundo a avaliação de Candido é “*um romance histórico cheio de alusões à política do Império, muito mais cuidado documentariamente, muito mais “arranjado” como composição que “As Minas de Prata”;mas não tem a sua inspiração e vigor narrativo*”. In: CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.201.

¹⁴² ASSIS, Machado de. *Iracema*. In: *op. cit.*, 1938, p.74-86.

¹⁴³ Dos vinte e um romances escritos por Alencar, segundo Candido, nenhum é péssimo e a variedade de sua produção dificulta a comparação dos livros uns com os outros, mas é certo que a oscilação existe, neste sentido ver: CANDIDO, Antonio. *Os três Alencares*. In: *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.200-211.

¹⁴⁴ Sobre esta peculiaridade literária de Alencar, Machado de Assis assinala no prefácio ao “*Guarani*” em 1888: “*A língua, já numerosa, fez-se rica pelo tempo adiante. Censurado por deturpá-la, é certo que a estudava nos grandes mestres; mas persistiu em algumas formas e construções, a título de nacionalidade*”. Cf. ASSIS, Machado de. *O Guarany*. In: *op. cit.*, 1938, p.345. Sobre a utilização de uma “*linguagem brasileira*” em Alencar e das críticas recebidas ver: SOMMER, Doris. *op. cit.*, p.176.

¹⁴⁵ ASSIS, Machado de. *op. cit.*, 1938, p.133-154.

personagens com base em informações das seguintes obras:¹⁴⁶ *História da República Jesuítica do Paraguai* do cónego João Pedro Gay, um artigo de Torres Caicedo sobre *Caramuru* obra de Alexandre Magariños e ainda *Apuntes para la historia de la Republica Oriental* de D. Pascual, além de utilizar informações obtidas com um parente militar que retornava da campanha contra Rosas na Argentina, conforme indica Augusto Meyer no prefácio da obra.

Não obstante, o fato de Alencar nunca ter estado em terras rio-grandenses, não parecia ser uma exigência colocada naquela época, pelo menos não nas douradas observações de Machado de Assis, nas quais apesar de reconhecer que a Literatura brasileira apresentava a tal inclinação nacionalista, discordava, todavia, da opinião presente naquele momento de “*que só [se] reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assumpto local, doutrina que, a ser exacta, limitaria muito os cabedades da nossa literatura*”¹⁴⁷, além disso, firma sua opinião de que o escritor não necessariamente deve escrever somente sobre a região em que nasceu e tomando Shakespeare como exemplo indaga:

... e perguntarei mais se o Hamlet, o Othello, o Julio César, a Julieta e Romeo tem alguma cousa com a historia ingleza nem com o território britannico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglez.¹⁴⁸

Entretanto a despeito de ser José de Alencar já um dos maiores escritores do Brasil naquele momento e de Machado de Assis considerar de somenos importância a vivência do autor sobre o lugar que escreve, não é esta a percepção manifestada por um contemporâneo rio-grandense sobre seu romance “*O gaúcho*”, conforme revela a severa crítica de Bernardo Taveira Júnior de 1873, no prefácio de “*As Provincianas*”, obra em que propõe apresentar um painel poético sobre “*o nosso campeiro, os seus hábitos, costumes e tradições*”, mas publicada somente em 1886, que entre outras argumentações assevera:

Uma cousa única direi a meu favor: é que poetizei sobre cousas que me passaram pelos olhos, e das quais tenho pleno conhecimento.

Não fiz como *Sênio*, que num livro intitulado – *O gaúcho* – tratou do campeiro do Rio Grande do Sul, dos seus hábitos e costumes, sem nunca ter presenciado nada disso... É esta a razão porque do eminente romancista brasileiro é aquele seu livro o de menos mérito, e mais falto de verdade.

(...) *Sênio*, quando se não quisesse dar ao trabalho de visitar nossa terra, de estudá-la, de conhecê-la, tinha aqui inumeráveis pessoas, que, como se costuma dizer, conhecem a província a palmas, e das quais, sem incômodo seu, podia colher as mais exatas, fidedignas e minuciosas informações sobre quanto tão desnaturadamente fantasiou no **seu gaúcho!**

¹⁴⁶ Estas referências são citadas por José de Alencar nas notas no final do romance. In. ALENCAR, José de. *O Gaúcho: romance brasileiro*. Prefácio e notas de Augusto Meyer. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954.

¹⁴⁷ ASSIS, Machado de. *op. cit.*, 1938, p.138. (por fidelidade a fonte manteve-se a grafia original da época)

¹⁴⁸ ASSIS, Machado de. *op. cit.*, 1938, p.139.

(...) *Sênio* naufragou na fantasia do seu gaúcho, porque este – o tema daquela – era um pseudogaúcho.¹⁴⁹ (grifo nosso)

A acusação de Taveira Júnior é contundente sobre o modo como Alencar “*tão desnaturadamente fantasiou o seu Gaúcho*”, e neste sentido cabe ressaltar que o escritor rio-grandense não escreveu que Alencar tinha “*fantasiado os nossos gaúchos*”, portanto, nesta asserção estão implícitas duas negações, a primeira, em identificar-se com o personagem regional construído por Alencar, e a segunda, em que desvincula este personagem de uma associação genérica aos habitantes do Rio Grande. E ainda a afirmação explícita de que a construção literária de Alencar do homem rio-grandense não passava de uma imagem preconcebida, por isso fantasiada, de alguém que desconhece os naturais da terra.

Mais adiante na análise estabeleceremos um diálogo entre a representação literária de Alencar e a crítica de Taveira Júnior, sem embargo das diferenças entre os gêneros adotados por um – prosa –, e outro – poesia –, por enquanto, basta alertar ao fato de que não houve um completo silêncio, tampouco uma anuência irrestrita à obra de Alencar no Rio Grande do Sul por parte de seus escritores.

Além disso, antes de iniciar-se a análise da obra e do personagem construído por Alencar, cumpre ressaltar que antes do autor cearense apresentar, através de seu romance em 1870, o habitante do Rio Grande do Sul como “*gaúcho*”, não havia ainda surgido esta palavra como apelido regional de denominação ampla a todos os habitantes em nenhuma outra obra de igual natureza.¹⁵⁰ Nos autores anteriormente analisados a palavra “*gaúcho*” não assume contornos de adjetivo gentílico, ao contrário disso, apenas é utilizada para distinguir socialmente os indivíduos marginais, ou subalternos, principalmente os desconhecidos, ou como na obra de Lacerda aos castelhanos.

Verificando-se mesmo sua inexistência como ocorre n’*A Divina Pastora* (1847) de Caldre e Fião e nas descrições do viajante Hörmeyer (1850). N’*O Corsário* (1851) de Caldre e Fião e nos registros de Avé-Lallemant (1858), o “*gaúcho*” é um indivíduo que oferece perigo e de quem se deve sempre desconfiar, ao contrário do “*monarca das coxilhas*”, do “*guasca*” e do “*continentino*” estas sim, designações e tratamentos amplamente dispensados aos filhos do Rio Grande. Embora se deva registrar que o “*monarca das coxilhas*” não

¹⁴⁹ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *As Provincianas*. Porto Alegre: Movimento: Brasília, MinsC/Pró-Memória, INL, 1986. Augusto Meyer reproduziu no prefácio de 1954 d’*O Gaúcho*, toda a indignação de Taveira Junior. Quanto à designação “*Sênio*” cabe explicar que foi o pseudônimo escolhido por Alencar para assinar o prefácio d’*O Gaúcho* e que passou a utilizar em quase todos os livros a partir de 1870. Segundo a explicação do próprio autor no prefácio datado de 10 de novembro de 1870: “*Era preciso um apelido ao escritor destas páginas, que se tornou um anacronismo literário. Acudiu esse que vale o outro e tem mais o sainete da novidade.*”

¹⁵⁰ No sentido de utilização da palavra “*gaúcho*”, para referir-se aos habitantes do Rio Grande do Sul, antes de Alencar generalizar seu uso no romance, há apenas a menção de Glodomiro Paredes no artigo *Poetas e Poesias*, já mencionado, publicado em 1869 na *Arcádia*. Cf. PAREDES, Glodomiro. *op. cit.*, 1869, p.263.

aparece nas narrativas dos viajantes analisados, tampouco no corpo desta narrativa de Alencar, somente nas notas apostas ao final no volume nas quais o autor registra seu entendimento sobre esta designação.

3.2.1. “Hamlet guasca” ou pseudogaúcho?

Dois notáveis críticos literários, Augusto Meyer e Antonio Candido afirmaram que “O Gaúcho” é um mau romance.¹⁵¹ O primeiro apoiado em Araripe Junior, constata que “o verdadeiro pampa não foi observado pelo romancista; este que aí fica esboçado nas páginas do livro não passa de um sonho, de um pesadelo”, um entre os muitos tropeços do autor que mereceria, nesta obra, segundo Roque Callage, “um freio e rédea curta”, embora suas “improvisações sobre a paisagem e a vida animal” ainda ressumavam o talento do “maior criador da prosa romântica, na língua portuguesa”.¹⁵² Que na visão de Meyer imprimiu no circunspecto e áspero Manuel Canho um ar de “*Hamlet guasca*” e ao qual Taveira Júnior considerou um “*pseudogaúcho*”.

Nesta análise, não cabe julgar o mérito literário desta obra de Alencar, apenas visamos utilizá-la como as demais, isto é, como um meio de perceber qual era a representação da sociedade rio-grandense, num período de construção da identidade nacional, pela visão de um de seus maiores representantes, buscando apreender as construções de sentido em torno do homem rio-grandense a partir de sua denominação, que neste caso é, predominantemente, “*gaúcho*” desde o título, o que nos conduz a outro ponto, qual seja, o imaginário dos cidadãos da Corte em relação aos sul-rio-grandenses.

Sabemos que a Literatura é um importante formador do imaginário, pelo menos do imaginário dos leitores das obras de ficção, mas também devemos considerar o imaginário que é anterior a elaboração da obra, aquele que age sobre o escritor através de informações variadas, neste caso, sobre os rio-grandenses.

Neste sentido, é importante repetir que Alencar jamais esteve no Rio Grande do Sul e que o conhecimento para escrever sobre o habitante regional foi adquirido por meio de obras e autores predominantemente espanhóis, como o estudo sobre o “*gaucho uruguaio*” de Torres Caicedo que é colombiano a partir do artigo de D. Alexandre Magariños, uruguaio, e que, segundo Alencar, talvez tenha sido utilizada pelo Cônego Gay em sua “*História da República Jesuítica do Paraguai*”. E mesmo nos eventos entre Bento Gonçalves e Lavalleja

¹⁵¹ Para Meyer “O gaúcho” é “*um mau romance regional feito de remendos de notas, informações precárias, intuições nem sempre aproveitadas*”, cf. MEYER, Augusto. Prefácio. In: ALENCAR, José. *op. cit.*, p.5. Candido o avalia como um “*livro aparentemente plano, e sem dúvida medíocre*”. In: *Os três Alencares*. CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.207.

¹⁵² MEYER, Augusto. *Prefácio*. In: ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.5-11.

ele consulta “*Apuntes para la historia de la República Oriental*” de D. Antonio Diodoro de Pascual e jornais da época sobre a Revolução Farroupilha, além da consulta informal ao seu parente que lutara contra os argentinos de Rosas, alegando não ter encontrado “*crônica ou memória escrita sobre este importante acontecimento*”.¹⁵³

Apesar da notória carência historiográfica sobre o evento farroupilha¹⁵⁴, fato que não se pode refutar, existiam esforços locais em publicar, desde 1867, na *Arcádia*, depois, a partir de 1869, na Revista do *Partenon Literário* e, em 1870, no *Murmúrios do Guayba*, aquelas séries de “*Apontamentos históricos*”, que tentaram – aparentemente sem sucesso – , fornecer subsídios sobre este e outros eventos militares na província.

Entretanto, o fato de buscar informações sobre a região e seus habitantes em obras e autores espanhóis é um indício sobre aquele imaginário a que fizemos referência, ou seja, para Alencar e, talvez, para outros brasileiros, associar a imagem dos sul-rio-grandenses aos castelhanos não constituía nenhum problema, tal o imaginário construído sobre o extremo sul do Brasil devido a sua histórica condição de fronteira, de território ambíguo.

De grande utilidade, sobre este aspecto é a obra de César de Lacerda, pois no glossário feito pelo autor consta que “*geralmente no sul do Império chama-se baiano a todo homem do norte, seja qual for a sua nacionalidade*”¹⁵⁵. De certo modo, esta indicação de Lacerda serve-nos de medida de comparação ao modo como os rio-grandenses eram vistos pelos demais brasileiros, isto é, funciona como um parâmetro da generalidade em que incorriam ambos; os de lá a chamarem os daqui de “*gaúchos*” indicando certa indistinção com os espanhóis, e os daqui a chamarem de “*bianos*” a todos os outros brasileiros, incorrendo no mesmo equívoco, isto é, sem considerar as diferenças entre pernambucanos, cearenses, maranhenses, etc.

Alencar, portanto, não constrói exatamente um pseudogaúcho como afirmou Taveira Júnior, ele apenas elabora a sua concepção de rio-grandense, que de alguma maneira corresponde ao horizonte de expectativa de grande parte de seu público leitor, excetuando-

¹⁵³ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.240.

¹⁵⁴ Ao tempo de Alencar a historiografia brasileira ainda dava seus primeiros passos e as obras existentes como a “*História Geral do Brasil*” publicada entre 1854 e 1857 de Francisco Adolfo Varnhagen, não chegou a tratar sobre a Revolta Farroupilha. Varnhagen que, aliás, era avesso às agitações sociais em geral, e mais ainda às guerras provinciais, chegou a considerar a Revolução Pernambucana de 1817 um tema “*tão pouco simpático*”, que preferia não estudá-lo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Vol. V. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p.149 *apud in* WHELING, Arno. Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.185. A produção historiográfica da província até o final do século XIX, fica adstrita aos relatos e diários militares como a “*Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul*” de Francisco Bettâmio de 1870 ou os relatos dos viajantes europeus, pois uma escrita da História rio-grandense mais contemporânea só viria a acontecer em 1882, com a publicação de “*História Popular do Rio Grande do Sul*” de Alcides Lima e “*História da República Rio-Grandense*”. No ano seguinte Cezimbra Jacques publicava “*Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*”, era o início tardio mas extremamente profícuo dos registros históricos pós-revolução dos rio-grandenses.

¹⁵⁵ LACERDA, César de. *op. cit.*, p.128.

se Franklin Távora e Bernardo Taveira Júnior, leitores mais exigentes quanto à ausência de fidelidade sobre o rio-grandense e sua vida.¹⁵⁶

Talvez Alencar não tenha sido um eficiente tradutor da realidade rio-grandense, como decerto Caldre e Fião o fora, mas certamente traduziu com eficiência o imaginário dos brasileiros urbanos sobre os rio-grandenses do campo, contudo, sua obra e as construções de sentido nela contidas também agiram “na construção imaginária do mundo” rio-grandense, pois conforme assevera Pesavento, “o imaginário é capaz de substituir-se ao real concreto, como um seu outro lado, talvez ainda mais real, pois é por ele e nele que as pessoas conduzem a sua existência”¹⁵⁷ e, acrescentaríamos, constroem seus paradigmas identitários.

Afinal, conforme asseverou Hartog, “um texto não é uma coisa inerte, mas inscreve-se entre um narrador e um destinatário. Entre o narrador e o destinatário existe, como condição para tornar possível a comunicação, um conjunto de saberes semântico, enciclopédico e simbólico que lhes é comum”¹⁵⁸. Assim, sem mais delongas, devemos passar ao texto de Alencar, a fim de analisar a representação regional à luz deste conjunto de saberes compartilhados e que foi construída com os “olhos da imaginação” e não com os “olhos da cara”, como se referiu ironicamente Machado de Assis em 1866, no conto “Uma excursão milagrosa”, ao fato de que os leitores, em especial os leitores de relatos de viagem, acreditavam ingenuamente que as viagens por si trariam conhecimento, naquelas notáveis “viagens de ilustração”, em que “tudo chama o espírito, e o educa, e o eleva, e o transforma”¹⁵⁹.

3.2.2. Entre o deserto e a fronteira, um ser de “alma pampa”: o gaúcho

O narrador heterodiegético, d’O *Gaúcho*, conta a história de um menino, Manuel Canho, que aos oito anos presencia – pelas mãos de uns “gaúchos” – o assassinato de seu

¹⁵⁶ Há várias obras que mencionam o antológico quiproquó entre Alencar e Franklin Távora em que este escritor polemiza com aquele sobre *O Gaúcho*, em oito cartas e sobre *Iracema*, em mais doze, nas famosas “*Cartas a Cincinnati*”, publicadas no semanário, “*Questões do dia*”, nas quais Távora assina com o pseudônimo de Semprônio, ver: CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.321-327.

¹⁵⁷ PESAVENTO, Sandra J. *op. cit.*, 2004, p.47-48.

¹⁵⁸ HARTOG, François. *op. cit.*, p.49.

¹⁵⁹ Estas expressões foram retiradas da seguinte passagem: “*Julgue-o quem não pode experimentá-lo, disse o épico português. Quem não há de ir ver as cousas com os próprios olhos da cara, diverte-se ao menos em vê-las com os da imaginação, muito mais vivos e penetrantes*”. In: SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.76. Sobre a indefectível ironia de Machado de Assis, neste caso, a respeito de viagens, viajantes e sua “pseudo-cultura”, em outro ponto do texto a autora cita um episódio anedótico-biográfico entre Machado de Assis e um amigo, Ramos Paz, que “*há tempos fora do país, voltara e dedicava-se a contar aventuras e descrever maravilhas, ouvidas com interesse por todos, inclusive por um atento Machado de Assis. Até que, concluída a narrativa de viagem do amigo cheio de pose, um comentário agridoce machadiano lhe teria servido de arremate inesperadamente desapassionado. O “também eu já fui a Petrópolis...” do até então silencioso Machado parece ter ecoado, mais que como constatação da própria “imobilidade”, como*

adorado pai, um exímio amansador de cavalos. Profundamente marcado pela cena, o menino cresce ressentido e retraído, tendo por amizade apenas os cavalos. Odeia Loureiro, seu padraсто, responsável indireto pela morte de seu pai, afastando-se ainda mais da mãe.

A obsessão pela vingança da morte do pai move todos os interesses de Manuel, que jovem parte em busca de Barreda, o castelhano assassino, e após esperar friamente pelo restabelecimento do inimigo, ele executa seu plano e vinga a morte do pai. De volta a sua cidade apaixona-se por Catita. As ações de Manuel acontecem em meio aos momentos iniciais da Guerra Farroupilha (1832), na qual incumbido por seu padrinho, Bento Gonçalves, envolve-se em diligências a serviço dos rebeldes.

Durante uma viagem de Manuel, Catita é seduzida por um mascate chileno, D. Romero, que utiliza ervas para “enfraquecê-la”, apesar das súplicas é rejeitada pelo “gaúcho”, e forçada a casar-se com o chileno. O desfecho do drama é a morte de D. Romero por Manuel que, durante a formação de uma tempestade furiosa, cavalga com Catita no descampado, seu rumo é o abismo. E o final das aflições de ambos.

Na edição original da obra de 1870, o romance é apresentado em dois volumes. No primeiro, conforme o próprio autor, apresenta “*o desenho de um grande cenário, e o esboço de um caráter vigoroso, cuja exuberância ainda não foi revolta e propelida pelo esto da paixão*”¹⁶⁰, este volume subdivide-se em duas partes: a primeira com quatorze capítulos e a segunda com treze capítulos.

Sobre o primeiro livro, em virtude dos títulos dos capítulos, Augusto Meyer ironicamente, neles pensou como “*uma antologia sob o título: Vida e Aventuras do cavalo*”¹⁶¹, pelas denominações utilizadas pelo autor: “*O páreo*”, “*A baía*”, “*O amansador*”, “*A barganha*”, “*Amigas*”, “*Mamãe*”, “*Adeus*”, “*Murzelo*” e “*O alazão*” (este último já pertencente ao segundo volume).

No segundo volume “*começa o drama: o cenário se anima e o caráter apenas traçado entra em ação. O despertar daquele coração devia ser violento; é uma explosão; é um amor que nasce no meio dos combates sanguinolentos, e na hora aziaga se refugia nas vascas da natureza, nas lutas espantosas dos elementos*”¹⁶², este também está subdividido em duas partes: a primeira com quatorze capítulos e a segunda com doze. Cada volume está acompanhado das respectivas notas sobre termos regionais.

Cumpr agora analisar alguns momentos da narrativa de José de Alencar que revelem um pouco sobre a sua percepção do homem rio-grandense. Neste sentido, o texto inicia com a descrição do “pampa” e do ser que lhe atribui a alma e a fisionomia, ou seja, o

desarme prosaico e irrefutável à heroização aventureira do viajante esboçada por Ramos Paz”. In: SUSSEKIND, Flora. *op. cit.*, p.260.

¹⁶⁰ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.242.

¹⁶¹ MEYER, Augusto. *prosa dos pagos*, p.88.

¹⁶² ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.242.

“gaúcho”, que a narrativa de Alencar faz surgir quase como um fruto da natureza, sob a força pujante de seu estilo criador, no qual as “forças da natureza e da terra-paisagem são animizadas ao longo da obra”.¹⁶³

Portanto, seu romance apresenta aos outros brasileiros um espaço geográfico que o autor denomina o “pampa” e que assemelha em vários momentos com a “savana”, assim como maximiza as forças da natureza que agem em conjunto neste ambiente, de modo a demonstrar o quão inculto e afastado da civilização está o lugar que descreve, conforme bem o demonstra no capítulo inicial, “O pampa”:

Como são melancólicas e solenes, ao pino do sol, as vastas campinas que cingem as margens do Uruguai e seus afluentes!

A savana se desfralda a perder de vista, ondulando pelas sangas e coxilhas que figuram as flutuações das vagas nesse verde oceano. (...)

O pampa (...) é o pasmo, o torpor da natureza.(...)

O pampa é a pátria do tufão. Aí, nas estepes nuas, impera o rei dos ventos. (...) Quantos seres habitam as estepes americanas, sejam homem, animal ou planta, inspiram nelas uma **alma pampa**. Tem grandes virtudes essa alma. A coragem, a sobriedade, a rapidez são indígenas da savana.(...)

Até a árvore solitária que se ergue no meio dos pampas é tipo dessas virtudes. (...) Logo se conhece que a árvore já lutou com o pampeiro e o venceu. (...) Como a árvore, são a ema, o touro, o corcel, todos os filhos bravios da savana.

Nenhum ente, porém, inspira mais energicamente a alma pampa do que o homem, o **gaúcho**. De cada ser que povoa o deserto, toma ele o melhor; tem a velocidade da ema ou da corça, os brios do corcel e a veemência do touro. O coração, fê-lo a natureza franco e descortinado como a vasta coxilha; a paixão que o agita lembra os ímpetos do furacão, o mesmo bramido, a mesma pujança. A esse turbilhão do sentimento era indispensável uma amplitude de coração, imensa como a savana.

Tal é o pampa.

Esta palavra originária da língua quáchua significa simplesmente o plaino; (...).

Nas margens do Uruguai, onde a civilização já babujou a virgindade primitiva dessas regiões, perdeu o pampa seu belo nome americano. O **gaúcho**, habitante da savana, dá-lhe o nome de campanha.¹⁶⁴ (grifos nossos)

A síntese poética desta paisagem e daquele que a habita, poderia ser: na erma solidão do pampa, vive o “gaúcho” igualmente solitário, ou seja, numa “paisagem-só-natureza”, como definiu Sússekind, emerge um ser que a representa em plenitude.

Um ser de “*alma pampa*” que, segundo a narrativa alencarina, é dotado de todos os atributos necessários àquele meio, não necessariamente social, por isso destaca a coragem, a sobriedade/frugalidade, a rapidez, a força, o ímpeto. Dignas qualidades, sem

¹⁶³ Esta expressão é utilizada por Lucia Helena, num artigo onde a autora considera ambígua a idéia de nação e nacionalidade na obra de Alencar, e afirma que “é, enfim uma forma de fabricar ficcionalmente e, ao mesmo tempo, o esquecimento e a lembrança do mito do bom e do mau selvagem, do bom e do mau colonizador, e de inscrever esta mitologia reformulada como História pátria, através de uma ficção de cunho nacionalizante (...)”. Cf. HELENA, Lucia. *Identidade e Nação: memória e esquecimento em Alencar*. in.: INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo. Discurso, Memória, Identidade. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000, p.82-91.

dúvida, mas que tomadas ao pé da letra, pelo leitor urbano de Alencar, convertem-no num ser tão indistinto dos animais – os outros “*seres que habitam as estepes americanas*” –, e que por isso têm uma alma “plana”, afinal o pampa é o “*plano*”, o desértico, o não povoado, o inculto, o agreste, enfim, o incivilizado.

Mas a descrição de Alencar sobre o pampa e o ser que o habita, “*apesar de todo o colorido e brilhantismo do estilo*” não representou convenientemente o rio-grandense, segundo a concepção do poeta Bernardo Taveira Júnior, que o acusou de encobrir a “*aguda inteligência do campeiro*” pelo “*puro instinto do irracional!*”¹⁶⁵

A proposta de Taveira Júnior soa-nos oportuna, pois que outra credencial poderia ser mais efetiva que a de reivindicar para si o direito natural de apresentar o seu olhar poético sobre a província e seus conterrâneos, tendo em vista que ao justificar seu propósito afirma: “*poetizei sobre cousas que me passaram pelos olhos, e das quais tenho pleno conhecimento*”, alegação justa que será aqui utilizada, sem embargo, da diferença de gênero literário, visto que a nós interessa a linguagem utilizada – a atitude semântica adotada – para denominar e qualificar os filhos do Rio Grande do Sul.

Outro motivo razoável para a utilização do discurso poético de Taveira Júnior é sua necessidade de resposta, ou seja, seguindo a formulação de Ricoeur, de que a compreensão de uma obra só pode ser alcançada quando descobrimos ao quê ela responde, neste caso específico, a obra do poeta rio-grandense responde diretamente a obra de Alencar, enquanto refutação àquela representação algo “canhestra” dos rio-grandenses, o que insere sua obra num horizonte de sentido específico.¹⁶⁶

O atento leitor rio-grandense de Alencar principia sua crítica pela paisagem descrita por “*Sênio*”, através do poema “*Os nossos campos*”, no qual convida a quem queira “*ver formosos campos*”, que venha “*à terra dos campeiros, dos valentes cá do Sul*”, sugerindo que quem os veja saberá que “*os pampas não são,/ Sem colinas e sem montes,/ Onde ao longe os horizontes/ Enchem a alma de opressão*”¹⁶⁷, versos que repercutem também o depoimento do médico Avé-Lallemant, que em viagem pelo interior do Rio Grande em 1858 registrou que “*o campo não é de modo algum uma superfície inteiramente plana, em que a gente julga ver um oceano congelado*”¹⁶⁸.

¹⁶⁴ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.17-19.

¹⁶⁵ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *op. cit.*, p.21.

¹⁶⁶ Sobre a inserção da obra num horizonte de expectativa que cercam sua produção e a problemática hermenêutica da pergunta e da resposta ver: RICOEUR, Paul. P.293 e ss. E sobre o estabelecimento do diálogo entre a obra e a sociedade que possibilitam o surgimento da pergunta, ver: ALMEIDA, Custódio Luís Silva de. *A filosofia compreendida como diálogo*. In: *Hermenêutica e dialética: dos estudos platônicos ao encontro com Hegel*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002, p.173-234.

¹⁶⁷ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *op. cit.*, p.28-30.

¹⁶⁸ Ele foi ainda mais específico ao explicar que: “*Tanto pode ser plano como ondulado e até montuoso. A palavra campo significa uma pastagem aberta, natural, em oposição à floresta. Assim, pois, o campo ao norte de Rio Pardo é entremeado de largas colinas de pouca altura ou coxilhas, cujas ervas curtas pastam os rebanhos de gado*”. Cf. AVÉ-LALLEMANT, Robert. *op. cit.*, p.170.

Mas como Alencar escreveu seu romance em consonância com informações obtidas na maior parte em fontes hispânicas, sua descrição segue a visão mais “argentina” na qual *“ao sul triunfa o pampa e ostenta sua fronte lisa e aveludada, infinita, sem limite conhecido, sem acidente notável: é a imagem do mar na terra”*¹⁶⁹, conforme a sublime tradução de Sarmiento.¹⁷⁰

Cabe ainda mencionar a descrição do pampa, traduzida por F. Macler, realizada por Alexandre de Yonine, diplomata russo que viajou entre o Brasil e o Uruguai em 1866, que matiza um pouco as percepções anteriores, pois, segundo ele *“a partir de Bagé, começa a estepe, a imensa estepe de ondulações regulares que se alongam como as ondas do mar e se perdem ao longe no horizonte nebuloso”*, imagem que se acentua em direção às terras platinas, visto que *“a partir de Cerro Chato, o pampa torna-se mais plano e toma o aspecto de uma mar sem limites”*. Também é digno de nota o comentário do diplomata sobre o modo como os viajantes costumam descrever esta paisagem, pois *“representa-se, geralmente, os pampas como uma espécie de deserto melancólico, árido, onde reina o silêncio da morte. É um erro; nada mais animado que o pampa”*.¹⁷¹ Tal referência à opulência da vida selvagem no pampa contrasta com a ênfase de Alencar no *“torpor”* deste lugar, possivelmente, Yonine, acostumado às gélidas estepes russas, considerasse sob outra perspectiva o movimento da natureza neste lugar, além disso, vale destacar a designação “estepe” utilizada pelo viajante como sinônimo de pampa do mesmo modo que o escritor cearense.

Da paisagem passa-se ao personagem, no capítulo seguinte *“O viajante”*, no qual, ao correr da pena, vai Alencar descrevendo o homem rio-grandense, que para ele é inequivocamente um *“gaúcho”*, registrando minuciosamente a sua indumentária. Não lhe escapam, portanto, o poncho, o chiripá, a guaiaca e principalmente, as chilenas de prata, tampouco deixa de mencionar os prateados *“arreios à gaúcha”*, nem os instrumentos de uso comum, da faca ao laço, até as bolas retovadas de couro, além de objetos nem tão usuais assim, como *“uma lança gaúcha e um amolador em forma de lima”* (sic)¹⁷².

Sobre a indumentária, Taveira Júnior apenas registra que *“o uso das chilenas está a bem dizer completamente abolido entre os campeiros domadores, devido ao grande perigo*

¹⁶⁹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *op. cit.*, p.23.

¹⁷⁰ Nas notas Alencar explica o uso dos sinônimos “estepes” e “savana”, da seguinte maneira: *“Os espanhóis que primeiro povoaram a América Central, deram o nome de sabanas às imensas planícies rasas que se dilatam por aquelas regiões, e que realmente, no dizer dos viajantes, parecem à noite cobertas de um branco lençol. É o mesmo que os ianques chamam far-west; e os russos estepes. O termo espanhol foi adotado no francês e inglês; entre nós anda usado por boas autoridades. Quanto ao russo estepes já o vi empregado pelo Sr. A. Castilho, se não me falha a memória, em um trecho da tradução de René. Ambos são expressivos: mas nenhum tem a energia e a beleza do nome americano pampa.”* In: ALENCAR, José de. *op. cit.*, p. 238.

¹⁷¹ MACLER, F. *Através da América do Sul - Os países dos pampas*. In: TAMBARA, Elomar. *op. cit.*, p.54-55 e 63.

¹⁷² Augusto Meyer no Prefácio da obra demonstra grande descontentamento com esta descrição de Alencar, sobretudo no que se refere a ‘chaira’ que chama de “amolador em forma de lima”, por portá-la no

a que elas os expunham”¹⁷³, pelo fato de, em caso de queda do domador, eventualmente prenderem-se em alguma parte dos arreios, provocando com isso grande desgraça. Entretanto sabe-se do estranhamento registrado pelos viajantes, aos tais “monstrenços” enormes, tal como as descreveu Lallemant.

No texto começam a aparecer, as primeiras palavras utilizadas para identificar as várias ocupações do homem do campo, como “*vaqueiro*” e “*posteiro*”, além disso, também surge outra noção do narrador alencarino sobre esse espaço quase despovoado, assim como a pobreza dessas poucas habitações, conforme a seguinte passagem:

Depois de algum tempo de marcha, avistou o *gaúcho* no meio do campo o rancho de um *posteiro*, que assim chamam nas estâncias os *vaqueiros* incumbidos de guardar o gado solto. Encontram-se destas choupanas de distância em distância pela extensão dos grandes pastos¹⁷⁴.

Justa percepção, registrada por muitos viajantes e reiterada por Taveira Júnior, ainda no mesmo poema em que aproveita para exaltar a hospitalidade rio-grandense, nos seguintes versos:

O viajor de longe em longe
Encontra no seu caminho
Junto a algum mato um ranchinho...
Chegai, chegai com franqueza,
Podeis ali descansar;
Nessa rude felicidade,
Sorrindo, a hospitalidade
Surge sempre ao lumiar.¹⁷⁵

Mais adiante, no capítulo V, intitulado “O *Páreo*”, é narrado um episódio que acontece na província de Entre-Rios, na Argentina, sobre uma égua indômita oferecida, pelo mascate chileno D. Romero, aos vários homens reunidos numa pousada, “*vários andantes, invernistas e também alguns capatazes da vizinhança*”¹⁷⁶. Entre eles encontra-se Manuel Canho que está de passagem à procura do assassino de seu pai para vingar-se. De forma que, o lugar, as gentes e a questão são assim descritos:

As pessoas, reunidas na varanda, pitavam o infalível cigarrito de palha, sorvendo a goles o mate chimarrão. A conversa frouxa em começo, veio a cair sobre gineta, que é justamente com as histórias de briga e namoro o tema favorito da conversa dos **gaúchos na campanha**.

- Pois, senhores, é o que digo, exclamou o chileno. Nenhum será capaz de montar a égua que trago aí.(...)

campo ‘coisa não usual’ e que, além disso, não carregue ‘guampa’ e beba água no “bocal do estribo”. In. ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.20-21.

¹⁷³ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *op. cit.*, p. 99.

¹⁷⁴ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.21.

¹⁷⁵ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *op. cit.*, p.29.

¹⁷⁶ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.34.

- Ainda não encontrei quem se atrevesse, concluiu o chileno.
Um sorriso incrédulo, no qual se embestia sofrível dose de arrogância e motejo, circulou pelos **campeiros**.(...)
(...) Pois, senhores, se algum dos presentes for capaz de montá-la, a égua é sua. (...) Palavra de D. Romero.
Nesse instante ergueu-se do alpendre, onde estivera deitado sobre o pelego, um **gaúcho** que veio recostar-se ao parapeito.(...)
- Então, perguntou o paraguaio dirigindo-se ao chileno: o animal é de quem montar. Está dito?
- E escrito. (...) Palavra de um **guasca**. Arreventa, mas não arrepende.
Para ter jeito de montar, afrouxou o paraguaio os laços que prendiam os quartos do animal ao tronco; e ajustando as rédeas, pôs o pé no estribo.
Imediatamente aos olhos dos **campeiros** atônitos (...) voaram os arreios pelos ares e o paraguaio, arremessado pelos cascos do animal, rolava no chão.(...)
Calmo na aparência, mas abalado do ânimo, assistira o brasileiro à cena anterior (...)
- Que eguazinha, hein, Manuel Canho? Disse o dono da pousada.
Respondeu o **rio-grandense** com um sorriso:
- Não sabem levá-la.
[Manuel Canho oferece dez moedas pela égua, mas o chileno recusa o dinheiro, mas a oferece de graça se for montada. E Manuel manda trazer o animal.]
Posto o cerco ao animal, os **peões** conseguiram, depois de alguns esforços, tocá-lo para o gramado.(...)
Vendo Manuel, depois de repetidos afagos, passar a ponta do cabresto pelo pescoço do animal, os **campeiros** tomaram fôlego. Seus olhares se cruzaram, transmitindo uns a outros a expressão da própria surpresa e buscando o sinal da alheia. (...)
Quando o vulto esbelto relanceava por diante dele, o Canho, com incrível ligeireza, saltou no espinhaço da égua, que lá se foi a escaramuçar pelo campo, gineteando graciosamente (...).¹⁷⁷ (grifos nossos)

Nesta passagem é possível verificar que os homens do campo são em geral chamados pelo narrador de Alencar de *campeiros* que, conforme seu uso no texto, juntamente, com *guasca* podem também servir como sinônimos de “*gaúcho*”, como se pode notar no início do primeiro parágrafo; já os *peões*, em princípio, parecem ser tratados como trabalhadores mais subalternos, ou seja, serviçais do campo.

Sobre o episódio em si, Taveira Júnior não acusa maiores senões quanto ao procedimento de Canho. No poema “*O domador*”, porém, o autor nativo, não utiliza uma só vez a palavra “*gaúcho*” em seus versos, refere-se apenas, e tão somente, ao “*campeiro*”, cujo potro:

¹⁷⁷ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.35-41. Argumento semelhante é encontrado na narrativa “Os Gaúchos” de 1834 na Revue du Paris: “*Diversos gaúchos iam e vinham ao redor do curral, e alguns jovens de Buenos Aires faziam um círculo ao redor de um belo e vigoroso cavalo, que acabava de ser retirado da manada. Um desses jovens, que desejava comprá-lo, ofereceu uma boa recompensa ao gaúcho que quisesse montá-lo; mas tal era a impetuosidade selvagem do animal, ela havia resistido com tanta força aos que o haviam apanhado com seus laços, que ninguém queria arriscar a prova. Finalmente, um velho gaúcho de barba grisalha, olhos de serpente, estendeu a mão, recebeu a quantia oferecida, cingiu cuidadosamente a sela sobre o dorso do cavalo, colocou-lhe as rédeas, deu uma olhada nas suas longas esporas, disse que podiam afastar-se, lançou-se sobre o enfurecido quadrúpede, e partiu como um relâmpago. (...) Depois de ter galopado uma só vez sob o domínio de um gaúcho, o cavalo mais selvagem se encontra domado e não há mais, absolutamente, necessidade de manejo.” Cf. *Os Gaúchos*. In: Revue du Paris. Bruxelles, Louis Hauman, 1834, v.23. In: TAMBARA, Elomar. *op. cit.*, p.126.*

Enfim, com mimo e jeito
 Vai-se deixando vencer:
 O domador pouco e pouco
 Consegue-lhe a mão correr
 No pescoço e liso lombo,
 Té ir-lhe n'anca bater;
 Brando afaga e fala ao bruto,
 Qu'inda o não quer entender.¹⁷⁸

Entretanto, o caso narrado encerra outras questões de cunho regional como, por exemplo, o fato de ser a montaria disputada pelo “gaúcho” (rio-grandense), uma égua. Neste sentido, Augusto Meyer¹⁷⁹ demonstra grande exasperação com Alencar ao comentar sobre o assunto, pois, vale ressaltar que Saint-Hilaire em 1821 e também Hörmeyer em 1851 alertaram sobre esta peculiaridade, ou seja, que para montar nem todos os cavalos são apreciados pelo natural da terra, pois “*um brasileiro envergonhar-se-ia de montar numa égua*”¹⁸⁰.

Ademais ao dar o mesmo tratamento ao rio-grandense – na situação da doma em Entre-rios –, que aos espanhóis, a narrativa de Alencar interfere diretamente na construção imaginária sobre a identidade cultural do homem do Rio Grande do Sul, primeiramente, fixando a idéia de que este ser não é indistinto dos outros, nem pela denominação e, em segundo lugar, reforça a idéia de um brasileiro suspeito, sujeito às influências dos vizinhos castelhanos, pelo similar modo de existência e pelos contatos constantes. Tal a importância do nome numa definição identitária coletiva, pois conforme indica Baczko:

Designar a identidade coletiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados.¹⁸¹

Em virtude disso, se estabelece pela narrativa alencarina, uma representação identitária do regional sul-rio-grandense em que ele é apenas mais um entre os tantos “gaúchos” ou campeiros daquela região de fronteira, cultivando, portanto, através desta atitude semântica, todo um imaginário coletivo, sobre o duvidoso pertencimento cultural dos rio-grandenses, que estaria tanto mais distanciado dos demais brasileiros, quanto próximo dos castelhanos, concepção que o próprio autor esclarece em nota, da seguinte maneira:

¹⁷⁸ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *op. cit.*, p. 59-63.

¹⁷⁹ Duas questões referentes a montaria causam irritação em Meyer diz ele: “*Em Minas Gerais talvez se pudesse admitir a graciosa Catita montada em mula caborteira, sem quebra dos seus encantos, mas no Continente, com aquela gauchada mordaz e sua rígida estética de gineteria, a heroína do romance morreria de ridículo... Pior ainda, pior dos piores – nem sei como o diga – é o herói da história, o Gaúcho, montado em égua! Gaúcho só monta em égua quando mudou de sexo. E basta.*”, cf. MEYER, Augusto. *Prefácio*. In: ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.7.

¹⁸⁰ HÖRMEYER, Joseph. *op. cit.*, p. 58.

¹⁸¹ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. nº 5: *Antropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.309.

Nas fronteiras, o contato de populações de nacionalidade diferente produz geralmente a repulsão com seu cortejo de lutas e vinganças, embora algumas vezes se estabeleça uma certa adesão, como apoio à resistência contra o respectivo governo. Essa é a história da *nossa fronteira sul*, ao mesmo tempo *couto de caudilhos nossos e refúgio de rebeldes estrangeiros*.¹⁸² (grifos nossos)

Esta observação de Alencar contém a preconcebida visão “*desde fora*” sobre o Rio Grande e seus habitantes, a típica visão urbana da Corte sobre os guascas deste Continente, ou seja, de um território fora do alcance da lei e do rei, por isso terra de “gaúchos” e de caudilhos, onde por suposto impera o mando do mais forte, por isso valhacouto de “*rebeldes estrangeiros*”, enfim, um lugar inóspito onde a natureza sobrepõe-se a qualquer outra forma de organização.

Diante de tal concepção, como esperar de Alencar ou de seus leitores da Corte outra elaboração sobre os rio-grandenses, senão aquela apontada por Taveira Júnior em que “*à aguda inteligência do campeiro*” sobrepõe-se “*o puro instinto do irracional*”?

Cabe considerar, portanto, como atua, na escrita de Alencar, este imaginário social da Corte sobre os rio-grandenses, senão sobre todos os rio-grandenses, ao menos sobre aqueles que habitam a “*fronteira sul*”, neste sentido, nossa reflexão é guiada pela formulação de Chartier que alerta sobre a importância de “*considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão*”¹⁸³, a fim de perceber em que medida seu romance estaria também vinculado a uma expectativa de seu público leitor.

Tendo em vista que, ao contrário de Taveira Junior, que entregou aos “*campeiros do sul*” à apreciação quanto à fidelidade do que sobre deles escreveu¹⁸⁴; Alencar, por sua vez, escrevia aos urbanos leitores da Corte e partilhava com eles, certo imaginário sobre os homens do sul. Pois, entre a fórmula dialógica da relação entre as práticas do mundo social e a construção dos discursos, está a mediação do imaginário social que fornece ao autor as balizas e os limites de sua criação, ou conforme Bazco:

O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos “discursos” nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem.¹⁸⁵

Parte desta reflexão é uma preocupação constantemente apresentada por Chartier, não num sentido reducionista do mundo social considerado somente como uma construção discursiva, mas que pensa sobre a necessária articulação entre as representações coletivas,

¹⁸² ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.240.

¹⁸³ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2000, p.197.

¹⁸⁴ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *Convém Ler*. In: *op. cit.*, p.21.

¹⁸⁵ BACZKO, Bronislaw. *op. cit.*, p.311.

suas condições de possibilidade e o processo de apropriação destes discursos, ou seja, seus usos sociais, pois as práticas culturais intencionalmente ou não, são parte fundamental da construção das identidades sociais.¹⁸⁶

Pierre Bourdieu também analisa as condições destas articulações visando, como sociólogo, “*construir sistemas de relações inteligíveis capazes de explicar os dados sensíveis*”¹⁸⁷ a partir de um espaço social específico, denominado “*campo literário*”, no qual o autor, em função de sua autoridade e/ou influência neste espaço, pode ser capaz de produzir pela escrita um “*efeito de crença*”, que pela peculiar relação da Literatura com o mundo social estabelece vínculos para serem socialmente partilhados, tendo em vista que, “*é do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto seu “ser percebido”, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social*”.¹⁸⁸

Neste sentido, a peculiar condição de fronteira política e cultural, interfere diretamente tanto na elaboração mental – sobre o caráter patriótico dos rio-grandenses –, daqueles que os vêm *desde fora*, neste caso, desde a Corte; quanto na própria formação social destes brasileiros isolados do restante da nação, estabelecendo uma identidade cultural diferenciada, como bem o demonstra a expressão de Glodomiro Paredes, para quem, afinal, “*o Rio Grande, moralmente, forma uma nação à parte*”¹⁸⁹. Neste sentido, explica Guazzelli:

A fronteira foi ao longo do tempo uma questão fundamental para a formação da identidade dos rio-grandenses. Separando-os das gentes de fala castelhana, afirmava a “lusitanidade” primeiro, e a “brasilidade” mais tarde. Aproximando-se daquelas mesmas gentes, conferia aos homens da estremação um papel político desproporcional à importância econômica da província, e a possibilidade de acordos privados nem sempre coincidentes com as intenções das autoridades centrais, de Lisboa primeiro e do Rio de Janeiro posteriormente.¹⁹⁰

Com efeito, nem mesmo a atuação permanente dos rio-grandenses na defesa das fronteiras brasileiras configurava aos olhos da Corte, suficiente prova de patriotismo, devido aos constantes descumprimentos dos comandantes de fronteiras das instruções imperiais – como nos casos citados anteriormente sobre Neto e Canabarro –, que por diversas vezes acarretaram transtornos diplomáticos entre o Império e as Repúblicas platinas¹⁹¹.

¹⁸⁶ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, , 2002, p. 7-22.

¹⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, 1996, p.14.

¹⁸⁸ CHARTIER, Roger. *op. cit.*, 2002, p.10.

¹⁸⁹ PAREDES, Glodomiro. *op. cit.*, 1869, p.273.

¹⁹⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *A Província de São Pedro contra o Império*. In: O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese de doutorado. Rio de Janeiro:UFRJ, 1998, p.146.

¹⁹¹ Sobre esta conflituosa relação entre as ordens imperiais e as insubordinações locais ver: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001. Sobre as instáveis relações entre rio-grandenses e a Corte cabe destacar entre os estudos do tema as importantes contribuições de PICCOLO, Helga I. L. *Rio Grande do Sul, Província Fronteira: fator de instabilidade política no processo de independência do Brasil?* In: Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Salvador, 1994. E Figueiredo, que

Contudo estas atitudes apesar de desafiarem a autoridade da Corte, constituíam uma espécie de “*modus operandi*” necessário à manutenção da autoridade dos comandantes da fronteira em seu local de atuação, afinal, este é um espaço compartilhado pelos que habitam a região, nele não há uma “*linha divisória que separe as duas coletividades*”¹⁹², por isso constitui, o que Padrós chamou de “*fronteira viva*”, ou seja, um lugar de “*intercâmbio, contatos e interação*” de diversos tipos, sejam eles econômicos, culturais ou bélicos, tal como, o demonstra a narrativa de Alencar.

Aqueles contatos – de lutas e vinganças –, oriundos deste constante enfrentamento, entre os fronteiros funcionavam também como medida de autoridade, convertida em respeito e poder, diante daqueles inevitáveis vizinhos, que transformados pelas circunstâncias em adversários, geravam as tais atitudes de repulsão e adesão, a que se referiu Alencar.

Por isso estas atitudes de independência eram vistas com tanta desconfiança pela Corte, mas, o fato fundamental desconsiderado em grande medida, era a necessidade desta autonomia, em virtude da ausência e/ou insuficiência de um efetivo militar do Império, ou mesmo do desconhecimento, por parte da Corte, das peculiaridades nos enfrentamentos, que contrariavam as “*táticas militares acadêmicas*” – conforme a situação registrada pelo processo de Canabarro¹⁹³ –, de modo que, esta zona conflituosa, de relações ambíguas e valores ambivalentes que, muitas vezes, tumultuavam as já conturbadas relações entre os rio-grandenses e a Corte “*pelos extremas dificuldades das autoridades centrais em submetê-los aos seus projetos*”¹⁹⁴, acabou estabelecendo curiosos limites de identificação e reconhecimento com os demais brasileiros, pois conforme explica Guazzelli:

Os proprietários rurais comandantes de forças irregulares [os caudilhos], defendendo seus interesses privados, dos dois lados de uma “*linha*” que diferia conforme as intenções de cada grupo, fizeram aqui seus campos de lutas, que muito poucas vezes respondiam aos anseios dos organizadores nacionais. Os conflitos e as alianças responderam às conjunturas específicas; a fronteira que haviam construído o Continente e a Banda Oriental, seguiria impondo o curso dos destinos do Rio Grande e do Estado Oriental.¹⁹⁵

explica tais circunstâncias da seguinte maneira: “Para Helga Piccolo, “*o Rio Grande do Sul foi fator de instabilidade política no decorrer do século XIX*” e que, para isto, muito “*contribuiu sua condição de província fronteiriça*”. Seguindo [tal] raciocínio, a situação fronteiriça dos grandes estancieiros sul-rio-grandenses levava-os a ter duas possibilidades distintas, e aparentemente antagônicas do ponto de vista estritamente político, em sua relação com o governo central: ou o governo imperial apelava a esses para que intervissem quando o governo uruguaio tomasse medidas lesivas aos seus interesses, principalmente depois da Guerra Grande (pós-1852), quando temia-se o perigo de uma “*orientalização*” da fronteira, ou os próprios estancieiros agiam conforme seus interesses privados, muitas vezes contrariando ordens e interesses diplomáticos do império.” Cf. FIGUEIREDO, Joana B. *op. cit.*, p.13.

¹⁹² GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 1998, p.147.

¹⁹³ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 2001, p.324 e ss.

¹⁹⁴ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 1998, p.162.

¹⁹⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 1998, p.149.

Sobre as alianças, mencionadas por Guazzelli, ou as adesões, aludidas por Alencar, cabe reiterar que se trata de um espaço disputado e compartilhado por três forças nacionais em constituição e afirmação, isto é, o estabelecido Império brasileiro, a futura Confederação Argentina e a recente República Oriental – o Uruguai – que resultou da interferência inglesa. Assim “na fronteira” entre o Brasil e a Argentina foi criado um “*Estado tampão*” que abrigou em sua formação os caudilhos e suas forças irregulares, as “*montoneras*”¹⁹⁶, compostas por “*gauchos*”, indivíduos avulsos ou vagos, “*de grande coragem e de extraordinária tenacidade (mas também completamente desprovidos de escrúpulos)*”¹⁹⁷. É, portanto, sob esta perspectiva que devem ser estabelecidas as diferenças e as semelhanças, sempre circunstanciais, entre os comandantes de fronteira rio-grandenses e os caudilhos platinos, e, embora Alencar seja bastante categórico ao afirmar a existência de “*caudilhos nossos*” abrigados nesta fronteira, sempre cabe relativizar a aplicação desta denominação.

3.2.3. Comandante de fronteira, caudilho ou “rei da campanha”?

De volta a narrativa de Alencar – e dentro desta perspectiva dos senhores da guerra¹⁹⁸ –, é possível identificar ainda outros significados dados à palavra “*gaúcho*” no texto, além de uma interessante ausência digna de nota – tal como se verificou em Caldre e Fião –, que ocorre quando o autor refere-se ao líder local, coronel Bento Gonçalves da Silva, no capítulo IV, denominado “*O Padrinho*”.

Ocasão em que Manuel procura o padrinho, a fim de despedir-se antes de partir em busca do assassino de seu pai. E vai até a casa de Bento Gonçalves onde este mantém prisioneiro, o caudilho D. Juan Lavalleja, que fora expulso de Montevidéu, pelo Presidente

¹⁹⁶ Segundo informa Guazzelli “*Montonera*”, “*é uma das tantas palavras de cunho pejorativo que adquiriu com o passar do tempo um caráter honorífico. É derivada da palavra espanhola “montón”, montão ou amontoado, sendo usada pelos representantes das tropas espanholas estacionadas em Montevidéu para descaracterizar o exército irregular de Artigas*”. Da “*montonera*” não fazem parte soldados profissionais, uniformizados, dentro dos padrões hierárquicos castrenses; os “*montoneros*” são gaúchos, peões, escravos, índios, enfim, gente oriunda do “*montón*”. Cf. ANSALDI, Waldo. *Montonera*. In: CLACSO/ILDIS. *Términos Latinoamericanos para el Diccionario de Ciencias Sociales*. Buenos Aires:Clacso/ILDIS, 1976, p.123 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Caudilhos e “montoneros” de La Rioja: sociedade e discurso (1862-1867)*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia, Ciências e História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1990, p.02.

¹⁹⁷ Segundo Guazzelli: “*A constituição daqueles aventureiros, preadores de índios e de reses chimarronas, mais tarde denominados gaudérios e gaúchos, corresponde a uma versão platina dos *frontiers men* de Turner, que podem ser definidos como “um restrito número de homens dotados de grande espírito de iniciativa, de fantasia, de grande coragem e de extraordinária tenacidade (mas também completamente desprovidos de escrúpulos)” cf. ZIENTARA, Benedikt. *Fronteira*. In: *Enciclopédia Einaudi vol. 14*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989, p.313. *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 1998, p.148.*

¹⁹⁸ Figueiredo esclarece que: “*“senhores guerreiros” é uma terminologia utilizada por Helga Piccolo para designar os “caudilhos” rio-grandenses, que para a historiadora teriam características próprias, diferindo de seus colegas platinos, sejam eles argentinos, uruguaios ou paraguaios. Para o mesmo grupo de latifundiários Cesar Augusto Barcellos Guazzelli utiliza o termo “estancieiro militar”.*” Cf. FIGUEIREDO, Joana B. *op. cit.*, p.29.

da República D. Frutuoso Rivera, e adentrara o território brasileiro sendo imediatamente intimado pelo coronel a entregar suas armas. Este episódio, aliás, será comentado pelo memorialista da Revolução, Francisco de Sá Brito¹⁹⁹, confirmando, portanto, as informações de Alencar e que conferem ao texto um certo tom de “romance histórico”.

José de Alencar não escolhe por acaso, como pano de fundo das aventuras de seu personagem, os momentos iniciais da guerra farroupilha, tampouco evoca a memória do líder Bento Gonçalves sem alguma intenção e, neste sentido, seu propósito parece ser o de sedimentar através de sua literatura uma memória, senão regeneradora, ao menos judiciosa, em alguns aspectos, sobre comportamentos e perfis daqueles homens que lutaram durante tanto tempo contra o Império. Entretanto, sua perspectiva narrativa demonstra que partilha do mesmo julgamento desconfiado da Corte, pois diante do tratamento dispensado ao mais ilustre herói rio-grandense, ele explica, que “*nem todos os bustos dessa galeria são, como o de Bento Gonçalves, da classe daqueles homens que ao sair do mundo entram logo na posteridade*”²⁰⁰.

Embora Augusto Meyer lhe reprove o estilo, o narrador descreve o coronel Bento Gonçalves com alguma simpatia, como uma figura admirada por homens e mulheres do Rio Grande e, enfim, diz:

O coronel Bento Gonçalves da Silva, veterano da guerra da Cisplatina e comandante da fronteira de Jaguarão e Bagé, era então o homem mais respeitado em toda a campanha do Rio Grande do Sul. Franco e generoso, bravo como as armas, vazado na mesma têmpera de Osório e Andrade Neves, montado a cavalo como o *Cid campeador*, era Bento Gonçalves o ídolo da campanha.

(...)

Para os habitantes do interior, o coronel era o rei da campanha: ninguém tinha o direito de lhe dar ordens; desarmara Juan Lavalleja porque assim lhe aprouvera, como poderia protegê-lo, unir-se a ele, e marchar sobre Frutuoso Rivera.²⁰¹

Não se deve, entretanto, subestimar a argúcia de Alencar, ao descrever a autoridade e o respeito que a figura de Bento Gonçalves impunha “aos habitantes do interior”, pois esta

¹⁹⁹ As memórias de Sá Brito foram escritas entre 1870 e 1875 e narram suas lembranças sobre alguns fatos da Revolução Farroupilha, cabe destacar que também neste texto não se encontra a denominação gaúcho em referência aos nativos do Rio Grande, o autor utiliza preferencialmente, rio-grandenses e campeiros. In: BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*. (reprodução fac-similada da edição original) Rio de Janeiro: Gráfica Ed. Souza, 1950.

²⁰⁰ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.242.

²⁰¹ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.25-26. O mordaz Augusto Meyer refere-se especificamente a atitude do líder farroupilha e seu “bigode” na descrição alencarina: “A verdade é que este gigante de nossa ficção romântica, por desleixo ou impaciência, às vezes tropeça num grão de areia. No retrato tão vivo de Bento Gonçalves, por exemplo, qualquer leitor gaúcho de algumas letras ficará espantado ao vê-lo confiando os bigodes grisalhos, no seguinte passo: “Os homens o adoravam; as mulheres o admiravam. (...) Sensível a essa fineza do belo sexo, o veterano alisava o bigode grisalho, pagando com um sorriso os olhares coados pelas rótulas”, e arremata, o crítico: “Este Bento Gonçalves ornado de bigodes lembra fatalmente um grave retrato, desfigurado com apêndices pilosos pela mão travessa de uma criança”. MEYER, Augusto. *op. cit.*, p. 82 e 91.

pequena ressalva já indica o lugar de mando do coronel, embora sua narrativa não mencione qualquer manifestação política urbana, apenas o fato de o localizar discursivamente neste ambiente e não outro já induz a uma série de significações, que estão presentes nesta representação em que, afinal “o coronel era o rei da campanha”.

O narrador de Alencar também não apresenta o coronel Bento Gonçalves nem como “gaúcho”, nem como *caudilho*, mas reitera a ausência de outro poder além do pessoal naquela região, pois “ninguém tinha o direito de lhe dar ordens”, embora essa afirmação seja ambígua, tendo em vista que o coronel, naquele lugar representava a existência da autoridade do Império, afinal era um militar brasileiro no comando da campanha rio-grandense, e sob este enfoque quem mais haveria de dar-lhe ordens?

Sobre a peculiar condição de comando destes “homens de fronteira”, em virtude da distância da província do poder central, Figueiredo esclarece que:

Essa conturbada área de avanços e recuos, trocas e intercâmbios, contrabando, conflitos políticos e armados é uma zona privilegiada para a ação dos caudilhos orientais e dos “senhores guerreiros” do Rio Grande em função da já citada “distância” em relação aos centros de decisão e ao governo central; há um “vazio de poder”, na maioria das vezes preenchido por este tipo de liderança local. Nessa zona de fronteira não só têm lugar o desenvolvimento de políticas e acertos comerciais, mas também de idéias, identidades e relações sociais em geral: há a composição de um “homem da fronteira”. O “homem da fronteira” é aquele que sustenta, nessa região, sua autonomia em relação aos respectivos Estados, contraditoriamente à função que deveriam exercer de afirmação desses mesmos Estados.²⁰²

Neste sentido, tal ambigüidade fica por conta da sugestão de insubordinação do coronel às ordens da Corte, visto que, o narrador não o coloca espontaneamente no panteão dos heróis nacionais ao mencionar o episódio da prisão de D. Juan Lavalleja, pois segundo o parecer do narrador sua atitude nada tem de patriótica, ele apenas age conforme julga conveniente, do mesmo modo que poderia, se quisesse “*protegê-lo, unir-se a ele*” e marchar sobre um inimigo comum, tal a sua autonomia de “*rei da campanha*”, ou de “*homem de fronteira*”.

Na seqüência é narrado um diálogo entre o caudilho uruguaio e o líder rio-grandense sobre as condições políticas em que ambos se vêem envolvidos, cada qual em seu território. Na elaboração de Alencar a situação seria como segue, a partir de uma provocação de Lavalleja, e que ao cabo revelará interessantes diferenças de representação entre platinos e rio-grandenses:

- Coronel, o senhor não é um homem!
- (...)
- O senhor é meu prisioneiro e hóspede desta casa, general, disse Bento Gonçalves sentando-se com a maior calma. Em outro momento e outro lugar, eu

²⁰² FIGUEIREDO, Joana B. *op. cit.*, p.39.

Ihe mostraria que um brasileiro não vale um, mas dez homens; enquanto que são precisos dois castelhanos para fazer meio brasileiro. O senhor deve saber disto.

- Outro tanto Ihe poderia eu retorquir; mas não estou agora para bravatas. Digo e repito que não é um homem, Sr. Bento Gonçalves, pois se o fosse, seria o primeiro de todo este Rio Grande. Em vez de coronel se faria general. Que vale o comando desta fronteira para quem pode, estendo a mão, apanhar a presidência da província?

- Que pretende dizer com isto, general?

- Caramba! No momento em que Bento Gonçalves quiser, o Rio Grande do Sul será um Estado independente como a Banda Oriental. Está bem claro agora? Para arrancar minha pátria ao jugo do império bastaram trinta e três heróis; (...)

- De que Ihe serviu ao senhor, diga-me, fazer a divisão da Cisplatina? Retorquiu o coronel com ironia. Lá está seu compadre, dentro do queijo; e eu obrigado bem contra a minha vontade a desarmar o herói da independência de sua pátria, como um rebelde.

- Lá isso não vem ao caso: é a sorte da guerra. Hoje ganhou meu compadre a partida, amanhã chegará minha vez; todavia, cá entre nós, quem manda é o mais forte; não somos governados por um menino de dez anos.

- Quem governa é a lei, respondeu Bento Gonçalves em tom seco.

- Burla, coronel; este mundo é governado por duas coisas: a força ou a astúcia. O mais, isso de lei, de liberdade e justiça, são palavras sonoras para o povo, que no fim das contas não passa de um menino que se acalenta com um chocalho.... O Rio Grande Ihe pertence, coronel, como a Banda Oriental a mim, D. Juan Lavalleja.

(...)

- Sou brasileiro; nasci cidadão do império, e assim hei de viver enquanto houver liberdade em meu país; porque para mim a liberdade não é uma burla para enganar o povo, mas o primeiro bem, que não se perde sem desonra e não se tira sem traição. Quando eu me convencer que para ser livre, é preciso deixar de ser imperialista, não careço que ninguém me lembre o que me cabe fazer. O coronel Bento Gonçalves saberá cumprir seu dever.

Dando esta resposta com tom enérgico, o **rio-grandense** guiou o caudilho à varanda onde tinham posto a ceia.²⁰³(grifos nossos)

Este é um dos tantos episódios controversos entre os comandantes de fronteira do Rio Grande do Sul e os interesses do Império. Sobre este fato Francisco de Sá Brito, afirma que havia um grande ressentimento por parte dos rio-grandenses com relação a condenação de traição dada a Bento Gonçalves, devido a intrigas que ocasionaram sua primeira prisão e a suspeita de que ele estivesse tramando uma união com as repúblicas platinas a fim de separar o Rio Grande do Brasil²⁰⁴.

Por outro lado há nesta passagem mais distinções políticas entre platinos e rio-grandenses do que efetivamente sobre classificações sociais da província, neste sentido, é importante ressaltar a forma como o narrador de Alencar delineia politicamente a figura de Bento Gonçalves, enquanto um homem que defende os princípios liberais de sua época, isto é, para quem o povo constitui a base e o princípio do governo e, a lei, o fundamento da liberdade, além de uma clara distinção entre o líder rio-grandense, um coronel “*respeitado em toda a campanha*”, em contraste com seu vizinho um legítimo caudilho platino comandante de tropas irregulares, e para quem “*a lei é uma burla*”.

²⁰³ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.30-31.

Aí, portanto, encontra-se a tentativa de construir aquela relativa “visão judiciosa” mencionada anteriormente, ou seja, nesta discussão entre Bento Gonçalves e Lavalleja, estão confrontadas duas visões de mundo, visões que expressam um imaginário sobre os homens da fronteira, visões que formam juízos de valor sobre os comportamentos destes dois líderes, mas que apesar de representar o coronel luso-brasileiro mais em conformidade com os preceitos da ordem, do que seu “maquiavélico” interlocutor hispano-platino, apresentado pelo narrador de Alencar como um comandante rebelde e “degenerado”, ainda assim, não há nenhuma adesão do narrador à figura do principal líder farroupilha, apenas não o desfigura tratando-o apenas como mais um *caudilho*.

Além disso, é curioso notar como Alencar, parece se apropriar de um discurso de Bento Gonçalves, num manifesto que publica já como Presidente da República Rio-Grandense, sobre seus episódicos encontros com Lavalleja, em que utiliza como argumento para justificar sua conduta a peculiar hospitalidade rio-grandense, pois:

É a hospitalidade rio-grandense universalmente conhecida (...). O patriota rio-grandense, verdadeiro cosmopolita, aqui a oferece franca, larga e generosa ao primeiro infeliz que se apresenta à sua vista. Ele não podia ser indiferente aos prófugos da Banda Oriental que lhe pediam um asilo.²⁰⁵

Entretanto, a utilização deste fato na narrativa reitera também o imaginário sobre a fronteira sul-rio-grandense como refúgio de “*rebeldes estrangeiros*”, que eram de alguma maneira acobertados pelos comandantes da região que agiam como Bento Gonçalves, ou seja, com a absoluta autonomia de um “*rei da campanha*”. Construção esta que favorece a associação da figura do coronel, que comandava a proteção da fronteira com suas próprias tropas – em parte pela insuficiência do efetivo militar imperial, em parte pelo próprio costume local –, com a figura do caudilho chefe de *montoneras*, os bandos irregulares armados que atacam, matam e saqueiam os inimigos pessoais dos caudilhos, embora, prudentemente, esta denominação não seja diretamente aplicada em nenhum momento ao coronel brasileiro.

Esta composição mesclada pelas figuras do coronel-estancieiro e caudilho na “*fronteira sul*” pode ser percebida na seqüência da narrativa, ainda a partir da figura do coronel Bento Gonçalves e dos homens que o acompanhavam, em que o narrador de Alencar constrói um perfil de homem poderoso no interior do Rio Grande de São Pedro, da seguinte maneira:

Estavam à porta o cabo de ordens e uma *rédua de camaradas paisanos* ao serviço do coronel. Não havia então na campanha do sul homem ou estancieiro importante que não se acompanhasse de *um bando de gaúchos*. O número

²⁰⁴ BRITO, Francisco de Sá. *op. cit.*, p.123.

²⁰⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 1998, p. 168.

desses camaradas, que lembram os acostados da Idade Média, indicava o grau de preponderância e riqueza do patrão.²⁰⁶ (grifos nossos)

Neste caso um conjunto de circunstâncias interfere na representação deste ícone da liderança local, dado o seu prestígio de comandante militar e chefe político, visto que, Bento Gonçalves tornou-se um paradigma de “coronel do sul” já em sua época, mesclando características de seus congêneres do “norte” com aquelas advindas da genérica associação com os mandatários platinos. Neste sentido, pelo menos duas realidades socioculturais contribuem para esta mescla involuntária, a primeira está ligada a permanente atuação militar dos homens da “*campanha do sul*” que mantinham suas posições utilizando efetivos recrutados entre os agregados de suas propriedades, em decorrência do precário contingente militar imperial; a segunda vincula-se a maneira peculiar desenvolvida na região da fronteira, em relação ao convívio com os espanhóis.

Existem, portanto, questões de ordem política e questões de ordem cultural, envolvidas na elaboração mental sobre estes homens, constantemente, confrontados com dificuldades de várias ordens entre as quais a necessidade de adotar atitudes semelhantes a dos inimigos, pelas circunstâncias impostas pela cultura da região.

Neste sentido, a pecha de “*caudilhos*”²⁰⁷ dada aos comandantes rio-grandenses corresponde ao tipo de comando comum naquele território, que originalmente formavam os chamados “*campos neutrais*”²⁰⁸, terras desabitadas da Banda Oriental²⁰⁹ que durante anos

²⁰⁶ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.29.

²⁰⁷ Guazzelli, explica que: “*Caudilho é a tradução portuguesa da palavra “caudillo”; esta, por sua vez, deriva do latim “cabdillo”, cauda: caudilho é alguém que arrasta uma “cauda” de seguidores*”. A palavra, por sua vez, tem um sentido amplo e um estrito. Na literatura hispânica em geral, pode-se encontrar a expressão caudilho aplicada a qualquer governante, dirigente ou militar, que estivessem a frente de movimentos envolvendo grande número de pessoas. Nesse sentido amplo, poderia ser a palavra aplicada a um Alexandre, a um Átila, a um Cid Campeador, etc. No sentido estrito, que é o que nos interessa, caudilho se usa para designar lideranças afiançadas em bases regionalizadas, que resistem ou se insurgem contra uma organização política que pretende um nível mais elevado e centralizado de poder. Classicamente, é o principal líder de uma região que recusa obediência às instituições pretensamente nacionais. Cf. LUNA, Felix. *Los Caudillos*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1971, p.20 *apud in* GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *op. cit.*, 1990, p.02.

²⁰⁸ Os “campos neutrais” constituíam um território “de ninguém” estabelecido pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) entre Portugal e Espanha que não poderia ser ocupado por nenhuma das nações. Parte desta região compõe a Banda Oriental que no início do século XIX pertencerá, brevemente, ao Império do Brasil sob a denominação de Província Cisplatina (1821-1828), e que transforma-se após a independência, com a ajuda da Inglaterra, em República Oriental do Uruguai.

²⁰⁹ Sobre este aspecto é bastante interessante o relato de Brackenridge, inglês, que viajou entre o Brasil e a Banda Oriental em 1820, e observou as atitudes de ambos os lados nestes “campos neutrais”, segundo ele não era seguro ir além “*das linhas portuguesas, que se estendiam por cerca de 3 milhas (...), pois poderíamos encontrar-nos com os gauchos, nome pelo qual são chamadas as pessoas de Artigas. (...) enquanto contemplávamos esta paisagem (...) nossa atenção foi atraída pelo rumor de vários mosquetes e pelo aparecimento de alguns cavaleiros galopando à distância de cerca de meia milha além das linhas. Estes, logo identificamos ser um grupo de gauchos, tal é o nome dado às pessoas da região em geral (...). O grupo estava empenhado em afugentar alguns cavalos portugueses (...). A perda de cavalos, contudo, provavelmente é sentida pelos portugueses, que estão confinados num espaço estreito que, dificilmente, fornece pastagem suficiente para sustentar os que eles têm. Nós os observamos extremamente ocupados em conduzir seu gado, assim como em estar sob a proteção das tropas estacionadas a intervalos ao longo das linhas. Dentro de umas poucas centenas de jardas de nós, parecia haver um corpo de 40 ou 50 num*

foram “preenchidas” com a presença de aventureiros ou desertores, os “*hombres sueltos das campanhas platinas*”, indivíduos que, segundo informa Guazzelli, “*por não terem relações de trabalho estáveis, viviam dos mais variados expedientes*” e que desde a Guerra da Cisplatina, “*compunham as hostes irregulares dos caudilhos que afloraram com as guerras de independência*”, as famigeradas *montoneras* dos *gauchos* platinos.²¹⁰

Um típico caudilho-platino, portanto, pressupõe a existência de uma *montonera* sob seu comando, esta acepção configura, conforme explica Guazzelli, “*uma diferença qualitativa entre os exércitos regulares e esses bandos que lutavam pelos interesses privados dos seus caudilhos*”²¹¹, mas é preciso considerar que um rio-grandense Comandante de fronteira e estancieiro, também utiliza seus campeiros em defesa da propriedade e que, por via de consequência, a fronteira consistia numa idéia de propriedade tanto para os rio-grandenses, quanto para o Império brasileiro.²¹²

Mas o próprio Alencar trata de estabelecer distinções entre os modos de pensar a organização política da sociedade através do diálogo entre os dois comandantes de fronteira, no qual Bento Gonçalves reafirma as crenças na lei, na liberdade e no Império e Lavalleja, em contrapartida, somente reconhece a força e a astúcia como valores adequados para a conquista e manutenção do poder. Neste sentido entendemos que a visão que o autor constrói de Bento Gonçalves pretende-se mais judiciosa com o líder dos rio-grandenses, não obstante, a narrativa também o configure “quase” como um senhor feudal, que afinal, se faz acompanhar por um “*bando de gaúchos*” que “*lembram os acostados da Idade Média*”, re-estabelecendo novamente, portanto, a associação com os caudilhos.

3.2.4. Manuel Canho ou um canhestro rio-grandense alencarino?

*reduto, que nada faziam além de observar atentamente as proezas dos gaúchos. Ninguém foi persegui-los, sendo uns poucos tiros longos disparados na esperança de dispersá-los. Tal é o tipo de cerco feito pelo que pode ser considerado quase uma força invisível. É um tipo de anomalia na história militar.” Cf. BRACKENRIDGE, H.M. Voyage to South América. (Viagem à América do Sul). London: John Miller, 1820. In: TAMBARA, Elomar. *op. cit.*, p.219-225.*

²¹⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Gauchesca: entre sul-rio-grandenses e castelhanos. In: Anais do I encontro de fronteiras culturais: Brasil – Argentina – Uruguai.p.1

²¹¹ Id ibidem, p.1.

²¹² Sobre as questões de ordem cultural, envolvidas na formação do peculiar perfil do comandante de fronteira sul-rio-grandense, Figueiredo destaca que: “*Os conflitos de guerra na fronteira do Rio Grande com vizinhos platinos oferecem aos comandantes da zona em questão um meio de coação importantíssimo do ponto de vista político e ainda mais do ponto de vista simbólico: o alistamento de milicianos de facção oposicionista no serviço da guerra. Nesse contexto há a criação da Guarda Nacional, a qual funcionando como uma corporação de oficiais fornece ao Rio Grande uma cooperação privada em tarefas críticas associadas à integridade territorial da comunidade política. Em consequência disso, há o desenvolvimento no Rio Grande de uma função estrutural dos comandantes com um grau sem paralelo na iniciativa privada (os quais têm de tomar decisões rápidas porque seu Estado central havia deixado nas mãos de seus oficiais patrimoniais a responsabilidade de assumir iniciativas justificadas pela organização do território)*”. Cf. FIGUEIREDO, Joana. B. *op. cit.*, p.58.

Embora, seu propósito fosse representar através dos romances “*a cor local*” dos brasileiros, neste caso, do sul, seus costumes, linguagem e tradições, buscando, enfim, o tal “*sainete todo brasileiro*”, o que se verifica, entretanto, é uma associação constante entre os rio-grandenses e os castelhanos.

Até aqui, portanto, segundo as indicações presentes na narrativa, o rio-grandense, sendo trabalhador do campo ou não, é um “gaúcho”, assim como qualquer castelhano de igual atividade, e sendo comandante militar na fronteira é caudilho, como os demais chefes platinos de bandos irregulares, ou seja, na narrativa de Alencar os brasileiros do Rio Grande do Sul, a despeito de sua caracterização até certo ponto positiva de Bento Gonçalves, estão plenamente identificados com os espanhóis, suas práticas e sua cultura.

Neste sentido, o que se percebe é uma construção no mínimo polissêmica, senão contraditória entre as características atribuídas pelo narrador ao seu personagem principal e os significados conferidos ao ser que pretende sintetizá-lo, o “gaúcho”, que no início da narrativa esteve absolutamente associado ao ambiente, a ponto de tornar-se um ser de “*alma pampa*”; que na seqüência de Entre-rios, foi considerado um trabalhador do campo como qualquer outro campeiro, mas que, em seguida, foi transformado em “*rédua de camaradas paisanos*”, formando um “*bando de gaúchos*”, mesmo quando sob o comando de um coronel rio-grandense da campanha. Três ordens de sentidos, três distinções sociais sob uma única denominação.

Uma denominação que era até então utilizada, pelos provincianos, com parcimônia e aplicada criteriosamente apenas há alguns membros desta sociedade, uma denominação que vai adquirindo, com a prosa alencarina, novas roupagens, como se percebe no capítulo VII, “*O amansador*”, no qual para justificar a amizade de Canho pelos cavalos, Alencar, immortaliza em suas páginas a descrição do homem *rio-grandense* como um “centauro dos pampas”, da seguinte maneira:

Enfim o cavalo era para o *gaúcho* um próximo, não pela forma, mas pela magnanimidade e nobreza das paixões. Entendia ele que Deus havia feito os outros animais para vários fins recônditos em sua alta sabedoria; mas o cavalo, esse Deus o criara exclusivamente para companheiro e amigo do homem. Tinha razão.

Se o homem é o rei da criação, o cavalo serve-lhe de trono. Veículo e arma ao mesmo tempo, ele nos suprime distâncias pela rapidez, e centuplica nossas forças. Para o gaúcho, especialmente para o filho errante da campanha, esse vínculo se estreita.

O peixe carece d'água, o pássaro do ambiente, para que se movam e existam. Como eles, o *gaúcho tem um elemento, que é o cavalo. A pé está em seco, faltam-lhe asas. Nele se realiza o mito da antiguidade: o homem não passa de um busto apenas; seu corpo consiste no bruto. Uni as duas naturezas incompletas: este ser híbrido, é o gaúcho, o centauro da América.*²¹³ (grifos nossos)

²¹³ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p. 45.

Diferente, portanto, do modo que é apresentada na narrativa de Caldre e Fião, a mesma aliança contraída entre o Rio-Grandense e o cavalo, formada ao longo da convivência histórica de ambos, quando aquele autor descreve a afeição de Almênio pelo ser que o conduz, pois:

O andar do cavalo denotava a presteza de um ente resolvido a servir e que perigo nenhum jamais fizera recuar. No horror dos combates ele tinha seguido o impulso de seu dono, de seu dono intrépido que jamais refreara sua velocidade; igual a seus irmãos, alimentados pela saborosa grama dos campos do sul, se exercitara nas bélicas lides; e manso nos prazeres tinha-se tornado por seu gênio uma necessidade de seu dono. Almênio o amava, como se ama aquele que dia e noite nos presta sem cessar serviços importantes. Almênio era Rio-Grandense e o cavalo é o melhor presente que a natureza fez ao Rio-Grandense.²¹⁴

Cabe ressaltar, portanto, que o símbolo mitológico instituído pelo discurso ficcional de Alencar aliado a todos esses elementos associativos – o cavalo como um trono e a natureza a sua mercê –, adquirem um caráter fundacional, justamente, porque institui um sentido, constrói um significado, que, além de fundir força, coragem e liberdade, ainda concede ares de nobreza “*ao filho errante da campanha*”, atribuindo, portanto, à figura do “*gaúcho*” uma série de características positivas que não existiam relacionadas a ele, antes deste ato narrativo, que, afinal, passa numa só penada, de pária social, a ser dotado de distinta fidalguia, ou seja, ele cria o que Orlandi chama de uma “*tradição de sentidos*”²¹⁵, porque substitui a denominação anterior, utilizada na província: “*monarca das coxilhas*”, pelo “*gaúcho*”, metaforicamente, nobilitado.

Além disso, estes homens permanentemente a cavalo, “*os centauros*”, obedecem às ordens de um maior, representada pela figura emblemática do “*Cid Campeador*”²¹⁶ que é associada, por Alencar, ao coronel Bento Gonçalves, o rio-grandense “*rei da campanha*”, homem nimado de glórias e que a todos inspira respeito e admiração, e que, ademais, deve obediência apenas a sua consciência.

Contudo, apesar de criar para o “*seu gaúcho*” estas poéticas e circunstanciais características, a elaboração de seu personagem não é tão compatível com algumas noções e apresenta algumas contradições entre os significados que lhe atribui Alencar e o

²¹⁴ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Valle. *op. cit.*, 1992, p.29.

²¹⁵ Segundo Eni Orlandi, o discurso fundador “*cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim.*”, cf. ORLANDI, Eni Puccinelli. *op. cit.*, 2001, p.14.

²¹⁶ Rodrigo Diaz de Vivar, *El Cid*, é um personagem da mitologia hispânica que remonta ao período das cruzadas contra os árabes que ocuparam a Península Ibérica, sendo que o título *Cid Campeador*, deve-se a corruptela de *said*, termo árabe que significa senhor e *campeador* refere-se a um título recebido por Rodrigo Diaz em honra a vitórias nos campos de batalha. Todavia o mais importante a ser registrado é que *El Cid* é um herói nacional da Espanha.

significante representado por Canho. Pois quando constrói a idéia do *centauro da América* (significado metafórico), ser mitológico dotado de força e habilidades; ao mesmo tempo em que oferece uma definição do “*gaúcho*” (significante) como um “*filho errante da campanha*” (significado social), ou seja, um nômade ou vagabundo do campo; concepção, aliás, análoga a de Coruja²¹⁷, o narrador de Alencar utiliza-se descuidadamente destas características tanto em relação ao seu personagem principal, quanto aos demais “*gaúchos*” que aparecem na trama.

Neste sentido, embora a metáfora do centauro esteja bem aplicada a maior parte dos personagens masculinos, por mais que Manuel Canho andasse freqüentemente pelos pagos, isto não o caracterizaria como um “*filho errante da campanha*”, pois, ele tinha propriedade, casa, família e ofício, “*era amansador como o pai, um dos melhores da região*”²¹⁸, estas características do personagem, revelam-se, portanto, contraditórias em relação a definição do ser social adotada pelo autor, visto que, um ser de tal maneira “*solitário e errante*”, não se disporia a constituir família e Canho, apesar de desconfiar da “*alma feminina*”, se casaria com Catita não houvesse a fatalidade os afastado.

Não obstante, seu personagem é um habitante do campo, e, sem dúvida, poderia ser considerado um “*centauro*” em virtude de sua habilidade e destreza com os cavalos, advindas por certo de sua profissão como amansador. Todavia existem ainda outras imprecisões no vocabulário do narrador de Alencar, que aparecem mais adiante, na segunda parte do livro, capítulo II “*O pai*”, no qual ao contar sobre a admiração que sentia Manuel Canho de seu pai, hábil amansador daquela região, trata como sinônimas as palavras *peão* e *amansador*.

João Canho, pai de Manuel, era o primeiro *amansador ou peão* de toda aquela campanha; à sua destreza em montar e governar o animal com qualquer das mãos deveu ele o apelido que adotou por nome.(...)

A vida de peão inspirava-lhe entusiasmo. (...) *O amansador era o rei do deserto*.(...)

O menino sentia em si essa mesma natureza, o germe daquelas virtudes, e assim gradualmente ia-se operando em seu caráter uma espécie de identificação entre o cavalo e o cavaleiro. Era a misteriosa formação do *centauro*.²¹⁹ (grifos nossos)

A narrativa de Alencar, portanto, confunde e mistura muitos elementos discordantes em sua composição, tornando-a esdrúxula e até canhestra, embora em alguns momentos, aja acertadamente, quando trata genericamente aos homens do campo como campeiros, ou quando agrupados indistintamente, chama-os todos de “*gaúchos*”, como no caso da pousada de Entre-Rios. Entretanto, nesta passagem, ele estabelece uma identificação entre

²¹⁷ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: *Revista Província de São Pedro nr.9*, p.140-143. Onde lê-se, gaúcho: “*índio do campo sem domicílio certo*”.

²¹⁸ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.44.

²¹⁹ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p. 77-78.

o *peão* e o *amansador*, sendo este um trabalho, tão especializado, quanto *tropeiro* ou *vaqueano*, por exemplo, o que torna o *peão*, na concepção alencarina, um trabalhador do campo como qualquer outro *campeiro* ou “*gaúcho*”, o que demonstra uma avaliação pouco adequada sobre a condição mais subalterna destes trabalhadores.

Talvez estas imprecisões não soassem assim aos leitores urbanos de Alencar, afinal, homens que trabalham no campo são *campeiros*, e no Rio Grande do Sul eles podem ser “*gaúchos*” ou *peões*. Sem dúvida essa é uma informação suficiente para seu público leitor, mas para a realização de seu projeto nacionalista, de traduzir as variadas existências brasileiras, e construir identidades regionais, ele revela um conhecimento insuficiente sobre as muitas nuances a serem consideradas, tal ausência de entendimento levou-o a uma construção canhestra do personagem – “um” *rio-grandense* – que pretendia representar um específico ser social – “o” *gaúcho*.

Pois o narrador trata com excessivo descuido as inúmeras denominações que, muito além de designar ocupações, implicam em classificações sociais variadas na sociedade rio-grandense, conforme se pode perceber inclusive nas definições de Coruja e Lacerda, nas quais algumas atividades são próprias de homens livres e outras podem ser compartilhadas pelos escravos, como por exemplo, *peão*.

Assim se nesta narrativa todos os homens habitantes da campanha do Rio Grande do Sul – exceto o coronel Bento Gonçalves –, são considerados “*gaúchos*”, então, todos também são, “*filhos errantes da campanha*” mesmo que tenham ocupações regulares, família e residência fixa – como no caso de Canho. A outra questão dissonante que surge é sobre os parâmetros utilizados, pelo autor, para considerar “o *gaúcho*”, como aquele ser magnífico, forte e nobre, o “*centauro*”, e simultaneamente, aplicar-lhe o sentido depreciativo de “*rédua*” ou “*bando*”, *súcia*, *corja*, *canalha*, sem nenhuma explicação no texto que o justifique, a não ser que estivesse o autor cearense a pensar numa semelhança entre os “*gaúchos*” do Rio Grande e os “*jagunços*” de sua terra ou, então, entre os *caudilhos* *platinos* e suas *montoneras* de *gauchos*?

Sem embargo, das dificuldades em classificar corretamente aos habitantes da campanha e suas designações sociais dentro do Rio Grande, mais um elemento soma-se a esta estrutura social-nominativa complexa, pois o autor segue em sua narrativa e apresenta os homens que assassinam o pai de Manuel também como “*quatro gaúchos orientais*”²²⁰, neste sentido, é proveitoso retomar a obra de César de Lacerda, e verificar que essa denominação, segundo aquele autor, era genérica a todos os habitantes do Rio Grande e aos vizinhos *platinos*, e talvez por ser corrente este entendimento, Alencar não faça nenhuma distinção entre estes indivíduos e sua conduta social num e noutro lado da fronteira, todavia, é necessário salientar que esta generalização no uso da palavra “*gaúcho*”

não foi aplicada por Lacerda em seu texto teatral, restringindo sua utilização apenas aos *orientais*.

E sobre este aspecto, paira uma dúvida quanto a conduta social dos personagens e sua correspondente nomeação, isto é, de que tipo de indivíduos está realmente falando o narrador alencarino, pois *gaucho*, é uma denominação que surge na Banda Oriental e designa a todos os habitantes mestiços do campo, que vivem próximos aos indígenas, causando desordens de todo o tipo²²¹, neste sentido, portanto, é o *gaucho* o resultante de um processo político e social hispano-platino.²²²

Mas no Rio Grande do Sul desta época (1832)²²³ o termo não era de uso corrente entre os *continentinos*, conforme destaca o já mencionado estudo realizado por Augusto Meyer no Cancioneiro da Revolução Farroupilha e, conforme foi constatado, tampouco foi utilizado, largamente, quer por Caldre e Fião, quer entre os viajantes, ou pelo próprio Lacerda.

Aqui cabem duas considerações a respeito do emprego da palavra “*gaúcho*” no texto de Alencar: a primeira, é que havia, por parte do autor, alguma informação referente ao sentido andejo, desocupado e isolado destes indivíduos, certamente devido ao estudo sobre o “*gaucho argentino*” de Caicedo, por isso a definição “*filho errante da campanha*”; e a segunda, é a de que o autor, a despeito da classificação social implicada na condição de nômade, utiliza-o genericamente em detrimento de seu significado social.

E a julgar pelo fato de o escritor nunca ter estado no Rio Grande, tomando a palavra e o ser a partir de informações estrangeiras, então, a segunda hipótese parece ser a mais verossímil, pois, a confusão se verifica quando se organizam logicamente algumas

²²⁰ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.78.

²²¹ Estas ações reativas, entendidas sob a ótica do colonizador como desordens, são também o resultado do intenso processo de discriminação sócio-político espanhol, ao qual as populações mestiças estavam submetidas, sobre este aspecto ver: SARMIENTO, Domingo Faustino. *op. cit.*, p.59-67.

²²² Segundo Francisco Bauzá, integrante do partido colorado, que manteve-se no poder por quase todo o período e foi ministro de Instrução Pública e Cultura em 1892, o trabalhador “nacional” uruguaio típico das terras fronteiriças – o *gaucho* aparece como menos apto ao trabalho do que o trabalhador europeu. No projeto proposto por Bauzá em 1876, sua caracterização é emblemática: “Nuestro hombre libre del campo o *gaucho* como le llaman, es el ser más independiente y más nómade que hay sobre la tierra. Educado en el manejo del caballo, acostumbrado a las largas correrías de la guerra, señor de su persona y habituado a encontrar el sustento de la noche veinte leguas más allá de donde obtuvo el de la mañana, no aprecia los goces de la quietud ni tiene arraigo en el hogar. Un hombre semejante es inútil para contrarrestar la influencia de hombres que circunscriben su acción a determinada latitud, que forman una sola familia y que viven del trabajo cotidiano y metódico.” Note-se que, além de já iniciar a descrição de um tipo “tradicional” nacional, identifica-o enquanto um ser semi-nômade, que não trabalha a terra, não fixa residência. O *gaucho* é retratado enquanto o “tipo primitivo da civilização uruguaia”, que estava, em processo de desaparecimento, convertendo-se à nova civilização. Para Bauzá, são exemplos dos novos tipos: o estancieiro, que sabe ler e escrever, o lavrador que produz na terra, o homem dos núcleos urbanos letrado que se ocupa de política, e o paisano, indivíduos que não sabem ler, mas possuíam um lar fixo, eram casados e empregados como capataz de estância ou posteiro.” Cf. Francisco Bauzá. *El gaucho*. IN: Real de Azua (Org) *El Uruguay y sus problemas en el siglo XIX*. Montevideo: Centro Editor de America Latina. 1968. p.81 e 92.

²²³ Data em que se ambienta o romance, mas também pode ser considerada a data em que a obra foi escrita 1870, embora mesmo nesta época o termo não havia ainda adquirido um sentido ampliado.

caracterizações dos personagens, de acordo com seu significado no texto, que lhes conferem (in)-distinções sociais e nominativas, ou seja, enquanto, o “*gaúcho*” Manuel Canho, é filho de um “*peão*”, amansador de cavalos; os demais “*gaúchos*” são figuras despersonalizadas – salvo os que matam seu pai –, e são tratados enquanto “*bando*” ou “*rédua*”, gente desgarrada, sem ocupação específica, enfim, “*capangas*” ou “*camaradas*” de coronel; e, por fim, o coronel Bento Gonçalves, ambigüamente caracterizado como *caudilho*, ou “*rei da campanha*”, porém, também tratado como militar e *rio-grandense*, e que tem sob seu comando um “*bando de gaúchos*”, além das tropas regulares.

Portanto, é necessário ressaltar que embora Manuel Canho seja também chamado de *rio-grandense* e de brasileiro, em algumas passagens do texto²²⁴, ele é para o narrador de Alencar, essencialmente um “*gaúcho*”, que nem por isso, deixa de considerar os “*gaúchos*” amiúde como uma espécie de bandoleiros ou “*vagabundos dos campos*”²²⁵, sejam eles platinos ou não; e ainda que os associe como gente a serviço do coronel, esta vinculação não serve para diferenciá-los dos campeiros rio-grandenses, homens com alguma atividade fixa ou especializada.

E, neste sentido, é que se evidenciam as ambigüidades no texto de Alencar, principalmente no que se refere aos significados sociais e culturais relacionados aos homens que representam o habitante regional comum, pois conforme já foi analisado o autor confunde-se ao tratar sob a mesma denominação indivíduos socialmente distintos através de uma palavra que tem um significado classificatório, ao mesmo tempo em que constrói através de sua narrativa novas possibilidades culturais de pensá-los, ou seja, o “*gaúcho*” socialmente reconhecido como um ‘*vagabundo dos campos*’ e que é, portanto, um “*filho errante da campanha*”, passa a ser associado à idéia mítica do centauro, e, além disso, o cavalo passa a ser o seu trono!

Deste modo, seu discurso aglutina tanto as semelhanças socioculturais que os unem, porquanto todos os homens no Rio Grande de São Pedro andam a cavalo e demonstram destreza nesta ou noutra atividade, sejam eles vagabundos ou não. Quanto às distinções que os separam, que são devidas, principalmente, ao vínculo social desses homens através de suas atividades – pois qualquer sociedade distingue os indivíduos com ocupação regular, residência fixa e laços familiares, dos que se mantêm avulsos, nômades e solitários.²²⁶

²²⁴ José de Alencar refere-se ao personagem Manuel Canho como rio-grandense e brasileiro quando este encontra-se na província de Entre-rios na Argentina, nos capítulos ‘O páreo’ e ‘A baía’. Cf. ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.34-42.

²²⁵ Recuperando aqui uma expressão utilizada por Francisco Bettamio em 1870 e registrada por Augusto Meyer.

²²⁶ Sobre este aspecto social e seus desdobramentos históricos em vários períodos e sociedades ver, especialmente, o capítulo sobre “os haiducks”, semelhantes aos “cossacos” russos, localizados na Hungria e na Península Balcânica ao norte da Grécia. Segundo Hobsbawm, um haiduck, “se considerava, acima de tudo, como um homem livre – e, assim, valia tanto quanto um senhor ou um rei; um homem que, nesse

Alencar produz, organiza e legitima, portanto, a partir de sua autoridade intelectual, no espaço social literário, um discurso e um imaginário social sobre os rio-grandenses, enunciando comportamentos performativos que “*sob a aparência de dizer o que é, essas descrições visam fazer ver e fazer crer, fazer ver o mundo social de acordo com as crenças de um grupo social que tem a particularidade de possuir quase um monopólio de produção de discurso sobre o mundo social*”²²⁷, como é o caso dos escritores da Corte que detêm, além de autoridade enunciativa, um efetivo público leitor.

Concomitantemente, este poder narrativo, também institui pertencimentos culturais e cria modelos sociais, através dos símbolos produzidos na narrativa, visto que “*a função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando comportamentos individuais e coletivos*”²²⁸, que dependendo do grau de adesão ou apropriação da sociedade a que se destina, podem compor parte fundamental das identidades regionais.

E, a partir disso, Alencar atribui à figura desgarrada do “*gaúcho*” algo além de uma classificação social demeritória, sua narrativa, portanto, produz um sentido novo para um modo de vida existente, principalmente na área fronteira da província, tornando-o comum a todos os indivíduos que habitam a campanha independentemente de sua nacionalidade ou função nesta sociedade.

3.2.5. Desatando nós e amarrando significados: encilhando a identidade

Apesar de todos os senões e entretantos relacionados a aplicação do termo, de forma generalizada por José de Alencar, há no final do volume algumas “notas” que visam

sentido, conquistara a emancipação pessoal e, portanto, a superioridade. (...) Os haiduks sempre foram homens livres, mas no caso típico dos haiduks balcânicos, eles não formavam comunidades livres. Isto porque, sendo a *ceta* ou bando essencialmente uma união voluntária de homens que se apartavam de sua própria família, ela constituía automaticamente uma unidade social anormal, pois a ela faltavam esposas, filhos e terras. Era sem dúvida “antinatural”, pois muitas vezes o retorno do haiduk à vida civil comum em sua própria aldeia nativa era impelido pelos turcos. As baladas dos haiduks falam de homens cujas espadas eram suas irmãs, cujos mosquetes eram suas esposas, e que se apertavam as mãos em silêncio e com tristeza quando a *ceta* se desfazia, dispersando-se como perdidos para os confins do Mundo. Para eles, a morte equivalia ao casamento, e as baladas falam constantemente disso. (...) se possuíam alguma forma de organização social, esta seria a irmandade ou sociedade masculina, a mais conhecida das quais era a formada pelos **cossacos zaporozhe**. Cf. HOBBSAWM, Eric. *Os Haiduks*. In: Bandidos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975, p.67-80.

²²⁷ BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, 1996, p.73.

²²⁸ BACZKO, Bronislaw. *op. cit.*, p.311.

auxiliar no entendimento de algumas expressões utilizadas no texto, de forma que é possível saber a partir delas que explicação tem o autor cearense para as palavras “*gaúcho*” e “*peão*”. E neste sentido diz ele:

Gaúcho e pião são até certo ponto sinônimos; ambos estes vocábulos designam o habitante da campanha do Rio Grande, o sertanejo do Sul, cujos costumes tem muitas afinidades com o vaqueiro do Norte.

Todavia o primeiro destes vocábulos exprime antes o tipo, a casta, enquanto que o outro se aplica especialmente ao mister ou profissão. Assim gaúcho é o habitante livre, altivo e independente da campanha, que ele percorre como senhor, levando a pátria, como o antigo Cita, nas patas do seu corcel. Pião é o proletário que se ocupa de criação do gado nas estâncias, para o que deve ter suma destreza em montar a cavalo, correr as reses no campo, laçá-las ou boleá-las sendo preciso.

O habitante da campanha do Sul não se deslustra por ser pião, que ele tem em conta de uma profissão nobre, mas honra-se de ser gaúcho, de pertencer a uma casta independente, distinta e mais viril do que a dos filhos das cidades, enervados pela civilização.

Por isso, muitos estancieiros ricos fazem timbre de ser gaúchos; adjetivaram o termo para designar os traços característicos da casta, como a lança gaúcha; e criaram o verbo gauchar para exprimir uma das feições do tipo, a ociosidade e a casquilharia a cavalo. O gaúcho é o janota da campanha.

(...)

Desconheço a etimologia dos dois vocábulos, e ignoro se alguém antes de mim já se deu ao trabalho de investigá-la, o que é provável. Todavia indicarei de passagem o resultado de minhas conjecturas a este respeito.

Gaúcho de origem castelhana, usado principalmente nas margens do Prata, donde passou para o Rio Grande, parece-me ser a corruptela do termo espanhol guacho, o qual se aplica ao boi ou cavalo que anda com a cabeça baixa; (...)²²⁹

Desta nota, depreende-se que para Alencar não faltaram pesquisas e informações sobre o sujeito social que pretendeu esboçar nacionalmente, nem inclusive que a palavra apareceu no lado platino e atravessou a fronteira para instalar-se no vocabulário brasileiro, todavia a reunião destas informações não foi suficiente para impedir-lhe de cometer algumas confusões entre o mítico símbolo – gaúcho-centauro – e seu significado social – “*filho errante da campanha*”.

Mas a distinção que nos interessa mais propriamente é a que Alencar estabelece entre “*gaúcho*” e “*peão*”, em que o primeiro representa o “*tipo social*” ou “*casta*” e o segundo, corresponde ao mister ou profissão. Em primeiro lugar, o autor considera que, o “*gaúcho é o habitante livre, altivo e independente da campanha*”, portanto, seguindo seu raciocínio, se este habitante é tão “*altivo e independente*”, porque então quando em grupos, classificá-los enquanto párias ao chamá-los de *rédua* ou *bando*, sem nenhuma justificativa plausível no texto? Contradição que se agrava com a dedução de que o nome – “*gaúcho*” – derivaria por corruptela, de *guacho*, ou seja, “*o boi ou cavalo que anda com a cabeça baixa*”!

²²⁹ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.237.

Verificando-se então novamente definições confusas e aplicações contraditórias, no texto de Alencar, posto que a definição primeira encontra consonância nas atitudes de seu personagem central, o rio-grandense, Manuel Canho – “*livre e ativo*” –, todavia, conforme já foi avaliado, não permanece segundo outra definição a de “*filho errante da campanha*”, pois ser “*livre e independente*” não quer, absolutamente, dizer ser “*errante*” ou “*solitário*”.

E neste sentido o “*pseudo gaúcho*” Manuel Canho, pode ser muitas coisas, porém não se enquadra na categoria de “gente extraviada” ou “*errante*” e também não compõe nenhuma malta, corja ou *rédua*, ao contrário, ele é inclusive afilhado de Bento Gonçalves. Mesmo considerando que, nesta estrutura social, relações de parentesco estabelecem também relações hierárquicas, que são culturalmente construídas, elas não pressupõem o enquadramento de Canho, enquanto um “*gaúcho*”, simplesmente porque obedece às ordens de seu coronel-padrinho, ao contrário, tal categoria social – afilhado de Bento Gonçalves – daria a Manuel Canho, prestígio e proteção.

Uma outra associação simbólica carregada de significados que Alencar estabelece, nesta narrativa, é aquela em que compara o “*gaúcho*” ao “*antigo Cita*”, ou seja, o paradigmático povo nômade da antiguidade que Heródoto narrou em suas “Histórias”, mas que, segundo a análise de Hartog, são principalmente descritos e apresentados como “*não gregos*” o que, com efeito, revela um limite de alteridade.

Aqui, portanto, com o auxílio de Hartog, é possível perceber qual o imaginário dos cidadãos urbanos da Corte – representados por Alencar –, que lhes permitia vislumbrar os habitantes do campo da província mais meridional do Brasil – quase como não brasileiros – pela analogia estabelecida entre o ser social “*gaúcho*” e um nômade *Cita* – “*que não tem casa, nem cidade, nem campo lavrado*”²³⁰ –, um incivilizado, portanto, idéia reiterada indiretamente pela consideração do autor de que o “*gaúcho*” pertence “*a uma casta independente, distinta e mais viril do que a dos filhos das cidades, enervados pela civilização*”.

Estabelecer uma analogia entre os “*antigos Citas*” e os “*gaúchos-rio-grandenses*” que levam a pátria nas patas do seu cavalo, implica uma construção de sentidos que atua na constituição de uma identidade regional que se opõe pelo contraste, em grande medida, à identidade daqueles brasileiros urbanos aos quais destinava-se o texto de Alencar, ou seja, os leitores da Corte. De tal maneira que o autor esboça um perfil de rio-grandense da campanha – sem conhecê-lo de fato –, de acordo com as categorias urbanas compartilhadas com seu público leitor e apoiado em informações sobre o “*gaúcho platino*”, pois, conforme assevera Hartog sobre este procedimento em Heródoto, “*a simples atividade*

²³⁰ HARTOG, François. *op. cit.*, p.38.

de nomeação que o narrador realiza é um modo de referir-se ao saber compartilhado: ele recorta o real do outro segundo as categorias gregas²³¹.

Há, portanto, alguma semelhança entre a representação do “gaúcho-rio-grandense” de Alencar e os Citas descritos por Heródoto, pois, para além do nomadismo atribuído a ambos por estes observadores estrangeiros²³², há também uma profunda associação entre estes homens e o território que habitam, como se Alencar, inspirado pela obra de Heródoto, pretendesse estabelecer uma genealogia entre os costumes daqueles antigos povos bárbaros e os indômitos rio-grandenses.²³³

Neste sentido, alguns elementos são bastante coincidentes, e emprestam à composição de Alencar certa elegância da cultura erudita do autor, como se percebe na expressão “*alma pampa*” ou alma “plana”, afinal o pampa é o “*plaino*”, o desértico, o inculto, o agreste, enfim, o incivilizado, a qual corresponde o ser que lhe “*inspira mais energicamente a alma pampa*”, ou seja, o “gaúcho”.

Expressão análoga a “*deserto cita*” que, segundo informa Hartog, foi aplicada por Aristófanes a “*uma pessoa: uma personagem*” para descrevê-la como “*um bruto selvagem e sem amigos*”²³⁴, caracterização que à rigor poderia destinar-se a definir também, a personagem de Manuel Canho, o “gaúcho” de Alencar.

Além disso, Hartog demonstra que a Cítia, território dos citas, também se distingue por ser uma “*terra deserta*”, “*um deserto sem humanos*”; desertos que configuram, segundo os gregos, a “*ausência de civilização*”, expressões que por fim “*conjugam solidão, selvageria e distanciamento*”²³⁵. Tal espaço desértico ressurgue no texto alencarino sob a denominação de pampa, savana ou campanha, pois, “*como são melancólicas e solenes, ao pino do sol, as vastas campinas que cingem as margens do Uruguai e seus afluentes!*”

Assim, pois o espaço “rio-grandense” que produz o “gaúcho” é também, segundo a concepção de Alencar, um “deserto”, do qual “*toma ele o melhor; [pois] tem a velocidade da ema ou da corça, os brios do corcel e a veemência do touro*”, outra similitude em relação ao espaço cita que, conforme analisa Hartog, é “*mais animal que humano*”²³⁶.

²³¹ HARTOG, François. *op. cit.*, p.51.

²³² Conforme se pode ler em Heródoto, sobre o nomadismo dos citas: “*Transportam, para onde vão, suas respectivas habitações, e são exímios no manejo do arco quando a cavalo. Não vivem do cultivo da terra, mas do gado. Pode-se dizer que, em geral, não possuem moradias outras que não suas próprias carroças. Vê-se, pois, que um povo que adota tal modo de vida não pode ser facilmente subjugado, sendo até mesmo difícil abordá-los.*” Cf: Heródoto. *Livro V: Terpsícore*. In: *História*. Trad. J. Brito Broca. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p.347.

²³³ A questão da fronteira, do limite entre dois mundos também aparece, no modo como os citas são descritos por Heródoto, pois, segundo a análise de Hartog, “*os citas são caracterizados muito bem pela mobilidade: passando de um espaço ao outro. Para eles, verdadeiramente não existe separação entre a Ásia e a Europa, tanto que passam de um continente a outro sem mesmo saber exatamente o que fazem (...). Portanto, estão eles entre dois espaços*”. In: HARTOG, François. *op. cit.*, p.71.

²³⁴ HARTOG, François. *op. cit.*, p.53.

²³⁵ HARTOG, François. *op. cit.*, p.53.

²³⁶ HARTOG, François. *op. cit.*, p.100.

Cabe aqui, novamente, a intervenção do olhar de Taveira Júnior sobre as diferenças entre “*campeiros rio-grandenses*” e “*gaúchos*”, que também estão presentes nas notas do poeta ao final do volume, nas quais explica alguns significados de termos utilizados e mais de uma vez, nos exemplos, o “gaúcho” aparece como um outro elemento desta sociedade. A distinção aparece quando o poeta fala dos arreios e seu uso que “*servem de cama ao gaúcho, ao camponês, a qualquer viajante, em rancho ou campo aberto*”, ou que as bolas “*são uma das armas mais terríveis do gaúcho ou do campeiro*” sendo difícil a presa delas escapar se forem jogadas “*quer pelo gaúcho quer pelo campeiro*”.²³⁷

Portanto, se para o estrangeiro Alencar “*peão e gaúchos são até certo ponto*” seres sinônimos, embora o primeiro seja um trabalhador do campo e o segundo, constitua um ser livre e independente; para o nativo Taveira Júnior, o “campeiro” e o “gaúcho” assemelham-se, mas não são idênticos, e embora ambos sejam livres, se distinguem por suas ocupações sociais.

Caldre e Fião também estabelece esta diferença social quando caracteriza, Colomim, um dos personagens secundários d’*A Divina Pastora*, e o distingue de seu personagem principal, o Rio-Grandense, Almênio, o jovem tenente desertor das tropas farroupilhas. O primeiro descreve como “*um homem baixo, gordo e que trajava à gaúcha, tendo nos pés grandes chilenas de prata, e armado com uma enorme faca*”²³⁸, ao segundo “*um jovem magro, de longos cabelos louros caídos em cachos sobre os ombros*”²³⁹, este trazia consigo uma espada e vestia um traje de monarca das coxilhas. Colomim fora designado para matar Almênio, por sua deserção, entretanto, muda de idéia, relata o ocorrido a Almênio e diz que deseja servi-lo “*com sincera devoção*”, o jovem tenente aceita o oferecimento; e Caldre e Fião justifica sua aceitação, da seguinte maneira:

É fácil acreditar num homem que nos confia os planos de sua premeditada vingança e que nos assegura a sorte quando dela poderia dispor a seu bel prazer. E, de mais, se soubermos que **a gente baixa da campanha obedece cegamente ao chefe que a guia ao combate, sem importar-se com a cor política do partido que ele segue**, prontamente acreditaremos que o procedimento de Colomim era bastante desculpável e que Almênio podia perdoá-lo sem ter muitos motivos para temê-lo, principalmente quando, franco e generoso, lhe declarava sua missão, que em outra circunstância nos pareceria bem odiosa.²⁴⁰ (grifos nossos)

Há, portanto, uma clara distinção social entre o Rio-Grandense, “*monarca das coxilhas*” e o homem que trajava “*à gaúcha*”, que certamente não têm existências sinônimas

²³⁷ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *op. cit.*, p. 98-99.

²³⁸ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.38.

²³⁹ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.29.

²⁴⁰ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.40.

aos olhos de um nativo rio-grandense, embora ambos sejam livres e cavalguem com habilidade de *centauros*.

Distinções que também são reiteradas por Coruja em 1852 e Lacerda em 1867 através da linguagem utilizada “*pela gente baixa da campanha*” e que carrega o acento explícito da nacionalidade, ou seja, para o primeiro “*apenas os homens menos civilizados da campanha têm uma pronúncia, que se ressentem de sotaque castelhano, ao mesmo tempo que os Rio-Grandenses de trato mais civil passam nas outras províncias por naturais de Lisboa*”²⁴¹, explicação corroborada pelo segundo, conforme as palavras do personagem rio-grandense Claudino, que afirma: “*Os nossos gaúchos – gente do campo – da raia, quase que falam espanhol...*”²⁴².

A despeito destas reiteradas distinções sociais entre “gaúchos” e “rio-grandenses”, Alencar trata de desconsiderá-las, e consigna ainda outras denominações utilizadas para definir o habitante regional, como: “*continentista*” e “*monarca*”, entretanto ele não as utiliza no texto, apenas as referencia nas notas como ‘*idiotismos e gírias da campanha*’, da seguinte maneira:

Continentista, o habitante do Rio Grande, termo de origem colonial, criado para o distinguir do habitante da ilha de Santa Catarina.

Ginete, usa-se muito freqüentemente na significação clássica de cavaleiro destro e bem parecido; distingue-se de **monarca**, porque este termo refere-se ao cavaleiro vistoso que traz arreios de prata e veste-se com entono e casquilharia, embora não seja dos mais destros.²⁴³

Embora não as utilize no texto, elas são interessantes por dois motivos, um que demonstra o conhecimento de Alencar sobre outras denominações usuais dos habitantes do Rio Grande; e o outro, a definição de *continentista* que não aparece no vocabulário de Pereira Coruja, mas consta na História do Brasil escrita por Varnhagen²⁴⁴.

Neste sentido coincidem os dois autores, pois, Taveira Júnior também não as utiliza em suas poesias, nem faz qualquer alusão a elas, porém Alencar apesar de não utilizar a expressão “*monarca das coxilhas*”, em dois momentos de sua narrativa, se encontra a expressão “*rei*”. Na primeira sobre Bento Gonçalves como o “*rei da campanha*”, e na segunda, sobre o pai de Manuel, em que o “*amansador era o rei do deserto*”.

O uso recorrente da palavra “*rei*” pode ter alguma conotação política também, seja como uma referência provocativa à pouca autoridade do Imperador naqueles domínios, seja pela alusão ao poder dos homens que habitam a região. Mas ela serve, principalmente, por

²⁴¹ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: Revista Província de São Pedro, nr.7, p.161.

²⁴² LACERDA, César. *op. cit.*, p.42.

²⁴³ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.238 e 241.

²⁴⁴ Cf. informações em nota 251(cap.1), desta dissertação. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil 1850. (5º Tomo), p.20 *apud in* PICCOLO, Helga L. *O Rio Grande do Sul na obra de Varnhagen*.

seu caráter simbólico, para ressaltar aquelas decantadas qualidades atribuídas aos homens rio-grandenses, ou seja, a autonomia, a liberdade, a altivez e a independência. Num outro sentido, a expressão está diretamente relacionada ao uso dos vistosos arreios de prata dos cavalos, que também não são negados por Taveira Júnior, e são em grande parte corroborados pelos viajantes estrangeiros, aos quais sempre chamou a atenção tal requinte num ambiente tão rústico, em que mesmo as casas dos estancieiros eram muito simples.

Todavia, outra vez, é possível perceber incoerências nas definições de Alencar, pois ele afirma que o “*monarca*”, “*veste-se com entono e casquilharia, embora não seja dos mais destros*”, uma concepção que contraria aquela firmada por Coruja, em que o monarca veste-se “*com o aparato da gente do campo*” e mesmo a idéia de Lacerda, para quem ele é “*o maioral, dono ou feitor que administra e governa todo o serviço da charqueada do campo*”, aceção que a ser considerada justa não poderia prescindir de habilidade ou destreza.

Ademais em sua opinião os “*gaúchos*” em geral, são ociosos e também enfeitam demais seus cavalos e acaba por concluir que “*o gaúcho é o janota da campanha*”! Eis que nenhum qualificativo é mais impróprio ao personagem em questão do que a palavra “*janota*”, posto que estes “*gaúchos*” a que se refere o ilustre autor, a julgar pelas qualidades que ele mesmo atribuiu, são homens rudes do campo, semi-bárbaros, talvez e, sem nenhuma dúvida, avessos em seu trajar ao que Alencar chama de “*garridices*” ou “*casquilharia*”. Embora, como já foi descrito à exaustão por todos os viajantes e outros literatos, estes homens do Rio Grande prezavam demais o aparato utilizado nos arreios de seus cavalos, mais até que os próprios cavalos, e neste sentido, Dreys e Hörmeyer fornecem uma série de observações interessantes²⁴⁵.

Mas nesta observação em particular comete o autor um de seus maiores enganos, pois em seu texto apenas refere-se a alguma forma de “*garridice*” ou “*casquilharia*” em relação ao personagem D. Romero, o mascate chileno, este sim, veste-se de forma vistosa e carregada, conforme sua descrição:

Trajava o mancebo com a garridice de cores muito apreciada pela gente da campanha. Lindo pala chileno, com listras de amarelo e escarlata, caía-lhe dos ombros até pouco abaixo da cintura. Pela abertura da gola de veludo com abotoadura de ouro, via-se o peito da camisa de fina Irlanda. As botas eram de couro de vicunha, tão bem curtido que imitava a camurça. Trazia um chapéu de palha alvo como o linho de que parecia tecido; esse primor lhe havia custado oito onças em Santiago.²⁴⁶

²⁴⁵ Seu luxo é o cavalo, seus aperos e suas armas. Seus aperos são de fino couro; a bandana de seda, a cabeça do lombinho guarnecida de prata; os estribos e as alças nas correias, as enormes esporas de peso de uma libra, de prata maciça; o freio composto de partes de prata e a correspondente cabeçada, o chicote de prata com correias e esferas de prata em vez de guascas; a guaiaca guarnecida por onças ou, conforme a riqueza, por patacas, na qual estão as pistolas e o facão guarnecido com prata, mostram o legítimo cavaleiro da campanha. Cf. HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.70.

²⁴⁶ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.42.

E, nesta caracterização então, percebe-se outra vez a confusão ou indefinição proposital entre os castelhanos e os brasileiros quanto aos hábitos e maneiras em comum, porquanto não há nenhuma descrição, de Alencar sobre um homem *rio-grandense* que revele alguma característica de “janota”, como acontece com o chileno. Pois, mais adiante no texto o narrador, novamente, ao adjetivá-lo refere-se a ele como “*esse casquilho era o nosso conhecido D. Romero, cujo semblante gentil e talhe garboso davam mais realce ao lindo traje*”²⁴⁷, qualificativos que aliás, não usa quando refere-se aos “gaúchos-rio-grandenses”.

Ademais a marca da antipatia e do estranhamento permeia a relação entre o brasileiro e o chileno, desde o início, revelando de certa maneira as tensas relações entre os habitantes da fronteira, além do que o mascate era “*de um porte airoso, embora com o excessivo donaire que afeta geralmente a raça espanhola*”, outra distinção cultural nas maneiras de ser entre um e outro. Sendo que o espanhol ganha ares de requinte cidadão diante do tosco “gaúcho” dos campos rio-grandenses.²⁴⁸

Aqui vale recorrer a perspectiva de Taveira Júnior para, novamente, dialogar com Alencar, através do poema “*O canto do gaúcho*”, em cujos versos o poeta pretende esboçar o que seja um “*gaúcho*”, segundo um “*rio-grandense*”:

O Canto do gaúcho

Quais sopram os ventos as crinas lambendo
De altivo, bizarro, brioso bagual –
Como eles tão livre perpasso, vagueio!
Aqui nestes campos não tenho receio
Dos fracos tiranos que escutam tremendo
Meu nome fatal!

De bolas e laço, de faca e pistola,
Fumando o cigarro, coxilhas galgando,
Da morte não fujo, não temo os perigos!
Avanço, pelejo, derroto inimigos,
Qual rijo pampeiro que passa e que assola,
Vitórias cantando!

A Deus minha vida somente pertence,
E, à pátria votando meu braço terrível,
A fronte não curso a ninguém cá na terra!
Quem saiba não vejo nas lides da guerra
Sofrer como sofre, vencer como vence

²⁴⁷ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.187.

²⁴⁸ Sobre a imagem do castelhanos na Literatura sul-rio-grandense ver o interessante trabalho de: XAVIER, Silvia Helena Niederauer. Gaúchos e Castelhanos: sem linha divisória (A imagem do castelhanos na literatura sul-rio-grandense). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Letras. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 1993. No qual a proposta é inventariar, no espaço privilegiado do texto literário, a imagem do castelhanos na literatura sul-rio-grandense, tentando esboçar sua trajetória e procurando demonstrar as transformações ocorridas, a partir do avanço das relações culturais entre o Brasil e os Países Platinos. Analisando o “Cancioneiro Guasca” (1910) e “Contos Gauchescos” (1912) de Simões Lopes Neto; “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo; “Homem” (1978) de Sérgio Faraco e “Contos de Sempre” (1983) e “Uma terra só” (1984) de Aldyr Schlee.

O gaúcho terrível!²⁴⁹
(...)

Primeiramente, não é demais situar este poema em relação aos outros que compõem a série de “paisagens humanas” da província compostas pelas palavras de Taveira Júnior. Num conjunto formado por dezoito poesias, nove visam representar as principais atividades desempenhadas pelos rio-grandenses e suas denominações sociais, são elas: “*O vaqueano*”, “*O canto do gaúcho*”, “*O tropeiro*”, “*O laçador*”, “*O boleador*”, “*O domador*”, “*O rodeio*”, “*O gateador de marrecas*” e “*O camponês*”. As outras se distribuem entre as diversas temáticas: o lugar é tratado em “*Rio Grande do Sul*”, “*Os nossos campos*” e “*O rancho*”; as diversões ou sociabilidades em “*Carreiras*”, “*A marcação*” e o “*Casamento*”. As demais, “*Declaração*”, “*Tio e sobrinho*” e “*O cavalo moribundo*” completam as cenas de costumes.

Em segundo lugar, cumpre ressaltar que o poeta rio-grandense utilizou o designativo “*gaúcho*” somente na poesia que lhe é dedicada, nas demais a denominação genérica mais utilizada é “*campeiro rio-grandense*”, que foi citada 49 vezes contra apenas quatro de “*gaúcho*”, assim, pois, nesta pequena antologia escrita ao tempo da narrativa de Alencar com vistas a refutar ou apenas corrigir algumas noções desse prestigioso autor, percebe-se que a palavra por ele escolhida para designar aos rio-grandenses foi preterida pelo poeta nativo que demonstrou preferir outras mais representativas do ser regional. Entre as quais estão presentes: *vaqueano*, *tropeiro*, *patrício* e *camponês*, além destas há uma menção “*a válida figura de um centauro*”²⁵⁰. Entretanto, não aparecem no conjunto das nomeações, o *monarca das coxilhas*, o *peão* ou o *continentino*.

Entre as discordâncias de ênfase numas e noutras denominações, é interessante ressaltar que Alencar não destaca o *campeiro*, como óbvio e genérico habitante do campo, apesar de mencioná-lo, mas sim o “*gaúcho*” e o “*peão*”, além de ampliar o significado social desta última ao tratá-la como equivalente a tropeiro, vaqueano, domador, ou seja, privilegia exatamente os tratamentos rejeitados por Taveira Júnior e, curiosamente, também por Caldre e Fião. Devido a esta equivocada compreensão é que seu narrador refere-se ao pai de Manuel Canho como peão ou amansador.

Ademais, em sua poesia, o “*gaúcho*” está associado ao bagual, isto é, o cavalo não domado, que não se submete com facilidade; aquele “*cavalo teatino*”, dito por Coruja, “*que não é permanente em parte alguma*”, por isso, como um bagual indômito e livre, o “*gaúcho*” vagueia pelos campos, sem paradeiro e, portanto, sem vínculos de qualquer espécie. O outro nexos que estabelece o poeta é sobre seu aspecto guerreiro e feroz, sem apego a

²⁴⁹ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *O canto do gaúcho*. In: *op. cit.*, p. 33-34.

²⁵⁰ TAVEIRA Júnior, Bernardo. *O rodeio*. In: *op. cit.*, p. 64.

nada, nem a própria vida, pois “*aqui nestes campos não tenho receio*”, “*da morte não fujo, não temo os perigos*”, “*avanço, pelejo, derroto inimigos*”.

A caracterização, portanto, é de um indivíduo insociável e belicoso, de “*nome fatal*” é o “*gaúcho terrível*” que empresta seu braço e seu ânimo às guerras da pátria e somente ao bagual manifesta amizade. Eis que Taveira Júnior não ignora a existência deste insólito ser social, nem lhe nega reconhecimento na composição de sua paisagem humana sobre a província, entretanto em nenhum momento estabelece uma associação entre este ser e os demais rio-grandenses, embora o reconheça como uma outra existência do campeiro, isto é, uma outra identidade possível ao habitante do campo, porém mais afeito às campanhas militares do que as lides campeiras.

Resta, portanto, demonstrado que no imaginário de Alencar sobre “o gaúcho” prevaleceu uma configuração que desconsiderou em grande medida a multiplicidade de existências presentes na sociedade rio-grandense, que se distinguem pelas especificidades de cada ocupação e estabelecem, conseqüentemente, uma denominação própria²⁵¹. Um equívoco que o fez tratar da mesma maneira os indivíduos que trabalham no campo – os “*campeiros rio-grandenses*” –, que, entretanto, se distinguem em alguma medida de outros seres sociais – os “*gaúchos*” – que também habitam os campos do sul, porém não costumam estabelecer vínculos de trabalho nas lides campeiras, por isso, a referência a sua ociosidade, visto que, apenas e tão somente, podem se quiserem, dominá-las por distinção individual, mas não por seu uso de trabalho.

No entanto, este é um detalhe que escapa a uma visão superficial desta sociedade, pois é fato consagrado que no Rio Grande do Sul os trabalhadores do campo sempre foram requisitados para as infundáveis guerras que acometeram a região, e seu trabalho durante grande parte da história social do extremo sul do Brasil se confundiu com as guerras, embora fosse quase impossível algum tipo de opção neste cenário, alguns indivíduos adotaram a vida marginal e nômade dos acampamentos militares ou das milícias mercenárias, os demais, apesar das tantas lutas desenvolveram outras atividades de destaque na vida campeira, tornaram-se além de guerreiros, vaqueanos, tropeiros ou amansadores.

Neste sentido, o narrador de Alencar buscou, o exótico nome de um indivíduo existente e disseminado na Banda Oriental²⁵², ampliou e generalizou sua aplicação a todos

²⁵¹ Vale lembrar que também Heródoto, embora eleja o nomadismo como gênero de vida peculiar aos citas, também distingue outras categorias de existência deste povo, pois em sua narrativa aparecem: os citas lavradores ou agricultores e os criadores de gado, além dos citas nômades, o que de certa maneira torna-os seres híbridos, segundo Hartog, diante da visão grega. Cf. HARTOG, François. *op. cit.*, p.59-65.

²⁵² Sobre as inúmeras hipóteses sobre o significado da palavra gaúcho ver: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, PORTO, Aurélio. Gente que canta triste. In: Província de São Pedro: Revista Trimestral. Porto Alegre: Rio de Janeiro: São Paulo: Livraria do Globo, 1946, p.63-68, CORBIÈRE, Emilio P. El Gaúcho: desde su origen hasta nuestros días. Sevilla: Renacimiento, 1998 e BRACKENRIDGE, H.M. Voyage to South América. London: John Miller, 1820. In: TAMBARA, Elomar. (org.). *op. cit.*, 2000.

os habitantes da campanha sul-rio-grandense, sem considerar suas condutas e seu enquadramento social, segundo os parâmetros da província, ou seja, se estes indivíduos entravam em contato nas guerras e no contrabando de gado, nem por isso eram a mesma coisa. Portanto, se os “gaúchos” podem ser considerados também como “campeiros-rio-grandenses” nem todos os “campeiros-rio-grandenses” são “gaúchos”, esta é uma especificidade social gerada por uma circunstância construída histórica e culturalmente, isto é, para lutar com os inimigos platinos é necessário, muitas vezes, tornar-se um deles, agir como eles, para *pelear* na “guerra gaúcha” como “gaúchos”.

À guisa de exemplo, pode-se buscar ainda outras percepções²⁵³ sobre as especificidades sociais destes indivíduos, como as que estão presentes em duas poesias publicadas na revista *Murmúrios do Guaíba* em 1870, a primeira “Rio Grande do Sul” de autoria de Serafim dos Santos Sousa, rio-grandense de Bagé, farmacêutico e capitão da Guarda Nacional que lutou na Guerra do Paraguai; a segunda “O canto do gaúcho”, do carioca, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, bacharel em direito, jornalista e político, que, segundo consta, nunca viveu no Rio Grande do Sul²⁵⁴, e que ajudam a compor o quadro de referências da formação de um imaginário social divergente mas, paradoxalmente, compartilhado sobre os homens do sul.

Rio Grande do Sul

Terra dum povo guerreiro
De glórias tradicionais,
Mostra altiva ao mundo inteiro
Que tens poucos rivais,
Que das lides nos embates
Tens provado nos combates
Quanto val um filho teu;
Na luta caído, embora,
Morre sim, porém não chora
Quem em teu seio nasceu.

No livro do teu passado
Quantas vitórias não lês?

²⁵³ Aqui cabe mencionar, rapidamente, as memórias de Dionísio Cerqueira, militar baiano que serviu na Guerra do Paraguai que pode dar-nos uma pequena noção sobre suas impressões em relação ao comportamento de alguns soldados de uma “cavalaria gaúcha” durante um episódio de rapinagem a uma elegante residência paraguaia, que segundo relata o tenente, não guardou nenhum respeito sobre a propriedade, pois, “o que não se transferiu a posse de algum “hóspede”, foi destruído” (...), “a seda das cadeiras e dos sofás foi rasgada a ponta de faca para servir de “badanas”.” Tudo o que não tinha serventia foi quebrado e “os livros rasgados”. “Somente os santos do oratório foram poupados, porque para os dessa categoria mental, não há valores, há apenas os castigos do céu...”, porém, ao comentar sobre os soldados do General Neto ressalta: “Aquela gauchada robusta, alegre e valente, inspirava-me tanta admiração e simpatia, que recio exagerar quando me refiro às suas façanhas.” Cf. CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p.42 e 134.

²⁵⁴ Sobre os correspondentes da revista *Murmúrios do Guaíba* ver excelente trabalho de: PÓVOAS, Mauro Nicola. Murmúrios do Guaíba: índice e antologia. In: Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias do PUCRS - CEPTEL. Porto Alegre, vol. 7, nr.1, maio de 2001. Publicação do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E o teu pendão estrelado
 Das balas mais duma vez,
 Orgulhoso bem indica
 Que um povo não abdica
 A sua soberania;
 Quer antes cair exangue
 Envolto no próprio sangue
 Que sofrer a tirania!

Mostra ao mundo as legiões
 Que mandaste de guerreiros,
 Tens luzidos esquadrões,
 Teus valentes artilheiros,
 Onde quer que o fogo intenso
 Aí avança o rio-grandense
 Sem nunca a morte temer!
 E quando o clarim se escuta
 Qualquer primeiro na luta
 Avançando combater.

Embora queiram roubar-te
 A glória de teu soldado,
 Pergunta por toda a parte
 Quem mais heróis tem mandado
 Que interroguem as caveiras,
 Que alvejam junto às trincheiras,
 A que bravo pertenceu?
 E esse crânio sem alento
 Dirá com som lutuoso
 - Do Rio Grande fui eu! -

Não tem quadrados rompido
 De compacta infantaria,
 Das balas ao estampido
 A tua cavalaria?
 Trincheiras, brônzeos canhões
 Não tem os teus esquadrões
 Vencido mais duma vez?
 E inda a glória que pertence
 Ao soldado rio-grandense
 Roubá-la querem talvez!

Quanto herói em holocausto
 Sobre a pira do dever
 Aí tem caído exausto
 Sem descorar nem tremer!
 Neto, Cardoso e Simplício
 Olham a morte o suplício
 Com orgulhoso desdém!
 Após Rodrigues valente,
 Mesquita, Belo e Vicente
 Descem à tumba também...

Após... Porém o que digo?
 Dos heróis desta conquista
 De sanguinário inimigo,
 Da morte na extensa lista
 Não vês nomes infinitos
 Com sangue todos escritos
 Nascidos neste torrão?

Roubar-nos podem a vida
 Dum dos teus, porém na lida A sua bravura, – não!
 Se tens no passado louros
 Que te engrinaldam a frente,
 De Corte 'roas também tesouros

Tens aqui novo horizonte;
 Do sangue em rubro festim
 Tem teu bravo filho assim
 Conquistado ovações mil,
 Cai sorrindo porque sente
 Que morre por seu Brasil.

Santo arcanjo do mistério
 Deu-te a c'roa soberana,
 Para seres do Império
 No Sul altiva sultana;
 Deu-te em cada filho um bravo,
 Em cada bravo um escravo
 Do templo da – Liberdade! –
 Por ti ferros quebraremos,
 Por ti nós livres já temos
 Por nossa a – posteridade!²⁵⁵

Na poesia de Sousa se percebe a recorrente exaltação ao “*povo guerreiro*” do sul, louva a coragem, o orgulho e a luta pela “*liberdade*” dos bravos “*soldados rio-grandenses*”, enumera os nomes dos “*heróis*”, que com seu “*sangue*” escreveram a história e morreram pela glória do “*seu Brasil*”. O autor nativo estabelece um vínculo necessário entre as históricas guerras de conquista e manutenção do território brasileiro travadas com “*inimigos sanguinários*”, com a atitude aguerrida destes homens em defesa de sua nacionalidade, repercutindo nestes versos aquele discurso do IHGPSP que visava o ingresso da História regional no panteão das glórias nacionais. Vale destacar que o poeta não utiliza uma só vez a palavra “*gaúcho*”, como denominação aos “*soldados rio-grandenses*”.

O canto do gaúcho

Aqui nestes campos, aos gritos de guerra,
 Imígas falanges baqueiam por terra,
 Se à frente dos bravos eu surjo a correr!
Gaúchos são todos; – armados de *bolas*,
 De espadas e lanças, punhais e pistolas,
 Quem pode os vencer?

Quem pode aos valentes, temíveis *campeiros*,
 Que galgam *coxilhas*, transpondo ribeiros,
 Domar-lhes as iras do peito em vulcão?
 Quem ousa chamar-lhes guerreiros vencidos?
 Dizer-lhes quem ousa: - “Não sois mais temidos,
 Perdestes a ação?”

²⁵⁵ SOUSA, Santos. *Rio Grande do Sul*. In: *Murmúrios do Guaíba*. Porto Alegre, 1ª série, n.4, abr. 1870, p.186-187 *apud in* PÓVOAS, Mauro Nicola. *Id. ibidem*, p.51-53.

Ninguém! Que o *Gaúcho*, qual frio minuano,
 Ligeiro por terra sacode o tirano,
 Que os passos lhe embarga no seu *campear!*
 Mais livre que o vento, prendê-lo quem há de,
 Se o rude *campeiro* só quer liberdade,
 Vivendo a vagar?

Da pátria nas lutas os livres são bravos
 Que vencem, derribam soldados escravos
 Do ouro, do trono, vendidos ao rei!
 Os livres são bravos que nunca se rendem,
 Que ao sol das batalhas seus foros defendem
 Nos campos – por lei!

Eu sei que os monarcas, zombando da história,
 Co'o sangue dos povos se c'roam de glória,
 Cercados de escravos, no trono a dormir;
 Que cetros, coroas são meras vaidades
 Das forças tiranas, que as nossa vontades
 Procuram ferir!

Oh! Vinde monarcas, a mim que valente
 Um troço de braços comando, na frente
 Montado num pingue, soberbo *bagual!*
 Vereis vossa gente, sem rumo, sem norte,
 Correndo, fugindo com medo da morte,
 Por montes e val.

Vereis que nos campos, aos gritos de guerra,
 As vossas falanges baqueiam por terra,
 Se à frente dos bravos eu surjo a correr!
Gaúchos – quais somos – armados de *bolas*,
 De espadas e lanças, punhais e pistolas,
 Quem pode os vencer?²⁵⁶

Por outro lado, a poesia de Sampaio, registra uma possibilidade de entendimento, sobre esses “*homens do sul*”, semelhante àquela apresentada por Taveira Junior, pois durante seu “*canto*” vão surgindo outros sentidos como: “*temíveis campeiros*”, “*mais livres que o vento*”, “*vivendo a vagar*”, “*que ao sol das batalhas seus foros defendem*”, e aqui é a palavra “*rio-grandense*” que não aparece, apenas *campeiro*, mas, o “eu lírico” do autor carioca, ressalta: “*Gaúchos são todos*”, “*são frios como o minuano*” e desafiam monarcas a enfrentá-los no comando de “*um troço de bravos*”.

Podem ser percebidas divergências na maneira como os poetas referem-se “aos *homens do sul*”, se ao primeiro são heróicos soldados rio-grandenses a combaterem pelo Brasil, ao segundo, são “*gaúchos*” a defenderem apenas seus próprios interesses, sem comando, sem ordem, sem rei e sem lei. Mas há ainda, na poesia de Sampaio, uma ambigüidade na utilização do termo “*monarca*”, em primeiro lugar, o monarca a ser desafiado só poderia ser o Imperador do Brasil, mas se considerarmos que os “*monarcas*

²⁵⁶ SAMPAIO, Francisco de Bittencourt. *O canto do gaúcho*. In: *Murmúrios do Guaíba*. Porto Alegre, 1ª série, n.5, maio 1870, p.230 *apud in* PÓVOAS, Mauro Nicola. *Id. ibidem*, p.58-59.

das coxilhas” – são os campeiros-rio-grandenses –, então, estariam os “gaúchos” – bando indisciplinado –, a combaterem também com outros bravos destas terras.

Entretanto, apesar da ambigüidade no uso da palavra, prevalece um tom irônico ou provocador, no “*canto do gaúcho*”, pois o autor reitera a impossibilidade de combate desta força terrível e indômita, que se levanta no sul, confirmando, por fim a visão dos habitantes da Corte sobre “*os valentes cá do sul*”, ou seja, que apesar de corajosos e fortes guerreiros, são vistos também como horda de bárbaros sem comando e, portanto, “*gaúchos*”.

Visão, de certa maneira, análoga a de Alencar, que a despeito do vigor narrativo, não era como Tolstoi, que viveu entre os cossacos, e, por via de conseqüência, não conseguiu fornecer um painel da sociedade rio-grandense que apresentasse suas nuances sociais adequadamente, pois existiam muitos elementos a considerar, nesta composição, que escaparam à visão do autor, devido, sobretudo a ausência de uma vivência que lhe possibilitasse interpretar esta região com mais acuidade.

O autor apressou-se em alcunhar um ser regional a partir de uma generalização temerária e com base em informações superficiais, neste sentido, não logrou diferenciar adequadamente os hispano-platinos dos luso-brasileiros, e ao que parece não se preocupou muito com esta questão, supondo que se assemelhavam mais do que se distinguiam. Embora apresentassem antagonismos históricos que só foram mencionados de forma fortuita pelo autor, como a visão política da sociedade através dos líderes, Bento Gonçalves e Lavalleja. Visto que há, no texto, um tratamento homogeneizante desta figura – o “gaúcho” –, em relação aos platinos e brasileiros, como se fossem realmente indistintos, embora algumas características fiquem evidentemente vinculadas apenas a um dos dois, como por exemplo, a “*garridice*” ou “*casquilharia*”, atribuída ao chileno.

Neste sentido, limitou-se a traçar um perfil de “*gaúchos-rio-grandenses*”, com base em sua intuição e grande poder de improvisação, e esta conclusão encontra respaldo nas palavras de Augusto Meyer, que também identificou muitas outras variáveis dignas de nota.²⁵⁷ Portanto, o “gaúcho” forjado sob a pena de Alencar, figura de referência da intelectualidade em sua época, é um ser sem referências culturais, que pretende figurar entre os elementos naturais do Brasil, “quase” como um não brasileiro, e que surge na literatura como um “canhestro rio-grandense”, ou seja, como um exclusivo produto do imaginário social e cultural de seu autor.

²⁵⁷ Com referência a *coxilha* (...) deixa de empregar o *ch*, na grafia da palavra, como vinha fazendo até então, de acordo, aliás, com o uso mais concorde à etimologia, para escrever *coxilha*, com *x*, e observar então: “... *As lindas colinas que a imaginação pitoresca dos gaúchos chamou coxilhas, ao recordar a curva sedutora da moreninha*”. O trecho citado, juntamente com as observações referentes a *bombeiro* e a hipótese etimológica de *gaúcho*, além da insegurança, ou mesmo das contradições que apontamos, entre o texto do romance e as notas, às vezes entre capítulos da obra, poderiam comprovar o que há de improvisado, arrebatado, impetuoso na sua criação literária, feita quase sempre de livre intuição e poderoso lirismo visionário. In: MEYER, Augusto. *Notas*. in. ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.257.

Embora sendo Alencar quem é, e dispondo-se a apresentar aos brasileiros um personagem que representasse os habitantes da região sul do Brasil, utilizando inclusive elementos caros à memória histórica-social dos rio-grandenses – como a Revolução Farroupilha e seu principal líder –, ainda que apoiado na mitologia e num vigor discursivo sem rival em seu tempo, mesmo assim ele constrói um estereótipo lacunar, com base no mínimo senso-comum. Pois, o “gaúcho” de Alencar é inequivocamente um estereótipo, ou seja, “*uma representação coletiva simplificada*”²⁵⁸ que estigmatiza um grupo social, homogeneizando comportamentos ao nível do discurso social, e principalmente, é um produto da natureza, é um ser que brota, que emerge naturalmente do pampa e do vento, através de um ato narrativo sem parâmetros culturais adequados.

Visto que, durante sua narrativa, José de Alencar, se refere ao “*gaúcho*” como o “produto humano” da região, ora, esta é uma região de fronteira que tem uma ocupação até certo ponto compartilhada, e embora o autor saiba que cada lado tem uma denominação própria até para aquele espaço físico – pampa e campanha –, ele não demonstra maiores preocupações com a denominação que lhe confere o caráter humano, isto é, utiliza a palavra “gaúcho”, indistintamente sem explicar a razão das variações em seu sentido, atribuindo-lhe também um status de “raça”, como se de repente, numa região do Brasil brotasse um ser lídimo, num limbo cultural e espacial, que simbolizasse um ser brasileiro diferente de outros conhecidos, porém estigmatizado por uma mescla involuntária com os espanhóis.

Por isso, “*o seu gaúcho*” pode ser tanto um trabalhador comum do campo, como um vagabundo extraviado e sem rumo, um ser “selvático” que entende e só é entendido pelos animais, que foge do trato com a sociedade e que, aliás, não pertence à sociedade civilizada. Neste sentido, Alencar construiu exatamente o que Caldre e Fião não fez, ou seja, enquanto o *rio-grandense* Almênio d’*A Divina Pastora*, constitui-se numa alteridade como representação regional, que veste, come e cavalga de modo particular, e também tem noções muito específicas sobre a honra, a vingança, a hospitalidade e a guerra, e que, portanto, é um homem que revela em sua existência as marcas de sua cultura.²⁵⁹ O “*gaúcho*” Manuel Canho, por absoluta falta de parâmetros do autor, apenas se diferencia de

²⁵⁸ “Em ciências sociais, a evidência do alicerce sócio-cultural dos estereótipos da língua vai ao encontro dos trabalhos de sociologia e de psicologia social, que vêem essencialmente no estereótipo uma representação coletiva cristalizada. Ele se define então como “imagens pré-concebidas e cristalizadas, abreviadas e fatiadas, das coisas e dos seres que o indivíduo faz sob a influência de seu meio social”(…), in: CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p.213.

²⁵⁹ Stuart Hall analisando a construção do moderno nacionalismo britânico faz uma interessante constatação com relação a que “*as identidades nacionais são extremamente marcadas por gênero. Os significados e valores do “modo de ser inglês” tem associações masculinas poderosas. As mulheres tem um papel secundário (...)*”, esta percepção é importante porque revela também outra face nesta análise, pois a personagem feminina de Alencar Catita é muitas vezes apresentada como a “*gauchinha*”, termo não usual e tampouco aceito socialmente para as mulheres rio-grandenses do campo ou da cidade, todavia

alguns dos outros “gaúchos” da trama sejam eles platinos ou rio-grandenses, por ser afilhado de Bento Gonçalves, constituindo-se então numa figura distorcida do habitante do campo, um estereótipo social do sulino, um homem que vive a cavalgar, um centauro onipotente e indômito.

Aqui vale ressaltar a definição de Angenot do discurso social como um sistema organizador do trabalho discursivo numa sociedade, visto que na produção de um texto socialmente compartilhado, ou seja, publicado em livro, jornal ou panfleto “os traços específicos de um enunciado são marcas de uma condição de produção, de um efeito e de uma função. O uso em vista do qual um texto é elaborado deve ser reconhecido em sua própria organização e em suas escolhas linguageiras”²⁶⁰, que neste caso, específico, definem padrões de comportamento social, constroem e elidem identidades culturais.

Assim, a denominação que se perde neste processo de instalação do discurso fundador de Alencar é justamente a de *Monarca das Coxilhas*, pois se estabelece uma nova filiação, ou seja, “o sentido anterior é desautorizado, instala-se outra tradição de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar”²⁶¹, evidentemente isto não acontece de uma hora para outra, mas trata-se da implantação de um novo modo de pensar o ser regional – a partir do “gaúcho” – e de um discurso social que legitima este ser²⁶², embora a partir de uma visão externa e sem nenhuma familiaridade com os costumes da província.

No afã de construir as diversas faces culturais do Brasil, Alencar se propôs a representar na sua literatura uma estética regional, para tanto converteu uma idéia superficial sobre um ser social sulino, em personagem exemplar de toda cultura rio-grandense. Para o sucesso de tal atitude contribuiu, principalmente, o seu prestígio de escritor consagrado que, aliando-se a existência de outras sínteses exemplares presentes no imaginário social – como o “*monarca das coxilhas*” e o “*guasca*” –, também colaboraram para a manutenção dessa outra construção semântica e cultural – o “*gaúcho*”.

revela-se elemento invisível para a crítica contemporânea. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 61.

²⁶⁰ ANGENOT, Marc. *op. cit.*, 1992, p.11.

²⁶¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *op. cit.*, 2001, p.13.

²⁶² Stuart Hall ao referir-se à construção das identidades nacionais salienta a importância do discurso na representação da nação e de seus membros, e diz que: “As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.” Cf. HALL, Stuart. *op. cit.*, 2003, p. 50.

Entretanto, é necessário salientar que os seres sociais que originaram tais denominações são o campeiro, o tropeiro, o vaqueano, o guerreiro, enfim, as muitas faces das atividades desenvolvidas pelos “Rio-Grandenses”, as várias existências possíveis que ficaram subsumidas ao exótico nome que migrou do lado oriental e instalou-se no vocabulário dos brasileiros, e no imaginário dos urbanos e civilizados cidadãos da Corte que transformaram os “*monarcas das coxilhas*” em “*gaúchos-rio-grandenses*”.

CAPÍTULO 4

A última guerra entre a Província e a Corte é pelo poder de nomear

Certa vez, atravessando um rio, 'Cuidado' viu um pedaço de terra argilosa: cogitando, tomou um pedaço e começou a lhe dar forma. Enquanto refletia sobre o que criara, interveio Júpiter. O 'Cuidado' pede-lhe que desse espírito à forma de argila, o que ele fez de bom grado. Como o 'Cuidado' quis então dar o seu nome ao que tinha dado forma, Júpiter o proibiu e exigiu que fosse dado o seu nome. Enquanto 'Cuidado' e Júpiter disputavam sobre o nome, surgiu também a terra (*tellus*) querendo dar o seu nome, uma vez que havia fornecido um pedaço de seu corpo. Os disputantes tomaram Saturno como árbitro.

Saturno pronunciou a seguinte decisão, aparentemente eqüitativa:

"Tu, Júpiter, por teres dado o espírito, deves receber na morte o espírito, e tu, terra, por teres dado o corpo, deves receber o corpo. Como, porém, foi o 'Cuidado' quem primeiro o formou, ele deve pertencer ao 'Cuidado' enquanto viver. Como, no entanto, sobre o nome há disputa, ele deve se chamar '*homo*', pois foi feito de *humus* (terra).

In Heidegger, Ser e Tempo.¹

4.1. Um bravo combatente das letras na província: Apolinário Porto Alegre

Se José de Alencar é a referência nacional da Literatura brasileira, Apolinário Porto Alegre tem a mesma significação em nível regional. Ambos, cada qual em seu ambiente cultural, estarão encarregados de propagar o ideal nacionalista através da literatura. Alencar encara o projeto nacional como missão particular e Porto Alegre, emprega todo o seu vigor na construção de uma identidade regional que revele a brasilidade específica dos rio-grandenses.

Professor, jornalista, poeta, contista, teatrólogo e folclorista, além de republicano, e abolicionista, nasceu na cidade de Rio Grande em 1844 e faleceu em Porto Alegre em 1904, foi um dos principais fundadores do Partenon Literário e também participou da fundação da Academia Rio-Grandense de Letras em 1901.

Aquiles Porto Alegre, ao redigir uma pequena biografia de seu irmão, assim descreve o ânimo político de Apolinário em seus tempos de professor:

Ainda não havia, na imprensa diária da então província, sequer um órgão republicano, ainda a república não passava de um vago sonho de meia-dúzia de visionários – como então lhes chamavam – e já Apolinário Porto Alegre fazia bizarro proselitismo, comemorando solenemente, no seu colégio, as datas culminantes da revolução de 35 e das conquistas da grande revolução francesa.²

¹ HEIDEGGER, *Ser e Tempo*, § 42. Segundo uma nota explicativa, o texto da fábula é citado de acordo com F. Bücheler, *Rheinisches Museum*, vol.41 (1866), p.5. É um texto do ensaio de K. Burdach – *Faust und die Sorge*. Burdach mostra que Goethe extraiu de Herder a fábula que consta com a 220, das fábulas de Higino, tendo-a trabalhado para a segunda parte de seu *Fausto*. Apud in ALMEIDA, Custódio Luis S. de. *op.cit.*, p.188-189.

² PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Selbach, 1917, p.229.

Sobre a importância intelectual de Apolinário Porto Alegre ante de seus contemporâneos e em relação a sua adesão ao modelo literário inspirado em José de Alencar, manifestada através do estudo biográfico que ele realizou sobre o escritor cearense, Maria Eunice Moreira tece a seguinte análise:

As posições defendidas reforçam a tese de que Apolinário Porto Alegre, ao elaborar a biografia de José de Alencar, objetivava exceder o caráter biográfico de seu ensaio para transformar o texto numa declaração dos rio-grandenses nos temas sobre a literatura nacional. Para Apolinário, a meta traçada, desde as suas primeiras manifestações na Arcádia, precisa ser atingida: fomentar a literatura no Rio Grande. Estimular esse processo, no momento, significa engajar-se na discussão e nas propostas literárias dos românticos brasileiros, trazendo para a província sulina o trabalho de exploração da literatura brasileira.

Expostas pelo líder do grupo literário mais representativo do Rio Grande, as idéias indicam aos literatos locais que José de Alencar é o modelo a ser tomado por aqueles que estão empenhados na concretização do processo artístico da região sulina. A lição é facilmente compreendida, pois ensina que o percurso dessa literatura, ao seguir a orientação da ficção alencariana, deve também incorporar os motivos próprios de um determinado espaço – o rio-grandense.³

Respeito e, sobretudo, admiração pelo estilo e idéias, é o que demonstra Apolinário Porto Alegre no *Estudo Biográfico* que faz do escritor José de Alencar, publicado nas páginas da *Revista do Partenon Literário*, entre os anos de 1873 e 1874, dedicando-se durante cinco edições da revista a apresentar com grandiloqüência todo o mérito da obra alencarina, destacando-a como elemento basilar da Literatura nacional, e além de refutar com veemência todas as críticas advindas inclusive de autores portugueses⁴, defendeu com todo o empenho o romance como o gênero literário capaz de alcançar o entendimento popular.

Conforme se pode observar o estudo de Apolinário já inicia com uma entusiástica saudação ao mestre:

Eis um nome, eis uma literatura e uma nacionalidade.

(...)

Suas obras constituirão uma cadeia, por cujos elos poder-se-á estudar a nacionalidade brasileira desde a formação primitiva até as múltiplas transformações que tocam aos nossos dias. (...)

A epopéia pouco a pouco tem desaparecido cedendo lugar ao romance. A causa é óbvia. Aquela vive do maravilhoso, do assunto heróico, em que o homem é um semi-deus como Aquiles (...). O princípio romântico estabelece a vitória da razão sobre a imaginativa e exprime a marcha do espírito humano em seus esforços para devassar a verdade em toda a sua nudez. A verossimilhança constitui seu fundo. (...)

³ MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 1991, p.170.

⁴ Alencar sofreu duras críticas dos portugueses, Pinheiro Chagas nos "*Novos ensaios críticos*" e de José Feliciano de Castilho, através de seu periódico "*Questões do dia*" e de Franklin Távora, por meio do mesmo bissemanário, com as famosas "*Cartas de Semprônio a Cincinato*", nas quais Távora critica a falta de fidelidade à vida rio-grandense. Sobre as querelas entre Alencar e seus críticos ver CANDIDO, Antonio. *op. cit.*, 2000, 2º vol., p.321-327; LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.137-141 e MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 1991, p.167.

Portanto, não é com o *Colombo* que conseguir-se-á popularizar nossa literatura. É com o romance, como o entendeu José de Alencar que abrange um povo em todas as vicissitudes de sua existência, que estuda o tipo multiforme e os sentimentos de todas as classes de nossa sociedade.

(...)

Quando um dia o Brasil tiver consciência de suas glórias e quiser vindicá-las, como troféus do passado, irá, por certo, aos escrínios de Araújo Porto Alegre, como o mais americano de seus poetas, mas no de Alencar e Bernardo Guimarães é onde poderá reconhecer a nacionalidade em seu tipo primitivo a transformar-se paulatinamente com o correr dos tempos. (...)

Se há defeitos nos escritos de Alencar, eles são devidos em sua máxima parte à tendência de elevar-se demasiadamente da verdade humana, contingente e relativa para a verdade divina, necessária e absoluta.⁵

Apolinário, portanto, reverencia o trabalho intelectual de José de Alencar, fixando-o como parâmetro oficial de uma escrita brasileira, ele percebe contemporaneamente com muita acuidade, a importância futura deste escritor e, neste sentido, atribui ao estilo alencarino um status de autêntica “escola literária” a ser seguida.

A influência do literato cearense e sua obra, na construção do percurso intelectual do escritor rio-grandense, é tão marcante, que aquela formulação sobre o quão inadequada era a linguagem e, além dela, o pensamento, sobre o nativo brasileiro, pode ter inspirado Apolinário a escrever um conto sobre o trabalho e as superstições da gente comum, dos arredores de Porto Alegre, pois, mais tarde, ao justificá-lo, parte dos mesmos pressupostos que fizeram Alencar desejar despir-se das “*idéias de homem civilizado*” a fim de alcançar a tradução mais perfeita da vida nacional primeva. Para tanto não bastava apenas “*estar em contato com a natureza*”, ou estudar-lhe a composição, ou descrever os hábitos de sua gente, mas antes de tudo, para poder cantá-la ou narrá-la, era necessário, “*desenvolver uma atitude adequada*”, e para ambos, esta atitude, deveria ser adotada a partir do conhecimento da linguagem local, da fala dos homens comuns.⁶

Esta descoberta, além de proporcionar a Apolinário uma nova dimensão sobre a sua concepção de cultura, demonstra toda a perplexidade de um jovem letrado, que vê ruir diante de si os fundamentos de uma educação que acreditava completa, conforme seu próprio relato:

Há bastantes anos, numa faina de farinha, um peão ruscando com outro que apertava os tipitins na prensa, tive forte pendência em que me foi preciso intervir. Dizia-me no auge da cólera: “Veio-me com pabulagens de pongó ou caborteiro, uma coisa de bambaé...” Eu tinha então vinte e dois anos, era professor e julgava-me senhor do idioma que se fala no Brasil e também do de Portugal. (...) Mas, ante a parlenda do meu patrício que durante um bom quarto de

⁵ PORTO ALEGRE, Apolinário. *José de Alencar: Estudo Biográfico*. In: *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*. Porto Alegre, 1873, n.ºs. 9, 10, 11 e 12, p. 371, 422, 480 e 520 (respectivamente) e 1874, n.º 2, p. 629. Texto encontrado também In: ZILBERMAN, Regina *et alii*. *op. cit.*, 1980, p.99-121.

⁶ CASTELO, José Aderaldo. *A polêmica sobre “A Confederação dos tamoios”*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953, *apud in* LIMA, Luiz Costa. *op. cit.*, 1984, p.144-145. A posição de José de Alencar é também aqui discutida no capítulo 1, ver: “*Instinto de Nacionalidade*”.

hora esbofou uma linguagem completamente nova pra mim, fiquei estatelado. *Sem dúvida tinha mister de recomeçar os meus estudos, refazê-los desde a cumeeira até os alicerces. Eu nada sabia e ele, o rude agricultor e campônio, era mais digno da América do que eu; era brasileiro e eu um manequim da Europa, deslocado no meio em que nasci, onde vivia e respirava, apesar de conhecer várias línguas, história, filosofia e quejandas matérias. Iconoclasta, rompi com o passado, esmigalhei-o às plantas; para o meu país não lhe queria só a emancipação política, almejava-lhe mais desde então, a independência literária e científica. Desde esta época tornei-me um revolucionário às direitas. Da Europa só aproveitava o saber e os métodos.*⁷ (grifos nossos)

O conto, que narra esta primeira experiência lingüística do jovem Apolinário Porto Alegre, foi escrito em 1867 e publicado no primeiro número da Revista do Partenon Literário em 1869, sob o título “*Um conto como muitos*”, e em 1875, foi publicado na coletânea de contos “*Paisagens*”, com o título “*Mandinga*”. Neste texto, portanto, Apolinário se esforça em aplicar a fórmula alencarina da linguagem adequada – a fala dos homens comuns –, e assim como o mestre que queria “*esquecer as idéias de homem civilizado*”, também o discípulo busca “*refazer seus estudos*” para tornar-se um digno brasileiro e não um mero “*manequim da Europa*”.

O interessante a ser destacado nesta atitude de Apolinário, sobre sua reflexão e seu assombro, diante do desconhecimento da fala dos camponeses dos arredores de Porto Alegre, é a possibilidade de perceber as diferenças de abordagem e tratamento literário dos regionais, justamente, através da “*escolha languageira*”, isto é da linguagem utilizada pelos dois escritores.

Pois, embora, o escritor rio-grandense, não chegue a demonstrar nenhum profundo descontentamento com o mestre cearense, sobre sua obra *O Gaúcho*, também não deixa de reconhecer alguns “*equivocos*” e comenta sobre uns poucos aspectos que mereceriam reavaliações:

Concordamos que a pena de José de Alencar por mais de uma vez desenhasse pálida e friamente cenas de nossos costumes nacionais, esquecesse um ou outro tom, tenha mesmo *algumas anomalias na fusão dos caracteres, no estudo psicológico de seus personagens, pontos menos desculpáveis, como no Gaúcho* e em Ricardo dos *Sonhos de Ouro*. Concordamos ainda que *nem sempre seu estilo tem esta energia máscula que seria para desejar*.⁸ (grifos nossos)

Ao mesmo tempo, porém, refuta com veemência as críticas de Semprônio e Cincinato, que cobram de Alencar uma maior fidelidade em suas descrições, diante do que Apolinário os acusa de inveja e ressentimento, porque não deixam passar “*a mais leve omissão, às vezes licença da arte, sem dar-lhe proporções enormes*”, ademais, o rio-

⁷ PORTO ALEGRE, Apolinário. *op. cit.*, 2004, p.575.

⁸ PORTO ALEGRE, Apolinário. *José de Alencar: Estudo Biográfico*. In: Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário. Porto Alegre, 1873, n.10, p. 422.

grandense, condena as exigências de Távora – Semprônio – de que Alencar deveria estudar mais profundamente os temas antes de incluí-los em suas obras, e diz:

Semprônio quer impossíveis, principalmente se atentarmos para o que seja literatura entre nós. Suas exigências vão mais longe.

Queria Alencar viesse ao Rio Grande, se internasse pela campanha, convivesse com o gaúcho para assim poder escrever sobre seus costumes, sua vida, caráter. Era este o meio mais certo do distinto literato desacorçoar no começo da empresa.

Queria mais que estudasse arqueologia para falar dos índios. Ah! Shakespeare, imortal Shakespeare, a quem nos acostumamos a venerar, (...) ah! com uma literatura em tais condições, seria abatido do pedestal, que os séculos te ergueram, (...). E no entanto ninguém, como tu, conheceu tanto o homem, ninguém vibrou as mais recônditas fibras de teu coração!

Os estudos que em pessoa se fazem sobre os lugares de um acontecimento, o conhecimento da arqueologia são acessórios que podem dar mais realce e belezas às obras, porém não constituem preceitos essenciais da arte.⁹ (grifos nossos)

Neste ponto é importante atentar-se para a analogia que faz Apolinário Porto Alegre entre a obra de José de Alencar e de William Shakespeare, para justificar que o desconhecimento de uma região não inviabiliza o seu tratamento literário, porquanto esta comparação e sua teorização são absolutamente idênticas à concepção de Machado de Assis publicada também no ano de 1873.¹⁰

Há duas questões possíveis sobre este ponto, a primeira, que Apolinário teria conhecido o texto de Machado de Assis, que faz idêntica comparação; a segunda, que ele estaria tão familiarizado com as discussões literárias mais recentes que seu pensamento poderia coadunar-se com qualquer expoente intelectual de sua época, qualquer uma das hipóteses é plausível, dadas as circunstâncias culturais e intelectuais de Porto Alegre que o habilitariam, de qualquer maneira, a mesma conclusão do eminente crítico fluminense.

Mas, há também uma ponta de ironia na refutação de Apolinário sobre a sugestão de que deveria o escritor cearense aventurar-se a conhecer os indivíduos que habitam os pagos rio-grandenses, quando diz que “*era este o meio mais certo do distinto literato desacorçoar no começo da empresa*”, talvez julgasse que a vida intelectual e urbana de Alencar não toleraria a experiência de compartilhar das rudes condições de vida daqueles homens, ou quem sabe, porque ao deparar-se com uma tal realidade fosse mais difícil romantizá-la? Contudo, Apolinário não esclarece essa afirmação, apenas registra-a.

Tentar-se-á, portanto, proceder na análise das condições culturais de Apolinário Porto Alegre que, eventualmente, tenham atuado no sentido de minimizar o posicionamento crítico deste escritor em relação à representação dos regionais na narrativa alencarina, e, em contrapartida, buscar na narrativa do rio-grandense uma atitude semântica que

⁹ PORTO ALEGRE, Apolinário. *id. ibidem*, 1873, n.11, p.480.

¹⁰ ASSIS, Machado de. *op. cit.*, 1938, p.139.

demonstre a sua compreensão sobre esta sociedade, que a despeito de qualquer intenção consciente de resposta à obra de Alencar, pode ser entendida como tal, diante do fato consagrado, pelos tantos louvores à excelência literária do mestre cearense, de tê-lo tomado como modelo de escritor nacional a ser seguido.

4.1.1. Alencar ou Apolinário: o gaúcho ou o vaqueano?

É, portanto, no seio de um movimento romântico “tardio”¹¹, que surge o romance intitulado *O Vaqueano* do escritor Apolinário Porto Alegre, um dos maiores expoentes da intelectualidade rio-grandense do período.¹² Esta narrativa foi publicada em vinte e quatro capítulos, divididos nos seis números da *Revista do Partenon Literário*, durante o ano de 1872.

Neste sentido, uma observação se impõe, não tanto por uma importância literária, mas pela peculiaridade que apresenta, é sobre uma diferença existente entre a data de publicação da obra 1872 e a que aparece registrada ao final da narrativa, 1869, e entre elas a obra de Alencar de 1870, o que chama a atenção, neste caso, é que a obra de Apolinário teria, senão antecipado um discurso regionalista rio-grandense, ao menos acompanhado, de perto, esta tendência literária, pois, havia publicado o conto “*O monarca das coxilhas*”, também, em 1870, o que já demonstra a sua filiação ao projeto ficcional alencarino. Embora este dado não seja relevante do ponto de vista da primazia do tema literário, ele é pelo menos curioso sob o aspecto das denominações relativas ao ser social rio-grandense e, conseqüentemente, importante para a análise que se visa empreender.¹³

O romance, publicado dois anos depois d’*O Gaúcho* de José de Alencar, poderia indicar que o escritor rio-grandense pretendesse apor sua obra como uma réplica ao romance do escritor cearense, todavia, não é isto que acontece, pois, segundo Moreira, “é no romance *O Vaqueano* que se pode constatar, de modo mais efetivo, a similaridade com a ficção alencariana”¹⁴, além disso, tomando-se a data consignada pelo autor, ao final da narrativa, isto é, 1869, então resta demonstrado que fora escrita antes da obra de Alencar, o que de fato inviabilizaria a aplicabilidade de réplica. Entretanto, apesar da semelhança na

¹¹ O marco para o início do movimento romântico brasileiro é a data de 1836, quando são publicados os “*Suspiros Poéticos e Saudades*” de Gonçalves Magalhães.

¹² Lazzari também destaca a influência de Apolinário entre seus pares, pois “a relevância do papel desempenhado por Apolinário entre os partenonistas poderia ser presumida pela assiduidade com que publicou na revista da associação, bem como pela intensidade com que participou de sua organização e debates internos. As atas das reuniões do Partenon Literário revelam sua presença constante na discussão dos rumos da associação e uma insistente disposição à polêmica e à controvérsia com seus pares”. cf. LAZZARI, Alexandre, *op. cit.*, p.113.

¹³ Para Loureiro Chaves é completamente irrelevante a discussão sobre a precedência d’*O Vaqueano* sobre *O Gaúcho* de Alencar, pois considera que “*Apolinário se revela um epígono de Alencar em cada linha que escreve*”. In: CHAVES, Flavio Loureiro. *Corsários e Vaqueanos*. In: *op. cit.*, 2001, p.49-52.

¹⁴ MOREIRA, Maria Eunice. *op. cit.*, 1991, p.171.

estrutura ficcional da obra, é possível identificar algumas características bastante contrastantes, sobretudo, no ponto que aqui mais importa, ou seja, as características e denominações do personagem masculino.

Neste sentido, deve-se proceder de imediato na análise do texto literário, que é resumidamente apresentado por Maria Eunice Moreira:

Gil de Avençal, abastado estancieiro, foi assassinado, juntamente com sua mulher e filhos, restando da família apenas o primogênito, José, salvo por uma mucama. Educado pelo cavalheiro de Amaral e sua esposa, o menino vive com o casal, preparando-se para vingar a família. Quando parte para cumprir sua missão, conhece Rosita, filha do antigo posteiro de seu pai, José Capinchos, por quem se apaixona, sem desconfiar ser este o assassino. A execução final do plano de vingança leva-o a se afastar de Rosita, passando a narrativa a girar em torno do envolvimento amoroso do par e das contrariedades do irmão da moça, que deseja, agora, matar José para vingar a morte do pai.¹⁵

Das influências externas às internas, verifica-se que o escritor rio-grandense é um ardoroso admirador do período da guerra farroupilha, associa a luta daqueles *rio-grandenses* aos altos ideais republicanos e trata com reverência os líderes da revolução, assim a trama do romance inicia no período revolucionário, com José de Avençal, o vaqueano, a conduzir uma tropa farroupilha que tem no comando um que “*era como a personificação, a apoteose viva do gênio da liberdade*”, nada menos do que Garibaldi, o outro, “*de contornos amplos e estatura regular, tinha a fisionomia franca, jovial e insinuativa do campeiro rio-grandense*”, é Canabarro, embora haja uma certa economia nas adjetivações isso não deve soar como restrição à figura do valente militar rio-grandense, já louvada em outras oportunidades pelo autor.¹⁶

Neste capítulo, que leva como título o nome do vaqueano – *Avençal* –, a narrativa revela o contexto e o destino da tropa:

Os republicanos com as grandes vitórias adquiridas em 1838, mormente a do Rio Pardo, em 30 de abril, onde reunidas as forças de Neto, Canabarro, João Antonio da Silveira e Bento Manuel, fizeram retirar o exército imperial comandado pelo General Sebastião Barreto Pereira Pinto, quiseram estender a área dos combates, e para tal intuito determinaram tomar a Província de Santa Catarina.

Aí vão eles, agora que os encontramos executar o plano concebido.¹⁷

¹⁵ MOREIRA, Maria Eunice. *Id. ibidem*, p.172.

¹⁶ Destacamos um trecho de menção aos três líderes durante o cerco de Porto Alegre: “*Quase dez mil guerreiros ali se achavam, e três nomes legendários, três nomes duma epopéia de glórias: Bento Gonçalves, Neto e Canabarro, passavam pelo lábio de tantas coortes como hinos de liberdade*”. Cf. PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Vaqueiro*. In: *Paisagens*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC/Pró-Memória/INL, 1987, p.85. Este conto foi originalmente publicado sob o título “*A faca de um vaqueiro*” entre os números 4 e 5 da *Revista do Partenon Literário*, em 1869. Vale destacar também a utilização das denominações “*campeiro*” e “*camponeses*” e reiterar a ausência de “*gaúcho*”.

¹⁷ PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Vaqueano*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: MinC/Pró-Memória, INL, 1987, p.29.

Após o panorama histórico, o narrador apresenta seu personagem principal:

José de Avençal!

Quem então o não conheceu, não por semelhante nome, mas pelo de **Vaqueano**, que vinha da profissão?

Era uma natureza admirável, não tanto pelas amplas manifestações dos músculos de ferro, como pela perícia e inteligência com que guiava os exércitos da República, e a lhaneza e bondade do caráter.

Também jamais houvera **rio-grandense** que, como ele, conhecesse a Província. (...) Constituía de per si o mais exato arquivo topográfico, um mapa vivo e pitoresco. (...)

Nos misteres de **campeiro** ninguém o excedia. Iguais o encontrava, melhores nunca. (...)

Nos manejos de guerra não ficava somenos. A lança de duas braças de longura vibrava o bote tremendo, o pistolão atravessado na guaiaca poucas vezes errava o tiro na andorinha que cortava os ares. Mas, quando expandia o rosto era ao ver a rodilha do laço revoltear no espaço e logo como uma jibóia aérea se distender, se enristar, cingir o corpo da vítima, retê-la no ímpeto da carreira, (...); ou quando, as bolas em punho, rodeado de adversários, ia derrubando um por um, a golpes terríveis. Essa arma de nossos **camponeses** realiza para o homem o que realizavam as balizas e catapultas antigas para as muralhas. Onde batem, fazem uma brecha e há quase sempre uma agonia.

Trazem uma só dificuldade, o saber esgrimi-las (...)

Para os companheiros de acampamento, Avençal, **o vaqueano**, tinha um bom lote de defeitos imperdoáveis. Não falava senão em caso de extrema necessidade, não bebia, jogava menos e fumava pouco ou nada. Já se vê que devia forçosamente ser censurado, vivendo na turba soldadesca, gente que tem por vida o presente como um pêndulo oscilante entre a botija, amante de afagos e sonhos inesgotáveis, e o trabalho, distração necessária para esparecimento dos sentidos nas horas vagas. (...)

Nos combates era o delírio personificado. Em certo dia, um oficial que o vira lançar-se na peleja, dissera admirado: - Aquele homem tem a febre da morte. No entretanto, talvez tanta audácia constituísse um escudo impermeável ao ferro e às balas. Saía sempre incólume, ainda que pesaroso.

(...)

Os principais traços característicos da fisionomia que esboçamos de leve, são tão reais, que os encontramos a cada passo em nossa Província, desde o **posteiro** até o **senhor da estância**, desde a existência errante do **tropeiro** até a existência sedentária do **guasqueiro** ou trançador de lonca.¹⁸ (grifos nossos)

De início a consideração que se coloca diante das referências do autor de *O Vaqueano*, relaciona-se ao nome de seu personagem principal, no qual percebe-se uma singela homenagem do discípulo ao mestre, conforme o demonstra o anagrama entre os nomes José de Avençal e José de Alencar, é como se a partir do nome de seu personagem, Apolinário estabelecesse com Alencar uma identidade narrativa. E neste aspecto muitos analistas corroboram esta premissa, pois há, sem dúvida, toda uma elaboração alencarina que serve de inspiração ao autor rio-grandense.¹⁹ Além disso, como excelente vaqueano que é, Avençal, conhece como ninguém as veredas nos “*ínvios sertões*”, tampouco ignora

¹⁸ PORTO ALEGRE, Apolinário. *op. cit.*, 1987, p.30-32.

¹⁹ Sobre a influência de Alencar na escrita de Apolinário Porto Alegre ver: CHAVES, Flávio Loureiro. *Alencar, matriz de uma tradição literária*. In: Simões Lopes Neto. Porto Alegre: IEL: Ed. Universidade, 2001; MOREIRA, Maria Eunice. *A produção literária: O Vaqueano*. In: Nacionalismo literário e crítica

os perigos de tal travessia. Assim, de maneira análoga, Alencar é visto por Apolinário como um guia da escrita nacional, um grande luminar a indicar direções seguras no imenso território da Literatura brasileira.

Percebe-se também, neste extrato do texto, que estão contempladas grande parte das denominações utilizadas na vida campeira do Rio Grande do Sul do século XIX, aliás, cabe dizer, que é o *vaqueano* de Apolinário Porto Alegre um verdadeiro herói, pois ele reuniu num só homem todas as qualidades necessárias à construção de uma grande personalidade.

Grande personalidade que é atribuída a todos os *rio-grandenses*, pois conforme assegura aos leitores incrédulos de tais atributos, estes traços “*são tão reais*” que são encontrados por todo o Rio Grande “*desde o posteiro até o senhor da estância*”, desde o “*errante tropeiro*” até o “*sedentário guasqueiro*”, enfim, na opinião do autor, os homens rio-grandenses são amiúde excelentes campeiros e valentes guerreiros.

Vale atentar também, para a não inclusão da denominação “*gaúcho*” entre as mencionadas pelo narrador e, ainda, para a associação direta entre o destacado comandante das tropas e reconhecido estancieiro rio-grandense – David Canabarro –, e a figura do “*campeiro rio-grandense*”, inclusive pela maneira “simples” de trajar que parece não o diferenciar dos demais homens da região, independente de sua posição social²⁰, conforme avalia o narrador de Apolinário:

Por sobre a farda trazia o poncho de pano azul forrado de baetilha e gola de veludo, que em outro seria agaloadada, porém nele, atenta sua simplicidade de costumes e maneiras, apenas rematava por singelo trancelim. Todavia os alamares eram de prata. E a razão é óbvia: este metal na Província não é insígnia distintiva de certas classes, tanto se o depara na cabeçada do lombilho do **estancieiro** como na do último da **peonada**. Ricos e proletários ostentam-no com garridice.

As pratarias constituem o ponto de contato entre uns e outros, o laço de irmandade das diferentes jerarquias.

Cobriam-lhe a perna e o pé altas rossilhonas que, desfraldadas de sobre o joelho, vinham terminar em vigorosas chilenas também de prata, armadas de farpantes e rufadeiras rosetas.²¹ (grifos nossos)

romântica. Porto Alegre: IEL, 1991 e ZILBERMAN, Regina. *O Partenon e o Estatuto do Discurso Político na Literatura*. In: *op. cit.*, 1980.

²⁰ Cabe destacar que esta menção é bastante similar àquela descrita por Deys, em 1839, ou seja: “A predileção que manifesta o rio-grandense por seu cavalo não se limita a admiti-lo como companheiro inseparável; ele se ocupa também de adorná-lo, (...) com toda a riqueza ao alcance do dono; muitas vezes, a posição social do habitante do campo do Rio Grande não se revela senão pelo luxo do cavalo: enquanto a prata reluz de todas as partes do jaez, o cavaleiro negligentemente assentado no lombilho, (...); o cavaleiro, dizemos, aparece modestamente coberto de seu poncho de pano azul, forrado ordinariamente de baeta vermelha, e por baixo dele levando uma calças e jaqueta do mesmo pano ou de fazenda de algodão, segundo a estação”. In: DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990, p.110-111.

²¹ PORTO ALEGRE, Apolinário. *op. cit.*, 1987, p.27.

Adiante, no capítulo intitulado “*Vaqueania*”, o narrador de Apolinário descreve a atividade do vaqueano e fala de seu espírito nobre e do desprendimento em relação ao dinheiro, além de registrar rapidamente as duas marcantes características encontradas habitualmente pela província, isto é, a hospitalidade e a modesta existência dos rio-grandenses:

O que é a vaqueania senão a variedade de conhecimentos e relações a cada instante, nas viagens e trajetos? O que é um guia, o cicerone de estradas, páramos e desertos, senão o homem de todo o mundo, a quem procuram para as peregrinações e mudanças, a quem confiam vida e tesouros por ermos campos e bravios sertões?

E a ele podiam entregar-se em corpo e alma. De mais fiel e seguro condutor não se sabia.

(...)

Dinheiro?! Não o recusava, no entanto, o **vaqueano**. Era uma propriedade adquirida pelo trabalho; aceitava-o do rico e ia de passagem com ele enxugar a lágrima do pobre.

Para si não carecia. Viajor da fatalidade, tinha bastante no cavalo, fido companheiro das lidas, e nos arreios, camilha da noite. O mais encontrava em qualquer choupana hospedeira.²² (grifos nossos)

Pois é este homem chamado José de Avençal, vaqueano dos melhores, que guiando as tropas rio-grandenses, entre Garibaldi e Canabarro, em direção a Santa Catarina, conforme a narração, tomará parte na penosa batalha da tomada de Laguna pelos imperiais, no capítulo intitulado “*O pavilhão tricolor*”, encerrando simultaneamente sua vida e o romance:

O governo central assustou-se com a tomada da Laguna, viu a Ilha de Santa Catarina ameaçada de próxima invasão, como os navios mercantes apresados por um inimigo cuja audácia e valor não tinham limites e chegavam até as fortificações de Tamarin e Ratonés.

Resolveu pois acabar com tão precária situação.

Nomeou no intuito ao Marechal Francisco José de Sousa Soares de Andréa, comandante das armas da Província invadida, e chefe de uma força naval ao capitão-de-mar-e-guerra Frederico Mariath.

No dia 15 de novembro de 1839 entre imperiais e republicanos ia renhir-se porfiada luta, em que ambas as facções tinham de cobrir-se de memoranda glória.

Canabarro campava na bateria que defendia o porto. Garibaldi com a esquadrilha em ordem de batalha.

Rompeu o fogo...

Quantas façanhas, quantos atos de bravura e heroísmo não ficaram sepultos nesse dia em nuvens de fumo, no fundo das águas e no estrupido da peleja?

Como Canabarro e Garibaldi sorriam jubilosos, sob um céu de metralha e fogo! Leões da guerra, colunas avançadas da liberdade, cederam; mas, quando o exército dizimado por forças superiores constituiu um pugilo de bravos, quando da flotilha se viam apenas fragmentos boiantes sobre as ondas, cederam, é certo, ao número e recursos poderosos, não ao esforço e bizzarria. Grandes na vitória e no infortúnio. Grandes na derrota, porque tinham no coração as lágrimas do desespero!

²² PORTO ALEGRE, Apolinário. *op. cit.*, 1987, p.82-83.

Derrota?!! Não... Retirada gloriosa, ressaca de vagalhões que imprimiram o selo de sua pujança onde bateram, fracassando.

(...) O **rio-grandense** confia mais em seus braços de Briareu e em seus ombros de Atlante do que nos recursos oferecidos pela engenharia militar.

Retirando-se, poucos na verdade, ainda infundiam terror nas hostes contrárias, imobilizavam-nas.

(...)

A bandeira tricolor flutuava na hástea, crivada de balas, porém, como sempre, medindo altiva a bandeira do Império.

(...)

Avençal bradou:

Viva a República! (...)

Quando o ar desanuviou, viu-se que o pavilhão da República não costumava render-se: ardia com seus inimigos.²³ (grifos nossos)

A vingança e a guerra são mais do que um tema de romance para Apolinário Porto Alegre, elas são estados de alma representados num personagem que se propõe a simbolizar também o “espírito” ou o “caráter” dos rio-grandenses. Também em Alencar, a guerra e a vingança são quase que sentimentos atávicos aos homens do Rio Grande, tratamento semelhante é encontrado em César de Lacerda e da mesma forma em Caldre e Fião.

Embora Caldre e Fião julgasse com bastante severidade a idéia de vingança, a ponto de colocar na fala de uma de suas personagens a afirmação de que “*a vingança é sempre um vício e nunca uma virtude*”²⁴; ainda assim, ela é justificada, pelo personagem principal Almênio, como um costume da terra pois, ele declara que, apesar de considerar seu executor um assassino, a idéia de vingança continha algo de nobre e imaculado para um *Rio-Grandense*.

Alencar trata a vingança de seu “*gaúcho*” também como um “estado da alma”, no entanto é acima de tudo um sentimento atávico, um legado da cultura e um dever sagrado, pois seu personagem principal, chega ao cúmulo de tratar com desvelo o homem que vai matar, a fim de cumprir sua missão conforme um particular código de honra, que determina combater com igualdade o adversário. E assim descreve os motivos de Manuel Canho:

O gaúcho não tinha ódio ao Barreda.

A vingança da morte do pai não era para sua alma a satisfação de um profundo rancor; mas o simples cumprimento de um dever. Ele obedecia a uma intimação que recebera do céu; à ordem daquele que sempre tinha presente à sua memória. E obedecia friamente, com a calma e impassibilidade do juiz, que pune em observância da lei.²⁵

Também Apolinário, homem de letras que é, reprova, como Caldre e Fião, a vingança como prática social, mas reconhece o costume cultivado na província, e justifica

²³ PORTO ALEGRE, Apolinário. *Id. ibidem*, p.100-102.

²⁴ CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. *op. cit.*, 1992, p.11.

²⁵ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.95.

sua existência como uma obra capciosa do destino que atribui de certa forma a uma “falha de caráter” no rio-grandense tão pródigo de qualidades. Neste sentido, vítima das circunstâncias, o menino Avençal crescera com a idéia de vingar seu pai e sua família de tão brutal acontecimento, conforme narra o capítulo “*Volta aos pagos*”:

Vingança?! Vertigem do ultraje, ebiez de sangue, desforço da honra e simultaneamente justiça fora dos códigos!

(...)

Vingança! És tu também uma das sombras a embruscar os traços magistras do caráter rio-grandense, falha que ninguém pode nem deve ocultar. Que importa, no entretanto!

Talvez seja o quinhão ou partilha dos povos cavalheirescos, a quem a hospitalidade, a lhaneza, a honra e lealdade parecem antes virtudes inatas do que obediência às leis do dever ou o resultado de obrigações morais.²⁶

A guerra, que também é tema recorrente, principalmente, a Revolução Farroupilha, apresenta diferente significação entre os três autores, para Caldre e Fião, era sinônimo de desespero e destruição, em Alencar, adquire o sentido de desordem e falta de autoridade e, para Porto Alegre, apesar das desgraças que causa, representa um recurso necessário na luta por ideais maiores, como a conquista da liberdade.

O primeiro acompanhou durante a juventude os desdobramentos de tal conflito, inicialmente, na província e, mais tarde, na Corte onde concluiu os estudos. O segundo, distanciado, no tempo e no espaço, viu com desaprovação a rebeldia inculta e arrogante dos sul-rio-grandenses. O terceiro cultivou uma crença particular de pensar a revolução rio-grandense, a partir dos mesmos pressupostos da Revolução Francesa, e com isso converteu o sentido negativo da violência, dado por Caldre e Fião, em valores positivos como coragem e bravura e, revestiu, a rebeldia inculta dos “*gaúchos-rio-grandenses*” de Alencar, em luta de republicanos contra a tirania imperial.

Entretanto, cabe destacar que este evento, mesmo no campo literário encontrava certo grau de complexidade em seu tratamento, tal como registraram os escritores. Alencar justifica em nota o tratamento superficial do evento da seguinte maneira:

Quanto à parte histórica, o autor foi mais sóbrio do que desejava, e quiçá do que esperava o leitor; limitou-se a atravessar de relance o prólogo da revolução rio-grandense. A isso o obrigaram seus escrúpulos; trinta e cinco anos, menos de meio século, não bastam para arquivar fatos e personagens tão ligados ainda ao presente pelos vínculos das paixões e da família. Nem todos os bustos dessa galeria são, como o de Bento Gonçalves, da classe daqueles homens que ao sair do mundo entram logo na posteridade. Muitos há cuja memória sofre uma espécie de incubação antes de pertencerem à história.²⁷

²⁶ PORTO ALEGRE, Apolinário. *op. cit.*, 1987, p.66.

²⁷ ALENCAR, José de. *op. cit.*, p.242.

Outro registro, sobre o quão delicado era o tema da guerra farroupilha, mesmo com uma distância de três décadas após o término do conflito, pode ser encontrado em 1877, no romance “*Os Farrapos*” de Oliveira Bello, no qual seu narrador indaga, à certa altura da narrativa: “*Será cedo para escrever-se a história desse movimento insurrecionista?*”, ao que replica em tom de incerteza: “*Talvez*”. A dúvida que evoca Oliveira Bello repercute de maneira significativa, um dos motivos que levou ao malogro do projeto historiográfico do IHGPSP, empreendido dezessete anos antes desta constatação, reiterando, portanto, as dificuldades intrínsecas à abordagem de tal tema mesmo pela Literatura, pois:

A história é de si póstuma; vivem ainda atores da tragédia, inflexos pela velhice, mas com o rescaldo dos antigos entusiasmos não de todo o ponto apagado talvez.

Dez anos de luta porfiada não se diluem em trinta de paz ainda fraterna; a onda de anistia, que lava as nódoas de sangue salpicadas nas tábuas da lei criminal, nem sempre pode sumir tão depressa as cicatrizes que, se já não são chagas, pois sararam, são todavia pontos melindrosos que se doem da mais tênue pressão.²⁸

Alencar e Oliveira Bello aludem, portanto, aos ressentimentos que ainda estão presentes, tanto na sociedade brasileira como um todo, quanto na sociedade rio-grandense, em particular, porquanto as memórias da guerra sobrevivem como cicatrizes sociais, ora evocadas em narrativas literárias, ora lembradas em relatos individuais, que condenam os atos e os efeitos de tal acontecimento, como aparece nos textos de Caldre e Fião e, de maneira mais plangente ainda, no romance “*A Douda*” de José Bernardino dos Santos, publicado, em 1870, na revista *Murmúrios do Guaíba*, que narra os horrores das lutas fratricidas, no qual o herói dessas lutas, não é outro senão “*o bandido que ataca a mão armada à beira dos caminhos o viajor que passa incuidoso*” e, por isso, produz um espetáculo infame e deprimente:

Horrorosamente bárbaro, miseravelmente execrando é, por sem dúvida, esse batalhar insensato em que se exterminam os cidadãos de um mesmo país, filhos de uma mesma raça e família, que falam uma só língua, regidos pelas mesmas leis, nascidos sob céu igual e adorando nele um único Deus; batalhar onde cada golpe despedido não fere um inimigo, porém vitima um irmão; não opõe resistência ao conquistador estrangeiro, mas corta iniquamente os laços sagrados do sangue, da afinidade e do amor!²⁹

Entretanto, na província, nem Caldre e Fião, nem José Bernardino, consolidarão um discurso reprovador sobre a Revolução de 1835, pois os contornos da guerra, serão vistos,

²⁸ Oliveira Belo, Luiz Alves Leite de. *Os Farrapos*. 5ª edição. Rio Grande, Movimento; Editora da FURG, 1985, p.26.

²⁹ SANTOS, José Bernardino dos. *A douda. Romance original rio-grandense*. In: *Murmúrios do Guaíba*. Porto Alegre, ano 1, 1ª série, n.4, abr. 1870, p.151-159. O trecho citado corresponde ao capítulo I, intitulado “*Período de sangue*”, reproduzido em: ZILBERMAN, Regina et. alii. *Um dia todas essas coisas não de ser história: textos farroupilhas*. Porto Alegre: PUCRS, ERUS, 1985, p.49-52.

principalmente, sob o prisma de Apolinário Porto Alegre, ou seja, através da exaltação aos atos de bravura e heroísmo, da glorificação aos homens e seu destemor aguerrido, enfim, pelas virtudes ideais de um povo guerreiro e orgulhoso de suas façanhas, tal como objetivaram os membros do IHGPSP.

Assim, a narrativa de Apolinário inicia, na província, a sedimentação daquelas características que serão amplamente exploradas por toda a Literatura regional e que em conjunto com a historiografia fornecerão os elementos constitutivos de um imaginário, que será cuidadosamente cultivado pela memória social consolidando assim uma identidade a partir de uma representação ideal, isto é, a composição da imagem do “campeiro-guerreiro rio-grandense” e seus altos ideais de liberdade.

Sempre considerando que para Apolinário Porto Alegre, esta representação ideal ainda não é denominada “*gaúcho*”, mas, sim, “*campeiro rio-grandense*”, como no romance *O Vaqueano*, ou ainda, tal como em César de Lacerda, um “*monarca das coxilhas*”, conforme seu conto de mesmo nome.

4.1.2. A nobreza do campeiro rio-grandense em Apolinário Porto Alegre

Tendo em vista que, a palavra “*gaúcho*” não aparece uma vez sequer, seja no romance, *O Vaqueano* de 1869/1872, seja no conto, intitulado *O Monarca das Coxilhas*, escrito também em 1869 e publicado, em 1870, no jornal literário *Murmúrios do Guaíba*, tem-se a impressão de que estaria Apolinário a compor em prosa um painel das “paisagens humanas da província”, ao modo de Taveira Junior nas “*Provincianas*”, e, sobretudo, da cultura da região, neste sentido, o autor rio-grandense parece utilizar-se das denominações conforme o uso comum na província. Entende-se, portanto, como necessário e oportuno um diálogo entre estas obras de Porto Alegre, a fim de cotejar o maior número de referências sobre o ser regional e suas manifestações sociais e culturais, diante do imaginário de um exponencial autor rio-grandense.

Este conto foi publicado, originalmente, em 1870, no periódico “*Murmúrios do Guaíba*” e mais tarde reunido numa coletânea, sob o título “*Paisagens*”, publicada em 1875.³⁰ A obra contém outros cinco contos “*Mandinga*” escrito em 1867, publicado na *Revista do Partenon Literário* sob o título “*Um conto como muitos*”, em 1869; “*O valeiro*” escrito e publicado na mesma revista, em 1869, com o título “*A faca dum valeiro*”; “*A*

³⁰ Conforme informa Maria Eunice Moreira na apresentação da reedição de *Paisagens*. In: PORTO ALEGRE, Apolinário. *Paisagens*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: INL, 1987, p.11-12.

Tapera”, também escrita em 1869 e publicada na revista do Partenon em 1874; “Os *butiazeiros da tia Anastácia*” de 1870 e “*Pilungo*” escrito em 1874.³¹

“*O monarca das coxilhas*” apresenta a visão deste autor sobre as diferentes atitudes dos homens da cidade e do campo no Rio Grande do Sul, através dos personagens Sr. Oliveira, português de nascimento e comerciante em Rio Grande e Sancho Escafuza, o “monarca” do título, ervateiro, habitante da região das Missões.

Os contrastes entre os ambientes revelam-se durante a viagem empreendida pelo Sr. Oliveira até as Missões para tratar com os herdeiros de seu falecido sócio das questões referentes ao inventário. Assim ele inicia uma viagem que pensava benfazeja, pois: “*aquela excursão alegrou-o infinitamente. Além de um passeio higiênico e onde podia apreciar os costumes de camponeses, cujas proezas assemelhavam-se aos heróis dos contos de cavalarias que ouvira em criança, pensava realizar um negócio da China relativo a seus interesses.*”³²

Todavia a jornada torna-se um verdadeiro suplício, desde a necessidade de montar a cavalo que conforme diz o narrador de Apolinário: “*não simpatizava de nenhum modo com seu temperamento sedentário*”, até as terríveis condições dos caminhos para seguir de carretão, e que após desistir dos meios anteriores passa então a percorrer furiosamente a pé.

Após o quinto dia de caminhada, novamente tentou o cavalo, mas “*ei-lo sobre o lombinho quase de cócoras, agarrado com as duas mãos ao arção*”, depois de um tremendo tombo decidiu-se a continuar a pé e foi assim a passos largos que alcançou enfim as Missões. Quando então toma informações sobre um tal Sancho Escafuza “*que tinha irmão negociante lá paras as bandas do sul*”, ficou sabendo que ali chamavam-no “monarca das coxilhas” e pensou consigo: “*Um monarca?! Deve ser personagem de alta posição, para ser tratado assim. E eu que vinha apresentar-me com ares de importância!?*”

O vaqueano que o acompanhava convenceu-o a seguir o restante do caminho a cavalo, mas o que prometia ser próximo revelou-se mais distante do que poderia suportar o pobre Sr. Oliveira na garupa da montaria, então apesar dos apelos do vaqueano “*desceu claudicando*” a fim de continuar o trajeto de forma menos dolorosa.

E embora seguissem a risca as instruções não conseguiram encontrar o tal rancho indicado e tiveram de passar outra noite ao relento, não sem grande lamento do comerciante que “ *julgava estar num mundo como o dos Liliputs no Gulliver*”, pois “*coisas tão estranhas nunca vira*”, e enquanto cismava que este “*é o país dos absurdos*” ainda

³¹ Sobre estas referências ver o importante trabalho de Lothar Hessel e outros na elaboração de um precioso índice sobre a Revista do Partenon Literário. In: HESSEL, Lothar et alii. *op. cit.*, 1976.

³² Todas as citações que seguem foram retiradas conforme constam nesta edição. PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Monarca das Coxilhas*. In: *Paisagens*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: INL, 1987, p. 106-126.

preocupava-se com “salteadores, quilombolas e bugres”. Então quando tentava dormir foi acordado por “berros que saiam da mata” e que segundo o vaqueano eram de tigres do mato.

Para tentar acalmar-se “começou a deitar ao fogo quanta lenha estava ao seu alcance”, até que “em poucos momentos ergueu-se um fogaréu junto ao mato”, e o pobre comerciante “era a estátua do pasmo em toda a sua sublime expressão”. De modo que, mesmo a contragosto por causa dos perigos da noite, tiveram de seguir viagem em virtude do incêndio provocado pelo incauto Sr. Oliveira.

Até que conseguiram, depois de 59 dias de viagem e, ainda com algum sacrifício alcançar um pequeno rancho, a primeira habitação que se apresentou no caminho. “O sr. Oliveira pensando que já seria algum agregado do monarca, mandou descer uma de suas canastras e vestiu-se em grande gala”, mas quando descobriu por “uma africana, velha como um século”, que aquela era a casa do tal monarca, resmungou estupefato: “Um homem que se intitula monarca! Aqui!? Que país estrambótico! Talvez seja um príncipe encantado! Desde que meti-me nesses caminhos, tudo é novo para mim. Falta-me ver homens de outro feitio e cores.”

Desconfiado da informação de que o lugar onde se encontrava Sancho era próximo como dizia a negra, pensou: “Pertinho!? (...) Já aprendi como se medem as distâncias em tais lugares. Aqui tratam as léguas como braças.” E mandou a velha africana chamar Escafuza enquanto foi entrando na modesta casa sem cerimônia.

Ansioso por descansar após dois meses de caminhadas, pela primeira vez entrava numa habitação o urbano Sr. Oliveira, e o que vê é “uma sala de forro de telha vã, chão de argila e paredes de taipa”, diante de tamanha contradição pensa ironicamente: “Eis um belo palácio para uma monarquia!”. Quando finalmente ajeita-se numa rede a fim de aplacar as fadigas da viagem, entre adormecido e desperto, de repente, “solta um grito formidável” e salta da rede. Trêmulo e assustado com “uma cobra verde que pendia dum dos caibros.”

Angustiado e desesperado, chorou, pela desventura. Depois, já mais calmo resolveu examinar o casebre que revelou pouca mobília, pobres utensílios de cozinha e alguns aparatos e ferramentas da lida campeira. Chamou-lhe a atenção um quarto fechado onde descobriu um buraco na taipa, a curiosidade fez com que empilhasse alguns mochos a fim de alcançá-lo e observar o que continha o quarto. Após a peripécia exclamou: “a Califórnia!”.

O que vira então eram os arreios de prata do monarca!

4.1.3. Quando o “monarca das coxilhas” torna-se um “guasca” na cidade

A seqüência da história trata então do retorno do Sr. Oliveira para Rio Grande acompanhado de Sancho Escafuza, o “monarca das coxilhas”, e também de Amália, irmã de Sancho, de quem se torna noivo.

Ao contrário do comerciante, que idealizara o campo e a vida campeira, o “monarca” sente pela cidade um misto de curiosidade, pois “*bastantes desejos tinha de vê-las [as cidades], há muito*”, mas também de receio por deixar os pagos, a querência, além da noiva, Niquinha, à qual promete voltar em um ano para casarem-se.

Partem então. E a volta mostrou-se menos inconveniente para o Sr. Oliveira, embora “*para Sancho tinham começado os martírios*”. Foi com grande desespero que separou-se de seu cavalo para tomar, pela primeira vez na vida, uma carruagem, na qual acometeram-lhe enjôos terríveis enquanto “*suas irmãs apenas tiveram dores-de-cabeça*”, e durante o tempo em que “*gemia ele nas ânsias*”, dizia o tranqüilo Sr. Oliveira: “*Falta de costume*”.

Quando finalmente abandonaram a diligência, e Sancho respirando profundamente julgou-se a salvo do mal-estar, foi encaminhado ao vapor onde a nauseante viagem prosseguiria, o Sr. Oliveira compadecido do estado do campeiro ofereceu-lhe uma xícara de café, que foi veementemente recusada aos brados: “*Eu lá tomo esta cousa?! Nem um chimarrão aqui!... Ah! meus pagos! Quem mandou-me deixar-vos!?*”

Já na cidade, apesar de distrair-se com a música, importunava-lhe “*o andar todo vestido à urbana e as areias*”, também seu jeito de caminhar denunciava o hábito de ginete que o fazia “*pisar contrafeito*”, atraindo para si a atenção dos passantes que comentavam em tom de zombaria: “*É um guasca!*”³³

Além desses desconfortos, amiúde sobressaltava-lhe a nostalgia do campo, do rancho, de sua querida Niquinha e do baio “*companheiro de seus trabalhos e parreheiro respeitado pelo vizindário nove léguas em torno*”. Para amenizar estes sentimentos o Sr. Oliveira presenteou-lhe com “*um bom cavalo e uma espécie de chakra*”, onde Sancho “*jantava o seu churrasco sem sal gotejando sangue e bebia seu clássico chimarrão, o que preparavam meramente para ele, porque seu mecanismo digestivo não se dava com iguarias da cidade*”.

Como diversão costumava fazer carreiras fora dos limites da cidade e embora as areias o desagradassem deveras, passava algum tempo nesses exercícios antes de ir para casa. Um dia arranhou um jogo de bolas e pensou “*hoje sim é que vou monarquizar!*”, saindo a campo recordava que em seus pagos era só botar “*um pé fora de casa e zás... uma rês no chão!*”. Infelizmente a cidade oferecia outros códigos de conduta que não eram conhecidos

por Sancho, e logo descobriria que tudo ali tinha dono, inclusive “*uma besta correndo, como se fora perseguida*”.

Mas desconhecendo esta e outras artimanhas da cidade, e invadido pela alegria de subjugar o animal, esporeou seu cavalo e saiu no encalço, “*revoluteia no ar as bolas, e numa distância de duzentos passos roja-a por terra*”, porém o ímpeto do gesto acabou quebrando uma das pernas do pobre animal. Não tardou a aparecer o dono exigindo pagamento pelo dano causado, ao que Sancho replicou “*estou-me divertindo...*” e o homem, com um tom de “*deixa estar que já te curo*”, retirou-se.

No outro dia Sancho recebeu uma intimação para comparecer diante do juiz, coisa que deixou o Sr. Oliveira “*que não conhecia leis e muito menos as do país, extremamente consternado*”, inquiriu o monarca sobre o sucedido, ao que este redargüiu “*pensei que estava nos meus campos... na cancha das Missões*”. Mas para desfazer o incidente, foi necessária a intercessão de um advogado e a quantia de duzentos mil réis para encerrar o caso. Assim “*o infeliz monarca das coxilhas abandonou para sempre a equitação, numa terra em que esta arte colhia só espinhos e dissabores.*”

Na seqüência, Sancho tenta cuidar da vida e vai aos poucos tornando a terra inculta da chácara num solo fértil, repleto de hortaliças e árvores frutíferas de todo o tipo, neste meio tempo também, ocorre o casamento do Sr. Oliveira com Amália.

Até que um dia o “monarca”, vinha pela rua furioso com as botas que lhe causaram bolhas nos pés por causa dos trabalhos em sua pequena lavoura, e por desventura “*enterra um pé de areia até o tornozelo, faz um movimento brusco para retirá-lo e vai bater com a mão na face dum sujeito que passava*”.

A partir daí desenvolve-se uma sucessão de equívocos, pois, o sujeito reage com um soco e insulta-o chamando de “*bêbado, insolente*”, Sancho então revida com outros socos, o sujeito puxa sua “*bengala de pau-ferro*”, ao que Sancho corresponde com sua longa “*faca de campanha*”. Estava feita a escaramuça. Até que os policiais chegam, apartam os contendores, e o monarca das coxilhas é processado por esbofetear um cidadão pacífico, pelo porte de armas proibidas, e finalmente, por tentativa de homicídio.

Sancho Escafuza foi recolhido à prisão.

Correram os dias enquanto o Sr. Oliveira fazia “*das tripas coração*” para salvar o desditoso cunhado. Descobriu através do advogado que já lhe servira uma vez, que o segredo da absolvição do réu era o dinheiro. “*Que descoberta! O dinheiro também é um código, um direito superior a todos os códigos e direitos.*” Assim, “*por meio do pacto do Sr.*

³³No dicionário de Pereira Coruja, publicado em 1852, o significado dado a palavra **Guasca** é: “*tira de couro cru; assim chamam também os filhos da província [Rio Grande do Sul]*”, cf. CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: *Revista Província de São Pedro*. nr. 9, p.140-143.

Oliveira que correu entre os dedos de advogados, juizes, escrivães, meirinhos, etc...”, Sancho apresentou-se ao júri e foi absolvido por unanimidade.³⁴

Absolvido pela justiça dos homens, mas aniquilado em sua honra, pois “o cárcere para ele era o maior desdouro, a maior afronta a um homem de brios”, tanto assim que revoltado com a sociedade só pensava em voltar para a querência e para sua amada Niquinha.

Eis que volta. “*E para sempre!*” sentencia o monarca das coxilhas.

4.1.4. O campo sob o “romântico” olhar urbano

O autor, Apolinário Porto Alegre, é um cidadão, assim como o comerciante português Sr. Oliveira, personagem que introduz a narrativa. É, pois, sob foco duplamente urbano que é apresentado o homem do campo, alcunhado “*monarca das coxilhas*”.

Primeiramente é bom ter em vista o que significa ser um homem urbano na Província de São Pedro entre 1850 (tempo da narrativa) e 1869 (tempo do autor).

Por esta época (1863) havia aproximadamente 24 mil habitantes³⁵ em Porto Alegre, a capital da província. E Rio Grande, a cidade onde se situa parte da narrativa, contava com cerca de 14 mil habitantes³⁶, na região missioneira as vilas tidas como mais povoadas à época contavam então com 2 ou 3 mil habitantes³⁷, dispersos numa área bastante extensa, donde se conclui que a concentração de pessoas por quilômetros quadrados nesta região era mínima.

De modo que, a narrativa apresenta inicialmente as expectativas e fantasias de um homem da cidade com relação à vida no campo e seus habitantes, sobre suas atitudes e costumes, como se estes fossem personagens de romance, ou “*heróis de cavalaria*”, como descreve o Sr. Oliveira.

Esta percepção de que a vida dos homens do campo é “*tão cheia de lances poetizáveis*”³⁸, encontra suas raízes na prosaica visão romântica que promove o

³⁴ Nesta passagem há outra referência crítica de Porto Alegre aos códigos morais da cidade, sempre sujeitos à corrupção pelo dinheiro, neste sentido sua observação carrega um certo tom “*romântico anticapitalista*”.

³⁵ Eudoro Berlink em seu Compêndio de Geografia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Tipografia Jornal Deutsche Zeitung, 1863) estima a população em 344.227 almas. *apud in*: HÖRMEYER, Joseph. O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional. Porto Alegre: D.C.Luzzatto Ed.: EDUNI-SUL, 1986, p.19.

³⁶ Conforme informações de Joseph Hormeyer em 1850 citando Berlink sobre Porto Alegre que “*sua população, apesar de dizimada em 1855 na desastrosa invasão de cólera morbo, é de 20 mil almas*”. *apud in* HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.25.

³⁷ É o caso da vila de São Borja conforme narra o viajante Joseph Hormeyer. *In*: HÖRMEYER, Joseph. *id. ibidem*, p.40.

³⁸ PAREDES, Glodomiro. *op. cit.*, 1869, p.263.

“reencantamento do mundo pela imaginação”³⁹ a partir de uma realidade já bastante endurecida pelo capitalismo emergente.

Se fosse possível categorizar, em parte, o argumento deste conto ele bem poderia ser classificado em termos lukácsianos, de “romântico anticapitalista” e, considerado dentro da conceituação histórica do movimento romântico, proposta por Michael Löwy, como situado no período anterior a 1789 (na Europa), ou seja, de que “o fenômeno romântico deve ser compreendido como resposta a essa transformação mais lenta e mais profunda – de ordem econômica e social – que é o advento do capitalismo”, que se apresenta através “de um universo imaginário, ideal, utópico ou maravilhoso” como uma forma de oposição “à realidade cinzenta, prosaica e desumana do capitalismo, da sociedade burguesa/industrial”⁴⁰.

Todavia esta analogia revela-se bastante temerária porquanto a realidade econômica do Rio Grande neste período (1869) em relação ao capitalismo europeu é incipiente, não obstante verificar-se o fato de que os “alambrados” começam a aparecer, ou seja, que o cercamento dos campos torna-se uma realidade como sintoma deste processo econômico. Mas, apesar da visão do autor demonstrar afinidades e características do movimento romântico, sobretudo no que se refere ao tema – homem do campo e da cidade –, ainda assim, a prosa de Apolinário Porto Alegre não carrega o tom amargo e pesado de um Dickens, Balzac ou Hugo, embora traga em seu bojo influências de Voltaire, Rousseau, Chateaubriand e Dumas.

Entretanto dentro desta concepção romântica de mundo – senão anticapitalista, ao menos crítica sobre a sociedade urbana rio-grandense –, não é por acaso que um dos personagens é representado por um comerciante⁴¹ – típico exemplar do morador da cidade –, que pensa ir ao campo em “higiênica viagem”, referência que não só alude a uma benfazeja “mudança de ares”, mas também faz analogia aos bons ares do campo que, por conseguinte, fazem franca oposição a insalubridade das cidades, tendo em vista inclusive a experiência do autor que nasceu em Rio Grande e depois se transferiu com a família para Porto Alegre.

As cidades brasileiras do século XIX não gozavam de boa reputação em relação a sua salubridade, e embora Porto Alegre não possa ser considerada o pior dos casos ela não estava livre dos mesmos males que assolavam outros lugares, neste sentido são interessantes as observações de Francisco Paz sobre os malefícios dessa precária

³⁹ LÖWY, Michael, SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p.21.

⁴⁰ LÖWY, Michael, SAYRE, Robert. *id. ibidem*, p.15-18.

⁴¹ “O negociante, bom coração em fundo, embora filho duma época de positivismo mercantil capaz de calcinar todas as fibras do coração humano (...)”, na descrição deste personagem o autor apresenta sua visão do mundo capitalista, de forma que o argumento da narrativa é passível de ser enquadrado “en passant” de “romântico anticapitalista” com as adequadas ressalvas do contexto supramencionado. PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Monarca das Coxilhas*. In: *op. cit.*, 1987, p.115.

urbanização que deverá, contudo, ajustar-se aos modernos preceitos de controle social do mundo civilizado:

(...) é preciso considerar os discursos médicos quanto aos padrões de higiene e salubridade da sociedade urbana. Cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, são constantemente referidas como pestilentas e insalubres. As epidemias são constantes e os esforços das autoridades revelam-se insuficientes. Face à promiscuidade que se encontra grande parte de suas populações, qualquer doença rapidamente se alastra e assume feições epidêmicas. O déficit habitacional, a falta de esgotos e as péssimas condições de higiene, associados à ignorância popular produzem um efeito avassalador. Tanto que as famílias (de bem) abandonam o centro das cidades e procuram as regiões mais altas e afastadas, preferindo morar em chácaras. Isso sem falar na prostituição que toma conta das ruas centrais e ofende a moral da família brasileira.⁴²

Sobre a cidade de Rio Grande quem nos oferece uma pequena descrição é o viajante alemão Robert Avé-Lallemant, que em 1858 percorreu durante três meses o Rio Grande do Sul em visita às colônias germânicas, e diz ele:

(...) no cais, viam-se numerosas embarcações, de diferentes tamanhos, especialmente brigues e escunas. À direita, em direção ao mar, estendia-se um caos de areia e água; à esquerda, elevavam-se em toda a parte montes de areia de grão fino e de maior calibre num grande arco de plantações verdejantes, até matas e quintas, naturalmente sobrepujadas, sempre, pelos colossais montes de areia.(...)

Conta a cidade ruas regulares, sem calçamento, largas, com passeios, com casas muito bonitas. Outras coisas belas não vi na cidade e quem não se interesse apaixonadamente por peles e couros, chifres e carne-seca ou não seja um caçador fanático, não viverá dias felizes na Cidade do Rio Grande. Todavia, parece que se come e se bebe muito bem e há certo bem-estar ou antes luxo em toda parte e onde quer que se vá, não se descobre, passando, falta de conforto.⁴³

Portanto é aproximadamente, este o ambiente urbano em que vive o Sr. Oliveira e donde partem seus referenciais de existência. Pois desde o início da viagem o comerciante constata sua inadequação ao modo de vida no campo, quer pela falta de hábito e habilidade para percorrer os caminhos a cavalo, como seria de praxe, quer pelo temor e pelo desconforto de passar a noite ao relento, além de sua imperícia para manter uma simples fogueira acesa.

Some-se a tudo isso a dificuldade em compreender uma lógica em tudo diferente da sua, isto é, a estranheza pela forma como os homens do campo encaram com naturalidade certas questões como a má qualidade dos caminhos, ou as absurdas distâncias tratadas com desdém absoluto pelos naturais do lugar, e ainda a perturbadora coragem e tolerância, destes homens, para conviver em estreita relação com os animais do mato, tudo isso faz com que pense que o Rio Grande de São Pedro “é o país dos absurdos!”.

⁴² Paz, Francisco Moraes. *op. cit.*, p.258. Sobre a questão urbana e a “idéia sanitária” ver também: BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, principalmente o capítulo “A cidade e a Política” e BRESCIANI, Maria Stella. *Lógica e dissonância – Sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária*. In: *Revista Brasileira de História (São Paulo)*, v. 6, n.11, p.7-44, set.1985-fev.1986.

Talvez diante desta narrativa encontre acolhida àquela irônica alusão de Porto Alegre sobre as dificuldades em dar cumprimento à sugestão, ou exigência, feita por Franklin Távora, de que Alencar deveria conhecer melhor as condições de existência dos homens dos campos rio-grandenses, refutando o argumento ao dizer que “*era este o meio mais certo do distinto literato desacorçoar no começo da empresa*”, comparando-o decerto ao urbano Sr. Oliveira.

Outro particular contraste, marcado pela narrativa, é a idéia que faz o Sr. Oliveira da denominação “*monarca das coxilhas*”, que o faz presumir tratar-se de pessoa mui importante naquela parte da região – quando ele, em princípio, julgava-se nesta posição justamente por ser um comerciante da cidade. Seu juízo, entretanto, revela-se deveras equivocado ao ser informado da habitação do “monarca”, e depara-se, no ermo lugar, com uma choupana paupérrima, contendo poucos utensílios e mobília muito rústica.

Então, cansado da viagem e completamente desencantado com a visão que se apresenta, pensa na incoerência entre o título e a realidade e, novamente, a lógica do lugar revela-se estranha aos seus conhecimentos, eis que então outra vez o paradoxo se instala e o local que guarda o tesouro do monarca, isto é seus arreios de prata, também pode abrigar inóspitos animais.

Este choque cultural entre o homem urbano e, conseqüentemente, civilizado e o campeiro, acostumado ao ambiente selvagem, é um tema recorrente na Literatura de Apolinário, visto que, é ainda tratado no romance “*Feitiço d’uns beijus*”, escrito em 1869, e publicado na revista do Partenon entre 1873 e 1874, e retomado em “*Lulucha*”, publicado na mesma revista durante as edições de 1877.

No primeiro, o protagonista André, habilidoso campeiro, filho de um rico estancieiro de Alegrete é mandado contra a vontade para Porto Alegre a fim de educar-se. Mas insatisfeito com a vida na cidade, interrompe os estudos e entrega-se “à vagância”, torna-se um boêmio, amante da Literatura e dos autores românticos, entretanto esta situação é passageira porque o rapaz que crescera no ambiente saudável e virtuoso do campo, decide-se a abandonar o desregramento e reconciliar-se com o pai para combater um rival que era “*a expressão máxima da degeneração moral*”, o bodegueiro e seu filho. Agregando, então, à narrativa uma descrição da “taberna” e a pitoresca visão de seus freqüentadores, o “*rebotalho social*” de Porto Alegre, pois, conforme avalia o narrador:

A taberna é o *meeting* diário do populacho, é o *prix*, o fórum, o comício para o desabafo de amarguras e alegrias, para o desafogo d’alma na efusão da amizade e dos ódios; é enfim a traquéia imensa e enorme, pela qual resfolga o pulmão sanguíneo da servidão. (...) No recinto da tasca diferentes grupos se formam de expressiva cor local. (...) Derreado sobre um surrão de mate, um barril ou saca, o caboclo agauchado, o capanga trombudo, afinam o canto na viola que

⁴³ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *op. cit.*, p.106-107.

retilintina melancólica; o avoadado, o baiano, o amante da lua tomam do violão e ao dedilhar das cordas vibrantes desferem a modinha e o lundu; o africano na marimba extravasa d'alma as tristezas de poleá e as saudades da pátria. (...) É aqui, entre tal gente, que nasceu o banzé e o turumbamba.⁴⁴

O argumento desta narrativa é explicado por Iriema/Apolinário, ao leitor, no epílogo, no qual revela tê-la ouvido do próprio André, “o ex-boêmio” que agora “já era um respeitável pai de família e tinha abandonado as letras, manifestando-se mesmo descrente do futuro desta arte na província”.⁴⁵ Neste romance, Apolinário, expõe com muita gravidade umas de suas principais preocupações em relação ao cultivo das artes da palavra na província, e indica, de certa maneira, o campo de luta e as armas escolhidas por este filho do Rio Grande para combater pela cultura regional, neste sentido, conforme assevera Lazzari, “desmentir a profecia pessimista de André sobre a viabilidade da literatura em meio tão tacanho tornara-se não só seu desafio pessoal como um exemplo necessário aos demais iniciantes das letras na província”, conforme já o expressara na época da criação do Partenon Literário através das páginas da Arcádia.⁴⁶

O segundo romance, apresenta Augusto, um jovem letrado da cidade que busca no ambiente saudável de uma estância na serra a cura pra seus males. Tratado segundo os hábitos campeiros – alimenta-se de churrasco e mate –, logo alcança o restabelecimento, “sente-se vigoroso e saudável, livre do artifício e do tédio urbano”. Adota o vestuário e o modo de falar dos campeiros e pensa ter-se tornado “um rio-grandense às direitas”, um verdadeiro homem enfim. Mas a transformação do jovem urbano em “gaúcho do fundo d'alma” encontra suas limitações, ao deparar-se com a violência daqueles “costumes primitivos” e “a crueldade do tratamento dado aos ladrões de gado”, para os quais seus pedidos de clemência eram inúteis, fazendo-o sentir saudades da civilização.⁴⁷

Entre estes dois romances há um espaço de oito anos, mas a permanência do conflito cultural, entre os ambientes e as vivências na cidade e no campo, continua a perturbar o literato, que reapresenta, no ambiente intelectual regional aquela angústia sentida pelos escritores brasileiros durante o processo de formação da Literatura brasileira é, com efeito, um dilema social que delimita e estabelece um pertencimento cultural.

Afinal, criar uma Literatura regional, significava dotar a província de um verniz civilizador, que estava associado à vivência da cidade, ou seja, o mesmo processo pelo qual passaram os escritores encarregados de criar um imaginário nacional que, principiando pelo

⁴⁴ IRIEMA. *Feitiço duns beijus* (cap. 6 e 8). In: *Revista do Partenon Literário*, nr. 9, 1873, p.378-389. Iriema era um dos pseudônimos adotados por Apolinário Porto Alegre, na revista do Partenon que, conforme informa Lothar Hessel, também assinava Bocaccio.

⁴⁵ Alexandre Lazzari oferece importante contribuição de análise da obra de Apolinário Porto Alegre, principalmente, no capítulo intitulado “Iriema e os filhos da América”. In: LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.112-133.

⁴⁶ LAZZARI, Alexandre. *Id. ibidem*, p.123.

⁴⁷ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.119.

ser selvagem e primitivo, das florestas, construíram um percurso narrativo que “purificou” antigos antagonismos sociais e selecionou através do discurso as características exóticas de um ser social, mas necessariamente, urbano e educado, mesmo que mestiço, que deveria representar a civilização nacional. Regionalmente este desafio significava provar que eram capazes de outras artes, além das artes da guerra e, de outras habilidades, além das campeiras. E nacionalmente, que a cultura brasileira podia ser tão rica, importante e, intelectualmente, interessante, quanto a européia.

Neste sentido, apresentar outra visão sobre a sociedade rio-grandense, uma visão sobre sentimentos e costumes urbanos, embora também educada pelos valores e virtudes da vida no campo, implicava em romper diretamente com o imaginário da Corte sobre os rio-grandenses, concebidos como rebeldes, e infensos à organização social e à cultura, porque eram vistos, apenas, como bárbaros dos campos. Contra este estigma cultural e político, Apolinário empunhava a pena, e opunha ao estereótipo do rio-grandense belicoso e irracional, à força de sua inteligência, elidindo de sua escrita certos aspectos menos favoráveis a esta construção.

4.1.5. Quando uma boa equitação vale uma monarquia

Fica bastante evidente que o autor escreve para um público urbano e rio-grandense, pois, n’*O monarca das coxilhas* apresenta seu personagem campeiro com maiores minúcias do que o cidadão, por óbvio ele parte do pressuposto contemporâneo que seus leitores sabem como é a vida urbana, então privilegia o tratamento da vida rural em seus amplos aspectos.

Por exemplo, sabe-se o que Sancho comia, e ainda que não era afeito à culinária urbana, mas não se pode saber que tipo de cardápio aprazia aos moradores da cidade, embora o viajante Avé-Lallemant revele a impressão de que “*parece que se come e se bebe muito bem*”, ainda assim, apenas o café é mencionado e aparece como bebida habitual, em contraste com o chimarrão que, aliás, era feito exclusivamente para o ‘monarca’.

Também a roupa usada na cidade é diferente, porque Sancho sente-se inadequado em andar vestido à urbana, contudo o autor não a esclarece com os mesmos detalhes que dá por outro lado à forma de trajar do “*janota do campo*” e dos ornamentos de seu cavalo. Da mesma forma a casa do Sr. Oliveira, não é inventariada como faz o autor com a choupana do campeiro.

A ausência destes elementos na narrativa sugere a predominância da atenção sobre a vida e o habitante do campo no Rio Grande de São Pedro. Todavia, por mais sucinta que seja a natureza da narrativa em forma de conto, ainda assim ela revela através da linguagem utilizada algumas sutilezas preciosas para nossa análise.

Neste sentido, a primeira consideração que se coloca diante d'O *Monarca das Coxilhas*, relaciona-se ao nome de seu personagem principal, Sancho Escafuza, no qual percebe-se um detalhe anagramático que revela uma série de significados interessantes, ou seja, é como se a partir do nome de seu personagem, Apolinário estruturasse também as ações narrativas deste.

Assim o nome "Sancho" contém uma das definições de monarca, registrada no romance de Oliveira Belo, *Os Farrapos* de 1877, onde o autor define que "*Monarca*" é orgulhoso, ancho, percepção que tem a partir da "*convivência com seus homens do campo na estância paterna*".⁴⁸ E, "Escafuza", aglutina escaramuça e confusão, expressões pertinentes ao personagem e presentes na narrativa. De tal maneira que Sancho Escafuza, o monarca das coxilhas, é um homem do campo cheio de si, orgulhoso e que se mete em confusões e escaramuças na cidade, demonstrando uma permanência de sentido na visão e, portanto, no imaginário que têm os homens da cidade sobre os do campo.⁴⁹

Entrementes Porto Alegre explica a definição sobre o ser social denominado "*monarca das coxilhas*", personagem que dá nome ao conto e que segundo a interpretação do autor representa o habitante do interior da Província, aquele que seria a personificação do campeiro rio-grandense. Neste sentido, ele diz:

Sancho Escafuza era um verdadeiro monarca. Ninguém montava como ele. E demais monarca das coxilhas, o que significa não só o perfeito e garboso cavaleiro, mas o janota do pampa, que traça o pala de vincunha com inimitável faceirice sobre os ombros e traz o pingo coberto de pratas e fina lonca.⁵⁰

Esta é uma das visões possíveis "*desde dentro*", do homem do campo no Rio Grande de São Pedro no século XIX. Outra de semelhante matiz, mas "*desde fora*" foi apresentada pelo autor português César de Lacerda em 1867, no texto dramático "*O Monarca das Coxilhas*", embora o personagem que dá nome ao título não seja um rio-grandense, ele apresenta características similares às atribuídas por Porto Alegre, pois ele

⁴⁸ Oliveira Bello no final do romance registra um pequeno glossário de termos utilizados no texto, no qual o autor explica alguns dos "*idiotismos da gíria gaúcha*" empregados no romance, formulado, segundo ele, consultando as suas "*recordações da quadra, que passamos na província, e da convivência com seus homens do campo na estância paterna*" e também a partir da "*Coleção de vocábulos e frases...*" de Pereira Coruja. Cf. OLIVEIRA BELO, Luiz Alves Leite de. *Os Farrapos*. Rio Grande, Movimento; Editora da FURG, 1985, p.125-126.

⁴⁹ Sandra Pesavento discutindo a questão da formação da identidade rio-grandense, através da literatura, lembra que a expressão 'monarca das coxilhas', "*é bastante antiga e encontra correspondência com ditos populares gauchescos e "poesias de galpão" da mesma época em que Caldre e Fião escrevia seus romances. No caso dos adágios populares, encontramos a expressão "moço monarca não se assina, risca a marca", a lembrar que o gaúcho (ou rio-grandense) fala mais alto pelas ações do que pelas letras e que, uma vez ofendido, assinala sua passagem com marcas mais do que visíveis, numa alusão ao manejo da faca ou adaga.*", expressão esta encontrada na definição de Pereira Coruja em 1852. Cf. PESAVENTO, Sandra J. *op. cit.*, 2003, p.218. Também Augusto Meyer, em seu precursor estudo sobre as denominações regionais, refere-se ao uso freqüente da palavra monarca na poesia de cunho farroupilha, em detrimento de gaúcho. In: MEYER, Augusto. *Gaúcho, história de uma palavra*. Porto Alegre: IEL, 1957, p.36.

⁵⁰ PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Monarca das Coxilhas*. In: *op. cit.*, 1987, p.112.

“destaca-se por sua maneira rude, seu caráter determinado e, especialmente, por sua habilidade campeira e militar”⁵¹.

Sobre este aspecto é interessante também perceber na narrativa a utilização dos fatos históricos como definidores destas qualidades e por via de conseqüência, dos atributos morais distintivos dos campeiros que participaram ativamente destes eventos, que são evidentemente os rio-grandenses que habitam o campo, pois conforme afirma Apolinário justificando o epíteto:

Os *rio-grandenses* têm em nenhuma monta os tronos e cetros. Para eles uma boa equitação vale uma monarquia; *um bom cavaleiro é um grande monarca*. Parece uma irrizão, quer fosse fortuitamente dada esta acepção à palavra, quer de firme propósito.

Quem não conhecer os costumes de nossas vastíssimas campanhas, há de estranhar que uma só família às vezes seja o tronco duma série de monarquias. E por Deus! *Valem mais que os testas coroadas os valentes campeiros do Rio Grande*. Ao menos sob cada poncho palpita um coração onde a liberdade entronizou-se; em cada pulso lampeia uma espada ou uma lança que fará tremer a tirania.

Se quiserem prova, abram seus anais, e aí encontrarão *uma década gloriosa, dez anos que procuram fazer esquecer, que tentam eliminar de sua história, porque não consentem que a escrevam...* Inútil e frustrânea tentativa! Tradições tão brilhantes, grandiosas e sublimes não se extirpam, morrem com o povo em que nasceram, são a arca santa, o tabernáculo de miríadas de gerações.⁵² (grifos nossos)

Lazzari, aponta em sua análise um certo desconforto, por parte de Apolinário, em relação a expressão “monarca das coxilhas”, sobre este aspecto ele comenta:

Toda esta preocupação em deixar claro que o uso daquela expressão não implicava em descrédito à suposta vocação republicana dos rio-grandenses pode ser lida como uma evidência dos muitos significados com que o termo “monarca” era empregado. Dependendo da ocasião e do contexto, podia servir tanto a uma simples distinção como a uma provocação política, simpática ou não à monarquia. Tanto podia conferir legitimidade ao regime como significar que se dispensava a necessidade de um rei distante, preferindo-se um simples camponês da vizinhança. (...) Já o narrador do conto considerava incômoda a ambivalência do uso político da palavra e, até por acreditar que seus leitores também assim pensavam, sentiu-se na obrigação de fixar uma interpretação condizente com suas convicções.⁵³

Este incômodo apontado por Lazzari, do narrador diante da polissemia da expressão “*monarca das coxilhas*”, parece justificar-se plenamente, principalmente, quando trazida à lembrança a atitude de Apolinário em sua escola, conforme o registro biográfico de seu irmão Aquiles, no qual “*a república não passava de um vago sonho de meia-dúzia de visionários (...)* e já Apolinário Porto Alegre fazia bizarro proselitismo, comemorando solenemente, no seu colégio, as datas culminantes da revolução de 35 e das conquistas da

⁵¹ LACERDA, César de. *op. cit.*, p.X-XI.

⁵² PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Monarca das Coxilhas*. In: *op. cit.*, 1987, p.111-112.

⁵³ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.133.

*grande revolução francesa*⁵⁴, ou seja, tal epíteto aplicado aos campeiros da província não poderia ser utilizado pelo autor sem a devida ressalva sobre seu significado sociocultural, resguardando-o, em alguma medida, de um uso político equivocados.

Ademais, percebe-se nas palavras de Apolinário a explícita referência a Revolução Farroupilha, como fato marcante e constitutivo da identidade regional e, por conseguinte, para a composição da figura dos campeiros-guerreiros sul-rio-grandenses. Logo, a memória da Revolução empresta elementos mais que fundamentais para a construção do caráter desse povo evocado pelo autor.⁵⁵

Mas, cabe atentar também para a denúncia que faz o narrador de Apolinário sobre uma certa tentativa de seqüestro desta memória, de um apagamento da existência desta “*década gloriosa, dez anos que procuram fazer esquecer, que tentam eliminar de sua história, porque não consentem que a escrevam*”, protesto nativo que encontra eco nas reclamações de Alencar sobre a falta de relatos históricos sobre a Revolução, vestígios discursivos, que também podem ser encontrados nos versos de Serafim dos Santos Sousa, cuja poesia “*Rio Grande do Sul*”, publicada também na revista *Murmúrios do Guaíba* em 1870, alude ao “*roubo*” da glória dos soldados rio-grandenses.⁵⁶

No mesmo sentido, Figueiredo em seu trabalho sobre a construção da identidade regional através de discursos públicos e/ou privados dos “senhores guerreiros” do Rio Grande, elenca uma série de correspondências pessoais de Domingos José de Almeida⁵⁷ que revelam a firme intenção, deste rio-grandense por opção, de “*escrever a história da epopéia farroupilha para as gerações futuras*”, nas quais explicita as dificuldades em que se vê envolvido na realização de tal projeto, sendo acusado de “*moléstia mental*” por seus

⁵⁴ PORTO ALEGRE, Aquiles. *op. cit.*, p.229.

⁵⁵ Como de resto os romances regionais do período também apresentaram a Revolução Farroupilha como “pano de fundo” para a trama. Tal a sua significação “para o bem ou para o mal” na memória dos rio-grandenses. Assim o fez Caldre e Fião em seus dois romances “A Divina Pastora” de 1847 e “O Corsário” de 1851. E também José de Alencar no “Gaúcho” de 1870, Apolinário Porto Alegre no “Vaqueano” de 1872 e Oliveira Bello em “Os Farrapos” de 1877.

⁵⁶ Exemplar, neste sentido, é um episódio narrado por Barbosa Lessa que endossa o clamor de Apolinário sobre a ausência de registros históricos sobre a Revolução: “Como ainda em 1859 o Império postergava indefinidamente o ressarcimento de algumas dívidas e seqüestros, tomou o ex-Ministro Domingos José de Almeida a iniciativa de fundar em Pelotas o jornal *Brado do Sul* para a defesa dos interesses de seus antigos companheiros de revolução. Um escândalo! E maior escândalo ainda quando começou a divulgar, pelo mesmo jornal, documentos referentes a um trabalho de sua própria autoria: História da República Rio-grandense! [...] O editor do *Brado do Sul*, Karl von Koseritz, teve sua cabeça quebrada por três desconhecidos, houve representação formal perante o Presidente da Província contra Almeida, os amigos suplicaram que este desistisse de seu intento, e tudo isso serviu de aviso para que tão cedo ninguém mais falasse em Farrapos ou 35”. In: LESSA, Barbosa. *Nativismo: um fenômeno social gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1985, p.31.

⁵⁷ “Nascido em Diamantina, Minas Gerais, vem ao Rio Grande como tropeiro em junho de 1819. Acaba por ficar o resto de sua vida, participando de maneira contundente dos assuntos rio-grandenses, tornando-se Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense. Mesmo após o fim da guerra, continua a atuar na Província, defendendo, junto à Corte interesses que a ele parecem de todos os rio-grandenses, como o cumprimento das promessas feitas por Dom Pedro II quando da pacificação da Província.” Cf. FIGUEIREDO, Joana B. *op. cit.*, p.17.

opositores que “*não querem que escreva o histórico de nossa revolução*”, conforme relata ao amigo e correspondente Manuel Antunes da Porciúncula em junho de 1859.⁵⁸

Em contrapartida existem os incentivadores de tal projeto historiográfico, conforme se pode ler na missiva que Almeida recebe em agosto de 1859 de José Pinheiro de Ulhoa Cintra, em que este recomenda ao amigo que continue seu trabalho e “*escreva, pois, a história da revolução rio-grandense, mas desde o seu começo até o fim com a possível imparcialidade*”, visto que, “*o tempo não pode ser mais próprio, quando já decorreram mais de 15 anos depois da pacificação*”, pois afinal, citando outros eventos semelhantes, indaga: “*que mal proveio ao Brasil de terem historiadas as revoluções de Minas e Pernambuco logo depois do drama que ali se representou?*”.⁵⁹

Em outra carta dirigida ao amigo e antigo General Neto, em outubro de 1859, dá notícia de sua guerra particular travada com outros periódicos – o “Noticiador” de Pelotas, o “Diário de Rio Grande” e o “Conciliador” de Porto Alegre –, aos quais Almeida acusa de “*pasquins infamatórios*” e propõe-se a responder tais injúrias através do seu “*Brado do Sul*”, a fim de defender a memória “*da revolução mais cavalheira do mundo e que tanto honra àqueles que a dirigiram como aos filhos do Rio Grande do Sul*” levando, também, a cabo a escrita de sua história, tão logo “*habilitado dos documentos e informações*” necessários para tal.⁶⁰

Em fevereiro de 1860, Almeida ainda queixa-se, ao amigo e Coronel Manuel Lucas de Oliveira, das agruras por que tem passado a fim de concluir seu projeto de escrita da revolução e também da “*época prenhe de fenômenos aterradores*” que têm atravessado os rio-grandenses, e desabafa: “*Nisto e na depravação da atualidade encontro a razão do empenho que fazem para eu desistir do histórico de nossa revolução*”. Tal desalento também tem origem no “*decreto de 18 de dezembro de 1844*” que joga desabonador da conduta de Bento Gonçalves que, em decorrência do conhecimento deste documento, teria “*modificado a vontade que tinha de doar à posteridade rio-grandense os portentosos feitos de seus antepassados nesse drama de nossa Província, já muito recomendada de eras anteriores*”, embora reitere o seu compromisso com tal projeto, enfatizando que: “*tendo-me comprometido a fazê-lo, redobrarei de esforços para remir essa dívida, posto reconheça-me sem habilitações e sem forças*”.⁶¹

Tais percalços, entretanto, não desacorçoam de todo o velho lidador, rio-grandense por opção, de seu intento e “*na seqüência da correspondência emitida por Almeida, encontra-se a carta na qual desfaz suas suspeitas contra Bento Gonçalves*”, o que renova sua crença na possibilidade de concluir seu projeto, ao informar ao amigo Tenente-coronel

⁵⁸ FIGUEIREDO, Joana B. *id. Ibidem*, p.76-77.

⁵⁹ FIGUEIREDO, Joana B. *id. Ibidem*, p.97.

⁶⁰ FIGUEIREDO, Joana B. *op. cit.*, p.82-83.

⁶¹ FIGUEIREDO, Joana B. *id. Ibidem*, p.92.

Manuel Antunes da Porciúncula em abril de 1860 a alvissareira notícia atribuída “a providência divina que pouco a pouco se vai manifestando em sua pureza para desviar preconceitos”, e declara:

Eu te disse que tinha perdido toda a vontade e vigor de escrever o histórico de nossa revolução, ou de fragmentos para ela, desde o aparecimento do Decreto de 18 de dezembro de 1844 dado em guarda por Bento Gonçalves para comigo desconceituara este homem benemérito, por isso que aceitara um documento infamante, ou porque jugasse tudo perdido não estando as coisas como estiveram depois do negro sucesso do Fanfa, ou porque mais atendesse o proveito que a sua e honra alheias. Fui injusto, como acabo de ver, e por isso me apresso em dissipar qualquer mau conceito que também dele concebeste.⁶²

Embora o objetivo central deste trabalho seja perceber e identificar o processo de construção da identidade cultural regional, através das variações de sentido nas denominações dos regionais e não necessariamente investigar as dificuldades dos homens de letras em escrever a História da Revolução Farroupilha, estes elementos se entrelaçam, pois, a importância deste conflito como parâmetro histórico-cultural definidor da identidade regional é confirmada, do seguinte modo por Sandra Pesavento:

(...) a experiência da Revolução Farroupilha veio desempenhar um papel decisivo para a composição da auto-imagem sulina. Até aí, nada de espantar, pois o incidente, por si só – guerra de dez anos contra o império –, é de molde a fortalecer sentimentos de coesão pela defesa de interesses comuns. O inimigo externo, identificado como de fora do Rio Grande, é poderoso para a união interna e o estabelecimento das diferenças, sejam elas “reais” ou fictícias. Por outro lado, o final do conflito, marcado por uma “paz honrosa” oferecida por Caxias aos farroupilhas e pelo fato de que os mesmos não foram vencidos no campo de batalha, ou pelo menos derrotados formalmente, só veio a solidificar a formação de um autoconceito dotado de grande positividade.⁶³

E também pelo fato concreto do reiterado uso de tal acontecimento como tema das narrativas analisadas neste trabalho. Neste sentido, vale mencionar que também Apolinário empenhou-se em coligir informações e documentos sobre a guerra farroupilha a fim de publicar a sua “*História da Revolução de 35*”, que conforme relata, seu filho, Álvaro Porto Alegre durante “*aquele ciclo de barbarismo inqualificável, repulsivo, hediondo*”, referindo-se a Revolução de 1893, foi o “*volumoso trabalho em que havia empregado mais de 30 anos de labor insano, ora ampliando um capítulo, ora esclarecendo pontos duvidosos*” quase

⁶² FIGUEIREDO, Joana B. *id. Ibidem*, p.94.

⁶³ PESAVENTO, Sandra J. *op. cit.*, 2003, p.215. É necessário ressaltar, portanto, essa questão de que a Revolução Farroupilha - um episódio marcante e definidor da cultura rio-grandense -, apesar de ter sido uma guerra controversamente perdida converteu-se em símbolo de orgulho regional por representar os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, tal e qual a Revolução Francesa constituindo-se, portanto, num libelo contra a tirania. E que também é parte importante do “discurso fundador” pois, a guerra no nível da narrativa constitui-se numa prática simbólica instituindo assim “*um outro lugar de sentidos estabelecendo uma outra região para o repetível (a memória do dizer), aquela que a partir de então vai organizar outros e outros sentidos*”. Cf: ORLANDI, Eni Puccinelli. *op. cit.*, , 2001, p.15.

totalmente destruído pelos “lebréus de Julio de Castilhos, que saqueando a Casa Branca, arremessavam à rua o que não podiam levar, tendo ficado exposto à chuva este trabalho”, restando “desta obra de valor inestimável apenas dois cadernos de papel almaço”.⁶⁴

Restaram contudo, a coragem, a bravura, a liberdade e a honra como valores positivos de distinção que aliados às características regionais inerentes ao vínculo com a terra, – seu cultivo e defesa; às tradições e aos costumes do homem do campo –, se entrelaçam a fim de produzir um tipo único, um personagem capaz de contemplar culturalmente uma grande parte desta sociedade, e que ao produzir um nivelamento de interesses através de um conjunto de imagens ou idéias manteve a dignidade da tradição⁶⁵.

4.1.6. Apolinário entre o gaúcho e o rio-grandense

Conforme já foi mencionado “antes do autor cearense apresentar, através de seu romance, o habitante do Rio Grande do Sul como gaúcho, não havia ainda surgido esta palavra como denominação ampla de apelido regional em nenhuma outra obra de igual natureza”, e é ainda o que se verifica n’O *Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre. Visto que o autor, durante todo o seu texto, utiliza somente as palavras, “campeiro rio-grandense”, “vaqueano”, “troteiro”, “peão”, “estancieiro”, “posteiro”, “caudilho”, “patrícios”, enfim, todas as atividades, designações, classificações sociais e políticas de uso comum no período, tanto que chama a atenção, novamente, a ausência da palavra “gaúcho” numa narrativa rio-grandense ainda neste período.⁶⁶

Embora, mantenha-se a afirmação inicial é, entretanto, necessário questioná-la sob dois aspectos, ou seja, sendo Apolinário Porto Alegre influenciado de maneira indelével por

⁶⁴ PORTO ALEGRE, Apolinário. *Depoimento de Álvaro Porto Alegre*. In: *op. cit.*, 2004, p.29, 72 e 442.

⁶⁵ Pesavento analisando as poesias de galpão, que remontam ao período da Revolução Farroupilha, citadas por Cezimbra Jacques, diz que: “O texto é rico em significados, a principiar pela designação *bonachona* e *enobrecida* do homem *campeiro*, pois chamar alguém de “índio velho” é nomeada carinhosa nos pampas. Seu perfil é, mais uma vez, o espírito independente, o apego à liberdade e o alto conceito de si próprio: diante da honra ofendida, a reação é violenta e rápida. O território que abriga estes feitos é o do mundo pastoril e é no espaço das sociabilidades simples do galpão que se rememoram os feitos e se invocam os testemunhos daqueles homens simples e brutos, mas “verdadeiros”, porque próximos da natureza. (...) Todas estas imagens são, contudo, “índícios” de traços que ainda não haviam sido sistematizados ou consolidado em torno de uma representação apoiada no regional. Mas se constata que havia uma recorrência difusa a diferenças e a atributos individualizantes. Uma espécie de marca registrada do sul se afirmava, idealizada enquanto positividade, fator essencial para constituir-se em um marco simbólico agregador.” Cf. PESAVENTO, Sandra J. *op. cit.*, 2003, p.220.

⁶⁶ Em pesquisa recente sobre as representações do mundo político nos anos de 1880, através dos textos, notícias, crônicas e, em especial, na caricaturas e desenhos humorísticos veiculados na imprensa pelotense, também não se verifica a denominação “gaúcho” aplicada aos rio-grandenses, nem em periódicos de temática predominantemente cômica, sobre este tema ver: LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *Traços da Política: representações do mundo político ilustrada e humorística pelotense do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Alencar e tendo publicado sua obra dois anos depois deste, por que então o rio-grandense recusaria o vocábulo utilizado tão amplamente pelo mestre?⁶⁷

Por outro lado, considerando-se as datas referidas anteriormente, Apolinário teria escrito sua obra bem antes de publicá-la e, aproximadamente, um ano antes de Alencar; deste modo sem outra referência, e/ou influência, além de sua própria percepção, utiliza os vocábulos de acordo com o uso corrente e, neste caso, demonstra que “*gaúcho*” ainda não teria adquirido o sentido genérico e ampliado como o utilizado pelo escritor cearense em seu romance.⁶⁸

Não obstante, Apolinário Porto Alegre também não faz nenhuma censura a José de Alencar pelo uso indiscriminado da palavra “*gaúcho*” em sua narrativa, apenas apresenta a ressalva de que o cearense “*tenha mesmo [cometido] algumas anomalias na fusão dos caracteres*”, sem explicar devidamente quais sejam estas ‘anomalias e fusões’.

Uma primeira chave para o entendimento deste posicionamento é fornecida pela análise de Lazzari, que ao comentar sobre as diferenças de representação dos regionais n’*O Gaúcho* e n’*O Vaqueano*, destaca a pouca visibilidade que é dada aos castelhanos na obra de Apolinário em contraste com a de Alencar, pois:

Nos romances de Iriema, o castelhano é um “outro” ausente, não se faz referência explícita a qualquer influência ou interferência sua na sociedade local. O tipo campeiro rio-grandense encarna a plenitude da nacionalidade brasileira e sua antítese está representada no homem da cidade, que pode ser tanto o comerciante porto-alegrense quanto o político da Corte, presos ao interesse egoísta e incapazes do desprendimento e generosidade do verdadeiro patriota. (...) Não deixava de ser um modo de contradizer uma imagem da província sob o ponto de vista do estado monárquico, tal como se revela no juízo que José de Alencar fez da região em “*O Gaúcho*”.⁶⁹

Neste ponto, situa-se a primeira divergência entre os literatos, isto é, quanto ao modo de representar a influência platina na região e que, em última análise, não constitui na obra de Apolinário uma alteridade social, ou seja, para o autor nativo, rio-grandenses e platinos não se confundem, porque simplesmente são indivíduos de nacionalidades diferentes. Por outro lado, a alteridade estabelecida pela narrativa do rio-grandense é relativa aos

⁶⁷ Lazzari também questiona a adesão de Porto Alegre às idéias de Alencar, e a conseqüente defesa de sua obra diante dos críticos, já que a “*caracterização da identidade política da província*” aparecia de maneira divergente na obra de ambos. Cf. LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.146.

⁶⁸ Sobre algumas significações às atividades regionais atribuídas pelos literatos locais em seus escritos, é muito interessante, a que surge no conto de Victor Valpírio (Alberto Coelho da Cunha), “*Mãe do ouro*”, publicada em 1873, na Revista do Partenon Literário, também comentada por Lazzari, que narra, num episódio colateral da trama “*o conflito entre Simeão, imigrante dos Açores, e seu filho brasileiro que rejeitava a vida de agricultor. Aos dezoito anos, Janjoca decidiu fugir de casa para ser peão em uma estância, trabalho que o pai considerava “profissão de vadio”. Mas o filho já estava seduzido pela liberdade da vida dos peões e tropeiros, e nela encontraria a sua verdadeira vocação. Tornou-se um homem de confiança do proprietário da fazenda em que trabalhava, revelando-se um exímio cavaleiro, um verdadeiro “monarca garrido”, e o mais hábil nos trabalhos campeiros.*” In: LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.117-118.

habitantes do campo e da cidade, é aí que reside o grande antagonismo social e cultural desta região, segundo Apolinário Porto Alegre.

Aqui vale lembrar os infortúnios de Sancho Escafuza, diante dos quais é possível perceber que Apolinário propõe-se a estabelecer alguns contrapontos em relação à vida das pessoas no campo e na cidade, e as dificuldades em entender os respectivos códigos culturais de conduta, ou seja, conforme o que se depreende das idéias apresentadas neste texto as características encontradas na vida do campo são a liberdade, a inocência e a simplicidade, além daquela distinção conferida aos homens que demonstram perícia no manejo da montaria.

Além destas características, no romance *“Feitiço d’uns beijus”*, André também é um habilidoso campeiro que vai para a cidade estudar a contragosto, prevalecendo, naquela narrativa, que a educação recebida pelo rapaz no campo, teve também grande valia na composição de sua personalidade, pois *“trouxera para a cidade as virtudes que aprendeu ao crescer no ambiente sadio da fazenda”*. Um ambiente que contrasta com aquele apresentado sobre a taberna, assemelhando-se com o que fora descrito por Caldre e Fião na Divina Pastora, sobre Francisco um cidadão urbano que vivia no vício e na dissipação, em que sua condição degenerada, contrastava em tudo com a de Almênio, o jovem tenente (desertor) rio-grandense de caráter nobre, além de adestrado nas lides campeiras e militares.

Porém, em *“Lulucha”* de 1877, além de *“levar o leitor urbano a imaginar nos costumes primitivos do campo o exemplo moral para uma vida saudável, livre dos vícios e preconceitos da etiqueta social”*⁷⁰, também insiste no choque cultural de Augusto, o rapaz letrado da cidade, que apesar de esforçar-se em pertencer e partilhar do modo de viver dos campeiros, demonstra decepção e contrariedade com os costumes violentos daqueles homens, revelando, conforme analisa Lazzari, *“as primeiras fissuras no seu modelo de mundo perfeito de vida ao ar livre”*⁷¹.

Mas a cidade, apesar de representar os valores da civilização, é ainda, um lugar de restrições, ardis e aparência, onde as pessoas não se conhecem e o dinheiro impera absoluto sobrepujando qualquer valor moral da sociedade, não obstante, o sr. Oliveira fosse ainda considerado, pelo narrador, um *“negociante, bom coração em fundo, embora filho duma época de positivismo mercantil capaz de calcinar todas as fibras do coração humano”*⁷². Contudo, o efeito negativo da cidade sobre os personagens é reiterado nas demais obras, pois, o bodegueiro – outro comerciante –, de *“Feitiço d’uns beijus”* e seu filho,

⁶⁹ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.146.

⁷⁰ LAZZARI, Alexandre. *Id. Ibidem*, p.118.

⁷¹ LAZZARI, Alexandre. *Id. Ibidem*, p.119.

⁷² PORTO ALEGRE, Apolinário. *O Monarca das Coxilhas*. In: *op. cit.*, 1987, p.115.

representavam “a expressão máxima da degeneração moral”⁷³, e em “Lulucha”, a personagem Julia, uma cidadina, encarna a moça “com olhos voltados somente para a Europa e a vida dos salões elegantes”⁷⁴, desprezando a singeleza e rusticidade da vida rural.

Nestas narrativas, há o esforço sobre outras possibilidades de representação da sociedade rio-grandense, tendo em vista, as divergências dos escritores quanto ao enfoque sociocultural, pois, enquanto Alencar privilegiou apenas vida rural da campanha rio-grandense enfatizando o trato com os cavalos e os envolvimento políticos e militares. Por isso entendemos, ao contrário de Lazzari, que Apolinário oferece o contraste, a ambigüidade e, com efeito, tematiza outras existências além da campeira, e mesmo esta existência é matizada por outras atividades, que envolvem, por exemplo, o cultivo da terra, vale lembrar que Sancho, o monarca, era um ervateiro que, mesmo na cidade, cultivava a terra.

Entretanto, para além das distinções entre os homens do campo e da cidade, suas virtudes ou vícios, seus diferentes códigos sociais que estabelecem condutas culturais com base no costume ou nas leis, a despeito de qualquer estranhamento de parte a parte, ainda resta a maneira de nomear, as designações sociais que classificam os indivíduos desta sociedade e revelam outras nuances sociais.

É, neste sentido, que Apolinário parece perceber o que outros antes dele não perceberam, ou seja, à maneira de um diálogo de surdos, escritores nativos e da Corte descreviam “o” “gaúcho” segundo às percepções de cada um, mas ignorando-se uns aos outros, contradiziam-se segundo um ser social julgado de maneira diversa e paradoxalmente, compartilhada, ou seja, embora convergissem quanto às características divergiam quanto a aplicação ampliada ou restritiva que, com efeito, revelava os distintos modos de percepção sobre os regionais, sobressaindo em relação a perspectiva dos autores de fora pela aplicação do nome “gaúcho”, aos rio-grandenses, que estes eram julgados menos brasileiros que os demais.

Retomando, portanto, os usos das palavras que neste estudo importam, ou seja, “rio-grandenses”, “monarca das coxilhas” e “gaúcho”, o que se percebe das aplicações dos termos por Apolinário é que, a palavra “gaúcho”, não aparece em suas narrativas.

O “gaúcho” apenas surgirá no título de um poema, escrito em 1872, publicado na coletânea “Bromélias” em 1874, no qual exalta o seu caráter belicoso, solitário e indômito, tal como já fora cantado nos versos de Taveira Junior, como se lê a seguir:

O Gaúcho

⁷³ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.123.

⁷⁴ *Id. Ibidem*, p.119.

Aqui sou rei. Se lanço a frente aos céus
Tenho por teto o azul da imensidade;
Se a desço logo, vejo a soledade,
O pampa a desdobrar os escarcéus.

Aqui domino. O rancho de sapé,
Livre alcaçar não traz grilhões de escravo;
O peito aberto a luz não roja ignavo,
Passando o temporal me deixa em pé.
O tronco solitário mete dó!
Súplice se estortega na agonia!
Mas eu que odeio toda a tirania,
O afronto envolto em turbilhões de pó.

Aqui domino a erma solidão,
Tenho um trono, é o dorso do cavalo;
Este ao longe me escuta, dêz que falo,
E vem lampreiro na asa do tufão.
Meu companheiro é tu, ó meu corcel!
Se escutas o clarim, – eis-te a meu lado;
Aos ventos dizes tu, desassombrado:
Parem! Que o deserto ouça o meu tropel!
(...)
Jamais tremi!... Quem ódio vota aos reis,
E a algema que o captivo traz ao pulso,
Pode exclamar com orgulhoso impulso:
- Sou livre; ouço a razão que dá-me leis.

Sou livre! E quando o digo, sou cruel!
Firmo o olhar que longe, longe avança!
Uma das mãos afaga o hastil da lança,
A outra anedia as clinas do corcel!

Sim, pela liberdade abraço a cruz,
Baquearei por ela, inerte, exangüe;
E a gota derradeira do meu sangue
A noite há de fulgir – fanal de luz.

E, quando um dia a morte restrugir:
- Pára, campeador, de lutas basta!
- Lutemos, bradarei, que não se afasta
Quem soube te afrontar, jamais fugir.

Serei vencido, é certo, após lutar!
Não da terra, ao brandir de estranho gládio;
Quedarei na coxilha, imenso estádio,
Meu berço, minha pátria, meu altar.
E ao cair do gaúcho – o funeral!
O sol a revestir sangüíneo manto,
A natureza a perder virgínio encanto.,
A borrasca se estende o seu brial!
(...)
O condor abatido! Por terra jaz!
O lençol da savana é seu sudário.
Cada ervinha lamenta-lhe o fadário,
Silentes prantos rolam, reina a paz!

Bolas e laço e o pingo sem rival,
Companheiros fiéis, fiéis lhe foram...

Juntos dormem... Do sol os raios douram
O pampa imenso da mansão final.

O título deste poema de Apolinário, bem poderia ter sido “a morte do gaúcho” ou mesmo, “vida e morte do gaúcho”, visto que, é tratado como se fosse um único indivíduo, talvez o último – um sobrevivente –, que vive como se fosse um rei, pois domina o espaço que habita. Na solidão do pampa, odeia a tirania e seu trono é o dorso do cavalo. Não treme jamais, odeia os reis, é livre e é cruel. Não teme a morte, antes, a afronta e nunca foge. Mas um dia, lutando será vencido e morrerá. E quando enfim, é abatido, tudo silencia e reina a paz.

Não há encômio neste poema fúnebre, é antes um réquiem, uma derradeira alusão do poeta, aquele ser e a sua circunstância, que passará, daqui por diante, a ser “outro”, assim, a poesia de Apolinário, assinala, simultaneamente, um fim e um recomeço. O fim da denegação em chamar aos “campeiros sul-rio-grandenses” de “gaúchos”, e o recomeço de uma trajetória de outras lutas, um combate a ser travado pelos homens das letras, sobre a memória dos homens das guerras rio-grandenses que, tornar-se-ão “gaúchos”, para realizarem plenamente seu reconhecimento como guerreiros destemidos, a fim de satisfazerem, através do nome exótico sem origem definida, a vontade dos civilizados homens da Corte que os imaginaram “gaúchos”, os julgaram “gaúchos” e, enfim, nomearam-nos “gaúchos”.

E aqui está uma outra chave possível para a compreensão da atitude semântica de Apolinário, segundo a avaliação de Lazzari, sobre o conto “*Pilungo*” de 1874:

O uso dos apelidos tem uma função importante na história de Pilungo, por indicar o caráter dos personagens. A lição de valores já começa pela inversão do sentido depreciativo da palavra “pilungo”, que é aceita pelo garoto e torna-se símbolo do seu orgulho.⁷⁵

Pois assim como Pilungo, “*epíteto usado para qualificar um cavalo como imprestável*”⁷⁶, ou mesmo, “farrapos” ou “farroupilhas”, como foram alcunhados pelos legalistas, os liberais rio-grandenses, “*termo afrontoso ao princípio, [mas que] perdeu a significação original, tornando-se em seguida vocábulo tão grato ao ouvido dos rio-grandenses*”⁷⁷, igualmente, foi procedendo o poeta perspicaz, que percebeu ser inútil e inglória uma disputa sobre este ponto, com um talento do porte de Alencar.

Apolinário decerto não quis proceder como o próprio Alencar em relação a Gonçalves de Magalhães, tampouco como Franklin Távora em relação a Alencar. Houve por

⁷⁵ *Id. Ibidem*, p.130.

⁷⁶ LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.130.

⁷⁷ PORTO ALEGRE, Apolinário. *op. cit.*, 1981, p.83-84.

bem não combater abertamente, antes usou sua própria obra como resposta às “as anomalias na fusão dos caracteres” dos regionais n’O Gaúcho.

Assim, Apolinário foi, aos poucos, convencendo a si e aos demais, a adotar aquele ser “teatino, que não é permanente em parte alguma”⁷⁸, como Coruja definiu o “gaúcho”, até que, paulatinamente, a palavra entrou a compor o uso comum, começou a ser associada aos bons valores do campeiro, e, finalmente, em “Pilungo”, Apolinário encontra outra designação para acolher a face menos simpática socialmente, do vocábulo anterior. Surge o gaudério.

O aparecimento da palavra gaudério, que até então, juntamente com “gaúcho” era recusada, senão evitada pelos literatos, assinala a mesma troca de sentidos, que Alencar operou entre seu “gaúcho” e o “monarca das coxilhas”, e que marca afinal a derrocada do último. É a partir daí que acontece a inversão de significados sugerida por Augusto Meyer, na qual gaudério conservaria para si a “antiga” acepção negativa de “gaúcho”, e este “*agora abriria o vôo para outros destinos*”⁷⁹.

Cabe mencionar, dentro desta perspectiva, que Regina Zilbermann também chamava a atenção para, uma certa contradição no uso da expressão “*monarca das coxilhas*”, neste período, pelos membros do Partenon Literário, entre os quais destaca Múcio Teixeira e a poesia “*Em viagem*”, publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre, em 1878. A autora ressalta dois pontos que, a partir desta análise, acredita-se, ter avançado, o primeiro, é sobre “*a apropriação literária da expressão “Monarca das coxilhas”, que designa, a partir desta época, o gaúcho heróico*”; a segunda, “*é sobre a utilização de uma expressão de cunho monarquista para estigmatizar o herói em formação, quando o contexto indicava uma propensão republicana*”, e, neste sentido, a autora, propõe o exame desta contradição a partir deste poema, que é encerrado meio apressadamente, pois o poeta, diz: “*Não posso terminar o meu desenho,/ Que é singela paisagem esboçada/ Das pinturas gentis de um mundo novo/ Onde há Monarcas, sim, porém – no povo!*”⁸⁰.

Embora este poema de Múcio Teixeira mereça uma análise mais detalhada porque encerra outros questionamentos. O que este estudo procurou demonstrar, entretanto, não foi uma contradição e sim uma ambigüidade, ou seja, a permanência de uma expressão que consta no “*cancioneiro popular*”, advinda, provavelmente, da cultura oral, que atravessa o período farroupilha, sem destituição ou desconfiguração de sentido, mas que vai assumindo novos contornos, principalmente, à medida que o movimento republicano e suas idéias avançam, e o epíteto torna-se inconveniente e inapropriado, até que a distinção nobiliárquica do monarca é transferida para o “gaúcho”, herdeiro direto de seus atributos,

⁷⁸ CORUJA, Antonio Álvares Pereira. *op. cit.* In: *Revista Província de São Pedro* nr.9, p.140-143.

⁷⁹ MEYER, Augusto. *Gaúcho, história de uma palavra*. Porto Alegre: IEL, 1957, p.36.

⁸⁰ TEIXEIRA, Múcio. *Em viagem*. In: *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 20/01/1878, p.1 *apud in* ZILBERMAN, Regina *op. cit.*, 1980, p.195-197.

através da narrativa de Alencar e de sua adoção pelos literatos locais, devidamente, incentivados por Apolinário Porto Alegre.

Visto que, Apolinário Porto Alegre, neste processo de recriação, seguia ainda os passos do mestre cearense, pois inspirado pelo legado literário deste, no qual os brasileiros poderiam, no futuro, segundo seu vaticínio, “*reconhecer a nacionalidade em seu tipo primitivo a transformar-se paulatinamente com o correr dos tempos*”⁸¹. De maneira análoga fez surgir, de próprio punho e crença a figura do “gaúcho” nobilitado, para representar a partir de então, todos os “rio-grandenses”, campeiros ou não.

Como Vulcano, que forjou as indestrutíveis e poderosas armas de Aquiles, Apolinário, esculpiu e lapidou a idéia de um homem rio-grandense, corajoso, audaz e forte, e o fez guerreiro. Ao hábil cavaleiro destro com as armas e no manejo dos instrumentos do campo, tornou-o campeiro. Conhecedor do território que habita, hospitaleiro e gentil como poucos, concebeu um personagem regional que conquistaria, ainda outras façanhas, pois, desejando a liberdade e a República, lutou contra a tirania, foi, portanto, heróico e persistente, o venturoso, “gaúcho-rio-grandense”.

E porque heróico como Pilungo, o significado depreciativo da palavra não lhe deve pesar na conduta social, por isso, o “gaúcho”, tem também seu sentido invertido pelo escritor, e seus piores atributos são transferidas ao gaudério que passa sozinho a reter o significado de vagabundo.

É, assim que, em 1877, o doutor Augusto, do romance “*Lulucha*”, pode pretender tornar-se um “*gaúcho do fundo d’alma*”⁸², por conseguinte, também Oliveira Belo⁸³ registra em seu romance “*Os Farrapos*”⁸⁴ a definitiva união do “gaúcho” composto pelo estilo vigoroso de Alencar ao “monarca-campeiro” de Apolinário. No qual a figura do “gaúcho” assume todos os atributos que constituirão o emblemático símbolo humano do Rio Grande do Sul: o bifronte campeiro-militar, visto que, a prosa de Oliveira Belo opera definitivamente a fusão dos dois personagens – o “*monarca das coxilhas*” e o “*gaúcho*” –, que a partir de então passarão a configurar o homem do Rio Grande, na Literatura regional, ainda no decorrer do século XIX e, mais tarde, no imaginário social da província.

⁸¹ PORTO ALEGRE, Apolinário. *José de Alencar: Estudo Biográfico*. In: Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário. Porto Alegre, 1873, n. 9, p. 371.

⁸² PORTO ALEGRE, Apolinário. *Lulucha*. In: Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário. Porto Alegre, 1877 *apud in* LAZZARI, Alexandre. *op. cit.*, p.119.

⁸³ Luís Alves Leite de Oliveira Belo, nasceu em Porto Alegre em 17 de agosto de 1851 e faleceu no Rio de Janeiro em 1914. Foi membro do Partenon Literário e, conforme consta de sua biografia realizada pelo Círculo de Pesquisas Literárias, desenvolveu atividades como historiador, romancista, conferencista, além de seguir a carreira política.

⁸⁴ Este romance foi publicado pela primeira vez em folhetim, no ano de 1877, no jornal A Reforma do Rio de Janeiro com o título, *Os Farrapos – Esboço de romance brasileiro*. A quarta edição da obra foi publicada em 1896, conforme informações de Guilhermino Cesar, na “Biblioteca do Correio do Povo” de Porto Alegre.

Considerando-se que o “*gaúcho*” adquire sua visibilidade decisiva como um ser cultural possível e “adequado” para representar o homem do sul a partir da obra de José de Alencar (1870), que tal como “Cuidado” da fábula alemã, foi por ele delineado e nomeado.

Tendo-se, entretanto, em vista que o *monarca das coxilhas*, como elaboração social preferida dos naturais da região, que ganha destaque n’O *Corsário* de Caldre e Fião (1851), torna-se título da peça teatral de César de Lacerda (1867) e do conto de Apolinário Porto Alegre (1869) e surge também como título de capítulo no romance de Oliveira Belo (1877), empresta seus significados mais positivos a esta composição através da escrita pertinaz de Apolinário que, como Júpiter, concedeu um nobre espírito ao ser que criava.

Fundiram-se ambos ao legítimo ser político Rio-Grandense, a fim de configurarem o ser regional sulino, que conforme a fábula é composto pela terra. Terra que lhe confere um pertencimento nacional e reafirma sua brasilidade em detrimento dos empréstimos platinos às suas atitudes sociais.

Vê-se, portanto, que através da anuência de Apolinário, que resistiu o quanto pode, aos novos significados instaurados a partir da narrativa de Alencar, inicia-se uma tradição literária e a partir dela, uma identidade regional é adotada, e depois, ampliada a todos os filhos do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do símbolo da identidade sul-rio-grandense

Perseguir as palavras “rio-grandense” e “gaúcho” nas narrativas literárias de gêneros variados tentando captar as alternâncias de sentidos conforme o emprego destes vocábulos nos textos, a fim de compreender como e quando o nome “gaúcho” é adotado pelos regionais suplantando por fim o adjetivo gentilício, “rio-grandense”, tal foi o propósito fundamental desta pesquisa.

Vale ressaltar que este trabalho visava também o cruzamento dos vários tipos de discursos sociais, ou seja, aqueles cujos lugares de enunciação circunscrevem-se ao ambiente literário, histórico e jornalístico, a fim de recolher o maior número possível de referências sobre o emprego destas palavras durante o período demarcado, para tanto as fontes surgiram de procedências muito variadas, desde cartas até poesias, de romances a jornais ou periódicos de circulação regional e nacional, além das falas registradas pelas instituições históricas e as descrições dos viajantes europeus que percorreram o Rio Grande do Sul nesta época.

As informações obtidas a partir de fontes tão variadas foram utilizadas para recompor um painel bastante variado sobre os habitantes do Rio Grande que partisse de observações contemporâneas às narrativas literárias escolhidas, tendo em vista o aprofundamento da questão proposta por Augusto Meyer, ou seja, “*como o termo [gaúcho] adquiriu lentamente novos matizes de sentido*”, ou ainda conforme a categoria de Oliven, segundo a qual buscou-se perceber como o termo “gaúcho” foi “*ressemantizado*” e de vocábulo depreciativo tornou-se um apelido regional ampliado.

É, portanto, a partir de uma articulação interdisciplinar, principalmente entre Literatura e História, que se procurou compreender a identidade cultural do ser regional como “*uma construção textual submetida às diversas intermediações culturais*” conforme sugeriu Burke, ou seja, compreendê-la como um “*artefato cultural*” ao modo de Anderson, de tal forma que este trabalho de pesquisa toma corpo, principalmente, a partir do encontro de três informações e/ou constatações primeiras, que guiaram nossos passos através da Literatura regional do século XIX.

A primeira informação vem do pioneiro estudo semântico de Augusto Meyer “*Gaúcho: história de uma palavra*” (1941), a segunda da leitura do romance “*A Divina Pastora*” (1847) de Caldre e Fião, primeiro autor a tematizar o homem e a cultura sul-rio-grandense, e a terceira, da análise de Flávio Loureiro Chaves sobre o personagem de Bento Gonçalves, no romance “*O Corsário*” (1851) do mesmo Caldre e Fião, estes são aspectos pontuais da análise que devem ser evidenciados a fim de restabelecer certos elementos deste exame.

Do estudo de Meyer surge uma perplexidade diante da constatação do descrédito deste intelectual ao significado da palavra “gaúcho” atribuído por Pereira Coruja, primeiro lexicógrafo a registrar na Corte e na Revista do IHGB em 1852 o sentido social do termo. Da leitura d’*A Divina Pastora*, uma surpresa, que vem da constatação do não uso da palavra “gaúcho” como referência a qualquer natural do Rio Grande. E, finalmente, da análise de Loureiro Chaves, outro espanto ao perceber o estranhamento demonstrado pelo crítico, em relação à distinção que faz Caldre e Fião da figura de Bento Gonçalves, enquanto rio-grandense, dos demais personagens da narrativa, ora designados “gaúchos”, ora identificados como “monarcas das coxilhas”.

O questionamento suscitado pelas leituras acima, ou de como o “rio-grandense” foi convertido em “gaúcho”, e que circunstâncias concorreram para esta transformação, aguçou a busca por tal esclarecimento através de outras obras literárias.

As obras literárias, incluindo-se neste arcabouço as narrativas de viagem, tomadas como referência para apurar o tratamento dispensado por seus autores aos homens do Rio Grande do Sul, durante o período de 1847 a 1877, embora, apresentem algumas interessantes diferenças, expressam também profundas semelhanças, principalmente no que concerne à percepção de certas características que passarão à memória social como absolutamente verdadeiras e que representarão, ao longo de todo o processo de construção da identidade regional, o ‘ideal-típico’ dos habitantes da região sul, devidamente personalizados na figura do “*gaúcho-rio-grandense*”.

Do conjunto analisado algumas obras e seus autores podem, eventualmente, obter maior destaque, seja pela sensibilidade em captar e traduzir certas peculiaridades, seja pela influência social em seu ofício ou ainda por uma grande erudição, não necessariamente por apresentarem mais informações ou produzirem grande quantidade de elementos para a análise, mas porque seus textos demonstraram o quanto a Literatura é uma fonte histórica privilegiada por dar a ver e a ler certos aspectos das representações identitárias que de uma maneira ou de outra acabam por revelarem-se na escrita de seus autores.

De Caldre e Fião a Apolinário Porto Alegre, passando por Hörmeyer, Avé-Lallemant e César de Lacerda até alcançar José de Alencar, sem dúvida outros poderiam ser ainda incluídos. Mas, além das narrativas e autores escolhidos, figuram como grandes contribuições os demais viajantes, que escapam ao período analisado, embora seus registros atuem como contrapontos aos textos principais eles emprestam toda a sua importância na construção do percurso intelectual sobre o Rio Grande e seus habitantes. Sob a perspectiva do olhar europeu portanto, as narrativas de Saint-Hilaire, Dreys, Isabelle e Baguet devem ser também devidamente reverenciadas.

Autores como Sarmiento e Bauzá e demais viajantes que percorreram a região platina também forneceram importantes pontos de vista sobre as diferenças entre os

“*gauchos platinos*” argentinos e uruguaios, entretanto sua utilização foi limitada em virtude do foco privilegiado restringir-se ao “gaúcho-rio-grandense”.

Toda pesquisa histórica envolve escolhas arbitrárias por parte do historiador e, neste sentido, o tipo de texto literário privilegiado para a análise foi a prosa (romance e conto) – e o texto dramático do autor português –, entretanto, não seria possível estabelecer certos nexos e associações sem o mui válido auxílio das poesias de Bernardo Taveira Júnior, Múcio Teixeira e Fernando Ozório, o que mais uma vez reitera a importância da linguagem literária na construção das identidades culturais, seja qual for o gênero ou forma adotada para a sua realização.

Estas obras literárias atuaram como construtoras de um imaginário possível sobre o homem do sul, principalmente através da escrita de José de Alencar e Apolinário Porto Alegre, que produziram vigorosos discursos sobre as características dos sul-rio-grandenses. Visto que ao serem indagadas como fontes históricas – a visão forasteira do primeiro e o olhar nativo do segundo –, revelaram, através de percepções mediadas por vivências absolutamente urbanas, imaginários específicos e distintos sobre os homens do campo.

Ambos são homens urbanos, circunstância social que ocasiona uma narrativa sobre o que é visto, informado – ou sabido por ouvir dizer – e não sobre o que é particularmente vivido, deve-se considerar que José de Alencar, entre os escritores escolhidos, jamais estivera no Rio Grande do Sul. Ademais, é importante esclarecer que suas narrativas não têm um compromisso *a priori* com o real-vivido, elas apenas pretendem situar o leitor diante de uma situação de aproximação com o real, tal procedimento é o que podemos chamar de verossimilhança.

Entre semelhanças e diferenças um só tema a mobilizar a atenção destes escritores de variadas procedências, ou seja, os homens do Rio Grande do Sul e sua cultura. E para além desta constatação, a intenção de tornar visível um tipo de habitante do Brasil portador de circunstâncias específicas de vida, que lhe conferem por isso um caráter próprio, modos de agir e uma “visão de mundo” em alguma medida diferente da dos outros brasileiros.

Dentre as vozes escolhidas para descreverem os ‘*filhos do Rio Grande*’, duas destacam-se por seu poder intelectual naquela época, são José de Alencar e Apolinário Porto Alegre, ambos se consideram responsáveis pela construção identitária dos brasileiros através de sua Literatura, e acreditam no poder da Literatura para revelar a cultura do país e ampliar os horizontes dos homens comuns.

Ambos inscrevem suas narrativas, num campo discursivo específico, isto é, produzem o que chamamos de “discurso fundador”. E neste sentido, José de Alencar, seja por sua trajetória intelectual, pela adesão ao projeto nacional de construção da identidade via Literatura, ou ainda, por suas obras anteriores, *O Guarani* e *Iracema*, também situadas

na categoria de “discurso fundador”, tem uma influência decisiva sobre a obra de Apolinário Porto Alegre.

A obra de José de Alencar tem um papel diante da nação brasileira: explicitar a sua variedade cultural. Neste sentido, em relação ao Rio Grande do Sul sua atuação não é diferente, ao contrário, contribui para consagrar nacionalmente o estereótipo do ser regional, pois o romance de Alencar age em relação aos rio-grandenses como agiram os conquistadores da América em relação aos habitantes do novo mundo, ou seja, dizem quem são estes “*outros*” sem saber exatamente o que estão dizendo. Embora sua narrativa esteja de acordo com um saber compartilhado, mesmo que equivocado, quiçá idealizado pelos urbanos moradores da Corte, com efeito, as categorias sociais que Alencar utiliza na descrição de seu “gaúcho” provêm, sobretudo, de um saber compartilhado pelos brasileiros de fora do Rio Grande.

Todavia, seja pela autoridade inspirada por Alencar em seus contemporâneos, seja pela “omissão” dos letrados rio-grandenses em criticar com mais ênfase a obra do mestre cearense sobre os habitantes regionais, a verdade é que o termo adotado amplamente por ele para identificar os homens do Rio Grande do Sul tornou-se com o passar do tempo um adjetivo gentílico que nomeia indistintamente a todos os naturais desta região.

E neste sentido, seu romance *O Gaúcho*, agiu sob a forma de um discurso fundador por que, conforme define Orlandi, ele instituiu uma “*ruptura que cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância*”¹, além disso, associou a este novo sentido impregnado de imagens míticas como o *centauro* e o *Cid campeador* e históricas, como os *Citas*, os sinais diacríticos que agiram no imaginário a fim de estampar a imagem homogênea e, portanto, estereotipada do homem do sul.²

Mas, embora Alencar pareça guiar os passos intelectuais de Apolinário, e é isso que acontece em grande parte, a visão que ambos têm dos habitantes do Rio Grande do Sul diverge quanto à denominação mais apropriada ao ser regional, entretanto, esta discordância não é explicitada, a não ser por Bernardo Taveira Júnior, um confrade de Apolinário, que se posiciona muito claramente sobre sua discordância em relação à representação dos regionais no texto de Alencar. Não obstante, apesar de não haver uma reprovação sob qualquer aspecto enfática da parte de Apolinário, a divergência quanto à denominação nativa transparece, e não deixa de ser curioso a não aplicabilidade da palavra

¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. *op. cit.*, 2001, p.23.

² Aqui vale registrar a afirmação de Novaes sobre o emprego destes sinais na composição do estereótipo, pois “*são estes sinais diacríticos, sejam eles o cocar ou o crachá [ou no caso do gaúcho o cavalo, as armas, o poncho], que permitem a manipulação dos estereótipos presentes no imaginário da nossa sociedade a respeito de quem são, afinal, “os índios”. São imagens que devem ser vistas como uma forma de retórica, onde a tipificação e a manipulação dos estereótipos, aproxima-se, enquanto mensagem a ser decifrada, muito mais do interlocutor, um “receptor” tão abstrato quanto “governo” ou a “sociedade”, do que aquele que a emite.*” Cf. NOVAES, Sylvia Caiuby. *op. cit.*, p.71.

“*gaúcho*” pelo rio-grandense e, além disso, destacar-se a opção deliberada pelo “*monarca das coxilhas*”.

Este posicionamento de Apolinário, por conseguinte, caracteriza justamente o processo pelo qual “*o discurso fundador se faz em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento.*”³ É possível, pois, a inferência de que neste particular se interponha um fator de inegável peso, ou seja, Apolinário Porto Alegre, é efetivamente um rio-grandense que vive no Rio Grande e tem um estreito vínculo com a realidade local, neste sentido, sua desconsideração pela palavra até a publicação da obra de Alencar requereu um exame cuidadoso.

Este ângulo de visão diferente, sobre os indivíduos que compõem a sociedade rio-grandense, entre Alencar e Apolinário pode ser analisado a partir do conceito antropológico de ‘*auto-imagem*’ que está relacionado à escrita deste último e também de Caldre e Fião, e que pode ser entendido da seguinte maneira:

As imagens que uma sociedade forma de si e dos segmentos que toma como parâmetros para fazer uma reflexão sobre si mesma não são imagens fixas ou perenes. Transformam-se continuamente, em função mesmo das transformações das relações históricas entre estes segmentos. São imagens impregnadas de valores, muitos deles conflitivos. Imagens que implicam a simultaneidade de sistemas culturais em confronto, onde não há um movimento unívoco que simplesmente afirme ou negue a identidade do outro.⁴

Ou, ainda, como simplifica Roger Chartier apoiado por Bourdieu, “*é do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto seu “ser percebido”, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social*”, isto é, neste caso específico, o que se revela com as diferentes percepções sobre o ser social denominado “*gaúcho*” por Alencar (1870) e do outro ser social denominado *monarca das coxilhas*, por Caldre e Fião (1851), Lacerda (1867) e Porto Alegre (1869/1872/1877), são diferentes produções de crença em uma determinada “imagem” via Literatura, que implicam naquele confronto de sistemas culturais, ou talvez, melhor seria dizer, um confronto de imaginários sobre um sistema cultural, que estabelece por fim, uma disputa pelo poder de nomear, de identificar um grupo social, através da autoridade de dizer.

Portanto, o “*gaúcho*” aparece no romance de Alencar como uma necessidade de identificar⁵ toda uma região brasileira e, simultaneamente atribuir sentidos verdadeiros ou

³ ORLANDI, Eni Puccinelli. *op. cit.*, 2001, p.24.

⁴ NOVAES, Sylvia Caiuby. *op. cit.*, p.45.

⁵ É interessante a distinção que Sylvia Novaes faz entre auto-imagem e identidade, ela explica que: “*A identidade apresenta sempre uma mesma face, é, de certa forma, um conceito que fixa atributos, exatamente por operar a partir de sinais culturais diacríticos. A auto-imagem, por sua vez, implica características não fixas, extremamente dinâmicas e multifacetadas, que se transformam, dependendo de quem é o outro que se toma como referência para a constituição da imagem de si emais, de como as relações com este outro se transformam ao longo do tempo. (...) O conceito de auto-imagem implica, (...) o*

não a este ser social, que não somente é diferente dos cidadãos da Corte, mas também é nomeado como um sujeito-social novo – entenda-se pitoresco – diante de um quadro constitutivo da história e da identidade da nação, ou seja, a classificação da narrativa de Alencar, enquanto um “discurso fundador” encontra referências na conceituação de Orlandi, porque:

Também a verdade e a mentira se misturam. Mas o que nos interessa mais de perto aqui é a construção imaginária da linha que separa realidade e imaginação. Que realidade histórica os mitos vão construindo? Em uma situação de linguagem – a do discurso fundador – veremos que já não conta nem mesmo a noção de verossímil. Sem deixar de acentuar que a inadaptação é essencial para fundar o novo, para assim se reconhecer como dominante. O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação.⁶

De fato é inegável a marca deixada por José de Alencar na Literatura e na cultura regional após seu romance *O Gaúcho*, afinal como declarou Apolinário, ele é “*um nome, uma literatura e uma nacionalidade*”, é enfim uma autoridade intelectual que se impõe e dita regras de escrita e mesmo de concepção de mundo. É, portanto, neste sentido, que a partir do imaginário “desde a Corte”, inscrito no texto de Alencar, se pode inclusive admitir que os *rio-grandenses* são genericamente considerados “*gaúchos*” para o restante do Brasil, embora seja possível perceber que esta não é uma idéia completamente disseminada na província, e que somente após a adesão e adoção de Apolinário das idéias e estilo alencarinos, é que a palavra “gaúcho” passará então a designar os nativos regionais.

O apoio de Apolinário à narrativa de Alencar foi decisivo para esta inversão que acontece no plano simbólico regional, pois ambos contribuem na fundação de um novo sentido para a denominação “gaúcho”, mas de acordo com a conceituação de Orlandi, é necessário que haja uma “*inadaptação*”. E, neste sentido, o termo, que poderia não ser o mais adequado, para Apolinário, ainda assim, foi adotado em virtude de uma antipatia semântica, mais política do que cultural, menos em relação à denominação “monarca das coxilhas”, do que a utilização de seu significado de maneira inadequada sobre os rio-grandenses, e que o faz mudar de atitude em relação ao “gaúcho” e “*reorganizar os gestos de interpretação*”, que ao fornecer novos sentidos ao antigo nome, ressemantiza-o.

Não obstante a confirmada influência de Alencar na configuração do personagem literário regional, é preciso salientar que existem certas práticas e costumes que são peculiares ao tipo de vida da região, tais como a hospitalidade, a frugalidade, o cuidado com a aparência da montaria, a valorização do andar a cavalo, todas constantemente reiteradas

confronte entre sistemas de valores conflitantes, aos quais se apela para a representação de si e, certamente, tanto para uma atuação frente ao outro, como para a avaliação desta atuação.” Cf. NOVAES, Sylvania Caiuby. op. cit., p.27-28.

⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. *op. cit.*, 2001, p.16.

pelos viajantes, enfim, características específicas, que aliadas a uma concepção de maneiras e valores comuns à época, como a coragem, a honra, os ideais de liberdade, os vínculos de lealdade, freqüentemente confirmadas pelos literatos, constituirão, por fim, a fórmula de um romantismo que aliado ao regionalismo, personificará o herói dos romances e, concomitantemente fornecerá ao homem símbolo do Rio Grande a personalidade bifronte do ágil e bravo campeador-guerreiro.

Todos esses elementos estão aliados à conjuntura sócio-histórica dos rio-grandenses, ou seja, sua permanente atuação militar. E neste contexto, cabe ressaltar que o capital cultural⁷ dos rio-grandenses é fruto de uma construção histórica, assentada em guerras e lutas que não foram fabricadas, nem imaginadas pelos homens das belas letras, foram, isto sim, reproduzidas em prosa e verso, reconstituídas e embelezadas, recontadas a sua maneira, no firme propósito de perpetuação de uma memória guerreira, o que exige um perseverante culto ao passado através de uma sempre seletiva memória histórica, pois se à História cabe evidenciar e trazer à tona determinados fatos, também não é menos verdadeiro que quem a escreve também pode calar quando lhe é conveniente, tal como se pode acompanhar através dos dilemas e dificuldades vividas Domingos José de Almeida e pelos membros do IHGPSP, em suas tentativas de escrita da história da Revolução Farroupilha.

Com efeito, aquele *monarca* luso-brasileiro, descrito e nomeado por Caldre e Fião, César de Lacerda e por Apolinário Porto Alegre, talvez o verdadeiro 'janota do campo', será re-apropriado pela Literatura até tornar-se aliado e por fim mesclar-se à idéia de "gaúcho", porém um "gaúcho" nobilitado, pelas qualidades do "monarca", para a partir daí ampliar-se para representar a todos os "rio-grandenses".

Neste sentido, tratar o principal símbolo 'identitário' da cultura regional como fruto de um processo de construção cultural visa ressaltar a idéia de transformação na "visão de mundo" que se operou numa sociedade que tem, ao longo do tempo, pretendido reafirmar como permanentes os seus valores "tradicionais", neste sentido, cabe à reescrita contínua da História evidenciar este movimento no interior do tecido social trazendo à tona informações "esquecidas" no fundo das arcas da memória social.

Tal constatação encontra elementos bastante significativos, acompanhando-se as definições dadas à palavra "gaúcho" desde seu primeiro registro em fonte portuguesa,

⁷ O capital cultural é aqui utilizado para fundamentar as formas de apropriação da representação cultural da sociedade rio-grandense, em associação com as categorias "ethos" e "habitus", utilizadas por Bourdieu para desenvolver a idéia de que as práticas culturais de uma sociedade reproduzem o seu ethos específico e se constituem num tipo de capital simbólico que é transmitido às gerações seguintes como "um patrimônio cultural concebido como uma propriedade indivisa do conjunto da "sociedade".", in. BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, 1992, p.297.

datada de 1787, registrada no *Diário Resumido do Dr. José de Saldanha*⁸, acompanhada de nota explicativa, que diz:

De hum, e outro lado deste passo, assáz bom, e digno da passagem de carros, ou carretas, se as vezinhas Coxilhas o permitissem, encontramos destroçados ranchinhos, e vestígios de Coureadores, e de Gauches do Campo.

A nota esclarece: Gauches, palavra Hespanhola uzada neste Paiz para expressar aos Vagabundos, ou ladroens do Campo, quais Vaqueiros, costumados a matar os Touros chimarroens, a sacar-lhes os couros, e a leva-los ocultamente as Povoaçãoens, para sua venda ou troca por outros gêneros.⁹

Da mais antiga descrição do vocábulo em papéis portugueses até alcançá-la fora dos limites temporais deste trabalho em 1884 constando no apêndice, do romance “*O Campeiro Rio-Grandense*” de João Mendes da Silva, sob o título “*Vocabulário de Termos e Frases Camponeses. 22 de maio de 1884*”, no qual se lê:

Gaúcho: Vulgarmente hoje designa o homem camponês que laça, doma, piala e boleia bem. Precisa também se mostrar apaixonado pela vida do campeiro, carregando nos tentos do lombilho o laço, as bolas em baixo dos pelegos ou entre a badana e esses; que ate a cola de seu ginete; que vista bombachas (calças mui largas e franzidas em baixo); que use chapéu preto, de abas bastante largas; que prenda por baixo do queixo o barbicho, com a borla para o lado direito.

Por esta descrição, verá o leitor que não falamos do gaúcho de Dreys (Termo cujas significações, dificilmente aparecem completas em qualquer léxico ou glossário; aqui também, falho, por estar muito preso ao aspeto exterior, servindo sobretudo ao texto do romance).¹⁰

E, no findar do século XIX encontramos em 1897 o “*Vocabulário Sul-Rio-Grandense*” de J. Romaguera Correa, no qual o vocábulo de sentido já esboçado por João Mendes em sua atualidade, encontra sua forma definitiva que é de certo modo adotada em grande medida por Augusto Meyer, visto que, em tal vocabulário:

Gaúcho: subs. m. e adj.: mui desvirtuado de sua verdadeira significação, está o voc. de que agora nos ocupamos: por *gaúchos* eram conhecidos alguns bandos de índios guerreiros e cavalleiros que habitavam grande parte da República Argentina e que, obrigados a mudar freqüentemente de sítio, por causa dos contínuos ataques de seus inimigos, não tinham habitação certa. Mais tarde applicou-lhe aquella denominação aos restos, já mui esparsos e aniquilados pelas guerras, dos indígenas que existiam na República Oriental e no Rio Grande do Sul, os quaes, extremamente valentes e cavalleiros, tinham os mesmos instintos e

⁸ “O Diário Resumido foi formado por José de Saldanha, Bacharel em Filosofia, Formado em Matemática, Geógrafo e Astrônomo de Sua Majestade Fidelíssima, no Acampamento Geral do Monte Grande, a futura cidade de Santa Maria, com data de 10 de Novembro de 1787. Na documentação de procedência portuguesa, são estas as primeiras menções da palavra *gaúcho*”. In: MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, p. 52.

⁹ MEYER, Augusto. *op. cit.*, 1957, p. 19.

¹⁰ Infelizmente não foi possível o acesso a esta obra, porém os glossários de João Mendes foram publicados é, portanto, a fonte que tivemos acesso. In: HESSEL, Lothar F. *Os Glossários de João Mendes da Silva: reunidos e comentados por Lothar F. Hessel*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Filosofia. Centro de Estudos Filológicos, 1959, p.50.

costumes de vida errante e vadia d'aquelles, cuja denominação receberam. Hoje, porém, applica-se este termo aos indivíduos da *campanha*, que montam com garbo, elegância especial e que são bons cavalleiros; camponez, *campeiro*, etc.: (...) O que monta é forte, gentil, disposto, cavalleiro resistente e ousado como o eram e são os camponezes e antigos indígenas.(...)

O gaúcho ou camponez rio-grandense, habituado a uma vida toda cheia de perigos, é um dos melhores soldados do mundo, pela sobriedade, valor, constância e rapidez com que pode mover-se de um ponto a outro mui distante; affeito a todas as intempéries, identificado com o cavallo que, por assim dizer, o completa, o rio-grandense ou melhor – o gaúcho rio-grandense, nas várias guerras que o paiz tem sustentado, há mostrado quanto é apto para a lucta. (...)¹¹

Assim de vagabundo e ladrões do campo passam, os *gauches* do século XVIII, a designar um século mais tarde o homem “*apaixonado pela vida do campeiro*”, que tenta desvencilhar-se das “antigas” caracterizações “cossacas” de Dreys e também de Lallemand, e que foram ainda transmitidas “*aos restos, já mui esparsos e aniquilados pelas guerras*”, dos homens que conservavam “*os mesmos instintos e costumes de vida errante e vadia d'aquelles, cuja denominação receberam*” até que, finalmente, ao cabo de alguns anos ainda, são convertidos exclusivamente em “*indivíduos da campanha, que montam com garbo, elegância especial e que são bons cavalleiros*”, enfeixando ainda todo um conjunto de outras qualidades distintivas, ou seja, o “gaúcho” ou “camponês rio-grandense” “*é forte, gentil, disposto, cavalleiro resistente e ousado*”, além de ser evidentemente, “*um dos melhores soldados do mundo, pela sobriedade, valor, constância e rapidez com que pode mover-se de um ponto a outro mui distante*”.

Do que se percebe nestes poucos excertos colhidos em coletâneas de glossários ou vocabulários, é justamente a alternância sócio-cultural do termo, que foi adquirindo seus novos matizes de sentido através de uma incansável reelaboração que durou quase todo o século XIX, que adentraria no século XX vindo a consolidar-se através do discurso do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Portanto, o “*gaúcho-rio-grandense*”, considerado enquanto um ser histórico-social esteve e está sujeito às modificações nos modos como a comunidade pensa a si mesma num determinado momento de sua história, por isso, foi submetido a muitas alternâncias de sentido em sua significação na sociedade rio-grandense e brasileira do século XIX até converter-se, como disse Augusto Meyer, “*em adjetivo gentílico de toda a gente rio-grandense*”.

¹¹ No prefácio o autor esclarece que: “*Em vários pontos d'este Vocabulário tive ensejos de rebater e rectificar opiniões errôneas e enganos do Visconde de B.-Rohan, de veneranda memória, e do inolvidável professor Pereira Coruja; pois, nascido e tendo convivido por longos annos entre os que se dedicam a indústria pastoril e há muito habitando lugares onde mais característica é a linguagem rio-grandense, conheço-a por observação e sciencia próprias, pouco indagando de fontes estranhas, quasi sempre infieis quanto a definição e emprego dos vocábulos, outro tanto não tendo acontecido aquelles autores, que muitas vezes firmaram-se em falsas informações, aliás aceitas de boa fé*”. In: CORREA, J. Romanguera. *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*. Pelotas:Universal, 1897,p.95-96.

A análise da trajetória das palavras “*rio-grandense*” e “*gaúcho*” na literatura regional do século XIX, entre 1847 e 1877, nos possibilitou refletir sobre o contexto histórico-cultural que as proporcionou, assim como perceber que as transformações no interior da estrutura social têm sim relações profundas com a alternância de sentido na forma de designar os habitantes do Rio Grande do Sul, embora estas transformações se dêem de forma bastante sutil. Pois compreender o habitante de uma região não é simplesmente descrevê-lo em suas atividades, ou detalhar seus hábitos alimentares e reprovar ou não seu estilo de vestir, mas é essencialmente, compará-lo, associá-lo, a idéia de outros povos, de outros homens e tentar captar suas características distintivas, positivas ou não.

Por esta via, ficou demonstrado que o discurso de Alencar não atuou sozinho, mas que a importância social e cultural daquele autor, aliada a um discurso histórico que representava uma tradição historiográfica eminentemente política, herdeira de cânones que remontavam a Revolução Francesa e ao Iluminismo nacionalmente representadas por Varnhagen e pelo IHGB influenciaram decisivamente, nas construções de sentido desenvolvidas pelos letrados da província, entre os quais Apolinário Porto Alegre.

Apolinário Porto Alegre talvez tenha sido o primeiro historiador da cultura do Rio Grande do Sul, todavia, sem esta pretensão, ele foi o primeiro escritor da província a manifestar interesse em recolher fragmentos do cancioneiro popular e ressaltar a importância do folclore e da “*tradição oral do povo rio-grandense*”, talvez conforme indica Lothar Hessel, por influência e “*estímulos de seu amigo jornalista Carlos Von Koseritz que, como não se ignora, esteve em contato intelectual com as irrequietas mentes da Faculdade de Direito do Recife e Olinda, por volta de 1870*”¹², o que indicaria uma interlocução indireta com Sílvio Romero o grande incentivador nacional de trabalhos neste sentido.

Sob o título de *Popularium Sul-Rio-Grandense* foram publicadas em 1880 na Gazeta de Porto Alegre, de propriedade de Koseritz, as primeiras manifestações da poesia popular recolhidas por Apolinário. Mas o discurso indignado e que demonstra o seu desassossego diante do ‘descaso’ de seus contemporâneos em relação à cultura rio-grandense, ficou inédito em seu tempo, a aguardar uma publicação 30 anos após a morte do ilustre autor. Nele ficaram registradas as intenções de Apolinário absolutamente em sintonia, com o pensamento brasileiro de “resgate” da memória nacional, de “preservação” do patrimônio cultural, revelando, portanto, a lucidez deste letrado de província que acompanhou *pari passu* o clima intelectual de sua época.

Numa introdução a Poesia Popular ele fala de sua preocupação com a preservação de alguma memória histórica do Rio Grande e diz em tom de desabafo:¹³

¹² PORTO ALEGRE, Apolinário. *op. cit.*, 1981, p.10.

¹³ No mesmo sentido em que havia sinalizado Glodomiro Paredes em seu artigo Poetas e Poesias nas páginas da Arcádia em 1869 conforme nota 112 deste artigo.

Poesia Popular

Reuni sob esta denominação as poesias colhidas da tradição oral do povo rio-grandense. Trazem como todos os produtos vulgares o caráter da anonimidade. São a expressão espontânea dos grandes ideais dum povo; delas, porém não se infira o cunho artístico que condiz com classes mais cultas, épocas adiantadas e civilização superior.

Dizem, todavia, o entusiasmo pela liberdade, o ódio e aversão pelo despotismo, sentimentos congênitos com o gaúcho.

Os rudes bardos, em torno dos fogões dos acampamentos, ao som das violas dedilhadas vigorosamente, inspirados pelos sucessos da luta e paixões do momento, vasavam nos moldes de um verso tosco o que lhes ia pela alma.(...)

Muita coisa neste gênero deve ter-se obliterado da memória das antigas gerações e ser inteiramente desconhecida às novas. Mas preciosas relíquias, antes que a esponja do tempo as apagasse de todo, poder-se-iam ainda reunir, havendo esforço coletivo e empenho patriótico, cuja ausência é aliás notória nos governos da atualidade.(...)

O pouco que coligi, aí vai, (...) como um patrimônio das glórias do passado.

(...)

E a geração que neste momento é acalentada ao seio materno, terá o direito de perguntar: Que legado deixaram nossos antepassados? (...)

Por que de nossa história, de nossas tradições, de nosso heroísmo, não existem os arquivos guardados com solicitude e interesse criteriosos?(...)

O que hodiernamente é o povo rio-grandense, a sua energia máscula, o seu amor intrínseco às conquistas liberais e democráticas, a antipatia inveterada contra os tiranos e instituições retrógradas e privilegiadas, tudo isto não é mais que uma conseqüência.

As premissas estão nas origens, nos fatores constitucionais da raça, a que me orgulho de pertencer.(...)

É pequeno o Rio Grande relativamente, mas o homem que o habita, o enche além de suas fronteiras, transborda e vai levar a fama de seu torrão natal até os derradeiros limites das nações civilizadas.

Não há aqui uma jeira, um palmo de terra que não seja embeberado de sangue precioso, e a ossada que branqueia sobre o solo ou está sob a leiva, conta a lenda da bravura, aos clarins da liberdade.(...)

O Rio Grande foi conquistado nesga por nesga ao denodado espanhol, em tempo de seu indisputável poderio.

Há nele mais húmus de sangue do que de detritos seculares.(...)

E nem se diga que somos só homens de guerra. Onde circula nas artérias sangue em que superabundam os glóbulos rubros, há nervos e músculos em serviço de inteligência pujante.¹⁴

Portanto, o esforço intelectual nacionalista e seu projeto para descobrir quem era ou como deveria ser o povo brasileiro, para construir a história da jovem nação e dar a ela um rosto e uma personalidade, não foi uma atitude sem repercussão, ao contrário encontrou um eco bastante forte na distante província do 'sul profundo', que também angustiava-se por expressar sua cultura, e enaltecer seus valores, sem com isso desfeitear a herança cultural luso-brasileira tentando encontrar um modo de ser simultaneamente "gaúcho", "rio-grandense" e brasileiro.

Ademais é possível crer que este modo de ser tenha, através do tempo e das diversas narrativas, assumido em princípio a face republicana dos "rio-grandenses"

¹⁴ PORTO ALEGRE, Apolinário. *op. cit.*, 1981, p.27-32.

farroupilhas, ganhando do decorrer desse processo contornos de fidalguia (lusitana) através da distintiva destreza do “*monarca das coxilhas*”. E mais adiante, neste andamento, um ser social considerado desviante e marginal, foi alçado a categoria de representante da cultura regional num lento processo de ressemantização que tentou atenuar antigos vínculos com a barbárie, ou liberá-lo do antigo estigma (espanhol) auxiliado neste sentido, por uma visão histórica presente na Literatura brasileira dos regionais, que valorizava, sobretudo os feitos da guerra e os atos heróicos, na qual todos os homens que iam à guerra eram heróis.

Associando finalmente, a figura do “gaúcho” aos bravos homens rio-grandenses que em sua maioria eram habitantes do campo, e mais especificamente da litigiosa região fronteira da campanha. Assim de produto político e social do prata, foi paulatinamente convertido em estereótipo social do Rio Grande do Sul, alcunhado “gaúcho”, através de uma negociação de paz sem tratados diplomáticos, mas que se deu numa outra esfera do entendimento humano, ou seja, no campo da linguagem, da produção cultural, que conservando um forte acento regional distintivo, abdicou da legítima qualificação de Rio-Grandenses, uma representação interna que lhes garantia um correto pertencimento ao conjunto da nação brasileira, para reafirmar uma opção deliberada pelo Brasil, a despeito de serem vistos pelos demais brasileiros, como “gaúchos-brasileiros”, adotando tal nomeação externa a fim de torná-la um produto cultural regional, ou seja, criando o “gaúcho-rio-grandense”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bibliografia Geral:

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALMEIDA, Custódio Luís Silva de. Hermenêutica e dialética: dos estudos platônicos ao encontro com Hegel. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.
- ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- ASSIS, Machado de. Crítica Literária. São Paulo: W.M.Jackson, 1938.
- ASSIS, Machado de. Crítica Teatral. Rio de Janeiro: Jackson, 1951.
- BACCEGA, Maria Aparecida. Palavra e Discurso: História e Literatura. São Paulo: Ática, 2003.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: Enciclopédia Einaudi. nº 5: Antropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BANDEIRA, Manoel. Noções de História das Literaturas. Rio de Janeiro. São Paulo. Lisboa: Fundo de Cultura, 1969.
- BARCELLOS, Rubens de. Estudos Rio-Grandenses: Motivos de História e Literatura. Coligidos e selecionados por Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho. Porto Alegre: Ed. Globo, 1955.
- BARREIRO, José Carlos. Imaginário e Viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Ed.UNESP, 2002.
- BARRETO, Abeillard. Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul. In: Separata de Fundamentos da Cultura rio-grandenses: Quinta série. Porto Alegre: UFRGS, 1962.
- BAUMGARTEN, Carlos A. & MOREIRA, Maria Eunice. Literatura sul-rio-grandense: ensaios. Rio Grande: Ed. FURG, 2000.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. Literatura e Crítica na Imprensa do Rio Grande do Sul: 1868 a 1880. Porto Alegre: EST, 1982.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O problema da nacionalidade na crítica e historiografia literária sul-rio-grandense. In: MOREIRA, Maria Eunice. Histórias da literatura: teoria, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p.159-187.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). O Brasil dos Viajantes. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1994.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas Vol.1)
- BERALDO, José Luiz. José de Alencar (Literatura Comentada). Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico por José Luiz Beraldo. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BERTUSSI, Lisana. Literatura Gauchesca: do cancionero popular à modernidade. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: História e historiografia. In: A Guerra do Paraguai: 130 depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1970.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário de Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p.223.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRUNEL, P., PICHÓIS. C. e ROUSSEAU, A. M. Que é literatura comparada? Tradução Célia Berrettini, São Paulo: Perspectiva, 1995.
- BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- BURKE, Peter. Hibridismo Cultural. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003.
- BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CANDIDO, Antonio *et alii*. A Personagem de Ficção. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos). vol. 1 e 2 (1750-1880) , 9ª ed., Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

- CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARPEAUX, Otto Maria. Ensaio Reunidos 1942-1978. Rio de Janeiro: Universidade: Topbooks, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius et alii. A criação histórica e a Instituição da Sociedade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CESAR, Guilhermino. História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902). Porto Alegre: Globo, 1971.
- CESAR, Guilhermino. Notícia do Rio Grande: literatura. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- CESAR, Guilhermino. O Conde de Piratini e a Estância da Música. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: IEL; Caxias do Sul: UCS, 1978.
- CESAR, Guilhermino. Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1969.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: EdUNB, 1999.
- CHARTIER, Roger. Cultura Escrita: Literatura e História conversas com Roger Chartier; com Carlos Aguirre Anaya, Jésus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução Ernani Rosa, Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CHARTIER, Roger. Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHARTIER, Roger. Formas e sentido. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003.
- CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier e PISIER, Evelyne. (orgs.) Dicionário de Obras Políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAVES, Flávio Loureiro. Simões Lopes Neto. Porto Alegre: IEL: Ed. Universidade, 2001.
- CHIAPPINI, Ligia, MARTINS, Maria Helena e PESAVENTO, Sandra Jatayh et al.(orgs.). Pampa e Cultura: de Fierro a Netto. Porto Alegre: EdUFRGS/IEL, 2004.
- CONFORTO, Marília. Faces da personagem escrava. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- CONRAD, Philippe. As Civilizações das Estepes. Rio de Janeiro: Forni, 1978. (Coleção Grandes Civilizações Desaparecidas)
- CORBIÈRE, Emilio P. El Gaúcho: desde su origen hasta nuestros dias. Sevilla: Renacimiento, 1998.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.
- DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DARNTON, Robert. O Grande Massacre dos Gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DURAND, Gilbert. A imaginação simbólica. Tradução Eliane Fittipaldi Pereira. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1988.
- ECKERMANN, Johann Peter. Conversações com Goethe. Rio de Janeiro: Pongetti, 1950.
- EDGAR, Andrew, SEDWICK, Peter (eds.). Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2003.

- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador Vol. 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.
- FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa Literária de Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.
- FERREIRA, Athos Damasceno. Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX – Contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1956.
- FERREIRA, Lucia M.A. e ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). Linguagem, Identidade e Memória Social: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GADAMER, Hans-Georg. Histórica y Lenguaje: una respuesta.
- GARDINER, Patrick. Teorias da História. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GERBI, Antonello. O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. Relações de Força: história, retórica, prova. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- GRIMM, Jacob L. e GRIMM, Wilhelm. Contos e Lendas dos Irmãos Grimm vol.1. São Paulo: EDIGRAF, 1962.
- GUTFREIND, Ieda. Historiografia rio-grandense. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HARTOG, François. O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- HERÓDOTO. História. Trad. J. Brito Broca. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- HESSEL, Lothar F. Aspectos Sociais e Literários do gaúcho. In: Separata do vol. IV do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1966.
- HESSEL, Lothar F. Os Glossários de João Mendes da Silva: reunidos e comentados por Lothar F. Hessel. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Filosofia. Centro de Estudos Filológicos, 1959.
- HESSEL, Lothar. et. alii. O Partenon Literário e sua obra. Porto Alegre: FLAMA: IEL, 1976.
- HOBBSBAUM, Eric. Bandidos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- HOBBSBAUM, Eric & RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSBAUM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSBAUM, Eric. Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HOLFELDT, Antonio. Literatura e Vida Social. 2ª ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- HOLFELDT, Antonio. O Gaúcho: ficção e realidade. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL, 1982.
- HUNT, Linn (org.). A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo. Discurso, Memória, Identidade. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.
- KOSELLECK, Reinhardt. Histórica y Hermenéutica.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil. São Paulo: Ática, 2002.
- LANGENBUCHER, Wolfgang. Antologia Humanística Alemã: o engajamento social na Literatura Alemã a partir da Idade Média até a atualidade. Porto Alegre: Globo, 1972.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy. (orgs.). Discurso Histórico e Narrativa Literária. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

- LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Livros de viagem (1803-1900). Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.
- LESSA, Barbosa. Nativismo: um fenômeno social gaúcho. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- LESSA, Luis Carlos Barbosa. Estórias e Lendas do Rio Grande do Sul: Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro. São Paulo: Edigraf, s/d.
- LIMA, Luiz Costa. A aguarrás do tempo: estudos sobre narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. Mimesis e modernidade: formas e sombras. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. O controle do imaginário: razão e imaginário no ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LIMA, Luiz Costa. Teoria da literatura em suas fontes. Vol 1. seleção, introdução e revisão técnica, Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LOPES NETO, João Simões. Contos Gauchescos e Lendas do Sul. Ed. Crítica com introdução, notas e glossário de Aurélio Buarque de Hollanda. Prefácio de Augusto Meyer. Posfácio de Carlos Reverbel. Porto Alegre, Col. Província: Globo, 1957.
- LÖWY, Michael & SAYRE, Robert. Romantismo e Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. A Moreninha. Rio de Janeiro: Ed. Três, 1972.
- MACIEL, Maria Eunice de Souza. Apontamentos sobre a figura do gaúcho brasileiro in.: BERND, Zilá et alii. Olhares Cruzados. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- MALLARD, Letícia et. al. História da literatura: ensaios. Campinas: EdUNICAMP, 1995.
- MARCO, Valeria de. A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar. Campinas: EdUNICAMP, 1993.
- MEIRELES, Cecília. O Romancero da Inconfidência: O Romance XXIV ou Da Bandeira da Inconfidência. In: Os melhores poemas de Cecília Meireles. São Paulo: Global, 1984.
- MEYER, Augusto. Cancioneiro Gaúcho: seleção de poesia popular com notas e um suplemento musical. Porto Alegre: Ed. Globo, 1952.
- MEYER, Augusto. Gaúcho, história de uma palavra. Porto Alegre: IEL, 1957.
- MEYER, Augusto. Prosa dos Pagos, 1941-1959. 4ª ed. Porto Alegre: Inst. Estadual do Livro: CORAG, 2002. (Coleção Trilhas e memória).
- MOISÉS, Massaud. A Criação Literária: Prosa I. São Paulo: Cultrix, 2003.
- MOISÉS, Massaud. História da Literatura Brasileira. Vol. 1: das origens ao romantismo. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MOREIRA, Maria Eunice (org.). Histórias da literatura: teoria, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- MOREIRA, Maria Eunice (org.). Narradores do Partenon Literário. Porto Alegre: IEL: Corag, 2002. (Coleção Primeiros textos)
- MOREIRA, Maria Eunice. Nacionalismo literário e crítica romântica. Porto Alegre: IEL, 1991.
- MORENO, Arley R. Wittgenstein: os labirintos da linguagem. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.
- NICHOLS, Madaline Wallis. O Gaúcho: caçador de gado, cavaleiro, ideal de romance. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1946.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de Si através dos Outros. São Paulo: Edusp, 1993.
- NUNES, Benedito. Crivo de Papel. São Paulo: Ática, 1998.
- OLIVEN, Ruben George. A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil nação. Petrópolis, Vozes, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001.

- OS IMORTAIS DA LITERATURA UNIVERSAL Vol. 1. Goethe. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- OS IMORTAIS DA LITERATURA UNIVERSAL Vol. 3: Scott. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- PAZ, Francisco Moraes. Na poética da História a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.
- PESAVENTO, Sandra J., DACANAL, José Hildebrando *et alii* (org). A Revolução Farroupilha: história & interpretação. Porto Alegre, Mercado Aberto: 1997.
- PESAVENTO, Sandra J. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). História Cultural. Experiências de Pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PESSOA, Fernando. Obra Poética. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.
- PICCOLO, Helga I. L. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e PESAVENTO, Sandra J. *et alii*. A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Liv. Selbach, 1917.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth; tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PÓVOAS, Mauro Nicola. Murmúrios do Guaíba: índice e antologia. In: Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias do PUCRS - CEPEL. Porto Alegre, vol. 7, nr.1, maio de 2001. Publicação do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- POZENATO, José Clemente. O Regional e o Universal na Literatura Gaúcha. Porto Alegre: Movimento, Instituto Estadual do livro, 1974.
- PRADO, Décio de Almeida. A Personagem no Teatro. In: A Personagem de Ficção. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PROENÇA FILHO, Domicio. Estilos de época na literatura. São Paulo: Ática, 2004.
- QUINTANEIRO, Tânia. Retratos de mulher: a brasileira vista por viajeiros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1995.
- REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. Dicionário de Teoria Narrativa. São Paulo: Ática, 2000.
- REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REYES, Alfonso. El deslinde. México, 1944.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.
- RODRIGUES, José Honório. Independência: Revolução e Contra-Revolução: A Evolução Política vol.1. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- ROSENFELD, Anatol. Literatura e Personagem. In: CANDIDO, Antonio *et alii*. A Personagem de Ficção. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Emílio, ou Da educação. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SANTI, Álvaro. Do Partenon à Califórnia: o Nativismo e suas origens. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.
- SCHILLER, Johann. Maria Stuart (Col. Teatro Vivo). São Paulo: Abril Cultural, 1977.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SEGRE, C. Ficção. In: LITERATURA – TEXTO vol. 17. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989.
- SERRA, Pedro. Linguagem, memória e história: Nas viagens na minha Terra. Lisboa: Ed. Cosmos, 1999.
- SEVCENCO, Nicolau. A Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SOMMER, Doris. Ficções de fundação: os romances nacionais na América Latina. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

- STAROBINSKI, Jean. As máscaras da civilização: ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SUSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- TAMBARA, Elomar (org.). Viajantes e cronistas na região dos Gaúchos – séc. XIX. Pelotas: Seiva Publicações, 2000.
- TOLSTOI, Leão. Obra Completa vol.3: Teatro, Novelas, Estórias e Contos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.
- VELLINHO, Moysés. Ensaio Literários. Porto Alegre: Inst. Estadual do Livro: CORAG, 2001.
- VELLINHO, Moysés. O Rio-Grande e o Prata: contrastes. In: Capitania D'El Rei: aspectos polêmicos da formação Rio-Grandense. Porto Alegre: Globo, 1964.
- VELLINHO, Moysés. Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos, realizado na PUC, em 1957. Ed.PUCRS, Porto Alegre, 1958.
- VENTURA, Roberto. Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.
- VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed.UNB, 1998.
- WEFFORT, Francisco C. (org.). Os Clássicos da Política. Vol.2., São Paulo: Ática, 1989.
- WEHLING, Arno. Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- WILSON, Edmund. Rumo a Estação Finlândia: escritores e atores da história. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.
- ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- ZILBERMAN, Regina et alii. O Partenon Literário: Poesia e Prosa. Porto Alegre, Esc. Superior S. Lourenço de Brindes/Inst. Cultural Português, 1980.
- ZILBERMAN, Regina et. alii. Um dia todas essas coisas não de ser história: textos farroupilhas. Porto Alegre: PUCRS, ERUS, 1985, p.49-52.
- ZILBERMAN, Regina. A literatura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- ZILBERMAN, Regina. Literatura Gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1985.

2. Teses e Dissertações:

- ALVES, Francisco das Neves. O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, Campinas, 1998.
- CAVALCANTE, Moema. Na Fronteira do Mito e da Realidade: o Gaúcho na ficção romântica. Dissertação (Mestrado em Literatura da Língua Portuguesa) – Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982.
- CEZAR, Temístocles. L'écriture del'histoire au Brésil au XIX° siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Varnhagen. Tese (Doutorado em História sob orientação de François Hartog) EHESS, Paris, 2002.
- FIGUEIREDO, Joana Bosak de. O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a Identidade Regional e o Estado Nacional (1851-1865). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2000.
- FISCHER, Antenor. A Literatura Dramática do Rio Grande do Sul, do século XIX: Subsídios para uma História. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 2004.
- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Caudilhos e "montoneros" de La Rioja: sociedade e discurso (1862-1867). Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia, Ciências e História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1990.

- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2004.
- LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Traços da Política: representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- NEDEL, Letícia Borges. Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos 50. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- PADOIN, Maria Medianeira. O Federalismo no Espaço Fronteiriço Platino. A Revolução Farroupilha (1835-1845). Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS/PPG em História, 1999.
- RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço nos chama: Os Milicianos e os Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1845). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SANTOS, Paulo Roberto Alves dos. Da aurora ao crepúsculo: o tema da guerra na literatura sul-rio-grandense do século XIX. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 1996.
- XAVIER, Sílvia Helena Niederauer. Gaúchos e Castelhanos: sem linha divisória (A imagem do castelhano na literatura sul-rio-grandense). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Letras. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 1993.

3. Artigos:

- ACHUGAR, Hugo. A escritura da história ou a propósito das fundações da nação. In: MOREIRA, Maria Eunice. Histórias da literatura: teoria, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p.35-60.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: Estudos Históricos: História e Região. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.145-151.
- ANGENOT, Marc. Para uma Teoria do Discurso Social: Problemática de uma pesquisa em andamento. (Tradução Zilá Bernd) In: Cadernos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Instituto de Letras. Nr.7: Porto Alegre, 1992, p.7-32.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. A propósito d'O Brasil dos Viajantes. In: Revista USP. São Paulo: Edusp, Junho/Agosto 1996.
- BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância – Sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. In: Revista Brasileira de História (São Paulo), v. 6, n.11, pg.7-44, set.1985-fev.1986.
- CESAR, Guilhermino. Cronologia Biobibliográfica. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. O Corsário. Porto Alegre: Movimento: IEL: INL, 1979.
- CESAR, Guilhermino. O criador do romance gaúcho. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. O Corsário. Porto Alegre: Movimento: IEL: INL, 1979.
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy. (org.) et alii. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003, p.173-208.
- CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. In: Topoi – Revista de História. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- CHAVES, Flávio Loureiro. Um Texto Resgatado. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. A Divina Pastora. Porto Alegre: RBS, 1992.
- CHIAPPINI, Lígia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. In: Estudos Históricos: História e Região. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.153-159.

- CONFORTO, Marília. Literatura de viagens: o que aconteceu e foi registrado. In: A pena e o papel: A interpretação do Rio Grande do Sul nos textos dos viajantes do século XIX. PPG Mestrado Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul, abril-2005.
- CONQUISTAS MONGÓLICAS (1200-1300). In: História em Revista. Time-Life: Abril, Rio de Janeiro, 1991.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Tal Pai, qual filho? Narrativas da identidade nacional. In: CHIAPPINI, Ligia e BRESCIANI, Stella (orgs.). Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, p.15-27.
- FARIA, João Roberto. Retrato de um republicano quando jovem. In: REVISTA USP: Dossiê 100 anos de República. nr.3, Set-Nov, 1989.
- FERREIRA FILHO, Artur. Caudilhos Platinos e Caudilhos Riograndenses. In: Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Ano II, nr.3, Janeiro, 1953, p.359-364.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Gauchesca: entre sul-rio-grandenses e castelhanos. In: Anais do I encontro de fronteiras culturais: Brasil – Argentina – Uruguai.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Guerra do Paraguai: Estados nacionais e Regiões-Províncias no espaço platino. In: Encontro de História Brasil-Paraguai. Salvador: Anais Instituto Histórico Geográfico da Bahia, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Estudos Históricos, v.1, 1988.
- HELENA, Lucia. Identidade e Nação: memória e esquecimento em Alencar. In: INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo. Discurso, Memória, Identidade. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.
- HESSEL, Lothar F. O Romance Indianista e Regional de Heráclito. In: Província de São Pedro: Revista de difusão cultural. Porto Alegre: Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Globo, 1957, p.158-170.
- JOBIM, José Luís. Notas sobre a teoria romântica da História. In: MOREIRA, Maria Eunice. Histórias da literatura: teoria, temas e autores. Porto alegre: Mercado Aberto, 2003, p.61-68.
- MOREIRA, Maria Eunice. Regionalismo literário rio-grandense: invenção da historiografia literária. In: MALLARD, Letícia et. al. História da literatura: ensaios. Campinas: EdUNICAMP, 1995, p.75-100.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Fronteiras da Ficção: diálogos da História com a Literatura. In: Anais do XX Simpósio Nacional da Associação. História: fronteiras. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP:ANPUH, 1999, p.819-831.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Gaúcho: mito e história. In: Letras de Hoje. Porto Alegre, v.24, n.3, setembro, 1989, p.55-63.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Nação e Região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: História Cultural. Experiências de Pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Relação entre História e Literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). In: Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, n.4, dez.1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUNICAMP, 2001, p.229-230.
- PICCOLO, Helga I. L. Rio Grande do Sul, Província Fronteiriça: fator de instabilidade política no processo de independência do Brasil? In: Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Salvador, 1994.
- PORTO, Aurélio. Gente que canta triste. In: Província de São Pedro: Revista Trimestral. Porto Alegre: Rio de Janeiro: São Paulo: Livraria do Globo, 1946, p.63-68.
- PRADO, Fabrício Pereira. Aspectos da construção da identidade uruguaia: Francisco Bauzá e o nacionalismo.
- REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE e FIÃO, José Antonio do Vale. A Divina Pastora. Porto Alegre: RBS, 1992.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Linguagem, memória e história: o enunciado nacional. In: FERREIRA, Lucia M.A. e ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). Linguagem,

Identidade e Memória Social: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.13-34.

SPIG, Márcia Janete e EZEQUIEL, Márcio. Literatura de viagem: apropriações e o mistério da leitura. In: Méti: história & cultura/Universidade de Caxias do Sul – v.1. n.1, jan./jun.2002. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

TEVES, Nilda. Imaginário social, identidade e memória. In: FERREIRA, Lucia M.A. e ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). Linguagem, Identidade e Memória Social: novas fronteiras, novas articulações. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.53-68.

THIESSE, Anne-Marie. “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). In: Estudos Históricos: História e Região. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.3-16.

FONTES

1. Literatura de Ficção: Romances, contos, teatro e poesia

ALENCAR, José de. O Gaúcho: romance brasileiro. Prefácio e notas de Augusto Meyer. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954. (Primeira edição: 1870)

CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. A Divina Pastora: novela rio-grandense. Porto Alegre: RBS, 1992. (Primeira edição: 1847)

CALDRE e FIÃO, Antonio José do Valle. O Corsário: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento: IEL; Brasília: INL, 1979. (Primeira edição: 1851)

LACERDA, César de. O monarca das coxilhas: Drama em três atos. De costumes da Província do Rio Grande do Sul no Império do Brasil. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro: EDIPUCRS, 1991. (Primeira edição: 1867)

OLIVEIRA BELO, Luiz Alves Leite de. Os Farrapos. Introd. Cláudio Gabiatti. Fixação de texto: Carlos Jorge Appel. – 5ª edição. Rio Grande, Movimento; Editora da FURG, 1985. (Col. Rio Grande. v.73) (Primeira edição: 1877)

PORTO ALEGRE, Apolinário. O Vaqueano. Introd. Carlos Jorge Appel. Apres. Maria Eunice Moreira. Porto Alegre, Movimento; Brasília, MinC/Pró-Memória, INL, 1987. (Col. Resgate, v.3) Col. Rio Grande, v.83. (Primeira edição: 1872)

PORTO ALEGRE, Apolinário. Paisagens. Porto Alegre: Movimento; Brasília: INL, 1987. (Primeira edição: 1875)

TAVEIRA Júnior, Bernardo. As Provincianas. Porto Alegre: Movimento: Brasília, MinsC/Pró-Memória, INL, 1986. (Primeira edição: 1886)

2. Periódicos: Revistas Literárias e Jornais

ARCÁDIA, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico. Rio Grande, 1ª série, 1867; 2ª e 3ª séries, 1868 e 4ª série, 1869 a 1870. (4 volumes)

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve e comp., janeiro de 1847.

MURMÚRIOS DO GUAHYBA. Porto Alegre, 1ª série: janeiro a maio de 1870 (5 exemplares).

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE PARTENON LITERÁRIO. Porto Alegre, 1ª série: março a dezembro de 1869 (10 exemplares); 2ª série: julho de 1872 a maio de 1876 (47 exemplares) e 3ª série: agosto a dezembro de 1877 (8 exemplares).

REVISTA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1946, 1947, 1957. (vários exemplares)

3. Literatura de Viagem:

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

- BAGUET, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Martins, Edusp, 1972.
- DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro. 4ª ed., Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.
- HÖRMEYER, Joseph. O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional. Porto Alegre: D.C.Luzzatto Ed.: EDUNI-SUL, 1986.
- ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul 1833-1834. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo: Martins, Edusp, 1972.
- SAINT-HILAIRE, August de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província de Cisplatina e Missões do Paraguay. Tradução, prefácio e notas de Rubens Borba de Moraes. São Paulo, Martins, EDUSP, 1972.

4. Memórias. Dicionários. Coletâneas. Estudos sócio-históricos:

- BAUZÁ, Francisco. El gaucho. IN: Real de Azua, Carlos. (Org.) El Uruguay y sus problemas en el siglo XIX (antologia). Montevideo: Centro Editor de America Latina, 1968.
- BRITO, Francisco de Sá. Memória da Guerra dos Farrapos. Prefácio, introdução biográfica e notas de Paulino Jacques. (reprodução fac-similada da edição original) Rio de Janeiro: Gráfica Ed. Souza, 1950.
- CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CORREIA, E. J. Romanguera. Vocabulário Sul-Riograndense. Pelotas: Livraria Universal, 1898.
- CORUJA, Antonio Álvares Pereira. Coleção de Vocábulos e frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. (anotações de Walter Spalding) In: Revista Província de São Pedro nr. 9. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1947.
- JACQUES, João Cezimbra. Assumptos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1979.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. Cancioneiro da Revolução de 1835. Porto Alegre, Cia. União de Seguros Gerais, 1981.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. Popularium sul-rio-grandense: estudo de filologia e folclore. Reorganizado por Lothar Hessel. Porto Alegre: EdUFRGS/Instituto Estadual do Livro – IEL, 2004.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino. Porto Alegre: EdUFRGS/EDIPUCRS, 1996.

ARQUIVOS e BIBLIOTECAS CONSULTADOS

1. Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul: Coleção Especial Laudelino Teixeira Mendes – Caxias do Sul – RS
2. Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro – RJ
3. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS
4. Biblioteca Rio-Grandense – Rio Grande – RS
5. Biblioteca Setorial do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS
6. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS
7. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre – RS